

O rural no Meio Norte

TERRA, TRABALHO E CULTURA

Marcia Milena Galdez Ferreira
Cristiana Costa da Rocha
(orgs.)



EDITORA UEMA

O rural no Meio Norte

TERRA, TRABALHO E CULTURA

Marcia Milena Galdez Ferreira

Cristiana Costa da Rocha

(orgs.)



EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

EDITOR RESPONSÁVEL

Jeanne Ferreira de Sousa da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Alan Kardec Gomes Pachêco Filho

Ana Lucia Abreu Silva

Ana Lúcia Cunha Duarte

Cynthia Carvalho Martins

Eduardo Aurélio Barros Aguiar

Emanoel Cesar Pires de Assis

Emanoel Gomes de Moura
Fabiola Hesketh de Oliveira
Helciane de Fátima Abreu Araújo
Helidacy Maria Muniz Corrêa
Jackson Ronie Sá da Silva
José Roberto Pereira de Sousa
José Sampaio de Mattos Jr
Luiz Carlos Araújo dos Santos
Marcelo Cheche Galves
Marcos Aurélio Saquet
Maria Medianeira de Souza
Maria Claudene Barros
Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Wilma Peres Costa

REVISÃO

Maristela Sena

EDIÇÃO, PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Bruno Azevêdo

FOTO DA CAPA

Frei Adolfo Temme

R948

O rural no meio norte [recurso eletrônico] : terra, trabalho e cultura / organizadoras Márcia Milena Galdez Ferreira e Cristiana Costa da Rocha. – São Luís: Editora UEMA, 2022.

496 p. : il.

Coletânea de artigos.

ISBN: 978-65-89821-92-2 (E-book)/ 978-65-87361-10-9

1. História Agrária. 2. Terra. 3. Trabalho. 4. Cultura. 5. Meio Norte. I. Ferreira, Márcia Milena Galdez. II. Rocha, Cristiana Costa da. III. Título.

CDU 001.891



CULTURA
Secretaria de Estado da
Cultura do Piauí / SECULT



Piauí
GOVERNO DO ESTADO

equatorial
ENERGIA

Esta coletânea partiu do interesse e do esforço de pesquisadores em pensar o mundo rural, em especial o Meio Norte do Brasil, em diferentes perspectivas metodológicas e campos do saber que perpassam olhares múltiplos: histórico, sociológico, antropológico, educação do Campo, jornalístico, que convergem em um aspecto comum; nos processos de dominação e nas relações de poder entre os sujeitos e a terra.

A abordagem do Meio Norte enquanto região que apresenta similitudes geográficas, históricas e problemas resultantes do seu modo de constituição e reprodução social é também um convite a um diálogo permanente entre professores de IES, muitos deles vinculados à Programas de Pós-graduação, e jovens pesquisadores que enveredam por esse campo de pesquisa rico em possibilidades de análises, amplo em termos de problemas, e de grande relevância social para as Ciências Humanas engajadas. Convidamos os leitores a mergulhar nos temas e problemas sobre o Meio Rural no Meio Norte, uma das portas de entrada do Brasil profundo, nos capítulos que se seguem, onde a terra, o trabalho, a sociedade e a cultura são os eixos das pesquisas apresentadas.

SUMÁRIO

PARTE UM

TERRA: USOS, DISPUTAS E MOBILIZAÇÕES

- Raça e quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**
Igor Thiago Silva de Sousa 19
- Na terra das palmeiras e da rizicultura:
economia camponesa e fixação de migrantes no Maranhão**
Marcia Milena Galdez Ferreira 48
- Trabalho, cultura e economia moral do
babaçu em terras maranhenses**
Viviane de Oliveira Barbosa 77
- Luta pela Reforma Agrária no Maranhão:
a trajetória das famílias da Vila Cabanagem
(Assentamento Cristina Alves/MST)**
Julio Cesar Bravo Medina
Isaac Giribet Bernat
José Ribamar Gusmão Araújo 103
- Posseiros – a luta pelo direito de permanecer:
ações da Igreja Católica e conflitos por terra
no Médio Mearim (1970-1990)**
Dayane de Sousa Lima 140
- O povo de Deus quer falar:
a questão agrária no Médio Mearim segundo
as crônicas do Frei Adolfo Temme**
Laryssa Gomes Pimenta 159

Educação do Campo e educação contextualizada no Semiárido em processos de territorialização.
Lucineide Barros Medeiros 182

A experiência da identidade das comunidades quilombolas no Piauí:
a Serra do Inácio e o Projeto Vozes do Quilombo (2019-2022)
Gustavo de Andrade Durão
Karla Araújo de Andrade Leite 200

A produção de alimentos no Piauí:
(criação e consumo de porcos na primeira metade do século XX)
Alcebiades Costa Filho
Conceição de Maria Sousa Batista Costa 225

“[...] Introdução do arado no Piauí”:
notas sobre a lavoura e os homens livres e pobres nos Oitocentos
Francisco Gleison da Costa Monteiro 251

PARTE DOIS
TRABALHO: DESLOCAMENTOS, EXPLORAÇÃO E ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

Moradores, Cativos da Terra e Migrantes:
escravização de trabalhadores rurais do Meio Norte na Amazônia Oriental (1970 a 2000)
Cristiana Costa da Rocha 286

Trabalho escravo contemporâneo na Baixada Maranhense:
breve relato de experiências de pesquisa e extensão em tempos pandêmicos
Flávia de Almeida Moura 305

Trabalho escravo e violência em fazendas do Grupo João Santos, no Piauí e Maranhão (1980-2000) <i>Marcelo Aleff de Oliveira Vieira</i>	330
O Meio rural no Médio Mearim e a corrida em busca do ouro: migração de homens do Médio Mearim para garimpos <i>José Ribamar Lemos de Oliveira</i>	347
O Seminário Consulta Carajás e a luta contra o avanço da indústria de celulose sobre a região do Tocantins maranhense (1987-1996) <i>Francisco Rairan dos Santos Vilanova</i>	372
De Camponeses a operários: trabalho e cotidiano nas frentes de emergência de combate à seca no Piauí (1979-1983). <i>Lucas Ramyro de Gomes Brito</i>	394
“Ele era um vendedor autônomo, apenas” – Lei nº 4886/65 e reflexões sobre relações de trabalho e costumes no meio rural <i>Lia Monnielli Feitosa Costa</i>	424
A violência no meio rural piauiense: uma revisão de conceitos teóricos de violência para compreensão do fenômeno a partir dos conflitos pela posse da terra no Piauí Contemporâneo <i>João Marcel Evaristo Guerra</i>	444
Experiências de trabalhadores rurais na fábrica GECOSA em Novo Nilo, Piauí (1980-1990) <i>Marcos Oliveira dos Santos</i>	472

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea partiu do interesse e do esforço de pesquisadores em pensar o mundo rural, em especial o Meio Norte do Brasil, em diferentes perspectivas metodológicas e campos do saber que perpassam olhares múltiplos: histórico, sociológico, antropológico, educação do campo, jornalístico, que convergem em um aspecto comum, nos processos de dominação e nas relações de poder entre os sujeitos e a terra. A abordagem do Meio Norte enquanto região que apresenta similitudes geográficas, históricas e problemas resultantes do seu modo de constituição e reprodução social é também um convite a um diálogo permanente entre professores de IES, muitos deles vinculados a Programas de Pós-Graduação, e jovens pesquisadores que enveredam por esse campo de pesquisa rico em possibilidades de análises, amplo em termos de problemas, e de grande relevância social para as Ciências Humanas engajadas.

No ano em que organizamos essa Coletânea, com o agravo da pandemia de Covid 19 e seus efeitos severos sobre a vida urbana e, em grau elevado, sobre as populações rurais, camponeses, quilombolas e indígenas são atacados diuturnamente por políticas de modernização no campo, que avançam para a desregulamentação de direitos conquistados, dizimam os cerrados e acirram os conflitos rurais, em um país que possui destacado número de grandes propriedades em nome de poucos

proprietários de terras. Em 2019, o Brasil registrou o maior número de conflitos no campo da história, conforme os dados divulgados no relatório de Conflitos no Campo da CPT. Os conflitos e as lutas por terra são decorrentes do acesso desigual a ela.

Em um país que conserva uma estrutura fundiária secular ancorada em uma legislação que legitima o domínio dos velhos coronéis, reproduzem-se as tensões sociais e a violência no campo, com a complacência do Estado. O interesse pela questão rural implica pensar a problemática do acesso à terra, as condições de trabalho e vida, em meio à reprodução da pobreza histórica em uma região que desde meados do século XIX se tornou alvo de ações pautadas na lógica do desenvolvimentismo no campo.

Esse contexto se inscreve em uma das faces cruéis do capitalismo agrário, que impõe a mulheres e homens do campo a condição de expropriados e, não por acaso, ao sonho do assalariamento, que, alimentado pela lógica do desenvolvimentismo, é atropelado pela escravidão por dívida em regiões de fronteira agrícola. Em meio à situação de conflitos que configuram deslocamentos em busca de terra e trabalho e ações de resistência visando à permanência nos espaços de origem ou moradia, ressurgem formas de mobilização encampadas pelos movimentos sociais do campo e por intelectuais engajados.

A coletânea **O rural no Meio Norte: terra, trabalho e cultura** é composta por duas partes: **Terra - usos, disputas e mobilizações** e **Trabalho - deslocamentos, explorações e escravidão contemporânea**.

A primeira parte, **Terra: usos, disputas e mobilizações**, inicia-se com o capítulo do antropólogo Igor Thiago de Sousa, escrito em uma perspectiva decolonial que, em uma abordagem simultaneamente histórica e antropológica, e atenta à afirmação da pertença a uma identidade negra pelas quebradeiras de coco babaçu, analisa discursos e práticas de resistência e mobilização empregados pelo MIQCB e, simultaneamente, modos de racialização do mundo rural utilizados pelo Estado sob os

corpos e as práticas dos sujeitos, especialmente as mulheres, envolvidas diretamente no extrativismo do babaçu no Maranhão.

Na sequência, a historiadora Marcia Milena Galdez reflete sobre o papel do extrativismo do babaçu e da rizicultura na fixação de migrantes nordestinos no Maranhão. A incursão pela economia camponesa dá-se pelo cruzamento da análise de narrativas da História Oral, de documentos oficiais disponíveis e do diálogo com estudos de economistas (AMARAL FILHO, 1990), historiadores (BARBOSA, 2013; LACROIX, 2014) e geógrafos (VALVERDE, 1957). A autora sinaliza para o papel do extrativismo do babaçu na fixação do migrante recém-chegado e para o sustento das famílias camponesas do Maranhão, bem como para o impacto da rizicultura, em meados do século XX, para a atração e inserção dos migrantes nordestinos.

A historiadora Viviane Barbosa aborda no terceiro capítulo, numa perspectiva thompsoniana, o extrativismo do babaçu como economia moral. Identifica prática de “uma resistência das quebradeiras de coco e dos trabalhadores agroextrativistas em tornar a sua produção uma mera mercadoria, tendo em vista que suas mobiliz(ações) fazem parte de uma motivação cultural para além do mercado, o que implica numa tomada de consciência de grupo, bem como em ações, rituais e motivações simbólicas específicos e que precisam ser considerados em seu universo rural”. Nesse sentido, sua abordagem dá-se para além do modo como o Estado, os setores dominantes e as elites letradas pensam o extrativismo do babaçu, pois o aborda como “questão fundamental da vida e da cultura dos trabalhadores agroextrativistas”.

Em seguida, em uma perspectiva transdisciplinar, Julio César Bravo Medina, Isaac Giribet Bernat e José Ribamar Gusmão Araújo abordam a luta pela Reforma Agrária no Maranhão, especialmente as mobilizações articuladas pelo MST, a partir da trajetória das famílias da Vila Cabanagem. Nas palavras dos autores, “nos territórios em disputa (acampamentos) ou conquistados (assentamentos), o MST não se limita a ofe-

recer respostas primárias de sobrevivência. Com seu proceder, questiona elementos basilares do avanço das relações capitalistas no campo, o machismo estrutural ou a produção mediante uso de agrotóxicos, fomentando entre as famílias formas de produção cooperadas e com matriz agroecológica. (...) As famílias assentadas na Vila Cabanagem provinham de uma comunidade forjada no calor de uma sequência de ocupações e despejos violentos em latifúndios dos municípios de Miranda do Norte e Matões do Norte). O percurso de luta pela terra desta comunidade, desde a primeira ocupação até alcançar o processo exitoso do assentamento quase seis anos depois, é o objeto do presente texto”.

Na sequência, a historiadora Dayane Lima discute a disputa por terra que se configurou na região do Médio Mearim – MA, nas décadas de 1970 a 1990. A autora aborda a atuação de instituições ligadas à Igreja Católica progressista nesta disputa por terra, articulando trabalhadores rurais, incentivando a luta por direitos e denunciando a violência no campo. Dentre as estratégias implementadas para garantir a permanência dos posseiros no campo, destaca a criação de entidades e a formação política do homem do campo para que este tivesse conhecimento e se apropriasse da luta pela terra. A entidade Ação dos Cristãos no Meio Rural – ACR, é uma das articulações mais visíveis da Igreja na disputa por terra no Médio Mearim.

No sexto capítulo, a mestranda em História Laryssa Pimenta tem como objetivo compreender o cenário conflituoso da região do Médio Mearim – MA ao longo da década de 1980 (com destaque para alguns povoados de Lago da Pedra e Lago do Junco, como São Manoel e Pau Santo), a partir das documentações produzidas pelo Fr. Adolfo Temme, em formatos de crônicas, que tinham o intuito de denunciar e tornar públicos, os casos de violência praticados pelos grandes latifundiários e grileiros da região, que reprimiram duramente as manifestações e a organização campesina. Por meio destas crônicas, analisa a atuação da Igreja nos momentos de conflito, incentivando e apoiando a organiza-

ção na luta pela terra, bem como as inúmeras formas de violências praticadas contra os posseiros e lavradores.

Em seguida, Lucineide Medeiros aborda a Educação do Campo e a Educação Contextualizada no Semiárido e propõe uma reflexão sobre o desafio de construção de uma configuração alternativa ao processo de territorialização opressor, realizado historicamente no meio rural e na região semiárida. A autora aponta as seguintes interfaces entre os campos educacionais abordados: representam alternativas contrapostas a determinados processos impostos; as vítimas da opressão que as integram são também protagonistas na mudança pretendida; a realidade local é reivindicada em uma perspectiva de totalidade e se realizam na base material e territorial em que identificam os problemas que justificam as suas existências. E enfatiza esta última, “procurando refletir a partir das categorias território e territorialização, sobre como se produzem e reproduzem historicamente o Campo e o Semiárido, na perspectiva de identificar desafios educacionais comuns e atuais na construção pretendida”.

O historiador Gustavo de Andrade Durão e a mestranda em Sociedade e Cultura Karla Araújo de Andrade Leite estudam as ações de promoção de direitos humanos realizadas junto a comunidades da zona rural do Piauí, especificamente na Serra do Inácio, localizada em espaço territorial fronteiro dos estados do Piauí e Pernambuco. Na área piauiense a serra atravessa os municípios de Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí e Paulistana, enquanto no estado de Pernambuco desdobra-se pelos municípios de Araripina, Ouricuri e Santa Filomena. Por meio de apontamentos no que diz respeito à ausência de identidade e de consciência racial da população daquela serra, os autores buscam refletir sobre a “subalternidade desses sujeitos”, e, dentre outros aspectos, como a ausência de uma identidade política contribuiu para a manutenção de uma realidade colonizadora.

Alcebíades Costa Filho e Conceição de Maria Sousa Batista Costa analisam a produção de alimentos no Piauí, especialmente o consumo de

carne de porco na primeira metade do século XX. Para tanto, os autores se aproximam da modalidade de história agrária, que examina processos econômicos e sociais do mundo rural, segundo condições concretas, destacando a agricultura e a criação de animais, como base de sustentação da população rural. Para elaboração desse texto, foram analisados diferentes tipos de fontes, com ênfase nas fontes bibliográficas, constituídas por uma variedade de gêneros literários. Destacamos a contribuição de obras inclusas nas coleções “Brasileira” e “Documentos Brasileiros”, que evidenciam particularidades do desenvolvimento da pecuária no Brasil, além da literatura de ficção.

No capítulo seguinte, Francisco Gleison da Costa Monteiro apresenta um estudo sobre a lavoura e a pobreza nos Oitocentos. O autor utiliza ampla variedade de fontes: correspondências, relatos de memórias, regulamentos, relatórios, leis, códigos, jornais, que permitiram historicizar e cruzar dados sobre a vida cotidiana da população piauiense. A província do Piauí, na segunda metade do século XIX, pela posição topográfica, consolidou-se como lugar de passagem das tropas e boiadas e tinha uma das piores vias de comunicação do Império. Em linhas gerais, o autor reflete sobre o “boom” do desenvolvimento da produção do algodão e do fumo, que foram cultivados no Piauí, por este ter “bons terrenos, e o amor ao trabalho”, e considera a descrição como uma visão pessimista e insistente, por associar a desvalorização do lavrador ao manejo dos equipamentos agrários e ao trabalho regular.

A segunda parte, **Trabalho: deslocamentos e escravidão contemporânea** tem princípio com o capítulo da historiadora Cristiana Costa da Rocha, no qual analisa as dinâmicas de vida e trabalho de famílias de agregados do Piauí, que juntamente com o estado do Maranhão, se tornou um dos principais polos de origem de lavradores aliciados para compor mão de obra em fazendas e agroindústrias, entre 1970 e 2000, em áreas de fronteira agrícola na Amazônia Legal, em particular para a Amazônia Oriental, uma das mais violentas do país no período. A mi-

gração para a Amazônia, e não para o Centro-Sul, então projetada como eixo de interesse nos planos governamentais de desenvolvimentismo capitalista em relação ao Nordeste, impôs um sentido para a migração como única possibilidade de sobrevivência a milhares de lavradores. Nesse sentido a autora busca interpretar os variados sentidos assumidos nesses deslocamentos, inclusive os seus elementos simbólicos, através da História Oral.

Flávia de Almeida Moura apresenta algumas experiências vivenciadas junto ao projeto de pesquisa intitulado “Comunicação, Migração e Trabalho Escravo Contemporâneo: trajetórias de trabalhadores e trabalhadoras da Baixada Maranhense”. A região exporta trabalhadores para outras localidades do país e muitos acabam sendo submetidos a condições análogas à de trabalho escravo. No capítulo, Moura apresenta duas experiências de pesquisa em colaboração junto a agentes do movimento social e de trabalhadores e trabalhadoras maranhenses.

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira analisa o processo de escravização nas fazendas piauienses e maranhenses, propriedades do Grupo João Santos, identificando a predominância de uma hierarquia de trabalho responsável pela sujeição de pessoas a condições desumanas. Ali, a figura do aliciador, ou “gato”, e o uso de violência armada impõem um acelerado ritmo de labuta e garantem a dominação dos trabalhadores, em sua face de exploração e controle social, cerne dos empreendimentos do agronegócio brasileiro. O Grupo João Santos instalou suas bases produtivas por vários estados do país, dentre eles o Piauí e o Maranhão. A partir da análise das fontes, o autor identificou denúncias recorrentes de trabalho escravo contemporâneo e das terríveis condições a que muitas pessoas foram sujeitadas. Constrangimentos, adoecimentos, situações de exposição a extremo perigo, violência física e simbólica, acidentes e mortes, compõem um verdadeiro quadro de descaso com a vida.

No capítulo seguinte, o mestrando em História José Ribamar Lemos de Oliveira aborda a corrida em busca do ouro por homens do Médio Mea-

rim. Partindo das transformações nas áreas rurais do Médio Mearim, o presente artigo busca analisar a migração de homens ali residentes para garimpos, no período de 1980 a 1990. Estas migrações ocorriam simultaneamente à promulgação e aplicação da chamada Lei de Terras Sarney, de 1969, que intensificou a expulsão de “posseiros” em prol de projetos agropecuários, da agroindústria, e da pecuária extensiva. Tais transformações no campo levaram ao fim do tempo das terras sem dono e ao início da grilagem e da expropriação e centenas de homens passaram a aventurar-se na busca por ouro e pedras preciosas na região Norte, e em outras regiões do Brasil e países da América do Sul onde havia garimpos, na expectativa de melhorar de vida ou do enriquecimento a partir da sorte de *bamburrar*.

O mestrando Francisco Rairan dos Santos Vilanova, discute o avanço da indústria de celulose sobre a região do Tocantins Maranhense em meados da década de 1990 a partir da criação do Projeto Grande Carajás – PGC, que teve como principal objetivo, estimular a aproximação de seguimentos do agronegócio, madeireiras, mineradoras e a silvicultura à região que abrange os estados do Pará e Maranhão. Para a elaboração da pesquisa, tomaram-se como principais fontes os documentos que registram estudos que avaliam o potencial econômico-mineral da região, produzidos pelos Ministérios das Minas e Energias e Infraestrutura e cartilhas elaboradas pela Coordenação do Seminário Consulta Carajás, em que são apontados os potenciais prejuízos trazidos pela silvicultura em uma eventual instalação desse tipo de empreendimento na região.

No capítulo seguinte, o mestrando em Sociedade e Cultura Lucas Ramyro de Gomes Brito analisa as mudanças da rotina e do dia a dia das famílias de trabalhadores das *frentes de serviço* no Piauí, entre 1979 e 1983. Igualmente, o autor investiga as expectativas da população em torno das possibilidades de trabalho, como essas famílias se organizaram em torno deste, problematizando a existência de uma clara divisão das atividades e uma solidariedade entre os trabalhadores, na formação

de estratégias para se manterem no trabalho. A vida desses trabalhadores seria modificada no aspecto que tange ao tempo e à disciplina de trabalho (THOMPSON, 1998), vivenciando uma experiência histórica que lhes foi única, passando à situação de operários.

A doutoranda em História Lia Monnielli Feitosa Costa reflete sobre as diversas relações de trabalho que se desenvolvem no meio rural e como elas são contempladas no campo do Direito, ou seja, como o aparato jurídico delinea as funções e até certo ponto pende a balança em benefício de proprietários. Nesse sentido, a autora analisa uma ação trabalhista movida por um trabalhador contra a fábrica GECOSA-Indústrias Integradas Gervásio Costa S/A, em Novo Nilo, no município de União, Piauí, empresa na qual trabalhou de janeiro de 1983 a dezembro de 2006, como representante comercial autônomo. A ação consiste em um pedido de indenização mediante o que é externado pela Lei nº4886/65, tratando ainda de algumas peculiaridades do relatório da primeira sentença.

No capítulo seguinte, o mestrando em Sociedade e Cultura, João Marcel Evaristo Guerra, problematiza a violência no meio rural no Piauí contemporâneo. Nesse sentido, o autor parte da identificação e análise de conceitos teóricos de violência propostos por autores de diferentes épocas, nacionalidades, vivências e formações e, com base nestes, busca entender o fenômeno em sua *práxis* a partir dos conflitos rurais pela posse da terra, verificados no Piauí contemporâneo, notadamente, com vistas a se destacar a existência ou não de algum fator que torne esta violência no cenário rural piauiense tão discrepante das violências verificadas em outros cenários brasileiros, também fortemente marcados por conflitos no campo.

Marcos Oliveira dos Santos, mestrando em Sociedade e Cultura, analisa as experiências de trabalhadores rurais na fábrica GECOSA em Novo Nilo – Piauí, localizada no Entre Rios piauiense, entre as décadas de 1980 e 1990. Através da metodologia da História Oral e do uso de fontes escritas, o autor investiga até que ponto a fábrica mobilizou

o deslocamento de trabalhadores de outras regiões e estados vizinhos para essa região. Através das experiências vivenciadas pelos trabalhadores rurais, filhos de pais agregados às terras da indústria, aborda como isso resultou na exploração do trabalho forçado e na utilização da mão de obra infantil.

Convidamos os leitores a mergulhar nos temas e problemas sobre o Meio Rural no Meio Norte, uma das portas de entrada do Brasil profundo, nos capítulos que se seguem, e nos quais, a terra, o trabalho, a sociedade e a cultura são os eixos das pesquisas apresentadas.

São Luís, 07 de abril de 2022

Marcia Milena Galdez Ferreira

Cristiana Costa da Rocha

parte um

TERRA

USOS, DISPUTAS E MOBILIZAÇÕES

RAÇA E QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NO MARANHÃO¹

Igor Thiago Silva de Sousa

Introdução

Mobilizações recentes de quebradeiras de coco babaçu negras pertencentes ao Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) têm animado debates no Maranhão. Estas têm reiteradamente afirmado sua negrura² em diferentes espaços, chamando a atenção para a diversidade da composição do movimento. Tal diversidade já foi assinalada em pesquisas (PORRO, 1997; SHIRAIISHI, 1999; PORRO, 2002; VEIGA, PORRO, MOTA, 2011; MESQUITA, 2008), dando desta-

1 Este trabalho apresenta resultados parciais de minha tese de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com financiamento da CAPES e sob orientação do professor Dr. José Carlos Gomes dos Anjos.

2 Utilizo o termo negrura, tendo em vista situar as discussões aqui presentes para além do Movimento Négritude. Importante no contexto francófono, em que intelectuais africanos e da diáspora potencializavam modos de ser e existir negro-africanos. Com Fanon (2008, 2005), penso como os sujeitos são mapeados, territorializados e enquadrados socialmente a partir da raça. Apesar de considerar fundamental a (re)valorização de traços culturais e espirituais típicos do Negro-Africano, considero indispensável que este mergulho desemboque em um movimento seguinte, a organização política de negros e não-brancos que os liberte da raça, que crie um contexto social em que os sujeitos estejam para além dos limites impostos pela raça, dada a sua extirpação como modelo de organizar, classificar e sub-humanizar. Amílcar Cabral (2015) e o contexto revolucionário de Guiné e Cabo Verde, com diferentes grupos étnicos criando alianças para a destruição do colonialismo português e seus legados, são basilares em meu modo de percepção.

que para a presença de múltiplos grupos de mulheres que compõem este movimento, a saber, camponesas, quilombolas, indígenas e agricultoras familiares, para citar as categorias mais destacadas nas abordagens.

Todavia, a novidade trazida por estas mulheres negras aponta para a necessidade de racializar as pesquisas e debates sobre o mundo rural. A partir da interlocução com Maria do Rosário Costa Ferreira, mulher quilombola e quebradeira de coco babaçu do território de Sesmaria do Jardim, que fica situado entre os municípios de Olinda Nova e Matinha, e importante liderança do MIQCB, veremos um duplo movimento. Em seus embates territoriais, no acionar de memórias comunitárias, bem como em seu movimento de autopercepção enquanto negra, raça não pode ser considerada uma categoria insignificante e que passe despercebida, tanto na construção de sua vida, como nas vivências da comunidade, ou incorre-se no erro de negligenciar a realidade social.

Neste artigo veremos como racialização de corpos enegrecidos não é novidade. Percebê-los como racialmente inferiores tem composto parte das pesquisas sobre as potencialidades da economia do babaçu no Maranhão ao longo do século XX. Nestes estudos, se afirmava a incapacidade de grupos negros frente à economia moderna, suas comunidades como marcadas pela indolência, indisposição para o trabalho “racional” e a ausência de vida digna. Eram considerados sub-humanos, em uma relação direta entre negrura e desumanização, no sentido de não atingirem um “mínimo humano” necessário para a composição de uma civilização a altura dos desafios do Brasil.

Cabe situar que a ideia de dignidade foi atribuída a um modo específico de vida pela lógica eurocêntrica. O que difere desse modelo é considerado como atrasado, degenerado e/ou entrave para o progresso. Tal ideal compôs o arsenal de intervenção do projeto de Estado brasileiro, ao longo do século XX, realizando experimentos de racialização no mundo rural, através de programas de modernização de modos de vida e trabalho. Dessa forma, comunidades rurais foram consideradas arre-

dias à rotina de produção e pouco ou nada dinâmicas em termos de mudança social. Deveriam sofrer intervenções por parte do Estado, através de seus planejadores e técnicos especializados, bem como estavam à mercê de ações do empresariado sob auspícios do progresso e melhoria de qualidade de vida daqueles considerados incapazes e atônitos. Nestes estudos, o critério racial aparece como um fundamento de desumanidade, com grupos mais propensos a atingir padrões considerados civilizados e racionais, enquanto em outros, arredios, repousa animalidade, são considerados incorrigíveis por sua indignidade.

Ao tratar sobre a condição indigna, penso com Norman Ajari (2019), na medida em que o corpo indigno tem relação direta com o projeto moderno, resulta da criação de insensibilidades e das tentativas de docilização de corpos, hegemonicamente negros e não-brancos. Assim, ao focar na condição negra, é fundamental lastrear a construção de indignidade na modernidade, mapear os processos de construção de vidas que borram as fronteiras entre a vida e a morte, pois foram tornadas mortas em vida. Em diálogo com Aimé Césaire (2020), há um lastro de desumanização associado à condição negra e que percorre toda a modernidade. A produção da indignidade está diretamente associada à produção de sub-humanos e por isso mesmo sujeitos a toda sorte de intervenções, pois de antemão são considerados incapazes frente à lógica moderna.

Diferentemente da lógica racista impregnada nos estudos apontados, quebradeiras negras têm afirmado positivamente sua pertença racial. Ao realizar tal empreitada, ao invés de negarem a dimensão racial ou calarem frente a ela, tem chamado a atenção para como são atravessadas por racismo, são cindidas em grupos mais ou menos aptos a pertencer a humanidade. Situam como são objeto recorrente de desumanização e violência. Em sua empreitada, nos conduzem a perceber como a dimensão racial deve ser radicalmente levada a sério, pois são mapeadas, territorializadas, têm em seu corpo negrura, e é impossível não a ver (FANON, 2008).

Não há como não perceber, pois mesmo entre sujeitos empobrecidos e oprimidos, ocorre um mapeamento racial, são apartados a partir de um prisma que divide e condiciona a humanidade. Dessa forma, ao afirmar sua negrura e racializar suas lutas, realizam tarefa fundamental para enfrentar o apartamento racial a que estão sujeitas e destruir os alicerces do mundo colonial-moderno.

Economia do babaçu, racismo e intervenção no Maranhão

Desde o início do século XX, o coco babaçu (*Attalea speciosa*) causou euforia e expectativas de desenvolvimento para empresários, governantes, pesquisadores e planejadores, mais detidamente em estados do Norte e Nordeste brasileiro. Em seus discursos, havia a necessidade de dinamizar a economia regional, organizar o fluxo de produção e “domar” grupos rurais considerados arredios, ociosos e pouco produtivos, dando conformidade a uma política de exploração e exportação do babaçu em montantes cada vez maiores, sejam em cidades brasileiras ou outros países.

A partir de 1920, no Maranhão vigoram com força anseios quanto ao uso industrial do coco babaçu como fonte de combustível (ABREU, 1929). Tal uso se daria para além do uso doméstico que já possuía entre grupos rurais, com itens como óleo para cozinha, farinha para produção de mingau e o uso da casca como carvão. Outras fontes seriam as palhas para coberturas de casas e confecção de cestos, chamados de cofos, talos para produção de construções de pau a pique, bem como o tronco da palmeira serviria de adubo e o palmito para alimentação de animais e de pessoas. Nesse sentido, é registrado o valor que as amêndoas teriam na produção de óleos vegetais, tortas para alimentação de animais e o carvão como fonte industrial.

Quando se extrai incompletamente o óleo das sementes, a massa residual, que ainda contém uma certa porção de óleo, é conhecida na indústria pela designação de torta. (tortaux, dos franceses, cake dos ingleses, Presskuchen dos alemães). Essa torta é empregada na alimentação do gado e algumas vezes, quando ainda contém muito óleo, é submetida a processos de extração com solventes que lhe retiram praticamente toda a matéria graxa. Como alimento para animais a torta tem grande importância, daí o valor que alcança nos mercados (cerca de 250\$ a ton.) (ABREU, 1929, p. 42).

E segue o autor apontando sobre a importância do babaçu para além da produção de tortas e óleos vegetais, chamando a atenção para o carvão como fonte de combustível:

Para uma produção normal, pôde-se obter mais de 10 toneladas de casca por tonelada de amendoas, representando um sub-producto que se renova anualmente, e mais que suficiente para o beneficiamento da amendoa. O problema do combustível fica, portanto, resolvido com a utilização das cascas e fabricação eventual de carvão que pôde satisfazer aos mercados não muito distantes, desde que o permitam as vias de comunicação. O babassú que, cerca de 20 anos atrás, não era conhecido como riqueza, hoje apresenta-se como uma das mais promissoras. Como uma matéria prima para fabrico de óleo é de um valor notável, muito superior a outras sementes que se deterioram mais facilmente (ABREU, 1929, p. 90-91).

Ao lado destas manifestações sobre o valor econômico do babaçu, também são feitas considerações quanto ao trabalho ser majoritariamente feminino na quebra do coco, os métodos empregados na atividade, os possíveis fatores que possibilitariam o maior envolvimento de homens na quebra e coleta, o uso de maquinário em substituição à mão de obra local, chamando a atenção para a necessidade de abertura de estradas e ação conjugada do Estado e empresariado.

A colheita é feita, em grande parte, por mulheres e crianças; os homens ocupam-se mais no apanho das pequenas roças de algodão e cereais. Quando há uma certa elevação no preço da amendoa, atraídos pela expectativa de ganho mais fácil, homens, mulheres e crianças entregam-se inteiramente ao quebramento de côco. O maquinismo ainda não logrou ingressar na indústria do babassú; mais de noventa por cento das amendoas provenientes do Maranhão e do Piauí são obtidas quebrando o côco no gume dum machado. Poucos conduzem o côcos para casa, a fim de quebrá-los. Geralmente vão ao cocal, procuram no sôlo um lugar onde haja accumulo de côcos caídos recentemente, pois, os velhos já estão inutilizados pelo *Bruchus* ou colhem côcos aqui e ali e reúnem pouco mais de uma centena, num lugar limpo de matto (ABREU, 1929, p. 82).

Já em 1937, ocorre a reedição bilíngue em português-inglês do livro “O babassú: monografia sôbre uma das maiores riquezas do Brasil”, editado inicialmente em 1917 pelo Departamento Estadual de Estatística, Governo Estado do Maranhão. De teor propagandístico, aponta inúmeras possibilidades industriais do babaçu, desde a produção de perfumes até o uso para pavimentação e material para dinamites. Nesse sentido, vale mencionar que parte significativa das exportações referentes ao babaçu, deram-se aos EUA nos períodos da I e II Guerra Mundial.

A América do Norte é hoje o melhor mercado de babassú. Até 1934, as exportações eram encaminhadas para a Alemanha, Holanda e outros Países do Velho Continente ainda para alguns portos brasileiros do Sul. Em 1931, passou por êste Estado o Sr. Irving Herman, representante, na América, da importante firma Jorge & Santos, o qual, depois de estudar o mercado de babassú neste Estado, tomou a si o encargo de interessar as fábricas de óleos nos E.E.U.U da A. na aquisição da preciosa amêndoa (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, 1937, p. 16).

No estudo, se fazem menções à incipiente indústria do babaçu existente no Maranhão, a necessidade de abertura de estradas, visando ligar cidades do interior e comunidades rurais à capital e portos para a exportação, bem como há registro de transações comerciais com os EUA, Venezuela e países da Europa, sendo o principal mercado consumidor de amêndoas os EUA. Tal consumo se dava em especial pelo Tratado de Comércio celebrado pelo Brasil e EUA em 1935, entrando as amêndoas livres, isentas de imposto (Departamento Estadual de Estatística, 1937, p. 16). Cabe situar a importância das exportações em seu volume e valores, sendo o babaçu representado como um dos esteios da economia maranhense, entre os anos 20-40 do século XX, sendo vendido sem refino.

Hoje, o babassú representa o maior sustentáculo da situação de prosperidade e abundância em que vive o Maranhão, cujas finanças foram saneadas, possuindo no erário público fartas reservas com que o atual governante realiza um programa de grandes cometimentos. Na balança comercial do Estado, a exportação de amêndoas de babassú representa 50% do seu valor imposto (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, 1937, p. 19).

Vale destaque que o auge das exportações foi no período das duas grandes guerras, sobretudo voltadas para a Europa e os Estados Unidos já não possuindo grandes mercados externos posteriormente, sendo principalmente vendido para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse sentido, não houve qualquer alteração substancial na estrutura produtiva (LACROIX, 2004, p. 19).

Assim, nos anos de 1940 é gerida uma iniciativa entre empresários locais e Governo do estado. A partir dos auspícios da Associação Comercial do Maranhão (ACM), é criada a Campanha da Produção (CP), tendo em vista propiciar incrementos para a produção agropecuária e assistência técnica aos chamados camponeses. Com base em sistematização feita por Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2004), destacamos o

estudo realizado pela Comissão de Defesa da Produção, do Governo do Estado do Maranhão e empresários locais em 1945 que apontava que:

O aumento do valor dos produtos ocasionou a diminuição do volume porque o homem rural maranhense não aspirava um nível de melhor, não há como deixar de sentir a inadiável necessidade de uma ação conjunta, pronta e eficaz do poder público e da classe empresarial, no sentido de fazer despertar no espírito dos nossos camponeses, maior interesse pelo desenvolvimento da produção agrícola e extrativa (LACROIX, 2004, p. 22).

Nesta publicação lançada em 2004, em comemoração aos 150 anos da ACM, feita a partir de atas e documentos da própria Associação, bem como por registros cedidos por famílias locais abastadas, ficam explícitos os objetivos dos empresários quanto à organização e incentivo à produção, através da abertura de estradas, assistência agrícola, médica e a organização “racional” dos plantios de arroz, babaçu e afins. Assim, os empresários são retratados na publicação como incentivadores do progresso, estimuladores da economia regional, como mediadores de benesses para um camponês desvalido, empobrecido e atacado pela fome e doenças. Este era visto como alguém que precisaria ter seu trabalho intensificado para atingir o máximo de produção e o escoamento para centros regionais, elevadas suas condições de vida e perspectivas futuras, tendo em vista atingir um nível de vida “digno”. O desenvolvimento das lavouras significava aumento do trabalho camponês, intensificação da extração, e escoamento que atendesse aos prazos e tempos viáveis para a venda célere.

Na análise realizada pela CP, se sugere que o camponês precisaria ter proporcionada a “mais alta noção de vida, levando-o a esforçar-se para viver com relativo conforto” (LACROIX, 2004). Assim, partindo da ideia de que somente a partir de uma ação conjunta entre poder público e empresários, tendo em vista despertar o maior interesse “do homem do campo para o desenvolvimento da atividade agrícola e extrativa é

que aconteceria o soerguimento da economia maranhense, foi criado um serviço visando oferecer assistência técnico-agrícola, sanitária e educação rural” (LACROIX, 2004, p. 22-23).

Em análises realizadas pela CP, os genericamente ora chamados de camponeses, ora de lavradores, são apresentados vivendo na profunda pobreza, sem condições mínimas de higiene, desvalidos de posses e necessitados de amparo na produção, ao mesmo tempo, em que são registrados esforços para intensificar a exportação de amêndoas e demais produtos agrícolas. É assim que em 1945 o volume de exportação do babaçu atingiu 150% das vendas em termos físicos e os lucros intensificaram expectativas quanto ao valor comercial desse produto.

Os lucros animaram os planejadores da CP, a destacarem no exercício de 1954, um auxílio para o estudo do babaçu, objetivando o aumento da produção da amêndoa... Outra providência tomada foi referente à técnica de quebrar coco. O trabalho manual não correspondia ao volume esperado, sendo pensado quebradores mecânicos, mas que não se mostraram eficientes e não foram bem aceitos pelos trabalhadores (LACROIX, 2004, p. 107).

Em outros estudos sobre o babaçu já em meados dos anos 50, têm destaque as abordagens dos geógrafos Aroldo de Azevedo (1951), Roberto Galvão (1955) e Orlando Valverde (1957). Estes em boa medida vinculados a instituições de pesquisa, como catedráticos de Geografia do Brasil, da Universidade de São Paulo (USP), bem como o Conselho Nacional de Geografia (CNG), trazem à tona não mais estudos regionais sobre o babaçu, mas inquietações quanto sua importância por instituições de prestígio nacional, dando relevo a preocupações que seriam não mais dos centros produtores e exportadores regionais, mas de potencialidades econômicas que o Brasil poderia explorar. São dados e levantamentos que baseiam sua autoridade a partir do trabalho *in loco*, nos supostos rigores da observação científica quanto às descrições.

Na primeira, para além de descrições físicas e apontamentos sobre a economia regional, tem destaque a menção sobre a importância da exportação de amêndoas oriundas do coco babaçu para a economia do Maranhão. Entre as descrições, há um apanhado sobre as populações do Vale do Itapecuru, no Maranhão:

O vale do Itapecuru, na porção que tivemos oportunidade de conhecer, pelas características de sua natureza, de sua população e de sua vida econômica, aparece aos nossos olhos tal como certos trechos do continente africano; dominado por um clima quente de tipo sudanês, com suas paisagens vegetais que vão das savanas arbustivas às florestas quentes e úmidas, com sua população predominantemente negra e mestiça, a viver uma existência mais ou menos indolente, em palhoças miseráveis, num baixo e deplorável padrão de vida, tendo na economia de coleta sua maior embora precária riqueza, dependendo em quase tudo dos mercados sulinos, que apenas lhe compram o babaçu, - essa importante parcela da Terra Maranhense parece-nos fadada a representar, ainda por muitos anos, em relação ao centro-sul do país, um papel semelhante ao que a África Tropical representa para as potências industriais do ocidente europeu: simples *território de exploração* (AZEVEDO, 1951, p. 44).

Outros apontamentos referem-se a “pouca exploração racional”, conforme situa:

O babaçu constitui, em geral, uma verdadeira *resnullius*: a maioria dos babaçuais localizam-se em terras devolutas e, quando pertencem a algum duvidoso proprietário, inteiramente livre é a sua exploração. É, assim, no mais exato sentido da expressão, uma riqueza do pobre, do deserddado da fortuna; mas, nem por isso, atrai, como seria de esperar, a população regional, que só a procura quando carece de dinheiro para o seu miserável sustento (AZEVEDO, 1951, p. 35).

Para o autor, o que se viu no Vale do Itapecuru seria simplesmente algo para se explorar, retirar mais-valia e ter certo fardo com a organização do que ali se encontrava. Esta faixa do Maranhão e os grupos ali encontrados corresponderiam para o Brasil, ao que a África Tropical seria para as nações europeias, mero território de exploração, repositório de matéria-prima.

Para Galvão, em estudo apresentado pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVA), em Belém do Pará, inicialmente, em 1953, e publicado em 1955 na Revista Brasileira de Geografia, há considerações sobre aspectos morfológicos, hidrográficos e sociais, destacando a migração nordestina, o autor chama a atenção para uma “agricultura nômade”, dada a quantidade de terras devolutas e a presença de latifúndios. Quanto ao babaçu, comenta ser um dos principais produtos do estado, somando-se ao arroz.

A agricultura tem decaído no vale do Itapecuru, como dissemos, e a economia desse vale apresenta-se, atualmente, “como uma economia essencialmente coletora, isto é, uma economia baseada quase exclusivamente na apropriação direta dos recursos naturais. Estimamos que cerca de 70% da população do vale se dedica à coleta do babaçu, da cêra de carnaúba e outros produtos nativos da região. Excetuados o algodão e o arroz, que ainda resistem galhardamente, prolongando a existência da agricultura comercial do vale, todos os demais produtos, cultivados em pequenas roças, visam exclusivamente à manutenção do sertanejo” (GALVÃO, 1955, p. 280).

Para ele, o motivo da queda no cultivo de arroz se daria pelo aumento progressivo dos preços do babaçu e “sendo a atividade da coleta do babaçu menos trabalhosa, pois não exige o amanho da terra, e menos dispendiosa, visto não requerer nenhuma inversão de capital, as conseqüências de sua valorização não poderiam ter provocado resultados diferentes” (GALVÃO, 1955, p. 279-280).

Em Valverde há a descrição dos chamados caboclos maranhenses e nordestinos. Os primeiros seriam indolentes, miseráveis, de criações parcas no Vale do Itapecuru (VALVERDE, 1957, p. 19). Nesta leva de comentários de explícito teor racista, os Vales do Pindaré-Mearim são apresentados como regiões pioneiras, modernas, ocupadas principalmente por nordestinos migrantes do Ceará e Piauí, já o Vale do Itapecuru enquanto uma frente antiga, com sequelas da escravidão e fonte de atraso. É assim:

O cearense é trabalhador, tem iniciativa, está disposto a abrir caminho a um futuro melhor para sua família a qualquer preço. Este é um clã patriarcal; não obstante, todos trabalham: homens, mulheres e crianças. O respeito à honra do lar, sobretudo no que toca às mulheres, tem qualquer coisa de místico. As infrações a esse código não escrito são lavadas com sangue, a “peixeira”. Os crimes são freqüentes e o jôgo é um flagelo social” (VALVERDE, 1957, p. 409-410).

Já o dito caboclo maranhense é visto como:

O caboclo maranhense é um vencido; a condição de dependência econômica, a tradição escravagista, a indolência o derrotaram. A sua função social quase se reduz à de um mero reprodutor da espécie. As mulheres, porém, trabalham desde tenra idade. Desde os 6 ou 7 anos começam a quebrar côco para se vestir e se enfeitar, mas aos 16 ou 17, na maioria, se prostituem. Os laços de família são frouxos. As cenas mais degradantes observam-se em restaurantes à beira da rodovia-tronco de Codó a S. Luís, em que jovens adolescentes servem as mesas e provocam os viajantes ao deboche, ante os olhos indiferentes dos parentes mais velhos. Nesta região, as figuras do motorista de caminhão e do caixeiro-viajante desempenham papel de desagregação social” (VALVERDE, 1957, p. 410).

Em termos gerais, para os geógrafos, a população local estaria imersa em miséria, seria deplorável e ociosa, coletando babaçu apenas para um

nível mínimo de vida. O tom comum entre os pesquisadores mantém uma narrativa colonial sobre “uma riqueza natural em meio a miséria disseminada”, devendo a população ser higienizada, retirada da miséria e ociosidade a partir da racionalização da produção, mecanização da quebra do coco, construção de estradas, incremento à incipiente indústria local e aproveitamento das potencialidades do coco. Estes estudos fazem parte de pesquisas sobre as variações regionais do Nordeste, estando o Maranhão situado no Meio-Norte, localizando-se em uma zona de transição com a Amazônia.

Já nos escritos do geógrafo Manuel Correia de Andrade, como “A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste”, originalmente publicado em 1963, caracteriza o Meio-Norte, fazendo a distinção entre duas regiões de colonização. A primeira seria caracterizada como antiga, e voltada para a pecuária, já a segunda, de povoamento mais recente onde predomina a agricultura.

Nesta primeira faixa, tem destaque a pecuária extensiva associada ao cultivo de gêneros comerciais, onde camponeses trabalham em regime de pagamento de foro ou em regime de parceria. Já as áreas de colonização mais recente (primeiras décadas do século XX), foram sendo ocupadas por migrantes nordestinos em busca de terras agricultáveis, nestas predominam uma agricultura itinerante, onde após algumas colheitas, a terra é abandonada e o camponês vai atingindo “terras livres”.

Manuel Correia de Andrade, assim como os demais geógrafos mencionados, insiste por designar grupos locais enquanto verminosos, pobres, ignorantes e dependentes dos latifundiários. Insiste, assim como os demais, que uma produção racionalizada poderia gerar lucros, fazendo-se indispensáveis estudos agronômicos que otimizem as áreas de babaçuais (ANDRADE, 2011, p. 237-238). Já no livro “Ensaio sobre a realidade maranhense”, publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) em 1984, situa que “é espantosa a quantidade de coco que é perdida devido ao fato de não ser a apanha suficiente, em

quase todo Maranhão, para atender à queda” (ANDRADE, 1984, p. 95). Continua exemplificando possíveis práticas dos “caboclos” maranhenses. Assim descreve:

O trabalhador ignorante procura se defender como pode, prejudicando, muitas vezes, a qualidade do produto, de vez que ao mesmo mistura uma série de impurezas, a fim de aumentar o peso e, conseqüentemente, o valor do produto. Para isto usa vários estratagemas: sabendo que a desidratação diminui o peso e por seguinte o preço do produto, ele procura vender as amêndoas no mesmo dia em que quebra o coco e se não o consegue, junta terra, deixa porções de cascas aderidas às mesmas e, se não consegue ainda vender logo, molha com água salgada e em casos extremos chega a urinar sobre as amêndoas (ANDRADE, 1984, p. 93-94).

Estas práticas descritas por Correia de Andrade como típicas de “caboclos maranhenses” em busca de sobrevivência não lhes corresponderiam. Conforme Joaquim Shiraishi (1999), as práticas mencionadas eram usuais entre comerciantes e atravessadores, tendo em vista aumentar os preços das amêndoas vendidas, pois eram estocadas em grandes quantidades em armazéns aviadores. Assim, as práticas referenciadas eram comuns entre comerciantes visando alterar o preço das balanças. A partir de entrevistas, o autor nos situa que, “conforme relato de trabalhadores extrativistas mais idosos, os quais informam também que nos armazéns onde eram estocadas as amêndoas de babaçu tinha um cheiro insuportável de urina” (SHIRAISHI, 1999).

Nesta literatura, as populações rurais, são constantemente racializadas, apontadas como responsáveis por fracassos de industriais e comerciantes, indolentes e sem perspectivas de vida, são vistas como um problema que deve ser sanado, ora por projetos oficiais de colonização, ora pela industrialização da produção e mecanização da quebra dos cocos. Cabe situar que nesta investida de “salvamento dos locais”, uns estariam mais propensos a este, outros são reduzidos ao “mínimo humano”, relacio-

nando a presença negra ao atraso, pobreza e fome disseminadas. Trata-se de sujeitos animalizados, boçalizados, meros reprodutores, as mulheres disponíveis em beiras de estrada aos transeuntes; outros, numa associação entre brancura e mudança social, são trabalhadores esforçados e dignos, são mais humanos, têm respeito e honra ao lar. Nesta lógica, quanto mais distante do negro, ou para os autores, mais “nordestino”, mais propenso ao trabalho digno e a alteração das condições de vida.

Nesse sentido, o destaque é dado à economia do babaçu, suas potencialidades em nível regional ou nacional. O babaçu é apresentado como uma riqueza que precisa ser salva dos pobres, explorada, gerar mais divisas e ter uma produção constante. Todavia, grupos rurais, são apresentados como indolentes, vivendo em condições precárias, sujeitos à ação tanto do Estado, quanto de grupos empresariais. Alguns grupos, por sua brancura estariam aptos à mudança social, tinham honra e condições de melhoria na qualidade de vida. Outros, associados diretamente à negrura, estariam fadados à miséria, eram “o mínimo humano” que deveria ser explorado e contido. Em ambos os casos, somente o trabalho árduo poderia redimir, cabendo, porém, somente aos não-negros, quem sabe, a presença, mesmo que marginal, no projeto de civilização brasileira.

A seguir, veremos como quebradeiras de coco babaçu negras têm rejeitado a associação entre negrura e animalidade, positivando suas vivências e apontando para a relação entre raça e território.

Situando acontecimentos: raça entre quebradeiras de coco babaçu

Entre acadêmicos, estudiosos do babaçu e dos entraves que a economia regional e nacional sofria ao longo do século XX, como os já mencionados acima, a dimensão racial aparecia como um impeditivo de dignidade, ao associarem negrura à pobreza e indolência, chamando a atenção

para como a vida rural seria marcada por ociosidade e falta de perspectivas, devendo o Estado e empresários induzirem a produção “racional” em meio aos flagelados. Nesse sentido, quanto mais distante do negro, mais próximo se estaria de atingir níveis razoáveis de civilidade. Para estes autores, havia uma relação direta entre negridão e atraso, sendo os grupos negros considerados incapazes de produzirem mudanças em suas próprias vidas, estavam fadados à indigência e à tutela. Eram um fardo, que industriais e comerciantes deveriam carregar, explorar e racionalizar, objetivando a produção em larga escala.

Entretanto, entre quebradeiras de coco babaçu negras tem ocorrido outras associações envolvendo negridão. Ao remeterem a sua negrura, elas têm feito esforços no sentido de positivar suas pertencas e vínculos remetendo a memórias, construções de vidas dignas e territórios de liberdade. É profícuo perceber como há uma relação direta entre corpos negros-territórios-comunidades. Assim, ao atentar para a dimensão de uso destes lugares, não se limita aqui a aspectos utilitários, funcionais, reconhecendo que em boa medida o conceito pode mostrar-se limitado, não atentando para as relações entre humanos e não-humanos, para dimensões que posicionam árvores, rios, igarapés e animais, não apenas como meros recursos, mas lhe dão uma vida plena.

A partir das elaborações de Maria do Rosário, destacada quebradeira de coco babaçu negra vinculada ao MIQCB e liderança da comunidade quilombola de Sesmaria do Jardim, na Baixada Maranhense, pontuarei sobre como vem ocorrendo a positivação da negrura entre estas mulheres e sua relação com aspectos territoriais e ancestrais. Conforme nos diz:

Eu avalio isto com muita posição, com muita firmeza e com muita certeza de que um dia vai dar tudo certo. Temos conhecimento. Conhecimento pela nossa raça e pelos conflitos que nossos antepassados, nossas bisavós, nossos avós sofreram, é o quanto a gente tem e pode ver isso. Por exemplo, eu tenho muito consorciado comigo de quando eu comecei a me entender foi aqui dentro de um território, dentro de um território quilombola e quando eu

comecei a descobrir a história daqui deste território, quando eu comecei saber de que a minha história, o quanto eu vejo o tamanho dos pedaços de ferro, eu vejo o tamanho do que tem ainda até hoje e foi alguém que me antecipou, que chegou antes de mim, e que lutou para eu sobreviver, sabe? E que lutou com fome, e que lutou com sede, e que apanhou surra dentro deste território, que deu sua costa à surra e que derramou seu suor, conduzindo canas de açúcar, conduzindo os carros de boi, como se fosse um animal. Isso para mim, me deixa cada vez mais, mais com vontade de lutar, com vontade de mostrar que somos gente, para dizer que somos mulher. Isso eu digo, digo com muita firmeza.

Maria do Rosário primeiramente nos situa um tipo de conhecimento que é ancestral, oriundo dos que a antecederam e que mesmo em condições tão vis, lutaram pela sobrevivência e construção da liberdade. Se ela inicialmente fala em “dar as costas para surra” isso não se dá por aceitação de sua condição de besta de carga, da não-humanidade, mas pela condição de aviltamento causada pela escravidão negra.

Ao refletir sobre a condição negra, é fundamental lastrear a construção de indignidade na modernidade e mapear os processos de construção de vidas espectrais. Tem sido muito comum, sobretudo entre filósofos e cientistas sociais, tratar como o grande acontecimento de degradação humana, os campos de concentração nazistas, apontando-os como um surto de maldade e ignorância sem precedentes, em meio ao coração iluminado da Europa. Porém, Norman Ajari (2019), relembra que o que seria mais desumanizador do que o devir-mercadoria a que escravizados africanos estavam sujeitos nas *plantations*, tratados como peças a serem repostas na medida em que pereciam? Nos situa como a lógica escravagista teve como um dos seus resultados mais frutíferos, a criação de insensibilidades, em que a desumanização sem remorsos é parte indispensável. A criação de apatia, frente aos sofrimentos e dores, pontua a recorrência as vidas negras de ontem e hoje.

Assim, ao tratar como Maria do Rosário elabora sobre seu passado, é importante dar vazão a perspectivas de tratamento da memória. Ao elaborar sobre a condição dos indignos, Ajari (2019), nos diz sobre a condição dos escravizados, daqueles que apesar de terem um passado, não têm direito a ele. Que após o rapto, devem se afastar de tudo anterior a captura, de pertencimentos e sentidos de comunidade. Devem se encharcar na abjeção da escravidão, serem peças móveis pertencentes a outrem, sem direito à memória, presos na alienação natal. A indignidade assim, seria uma indistinção entre vida e morte, uma vida tornada inabitável, exaurida e vencida. Ela é espectral porque está no deslocamento das margens entre vida e morte. É tão rebaixada que é impossível de ser vivida. É indigna justamente porque carrega ínfima possibilidade de uma existência outra, radicalmente diferente.

Porém, é o próprio autor que situa os esforços incessantes de luta contra a opressão a partir das memórias e relatos de ex-escravizados, em como rememoram e a partir disso, constroem ações contra a sujeição. Dessa forma, aponta como as lembranças do cativo oferecem chaves para as lutas subalternas contemporâneas, na medida em que no esforço de lembrar, na possibilidade de partilha, tenta-se retomar aquilo que lhes foi negado, o direito a um passado e uma memória, o direito sobre seus corpos e vidas. Assim, o esforço sobre o ontem, é também uma forma de lida com o agora e uma aposta sobre como será possível prosseguir, viver. Desde o diálogo com o pensamento de Frantz Fanon (2008), o autor nos mostra que ao trazer suas memórias, foi necessário vencer o assombro. Nesse esforço, se produziu um conhecimento que ao mesmo tempo em que reconhece a dor e produz a partir dela, mapeia suas causas e os efeitos da assombração, por isso ao tempo que evoca, transcende e planeja.

Gostaria de sugerir que em sua elaboração sobre seus antepassados e suas vivências, Maria do Rosário nos mostra que mesmo em condições tão aviltantes como as da escravidão negra, se construiu um território li-

vre, no qual ela vive e produziu suas primeiras reflexões e engajamentos. Em seus acionamentos, o passado não se mostra puramente relacionado com o anterior, mas um atravessamento que permite elaborações sobre o que transcorreu a partir das vivências, a partir da própria pele. Dessa forma, opera o reconhecimento das condições em que se vivia, o mapeamento de seus efeitos e prolongamentos no tempo presente. Ao comentar sobre a condição de seus antepassados, situa a exploração da escravidão, o tratamento bestial, a servidão compulsória dos seus. Formula a partir de um conhecimento racializado, que sabe das cicatrizes das chicotadas, dos dias ao sol, da má alimentação e as condições degradantes. Ao mesmo tempo, sabe bem o que apesar das mudanças temporais, permanece. Conhece os esforços incessantes para “mostrar que é gente” e sabe das possibilidades que tem no agora, materializadas na territorialidade de seu quilombo. Nos oferece assim um conhecimento que não é propriamente seu, é de base comunitária, fruto de esforços ancestrais materializados em sua comunidade e que aciona em enfrentamentos no agora.

Então, as memórias não são vestígios sobre o que aconteceu outrora, pedaços pálidos de passado, mas matérias que permitem a visibilização do constructo da libertação negra como uma elaboração permanente. É assim que é possível que Maria do Rosário se encontre, seja impactada pela história que a circunda e da qual ela é sujeito central no incessante esforço do agora, como nos diz. Por sua vez, o conhecimento que possui não se trata de um mero esforço individual. É um conhecimento que carrega uma vivência coletiva, ela nos mostra que o esforço de lembrar é também o esforço de construção de uma vida livre, plenamente humana. Assim, tem-se conhecimentos racializados e territorializados a partir das vivências dos corpos negros na diáspora. Conhecimentos mapeados através dos conflitos de ontem-hoje que são possíveis a partir da materialidade da raça, em como esta conforma vivências e expectativas, situa acontecimentos não como acidentes ou erros, mas resultados diretos de pertencimento.

Ao pensar sobre como Maria do Rosário nos fala, deste esforço de mostrar que se é gente, nos fala não de uma súplica por uma humanidade concedida, ou uma entrada pela porta dos fundos no Ocidente, mas a construção de um mundo possível a partir de heranças, arrancando humanidade de quem lhes nega e de seus passos acompanhados. Estes passos, ontem e hoje, possibilitam a construção do território quilombola e situam seus desafios. Assim, ao pensar neste esforço coletivo, a noção de territórios negros, nos leva além de uma mera métrica escalar, nos posiciona frente a legados, constrangimentos e acionamentos potentes de uma dimensão acessível através do que raça nos possibilita sentir. Rogério Haesbart, ao refletir sobre o processo de elaboração de conceitos sobre os territórios construídos por grupos subalternos na América Latina, nos ensina que:

A conceituação de território em nosso contexto vai muito além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência de grupos subalternos, habitantes de periferias urbanas (especialmente descendentes de negros e indígenas) e, de modo culturalmente mais amplo, os povos originários em seus espaços de vida (HAESBART, 2020, p. 162).

Nos cabe sinalizar que a construção de territórios de vida livre se dá de diferentes formas entre os povos colonizados, vinculando-se à defesa da existência física, espiritual e livre das amarras do agora, ao mesmo tempo em que lidam com as constantes agressões e interferências do modelo capitalista, fundamentado em práticas (neo)extrativistas e de destruição/privação dos bens comuns. Maria do Rosário, ao tratar das lutas que desenvolve, nos coloca que:

Eu, como mulher negra, como mulher quebradeira de coco, como mulher quilombola, eu vejo as sonegações, as negações dos pode-

res, as negações do poder, de quem está no poder, de quem está à frente de um direito, do que nega os direitos quando lutamos para sobreviver, lutamos pela vida, lutamos pelo não desmatamento. A mulher negra que tá na frente disso tudo é a mulher quilombola, é a mulher que não estudou, é a mulher que não tem um estudo, que não fez uma faculdade aqui hoje, tá? Mas é essa mulher negra, essa mulher preta, essa mulher quilombola, essa mulher que tá à frente, que tá dando sua cara também. Dando sua cara também à tapa para vencer. Para fazer vencer uma história. Eu penso muito nesse lado. Desse lado, bastante sofrido para mim. Vejo a quebra do coco, o quanto essas mulheres, a história dessas mulheres quebradeiras de coco que lutam pra tirar a sua sobrevivência da natureza, luta pra tirar, pra voltar a sua história, fazer ver na sua história de direito, de dignidade, mas os conflitos, o machismo mesmo, é, o racismo, o racismo é muito grande, o preconceito é muito grande. E isso eu vejo a coragem da mulher, a coragem da mulher negra, das poucas mulheres que vão à frente, mesmo, que estão à frente. Ainda falta mais mulher ter essa consciência, mais mulheres, mais povo negro.

A primeira reflexão a partir da interpelação de Maria do Rosario é como grupos subalternos, em especial mulheres negras, leem a realidade e enxergam perfeitamente bem quem são seus inimigos, entendem o sistema institucional de poder e como opera realizando *sonegações*, lhes impedindo garantias e acessos. Aqui, mais do que a necessidade de grupos externos para lhes guiar, auxiliar na análise sobre a realidade, demonstra conhecimentos oriundos a partir de suas lidas diárias. Não se trata de dispensar grupos auxiliares, mas reconhecer o protagonismo e a autonomia dessas mulheres a partir de seus territórios, na sua luta por sobrevivência a partir daquele chão de existência.

Estas mulheres encabeçam tais lutas, realizam mobilizações e auxiliam processos organizativos em seus territórios e comunidades. Maria do Rosário, em alusão aos seus antepassados que constituíram o território

Sesmaria do Jardim, também “dá a sua cara à tapa”, ou seja, se levanta, se ergue soberana sob injustiças e situa de onde extrai os conhecimentos que reflete e põe em prática, como uma mulher negra, quilombola, quebradeira de coco babaçu, em posição destacada na organização tanto local, quanto no movimento das quebradeiras de coco babaçu. Ao se erguer, faz um movimento incessante, assim como seus antepassados, se a luta não vem de hoje, ela também não se encerra no agora, é uma luta constante, que desagua nas experiências de luta contra a subalternização que marcam as comunidades negras.

Por sua vez, o processo de organização também é cercado de dores. Maria do Rosário nos faz refletir a partir do sofrimento e em como se relaciona com ele. Ela faz interpretações da luta pela sobrevivência e por dignidade, por conhecer a sua história, que é também a história da comunidade em certa medida. As dores não são de hoje, elas também são ancestrais. Assim, mais do que refletir sobre um território qualquer, ela fala de um lugar com um legado de lutas, de gente que para permanecer, fez interromper ontem e hoje processos intensos de desumanização, de animalização. Ela assim nos ajuda a refletir:

Eu consorceio a minha luta, né, a minha luta pelos territórios, a minha luta pelo livre acesso aos babaçuais, a minha luta pelo meio ambiente, pela alimentação saudável, a minha luta pela terra, a minha luta pela água, a minha luta pelos povos e comunidades tradicionais, a minha luta pelo sentimento de pertença das pessoas negras, entre homens e mulheres que foram massacrados naquele antigo tempo e aqui ainda. Eu ainda nem existia, mas por saber hoje da luta e desses massacres, desse racismo contra o nosso povo negro, contra o nosso povo preto, e é isso que me faz a cada dia mais lutar. E eu consorceio isso, isso tudo eu consorceio dentro do MIQCB. Eu tenho para mim tudo isso estava dentro de mim, eu trazia dentro de mim, crescendo, é... eu vinha crescendo com tudo isso, mas eu não tinha aquela força de botar isto em prática, de colocar em prática.

Se a dor causa marcas profundas, nem todas são somente atomização. Elas são carga e como tais, são carregadas e têm consigo impulsos. Elas servem de força quando aproveitadas, quando rompem as amarras e saem ao mundo. É assim que Maria do Rosário nos faz uma explanação sobre como relaciona as lutas que considera indispensáveis (sua lista envolve desde a pertença racial e étnica, terra-território-águas, acesso aos babaçuais até alimentação saudável) e as possibilidades dentro do MIQCB. É sobre este consórcio que ela expõe brilhantemente, sobre como realiza operações de aproximação. Estas, porém, não se dão no vácuo, dão-se somando aquilo que encontrou e que foi possível construir junto ao movimento e o que faz com a sua própria história, em como cuidadosamente pode aprender sobre os massacres contra o povo negro, o povo preto, de homens e mulheres naquele tempo antigo e hoje, como comenta. Ao pensar nestes massacres, é possível ver a universalidade da experiência negra, que se por um lado está sob o jugo da escravidão pós-tuma, como nos alerta Orlando Patterson (2008), nem por isso deixou de produzir insurgências, fugir do mundo posto, construir, sublevar-se, ou seja, oferece um convite para a libertação. Dessa forma, a partir de sua entrada no movimento, comenta os passos que se seguiram:

Todo esse machismo, todo esse preconceito, eu consegui reconhecer, isso é o mais importante, eu consegui me reconhecer, tirar de tudo dentro de mim, desde quando eu comecei, quando eu abracei o movimento, quando eu entrei no movimento, quando eu achei ali, essa é a minha casa. Essa aqui é a minha mãe. Esse MIQCB é a minha mãe, esse MIQCB é o meu pai. É ele que tá me ensinando, me ensinou, me deu, me mostrou como ter autonomia. Como buscar autonomia, me ensinou, me mostrou a igualdade. Me mostrou que a nossa cor, a nossa cor nos faz feliz. A minha cor me faz feliz, a minha cor me faz feliz mesmo, a palavra, me faz feliz. O meu cabelo, o meu cabelo é a minha identidade. Então, dentro de mim descobri no movimento, no MIQCB, me ajudou a me achar. E no MIQCB eu descobri que eu podia tudo. O MIQCB me deu liberdade pra que eu pudesse

dizer em voz alta e me achar, dizer “eu sou bonita”, dizer, bater no peito, “eu sou preta, eu sou preta com orgulho, eu sou preta de valor, eu sou preta de reconhecimento, eu nasci, eu nasci de uma família preta, nasci de uma família quilombola, nasci de uma família trabalhadora rural, quebradeiras de coco e de uma família que me fez, que me dá orgulho, me dá orgulho hoje, eu sou orgulhosa, moro dentro de um território quilombola, aonde a minha, os meus antepassados foram escravizados e é por isso que eu luto e vou lutar até o fim pela regularização deste território, eu tenho o meu sonho, o meu sonho é a titulação, é a regularização deste território quilombola, Sesmária do Jardim, que um dia nós possa viver livre e ter, e ter nas nossas mãos este território, poder gritar e dizer, eu sou quilombola, dizer mesmo, eu sou quilombola e resido aqui neste território e neste território foi onde eu nasci, me criei e é por onde eu vou lutar.

A partir de uma experiência própria, no processo de se reconhecer, de ver beleza em si mesma e onde nasceu, reconhecer seu cabelo como traço ancestral, em positivar a sua história, não se tem simplesmente o movimento de empoderamento no sentido liberal, ele vem atrelado a um outro compromisso, à prática de libertação de um território negro. Assim, ao mesmo tempo que o MIQCB é reconhecido como uma mãe, ele também é um pai. Estar no movimento é a possibilidade de dar munição para o enfrentamento do racismo e machismo a partir de seu lugar, é potencializar, é poder interferir com firmeza em processos locais e regionais, potencializar enfrentamentos de tantas outras mulheres, ao mesmo tempo em que se aprende. Aprender envolve em boa medida conseguir pensar a relação de mulheres negras entre si e com homens negros e racializados. Tal esforço envolve situar a dor e o que ela potencializa perceber, pensar a partir dela e encarar o mundo como é: anti-negro. Assim, mais do que meramente esquecer, é necessário elevá-la à condição potente de pensamento e prática.

À guisa de considerações finais

Ao situar a dimensão de pertencimento e de vinculação a um território quilombola, se faz necessário elaborar sobre a relação de mulheres negras entre si e com os homens ao seu redor, pois estes territórios não estão ilesos de ataques e fissuras na vida comunitária. Dessa forma, o reconhecimento do machismo, inclusive praticado por homens negros, o reconhecimento do racismo, que coloca sujeitos negros, e mulheres negras, destacadamente em posições aviltantes, conduziu Maria do Rosário a uma potente relação entre sua história pessoal, de seu território e a de tantas outras mulheres, que vivendo em condições semelhantes, podem a partir de suas vivências e dores, mas também conquistas, construir outros mundos. Vilma Piedade (2020), ao conceituar dororidade, nos chama a atenção para as dores das mulheres negras, a naturalização da violência contra seus corpos, sucessivos estupros, violência e morte, bem como o recorrente apagamento de suas memórias. Nos aponta que:

Sabemos que o Machismo Racista Classista inventou que Nós – Mulheres Pretas- somos mais gostosas, quentes, sensuais, lascivas. Aí, do abuso sexual e estupros, naturalizados até hoje, foi um pulo. Pulo de 129 anos, e passamos a ser estatística. Os dados oficiais sobre violência sexual falam disso. Estamos na frente, morremos mais nas garras desse Machismo do que Mulheres Brancas...é simples e banalizado no cotidiano – Mulher Preta é Pobre. Mulher Pobre é Preta. Pelo menos na sua grande maioria (PIEADADE, 2020, p. 14).

Se para dor não se tem régua, nem por isso são iguais. As dores ocorrem de maneira diferentes, desiguais. É a própria Maria do Rosário que nos auxilia nessa reflexão. Ela faz um esforço de retomar os desafios e feitos de seus antepassados, de trazer à tona suas dores, para assim nos apontar que é a partir delas que suas lutas de hoje são abastecidas. É por reconhecer que alguém o fez antes dela, e para que ela aqui estivesse, que

hoje encontra forças. As lutas de hoje de Maria do Rosário, porém, enfrentam inimigos próximos aos de outrora, como também nos ajudam a pensar Vilma Piedade. O machismo, o racismo, como apontam, em seu consórcio, têm atingido níveis de letalidade cruelmente retratados nas estatísticas que relatam a violência e morte de pessoas negras, destacadamente, mulheres negras. É por isso que se levantam. É construindo a partir da dor de ontem e hoje que se movem. Ao apontar a situação das mulheres, Maria do Rosário nos situa que:

É questão da gente, é o quanto na luta pelos territórios, na luta pela defesa dos quilombolas, da mulher negra, são as mulheres negras que tãõ à frente disso tudo. Elas vivem todas ameaçadas de morte. Já ultrapassou a questão da ameaça. Quando há ameaça de morte, de tirar a vida, então tira a vida de quem está, porque isso para os poderosos, tirando a vida, é a única forma que eles encontraram, o que os poderosos encontraram para se livrar da gente, para se livrar de quem busca direito, de quem busca sobrevivência, é tirar a vida. Porque tirando a vida, não existe mais, não tem mais luta, acabou. Eles tentam calar nossa voz.

Se Maria do Rosário nos situa a “coragem da mulher negra”, ao mesmo tempo aponta que ainda faltam mulheres negras no *front*. Essa falta não se dá à toa, muitas se encontram em situação de risco, sofrendo ameaças e a ronda da morte. Ela mesma encontra-se em acompanhamento pelo Programa Estadual de Proteção a Defensores/as de Direitos Humanos (PEPDDH) por pedido direto do MIQCB. Se nos comenta com orgulho dos desafios do que é ter voz ativa nos enfrentamentos, também sabe bem o que isso significa. Se a ausência é um fato, esta não é simples. Morte, caça, ataque constante dos poderes instituídos, sejam à direita, sejam à esquerda, essa é a realidade.

A guerra racial está dada, e é mais bem analisada por quem está na lida pela sobrevivência. Não se trata de estatísticas, nem de dados frios. É a perda aterrorizante. A falta é um projeto. É uma forma de gestão da

desgraça e da morte. Não nos enganemos, mulheres e homens negros incapazes, em vidas rebaixadas, fazem parte movimento organizado. Trata-se da persistência da escravidão. Assim, pensar no inverso, em como sob a égide do risco eminente estes têm enfrentado a morte, é questão fundamental sobre como têm traçado rotas de sobrevivência.

Estas mulheres, a partir do reconhecimento das condições de outrora, percebem os prolongamentos da escravidão no agora. Assim, sob o prisma de um conhecimento racializado podem reconhecer, o que apesar de sucessões temporais, permanece. Trata-se aqui de pensar em convites para alianças e levar a sério a hipótese de que estamos mais seguros entre nós, e isso significa elevar radicalmente a condição do que significa nós.

Referências

ABREU, Sílvio Fróes. **O côco babassú e o problema do combustível**. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio. Estação Experimental de Combustíveis e Minerios. Rio de Janeiro, 1929.

AJARI, Norman. **La Dignité ou la mort: Éthique et politique de la race**. Éditions La Découverte, Paris, 2019.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo. Cortez, 2011.

_____. **Ensaio sobre a realidade maranhense**. São Luís. IPES, 1984.

AZEVEDO, Aroldo de. **Viagem ao Maranhão**. Boletim n. 120 - Geografia n.6 -, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1951.

CABRAL, Amílcar. **Arma da Teoria**: volume I. Praia. Fundação Amílcar Cabral, 2015.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo. Veneta, 2020.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. **O babassú: monografia sôbre uma das maiores riquezas do Brasil**. Estado do Maranhão. São Luís, 1937.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FERREIRA, Maria do Rosário Costa. Entrevista realizada em 10 de maio de 2021.

GALVÃO, Roberto. **Introdução ao Conhecimento da Área Maranhense Abrangida pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v.17, n. 3, jul-set, 1955. p.239-299.

HAESBART, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A campanha da produção**. Associação Comercial do Maranhão. São Luís, 2004.

MESQUITA, Benjamin Alves. **As mulheres agroextrativistas do babaçu**: a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente. In: Revista de Políticas Públicas. São Luís, v. 12, n. 1, 2008

PATTERSON, Orlando. **Escravidão e morte social**: um estudo comparativo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo. Editora Nós, 2020.

PORRO, Noemi. **Changes in peasant perceptions of development and conservation**. Dissertação (Mestrado em Estudos Latino-Americanos) - Center for Latin American Studies, University of Florida, Gainesville, 1997.

_____. **Rupture and resistance: gender relations and life trajectories in the babaçu palm forests of Brazil**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Department of Anthropology, University of Florida, Gainesville, 2002.

SHIRAISHI, Joaquim. **As quebradeiras de coco babaçu no Meio-Norte**. Papers do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, nº. 121. Belém: Universidade Federal do Pará, 1999.

VALVERDE, Orlando. **Geografia econômica e social do babaçu no meio norte**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, nº. 4. p.381-419. out/dez, 1957.

VEIGA, Iran; PORRO, Noemi; MOTA, Dalva Marida da. **Movimento social contemporâneo e processos de territorialização por comunidades tradicionais: a construção da identidade política do movimento das quebradeiras de coco babaçu**. In: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, V.1, nº. 17, 2011.

NA TERRA DAS PALMEIRAS E DA RIZICULTURA: economia camponesa e fixação de migrantes no Maranhão

Marcia Milena Galdez Ferreira

Introdução

A estratégia narrativa desse texto segue o percurso metodológico adotado, que parte da História Oral e a partir dela estabelece um diálogo com parte da bibliografia clássica e com produções recentes acerca de atividades econômicas em que se engajam camponeses e camponesas recém-chegados ao Médio Mearim, região central do Maranhão, terra de palmeiras do babaçu, e um dos polos mais expressivos da rizicultura do estado, entre as décadas de 1930 a 1960. Em seguida, interpretamos documentos oficiais e um estudo desenvolvido por um geógrafo, escrito no recorte temporal adotado, que permitem vislumbrar outros aspectos da economia e dos modos de viver de camponeses/as.

A História Oral é tomada e compreendida como arte da escuta (PORTELLI, 2016) e via de acesso às experiências subjetivas (ALBERTI, 2006) de homens e mulheres migrantes que se fixam na região do Mé-

dio Mearim, especialmente entre as décadas de 30 e 60 do século XX. Os relatos de memória colhidos em *entre/vistas*¹ nos fizeram atentar para as condições materiais de fixação no suposto Eldorado maranhense, polo atrativo para camponeses/as vindos/as de outros estados do Nordeste ou de outras regiões do Maranhão cujos processos de ocupação – a partir de atividades econômicas entendidas como rentáveis ao Estado – foram mais remotas.

Pensamos a noção de cultura e costumes ancorados na discussão apresentada por Thompson em *Costumes em comum* em referência à Inglaterra do século XVIII: “como uma cultura tradicional, que é ao mesmo tempo, rebelde” (THOMPSON, 1998, p.19). A cultura do mundo do trabalho no Maranhão rural dos anos 30 aos 50 mantém vários aspectos tradicionais como modo de rebeldia às tentativas de modernização de atividades que fundamentam sua economia.

“Ganhava o mato quebrando coco, quebrando coco...”: economia camponesa e extrativismo do babaçu

A fixação no espaço almejado por conta da propagação de notícias de terras sem dono e bons invernos, que corriam soltas pelo Nordeste e dentro do estado do Maranhão, deu-se inicialmente a partir de formas de subsistência encontradas na economia do babaçu.

A fertilidade das terras e os bons invernos, além de iniciativas por parte da Associação Comercial do Maranhão, dariam condições para a expansão, nas décadas seguintes, do cultivo e da comercialização do arroz, que se tornaria o principal produto agrícola maranhense em meados do século XX.

1 Utilizamos essa grafia para salientar o caráter de multivocalidade e polaridade dialógica inscrito do ato e na narrativa resultante da entrevista, conforme assinalado por Alessandro Portelli (2015). Verena Alberti (2006) aponta, em outros termos, a entrevista como constructo intersubjetivo.

A História Oral enquanto arte da escuta nos permite perscrutar a importância da economia do babaçu no processo de fixação dos/as migrantes recém-chegados do Nordeste e de outros locais do Maranhão.

Assim que nos chegemos [1958], ganhava o mato quebrando coco, quebrando coco...(Francisco Silva, 2010)

No [centro] Caiçara² nós quebrava muito coco. Quando nós chegamos [1953] tudo era pixote, menino. Aí nós viemos pra quebrar coco, papai já trabalhava na lavoura, que ele nunca aprendeu a quebrar. Mamãe também nunca quebrou, mas nós era...tudo no coco. (Nésio Medeiros, 2011)

Eles não quebrava coco, logo porque o quebração de coco como vocês sabe é sentado, né? E eles achavam que diz que quem ficava sentado daquele jeito pra quebrar coco, diz que era homem medido a mulher, “fulano é afeminado, tá quebrando coco junto as mulher”. Eles juntavam, os que eram mais zelosos com as mulheres, eles juntavam, traziam pra casa que era pra mulher quebrar, mas quebra, eles não quebravam. Era muito difícil um homem quebrar coco. (Ceci Ana Barreto, 2013)

Desde o final da década de 1930 até 1945, principalmente com o acirramento da Segunda Guerra Mundial, outro importante componente dos mundos do trabalho torna-se alvo de intensas discussões, sobre o campo maranhense, por ser considerado o caminho ao almejado “retorno ao progresso” do estado: extrativismo do babaçu.

No período de maior afluência de migrantes nordestinos para a região do Médio Mearim, entre as décadas de 1930 e 1960³, o extrativismo do babaçu é, normalmente, a primeira alternativa de sobrevivência acionada no momento inicial de fixação. Como a maioria das migrações ocorre em anos de seca e após os primeiros meses de estiagem, normalmente

2 Centro localizado no município de Pedreiras, Médio Mearim.

3 Vide FERREIRA (2015)

a chegada do migrante nordestino coincide com o período mais intenso da queda do coco babaçu, entre os meses de julho e dezembro⁴. Assim, a coleta e a quebra do coco, embora desconhecidas da maioria dos migrantes nordestinos que se dirigem ao Médio Mearim, torna-se o meio imediato de sobrevivência de famílias camponesas que não encontram trabalho na lavoura, devido ao ciclo do plantio e das colheitas.

Normalmente são narrativas femininas⁵ que rememoram o papel do babaçu na economia doméstica de migrantes recém-chegados. Nos trechos de *entre/vistas* supracitados, a referência ao extrativismo do babaçu é feita por dois homens e uma mulher. Enquanto Francisco Silva (2010), migrante cearense, admite, como poucos homens, ter quebrado coco em idade adulta – chega ao Maranhão aos 33 anos –; Nésio Medeiros (2011), migrante piauiense, cuja mãe, atipicamente, não trabalha na coleta e quebra do coco, sinaliza para o emprego de meninos e meninas nessa atividade; já Ceci Ana Barreto (2013), maranhense e filha de migrantes cearenses, aponta o receio de homens nordestinos praticarem a quebra do coco babaçu, por perceberem, logo que se fixam no Médio Mearim, o preconceito sobre aqueles que o fazem. O trabalho do pai de Nésio Medeiros (2011) é igualmente distinguido, conforme o critério de gênero na segunda epígrafe: “papai já trabalhava na lavoura, que ele nunca aprendeu a quebrar”.

Nos anos seguintes à fixação no Maranhão, o extrativismo do babaçu persiste associado à lavoura, sendo seus produtos utilizados para o autoconsumo ou comercializados em redes envolvendo proprietários de terras e comerciantes. A renda oriunda da venda do coco babaçu é utili-

4 Conforme MARANHÃO, Secretaria da Fazenda. *Babaçu: informes*, 1976, o pique da produção costumava ser entre setembro e novembro com pequenas variações de ano para ano e nas diferentes regiões do estado.

5 Para aprofundar a discussão sobre quebra de coco babaçu e relações de gênero, Cf. BARBOSA, Viviane Oliveira. *Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*. Niterói: UFE, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013 Tese (Doutorado em História).

zada para fins diversos: compra de mantimentos e utensílios não produzidos pelas famílias e até mesmo pagamento de professores particulares em *centros*⁶ onde não há escolas.

O trabalho de coleta e quebra do babaçu envolve homens, mulheres e crianças, mas é rememorado e identificado pela maioria dos(as) narradores(as) como trabalho feminino. Por termos selecionado os(as) *entre/vistados(as)* a partir do critério da migração, o ser *quebradeira de coco* não é uma identidade acionada de modo recorrente⁷ ou enfática por grande parcela deles(as). Quebrar coco é mais uma das atividades fundamentais na *história de vida* e de trabalho dos(as) migrantes ouvidos(as) para a realização deste estudo, que se representam também como lavradores(as), tropeiros, professoras, comerciantes, donas de casa, costureiras etc.

Durante as décadas abordadas na pesquisa, o Maranhão figura como maior produtor de babaçu, seguido pelo estado do Piauí até a década de 1960. A partir da década de 1970, Goiás passa a ser o segundo maior produtor. Conforme Amaral Filho (1990, p.49), em 1930, o Maranhão participava com 67,25% da produção nacional; em 1940, com 68,38%, chegando a 76,82% na década de 1950. Em 1960, alcança 83,69% e, em 1970, cai para 82,34%.

Além da destacada produção no cenário nacional, a amêndoa do babaçu é aproveitada pelo camponês maranhense e nordestino na fabricação

6 Maristela Andrade e Murilo Santos (2009, p. 31) conceituam *centros* como “agrupamentos de moradias de pequenos produtores agrícolas que se desenvolvem em seus locais de trabalho no interior da floresta”. Distinguem dos povoados pela inexistência de uma ligação mais direta com a sociedade nacional, perceptível na ausência de representantes da Igreja, de chefes políticos, de delegados sindicais e de autoridades investidas de poder de polícia. O constante deslocamento é outra característica dos *centros*, que “podem mudar constantemente no interior da mata, em função da grilagem ou de outros problemas tais como conflitos de família, disputas entre líderes religiosos e outras questões” (2009, p. 32).

7 Caso o foco da pesquisa fossem os movimentos sociais do campo, que ainda não possuíam a organicidade que adquirem a partir dos anos 80 e 90 do século XX, o acionamento da identidade em torno da quebra do coco babaçu seria, decerto, recorrente.

caseira de leite, azeite de coco e sabão. Aproveitam, ainda, a palha em tetos e paredes de habitações e na fabricação de cestos e cofos usados também no transporte do coco babaçu do local da colheita para o local de quebra. O geógrafo Manoel Correia de Andrade (1987, p.74) refere-se a uma *civilização do babaçu* em que até mesmo o palmito, por vezes, é consumido: “o consumo deste era grande, servindo tanto na alimentação do homem como na de animais, apesar da sua colheita provocar a morte da pindoba – nome dado ao babaçu novo.”

A história do uso dos recursos naturais do babaçu por famílias camponesas maranhenses tem longa duração. Viviane Barbosa (2013, p. 39-41) localiza registros de uma *civilização do babaçu* no Maranhão em relatos de cronistas, viajantes e poetas do século XVII e XVIII, nos quais já há referência à utilização da palha da palmeira na cobertura das casas e ao uso alimentício do coco e do palmito, inclusive na fabricação de vinhos consumidos por portugueses. Desse modo, alerta para a necessidade de pensar a história do uso do babaçu na economia familiar camponesa, nos séculos anteriores à sua conotação como elemento passível de lucro e de investimento econômico e como pauta de discussão de comerciantes, empresários e do governo estadual.

O economista Jair do Amaral Filho (1990, p. 27) estabelece uma periodização para a economia do babaçu no estado do Maranhão, alertando que não deve ser vista de forma estanque. A primeira fase, denominada “fase de autoconsumo do babaçu”, vai desde o início da sua utilização em terras maranhenses até 1911, quando ocorre sua primeira exportação. O produto possuía somente valor de uso, com utilização predominantemente doméstica, não havendo uma organização das relações sociais e de trabalho para sua extração.

Nas fases posteriores, há permanências do uso do babaçu sem fins lucrativos por inúmeras famílias camponesas do estado. A partir da segunda fase, denominada “fase da hegemonia do capital comercial” (1914-1960), a amêndoa do babaçu passa a ser um produto da indústria

oleaginosa estrangeira, adquirindo valor de troca e imprimindo uma organização ao processo extrativo. A exportação da amêndoa do babaçu e o investimento no parque fabril têxtil instalado em São Luís e na cidade de Caxias são alternativas de investimento encontradas por algumas casas comerciais do Maranhão, ainda na primeira metade do século XX.

Inicialmente, o babaçu é explorado nas áreas de colonização mais antigas, como o vale do rio Itapecuru e a Baixada, mas, ao longo da primeira metade do século XX, o extrativismo avança pelos vales dos rios Mearim e Grajaú, seguindo o curso da conquista dessas terras. Os camponeses inserem-se nessa nova fase do extrativismo do babaçu, quer como pequenos proprietários, quer como posseiros – ocupantes de terras devolutas – ou como arrendatários e foreiros inclusos nas teias articuladas por grandes proprietários e comerciantes. Com a intensificação da migração de nordestinos para o estado do Maranhão, entre 1930 e 1970 (FERREIRA, 2015), aumenta, provavelmente, a parcela de camponeses dedicados à extração do produto.

Ao longo dessa segunda fase, os camponeses extratores de babaçu dedicam-se à coleta e à quebra visando ao autoconsumo e negociando o excedente, dependendo da forma como se inserem no regime de propriedade de terras. Em áreas de ocupação mercantil mais antiga, como o vale do Itapecuru e a Baixada, onde predominam o regime de propriedade privada das terras, já é comum nesse período, conforme Amaral Filho (1990, p. 31), o atrelamento do extrator ou das famílias extratoras a grandes proprietários, os quais, por sua vez, repassam a produção de amêndoas aos comerciantes envolvidos na sua exportação.

A partir de 1919 são feitas concessões de terras para exploração do babaçu a empresas estrangeiras no território maranhense. Há registros da exploração dos recursos do babaçu na região atualmente correspondente ao Médio Mearim nessa segunda fase. Conforme Klare Markley (1963, *apud* AMARAL FILHO, 1990, p. 116), entre 1924 e 1925, a empresa Brazilian Babaçu Corporation instala-se às margens dos rios

Grajaú e Mearim, tendo recebido uma concessão de terras devolutas do governo do estado do Maranhão para exploração de babaçuais. Suas atividades se estendem até 1927. Nesse mesmo ano, a empresa francesa Sociedade de Culturas de Plantas Tropicais obtém concessão do Estado para explorar palmeiras de babaçu e cultivar mamona, em São Luiz Gonzaga (KLARE MARKLEY 1963, *apud* AMARAL FILHO, 1990, p. 66). Em 1952, são feitas igualmente concessões de terras, localizadas às margens do rio Mearim, à empresa Hugo Borghi.

Em 1918, inicia-se a preocupação com a introdução de máquinas no processo de extração da amêndoa do babaçu. Há um esforço do governo do Maranhão na elaboração de estudos e na importação de máquinas e técnicas que pudessem aprimorar a exploração desse recurso natural⁸.

No seu relatório de 1939, o interventor Paulo Ramos aposta na exploração do babaçu como meio de “reerguer” a economia maranhense:

Estou cada vez mais convencido de que num futuro que não vem longe, o coco babaçu transformará o Maranhão no mais próspero estado do Norte do Brasil. No dia em que estivermos convenientemente aparelhados para extrair dentro das nossas fronteiras, não somente o óleo da amêndoa, mas todos os subprodutos desse prodigioso fruto da flora maranhense, nos colocaremos, sem esforço, entre as unidades da federação que maior influência exerce na economia do país.

A marcha para esse ambicioso porvir, já se encontra, felizmente iniciada. Além de uma fábrica de óleo babaçu já existente nessa capital [São Luís], monta-se presentemente na Ponta do Itaqui, poucos quilômetros distantes dessa cidade, uma grande usina,

8 Cf ABREU, Sylvio. *O côco babassú e o problema do combustível*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/ Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, 1929; MARANHÃO, Departamento Estadual de Estatística. *O babaçu no Estado do Maranhão*. São Luís: Governo do Estado, 1942; *O Babassú*. Revista da ACM, 1943; GONSALVES, Alpheu. *O babaçu: considerações científicas, técnicas e econômicas*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1955, Série Estudos e Ensaios. n° 8. Viviane Barbosa menciona especialmente o grande número de estudos sobre o babaçu durante o Estado Novo e a interventoria de Paulo Ramos no Maranhão (1937-1945). Cf. Barbosa, op. cit..

destinada não só ao preparo do óleo, como também à extração de vários subprodutos do coco inteiro.

A administração estadual cogita, no momento, promover, por todos os meios ao seu alcance, o desenvolvimento dessa promissora indústria e espera, dentro de pouco tempo, conseguir o fim colimado. (RAMOS, 1939, p. 19)

Como outros estudiosos e homens públicos do seu tempo, Paulo Ramos é tributário da ideia de decadência da lavoura maranhense a partir do fim da escravidão. Apesar do aumento da produtividade do algodão na década de 1930, aposta no babaçu como produto capaz de alavancar a economia e de projetá-la nacionalmente. Para tanto, urge modernizar a forma rudimentar de exploração empregada. Repudia o subaproveitamento do fruto, com o desperdício da casca, da qual se poderia produzir carvão, ácido acético, ácido metílico, alcatrão (RAMOS, 1939, p. 21). Nesse mesmo relatório, conforme levantamento feito por Eduardo de Souza About, então presidente da Associação Comercial do Maranhão, somente 50% dos frutos são explorados e 2% do seu potencial é aproveitado.

Segundo estudo realizado em 1942 pelo Departamento de Estatística do Estado do Maranhão, a exportação do babaçu para os Estados Unidos dá-se sob a forma de amêndoa, persistindo o processo manual de coleta e quebra do coco, ou seja, a cultura tradicional de trabalho.

Analisando a produção do babaçu durante o Estado Novo, Viviane Barbosa enfatiza a invisibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos na coleta e quebra do coco babaçu:

[...] não é de se estranhar que os textos oficiais, embora se referissem à extração do babaçu e à sua importância econômica, geralmente não fizessem alusão direta aos camponeses ocupados nessa atividade. Há, portanto, uma obliteração da presença de quebradores e quebradeiras de coco, pois a maioria dos registros aborda tão somente as implicações comerciais e questões industriais que envolvem o produto. Os camponeses aparecem de modo figurativo em fotos e imagens que apresentam o extrativis-

mo; os trabalhadores aparecem como apêndice de um texto cujo conteúdo central é a grande riqueza natural do estado.

Às perspectivas do estado e dos industriais, acresciam-se as representações poéticas dos letrados maranhenses. Mesmo nas poesias das Terras Gonçalves e suas palmeiras, são presentes os pássaros e suas riquezas naturais, mas não os camponeses. Assim, esses não seriam úteis nem do ponto de vista do pragmatismo comercial, nem da perspectiva da vasta produção poética do estado. O apagamento da presença do campesinato maranhense nas representações dos símbolos e da produção econômica da região, certamente se relaciona ao processo ideológico de ocultação ou minimização das mobilizações camponesas por todo país, que consagrou a ideia inventada de passividade e incapacidade do trabalhador do campo. (BARBOSA, 2013, p. 52-53)

Ao longo da segunda fase do extrativismo do babaçu, é o trabalho manual de camponeses que mantém a produção. Conforme Barbosa (2013, p. 34), o trabalhador persiste desprezado nas fontes oficiais e na imprensa, possivelmente devido “à associação da quebra do coco a uma economia de subsistência e, ao mesmo tempo, à sua naturalização como trabalho feminino, portanto doméstico e desprovido de importância econômica.”

No mencionado estudo do Departamento Estadual de Estatística, de 1942, o processo de coleta e quebra do coco é descrito como estritamente artesanal.

A colheita do coco

A colheita do coco babaçu é feita pela apanha do coco no solo, debaixo das palmeiras.

O fruto logo que se torna amadurecido, cai ao pé da palmeira e o homem só tem o trabalho de apanhar os cocos e conduzi-los ao quebramento, para a extração da amêndoa.

O quebramento

O quebramento do coco é feito pelo processo rotineiro do ma-

chado, e nele se empregam as famílias dos habitantes do interior do Estado.

O quebramento consiste no seguinte: o operador prende o machado nos pés, conservando o gume para cima, sobre a lâmina (gume) é colocado o coco com uma das mãos, enquanto a outra, que impunha um toro de madeira (maceta), desfere um golpe violento sob cuja força se abrem o endocarpo e o mesocarpo, até a retirada da semente (amêndoa).

Uma pequena família de três pessoas pode extrair até 30 quilos de amêndoa por dia.

Uma das dificuldades apresentadas no problema do babaçu é, sem dúvida, a falta de uma aparelhagem, máquina de quebrar, que satisfaça as condições exigidas pela resistência do fruto, seja de fácil manejo, possa ser conduzida facilmente para as palmeiras onde se faz a extração das sementes, e venha a ser adquirida por um preço acessível aos poucos recursos dos lavradores. (MARANHÃO, 1942, p. 9-10)

Conforme Barbosa (2013), em dois momentos desse pequeno e único trecho do documento em que o trabalho dos camponeses no extrativismo do babaçu é citado, há referência ao trabalho familiar. É possível pressupor o envolvimento de homens, mulheres e crianças nessa atividade. A coleta do coco é apresentada como tarefa que requer pouco esforço e força física, não cogitando possibilidade de melhoramento dessa etapa. Em relação à quebra do coco, a autora ressalta o processo artesanal com o uso do machado e com a necessidade do emprego da força (“golpe violento”) para romper a resistência do fruto. Daí o interesse estatal no invento de um aparelho de quebrar de fácil manejo e que pudesse ser adquirido a baixo custo pelos lavradores. A otimização da produção não se faria em indústrias, mas próximo aos babaçuais e com o emprego da mesma mão de obra tradicionalmente usada.

O documento ressalta ainda uma estimativa do rendimento familiar diário (30 quilos de amêndoa por dia), enfatizando a baixa produtivi-

dade. Almeja uma otimização da produção familiar com a introdução de máquinas, mas ainda se atrela o funcionamento dessa economia à figura do camponês (camponesa?) que deve manejá-la, transportá-la e comprá-la.

O processo artesanal é associado à imagem do atraso. Para o governo estadual, urge criar mecanismos mais avançados de extração, já que o babaçu é visto como a via de retorno do Maranhão ao progresso. Interventores e governadores de Estado reproduzem, até meados do século XX, o discurso de que o Maranhão estaria vivendo um momento de involução ou decadência. Na década de 1940, portanto, o babaçu e a modernização da sua extração são apontados como solução dos problemas econômicos.

Essa prática artesanal de coleta e quebra do coco babaçu, como descrita acima, persiste entre inúmeras famílias camponesas que vivem no interior do Maranhão. Embora o texto do documento citado não faça referência textual ao trabalho feminino e infantil, apresenta fotografias onde se observam mulheres e crianças quebrando coco babaçu, conforme já assinalou Viviane Barbosa (2013).

A ideia-imagem de rusticidade sobressai na fotografia e a legenda informa ao leitor a produção diária. Na imagem a seguir, publicada em 1942, com o título “Casa do Caboclo no Mearim”, mulheres e crianças quebram coco em frente a uma casa coberta de palha, provavelmente extraída da palmeira do babaçu. Homens adultos não compõem a cena.

Figura 1: Mulheres quebrando coco babaçu



Legenda conforme o documento: Cada pessoa pode extrair dez quilos de amêndoas por dia.
Fonte: (MARANHÃO, 1942)

Figura 2: Casa do caboclo no Mearim



Legenda conforme o documento: Até as crianças empregam seu tempo na extração das amêndoas.
Fonte (MARANHÃO,1942)

A extração e a quebra do coco babaçu – uma das atividades fundamentais que compõem os mundos do trabalho de maranhenses e nordestinos que vivem no Maranhão rural – são representadas nessas imagens e textos sob o signo do atraso. Assim como a produção agrícola é discutida por estudiosos e por agentes atrelados ao Estado, buscando um caminho de modernização e o aumento da produtividade, representa-se o camponês como um agente que precisa passar por um aprimoramento de suas técnicas e ferramentas, para haver aumento da produção.

A imagem da Casa do Caboclo do Mearim sugere ainda a necessidade de se repensar as condições de higiene e habitação do homem do campo. Esse documento do Departamento Estadual de Estatística, por ser um levantamento e um estudo técnico, não emite explicitamente opinião sobre as condições de vida do homem do campo maranhense, mas sendo um estudo efetuado dentro da estrutura do Estado, sintoniza-se com as concepções varguistas sobre o trabalhador rural. A almejada complementariedade entre campo e cidade, agricultura, extrativismo e indústria passa pelo acesso do camponês a melhorias técnicas e instrumentais no trabalho, a condições de salubridade e habitação que constituam um trabalhador sadio e apto a ser partícipe do projeto de desenvolvimento e modernização nacional. Ou seja, que modernize a cultura do trabalho no meio rural.

No final dessa década e nos anos 50, a preocupação com o incremento agrícola no Maranhão leva a outras iniciativas estatais e privadas que buscam englobar o trabalhador rural.

Em Campanha de produção: extrativismo do babaçu, rizicultura e algodais nos anos 40 e 50

Ao longo da década de 1930 assiste-se a uma ascensão da amêndoa do babaçu como produto de exportação do estado do Maranhão. Nas

décadas de 1940 e 1950, o algodão, tradicional item de exportação, deixa de ser o principal produto; a amêndoa de babaçu e o arroz se reparam a partir de então na primeira posição.

Grande parte da produção do babaçu e do arroz conta com a mão de obra de camponesas e camponeses, dentre os quais se incluem migrantes nordestinos e maranhenses fixados ou de passagem pelo Médio Mearim. Sobre essa região, além do impulso de incentivos estatais e da presença de usinas de beneficiamento do óleo bruto e da torta do babaçu incidem ações da Campanha da Produção, empreendida pela Associação Comercial do Maranhão, entre 1947 e 1956 em cidades do vale do Itapecuru e do Mearim.

A Campanha da Produção é uma iniciativa da Associação Comercial do Maranhão sediada em São Luís. Seu objetivo é desenvolver a produção agrícola com a implementação de melhorias que visam atuar na infraestrutura (abertura de estradas, assistência técnica e fomento agrícola) e na assistência social e médica a pequenos lavradores, áreas de atuação tradicionalmente estatal. Maria de Lourdes Lacroix (2004, p. 15-16) concebe a Campanha como uma iniciativa apoiada, de modo raro pelo Estado, que atua sobre um quadro de *déficit* de exportações, motivada pela Segunda Guerra Mundial, mas também pela falta de uma política de crédito agrícola e de uma estrutura de transporte e comunicação que viabilize o escoamento da produção do interior para os portos da capital. Lacroix compartilha da ideia de letargia econômica do Maranhão na primeira metade do século XX e sua obra, publicada como parte das comemorações do sesquicentenário da Associação Comercial do Maranhão, engradece, nas entrelinhas, os feitos dessa instituição.

Embora Lacroix reconheça o papel da produção de algodão, milho e mandioca em toda a primeira metade do século XX e ressalte sua exportação para o mercado nacional, especialmente o Centro-Sul do país, associa prosperidade econômica à agroexportação. A diminuição do montante de exportação e/ou a queda dos preços internacionais dos

produtos maranhenses são interpretados pela autora como o declínio da economia a níveis medíocres.

Lourdes Lacroix (2004, p.23) apresenta, ainda, dados relativos ao incremento da produção de arroz durante os anos da Segunda Guerra. Enquanto em 1939 são exportados 5.850.132 quilos, equivalentes a C\$3.281.370,50, em 1944, a exportação passa a 18.616.299 quilos, equivalentes a C\$22.937.280,00. A economia maranhense, portanto, não declina a níveis medíocres. Assiste-se sim, durante as décadas de 1940 e 1950, a um processo gradual de crescimento da exportação de arroz em relação à exportação de algodão em pluma e de tecido.

Como antropólogos, geógrafos e economistas (TROVÃO, 2008, ALMEIDA; SANTOS 2009, PINHEIRO GOMES,1981), Lacroix também reconhece a influência da migração de nordestinos para o incremento agrícola vivido no estado do Maranhão em meados do século XX, quando o arroz desponta como principal produto.

A Campanha da Produção tem como preâmbulo a Comissão de Defesa da Produção, composta por membros do Estado e da Associação Comercial do Maranhão, convocada pelo interventor federal, Clodomir Cardoso, em julho de 1945, para realizar um estudo sobre a situação da economia maranhense. Tal Comissão conclui que o fomento deve incidir sobre o homem rural e o melhoramento dos transportes para viabilizar o escoamento da produção. Conforme o relatório da Comissão, entregue à ACM ainda naquele ano, seria necessário instruir o camponês, dotando-o de ambição. Conforme Lacroix (2014, p. 22):

Não há como deixar de sentir a inadiável necessidade de uma ação conjunta, pronta e eficaz do poder público e da classe comercial no sentido de fazer despertar no espírito dos nossos camponeses maiores interesse pelo desenvolvimento da produção agrícola e extrativa’.

Partindo dessa concepção foi sugerido proporcionar ao nosso camponês ‘má alta noção de vida, levando-o a esforçar-se para viver com relativo conforto’ e, para tal, oferecer assistência técnico-agrícola, sanitária e educacional rural ‘visando conduzir o

lavrador a interessar-se pela conquista do nível de vida cada vez mais elevado.’

As ações da Comissão são executadas entre abril de 1946 e dezembro de 1947, através de um acordo firmado entre o governo do estado e a ACM e executado pela Secção de Fomento Agrícola, no relativo à assistência médica ao lavrador, aquisição de sementes e materiais. Essas primeiras ações envolvem os municípios de Pedreiras, Bacabal, Ipixuna, Coroatá e Codó. Os três primeiros são parte da região então em expansão – Médio Mearim – e os dois últimos da região do Itapecuru, de ocupação mercantil mais antiga. Com verbas estaduais abrem-se estradas, distribuem-se sementes, cadastram-se lavradores⁹, e formam-se comissões sanitárias¹⁰.

Em 1948, a ACM cria um órgão interno denominado Campanha da Produção,¹¹ que passa a executar uma série de medidas visando à melhoria da produção agrícola a partir de ações que atingem diretamente os produtores rurais: assistência médica profilático-curativa, técnico agrícola e judiciária aos lavradores cadastrados, distribuição – inicialmente gratuita – de sementes e ferramentas, aberturas de estradas e construção de armazéns nos municípios contemplados.

Conforme os dados da Tabela 1, no primeiro momento das ações (1946-1947), quando Estado, ACM e Fomento Agrícola dividiam res-

9 Conforme Lacroix, foram cadastrados 15.418 lavradores: 1.838 em Itapecuru, 3.756 em Coroatá, 4.871 em Codó, 2.237 em Pedreiras e 2.716 em Bacabal, não sendo registrado nenhum em Ipixuna. LACROIX, Maria de Lourdes. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 2004. p. 28.

10 Conforme Lacroix, o Serviço Nacional de Malária forneceu dez mil comprimidos específicos aos lavradores pobres e agregados. Somaram 12.047 doentes clinicados através da Campanha. LACROIX, *ibid.*

11 Conforme Lacroix, a verba empregada na Campanha resulta da redução do imposto denominado “Exploração Agrícola e Indústria”, prevista na Constituição Brasileira de 1946. Desde 1948, a arrecadação desse tributo pelos estados deveria ser diminuída em 25% a cada ano, até sua extinção progressiva em 4 anos consecutivos. A ACM catalisa a verba anteriormente destinada ao imposto de exportação pago ao Estado para o empreendimento privado de ações visando ao aumento da produção agrícola. LACROIX, *ibid.*

ponsabilidades e atividades, três municípios do Médio Mearim (Bacabal, São Luiz Gonzaga e Pedreiras) figuram entre as áreas de atuação da Campanha, mas não aparecem dados relativos a São Luiz Gonzaga. Apesar de Bacabal e Pedreiras apresentarem número de lavradores cadastrados e área plantada inferior a municípios do vale do Itapecuru, como Coroatá e Codó, recebem uma quantidade muito superior de sementes de algodão, arroz, milho e feijão. O incentivo aos dois primeiros produtos (algodão e arroz) é notoriamente comercial e aos dois últimos (milho e feijão) é, possivelmente, visando ao estímulo e à subsistência do camponês, que prescindiria de um abastecimento externo de gêneros essenciais à alimentação.

Tabela1: Trabalhadores cadastrados por municípios

Municípios	Lavradores Cadastrados	Área plantada (hectares)	Distribuição de sementes				
			Algodão	Arroz	Milho	Feijão	Gergelim
Itapecuru	1.838	*	4.403	19.608	6.500	275	160
Coroatá	3.756	8.718	3.561	50.880	3.663	1.158	4
Codó	4.871	9.080	2.000	22.000	1.800	-	-
Pedreiras	2.237	6.759	36.837	35.902	12.036	6.100	-
São Luiz Gonzaga ¹²	**	***	-	-	-	-	-
Bacabal	2.237	4.363	26.000	33.975	18.241	9.153	-
TOTAL	15.418	28.920	75.801	162.365	42.240	16.686	164 kg

FONTE: Relatório da CPAPA ao Governo do Estado: atividade de 1946, p. 9 (*apud* LACROIX, 2004)

*Não foram fornecidos dados

** Lavradores ainda não cadastrados na época da elaboração do relatório

***Não foram fornecidos o nº de hectares nem a quantidade de sementes distribuídas

12 Substituí a denominação Ipixuna utilizada pela autora por São Luiz Gonzaga. A comparação com a população rural dos municípios do Médio Mearim nas décadas de 1940 e 1950 permite inferir um amplo alcance da Campanha na região de estudo no momento imediatamente anterior ao boom das migrações.

Em 1949, Pedreiras e Bacabal figuram como maiores produtores de algodão dentre os municípios contemplados pelas ações da Campanha¹³, seguidos por São Luiz Gonzaga e Caxias, que têm produção 30% menor e por Coroatá e Itapecuru, com produção 60% inferior aos primeiros municípios. Em 1951, os municípios com maior produção agrícola no estado do Maranhão são Bacabal (14.465 toneladas), Caxias (12.245 toneladas) e Pedreiras (10.909 toneladas). Os três municípios são direta ou indiretamente contemplados pelas ações da Campanha da Produção. É interessante frisar essa ação sobre municípios do Médio Mearim e da região do Itapecuru e a projeção deles na economia do estado. São, principalmente, das cidades da região do Itapecuru acima citadas que afluem migrantes para o Médio Mearim nas décadas abordadas (FERREIRA, 2015).

Em algumas localidades dos municípios de Bacabal (Olho d'Água, Manoel Luís, Olho d'Água das Cunhãs, Vitorino Freire, Mururu, Bacuri da Linha e Lagoinha) e Pedreiras (Igarapé Grande, Olho d'Água Grande) é realizado, a partir de janeiro de 1951, um trabalho de assistência direta aos lavradores cadastrados, envolvendo orientação técnica, fornecimento de sementes (algodão e arroz) e inseticidas, venda de ferramentas e arame a baixo custo e prioridade no atendimento sanitário.

O interesse empresarial em municípios do Médio Mearim também pode ser mensurado pelo montante investido na assistência médico-sanitária. Os maiores montantes de investimento são em Bacabal e Pedreiras, seguidos de três municípios da região do Itapecuru (Caxias, Codó e Itapecuru)¹⁴. Para a Campanha da Produção, o estado brasileiro e os estudiosos da questão agrária, nas décadas de 1940 e 1950, a medicalização do camponês e a sanitização do meio rural são elementos imprescindíveis para a otimização da produção agrícola. As maiores ci-

13 Cf. Relatório da Campanha de Produção, 1949/1949, p. 6 (*apud* LACROIX, op. cit., 2004).

14 Cf. Relatório da Campanha da Produção, 1952, p. 5.

dades do Médio Mearim (Pedreiras e Bacabal) são os alvos privilegiados dos investimentos da ACM.

O geógrafo Orlando Valverde publica em 1957, na Revista Brasileira de Geografia, um estudo em que enfatiza a importância do babaçu e da rizicultura para a economia camponesa do estado. No contexto histórico do governo Juscelino Kubistchek, marcado pela modernização e tentativa de integração do país pela abertura de rodovias, enfatiza a precariedade do transporte no estado, pela pouca acessibilidade das estradas vicinais às rodovias, pelas condições precárias de funcionamento da estrada de ferro São Luís-Teresina e pela pouca navegabilidade dos rios maranhenses, por conta do assoreamento, que transforma antigos pontos de circulação de mercadorias em “cemitérios de embarcações” (referência à Parnaíba). Os caminhões seriam os meios mais utilizados de transporte, e as tropas de burro teriam, portanto, papel essencial onde as rodovias não alcançavam: no mundo rural do Maranhão.

O geógrafo aborda brevemente, em uma rápida descrição, em uma imagem e na sua legenda o modo de trabalho empregado nos babaçuais:

A extração de amêndoas do babaçu é feita segundo um sistema muito rudimentar de coleta comercial. Quando o caboclo precisa de dinheiro, penetra no babaçal ou manda a mulher pra trazer coquilhos. Estes são amontoados, em frente à casa de moradia, onde as mulheres e as crianças fazem a quebra do coco. Para isso usam um Machado que elas mantêm de gume virado pra cima, prendendo-o com uma das pernas, enquanto com outra mão manejam o coquilho sobre a lâmina, ao mesmo tempo, com a outra mão dando pancadas com um pedaço de pau (...) Reunida a produção do dia vão os caboclos vendê-la na venda mais próxima. Se eles trabalham como parceiros, rendeiras ou assalariados são obrigados a vender sua produção de amêndoas ao dono das terras. No caso de trabalharem por conta própria, fazem negócio com motoristas de caminhão, que vem geralmente de Fortaleza ou do Recife e trocam as amêndoas de babaçu por tecidos, utensílios ou gêneros de alimentação. (VALVERDE, 1957, p.09)

As semelhanças com a descrição da coleta e quebra do coco babaçu com o documento de 1942 mencionado anteriormente são perceptíveis: coloca-se o homem em um lugar de proeminência na atividade no ato da coleta ou de mandar coletar (*ou manda a mulher*) o coco babaçu. A atividade é ainda apresentada como acessória à economia camponesa (*quando o caboclo precisa de dinheiro*). Embora, esclareça-se em seguida o papel do babaçu na aquisição de gêneros alimentícios, tecidos e utensílios. A negociação direta dos itens reforça a existência de uma economia na qual o babaçu assume inclusive o papel de moeda.



Legenda conforme o documento: “Quebradeira” de babaçu em atividade em Queiru (vale do Itapecuru) A moça em pé pode quebrar ate 10kg de amêndoas por dia, a menina a direita 05 a 08 kilos e as duas menores, entre elas, 02 kilos. A família tem 08 filhas. (Foto Orlando Valverde)

Fonte: (VALVERDE, Orlando, 1957, p. 09)

Mais uma vez usa-se o masculino, ainda que no plural, podendo referir-se também a mulheres (*os caboclos*) em relação à venda e negociação do produto. Na imagem abaixo figuram apenas mulheres de uma mesma família, envolvidas na quebra do coco e a média de produção familiar assinalada é calculada a partir da idade/estatura das crianças e moças envolvidas.

A História Oral apresenta, ao contrário, a economia do babaçu como atividade cotidiana e fundamental para a fixação de migrantes e para manutenção de diversos itens do orçamento familiar:

Antônio Calixto, migrante cearense, chega ao Maranhão em dezembro de 1949 acompanhado somente da esposa Geralda. Como o casal ainda não tem filhos, ele trabalha, inicialmente, sozinho, colhendo arroz debaixo d'água e empurrando o coco babaçu até a chegada do pai e do irmão mais novo, em 1950. O pai, que teria vindo “a passeio”, deixa o filho mais novo como auxiliar no árduo serviço da lavoura.

Zé Bezerra, maranhense e filho de cearense, faz uso da terceira pessoa do plural para referir-se às atividades desenvolvidas pelos migrantes nordestinos recém-chegados no Maranhão:

Essa atividade [quebra do coco babaçu], *geralmente chegava a ser a primeira atividade que os nordestinos exploravam ao chegar aqui. Eles chegavam sem dinheiro e o babaçu livre, a mãe natureza já oferecia.* Então, essa era a primeira atividade das famílias cearenses, as que vinham diretamente para o Mearim: era a atividade da quebra do babaçu, do coco babaçu. E, posteriormente, a atividade da roça, da lavoura. (SOUZA, 2013, grifos meus)

O advérbio *geralmente*, recorrente em seu relato de memória, aparece nesse trecho. O camponês não restringe as afirmações à experiência familiar, mas as extrapola para o conjunto dos recém-chegados. A facilidade de instalação do migrante recém-chegado é atribuída a dois fatores: à existência do babaçu e de sua exploração nas terras do Mearim e à solidariedade dos maranhenses, e dos demais residentes no local, que

viabilizam os elementos essenciais para a fixação - moradia, alimentação e trabalho.

Maria José, migrante cearense, rememora, também, outros aspectos dos mundos do trabalho e da vida cotidiana do povoado de nome idílico, onde vive por seis anos. A infância em São João do Mata Fome, segundo a narradora, além da fartura e da malária, era marcada por muito trabalho, estudo e festas. Parentes, compadres, vizinhos e conterrâneos contratam um professor particular que atua na escolinha improvisada do povoado. O estudo é pago com o esforço de pais e mães que, quebrando coco, logram educar filhos e filhas:

Tinha muitos pais que viviam quebrando coco pra pagar escola pros filhos. Minha mãe era uma. Aprendeu a quebrar coco e criou muita galinha, porque lá era bom pra criar. Ela criava a galinha, com os ovos da galinha, ela vendia e pagava nossa escola. Comprava papel, daquele papel, chama papel almaço, ela cortava e fazia pra cada um de nós um caderno. Ela cortava o papel almaço, nós éramos seis irmãos pra cada um ela cortava e fazia um caderninho com aquelas folha e costurava com agulha. E pra nós estudar era a carta de ABC, enfiada na parede, parede de palha, nós pisando arroz no pilão e estudando 'B com A BA, B com E BE, B com I BI'. Era assim que a gente estudava. (COELHO, 2013, grifos meus)

Homens e mulheres, adultos e crianças têm papéis a cumprir cotidianamente no mundo do trabalho para garantir a sobrevivência em um local marcado pela pobreza material, apesar da possibilidade da fartura agrícola, pela fertilidade da terra e pela abundância de chuvas. A quebra do coco babaçu e a criação de galinhas são apresentadas nesta narrativa com a importante função de garantir o custeio da educação dos filhos. O extrativismo do babaçu não se circunscreve ao universo feminino. Embora Maria José atribua, na sua família, esse papel à mãe, refere-se ao desempenho desta atividade por “muitos pais”, sugerindo o emprego de homens e mulheres. A dificuldade de acesso a instrumentos e mate-

riais utilizados no estudo é representada através da fabricação manual e caseira de caderninhos. E o dispêndio de muitas horas de trabalho por dia, inclusive das crianças, seria maximizado com o estudo da cartilha do ABC, enfiada na parede de palha, em frente à qual as crianças aprimoram a alfabetização, enquanto pilam arroz. Não se separa trabalho e diversão, casa e escola nesse trecho da narrativa.

Maria José recorda outros papéis infantis na economia camponesa, onde não bastava pisar arroz estudando o ABC:

Era torrar arroz, pilar, minha mãe ia cozinhar, depois a gente ia deixar na roça pros trabalhador. Nós morávamos no São João [do Mata Fome] e a roça era num lugar chamado é... Tucum. É no Tucum que a gente ia deixar essa comida. Montado no jumento. Nós tínhamos dois irmãos homem, que já era maior, e a gente ia levando água, levando o almoço pros trabalhador. Quando vinha de tarde, meu pai trazia o arroz, minha mãe torrava de noite na panela e nós íamos pisar. Então pra nós irmos pro colégio, nós tínhamos primeiro que estudar assim, dessa maneira: enfiar a tabuada, com as cartas de ABC, o livro lá na parede pra gente ficar lendo. [...] E nós estudava assim, minha mãe fazendo, fazendo caderno, comprando papel almoço e ia fazer caderno. E um lápis, ela comprava um lápis e quebrava os pedacinhos, que a condição não dava de comprar pra cada um, um lápis. Quebrava o lápis em dois, três pedaços fazia a ponta ali pra a gente ir pro colégio. (COELHO, 2013)

A fatura da produção não implica conforto, mas trabalho duro de todos os membros da família envolvidos, desde a infância, em pequenas tarefas do mundo agrícola, como pisar arroz e percorrer longas distâncias diariamente para levar comida para os jovens e adultos que trabalhavam na roça. É a agricultura familiar que propicia a sobrevivência e a produção de excedentes em um mundo rústico onde o Estado não atua e os produtos industrializados ainda são especiarias. Em uma terra onde se produzia tanto que “as melancias espocavam na roça”, o lápis era dividido entre os irmãos.

Considerações finais

As décadas abordadas são marcadas por discussões sobre o papel do babaçu e formas de sua modernização para o incremento da produção e por tentativas de racionalizações e modernização na agricultura. O investimento em sementes e em assistência médica não seriam suficientes para dar à ACM (Associação Comercial do Maranhão) o retorno pretendido. Lavradores saudáveis, áreas rurais saneadas, ferramentas, inseticidas e técnicas agrícolas impulsionam a produção em áreas rurais dos vales do Mearim e do Itapecuru abrangidas pela Campanha da Produção. Investe-se, também, capital numa infraestrutura para viabilizar a circulação de produtos, produtores e compradores. Inúmeros quilômetros de estradas são restaurados ou abertos possibilitando que caminhões alcancem regiões isoladas ou de difícil acesso. O relatório da Campanha da Produção de 1953 (p.110) refere-se ao investimento de 100 km de estrada em Pedreiras, 175 km, em Bacabal, e 574, em São Luiz Gonzaga.

Durante os anos 50 e 60, apesar do esforço despendido pela ACM, estradas onde transitam caminhões que trazem mercadorias e migrantes cortam a região do Médio Mearim, perpassando também por áreas alagadas, nas quais somente tropas de burro trafegam. Porém, o impulso econômico trazido pela Campanha da Produção é um dos agentes que atua sobre o cenário personagem do Médio Mearim, onde homens e mulheres, migrantes de outros estados ou naturais do Maranhão fixam-se e/ou (passam). Vivendo da quebra do coco babaçu, da produção de arroz, algodão, mandioca, milho e feijão.

O Médio Mearim, região de *terras sem dono*, de muitas águas, das chuvas, do rio, dos lagos, igarapés e olhos d'água torna-se atrativa para camponeses, comerciantes, profissionais liberais, por ser rica em coco babaçu e fértil para a produção de arroz e algodão. Esses dois produtos são consumidos, em grande parte, dentro do próprio estado do Maranhão e escoados para estados vizinhos do Nordeste ou do Centro-Sul,

pelas águas dos rios então navegáveis, pelas estradas ainda pouco velozes e pelo lombo dos burros que passam onde barcos e caminhões não alcançam.

Camponeses e camponesas têm na economia do babaçu um dos alicerces da agricultura familiar, atividade cotidiana e fundamental para a sobrevivência tanto pelo autoconsumo de seus diversos produtos como pela comercialização ou troca do seu excedente. As tentativas de modernização do extrativismo por parte do Estado esbarram na rebeldia do costume, “a inovação do processo capitalista é quase sempre experimentada pela plebe como exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiro, ou a destruição violenta de padrões do trabalho e lazer. (THOMPSON, 1998, p.19)”. As décadas seguintes dariam condições de criação de um movimento social do campo propriamente dito: o MI-QCB (Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu) (composto por mulheres e surgido a partir das próprias condições do trabalho coletivo com o babaçu. (BARBOSA, 2013; FERREIRA, 2018). Apesar das tentativas de modernização, persistiram a forma da coleta, o uso do machado e o trabalho coletivo principalmente de mulheres e crianças. Como aponta Thompson (1998, p.19), “A cultura é rebelde, mas o é em defesa do costume”. Era/é preciso defender o acesso às palmeiras, uma das bases da economia camponesa.

Referências

Entrevistas

ARAÚJO, Francisca Moreira de. Pedreiras Entrevista realizada em fevereiro de 2011.

BARRETO, Ceci Ana. Pedreiras Entrevista realizada em dezembro de

2013.

BRAGA, Francisco Anselmo. Pedreiras Entrevista realizada em fevereiro de 2011.

COELHO, Maria José Silva. Alto Alegre do Acelino, Bacabal. Entrevista realizada em junho de 2013.

DONA DIJÉ. In DANTAS, Iracema. Mulheres que quebram coco e constroem a vida. Democracia Viva, Rio de Janeiro, n. 23, ago/set de 2004. p. 38-45.

MEDEIROS, José Rodrigues de. Pedreiras Entrevista realizada em fevereiro de 2011.

SOUZA, José Bezerra. Marianópolis, Pedreiras Entrevista realizada em dezembro de 2013.

Documentos oficiais

MARANHÃO, Departamento Estadual de Estatística. **O babaçu no Estado do Maranhão**. São Luís: Governo do Estado, 1942.

RAMOS, Paulo Martins de Souza. **Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo interventor federal**, 1939.

Bibliografia

ABREU, Sylvio. **O côco babassú e o problema do combustível**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio/ Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, 1929.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Basanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

AMARAL FILHO, Jair do. **A economia política do babaçu**: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências. São Luís: SIOGE, 1990.

ANDRADE, Maristela de Paula e SANTOS, Murilo. **Fronteiras**: a expansão camponesa na pré-amazônia maranhense. São Luís: EDUFMA, 2009.

BARBOSA, Viviane Oliveira. **Mulheres do babaçu**: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. Niterói: UFF, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013. Tese (Doutorado em História).

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **Construção do Eldorado maranhense**: experiências e narrativas de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim-MA (1930-1970). Niterói: UFF, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015. Tese (Doutorado em História).

GONSALVES, Alpheu. **O babaçu**: considerações científicas, técnicas e econômicas. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1955, Série Estudos e Ensaios. nº 8.

LACROIX, Maria de Lourdes. **A Campanha da Produção**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 2004.

LAGO, Aderson. **Pedreiras**: elementos para a sua história. São Luís: IPES, 1976.

LIMA NETO, Evaristo José de. **O associativismo em áreas de babaçuais**. As experiências das organizações de trabalhadores rurais de Lago do Junco-MA, associadas à ASSEMA. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade).

PINHEIRO GOMES, José Tribuzi. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra & Voz, 2016.

_____. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

VALVERDE, Orlando. Geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XIX, n. 4, out/dez de 1957.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

TRABALHO, CULTURA E ECONOMIA MORAL DO BABAÇU EM TERRAS MARANHENSES

Viviane de Oliveira Barbosa

Introdução

A economia do babaçu é sobretudo uma economia moral, como definida por Thompson (1998) em seus trabalhos mais (re)conhecidos. Identifica-se uma resistência das quebradeiras de coco e dos trabalhadores agroextrativistas em tornar a sua produção uma mera mercadoria, tendo em vista que suas mobiliz(ações) fazem parte de uma motivação cultural para além do mercado, o que implica numa tomada de consciência de grupo, bem como em ações, rituais e motivações simbólicas específicos e que precisam ser considerados em seu universo rural.

Nessa perspectiva, a economia do babaçu não é uma questão apenas do Estado ou dos setores dominantes, sendo assunto e problema não somente para economistas, poetas e cronistas ligados às elites letradas e econômicas, mas também questão fundamental da vida e da cultura dos trabalhadores agroextrativistas. Sendo assim, é importante tentar compreender como os agroextrativistas a percebem e como se sentem em

relação a esse processo. Mais que isso, é preciso evidenciar as perspectivas desses trabalhadores acerca da amêndoa e da palmeira de babaçu, o que se espera abordar neste capítulo.

O babaçu pelos próprios extrativistas

Em consonância com o discurso de outros setores sociais (governo, poetas, economistas, pesquisadores), os agroextrativistas também têm concebido o babaçu como um recurso natural totalmente aproveitável, com imenso potencial econômico. Através da exploração do babaçu, os extrativistas têm produzido e comercializado sabão, sabonete, óleo vegetal, farinha para bolo e mingau, carvão, embalagens, bijuterias (colares, brincos, anéis). Dos palmeirais, fazem desde a casa, sua moradia, ao abano, cofo (os chamados jacás), chapéu, quibano (peneira de palha), tapete, rede, cerca para o roçado, dentre outras utilidades domésticas.

Shiraishi Neto (2005) pontua que a representação dos proprietários de terras sobre as palmeiras de babaçu tem historicamente divergido daquelas impressas pelas quebradeiras de coco, pois representam, para aqueles, mero acessório, necessário ou não, dependendo do propósito de uso da terra. Sem dúvida, essa forma de se relacionar com a palmeira de babaçu tem sido extremamente antagônica, pondo em colisão diferentes sujeitos sociais, uma vez que, para os agroextrativistas, as palmeiras representam a vida, posto que dali extraem seu sustento e o de sua família.

A possibilidade de completa utilização do babaçu é assunto presente nos discursos de agroextrativistas em várias localidades maranhenses. Na comunidade quilombola Monte Alegre, no município de São Luís Gonzaga, as pessoas têm reafirmado a relevância que o vegetal assume em seu cotidiano e em sua vida. Em entrevista realizada, em 2005, mulher negra, viúva, acima dos sessenta anos, quebradeira de coco de

longas datas, assim se expressou sobre as utilidades do babaçu: “a massa dele serve, até o talo, a palha dele, que é com o que a gente cobre casa. Até a palmeira velha serve, que é um bom adubo. Do coco do babaçu não se perde nada” (informação verbal)¹.

Muitos outros trabalhadores da mesma localidade, assim como o agricultor e agente de saúde José de Ribamar Santos, afirmaram que “o babaçu, ele serve pra muitas coisas, ele serve para o sustento das famílias [...] a palha serve para cobrir as casas, o talo faz a cerca e [...] quando ela tá velha que morre, o estrumo serve para estrumar as plantas” (informação verbal)². Sua esposa, Marinete dos Santos, mãe de três filhos, associada ao sindicato como lavradora, mulher católica e mulata, como ela própria se identificou, também acentuou que “do babaçu a gente faz tanta coisa, com a palha a gente cobre a casa, o coco a gente quebra, da casca faz o carvão, quando ela [a palmeira] envelhece que cai se tiver adubo dá pra plantar uma cebola” (informação verbal)³. Ainda, Maria da Conceição Araújo, mãe de dez filhos, à época com mais de 50 anos de idade, disse que, em Monte Alegre, “a gente tem a palmeira e é bom, e o coco dela, a casca faz o carvão, do caroço a gente faz óleo [...] eu quero bem à palmeira” (informação verbal)⁴.

Diferentes significados aparecem para a palmeira, a maioria dos quais geralmente indicando o aproveitamento total desse vegetal. De acordo com Raimunda Nonata de Lisboa, então com 35 anos e quebradeira de coco desde os nove anos de idade, a palmeira “significa um bocado de coisa pra nós [...] que vivemos aqui do mato [...] porque ela serve pra tudo [...] porque se não fosse o babaçu não tinha nem como viver aqui” (informação verbal)⁵. Do babaçu “o caroço você vende, faz o azeite, da

1 Entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

2 Entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

3 Entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

4 Entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

5 Entrevista concedida em 05/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

palha faz um abono, uma esteira, cobre casa, faz cofo”, disse dona Lindalva Cruz, mulher negra e católica, mãe de seis filhos (informação verbal)⁶.

A amêndoa de babaçu, que tem sido comercializada, é um produto muito importante como gerador de renda para a compra de gêneros alimentícios e de calçados, roupas etc. Marinete dos Santos, de 38 anos, associada ao sindicato, católica, autodefinida como mulata, casada e mãe de três filhos, contou que com o dinheiro da venda do coco se comprava principalmente café, açúcar e sabão e, quando dava, às vezes se compravam biscoitos (informação verbal)⁷. Maria Raimunda dos Santos, que se disse católica e de cor negra, casada e mãe, afirmou que o babaçu “é tudo porque sem ele a gente não é nada [...] pro sustento, comprar o açúcar, o café, porque, assim, a gente não tem nenhum emprego aí quebra o galho” (informação verbal)⁸.

Josefa Silva, também moradora de Monte Alegre e associada ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de São Luís Gonzaga, foi enfática ao apontar a relevância que o babaçu assumia para as famílias de sua comunidade: “Aqui pra nós ele serve muito [...] quando tá precisando de um sal, de um café, [...] tendo café e açúcar nas quitandas a gente vem, quebra o coco, compra o café, compra o açúcar, já tira um azeite de coco” (informação verbal)⁹. E, Rosa de Lima, mulher católica e devota de São Benedito, mãe de cinco filhos, expressou em depoimento sua visão sobre o recurso: “É uma coisa muito boa. Tem vez que a gente não tem nada, a gente vai pro mato já quebra um coco, compra um sabão, sal. Às vezes a gente tá devendo um quilo de carne, vai pro mato, quebra coco pra pagar a carne. A palmeira ajuda!” (informação verbal)¹⁰.

6 Entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

7 Entrevista concedida em 05/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

8 Entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

9 Entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

10 Entrevista concedida em 05/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

Raimunda de Sousa, senhora negra com seus 69 anos de idade, viúva por duas vezes e mãe de dois filhos já falecidos destacou que

[...] do babaçu nasce muita coisa boa porque quando dá na crise do inverno às vezes a gente não tem o arroz, a gente vai pro mato quebrar o coco, se a gente não almoçar, mas de tarde janta, porque vende o coco e compra o arroz, a gente faz o azeite, tempera a comida, queima a casca, cozinha a comida, é serventia muito boa. (informação verbal)¹¹

A riqueza da terra maranhense aparece relacionada à existência das palmeiras de babaçu. Assim como entre os poetas e cronistas, esse é um discurso também presente entre os agroextrativistas. Em contato com quebradeiras de coco organizadas no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), foi elaborado um samba-enredo para o carnaval maranhense, produzido em conformidade com a perspectiva das trabalhadoras do babaçu.

Palmeiras, babaçuais
Terra fértil, olha a riqueza no chão
Folhas verdes, ó que maravilha
A natureza traz o fruto, a perfeição¹²

O fragmento do samba-enredo destaca a perfeição da natureza pelos frutos colhidos devido à fertilidade das terras locais. De maneira geral, os agroextrativistas concebem a palmeira de babaçu como uma imensa riqueza que utilizam em diferentes momentos de suas vidas. Obviamente, deve-se considerar a existência de uma multiplicidade de usos dos babaçuais enquanto potencial econômico e recurso de sobrevivência, tendo em vista a variedade de contextos sociais nos quais vivem as famílias envolvidas com a economia do babaçu.

11 Entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

12 Trecho de um samba-enredo de autoria de Tom Bral e Heide Araújo. Música criada por ocasião do Carnaval de 2005.

Nas diferentes áreas de ocorrência de babaçuais, onde se espalham mais de trezentas mil famílias, há diferentes formas de utilização desse recurso, não cabendo nenhuma generalização no que concerne a esse tipo de apropriação. Do mesmo modo, são múltiplas as possibilidades de conexão entre o uso do babaçu e a configuração de processos sociais que levaram os agroextrativistas a tomarem os babaçuais como um elemento marcante de suas identidades, culturas e histórias, e como recurso natural com forte potencial econômico. Assim, em “árduas e penosas práticas, diretamente vinculadas à subsistência de cada dia ou a padrões reprodutivos peculiares a essa experiência histórica, predominam relações pessoais em tudo diferentes das regras de convivência, postas por emergentes relações mercantis” (COSTA, 2007, p. 13). Apesar de haver afirmações semelhantes sobre as palmeiras de babaçu entre os setores dominantes, o que parece se evidenciar são confrontos entre uma economia de mercado que se pretende inovadora e a economia moral (THOMPSON, 1998) dos mais pobres, fundada em outros aspectos, vinculados, geralmente, à cultura e aos costumes, fenômeno esse que tanto impactou como foi consubstanciado nas ações das quebradeiras de coco babaçu.

Há uma significação da palmeira de babaçu no povoado Ludovico (Lago do Junco) que se relaciona diretamente à perspectiva da palmeira como um recurso que garante o alimento, o sustento, a vida. Como disse Maria Alaídes de Souza, liderança em sua comunidade e entre as quebradeiras de coco do Médio Mearim, “tem depoimento de quebradeira dizendo assim ‘olha a quebra do coco foi quem me criou, criou nossos filhos, nossos avós... olha a palmeira é um banco, na hora que você precisa vai lá e quebra aí tem seu dinheirinho...’” (informação verbal)¹³.

Não obstante a frequente exclusão dos agroextrativistas das páginas dos estudos sobre o babaçu, bem como nas produções sobre agricultura no Maranhão, e mesmo nos discursos sobre identidade maranhense,

13 Entrevista concedida em 04/11/2011, Bacabal-MA.

os próprios camponeses construíram suas memórias fincadas em um repertório de representações próprias sobre o babaçu e seus significados. Destacaram, ao longo de anos e a partir de suas vivências, lógicas e perspectivas próprias, a relação não somente econômica, mas também afetuosa que estabelecem com esse recurso.

De fato, observa-se uma densa economia moral (THOMPSON, 1998) tecida pelos agroextrativistas, particularmente pelas quebradeiras de coco, sendo o babaçu o objeto material central em torno do qual esses sujeitos passaram a elaborar múltiplas ações e interpretações do mundo. Assim, se, de um lado, deve-se reconhecer trocas e motivações monetárias diretas, vinculadas principalmente ao sustento familiar, de outro, ao se examinar o comportamento das classes trabalhadoras camponesas, particularmente aquele gestado em torno das lutas e usos do babaçu, entende-se que é necessário percebê-lo e reconstituir suas formas de expressão simbólica: a economia do babaçu é tanto um processo monetário como uma economia moral. Certamente, não há como tomar efetivamente a sério o lugar do babaçu para as mulheres quebradeiras de coco sem considerar que esse processo se dá em meio a ritos, modos simbólicos, atributos culturais da hegemonia e da transmissão do costume e da cultura de geração para geração.

Maria Raimunda dos Santos, com mais de 40 anos de idade e cuja profissão consiste em ser quebradeira de coco, como ela mesma fez questão de frisar, destacou seu entendimento sobre a necessidade primordial que os babaçuais assumem em seu meio social:

A gente sem a palmeira, a gente não é nada, porque aqui no Maranhão você sabe que não tem assim outro serviço, outra opção a não ser o coco e, pra gente, as palmeiras acho que é tudo, sem elas a gente não é nada não, apesar do pessoal que corta, que faz roça, que corta, derruba. Pra mim ela é tudo! (informação verbal).¹⁴

14 Entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

Assim, embora algumas de suas representações se assemelhem a de outros setores sociais empenhados na economia do babaçu, os agroextrativistas concebem os babaçuais como um elemento marcante de suas identidades, culturas e história a partir de outras perspectivas. Para além e em contato com a importância monetária do babaçu, estabeleceram-se relações outras, de sentimentos e afetos. Às questões econômicas e ao nível pragmático-utilitário articulou-se um modo culturalmente específico de ser e existir.

Essas questões aparecem na produção de poesias, cantos e cantigas elaboradas pelos agroextrativistas que circulam em movimentos sociais, cooperativas e associações de mulheres rurais. Nessas produções, as palmeiras de babaçu apresentam-se como referencial estético fundamental, “como aquilo que provoca emoção, que perturba, que mexe e altera os padrões estabelecidos e as formas de sentir” (PESAVENTO, 2004). Parte desses produtos culturais foi elaborada antes mesmo que quebradeiras de coco se organizassem em movimento próprio. Cânticos, cantigas, versos de trabalho, poesias e orações faziam parte do cotidiano dessas mulheres quando se reuniam em grupos para praticarem a coleta e a quebra do coco.¹⁵

A importância do babaçu vem sendo reiteradamente destacada, como se verifica no trecho de uma produção poética, publicada por um jornal da CPT, cuja autoria é de Antonia da Silva, quebradeira de coco do município de Lago do Junco:

EU? EU SOU QUEBRADEIRA

Eu? Eu sou quebradeira, sem parente, nem aderente.

Quando me dei conta não souberam me dizer

De onde vinha, quando nasci, quem sou eu...

Então, *o babaçu é o pai e a mãe da gente*

Dá o de comer, a moradia, um tudo

(TEMPOS NOVOS, 1990, p. 5, grifo meu).

15 Alguns destes cânticos e poesias estão disponíveis, por exemplo, nos relatórios dos Encontros Interestaduais das Quebradeiras de Coco Babaçu (EIQCBs), realizados desde 1991 pelas quebradeiras do MIQCB.

Na poesia, a quebradeira de coco enfatiza a vida rural maranhense sendo conduzida pela utilização do babaçu, recurso capaz de oferecer aos agroextrativistas de tudo um pouco o que precisam para sobreviver. Além disso, é importante destacar que a maioria das mulheres quebradeiras de coco é mãe de família e passa a ver as palmeiras de babaçu como mães, no sentido de que o recurso possibilita aos filhos a sobrevivência. Com efeito, as mulheres têm sido impelidas ao maternalismo, convocadas a cuidarem dos seus filhos, e uma das formas de cuidado tem sido, sem dúvida, a obrigação de provê-los do necessário, como o afeto e a alimentação.

De modo geral, o babaçu é um elemento a partir do qual as quebradeiras de coco têm se auto identificado, consolidaram seu trabalho e suas lutas e em relação ao qual construíram certas formas de sentimento e de sensibilidades. E é por meio desse trabalho de reconstrução de si mesmas que elas tendem a definir seu lugar social e suas relações com os seus pares, numa atitude clara de fortalecimento do sentido de pertencimento a grupos ou comunidades, uma vez que “as sensibilidades são uma forma do *ser* no mundo e de *estar* no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada”; em outros termos, são “as formas pelas quais os indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de representação da realidade através das emoções e dos sentidos” (PESAVENTO, 2004).

Produções artísticas e culturais são reveladoras não somente da militância política de quebradeiras de coco, mas também do universo simbólico vivenciado, que interage com a natureza que as rodeia e com os diferentes aspectos culturais presentes em seu cotidiano. Isto pode ser observado, por exemplo, na “Ave-Maria das Quebradeiras”, de autoria de Maria do Socorro Teixeira de Lima:

A palmeira caindo em carreira
A caminho da morte, mudando sua sorte
Suspiro derradeiro, gemido profundo
Treme a terra e o mundo

Sufocando o coração das quebradeiras
Ave palmeira que sofre desgraça
Malditos derrubam, queimam, devastam
Bendito é teu fruto que serve de alimento
E no leito da terra ainda dá sustento.
Santa mãe brasileira, mãe de leite verdadeiro
Em sua hora derradeira, rogai por Todas nós quebradeiras.
Amém. (MONTEIRO et al., 2005)

Essa oração evidencia a profundidade das relações que as quebradeiras têm estabelecido com as palmeiras de babaçu, relações que ultrapassam a esfera do material, o nível da subsistência. Espelha ainda os contatos das quebradeiras de coco com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os movimentos pastorais e o catolicismo popular presente nas áreas rurais com forte intensidade a partir dos anos 1960. Ao mesmo tempo em que roga à Virgem Maria pela não derrubada das palmeiras, a oração compara a própria palmeira àquela santa. Essa representação da palmeira como “mãe” e “virgem”, fruto desses contatos sociais e simbólicos entre o universo rural e a Igreja Católica, acaba evidenciando que, na economia moral camponesa, o babaçu pode ser apropriado não exclusivamente pelo campo monetário, mas também por dimensões culturais e do religioso propriamente dito.

O feminino representado nas palmeiras

A representação da palmeira de babaçu como “mãe” é a mais frequente nos lugares por onde o extrativismo vêm sendo praticado. Entretanto, o sentido dado aos babaçuais varia de acordo com o contexto social de cada grupo e outras apropriações da palmeira também aparecem entre os camponeses maranhenses. Uma pesquisa realizada nos anos 1990, no município de Viana, correspondente à microrregião da Baixada Mara-

nhense, constatou, por exemplo, que alguns moradores viam o corte do cacho de coco como o defloramento de uma virgem ou o molestar de uma viúva (ANDRADE, 1999, p. 174).

De acordo com a antropóloga Maristela Andrade (1999, p. 175), “o que está em jogo por trás dessas representações sobre os cortes dos cachos de coco é a preocupação em permitir que este recurso esteja disponível a todas as unidades domésticas”. Segundo ela, “garantir que os cocos caíam espontaneamente significa que várias mulheres terão oportunidade de coletá-los”. Alfredo Wagner Almeida (2006, p. 78-79) também cita que, em algumas áreas de babaçuais, as palmeiras são consideradas mães, entretanto não aprofunda a discussão.

Deve-se considerar que tanto a análise de Andrade (1999) quanto a de Almeida (2006) sobre as representações das palmeiras não vão além de uma leitura material sobre o recurso. Mas até que ponto a imagem da palmeira como “mãe” não faz parte de estruturas simbólicas que ultrapassam o nível estritamente utilitário-material? Uma resposta positiva a esta questão implicaria em afirmar que a apropriação da palmeira está para além da razão prática e, portanto, não apresenta um fundo meramente utilitarista. Este é, ao mesmo tempo, um campo permeado de representações, apropriações e tensões. Imaginar a palmeira de babaçu como “mãe” é também conferir-lhe ações práticas, ressaltar o sentir e o agir desse recurso, demonstrando apego e afeto para com ele. Maria da Conceição Araújo expressa muito bem esse imaginário: “Eu quero bem a uma palmeira igual à minha mãe [...] eu gosto dela, tenho tanta pena quando derruba uma palmeira, chega ela geme, dá um gemido tão penoso e eu não me atrevo derrubar uma palmeira [...] eu não derrubo porque tenho pena e logo é uma mãe” (informação verbal)¹⁶.

No depoimento de Maria Leite, senhora católica de mais de 60 anos de idade que costumava trabalhar na quebra do coco e na roça, também fica evidente o apego e a consideração afetiva ao recurso:

¹⁶ Entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

Ah! Eu não gosto não quando tá cortando uma palmeira, que ela geme, ela vai pra deitar no barro, aí meu coração dói. Palmeira é uma serventia muito grande pra nós, nós quebramos o coco, nós torramos o coco, tudo vem da palmeira, aí, derrubando, ela vai morrer, ela não vai mais botar coco, vai morrer, eu não gosto não, às vezes eu escuto alguém tá derrubando uma palmeira aquilo é mesmo que uma mãe tá morrendo (informação verbal)¹⁷.

O discurso de Rosa de Lima sintetiza a perspectiva dos agroextrativistas, pois “uma palmeira, ela vale porque até a queda de uma palmeira [...] a gente vê ela gemer, porque ela ajuda, né?!” (informação verbal)¹⁸.

Na representação da palmeira como mãe, a maternalização parece estar associada, em primeiro lugar, à humanização desse recurso, embora possa evidenciar a necessidade primordial que o babaçu assume para o sustento familiar. Há também uma forte sexualização referente aos tipos de uso das palmeiras, particularmente no que concerne ao seu “defloramento”, aqui entendido como violação ao recurso através de seu corte ou derrubada. As representações das palmeiras revelam questões acerca das construções de gênero e estruturam-se em torno dos papéis sociais atribuídos para cada sexo, e, como já apontara Lucimeire Castro (2001), os significados simbólicos de gênero estão relacionados aos significados da natureza.

“Ser mãe” nessas comunidades agroextrativistas parece implicar a obrigação primeira de criação dos filhos, e criá-los significa alimentá-los, nutri-los. Essa responsabilidade é, em primeira instância, facultada à figura feminina. A mãe aparece como aquela que não deve e nem deixaria faltar o alimento em casa e, nesse caso, além de provedora, ela seria também, e sobretudo, quem distribui, administra e programa a alimentação. Assim, historicamente, o cotidiano de mulheres que quebram coco está relacionado à nutrição, aspecto primordial da manu-

17 Entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

18 Entrevista concedida em 05/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

tenção da vida. E ter ou não esse essencial para o sustento as atinge de modo particular (GEBARA, 2000).

Nesse sentido, cabe lembrar que “[...] a utilização dos recursos ambientais é complexa, a exploração afeta todos os seres, sendo que os impactos, suas consequências, são diferentes entre grupos sociais, as mulheres rurais sofrem mais com a deterioração do ambiente e a não democratização dos recursos” (SANTOS, 2001, p. 252).

De todo modo, existe ainda a possibilidade de uma interpretação a mais nessa dinâmica. Nesse universo camponês, as palmeiras são entendidas como aquelas que dão tudo e não recebem ou demandam nada em troca. Se, nesse universo, as palmeiras são humanizadas, logo ela corresponderia ao ser feminino, à mulher. Desse modo, poder-se-ia dizer que há uma internalização do sacrifício por parte das mulheres; as quebraadeiras de coco se colocariam e seriam colocadas no campo do sacrifício e do penoso, ou mesmo no campo da natureza.

Na microrregião do Médio Mearim tem sido recorrente a percepção da palmeira como uma “mãe” que dá sustento e que, portanto, garante a sobrevivência, a vida. Para uma das moradoras de Monte Alegre, Josefa Silva, a palmeira

serve de uma mãe, porque eu chego debaixo de uma palmeira ela tá cheia de coco, eu pego esse coco, eu quebro esse coco, eu tiro o azeite, eu tiro as palhas pra cobrir as casas, pra fazer o cofo pra juntar coco. Pra mim é mesmo que ser uma mãe, que eu não tenho outro ordenado, meu ordenado é do coco” (informação verbal)¹⁹.

Na mesma perspectiva, Maria de Jesus Bringelo, uma das fundadoras do MIQCB e moradora da mesma localidade, exclamou: “Olha uma palmeira de babaçu, eu acho que a palmeira é a mãe da gente, porque dá sustento!” (informação verbal)²⁰.

19 Entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

20 Entrevista concedida em 05/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

E, como destacou Lindalva Cruz, “o babaçu é uma mãe que sustenta todo mundo, porque um passa, junta dois cocos, outro vem, junta três, todo mundo se serve com o coco babaçu” (informação verbal)²¹. O discurso de Maria da Conceição Araújo também é bastante presente entre os demais moradores de seu povoado:

A palmeira pra mim é uma mãe [...] é uma ajuda boa que a gente tira da palmeira, porque da palmeira se ela cair por ela mesma a gente tira o estrumo, planta cebola, coentro”, já “ela estando viva ela bota o

acho, a gente apanha o coco, quebra, vende pra comprar alguma coisa, que a gente pobre precisa de um tudo (informação verbal)²².

Assim como as mulheres, homens de Monte Alegre também consideraram a palmeira uma figura maternal pela sua importância para a sobrevivência de suas famílias. “A palmeira pra nós é uma mãe, que de lá você tira muitas coisas dela [...] através dela que a gente tá aqui”, disse José de Ribamar Santos (informação verbal)²³. Os babaçuais assumem significado similar ao que é atribuído à roça, como se verifica no discurso de Domingos Lima, que era um conhecido pai-de-santo na comunidade.

A palmeira de babaçu é a obra da natureza que serve pra gente [...] a gente faz o carvão. A palmeira é uma mãe [...] na parte intê da alimentação [...]. Eu pego minha machada, quebro quatro quilos de coco e vou comprar dois quilos de arroz [...]. Eu faço cofo, faço esteira, faço ninho de galinha. Pra mim eu considero ela como uma rocinha, é mesmo como a roça, que é minha mãe (informação verbal).²⁴

As articulações simbólicas sobre a palmeira são construídas nas relações em grupo. Elas são possibilitadas na medida em que os sujeitos estão rela-

21 Entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

22 Entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

23 Entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

24 Entrevista concedida em 05/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

cionados geográfica e imaginariamente. As representações das palmeiras são transmitidas de geração em geração. Como demonstrou Teresa Pereira “*a minha mãe sempre diz que a palmeira é igual uma mãe, ela dá tudo [...] dá a casca, dá o talo, dá o azeite*” (informação verbal, grifo meu)²⁵.

Desse modo, as atribuições dadas pelos agroextrativistas aos babaçuais se relacionam principalmente ao processo de produção desse recurso. Essas representações parecem sugerir que a palmeira é vista como uma mãe por garantir a sobrevivência, pois, como afirmou uma liderança do MIQCB de São José dos Mouras, Maria Adelina Chagas, “as pessoas de baixa renda quase todos são filhos de leite da palmeira [...] a gente não bebe leite do coco quando é bebê, mas da palmeira, do fruto dela, a gente alimenta os filhos [...] Eu sou filha da palmeira porque ela que deu condição de minha mãe me criar” (informação verbal)²⁶. A denominação da palmeira como “virgem” é, segundo a mesma quebradeira, “porque tem a palmeira que bota e a que não bota, e a virgem é a que ainda não botou cacho”.

Em diversos relatos de quebradeiras de coco, a palmeira é considerada “virgem” antes de produzir os cachos de coco, passa a ser tida como “mãe” quando os cachos de coco são produzidos, e é vista como “viúva” caso haja uma palmeira ao seu lado que não produza coco e seja derrubada, queimada ou morra. As palmeiras são denominadas “palmeira macho”, quando inférteis, portanto, quando não dão frutos, e “palmeira fêmea”, quando férteis (brotam os cachos de coco), sendo estas muito mais numerosas que aquelas. Mas, como normalmente os discursos costumam asseverar, a infértil palmeira macho não é como inútil, pois, uma vez derrubada e devidamente cortada, serve, por exemplo, para a construção de casas, abanos e cercas.

Denominações como “palmeira macho” e “palmeira fêmea” estão relacionadas com a produtividade do recurso palmeira de babaçu e cada

25 Entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

26 Entrevista concedida em 06/2005, São Luís-MA.

uma delas apresenta, ao seu modo, suas utilidades, como se verifica no depoimento de Maria Leite:

palmeira serve muito bem pra nós porque ela bota o coco derruba o coco e nós quebramos, e a palha *quando tem algum capote* [palmeira] *que é macho a gente derruba pra cobrir casa* e os talo a gente tira pra envarar, pra tampar de barro. A palmeira serve demais, tenho pena quando vejo uma pessoa derrubar uma palmeira, ela dá estrumo pra plantar cebola, me dá uma dor no coração quando vejo derrubar uma palmeira, não gosto não! (informação verbal, grifo meu)²⁷

Nota-se que em todas essas representações a palmeira é feminilizada²⁸, o que parece sugerir que no universo de quebradeiras de coco o feminino é pensado e imaginado em relação à reprodução/procriação. No entanto, o imaginário em torno das palmeiras está relacionado também a questões de produção e sustento, pois, como muitas quebradeiras afirmaram, bem como muitos de seus maridos/companheiros, a renda advinda de seu trabalho de quebra do coco tem constituído elemento indispensável para a sobrevivência de suas famílias. Nesse sentido, a palmeira assume um valor simbólico a partir da condição material de sustento que propicia.

O fato é que produção/sustento e reprodução/procriação constituem binômios que assumem íntima relação no que concerne a essas representações. As percepções das palmeiras vêm sendo, ao longo de décadas, significadas e ressignificadas pelos sujeitos envolvidos com o extrativismo do babaçu.

Para os agroextrativistas, a devastação dos babaçuais representa uma perda material e simbólica, uma vez que a palmeira assume um lugar personificado – ela é “mãe”, “virgem”, ou “viúva”. O corte, a queima e o

27 Entrevista concedida em 03/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

28 Há uma associação irremediável entre palmeiras de babaçu e feminilidade. As palmeiras que aparecem decantadas pelos poetas, descritas pelos economistas, representadas e mistificadas pelos extrativistas são as palmeiras produtoras de cachos de coco, portanto, “palmeiras fêmeas”.

envenenamento das palmeiras refletem bem mais que uma redução dos babaçuais, marcando-lhes em sua intimidade e operando como uma violência ao seu trabalho e à sua vida.

Maria Cecília de Jesus, jovem negra, casada, mãe de um filho e quebradeira de coco de Monte Alegre destacou os usos básicos do babaçu e denotou seu pesar com a perda de uma palmeira. Segundo a mesma, “[...] da palmeira a gente tira a palha para cobrir casa, para fazer balaio da tala, o coco a gente faz carvão com as cascas e com o caroço a gente faz o azeite, ah muié, quando corta uma palmeira o pessoal fica muito triste, pelo menos eu mesmo fico triste né”. Seu depoimento seguiu expressando revolta com o corte das palmeiras:

Muié, é mesmo que tá matando uma mãe de família, pra mim é mesmo que tá matando uma mãe de família. Porque, assim, por exemplo, se não derribar, se não cortar a palmeira e chegar uma pessoa lá e ela tem um cacho de coco e caiu só a metade aí eu vou e junto ou uma amiga minha vai e junta, e assim vai indo né, mas se cortar aí não dá, acaba né! Eu fico muito triste” (informação verbal).²⁹

Em terras do Médio Mearim, em alguns casos, quando quebradeiras tentavam “empatar”³⁰ o corte de babaçuais e não obtinham êxito eram realizados rituais que simbolizavam as derrubadas de palmeiras como sendo a morte de mães, e eram feitas orações para seu enterro (FIGUEIREDO, 2005). Denominados “místicas” pelas trabalhadoras, esses rituais tinham um profundo significado espiritual/religioso, incluindo orações semelhantes às utilizadas em cultos funerários. Além de expressar o significado simbólico desse recurso, as místicas certamente constituíam uma estratégia para coibir a devastação dos palmeirais.

29 Entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

30 Termo que aparece muito nos depoimentos e que era usado quando se tratava de impedir que fazendeiros derrubassem palmeiras, fenômeno que, No Maranhão, se intensificaria nos anos 1970-80. O termo tem inspiração nos contatos entre quebradeiras de coco e o Movimento dos Seringueiros, no Acre.

As íntimas relações entre agroextrativistas e palmeiras de babaçu poderiam explicar os ressentimentos advindos do não acesso, do corte, da queda e do envenenamento de babaçuais. Tal afirmação traz à luz a necessidade de compreender não apenas os afetos e os sentimentos dos sujeitos, mas, paralelamente, as representações, os imaginários, as crenças (portanto, a religiosidade), os discursos, que possivelmente venham a desempenhar papel relevante no devir dos ressentimentos (ANSART, 2001, p. 20).

O ressentimento produz uma energia que revoluciona e organiza processos de reivindicação de interesses coletivos, a partir das tomadas de consciência que se dão ao longo de uma dada experiência humana e que favorece o processo de formação de identidades coletivas. Certamente, o ressentimento tem embasado as ações das mulheres do babaçu. Profundamente marcadas por experiências de cerceamento, exclusão e violência, elas afirmaram positivamente sua condição de *quebradeiras de coco*, empoderaram-se e ampliaram seu poder de negociação.

Há um ineditismo nas experiências de empate vivenciadas pelas quebradeiras de coco, embora as mesmas possam fazer lembrar a ocorrência dessas estratégias no seringal. Nessa perspectiva, os *empates* das quebradeiras de coco podem ser entendidos como um repertório de ação culturalmente herdado do Movimento dos Seringueiros³¹, embora seja variável, guardando a especificidade de seu momento histórico. Como mostra Sidney Tarrow (1997), os repertórios de ação dos movimentos sociais têm relação intrínseca com o processo histórico que eles vivem, sendo, assim, variáveis, mudando de um lugar para o outro. Esses repertórios são construídos historicamente e, portanto, não estão sempre disponíveis, sendo aprendidos, o que não significa dizer que não sejam renovados. Fato é que os movimentos sociais podem romper ou confirmar uma tradição advinda de movimentos anteriores.

31 O termo *empate* era usado para caracterizar as ações dos seringueiros e produtores rurais do Acre contra a derrubada da floresta e pela permanência na terra. O *empate*, bastante característico dos anos 1970 e 80, consistia na reunião de homens, mulheres e crianças, sob a liderança dos sindicatos.

O I EIQCB, realizado em 1991, em São Luís-MA, esteve repleto dos testemunhos mais emblemáticos sobre o sentido intenso que os babaçuais assumem na vida das quebradeiras: “Quero falar sobre a preservação das palmeiras. A defesa não depende só de violência, mas de criatividade. Na minha comunidade começaram a derrubar as palmeiras. À noite sonhei com minha mãe morta e ela estava sem vela, de manhã acendi uma vela pras palmeiras” (RELATÓRIO DO I EIQCB, 1991). No discurso da quebradeira de coco, sua mãe e a palmeira parecem se mesclar, constituindo um ser único. Nesse sentido, há uma simbiose entre a mãe que lhe conferiu a vida e a palmeira de babaçu que lhe permite viver.

A valorização e o imaginário acerca das palmeiras aparecem nos discursos que apontam para a preservação dos babaçuais, como no de Maria da Conceição Araújo, ao afirmar que a palmeira tem “[...] um valor muito bom, muito grande o valor duma palmeira, a palmeira pra mim é minha mãe” (informação verbal)³² e, no de José de Freitas, para quem a “[...] palmeira é uma coisa que a gente não pode maltratar [...] é uma mãe da gente pra toda vida” (informação verbal)³³. A maternalização do recurso pode ser melhor evidenciada quando a jovem Rosinere de Lima destacou que “tem um dizer que quem tá matando uma palmeira é mesmo que tá matando uma mãe de família” (informação verbal). Segundo aquela quebradeira, é “o povo mais velho é que conta [...] que uma palmeira carregada de cacho parece uma mãe carregada de menino” (informação verbal)³⁴.

Tudo indica que foi sendo constituída uma tradição com determinadas formas de apropriação e representação das palmeiras de babaçu perpetuadas via transmissão oral, através sobretudo de narrativas exemplares. E, quando a educação formal, particularmente a alfabetização, começou a ser relevante para esses sujeitos, quando suas tradições e formas de

32 Entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

33 Entrevista concedida em 04/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

34 Entrevista concedida em 05/2005, São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

conceber o mundo ganharam o mundo dos textos escritos, os produtos impressos, especialmente aqueles de maior circulação, como as produções do MIQCB, tenderam a estar sujeitos às expectativas da cultura oral. Certamente, é possível que a alfabetização associada à maior inserção dessas mulheres em movimentos sociais organizados, o que lhes tem permitido inclusive maior mobilidade geográfica, tenha ampliado consideravelmente a gama daquelas formas e as tenha distribuído mais amplamente.

Pode-se argumentar, portanto, que as quebradeiras de coco se relacionam aos babaçuais, apropriando-os e representando-os tanto econômica quanto existencialmente, estruturando suas histórias e experiências através de um diversificado imaginário sobre esse recurso, imaginário esse que se intensificaria particularmente em tempos de intensos conflitos. Como lembra Baczko (1985, p. 296), “o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida colectiva”, e as representações dos sujeitos “constituem outras tantas respostas dadas pelas sociedades aos seus desequilíbrios, às tensões no interior das estruturas sociais e às ameaças de violência”.

Quebradeiras de coco organizadas em movimentos, associações, cooperativas, grupos de mulheres falam sobre seu cotidiano e seu modo de vida, em cujas vivências o babaçu assume uma grande importância. O clamor pela preservação das palmeiras de babaçu é uma reivindicação para garantir que o produto continue disponível aos agroextrativistas, já que constitui um dos sustentáculos de suas famílias e um recurso a partir do qual dão significado às suas vidas. Em razão disso, mulheres quebradeiras de coco têm lutado cada vez mais pelo acesso aos babaçuais e pela garantia de sua preservação, como denota um dos cantos que fazem parte do repertório do MIQCB:

XOTE DAS QUEBRADEIRAS

Ei! não derruba esta palmeira
Ei! não devora os palmeirais.
Tu já sabes que não pode derrubar
Precisamos preservar as riquezas naturais.
O coco é para nós grande riqueza
É obra da natureza
Ninguém vai dizer que não.
Porque da palha só se faz casa pra morar
Já é meio de ajudar a maior população.
Se faz óleo pra temperar comida
É um dos meios de vida pros fracos de condição.
Reconhecemos o valor que o coco tem
A casca serve também pra fazer o carvão.
Com o óleo de coco as mulheres caprichosas
Fazem comidas gostosas de uma boa estimação.
Merece tanto seu valor classificado
Que com o óleo apurado se faz melhor sabão.
Palha de coco serve pra fazer chapéu
Da madeira faz papel
Ainda aduba nosso chão.
Talo de coco também aproveitado
Faz quibano e cercado para poder plantar feijão.
A massa serve para engordar os porcos
Tá pouco o valor do coco
Precisam dar atenção.
Pra os pobres este coco é meio de vida
Pisa o coco Margarida e bota o leite no capão. (informação verbal)³⁵

Cantos de trabalho, orações, místicas, convocatórias para a luta, versos e cantigas de guerra e enfrentamento aos antagonistas geralmente estão

35 Música cantadas nos Encontros do MIQCB.

voltados à temática da preservação ambiental e à preocupação essencial em salvaguardar as palmeiras de babaçu.

A experiência camponesa no Maranhão é geralmente atualizada através das memórias dos trabalhadores em torno do babaçu. Os camponeses tenderam a construir representações e a legitimar certas apropriações da palmeira de babaçu que são constantemente reatualizadas em seu repertório discursivo, dando sentido e forma à conexão entre passado e presente para tratar de suas práticas e instituir seus discursos. As representações e apropriações construídas ao longo de décadas se relacionam ao valor que o extrativismo assumiu na subsistência diária desses sujeitos. Entretanto, o sentido do babaçu em suas vidas toma dimensões não somente econômico-monetárias, mas também socioculturais, não somente materiais, mas também simbólicas.

Considerações Finais

Há vários indícios de que, pelo menos desde fins do século XIX, a quebra do coco babaçu vem sendo realizada de modo sistemático, consolidando-se, ao lado da agricultura, como uma atividade primordial entre as famílias rurais maranhenses. Em diferentes épocas, o babaçu tem assumido variações quanto ao seu uso e comercialização. Da esfera doméstica ao universo das redes comerciais, seus usos e apropriações, particularmente pelas mulheres do campo, foram os mais diversos, pois, inicialmente, os camponeses coletavam o babaçu e extraíam a sua amêndoa principalmente para o autoconsumo.

Certo é que a utilização doméstica do produto, através da fabricação artesanal do óleo e da extração do leite de coco, já era comum entre as populações locais antes mesmo da instalação de indústrias de óleo e sabão de babaçu no estado, ao mesmo tempo em que se tratava de atividade vinculada às mulheres. Pelo menos desde o século XIX, diferentes

sujeitos, a exemplo de indígenas, quilombolas e da população camponesa em geral, especialmente, as mulheres do campo, têm continuamente tirado proveito do coco e da palmeira de babaçu. Embora a utilização desse recurso natural varie de acordo com os contextos específicos, claramente se destacam os usos relacionados às condições essenciais da existência humana, como a alimentação, a habitação e o sustento familiar, porém, e não menos importante, a constituição de uma economia dos afetos, das sensibilidades, um padrão cultural inscrito no direito consuetudinário, na economia moral camponesa da região.

Referências

Entrevistas

ARAÚJO, Maria da Conceição. Entrevista semiestruturada concedida em abril de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

BRINGELO, Maria de Jesus. Entrevista semiestruturada concedida em maio de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

CHAGAS, Maria Adelina de Sousa. Entrevista semiestruturada concedida em junho de 2005. São Luís-MA.

CRUZ, Lindalva. Entrevista semiestruturada concedida em maio de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

FREITAS, José de. Entrevista semiestruturada concedida em abril de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

JESUS, Maria Cecília de. Entrevista semiestruturada concedida em abril de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

LEITE, Maria. Entrevista semiestruturada concedida em março de

2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

LIMA, Rosa de. Entrevista semiestruturada concedida em maio de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

LIMA, Rosinere de. Entrevista semiestruturada concedida em maio de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

LIMA, Domingos. Entrevista semiestruturada concedida em maio de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

LISBOA, Raimunda Nonata de. Entrevista semiestruturada concedida em maio de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

PEREIRA, Teresa. Entrevista semiestruturada concedida em abril de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

SANTOS, José de Ribamar. Entrevista semiestruturada concedida em março de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

SANTOS, Maria Raimunda dos. Entrevista semiestruturada concedida em março de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

SANTOS, Marinete dos. Entrevista semiestruturada concedida em março de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

SOUSA, Raimunda de. Entrevista semiestruturada concedida em abril de 2005. São Luís Gonzaga do Maranhão-MA.

SOUZA, Maria Aláides de. Entrevista semiestruturada concedida em novembro de 2011. Bacabal-MA.

Fontes impressas

MONTEIRO, Sandra et al. (Orgs.). **Relatório do V EIQCB**. São Luís: MIQCB, 2005.

RELATÓRIO do I EIQCB. São Luís: MIQCB, 1991.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

_____. **Quebradeiras de côco babaçu – identidade e mobilização:** legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995). São Luís: MIQCB, 1995.

ANDRADE, Maristela. Mutirões, empates e greves – Divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. **Revue Lusotopie**, XII (1-2), p. 175-189, 2005.

_____. **Terra de índio** – Identidade étnica e conflito social em terras de uso comum. São Luís: UFMA, 1999.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In.: BRES-
CIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (Orgs.). **Memória e (Res)sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2001.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. **Enciclopédia Einaudi. An-
tropos-Homem.** Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, v. 5, 1985.

CASTRO, Lucimeire. **O imaginário sobre o corpo em uma comunida-
de de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão.** Viçosa, 2001. 165 f.
Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Fede-
ral de Viçosa, Viçosa, 2001.

COSTA, Suely. Transição, globalização e intimidade. Rio de Janeiro, sé-
culo XIX. **História y Espacio.** Revista del Departamento de História.
Facultad de Humanidades. Bogotá, n. 29, p. 79-108, julio-diciembre,
2007.

FIGUEIREDO, Luciene. **Empates nos babaçuais**: do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco no Maranhão. Belém, 2005. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o Silêncio**: Uma fenomenologia feminista do mal. São Paulo: Vozes, 2000.

PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. In: LANGUE, Frédérique; PESAVENTO, Sandra (Coords.). **Journée d'étude "Représentations et sensibilités dans les Amériques et la Caraïbe (XVIe-XXIe Siècles). Mémoires singulières et identités sociales"**, EHESS, jeudi 4 mars 2004.

SANTOS, Marluze. A mulher rural é uma espécie ecológica? In: FERREIRA, M.; ÁLVARES, M. L.; SANTOS, E. (Orgs). **Os saberes e os poderes das mulheres**: a construção do gênero. São Luís: EDUFMA/NIE-PEMCR; Salvador: REDOR, 2001, p. 251-257.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. "Crise" nos Padrões Jurídicos Tradicionais: o direito em face dos grupos sociais portadores de identidade coletiva. **Anais do XIV Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI)**. Fortaleza, 03-05 de novembro de 2005.

TARROW, Sidney. **El poder en movimiento**: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madri: Alianza, 1997.

THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO MARANHÃO:

a trajetória das famílias da Vila Cabanagem
(Assentamento Cristina Alves/MST)

Julio Cesar Bravo Medina,

Isaac Giribet Bernat

José Ribamar Gusmão Araújo

Introdução

Ainda que passados mais de quarenta anos desde a criação das formas de luta pela democratização do acesso à terra que caracterizam na atualidade a ação dos movimentos sociais do campo, e mesmo depois de duas tentativas governamentais para resolver a questão agrária através de Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRA), os diversos desdobramentos dos processos que conformam a questão agrária brasileira continuam plenamente vigentes.

Nesse complexo emaranhado de disputas entre supostos donos da terra, Estado e movimentos sociais, estes últimos desenvolvem um papel fundamental como consolidadores dos direitos constitucionais das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas ou assumindo de facto

o papel de geradores dos processos *reformistas* mediante a ocupação de terra e a criação de acampamentos. Dentre estas organizações camponeas destaca-se, tanto quantitativa como qualitativamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (FERNANDES, 1999).

As nuances que acompanham os processos de luta pela implementação da Reforma Agrária, a conduzem para além de um conjunto de políticas públicas redistributivas que pretendem diminuir as alarmantes diferenças sociais que existem no país. Com a ação dos movimentos sociais, a Reforma Agrária passou a ser um instrumento que também propicia a transformação política das pessoas que nela participam (STEDILE; FERNANDES, 2012). Nos territórios em disputa (acampamentos) ou conquistados (assentamentos), o MST não se limita a oferecer respostas primárias de sobrevivência. Com seu proceder, questiona elementos basilares do avanço das relações capitalistas no campo, o machismo estrutural ou a produção mediante uso de agrotóxicos, fomentando entre as famílias formas de produção cooperadas e com matriz agroecológica.

No caso do Maranhão, estado que apresenta uma enorme pluralidade no que se refere a formas de campesinato (CARVALHO, 2005), as primeiras articulações para implantar o MST surgiram logo depois da criação formal do Movimento, em janeiro de 1984. No primeiro evento importante do MST, o 1º Congresso Nacional do MST, realizado em Curitiba no ano de 1985, o Maranhão esteve representado por uma delegação com a presença de diversos membros do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) (TAVEIRA, 2002).

Durante alguns anos as ações do CENTRU e do MST foram conjuntas. Este cenário mudou, a partir de 1989, quando estas organizações passaram a percorrer caminhos distintos. Mesmo que com objetivos parecidos, as práticas de ambos diferiam bastante, especialmente no que se refere ao uso da ocupação de áreas em disputa como prática para reivindicar a aplicação da Reforma Agrária. Desta forma, o MST foi consolidando a ideia que deveria atuar como movimento social autônomo, sem

estar atrelado a uma organização de caráter sindical como era o caso do CENTRU (ARAÚJO, 2013).

Segundo Aurora Miranda (2003), nos primeiros anos de territorialização no Maranhão é possível diferenciar três momentos da ação do Movimento Sem Terra. Um primeiro, entre 1985 e 1987, em que o MST se conforma a partir das estruturas de que dispõe o CENTRU; um segundo momento, entre 1987 e 1988 em que, a partir de um complexo debate interno, fica evidente que para conseguir autonomia do mundo sindical e de sua pauta de reivindicações específica será necessário que MST e CENTRU trilhem caminhos diferentes; e um terceiro momento, entre final da década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990, em que o MST passa a se consolidar mediante a criação de acampamentos em diversas regiões para além do sul do estado.

A partir da década dos anos 1990, o MST adota no Maranhão uma forma organizacional baseada em seis regionais, onde se contemplam todas as áreas que mantêm vínculo com o Movimento. Na atualidade, cerca de setenta acampamentos e assentamentos estão vinculados à organicidade do MST no estado, 14 destas conformam a Regional Itapecuru onde se localiza o Assentamento Cristina Alves (GIRIBET BERNAT, 2019).

A Regional Itapecuru é a expressão orgânica que adota o MST nas Microrregiões maranhenses de Chapadinha, Itapecuru-Mirim e Coelho Neto. Sua conformação como estrutura do Movimento Sem Terra iniciou-se a partir da segunda metade da década de 1990, dando sequência a uma dinâmica que seguiu a direção sul-oeste-leste. O MST avançou pelo estado em função dos apoios recebidos por parte de sindicatos de trabalhadores rurais, Partido dos Trabalhadores (PT), setores progressistas da Igreja Católica e das possibilidades objetivas de pleitear áreas com potencial para a desapropriação. As Microrregiões supracitadas possuíam grande potencial para a estratégia de expansão do Movimento, pois estavam minadas de conflitos fundiários oriundos da negativa das famílias camponesas a pagar o foro (GIRIBET BERNAT, 2019).

Dentro da Regional Itapecuru, uma das áreas que possui um maior grau de inserção no MST é o Assentamento Cristina Alves. Situado no município de Itapecuru-Mirim, nele confluíram dois processos de luta pela terra que, em março de 2007, se juntaram para criar o Assentamento. Para formalizá-lo, levando em consideração a grande extensão do mesmo (4.791,13 hectares) e com o intuito de proporcionar maior controle territorial, decidiram criar duas agrovilas, a Vila 17 de Abril¹ e a Vila Cabanagem²; como já existiam dois contingentes com um número parecido de famílias provenientes dos dois processos de luta, se optou por mantê-los (BRAVO MEDINA, 2014).

O grupo de famílias que hoje conforma a Vila 17 de Abril surgiu em 2004, como resultado dos trabalhos de base realizados pelo MST na periferia do município de Itapecuru-Mirim; estas famílias, entre os anos de 2004 e 2005, tentaram realizar duas ocupações no atual Assentamento Cristina Alves que resultaram frustradas pela forte oposição do latifúndio. As famílias assentadas na Vila Cabanagem provinham de uma comunidade forjada no calor de uma sequência de ocupações e despejos violentos em latifúndios dos municípios de Miranda do Norte e Matões do Norte, entre maio de 2001 e março de 2007 (BRAVO MEDINA, 2014). O percurso de luta pela terra desta comunidade, desde a primeira ocupação até alcançar o processo exitoso do assentamento quase seis anos depois, é o objeto do presente texto.

Boa parte das informações que apresentamos no texto foram levantadas e sistematizadas para configurar a dissertação de mestrado defendida no ano de 2014 que, além de questões de caráter histórico e social,

1 A Vila 17 de Abril recebeu seu nome pela data da primeira ocupação da Fazenda Santa Maria, Itapecuru-Mirim, programada como homenagem ao dia internacional da luta camponesa, decretado pela Via Campesina em comemoração ao aniversário do massacre em Eldorado dos Carajás, onde a Polícia Militar do Pará assassinou 21 Sem Terra.

2 O nome da Vila Cabanagem provém da revolução social acontecida na região amazônica conhecida como Grão-Pará entre 1835-1840, que dizimou a população em 30% com mais de 30 mil mortos. mestiços, índios e negros foram as principais vítimas. Considerada uma das grandes revoluções na América do momento (RICCI, 2007).

adentrava na seara do processo de transição agroecológica que vivencia o Assentamento Cristina Alves, temática esta que se constitui em bandeira de luta do MST (BRAVO MEDINA, 2014).

O estudo foi realizado na base da pesquisa participativa (GUZMÁN CASADO; GONZÁLEZ DE MOLINA; SEVILLA GUZMÁN, 2000). A coleta de dados realizou-se mediante observação participante, com diálogos informais, reuniões nas instâncias de participação do Assentamento e entrevistas semiestruturadas com 20 famílias e 14 dirigentes do MST, com ênfase no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente que é o mais bem estruturado no Assentamento), e documentos elaborados junto com militantes do Assentamento (OLIVEIRA; BRAVO MEDINA, 2014).

O trabalho de campo desenvolveu-se entre junho de 2013 e setembro de 2014. Procurou-se a maior imersão possível do pesquisador no local, com um tempo aproximado de quatro meses morando e compartilhando com as famílias das duas Vilas e quase um ano completo com visitas periódicas intermitentes. Nesse período houve oportunidade de interagir de diversas formas com os assentados, participar de reuniões da Associação, dos Setores organizados, e das festividades religiosas ou próprias do processo de luta social, visitar e conhecer as áreas produtivas como quintais, roças, e zonas de produção coletiva, casas de farinha ou pontos de lazer e descanso. Dessa forma, criou-se um clima propício para a observação participante e a realização das entrevistas que constituem a base deste trabalho.

A seleção dos entrevistados se desenvolveu procurando respeitar as dinâmicas de cada uma das Vilas. Um dirigente estadual do Movimento fazia o contato com dirigentes do Assentamento, que nos acolhia e encaminhava com as pessoas que seriam entrevistadas. Na análise de dados utilizou-se a História Oral (ALBERTI, 1991; TORRES CARRILLO, 2014) e a triangulação de informações (VERDEJO, 2006), para confrontar e complementar informações de campo e literatura.

As entrevistas foram gravadas e analisadas. Os dados processados em tabelas dinâmicas de Excel e os resultados apresentados em gráficos de frequência, quadros analíticos e imagens. Para a elaboração da cronologia do processo de luta da Vila Cabanagem contrastaram-se depoimentos de nove assentados e uma sistematização dos principais acontecimentos elaborada em parceria com uma dirigente do Assentamento e militante do MST (OLIVEIRA; BRAVO MEDINA, 2014).

Este texto nos parece uma possibilidade de dar visibilidade ao árduo percurso transitado por um conjunto de famílias camponesas à procura de uma terra onde garantir sua reprodução familiar. Entendemos que trabalhos desta natureza contribuem para melhor compreender o campesinato contemporâneo, através de um dos inúmeros casos da pluralidade de processos de luta e resistência que este sujeito social protagoniza no Maranhão em pleno século XXI.

MST, luta social para uma reforma agrária popular

O MST é uma ferramenta organizativa construída a partir das necessidades de diversas formas de campesinato que perderam as terras como consequência do processo de modernização agrícola promovida pela Ditadura Militar (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Uma parte dessas famílias expulsas, uma vez constatada a ineficácia da política colonizadora oficial, começaram a se articular em sindicatos de trabalhadores rurais; desde então estas organizações passaram a reclamar a aplicação da Reforma Agrária, uma política pública que lhes possibilitaria continuar com a atividade agrícola nos próprios locais de origem (MORISSAWA, 2001). Desta forma, se iniciavam processos de tomada de consciência e de progressivo passo à ação que culminariam, no início de 1984, com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cujo objetivo era fazer confluir as diversas experiências que estavam

sendo realizadas de forma desconexa em diferentes estados, para assim poder ter uma maior capacidade de pressão na hora de apresentar suas demandas aos poderes públicos (GRZYBOWSKI, 1991).

A demanda de terra estava juridicamente fundamentada no Estatuto da Terra – um código legal, profundamente influenciado pela Aliança para o Progresso (1961), que os militares promulgaram pouco depois de acederem ao poder através de um golpe de Estado. O Estatuto oferecia a possibilidade de aplicar desapropriações àquelas grandes propriedades que se mantivessem fora dos critérios de produtividade mínima nem que fosse apenas formalmente, o texto negava a propriedade absoluta da terra e abria a porta para a desapropriação para fins de Reforma Agrária.

Com o final da Ditadura se abriram expectativas sobre a possibilidade de que a democratização política trouxesse também a democratização da propriedade rural; esta possibilidade foi amplamente discutida no processo de elaboração da Constituição aprovada no ano de 1988. Malgrado que se realizaram passos destacados nessa direção, se frustraram as expectativas de uma reforma profunda da estrutura da propriedade rural como consequência da pressão exercida por parte dos influentes representantes parlamentares da poderosa oligarquia rural. Também nesse processo se fundou a agremiação de grandes proprietários que se opunham ferrenhamente à aplicação de qualquer medida de desconcentração da propriedade, a União Democrática Ruralista (UDR) (STEDILE, 2006).

O fato de que a Nova República não se dotasse de um instrumental jurídico capaz de implementar de forma eficaz a Reforma Agrária, em hipóteses alguma supôs o final da vigência de sua reivindicação. Aproveitando as brechas legais da nova Constituição, os movimentos sociais continuaram a criar situações que propiciassem a criação de assentamentos em grandes propriedades passíveis de serem desapropriadas (ANC, 1988). Essa processualidade acostumava a ser iniciada mediante a ocupação das áreas em disputa por parte dos movimentos sociais.

Dessa forma, a ocupação de áreas em litígio foi a principal resposta das diversas formas de campesinato ao processo histórico de monopolização da propriedade rural e ao veto sistemático dos governos federais a viabilizar o acesso à terra mediante uma Reforma Agrária.

As ocupações não são uma invenção nossa [se refere ao MST, de quem é dirigente], mas construções que a classe desenvolveu ao longo da história. Mesmo que o MST decidisse acabar com as ocupações, não é por decreto que elas cessarão. Enquanto existirem demandas por terra, por reforma agrária, haverá várias formas de luta, entre elas as ocupações (MAURO, 2010).

Ao fazer referência às práticas de acesso e posterior resistência na terra, estamos nos reportando aos mecanismos processuais de ação direta contestatória que se gestaram e consolidaram nos últimos anos da Ditadura Militar, desde o final da década dos setenta até meados da década dos oitenta.

A ocupação de terras e a posterior construção de acampamentos nas áreas em litígio são as principais práticas antagônicas que nos últimos quarenta anos vêm caracterizando diversas organizações sociais que lutam pela terra, dentre elas destaca quantitativa e qualitativamente o Movimento dos Sem Terra. Através da ocupação de latifúndios passíveis de serem transformados em assentamentos, se pretende forçar ao Governo Federal a vistoriar, e, se fosse o caso, desapropriar para fins de Reforma Agrária, aquelas áreas que não cumpram com a “função social” a que se refere o artigo 186 da Constituição Federal (ANC, 1988).

Como afirma Delze Laureano (2007): “A ocupação tornou-se a marca do MST exatamente porque é a forma mais eficiente e eficaz para forçar o governo a cumprir a sua parte na tarefa da reforma agrária”. Apesar do ato da ocupação ter que ser contextualizado dentro dos limites do cumprimento da legalidade, esta ação reivindicativa se coloca em rota de colisão das formas e procederes que historicamente adotou a grande propriedade rural no Brasil, atuando contra a estrutura fundiária ao impactar no eixo que vertebra a concentração da propriedade.

No caso do MST, os processos de luta pela terra consistentes na criação de assentamentos, se convertem em um elemento estratégico para além de uma conquista particular; como afirma Bernardo Fernandes: “A conquista da terra na instalação do assentamento significa a continuidade da luta” (1999 p. 241). Dessa forma, na dinâmica de acesso à terra protagonizada pelo MST, os assentamentos se transformam em suporte que possibilitam continuar lutando pela implementação da Reforma Agrária. O território conquistado passa a ser um “trunfo” (FERNANDES, 1999, p.241), uma plataforma que permite acumular forças para realizar novas ocupações e criar novos acampamentos. Este processo caracteriza a ação do MST como um movimento socioterritorial, à procura de sua territorialização (FERNANDES, 1988).

O atual programa de Reforma Agrária que defende o MST, a conhecida como Reforma Agrária Popular (RAP) (MST, 2010), é uma proposta articulada com as diversas organizações brasileiras que conformam a Via Campesina que vai além da simples política de assentamento consistente em transformar algumas grandes propriedades em pequenas unidades familiares; segundo a RAP, os acampamentos e assentamentos têm que ser territórios de luta e de resistência onde podem implementar um determinado projeto político e social que preze a emancipação (BOGO, 2009). A RAP passou a entender a aplicação da política pública de desconcentração da propriedade rural como a possibilidade de participar na construção de um projeto nacional que ajude a transformar a sociedade através de uma verdadeira democratização dos direitos coletivos.

O atual projeto político e social que defende o Movimento dos Sem Terra (MST, 2012), transcende os motivos que levaram a sua fundação. Ao longo dos anos o Movimento veio adotando um discurso cada vez mais crítico perante o sistema econômico e social capitalista; como afirma Bernardo Fernandes: “o Movimento Sem Terra é uma organização camponesa que reinventou o próprio conceito de camponês transformando a visão camponesa e o mundo camponês numa condição de

existência e de resistência contra o capitalismo” (BLANC; GIRIBET BERNAT; MOIA; ROJALS, 2008).

Processo de formação e lutas da comunidade da Vila Cabanagem

A comunidade da Vila Cabanagem antes do Assentamento Cristina Alves: migrações e relações de trabalho como predecessoras da inserção ao Movimento

Existe uma importante casuística no que se refere à origem das famílias assentadas no Cristina Alves que, nem em todos os casos, são oriundas de Itapecuru-Mirim ou de municípios próximos. Este é o caso da Vila Cabanagem onde encontramos famílias procedentes de 11 municípios do estado, com destaque para Miranda do Norte e Itapecuru-Mirim, de três mesorregiões diferentes, Norte, Oeste e Centro Maranhense – mediante as entrevistas foram constatados processos migratórios prévios à inserção no MST tanto estaduais como interestaduais (BRAVO MEDINA, 2014). Segundo Almeida e Lacerda (2010) os fatores socioeconômicos devem ser considerados dentre os principais motivos para migração destacando, na Comunidade Cabanagem, a procura de trabalho para garantir a reprodução familiar – vários assentados relataram longas travessias em diversos estados como Pará, Goiás e Mato Grosso antes de retornar ao Maranhão (BRAVO MEDINA, 2014).

Nas entrevistas foi possível observar as dificuldades pelas quais passaram alguns assentados nos processos migratórios. O senhor Aguinaeu dos Santos e Santos expõe sua história de migração desde a infância em uma família de 17 irmãos, dos quais cinco morreram ainda crianças:

Lá que tinha um fazendeiro que tinha uma terra [...] do lado do rio do povoado [pertencente ao município de Barreirinhas] e aí papai conheceu ele por lá e convidou ele pra vir pro lado de cá cuidar [...] e papai teve ocasião de sair de Barreirinhas que lá nesse tempo o negócio era difícil, não tinha carro, a gente andava era a pé [...] foi, de Barreirinhas para Primeira Cruz se eu não me engano era oito dias de viagem, a pé!, a pé!, os meninos iam nos jumentos animais [...] pelos Lençóis [Maranhenses] [...] de São Luís nos iam pra Pindoval, papai veio conhecer, primeiro ele veio só e depois quando chegou ali tinha muita fartura nesse tempo... acho que [na época tinha] mais ou menos seis anos (SANTOS, 2014).

No entanto, não se deve sobrestimar os fatores socioeconômicos sobre o papel dos próprios migrantes como agentes dos processos migratórios (SHANIN, 2008; FONTES, 2002 *apud* SILVA DE MORAES; MENEZES, 2006). Assim como observamos que, nos casos das famílias que estão assentadas na Vila Cabanagem, a migração se constituiu como uma condição necessária para garantir a reprodução familiar ou a permanência nos locais de origem – sendo os processos migratórios parte da estratégia de vida, existem outros casos em que as migrações não são resultado apenas da inviabilidade da condição de existência camponesa (KLAAS WOORTMANN (1990) *apud* SILVA DE MORAES; MENEZES, 2006).

Antes de ser assentadas, a maior parte das famílias tinham como atividades principais agricultura e extrativismo; sendo que em alguns casos foram constatadas outras atividades paralelas ou alternadas como garimpo, mecânica, construção, militância social, comércio, costura e trabalho doméstico. Cabe destacar que as atividades agrícolas das famílias antes de ser assentadas aconteciam, predominantemente, em grandes propriedades alheias ficando à mercê, em não poucas oportunidades, à submissão e usufruto dos produtos do seu trabalho por parte dos patrões.

Nesses latifúndios deviam roçar, derrubar, queimar e plantar, entregando a terra ao proprietário, apta para plantar capim e efetuar a atividade de pecuária extensiva³. Além de prestar um serviço de grande utilidade para o proprietário, as famílias camponesas eram obrigadas a realizar um pagamento pelo uso da terra mediante a entrega de parte do produto colhido, conhecido coloquialmente na região como “foro”⁴ (BRAVO MEDINA, 2014).

Alguns relatos mostram a sujeição das relações de trabalho, com casos em que as famílias eram “passadas” junto com a terra quando era vendida

Nós morava num povoadinho, mas lá não tinha terra, nós trabalhava na terra [do fazendeiro] [...] nós chegamos lá tá com 30 anos que meu pai mora lá, quando nós chegamos lá era um dono, ai foi passando de um para outro, mas sempre a terra foi ficando [...] A renda era assim [...] quatro alqueires por linha [...] de milho e arroz o que o patrão lá queria [...] ai para nós ficava, por linha ficava uns 15, 20 [alqueires] (SANTOS, 2014b).

As relações de trabalho baseadas na dependência geravam instabilidade e insegurança facilitando a subordinação dos agricultores a aceitar diferentes tipos de abuso aos seus direitos. Em alguns casos, a insatisfação com essas condições, como a exigência de plantar capim depois do pagamento do foro, reforçou a intenção de migrar na procura de melhores condições de vida.

Os tipos de trabalhos desenvolvidos pelos assentados antes da conquista da terra, a natureza das relações trabalhistas e as particularidades da região – como a localização no interior, distante dos centros urbanos, concentração de terra, dificuldades de acesso ao cobrimento das necessidades básicas e carência de terra própria, refletem as condições pelas

3 Em alguns casos as famílias camponesas também eram obrigadas a plantar o capim.

4 Encontramos que o pagamento do foro acontecia em quantidades variáveis definidas (2-4 paneiros/linha de roça; onde 1 paneiro ou alqueire =30 kg; 1 linha =3025 m²), ou uma porcentagem da produção (10-20%). Os produtos mais comuns para pagamento do foro eram farinha de mandioca, arroz ou milho.

quais as famílias passaram nos anos que precederam sua chegada ao Assentamento Cristina Alves.

Situações de exploração se repetem em diversas regiões do Brasil (MEDEIROS, 2010). No caso do Assentamento Cristina Alves se evidenciou que está constituído por pessoas que correspondem ao perfil do camponato da região norte do Maranhão, cujas especificidades quanto às relações de opressão e de vida no meio rural, bem como os desejos de mudança resultantes, jogariam um papel importante na decisão de se inserir nos processos de luta pela terra. Isto permite entender em parte, a boa aceitação que teve o Movimento e que levaria à criação de múltiplos assentamentos na região do Vale de Itapecuru.

Aproximação e inserção no movimento: vínculos, motivos, percepções

Na maioria dos casos, os vínculos iniciais entre as famílias assentadas e o Movimento foram estabelecidos por “convites” realizados por familiares e amigos já inseridos em processos de luta, também cabe destacar a relevância auferida pelas famílias aos trabalhos de base realizados pelos militantes do MST (BRAVO MEDINA, 2014).

Uma parte dos entrevistados ouviu falar do Movimento pela primeira vez na televisão ou no rádio. Com frequência, eles acreditavam na perspectiva parcial e preconceituosa que a grande mídia reproduz. Outros não sabiam sobre o Movimento antes de este chegar na região: “aquilo eu não fazia nem ideia [...] não me interessava”. Estes fatos revelam o elevado desconhecimento que ainda existe sobre o MST e suas reivindicações, bem como mostra o enorme poder da grande mídia cujo caráter burguês tende a reproduzir os interesses da classe dominante e desprestigiar as iniciativas que se opõem a esses interesses, influenciando a opinião de boa parte da população urbana e rural (COMPARATO, 2001).

Em relação aos motivos do ingresso ao MST, destacaram a busca por melhores condições de vida, o desejo de possuir terra própria, o gosto pelo trabalho agrícola e a influência de familiares que já moravam em outros assentamentos e que haviam participado de processos de luta do Movimento.

No 92 apareceu o Movimento Sem Terra na região [Zé Doca – MA], aí o povo começaram contar que tinha esse Movimento lá convidando conseguir a terra e eu entrei [...] eu tinha necessidade porque minha base era essa, a terra, a lavoura, eu tinha nascido na lavoura e criado, e gosto [...] nunca tive outro emprego (MAGALHÃES, 2014).

Mais uma vez, os fatores socioeconômicos aparecem como motivos comuns que estimularam tanto os processos de migração quanto a participação nos processos de mobilização social junto ao MST. Em geral, são as várias causas que os fizeram migrar as mesmas que os levariam a lutar pela terra, se trata de dificuldades para garantir a sobrevivência, necessidade de estabilidade, segurança ou a procura de melhores oportunidades para suas famílias.

Ainda que houvesse diversos motivos e o trabalho de base dos militantes apresentasse alta efetividade para incentivar a inserção dos trabalhadores à luta do Movimento, seria o contato direto com assentamentos em outras regiões o elemento que levaria a maioria dos assentados a tomar a decisão de participar das experiências de luta pela terra do MST:

Eu decidi fazer parte desse Movimento porque eu tinha um irmão que morava lá na entrada da Vila Diamante [Assentamento Diamante Negro/Jutay, município de Igarapé do Meio]. Aí comecei a ir lá [...] frequentar a Vila Diamante, sabe? E eu sempre dizia que quando tivesse uma oportunidade assim, perto de mim, eu ia ajudar. O primeiro de maio de 2001 aconteceu, eu estava lá na casa da minha mãe quando ouvi falar que ia ocupar a [fazenda] Tiracanga, e eu decidi acompanhar. De lá pra cá nunca mais saí (SOUZA, 2014).

Na maioria dos casos, o ingresso “formal” ao Movimento aconteceu com a participação em alguma ocupação. Antes, somente compareciam nas reuniões ou acompanhavam as informações provenientes de militantes, familiares e amigos, sem estabelecer vínculos diretos nas atividades do MST.

Algumas pessoas que participaram das ocupações eram lideranças de comunidades em conflito, o envolvimento destas pessoas de ascendência se mostrou um acerto do trabalho de base, pois a participação deles facilitou o ingresso de outras famílias:

Nós não tinha nunca feito isso, né? nunca tinha ocupado, para mim foi uma novidade [...] eu não conhecia o MST [...] aí foi que conheci o Movimento [...] [antes] só ouvia falar pela televisão, né? [...] fui procurado [pelo MST] na comunidade porque eu era dirigente da Igreja (DE MATOS, 2014).

Ainda que nas entrevistas não transpareceu nitidamente, existe outro elemento relevante que permitiu a aceitação do Movimento Sem Terra pelas bases camponesas. Se trata da presença de membros da Igreja Católica próximos da Teologia da Libertação que, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), começaram a desenvolver trabalhos na região do Vale de Itapecuru a partir da década dos 70 (GIRIBET BERNAT, 2017).

A percepção dos proprietários de terra e habitantes da região sobre o Movimento tinha posições diversas, desde rejeição total e discriminação para seus membros até apoio, ainda que sem participar diretamente dos processos. Destaca o caso de um assentado que precisou participar do processo de luta de forma velada, devido à rejeição existente na comunidade onde ele morava, que era vizinha do Assentamento, e onde se associava o MST com aspectos negativos:

Quando teve aqui esse conflito [a ocupação do Assentamento] para cá eu não podia entrar, ninguém falava de Sem Terra no Moreira [comunidade vizinha em que ele morava] [...] ‘porque Sem

Terra é preguiçoso, Sem Terra é vagabundo que eles chamam' e hoje [a Comunidade do Moreira que] devem aos Sem Terra (DE ASSIS, 2014).

Entendemos que a migração, o exercício do trabalho subalterno nos locais onde as famílias residem temporal ou permanentemente, assim como a decisão de participar dos processos de luta social como acampados ou assentados constituem estratégias de resistência camponesa que permitem sua reprodução material e cultural na região do Vale do Itapecuru. No caso específico da comunidade Cabanagem, percebemos que boa parte destas estratégias foram exercidas de forma individual ou combinada ao longo do seu percurso vital (BRAVO MEDINA, 2014). Seguindo a Maria Aparecida de Moraes e Marilda Menezes, entendemos que esses problemas devem ser analisados desde a perspectiva “da dialética das contradições da reprodução camponesa e até mesmo da recriação de novas formas por meio de luta pela terra e dos assentamentos rurais” (SILVA DE MORAES; MENEZES, 2006, p. 4).

Ocupações e processos de luta pela terra da comunidade da Vila Cabanagem

O processo de luta da comunidade Cabanagem se iniciou seis anos antes da criação formal do Assentamento. A primeira ocupação de terra aconteceu na fazenda Tiracanga, no município de Miranda do Norte. A data escolhida não foi aleatória, “01 de maio de 2001 [...] motivo que era o dia do trabalhador” (DE MATOS, 2014). Segundo os depoimentos, a fazenda ocupada pertencia ao humorista da Rede Globo, Chico Anísio. Tratando-se de uma personagem famosa, se entendia que a ocupação chamaria a atenção da sociedade civil, autoridades e mídia.

No entanto, a ocupação durou apenas um dia. Uma força de uns 150 policiais militares realizou o despejo em 02 de maio de 2001:

Aí despejaram o pessoal de lá [...] a Polícia [Militar] chegou e tirou [as famílias Sem Terra] lá da Tiracanga. O pessoal foi lá pro [município de] Miranda [...] lá tinha mais de 200 famílias, umas 300 pessoas tinha, tinha gente dessa Baixada todinha e até de São Luís tinha gente, e ai além do pessoal que tinha reunido tinha o pessoal dos outros assentamentos tudo ajudando dando força, assentamento, acampamento (FERREIRA, 2014).

O primeiro acampamento provisório foi montado na Casa Paroquial de Miranda do Norte. Ali passariam aproximadamente 20 dias até estabelecer um novo acampamento, desta vez na beira da BR 135, na entrada do município. Este acampamento teria “como objetivo divulgar a falta de compromisso dos governos para com as famílias [Sem Terra] e a Reforma Agrária” (OLIVEIRA, 2014). Nesse local, a futura comunidade Cabanagem passaria entre sete e oito meses (de maio de 2001 a janeiro de 2002); entretanto, as famílias se reorganizavam para a seguinte ocupação de terra.

A segunda ocupação ocorreu na fazenda Cantanhede, no mês de janeiro de 2002. Esta área, localizada no município de Matões do Norte, foi ocupada com aproximadamente 150 famílias, por um período inferior a um mês. Segundo os laudos realizados nas vistorias pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a fazenda, que pertencia ao Grupo Industrial João Santos⁵, possuía uma área de uns 8.000 hectares.

Entre 25 e 26 de janeiro de 2002 ocorreria o despejo que levaria a estabelecer um novo acampamento provisório em frente à própria fazenda Cantanhede por um período de seis meses, até julho do mesmo ano:

⁵ Importante conglomerado produtor, entre outros, do Cimento Nassau. Com sede em Recife é considerado um dos grupos industriais mais importantes do Nordeste (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2003).

Aí nós fomos despejados de novo, aí nós viemos pra frente da fazenda [Cantanhede], fizemos acampamento na estrada, bem pertinho assim, aí ficamos parece que foi outros seis meses lá (SANTOS, 2014).

[...] aí organizaram para entrar na fazenda Cantanhede [...] entre-mos lá doze horas da noite [...] aí a Polícia [Militar] veio e despejou nós. Nós ficou bem, só sair da fazenda tem a estrada ficamos bem pertinho do portão lá. Ai ficamos lá fizemos barraco, bastante gente, ali eu fiquei lá, passei, eu não ficava ali direto, eu tinha que sair, trabalhar para comprar um comer (FERREIRA, 2014).

Após seis meses de acampamento provisório frente a área em disputa, realizou-se uma terceira ocupação, em 27 de julho de 2002, a segunda na fazenda Cantanhede. Na reocupação da propriedade as famílias acampadas passaram o tempo suficiente, aproximadamente 16 meses, para construir barracos mais estruturados, assim como plantar e colher roça na área:

Nós passemos de julho [de 2002] a novembro de 2003, [...] mais de um ano, [...] nós já tinha arrumado uma colhida, já tinha arroz, tinha mandioca lá plantado, já tinha colhido arroz, né? nós já estava com outras roças roçada e queimada (DE MATOS, 2014).

Antes de ser despejados novamente, ainda houve uma primeira tentativa de desocupação que resultou frustrada: “aí teve o primeiro liminar do despejo [...], aí mandaram derrubar as casas, queimaram umas casas, mas só que o superintendente do INCRA veio, o [Raimundo] Monteiro veio e conseguiu parar” (COSTA, 2014).

O seguinte despejo aconteceu em novembro de 2003, e levaria as famílias para um novo acampamento provisório, desta vez dividido em dois locais diferentes e com duração aproximada de um mês.

Aí nós ficamos lá, quando foi dia, isso foi novembro, ela [a proprietária] conseguiu de novo [a reintegração da posse], nós fomos despejados e fomos lá pra [município de] Matões, uns ficaram em

Matões e outros ficaram em [município de] Miranda na Paróquia (COSTA, 2014).

Figura 01: Chegada das famílias na quarta e última ocupação da fazenda Cantanhede



Fonte: Arquivo pessoal família Faria de Moraes (2003).

Em dezembro de 2003 a comunidade Cabanagem protagonizou sua quarta e última ocupação, o que em palavras de Irismar Oliveira, militante do MST e assentada na Vila Cabanagem, seria o “retorno à fazenda Cantanhede” (OLIVEIRA, 2014), que vivenciava a terceira ocupação.

Esta nova ocupação da área durou aproximadamente 11 meses, até o dia 15 de novembro de 2004, quando a Polícia Militar efetuou o último despejo da área. Naquele momento, o grupo de Sem Terra se encontrava sumamente fragilizado pelos meses de precariedade própria da vida em acampamento, o contingente era de umas 50 famílias:

Quando foi 24 de dezembro nós conseguimos voltar de novo para lá. Aí passamos um ano de novo, aí quando foi 15 de novembro de 2004 a Nadja [Demudo Langue Caguais, proprietária da fazenda] conseguiu mesmo a liminar do despejo para sair todinhos (COSTA, 2014).

Figura 02: Momentos iniciais da última ocupação da fazenda Cantanhede



Fonte: Arquivo pessoal família Faria de Moraes (2003).

O último acampamento provisório aconteceu na beira da estrada, próximo ao município de Matões do Norte, na área cedida pela Associação Alto da Cruz, entre novembro de 2004 e 7 de março de 2007. O número de famílias acampadas foi diminuindo substancialmente, sobretudo entre as que ficavam no acampamento de forma permanente: “aí nós acampamos lá no Alto da Cruz, nós passamos dois anos e meio. Lá uns tinham casa na rua, e aí ficamos só 12 famílias direto” (COSTA, 2014).

Em 2004 nós ficamos na beira da estrada direto. Aí tinha pouca gente também o povo já estava com tanto sofrimento, aí foram dispersando e diminuindo... aí em 2004 nós ficamos aí na beira da estrada [Alto da Cruz] esperando que o juiz determinar uma perícia [vistoria], né? e essa perícia [vistoria] nunca foi feita e o resultado foi que no final o juiz jogou o processo para o fazendeiro (FERREIRA, 2014b).

O quadro a seguir sintetiza a cronologia dos principais acontecimentos do processo de luta pela terra protagonizados pelas famílias que conformaram a Vila Cabanagem. Este compêndio foi elaborado a partir dos relatos de pessoas que vivenciaram, total ou parcialmente, o processo relatado⁶.

Quadro 1 - Cronologia do processo de luta das famílias da Vila Cabanagem

Data	Acontecimentos ou situações	Duração
01/mai/2001	Ocupação 01: Entre 400 e 700 famílias realizam a primeira ocupação de terra na Fazenda Tiracanga. Município de Miranda do Norte.	01 dia
01/mai/2001	Acampamento 01: No interior da fazenda Tiracanga.	01 dia
02/mai/2001	Despejo 01: Despejo das famílias pela Polícia Militar.	01 dia
02/mai/2001	Acampamento provisório 01: Mais de 300 pessoas realizam um acampamento provisório no Centro Paroquial. Município de Miranda do Norte.	18-23 dias
20-25/ mai/2001	Acampamento provisório 02: As famílias restantes se deslocam para levantar um acampamento na beira da BR 135, município de Miranda do Norte.	7 a 8 meses
06/jan/2002	<u>Ocupação 02</u> : Mais de 150 famílias realizam uma segunda ocupação, desta vez na fazenda Cantanhede. Município Matões do Norte.	01 dia ⁷
6/jan/2002	<u>Acampamento 02</u> : No interior da fazenda Cantanhede.	20 dias
25/jan/2002	<u>Despejo 02</u> : Despejo da fazenda Cantanhede.	01 dia

⁶ É preciso levar em consideração a dificuldade de construção do percurso da comunidade Cabanagem, pois cada um dos entrevistados percebeu os acontecimentos de forma subjetiva, tem lembranças com diversos níveis de precisão – sobretudo no que se refere às datas e ao número de famílias. Alguns deles ficaram o tempo todo junto ao grupo principal, enquanto outros se separaram temporal ou definitivamente até a consecução do Assentamento Cristina Alves.

⁷ Não foi possível esclarecer a data precisa, encontrando-se uma variabilidade de 06 – 07 de janeiro de 2002, enquanto que o período de ocupação teria sido entre 03-28 dias.

25/jan/2002	<u>Acampamento provisório 03</u> : Na beira da estrada, frente à fazenda Cantanhede.	06 meses
27/jul/2002	<u>Ocupação 03</u> : Reocupação da fazenda Cantanhede, realizada pelos fundos da área ⁸	01 dia
27/jul/2002	<u>Acampamento 03</u> : No interior da fazenda Cantanhede.	16 meses
Sem data	<u>Tentativa de despejo 01</u> : Parada no último momento pelo superintendente do INCRA, que não impediu a queima de alguns barracos do acampamento.	01 dia
20-26/nov/2003 ⁹	<u>Despejo 03</u> : por parte da Polícia Militar.	01 dia
Nov/2003	<u>Acampamentos provisórios 04 e 05</u> : Algumas famílias se dirigem ao sítio de Ermita (simpatizante do processo), em Matões do Norte, outras à paróquia de Miranda do Norte.	01 mês.
18-24/dez/2003 ¹⁰	<u>Ocupação 04</u> : terceira ocupação da fazenda Cantanhede.	01 dia
18-24/dez/2003	<u>Acampamento 04</u> : No interior da fazenda Cantanhede.	11 meses
15-16/nov/2004	<u>Despejo 04</u> : ,Por parte da Polícia Militar. A fazenda Cantanhede não foi desapropriada.	01 dia
15- 16/nov/2004	<u>Acampamento provisório 06</u> : Acampamento provisório na beira da estrada no local conhecido como Associação Alto da Cruz. Local onde permaneceriam até 2007, quando entrariam na área onde estão atualmente assentados.	02 anos e 04 meses
7/mar/2007	<u>Entrada nas fazendas Juçara e São Miguel</u> (atual Assentamento Cristina Alves). A área já estava imitada na posse por parte do INCRA	1 dia
7/mar/2007	<u>Moradia provisória conjunta</u> dos dois processos de luta que confluem no Assentamento. Localizado no espaço conhecido como “galpão”, infraestrutura da antiga fazenda São Miguel.	3 dias
10/mar/2007	Demarcação dos locais onde seriam construídas as Vilas Cabanagem e 17 de Abril. As residências ainda seriam em barracos construídos com palha.	2 anos
2009	Residência nas casas de alvenaria.	13 anos até o presente

Fonte: autores (2022).

8 Alguns assentados se referem a esta ocupação como sendo a mesma fazenda Cantanhede na “parte de atrás” ou “no fundo”, enquanto outros se referem a ela como fazenda Catarina Formiga ou Santa Catarina Formiga, que segundo eles é o nome que recebe a parte do fundo da fazenda Cantanhede.

9 Não conseguimos concreção no dia. Os entrevistados indicaram diferentes datas entre 20 e 26 de novembro de 2003.

10 Segundo os diferentes entrevistados aconteceria entre os dias 18 e 24 de dezembro de 2003.

Figura 03: Moradores do terceiro acampamento na fazenda Cantanhede



Fonte: Arquivo pessoal família Faria de Moraes (2004).

Os números gerais do processo de luta pela terra das famílias que moram na Vila Cabanagem mostram que, entre 2001 e 2007, duas fazendas foram ocupadas em quatro momentos diferentes, com a participação de mais de 700 famílias. Ao longo de quase seis anos a comunidade Cabanagem foi vítima de diversas formas de violência nos momentos dos despejos, como ameaças, queima de barracos e pertences ou perda de roças.

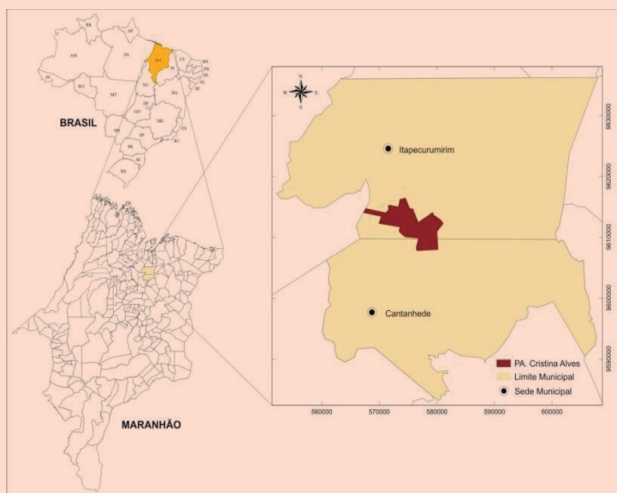
Ao todo foram criados 10 acampamentos, sendo que seis deles os consideramos de caráter “provisório” por não estarem localizados dentro das áreas disputadas – em hipótese alguma essa denominação significa que subestimamos a importância destes nos processos de luta pela terra, criados para acumular forças e visibilizar a necessidade de implementação da Reforma Agrária. Nesta condição de acampamento provisório permaneceram a maior parte do período do processo de luta pelo acesso à terra, um total de 44 meses divididos em seis acampamentos provisórios localizados em terras de vizinhanças, casas paroquiais ou na beira

de estrada. O tempo total que permaneceram dentro das áreas em litígio foi de 28 meses.

Após longos tempos de situação precária no acampamento provisório localizado na Associação Alto da Cruz, o processo de luta da comunidade Cabanagem confluiu com outro acampamento que acontecia de forma concomitante na região¹¹, juntos exerceram a pressão suficiente para desapropriar as fazendas Juçara e São Miguel. Finalmente, em março de 2007, criou-se o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Cristina Alves, onde as famílias oriundas das duas trajetórias de luta construíram as Vilas Cabanagem e 17 de Abril.

Devido a que o MST tinha na mesma região de Itapecuru várias áreas sendo “negociadas” com o INCRA, e com a desapropriação da fazenda São Miguel [e Juçara], a alternativa foi assentar todas estas famílias que já vinham de longo período de lutas e sofrimentos (OLIVEIRA, 2014).

Figura 04 - Localização do Assentamento Cristina Alves



Fonte: NUGEO/UEMA (2014)

11 Desenvolvido a partir de 2004 no município de Itapecuru-Mirim pela comunidade que daria origem à Vila 17 de Abril a raiz da ocupação da fazenda Santa Maria.

Os inícios da luta na terra: direitos, produção e infraestrutura

Na madrugada do dia 07 de março de 2007, entre 60 e 100 famílias entraram com seus pertences carregados em caminhões e ônibus nas fazendas Juçara e São Miguel. No futuro Assentamento Cristina Alves confluíam dos processos vinculados ao MST na região do Vale do Itapecuru. Houve alegria e emoção pelo valor simbólico da chegada na “terra conquistada”:

O dia de nós vir pra cá [Assentamento] [...] foi bom demais, ave Maria! conquistamos a terra, valeu a pena nossos três anos de luta [...] até [Raimundo] Monteiro o Superintendente do INCRA, veio com a gente [...] foram cinco caminhões cheios de gente [...] quando chegamos aqui na entrada [...] a gente parou prendendo foguete direto, bom demais, Maria! Quando nós chegamos, lá na sede [...] foguete sobre outro, festa Maria, comer a carne de porco, fazer barraca dentro do galpão. Eu sei que foi bom demais para nós (NASCIMENTO, 2014).

Para as vizinhanças do Assentamento, o nascimento desta área reformada foi uma surpresa, revelando-se também o preconceito existente no imaginário de parte da população sobre o Movimento e as ações contestatárias que o caracterizam:

Nós saímos de lá [o último acampamento] e viemos pra cá [Assentamento], já com papel na mão [imissão na posse], não foi mais ocupando não. Foi um espanto esse pessoal vizinho, pensando que nós estava ocupando [...] eles dizia que nós ia sair, nós sabendo de tudo ‘ah! nós não vamos sair de aqui não’ (SANTOS, 2014b).

Ainda nos primeiros dias após a entrada, realizou-se a avaliação dos locais mais adequados para a instalação das casas. Devido à grande extensão da área do novo Assentamento, e com o propósito de lograr um melhor controle da área, se tomou a decisão de formar duas agrovilas.

Cada uma destas agrovilas corresponderia às comunidades que participaram dos processos de luta antes mencionados, um nos municípios de Miranda do Norte e Matões e o outro em Itapecuru-Mirim. Tal decisão procurou respeitar o fato de que nos processos sociais vivenciados durante a luta pela terra (ocupações, criação de acampamentos e despejos) foram estabelecidos vínculos de convivência e cumplicidade que transcendiam o próprio ligame ao MST:

Nós decidimos fazer duas vilas [...] o pessoal da Cabanagem já tinha seis anos, nós [assentado da Vila 17 de Abril] estava com três de acampados [...] já tinha relações, costumes [...] convivência na beira da estrada [...] então nós optamos para não misturar [...] fomos nós mesmos, nós chegamos e definimos [o número e os locais onde seriam construídas as Vilas] (SOBRINHO, 2014).

De forma participativa, através de uma Assembleia Geral¹², se decidiu o nome que receberia o futuro assentamento. Como acontece de forma frequente nos acampamentos e assentamentos vinculados ao MST, foi escolhido um nome de pessoa ou um fato histórico – seja local, nacional ou internacional, que teve algum tipo de relevância na defesa das lutas sociais em geral ou da Reforma Agrária em particular. Este fato exemplifica a politização da Reforma Agrária e como esta excede de uma simples política pública redistributiva da propriedade rural. No caso do novo Assentamento, o nome escolhido pelas famílias foi “Cristina Alves”:

Ela era uma mulher muito dada para gente, muito legal, mas na época do acampamento ela vai ter problemas [...] a gente morava na lona e chegou pegar chuva cozinhando [...] ela adoeceu e ficou um bom tempo, não conseguiu se tratar e morreu, morreu na luta e tinha muita esperança. Ela era uma mulher que tinha vontade de animar os outros [...] morreu em 2002 mesmo no começo. Aí nós usamos o nome dela [...] primeiro na escola lá onde nós es-

12 Instância política da organicidade do MST onde são tomadas decisões com participação de todas as famílias dos acampamentos e assentamentos.

tava acampados. Quando chegou aqui, tinha que ter nome pro Assentamento [...] defendemos e ganhamos na reunião [Assembleia Geral], e ficamos usando o nome dela [...] “Cristina Alves” (MAGALHÃES, 2014).

O seguinte passo foi a construção da infraestrutura básica. Foi preciso abrir clareiras no mato para construir os barracos unifamiliares de lona e palha, e iniciar a produção de alimentos. Roçaram e queimaram para limpar a área, construíram coletivamente as moradias precárias e plantaram as primeiras roças:

Com três dias que nós estávamos aqui começamos ajeitar os barracos [...], a primeira atividade foi fazer as casas [...] começamos a demarcação coletiva das casas. A gente queria fazer uma discussão mais ampla, mas a necessidade era tão grande que não deu para a gente sentar e discutir [...] depois a gente foi fazendo [as construções] em forma de mutirão (SOBRINHO, 2014).

Até a primeira colheita, as famílias recentemente assentadas receberam do INCRA algumas cestas básicas e um Apoio Inicial de apenas R\$2.500,00, que foram gastos em alimentos, produtos de higiene, ferramentas e materiais para produção, assim como para a construção de infraestruturas básicas: “para sobreviver foi o INCRA que doou a alimentação enquanto a gente podia se ajeitar, eles davam uma cesta básica enquanto a gente podia se organizar” (SOUZA, 2014);

Só [recebemos] a cesta básica e esse Apoio Inicial [...] para comprar alimento [...] para infraestrutura, que nós utilizamos na compra de ferramenta, na construção da Casa de Farinha, do piladorzinho beneficiador de arroz [...] não recebeu mais nada, nós encaminhamos o projeto do PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], do PRONAF Mulher desde quando chegamos, nunca foi contemplado no estado do Maranhão até agora (SOBRINHO, 2014).

Tão logo as famílias chegaram à terra deram sequência ao processo organizacional iniciado nos acampamentos com a consolidação das instâncias políticas de participação e representação. Foi o caso dos Núcleos de Base e Setores organizados, com o acréscimo de outras formas organizativas focadas cada vez mais na produção, como o caso de uma associação (Associação Irmã Dorothy dos Agricultores e Agricultoras do Assentamento Cristina Alves) em 2007, que seria o embrião de uma cooperativa de abrangência regional, a Cooperativa Mista das Áreas de Reforma Agrária do Vale do Itapecuru (COOPE-VI), fundada em 2017.

Considerações finais: as famílias da Vila Cabanagem, da luta pela terra à luta na terra

A política de criação de assentamentos, também conhecida como Reforma Agrária, nas últimas décadas constitui-se como uma política pública que, quando efetivada com todas as garantias, possibilita tanto a desconcentração da propriedade rural como o acesso à cidadania de um importante contingente de famílias oriundas da estigmatização social.

A Reforma Agrária implica não tão somente a distribuição da terra, mas em condições mínimas para que as famílias garantam a reprodução das suas formas de vida materiais e culturais; no entanto, se constata via de regra que as instituições que a deveriam implementar não viabilizam seu prosseguimento. A presença de uma grande burocracia, a falta de vontade política ou a carência de funcionários do INCRA dificultam em sobremaneira para que a Reforma Agrária seja exitosa.

No caso do MST, a luta pela terra (ocupação e acampamento) e a conseqüente luta na terra (assentamento), são os dois momentos em que podem ser divididos os processos que protagonizam as famílias, sendo a estrutura organizativa do Movimento o eixo que vertebra de forma

transversal as duas etapas. O Assentamento Cristina Alves tem plena compreensão dessa sequência, assim as atuais iniciativas de luta na terra fazem parte de um processo longo iniciado com as ocupações e a criação de acampamentos. Com a conquista da terra, as formas organizacionais foram ampliadas enfatizando a linha de produção e comercialização de alimentos avançando na proposta de Reforma Agrária Popular que defende o Movimento Sem Terra.

Dessa forma, entre os momentos seminais da luta e a atualidade existe a linha de continuidade de mobilização e organização que cresceu e se consolidou por meio da Associação, dos Núcleos de Base, dos Setores, dos grupos de produção (caprinos, suínos, mandioca, arroz e horta), dos coletivos de mulheres e, mais recentemente, com a Cooperativa regional (MONTELO, 2022). Foi mediante altas cotas de organização interna e de mobilização permanente que as famílias conseguiram diversas conquistas que permitiram uma melhora significativa na qualidade de vida das mais de 90 famílias em diversos aspectos, entre os que destacamos educação, soberania alimentar, relações de trabalho, moradia, gênero, infraestrutura, saúde, integridade física e emocional.

As ocupações realizadas pela comunidade Cabanagem devem ser contextualizadas em um momento de especial efervescência da luta pela terra no país, da segunda metade da década de 1990 até inícios dos anos 2000 (GIRARDI; SOBREIRO, 2020). Será nesse período que haverá uma ressignificação dessas ações em defesa da Reforma Agrária, que passarão a ser entendidas não apenas como direito de acesso à terra como também como formas de reivindicar o direito à cidadania negada em prol de uma transformação profunda da sociedade. O MST foi um sujeito fundamental nesse processo, se configurando como uma das maiores forças sociais no Brasil e na América Latina, levando a sua máxima expressão o procedimento da realização de ocupações de terra, como forma de pressão popular para a criação de assentamentos na direção da realização de uma Reforma Agrária.

A estratégia das ocupações tem sido importante na luta pelo cumprimento da função social da terra ao promover o direito do acesso à mesma para quem deseje trabalhá-la e estabelecer, nem que seja formalmente, limites ao direito de propriedade. Outra função importante das ocupações tem sido sua capacidade para criar agendas junto aos poderes públicos, ressaltando o protagonismo dos movimentos sociais como agentes ativos de mudança.

No caso do processo de luta da comunidade Cabanagem é possível evidenciar estes elementos. Por um lado, as grandes propriedades ocupadas mostravam um perfil de baixa produtividade enquanto, por outro lado, os acampamentos resultantes dos despejos eram realizados em lugares que davam visibilidade ao conflito, fosse à beira de estradas ou próximos das áreas em litígio. A sequência de ocupações e despejos se tornou fundamental para a criação do Assentamento Cristina Alves, pois o processo de luta possibilitou chamar a atenção da mídia, da opinião pública e dos governos e seus órgãos, a fim de dar solução à situação das famílias Sem Terra.

Os depoimentos evidenciam as dificuldades, riscos e ameaças pelos que passaram, ficando em situações de acentuada vulnerabilidade em itens básicos de subsistência como segurança pessoal, alimentação e moradia. Ainda mais, os sinais expressos pelos próprios assentados das situações vivenciadas durante os sete anos de luta pela terra, com a queima de barracos, perda de roças, despejos com intimidação e uso da força policial excessiva, puseram em risco a integridade física e emocional dos então acampados. Dessa forma, as ameaças, a insegurança e a falta de estabilidade sofridas, deixaram sequelas que reverberam até a atualidade. O caso mais trágico aconteceu com a morte de Cristina Alves, que daria o nome ao Assentamento e quem em condição de acampada contraiu uma doença que a levaria à morte, com os decorrentes danos psicológicos e morais sofridos pelos familiares e companheiros de luta. Neste ponto, surge o questionamento sobre a

responsabilidade do Estado pela negligência na hora de implementar uma política pública.

Participar desses processos se torna uma tarefa árdua e emocionalmente desgastante, só aqueles que têm uma maior capacidade para resistir aos embates do caminho conseguem a tão prezada conquista. Isto se evidencia no número de famílias envolvidas nos diferentes momentos do processo de luta. De aproximadamente 700 famílias no começo chegariam a ser assentadas menos de 50, e ainda cabe frisar que em alguns momentos da luta, quando a moral estava mais baixa, os relatos falam de cifras de pouco mais de 10 famílias em resistência.

Ao respeito, vale se questionar sobre o que aconteceu com as centenas de famílias camponesas que participaram do processo de luta, mas que foram desistindo durante o processo. Onde elas se encontram hoje? A posteriori, se inseriram a outros processos de luta pela terra ou ficaram à mercê dos riscos da migração ou de formas exploratórias do trabalho? Encontram-se ainda no contexto rural ou passaram a engrossar os cinturões de pobreza nas periferias dos centros urbanos? Pesquisas posteriores têm permitido constatar que muitos trabalhadores continuam a sofrer situações de exploração na região do vale do Itapecuru (GIRIBET BERNAT, 2017).

As condições que mantêm essas problemáticas continuam sendo reproduzidas pelo modelo de desenvolvimento e permitidas com a cumplicidade dos governos diante do alarmante processo de concentração de terras. A situação não mostra sintomas de melhoria, e pelo contrário continuam a vigorar níveis alarmantes de violência por conflitos de terra (CPT, 2021).

Nesse sentido, os assentamentos de Reforma Agrária se conformam como territórios de resistência capazes de contribuir para a resolução dos problemas socioeconômicos que enfrentam boa parte dos setores populares, sejam rurais ou urbanos. Assim, as áreas reformadas se estabelecem como alternativas para a reprodução de umas condições de

vida e trabalho dignas, evitando ou diminuindo os riscos implícitos à sua condição de classe oprimida caracterizada pela instabilidade, dependência, migração e exploração.

Como em muitos outros casos Brasil afora, a comunidade Cabanagem do Assentamento Cristina Alves aparece como um território que tem permitido a resolução parcial das problemáticas das famílias que em outro momento foram excluídas do acesso aos direitos mais básicos. Mas é conveniente destacar que, dentro da lógica perversa de execução da Reforma Agrária, o Estado não garante o cobrimento das necessidades básicas das famílias beneficiárias se não existir pressão mediante pautas reivindicatórias que cobrem dos poderes públicos os direitos sistematicamente omitidos.

Atualmente, com 15 anos de existência, no Assentamento Cristina Alves estão acontecendo diversas propostas de produção cooperada direcionadas pelos princípios de transição agroecológica. Estas iniciativas se sustentam e dão continuidade aos processos organizacionais iniciados na fase da luta pela terra e compartilham com esta a procura pela melhoria da qualidade de vida das famílias marginalizadas e a construção de uma sociedade emancipada.

Referências

Fontes Orais

COSTA, Raimunda Andrade. **Entrevista**. Entrevistador: Julio C. Bravo Medina. Itapecuru-Mirim-MA, 2014.

DE ASSIS, Francisco. **Entrevista**. Entrevistador: Julio C. Bravo Medina. Itapecuru-Mirim-MA, 2014.

DE MATOS, Geraldo. **Entrevista**. Entrevistador: Julio C. Bravo Medi-

na. Itapecuru-Mirim-MA, 2014.

FERREIRA, Alzira. **Entrevista**. Entrevistador: Julio C. Bravo Medina. Itapecuru-Mirim-MA, 2014b.

FERREIRA, Francisco. **Entrevista**. Entrevistador: Julio C. Bravo Medina. Itapecuru-Mirim-MA, 2014.

MAGALHÃES, Augusto. **Entrevista**. Entrevistador: Julio C. Bravo Medina. Itapecuru-Mirim-MA, 2014.

MONTELO, Maria Alzerina Carneiro. **Entrevista**. Entrevistador: Isaac Giribet Bernat. Online, 2022.

NASCIMENTO, Euclides Ferreira. **Entrevista**. Entrevistador: Julio C. Bravo Medina. Itapecuru-Mirim-MA, 2014.

SANTOS, Aguinaeu dos Santos e. **Entrevista**. Entrevistador: Julio C. Bravo Medina. Itapecuru-Mirim-MA, 2014.

SANTOS, Edivaldo dos Santos e. **Entrevista**. Entrevistador: Julio C. Bravo Medina. Itapecuru-Mirim-MA, 2014b.

SOBRINHO, Francisco Cruz de Lima. **Entrevista**. Entrevistador: Julio C. Bravo Medina. Itapecuru-Mirim-MA, 2014.

SOUZA, Raimundo. **Entrevista**. Entrevistador: Julio C. Bravo Medina. Itapecuru-Mirim-MA, 2014.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 44, n. 1, p. 85–85, mar. 1991.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; DE LACERDA, Danilo Ericeira. **Migrações de trabalhadores rurais do Maranhão para o corte da cana-de-açúcar no estado de São Paulo: o caso do município de São Vicente**

Férrer-MA. Porto Alegre: Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Disponível em <<https://silo.tips/download/migraoes-de-trabalhadores-rurais-do-maranhao-para-o-corte-da-cana-de-aucar-no-es>>. 2010

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/Movimentos Sociais no campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão**. Manaus: Edições, UEA, 2013.

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. 1988

BLANC, Aaron; GIRIBET BERNAT, Isaac; MOIA, Guillem; ROJALS, Eric. **Vou plantar minha terra**. Barcelona: Mutirão Produccions Audiovisuais. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WLMVJuN_xxY>. 2008.

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. São Paulo: MST, 2009.

BRAVO MEDINA, Julio Cesar. **Agroecologia e MST no Maranhão: Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Cristina Alves – dificuldades e perspectivas**. 2014. 132 f. Universidade Estadual do Maranhão, 2014. Disponível em: <https://repositorio.uema.br/bitstream/123456789/450/1/JULIO_CESAR_BRAVO_MEDINA.pdf>.

MIRANDA, Aurora Amélia Brito. **O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no estado do Maranhão: o caso do MST**. 2003. 248 f. Universidade Federal do Maranhão, 2003.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato brasileiro no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo 2020**. Goiânia: CPT, 2021.

COMPARATO, Bruno Konder. A ação política. **São Paulo em perspec-**

tiva, v. 15, n. 4, p. 105–118, 2001.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Uma vida para o trabalho**, Aos 96 anos, o empresário João Santos faz jornada de 14 horas. 7 Nov 2003. Disponível em: <http://www.old.pernambuco.com/diario/2003/11/07/especialorgulhodepe16_0.html>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo: MST, 1988

FERNANDES Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: HUCTEC, 1999.

GIRARDI, Eduardo Paulon; SOBREIRO FILHO, José. **Relatório DATALUTA Brasil**. Presidente Prudente, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1gw775CRBIYAkGIYoGvbYoc0odNpD_Rn0>.

GIRIBET BERNAT, Isaac. **Questão Agrária e movimentos sociais: a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na Região do Vale do Itapecuru**. Relatório de pesquisa. São Luís: 2017.

GIRIBET BERNAT, Isaac. **A Regional Itapecuru do MST**. In: GIRIBET BERNAT, I.; FERREIRA, M. M. G.; BRITO, W. E. (Org.). Maranhão: Campo e cidade (séculos XX-XXI). São Luís: Editora da UEMA, 2019.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes & Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 1991.

GUZMÁN CASADO, Gloria; GONZÁLES DE MOLINA, Manuel; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projeto Básico do Projeto de Assentamento Cristina Alves, Município de Itapecuru-Mirim/MA.** São Luís: [s.n.], 2012.

LAUREANO, Delze dos Santos. **O MST e a Constituição.** Um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MAURO, Gilmar. **Lula não fez reforma agrária, mas somente política de assentamentos, afirma Gilmar Mauro.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/9797>>. Acesso em: 18 mar 2021.

MEDEIROS, L. S. Movimentos Sociais no Campo, Lutas por Direito e Reforma Agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil.** São Paulo: UNESP, 2010. p. 113 – 136.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de debates, nº1. Preparação para o VI Congresso nacional do MST – 2013.** São Paulo: MST, 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST: lutas e conquistas.** São Paulo: MST [s.n.], 2010.

OLIVEIRA, Irismar; BRAVO MEDINA, Julio Cesar. **Histórico do PA Cristina Alves.** Itapecurú-Mirim: Mimeografado. 2014

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840.** Tempo, v. 11, n. 22, p. 5–30, 2007.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. TOMIASI PAULINO, E.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 23–47.

MORAES, Maria Aparecida Silva de e MENEZES, Marilda Aparecida. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. Brasília: NEAD, 2006.

STEDILE, João Pedro. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento, 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. [S.l.]: Expressão Popular, 2012.

TAVEIRA, Florizângela. **A terra se converte em causa: construção e consolidação do MST no Maranhão (1886-2002)**. 2002. 89 f. Universidade Federal do Maranhão-UFMA, 2002.

TORRES CARRILLO, Alfonso. **Hacer historia desde Abajo y desde el Sur**. Bogotá, D.C: Ediciones desde Abajo, 2014.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo, Guia Prático - DRP**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

POSSEIROS

a luta pelo direito de permanecer: ações da Igreja Católica e conflitos por terra no Médio Mearim (1970-1990)

Dayane de Sousa Lima

A disputa por terra no Brasil constituiu-se de forma bastante heterogênea. Os conflitos por posse resultaram em desapropriações, ameaças e mortes em várias regiões do território maranhense, onde cada lugar configurou sua própria dinâmica de conflitos e interesses.

A partir de uma crise na política brasileira essas disputas tomaram rumos bem específicos, como: criação de mecanismos de defesa, de resistência e de reivindicações para tomada de áreas. No último caso, essa tomada dava-se por pequenos ou grandes empresários, agropecuaristas, que reivindicavam a propriedade das áreas ocupadas. No caso dos posseiros, a resistência se dava para permanecer nas terras. A Igreja Católica foi uma aliada importante neste processo de conflitos por terra.

A Igreja Católica e os conflitos por terra no Médio Mearim

Sobre as formas de mobilização relativas à luta pela permanência dos posseiros na terra empreendidas por agentes vinculados à Igreja Católica no Maranhão, Almeida (1981, p.47) destaca:

A partir de 1952 a Igreja Católica no Maranhão realizou um intenso programa social junto às populações rurais. Preocupado com a gravidade dos conflitos que separavam lavradores e trabalhadores rurais dos grandes proprietários e pecuaristas e com a debilidade das forças da Igreja nesta área o Arcebispo Metropolitano D. José de Medeiros Delgado elaborou um programa voltado para os “problemas sociais”. Encetou formas de mobilização, que assegurassem uma forte presença da instituição no interior do Estado, principalmente, junto à população de lavradores e trabalhadores rurais.

A arquidiocese de São Luís fundou a Cooperativa Banco Rural do Maranhão com a finalidade de emprestar dinheiro às cooperativas agrícolas que existiam e a pequenos proprietários, “inscreveram-se como sócios fundadores 278 indivíduos, que asseguraram o capital inicial subscrito”. (ALMEIDA, 1981, p.47). Com estes créditos a Igreja conseguia atuar em uma área de produção cujos próprios órgãos públicos consideravam problemáticas. Não havia participação ou interferência do Estado nesta categoria de crédito.

Em setembro de 1957 a expansão dos organismos de inspiração religiosa rivalizavam com a A.T.A.M¹.

IATAM: Associação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão. De acordo com Alfredo Wagner Berno de Almeida essa entidade tinha como objetivo a organização dos camponeses a nível estadual para orientar e articular o trabalho das associações. A ATAM foi aprovada em meados de dezembro de 1956 na Conferência Estadual para Estudos de Reforma Agrária que se realizou em São Luís. “Foi fundada e registrada no cartório de pessoas jurídicas da capital sob o número 432 a **Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (A.T.A.M.)**, que se incumbiu de ampliar as Associações por todos

A Cooperativa Banco Rural do Maranhão já possuía 3.000 associados e seu maior empréstimo datava de 1956 feito à Cooperativa Agropecuária de Pedreiras, dando-lhe possibilidade de adquirir uma usina de beneficiar arroz e servindo a centenas de lavradores. (ALMEIDA, 1981, p.52, grifo nosso).

O quadro abaixo é um demonstrativo do Jornal do Maranhão do ano de 1957 sobre a média de empréstimos na década de 1950.

Quadro 1 - Cooperativa Banco Rural do Maranhão

COOPERATIVA BANCO RURAL DO MARANHÃO, FUNDAÇÃO EM 1952 SÓCIOS: FUNDADORES – 278; ATUAIS – 3.000	
Capital inicial subscrito	Cr\$ 1.018.000,00
Capital inicial realizado	Cr\$ 113.000,00
Capital atual subscrito	Cr\$ 5.000.000,00
Capital atual realizado	Cr\$ 4.800.000,00
Empréstimo 1952 – 1953	Cr\$ 3.400.000,00
Empréstimos 1953 – 1954	Cr\$ 6.200.000,00
Empréstimos 1954 – 1955	Cr\$ 13.600.000,00
Empréstimos 1955 – 1956	Cr\$ 29.000.000,00
Empréstimos 1956 – 1957, até 31 de agosto	Cr\$ 62.500.000,00
A média de empréstimos do ano passado foi mais de Cr\$ 7.000,00 Foram emprestados Cr\$ 29.300.000,00 a 3.822 pessoas	

Fonte: Jornal do Maranhão (1957 *apud* ALMEIDA, 1981, p.53).

A Arquidiocese de São Luís decidiu realizar experiências, o autor supracitado destacou como “experiência piloto de Reforma Agrária”, esta possibilitava o acesso de lavradores à terra. Deste modo, a Arquidiocese,

os recantos do Estado e coordenar as diferentes lutas. Foi eleito Presidente da A.T.A.M., pelos delegados das Associações presentes à Conferência, um lavrador do 3º Distrito de Caxias, o Sr. Augusto José do Nascimento. A nova entidade vincula-se à **União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil** (ULTAB). Com a sua atuação as Associações espalhavam-se pelo Estado e passaram a ter uma atuação mais conjugada, com repercussões que transcendiam aos contornos dos municípios ou das áreas banhadas pelos principais rios”. (ALMEIDA, 1981, p.17-18, Grifo do autor)

bem como diversos párocos adquiriram extensões de terras “de acordo com as normas do Plano de Reforma Agrária elaborado pelos bispos do Nordeste, procuraram estabelecer alguns núcleos de colonização.” (ALMEIDA, 1981, p.53)

Com esta experiência, a Arquidiocese de São Luís conveniou-se ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e ao Serviço Nacional de Endemias Rurais. Em 1960 a arquidiocese adquiriu “uma área de 10km de frente por 13 de fundo no setor denominado Água Fria localizado no município de Morros e Vargem Grande”.

Em 1961 a “experiência piloto” deu-se na comunidade Angical localizada a 22km da sede da Cooperativa Agropecuária de Pedreiras, a cooperativa adquiriu as propriedades de Santa Paulina, Jaqueira e Angical. De acordo com Almeida (1981, p.53) essa área media 3.900 hectares e habitavam aproximadamente 227 famílias.

As experiências plano-piloto foram muitas vezes duramente criticadas pela Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM), pois a entidade considerava que esta não era uma forma eficaz de resolver os problemas dos trabalhadores rurais em vista que essas terras eram vendidas pela Igreja, ainda que a preços baixos. De acordo com a lógica da Igreja, se essas terras fossem doadas, os futuros donos não dariam o valor devido.

As terras do Maranhão encheram muita gente de esperança nas décadas de 1930 a 1950, datas que encontramos muitos indícios de migração e referências ao imaginário de “terras férteis”. Lavradores buscaram nas terras e rios maranhenses a perspectiva de dias melhores para suas famílias, a esperança de tirar o sustento da lavoura e ter terra para morar, uma vez que muitos eram exilados de suas origens territoriais em consequência da seca do Nordeste. No entanto, atentemos para a questão que esta é apenas uma perspectiva do processo migratório de famílias que se dirigiram para o Maranhão. Muitas outras motivações atravessaram as demandas migratórias nas décadas de 1930 a 1950.

Documentos produzidos pela Igreja Católica da região do Médio Mearim, indicam que os conflitos por terra iniciaram no final da década de 1970, houve disputas entre “proprietários” de terra, que se intitulavam donos de grandes extensões, e posseiros que se justificavam por ser moradores antigos. Estas disputas resultaram em inúmeros conflitos em vários povoados do Médio Mearim, marcados por violência, negociações e mediação da Diocese de Bacabal e Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção.

A ideia de propriedade privada da terra, comparece com muita força após a implantação da “*Lei de Terras Sarney*”. A referida Lei, facilitou a privatização de terras públicas e a expansão de projetos agropecuários, grandes empresários, principalmente vindos de outros estados foram favorecidos com a compra dessas terras. Em outros casos comparece a grilagem como ponto de partida para a expropriação de famílias que residiam nos povoados.

A legalização de terras, documentar moradias ou roças não parecia ser uma questão para os posseiros, pois eles tinham sua própria dinâmica de vivência nessas áreas, somente no momento em que o Estado reclama o título de propriedade e os supostos “proprietários legais” dizem ser os verdadeiros donos é que os posseiros atentam para o perigo de não ter as terras em seus nomes. Inicia assim, uma mediação da Igreja Católica da região do Médio Mearim para orientar os posseiros sobre seus direitos e os perigos de não ter os documentos das terras.

Em entrevista, Fr. Heriberto Rembecki, OFM, relata que os franciscanos tentaram muitas vezes alertar os posseiros para que buscassem legalizar as terras que ocupavam. Este, no entanto, não era um trâmite muito viável. Eles tinham dificuldades de acesso às leis e precisavam fazer viagens para a capital do Maranhão. Segundo o entrevistado, alguns posseiros tentaram a legalização, apesar da burocracia e da falta de recursos, mas as dificuldades fizeram com que muitos deles desistissem.

Os freis pediam: “gente, vão procurar a documentação”, povo: “Ah aqui a terra é nossa”. O outro tentou, foi lá a São Luís, mas chegou lá, não teve papel para preencher, foi viagem de uns dias e assim, foram [*movimento com as mãos, sinal que o povo foi desistindo*]. Aí o povo começou a trabalhar, a desmatar essa mata toda e aí começou. Naquela época em 58 a 59 Bacabal tinha mais de 50 usinas de beneficiamentos de arroz, trabalhando dia e noite e os carros e caminhões puxando arroz, puxando e puxando arroz. O arroz depois foi levado daqui até o Rio de Janeiro, a produção, isso foi início da década de 60. Depois [*baixando tom de voz*] vai vir o grito pela criação de gado, o grito do governo e foi o começo de conflito de terra. (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

Ao chegarem, os migrantes encontravam as terras desabitadas, com mata fechada e se fixavam. Ter dono não era uma questão, pois as terras eram as ditas “livres”, terras devolutas do Estado ou União. A expansão da agropecuária ocasionou uma configuração distinta para este território, pessoas com posses vindas de outros estados começaram um processo de compra e grilagem das terras ocupadas e começaram a expropriar os posseiros antigos. Estas foram motivações fundamentais para desencadear os conflitos de terra em várias povoados e municípios do Médio Mearim.

Eu me lembro, como em 72 veio umricação lá de São Paulo, ainda com a benção da Igreja, passaram por aqui no convento, e depois foram sobrevoar a área lá em Lago da Pedra e Paulo Ramos na beira do Rio Grajaú, onde depois foi instalada a fazenda, a SABESA ocupando logo 10.900 hectares de terra, dizendo primeiro para o povo: “você têm que ficar, nós vamos precisar de você” e assim. E o povo ajudou a fazer a cerca e assim por diante. E depois de tudo pronto o povo não tinha mais direito de quebrar coco, tinha que desmatar o babaçu e assim. Nada de escola, nada disso viu? Ficou uma área grande só para o gado. Quatro grandes povoados foram extintos, de vez. (Depoimento: Fr. Heriberto Rembecki, OFM, 2015).

Em entrevista, Ir. Teresinha de Jesus, pertencente à Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos, natural de Vitorino Freire, nascida em 1956, filha de lavradores, narra que as terras ocupadas por posseiros eram terras “sem dono”, usa o exemplo da migração de sua família de Vitorino Freire para Aldeia sinalizando serem “terras livres”.

Olha, na verdade as terras é aquela coisa... Sobretudo no Maranhão, a nossa região, por exemplo, eu digo da minha família, a gente saiu de Vitorino Freire, eu tinha dois, três anos de idade e chegamos numa aldeia indígena que ainda tinha alguns índios e a gente foi ficando por ali, morando, colocando roça, daí chegando mais pessoas e não se preocupava, não tinha essa preocupação de demarcar terra, de registrar terra. Então eu conheci nesses momentos de conflitos pessoas que diziam: gente lá com seus 80 anos: “meu bisavô nasceu aqui, meu avô nasceu aqui”, construiu família e aí de repente a terra não é mais nossa. Porque não tinha registrado, não tinha essa preocupação, ou seja, eu acho que isso tem muito a ver com a ganância, não tinham ganância, então... tinha lugar onde colocar a casa, tinha lugar de colocar a roça, esse ano aqui, no outro ano lá, não tinha nenhuma preocupação não, nenhuma preocupação. Então, com isso, eram os donos, porque moravam. (Ir. Teresinha de Jesus, Religiosa, 2015).

A narrativa de Ir. Teresinha de Jesus, constrói a imagem da *ambição* de poderosos por grandes extensões territoriais com a finalidade de criar gado, o que resultou na retirada de muitas famílias de suas casas e as consequências foram os conflitos de terra marcados por violência de vários aspectos. Os latifundiários começaram a levantar cercas o que causou problemas para os posseiros. Seguiram-se várias restrições a esses posseiros, resultando em muitos embates “[...] inclusive alguns apresentavam documentos feitos em cartório, e tudo dessas terras, que eles nunca tinham ido lá medir, mas que eles sabiam que existia, então o objetivo era exatamente aumentar fazenda”. (Depoimento: Ir. Teresinha de Jesus, Religiosa, 2015).

A Diocese de Bacabal, tendo como representante ativo nesses conflitos, o bispo D. Pascásio Rettler, OFM; bem como, os franciscanos da Província Nossa Senhora da Assunção, posicionaram-se em apoio aos posseiros e mediaram os conflitos, sendo porta voz dos posseiros contra o estado, polícia e latifundiários sob a justificativa de garantir a segurança e o direito à terra aos antigos moradores.

As fontes aqui analisadas apontam que os latifundiários estavam amparados por poderes políticos facilitando a eles o acesso às terras, seja por compra ou por mandatos de desapropriação. Percebe-se nesse contexto a inserção de agentes distintos nesta disputa, são eles: posseiros, sindicatos, Igreja, Estado e latifundiários. Todos lutavam por um mesmo objetivo - terra - mas com interesses diferentes. É importante perceber a dinâmica de cada um para entendermos a movimentação desses grupos em torno dos conflitos.

Nesse sentido, categorias como “povo”, “popular”, dentre outras formas de designações que façam alusão a uma coletividade, são frequentemente mobilizadas por agentes que reivindicam a autoridade para falar em nome desses segmentos no curso das lutas internas que compõem a dinâmica de um espaço específico. O ato da mediação reconhecida em nome de grupos sociais categorizados como populares produz, por si, uma força inversamente proporcional à autonomia apresentada em determinado domínio social. No caso em questão, a intervenção de agentes culturalmente favorecidos e reconhecidos por sua competência de mediação não apenas na esfera religiosa, mas no cruzamento com outros domínios, exerce essa força precisamente pela ausência de autonomia dos domínios nos quais estejam inseridos. (MACHADO, 2012, p.57).

Observar grupos sociais remete ao pensamento de que sempre funcionou em tal coerência. Contudo, convém entender as suas peculiaridades e conhecer os seus processos de (re)estruturação dos grupos, relações de poder, sociabilidades, etc. Neste caso, foram formadas entidades e instituições motivadas por sujeitos que reivindicavam o direito à terra.

A História Social busca esses aspectos que permitem a construção de mentalidades dos grupos, da própria identidade e dos campos de disputa. Desta forma, Burke (2002) discute a importância de conhecer os processos históricos para que não aconteça o erro de reproduzir ideias cristalizadas. É preciso lançar um olhar sobre o passado para entendermos a dinâmica do presente; do contrário, não entenderemos o porquê e/ou para que houve a necessidade da formação de novas instituições em meio aos movimentos sociais.

Mais tarde, quando as organizações bem-sucedidas encomendam suas histórias oficiais, tais histórias não raro dão a impressão de que esses órgãos tiveram um planejamento consciente e foram institucionalizados desde o início. Assim, fica difícil não ler o presente no passado, mas deve resistir à tendência e o conceito de um movimento estimula a concepção da fluidez e espontaneidade do movimento de fundação, um ‘movimento’ que pode durar uma geração, porém está destinado a ser substituído pela fase de rotinização ou “cristalização”. (BURKE, 2002, p.126).

Em meio ao contexto de conflitos de terra não há interesse em discutir estes agentes enquanto dominados ou dominadores, mas que todos os grupos envolvidos agiram de forma específica onde influenciaram e também foram influenciados durante o processo. As estratégias que cada grupo utilizou para reivindicar estas terras são movimentações diferentes diante de um problema social. Cada um se inseriu com as ferramentas que lhes era possível, seja por vias legais ou ilegais.

Não se pode pensar em passividade, pois mesmo os que sofrem têm suas formas de resistir e continuar (sobre)vivendo dentro do cenário. Deste modo, criam-se estratégias e mecanismos de defesa dos grupos envolvidos. Segundo Bourdieu (1980) as camadas sociais não ficam alheias às questões conflitivas:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo

das tomadas de imposições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais⁴. Elas podem conduzir esta luta quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social”. (BOURDIEU, 1980, p.12-13).

A participação desses mediadores na luta pela terra fez com que ao longo dos anos se constituíssem novas relações e práticas diferenciadas, pois a implementação de projetos e o surgimento de grupos organizados foram modificando as estruturas vigentes. Dessa forma, a Igreja criou projetos de apoio e incentivo para que estes posseiros permanecessem e cultivassem as terras que ocupavam. Vários projetos de formação política foram proporcionados pela Diocese de Bacabal e os franciscanos para que tivessem acesso à informação e melhorassem seus métodos de cultivo da terra.

Projetos franciscanos em apoio aos posseiros

Algumas medidas de assistência a posseiros e lavradores foram: a criação e/ou implementação de projetos e entidades tais como: “Assistência Jurídica aos Lavradores” (AJULAV), que tinha como principal objetivo o acompanhamento e aconselhamento aos posseiros; a Romaria da Terra, luta pela Reforma Agrária, criação de Escolas Família Agrícola (EFA's), Animação dos Cristãos no meio Rural do Brasil (ACR), Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outras ações.

Dentre os projetos implementados pela diocese e os franciscanos na região do Médio Mearim, destaca-se as Escolas Família Agrícola (EFA's²), uma proposta de criação de escolas que garantissem a educação no campo. Estas surgiram para que os filhos de lavradores pudessem estudar sem precisar sair da zona rural, na Região do Médio Mearim, e estavam presentes em Lago da Pedra, Lago do Junco, São Luís Gonzaga e Vitorino Freire. Estas escolas estão dentro da lógica da Pedagogia da Alternância³ uma metodologia voltada para o campo, onde o aluno passa um período na escola e o outro com suas famílias para possibilitar que os mesmos estudem sem prejudicar a dinâmica da produção agrícola⁴. Nesse sentido, as Escolas Família Agrícola estão dentro do contexto de agricultura familiar:

Ela foi implantada no Brasil na década de 1960, a partir de inspirações iniciadas na França e espalhada pela Itália, Espanha, África. Entre outros objetivos na época, a EFA surge como uma possibilidade de educação apropriada às necessidades sociais históricas para conter o êxodo, desenvolver o campo, superando as condições de pobreza, abandono, entre outras mazelas, através de uma formação conscientizadora dos alunos e suas famílias junto às comunidades. As Escolas Famílias Agrícolas, portanto, surgem como iniciativa estratégica de promoção e desenvolvimento dos

2 “No Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014, as escolas familiares agrícolas estão entre as melhores instituições privadas do país que atendem alunos de nível socioeconômico baixo ou muito baixo. Os dados do Enem por escola foram apresentados hoje (5) pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep)”. Disponível em: <<https://ceffa.jimdo.com/>> Acesso em: 20/06/2018

3 RODRIGUES, Cintia. Pedagogia da Alternância na Educação Rural. Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/modalidades/salvacao-lavouira-497826.shtml>> Acesso em 20 jun.2018

4 A metodologia foi criada por camponeses da França em 1935. A intenção era evitar que os filhos gastassem a maior parte do dia no caminho de ida e volta para a escola ou que tivessem de ser enviados de vez para morar em centros urbanos. No Brasil, a iniciativa chegou com uma missão jesuíta, no Espírito Santo, em 1969. Logo se espalhou por 20 estados, em áreas onde o transporte escolar é difícil e a maioria dos pais trabalha no campo. Os alunos têm as disciplinas regulares do currículo do Ensino Fundamental e do Médio, além de outras voltadas à agropecuária. Quando retornam para casa, devem desenvolver projetos e aplicar as técnicas que aprenderam em hortas, pomares e criações.” (RODRIGUES, 2015).

agricultores familiares, mas também como alternativa à falta de políticas públicas voltadas para o setor. (BEGNAMI, 2003, p.14)

Dos princípios que regem as EFA's estão, primeiro: a Pedagogia da Alternância⁵ com seus métodos didáticos de alternância entre a teoria e a prática valorizando a experiência no campo; segundo: a associação gestora deveria assumir a educação tendo a família como protagonista; terceiro: a formação integral dos alunos numa concepção de cidadania, inclusão social e desenvolvimento na zona rural com bases sustentáveis.

A implantação das EFA's coincide com o período da Redemocratização no Brasil. Surgiu em meio a manifestações populares por acesso à educação no campo. Por outro lado, esse acesso teria que ser diferenciado, voltado para a realidade e experiências do trabalhador rural. No entanto, a implantação da didática que exigia alternância entre a escola e a família encontrou obstáculos por não seguir o método convencional de ensino, não sendo respeitado em suas especificidades. Quanto à expansão das EFA's pelo Brasil, Begnami (2003, p.35) destaca:

A expansão é mais acentuada a partir da segunda metade da década de 1980. Ela ocorre tanto nos Estados onde iniciaram, aumentando o número de unidades, quanto para outros Estados como Minas Gerais, Piauí, Rondônia, Maranhão e Amapá. Na maioria dos casos, as iniciativas de implantação se deram através da pastoral social das igrejas, sobretudo, as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, ligadas à Igreja Católica.

Fr. Heriberto Rembecki, OFM, ao falar das EFA's ressalta que a terra era pouca, mas muito se podia fazer para melhorar a produção. A ideia é que os jovens permanecessem na zona rural, que não precisassem ir estudar nas grandes cidades.

⁵ Ver artigo de RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.1, p. 027-045, jan./abr. 2008.

Sobre a experiência desta metodologia no Médio Mearim, Vanderval Spadetti, CEFFA, explica:

Nessa época, de 85 até 90 a 94, a Igreja Católica, a Província Franciscana, ela tinha também uma visão na questão educacional de formar os filhos e filhas de lavradores, para uma formação técnica, então mandavam os alunos para o Espírito Santo, onde surgiu a Pedagogia da Alternância. Esses alunos formavam lá e voltavam para trabalhar nessas entidades e durante este tempo que eu estive na ACESA, nós articulamos e fundamos cerca de 6 a 9 Escolas Famílias Agrícolas e a sétima foi o CEFFA Manoel Monteiro a de Ensino Médio que hoje a gente já tem nove turmas formadas, 205 técnicos tudo isso a gente não pode perder a visão de que a escola hoje está no lugar onde houve a luta se não fosse a luta pela terra naquela época essa escola nem existiria nesse lugar. (Depoimento: Vanderval Spadetti, 2015)

Vanderval Spadetti é coordenador do Centro Familiar de Formação por Alternância (CEFFA Manoel Monteiro) no povoado de Pau Santo, município de Lago do Junco, local onde aconteceu vários conflitos de terra. O nome da escola é em homenagem ao posseiro assassinado nos conflitos de terra em 1985, o Sr. Manoel Monteiro.

A escola oferece ensino médio integrado à educação profissional com formação de técnico em agropecuária. Os alunos passam duas semanas na escola e duas semanas em casa, alternando. A CEFFA Manoel Monteiro, fundada em 2006, é uma escola de iniciativa da Província Nossa Senhora da Assunção e tem apoio financeiro de bem feitos da Alemanha⁶. Esta é a segunda Escola Família Agrícola (EFA) do município de Lago do Junco, a primeira foi fundada no Povoado Ludovico em 1995.⁷

6FRANZISCANER MISSION DORTMUND: Site onde são divulgados os projetos financiados pelos franciscanos da Alemanha- <http://www.franziskanermission.de/>

7 “Um dos maiores desafios é a manutenção das escolas de uma forma mais efetiva, por parte do poder público, sem a perda da autonomia administrativa e pedagógica. A manutenção das EFAs desde as pioneiras do sul do Espírito Santo, sempre foi um problema sério. As primeiras experiências foram mantidas, quase exclusivamente, com recursos

Foto 1 - Frente da CEFFA Manoel Monteiro (Lago do Junco)



Fonte: CEFFA Manoel Monteiro. <https://ceffa.jimdo.com/hist%C3%B3ria-conviv%C3%A2ncia/veja-aqui-uma-apresenta%C3%A7%C3%A3o-sobre-a-hist%C3%B3ria-do-ceffa/>

As EFA's fundadas em povoados assistidos pela diocese de Bacabal estão em: Vitorino Freire, iniciada em 29 de março de 1989, São Luís Gonzaga, em 18 de março de 1991, Paulo Ramos, em 1994, Capinzal do Norte, em 1995, Lago do Junco, no povoado Ludovico, em 15 de novembro de 1995, Lago da Pedra, em janeiro de 2001.

Em 2006, a UAEFAMA⁸ coordenava 20 EFA's no Maranhão. 129 monitores e 27 professores externos lecionaram e acompanharam 1.456 alunos do Ensino Fundamental nas 5^a a 8^a séries. Neste ano iniciou uma nova etapa na caminhada das EFA's com a abertura da EFA “Manoel

de Organizações Não Governamentais (ONGs) do exterior. As parcerias com o poder público municipal e estadual são mais recentes e os repasses, através de subvenção social, são limitados e intermitentes”. (BEGNAMI, p.45, 2003)

8 UAEFAMA - União das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão (fundada em junho de 1997)

Monteiro”, no município de Lago do Junco com a 1ª série do 2º grau profissionalizante com 54 alunos. (LÖHER, 2009, p.408)

Outra parceira das EFA's no Maranhão é a Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (ACESA). Em junho de 1986 a ACESA iniciou suas atividades atendendo 15 comunidades em áreas de conflitos, a equipe era formada por um engenheiro agrônomo e quatro técnicos-agrícola. Esta instituição é financiada pela MISEREOR⁹, uma entidade organizada por bispos da Igreja Católica na Alemanha que tem como objetivo financiar projetos para combater a pobreza na Ásia, África e América Latina.

Os objetivos da ACESA são:

Formar uma nova consciência de agropecuária na região, baseada na convivência com o clima e a natureza; montar um modelo agropecuário que responda às necessidades dos agricultores da região na construção de uma vida digna; acompanhar as comunidades da diocese e também as associações de EFA's nas iniciativas de implantação de modelo agropecuário, divulgar o modelo agropecuário; acompanhar as EFA's enquanto opção educacional para futuros agricultores da região; estabelecer um trabalho integrado com a equipe da saúde para mudanças de hábitos alimentares (alimentação mais natural e alternativa). (LÖHER, 2007, p.404, grifo do autor).

Em 2005 o relatório de avaliação apresentado pela ACESA à MISEREOR destaca que a instituição atendeu a 141 famílias em 18 comunidades onde receberam acompanhamento dos técnicos. Os resultados positivos, segundo eles, são: 31 famílias trabalhando com roças sem queimadas, 18 trabalhando com hortas orgânicas, 78 melhoraram a criação e 71 trabalhavam com pomar. Julgaram que o projeto não alcançou a expansão desejada, no entanto, houve melhoria técnica nos mo-

⁹ Esta Instituição financiou também o Colégio Nossa Senhora dos Anjos (CONASA) em Bacabal.

delos alternativos de agricultura e pecuária de acordo com as condições climáticas da região¹⁰.

Lima Neto (2007), ao discutir sobre as entidades de apoio aos posseiros, afirma que as famílias eram inteiradas de seus direitos que muitas vezes desconheciam:

A ACESA - que trabalhava a questão da melhoria das condições de produção e renda das famílias oferecendo assessoria através de um quadro técnico composto principalmente por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas - e as pastorais da criança e da saúde, além de disponibilizarem às famílias serviços nos seus respectivos campos de atuação, deram continuidade ao trabalho de formação sócio-política que vinha sendo feito pelas organizações religiosas que as antecederam. (LIMA NETO, 2007, p.82).

Uma questão bastante levantada por estas entidades de apoio aos posseiros era a formação política das famílias, o que eles intitulavam de educação e “conscientização”, visando autonomia e apropriação dos seus direitos. “Ganhos, ganhos também para a conscientização, os ganhos; O pessoal aprendeu a falar, a falar em público e organização eles aprenderam muito, principalmente da ACR”. (Depoimento: Fr. Adolfo Temme, OFM, 2015)

De acordo com Machado (2012, p.31) o engajamento de clérigos nos movimentos sociais são um conjunto de estratégias que legitimam a instituição religiosa.

Convém ressaltar, no entanto, que o trabalho de “conscientização política”, forma de intervenção mobilizada pelos religiosos nas comunidades e em outros espaços compõe um conjunto de estratégias de reconhecimento a partir do registro religioso, mas “constituem por intercruzamento de lógicas”, Pécaut (1990), o mesmo espaço de concorrência e alianças entre si e com outros agentes.

10 Atualmente a ACESA atende povoados pertencentes aos municípios de: Lago Verde, Bacabal, Porção de Pedras, Lago da Pedra, Bom Lugar, São Luís Gonzaga e Lago do Junco. Disponível em: <<http://www.acesa.eco.br/>> Acesso em: 01 de ago de 2018.

Em suma, observa-se a partir dessas instituições mediadoras, dinâmicas de poder e sociabilidades que se instalaram em torno da problemática da terra, que contou com a intervenção de outros mecanismos de poder, sofrendo modificações no cenário brasileiro.

A partir dos documentos coletados que se encontram com a Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção e com a Diocese de Bacabal, é possível identificar as diversas áreas de conflitos nos municípios pertencentes à diocese, bem como as medidas tomadas para conter a violência e permitir que os lavradores continuassem nas terras. Já os depoimentos coletados com agentes diretos desse cenário nos proporcionou a versão que cada um deu acerca dos fatos. Cada agente relatou sua experiência focando nos elementos onde se sentiram mais afetados. A História Oral neste sentido é uma importante ferramenta para a construção das narrativas a partir dos agentes participantes. É possível perceber nas falas perspectivas e elementos que muitas vezes não encontramos nos documentos escritos construídos para instituições específicas.

Referências

Entrevistas

REMBECKI, Frei Heriberto. **Província Franciscana Nossa Senhora da Assunção**. [07 set. 2015]. Bacabal, MA. Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

SOUSA, Ir. Teresinha de Jesus. **Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora dos Anjos**. [2015] São Luís. Entrevista concedida a Dayane de Sousa Lima.

SPADETTI, Vanderval. **Escola Família Agrícola Manoel Monteiro - CEFFA**. [7 set. 2015] Bacabal, MA. Entrevista concedida a Dayane de

Sousa Lima.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Transformações econômicas e sociais no campo maranhense: Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão.** São Luís, 1981.

APARECIDA, Cecília et.al. **O rosto do Maranhão, anúncio e denúncia, seus sistemas políticos e sócioeconômico.** São Luís, 1995. p.9. (Mimeo).

BEGNAMI, J. B. **Formação pedagógica de monitores das Escolas Famílias Agrícolas e Alternâncias:** um estudo intensivo dos processos formativos de cinco monitores. Belo Horizonte. 2003. 263 p. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação)- Universidade Nova de Lisboa e Universidade François Rabelais de Tours, Belo Horizonte, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Ministério da Fazenda. **Declaração/perguntão. Outros assuntos: 600 - O que se considera terra nua para fins de apuração do ganho de capital?** 2014. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaFisica/IRPF/2014/perguntao/perguntas/pergunta-600.html>> Acesso em: 24 dez 2015.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

LIMA NETO, Evaristo José de. **O associativismo em áreas de babaçuais:** a experiência das organizações de trabalhadores rurais do Município de Lago do Junco-MA associadas à ASSEMA, 2007. Dissertação (mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de

Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2007.

LÖHER, Frei Eurico. **Franciscanos no Maranhão e Piauí 1952 a 2007**. Teresina: Halley, 2009.

MACHADO, Jorge Luiz Feitoza. **Ação Política, missão pastoral e instâncias de inserção**: engajamento de clérigos no Maranhão (1970-1980). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

O POVO DE DEUS QUER FALAR: **a questão agrária no Médio Mearim segundo** **as crônicas do Frei Adolfo Temme**

Laryssa Gomes Pimenta

Introdução

A proposta deste artigo se constrói a partir da observação das inúmeras mudanças vivenciadas no campo ao longo da segunda metade no século XX. No decorrer da obra daremos um enfoque maior para o estado do Maranhão, mais precisamente para a região do Médio Mearim, como forma de melhor compreender o agravamento dos conflitos pela terra existentes no estado e o papel desempenhado pelo Frei franciscano Adolfo Temme nos momentos de maior tensão na região de estudo. Para isso, abordaremos inicialmente algumas mudanças políticas (no governo e nas leis) que ocorrem nesse período e acabam por impactar a vida de muitos posseiros e no Maranhão.

As áreas camponesas no Brasil já eram palcos de uma série de conflitos pela terra, além de já fomentar os discursos de luta pela Reforma Agrária, tendo como principal personagem o movimento das Ligas Camponesas a partir de 1955, e um dos líderes mais importantes da mesma,

Francisco Julião. As Ligas Camponesas consistiam em um movimento organizado, formado por camponeses que resistiam ao descaso governamental, e à violência praticada por grandes latifundiários. Tal movimento teve seu apogeu no início da década de 1960, sendo duramente reprimido e dissolvido após o Golpe Militar em 1964.

É interessante ressaltar que embora as Ligas Camponesas tivessem suas lutas/ações sufocadas pelo Regime Militar, o campo ainda apresentava sinais de uma possível explosão de conflitos, além de se mostrar cada vez mais disposto a lutar pelo direito de acesso à terra por meio da Reforma Agrária. Portanto, é diante deste cenário que o Governo Militar lança mão do Estatuto da Terra de 1964, como forma de sanar as demandas do campo.

Tomando como ponto de partida o decreto do Estatuto da Terra de 1964, o campo passa a vivenciar a inserção de novas dinâmicas, que afetam diretamente o modo de viver e produzir dos pequenos posseiros em diversas regiões do país. Conforme Silva (1982), o Estatuto da Terra de 1964 colocaria em prática um plano de modernização que beneficiaria um pequeno grupo de fazendeiros e latifundiários, garantindo desta maneira a manutenção da propriedade privada, do poder político e principalmente, o econômico, a partir da supervalorização da propriedade, dos incentivos governamentais e pela imposição por parte do grande capital do chamado “pacote tecnológico”¹.

Outro fator de extrema importância para a compreensão do cenário conflituoso encontrado nas regiões Norte e Nordeste descrita por Silva (1982), consiste no fechamento das fronteiras, um fenômeno que passa a se intensificar principalmente após a década de 1970, com a implementação dos “grandes empreendimentos” do Governo Militar, como a Transamazônica e a colonização da Amazônia e da Amazônia legal. O Maranhão, assim como muitos outros estados da região passam a sofrer com o número significativo de migrações vindas das regiões Sul e Su-

1 Ver Silva, José Graziano da. A modernização Dolorosa, p. 137.

deste em busca das chamadas terras livres ou devolutas, muito difundidas pelo Governo Militar e posteriormente pelo governo de José Sarney.

O “fechamento” não tem sentido de utilização produtiva do solo, mas sim o de que não há mais “terras livres”, “terras sem dono” que possam ser apropriadas por pequenos produtores de subsistência.

[...] um “fechamento de fora para dentro”, onde a terra perde o seu papel produtivo e assume apenas o de “reserva de valor” e de meio de acesso a outras formas de riqueza a ela associadas. Não é a “ocupação pela pecuária” com a finalidade precípua de garantir a propriedade privada daquela terra (SILVA, 1982, p. 117).

O fechamento das fronteiras no Maranhão pode ser observado pela escassez de terras férteis, onde os posseiros se veem impossibilitados de dar continuidade a seu modo de produzir, diante do avanço das máquinas e principalmente da pecuária extensiva, frutos do discurso modernizador. A “modernização dolorosa”, descrita por Silva (1982) ao longo de sua obra, torna claro os impactos causados pela implementação desta lei, com o aumento significativo das propriedades rurais (latifúndios) e das áreas destinadas a criação de pastos para o gado, além da “produção²” de mão de obra barata para as grandes propriedades.

No Maranhão ainda se faz necessário discutir acerca de uma outra Lei Fundiária, a 2.979/69, popularmente conhecida como Lei Sarney de Terras que acaba por contribuir ainda mais, com o clima de tensão existente. Em todo o estado Maranhão o clima nos campos era de tensão social, uma vez que posseiros se viram diante de inúmeros fatores que influenciam no modo de viver e de tirar sustento para sua família no local de morada. A Lei Sarney de Terras passa a afetar uma parcela

2 O termo “produção” utilizado para se referir ao trabalho desempenhado por posseiros a grandes fazendeiros/grileiros, se deu pelas condições desfavoráveis criadas e impostas pela nova legislação fundiária a esses agentes, que se veem impossibilitados de possuir sua lavoura, como forma de tirar seu sustento, tendo em muitos casos como única opção, trabalhar nas propriedades vizinhas.

significativa de posseiros, após exigir a comprovação de títulos de terras, abrindo espaço para o aumento na prática da grilagem e da violência por parte de grileiros e fazendeiros. A venda, a disputa e a procura por terras se fez presente em todo o estado, contribuindo para a conformação de um local marcado pela violência e pela impunidade diante de muitos casos, como nos mostra Luiz Vila Nova.

No Maranhão, tudo piorou após a promulgação da Lei Sarney de Terra de 1969, que autorizava o governo a vender as terras devolutas do estado para grandes grupos econômicos. Essa lei está na origem do aumento dos conflitos, que explodiram na década de 1970. Houve uma corrida para se apossar das terras na região (NOVA, 2019, p. 61).

É em meio a esta realidade encontrada nos campos maranhenses que iremos destacar a região do Médio Mearim, que a partir da década de 1980 passa a vivenciar um dos períodos mais conflituosos, frutos da disputa pela terra entre posseiros, contra grandes fazendeiros e grileiros. Os conflitos pela terra na região do Médio Mearim passam a se intensificar, exigindo de sua população ações mais organizadas e enérgicas por parte daqueles que sofrem com os diferentes tipos de violência, como forma de resistência e de luta pela Reforma Agrária.

A luta pela terra no estado do Maranhão se desenhou de diversas formas, por meio de diferentes movimentos, dentre estes, destacamos os movimentos ligados à Igreja Católica – a CPT, CEB's, ACR³-, inspirados pela Teologia da Libertação. Tal doutrina será abordada de maneira mais aprofundada ao longo do texto, como forma de melhor compreender as crônicas escritas pelo Frei Adolfo Temme, utilizadas como um importante artifício de resistência, inspiração na luta pela terra, além de se tornar uma grande ferramenta de denúncia, tornando público os casos de violência e a situação calamitosa vivenciada nos povoados do Médio Mearim - MA.

3 Siglas: CPT- Comissão Pastoral da Terra; CEB's – Comunidades Eclesiais de Base; ACR- Ação dos Cristãos no Meio Rural.

Crônicas como instrumento de denúncia e inspiração na luta pela terra

Delimitado o cenário fundiário encontrado no Maranhão a partir da década de 1960, com o decreto do Estatuto da Terra e da Lei Sarney de Terras, que contribuíram para o agravamento das tensões existentes no campo, partiremos para as mudanças ocorridas nas estruturas seculares da Igreja Católica, como forma de melhor compreender a atuação de membros do clero na sociedade, destacando a figura do Frei franciscano Adolfo Temme nos casos de luta pela terra ocorridos na região do Médio Mearim.

Nas décadas de 1960/70 a Igreja Católica se vê provocada a refletir sobre seu papel na sociedade, diante dos acontecimentos vivenciados em diferentes países do globo, após as duas grandes Guerras Mundiais, do avanço do sistema capitalista e consequentemente do aumento da desigualdade, fruto das novas relações políticas e econômicas. É em meio a esta realidade que a Igreja passa a analisar a sua atuação num âmbito social, observando as relações existentes entre países de Primeiro e Terceiro Mundo, além de promover debates acerca da vida e dos valores cristãos na sociedade.

A Igreja católica avançava. Em 1968, divulgou um documento forte, *a Carta de Medellín*, publicação da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, na qual apresenta sua *opção preferencial pelos pobres*.

Depois viria a *Carta de Puebla*, documento publicado pela Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Los Angeles, no México, no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Nela, se dizia que *ninguém tem o direito de ter demais quando falta o necessário para os outros* (NOVA, 2019, p. 26/27, grifos meus).

A realização de tais debates consistiu em um importante passo dado pela Igreja para se tornar uma instituição com um olhar mais humano

e preocupado com uma justiça social. Tais reflexões abriram caminho para debates acerca das desigualdades socioeconômicas, além de pautas como racismo, se posicionando ao lado dos pobres e marginalizados. A América Latina se apresentava nesse momento como um campo fértil para a atuação da Igreja, abrindo espaço para o surgimento e o fortalecimento da chamada Doutrina da Teologia da Libertação, uma teologia voltada para as lutas e causas sociais, em prol da libertação e conscientização dos pobres e oprimidos por meio da fé.

A Teologia da Libertação nasceu como propósito de responder aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos da vida do povo. A América Latina constitui hoje um lugar teológico privilegiado para a ação e a reflexão porque aqui se vivem problemas graves, verdadeiros desafios para a fé. [...] A Teologia da Libertação surgiu de uma práxis experimentada ou de uma experiência praticada em tal contexto e pretende levar a uma práxis mais esclarecida e qualificada, que seja deveras libertadora (BOFF, 2014, p.61).

Na América Latina, mais precisamente no Brasil, a Teologia da Libertação se viu desafiada em diferentes esferas sociais, diante do cenário político encontrado no país – em meio ao Regime Militar, que reprimia e perseguia aqueles que se manifestavam contrários à ordem estabelecida –, além das tensões vivenciadas fora da cidade, como o cenário campesino, palco de conflitos, resultado da disputa no tocante ao direito de acesso à terra. Embora tal doutrina tenha encontrado no Brasil um cenário propício para suas atuações, além de conquistar e possibilitar que muitos membros do clero pudessem agir e se posicionar ao lado das minorias em diferentes lutas sociais, é interessante destacar que a mesma também foi duramente criticada e perseguida pelos setores mais conservadores da Igreja Católica e até mesmo do governo, sob a justificativa de que essa vertente mais progressista incorporava lutas e discursos políti-

cos com fortes tendências à esquerda e ao comunismo, além de muitos não considerarem determinadas pautas – como a luta do campo – , uma preocupação da Igreja.

No “combate ao comunismo”, empreendido por João Paulo II e por Bento XVI, a Teologia da Libertação, considerada como “marxista”, foi um dos alvos prediletos dos ataques conservadores. Neste sentido, diversos bispos hostis à Teologia da Libertação foram nomeados no Brasil e na América Latina. Padres e bispos ligados à Teologia da Libertação foram afastados, e mesmo perseguidos, como o caso do Teólogo Leonardo Boff, um dos maiores expoentes dessa corrente, que abandonou as suas funções eclesiais (MENEZES NETO, 2007, p. 338/339).

Visto isso, é em meio a essa realidade conflituosa de uma sociedade que vivencia o Regime Militar, que lida com os setores conservadores dentro da própria instituição, que a Teologia da Libertação dá continuidade a suas ações ao lado dos mais desfavorecidos. O setor progressista partia do princípio de libertação por meio da fé dos pobres e marginalizados, das mazelas sociais frutos do capitalismo. Tal doutrina utilizava-se do evangelho e do sofrimento de Jesus Cristo como ferramentas de politização da fé, aproximando a história de vida desse povo dos textos bíblicos, além da utilização da tríade: *ver, julgar e agir*, como forma de analisar a realidade.

Portanto, é observando as mudanças ocorridas nas dinâmicas do campo, através da inserção da lógica capitalista e dos posicionamentos adotados por membros do clero inspirados pela Teologia da Libertação, que partiremos para o cerne desta obra, que consiste em abordar a figura do Frei Adolfo Temme e de suas crônicas - ora como um importante instrumento de denúncia, ora como uma ferramenta de inspiração na busca pela Reforma Agrária-, na luta pela terra no Médio Mearim.

Para isso, faz-se necessário uma discussão sobre quem foi Adolfo Temme e o impacto de suas crônicas na sociedade campestre na região de

estudo. Adolfo Temme foi um Frei franciscano alemão, que atuou no Maranhão como diretor da diocese de Bacabal, região do Médio Mea-
rim. Inspirado pela Teologia da Libertação, o Frei franciscano desempe-
nha um papel extremamente importante para a compreensão das ten-
sões presentes no campo ao longo da década de 1980, momento em que
começa a escrever relatos em tom de denúncia, sobre os crimes ocorri-
dos nos interiores pelo qual passou.

Adolfo Temme começa seus escritos em 1978, com um diário de de-
sobriga, *Mala de Couro*, onde relata as inúmeras experiências que teve
em uma viagem de 20 dias, por diversos povoados, ressaltando o papel
da Igreja e exaltando o empenho de seus membros, em levar os ensina-
mentos e práticas cristãs, em muitas localidades. Ao longo do seu diário,
também narra acontecimentos do dia a dia de uma sobriga, contando
o trajeto de um povoado a outro, comentando sobre sua recepção, suas
estalagens, sobre o cotidiano das comunidades por onde passou.

Já são 7hs, e ainda não chegou nenhuma das mulheres para fa-
zer o café. A missa começa depois das oito. Depois da missa tem
meia hora de pausa para preparar as crianças, em seguida começa
o batismo. Dia de missa no interior é uma festa de cores. Para
todo lado que a gente olha tem beleza para ver: rostos serenos e
distráidos. Durante o batismo a juventude se reúne com Almecy
na sombra de uma grande árvore. O assunto é noivado e matri-
mônio (TEMME, p. 18, 2011).

Ao longo do diário é possível perceber o papel organizador que a igreja
desempenha, desde as obrigações cristãs, como catecismo, batizado, ca-
samentos, missas, até a escolaridade, e posteriormente, como apoiadora
de lutas e movimentos sociais que se organizam no campo. Em seu diá-
rio é possível percebermos a preocupação por parte dos trabalhadores
em seguir a vida cristã e os rituais. A preocupação em manter um local
para realização das missas, um local para celebrar casamentos, batiza-
dos, parecem essenciais no meio.

Diferente dos relatos do seu Diário de Desobriga, em suas crônicas, Frei Adolfo Temme torna públicas as atrocidades cometidas contra trabalhadores rurais, cobrando justiça das autoridades e ação por parte da população rural. Temme passa a utilizar os boletins de paróquia da Igreja, que possuíam certo alcance, no tocante a quantidade de pessoas que tinham acesso a este material, para proferir as mazelas que presenciava e os crimes que tinha conhecimento.

Convite para participar do aniversário de morte do companheiro Ferreirinha morto no dia 11 de agosto de 85 em Santa Tereza, município do Lago da Pedra/MA. No dia 11 de agosto de 86, segunda-feira, às 14hs vão celebrar a Santa Missa e levantar a voz em ATO PÚBLICO na Praça de Santa Tereza, no local da morte. [...]

O enterro do Ferreirinha não juntou ninguém por causa do medo. Agora é deixar o medo em casa e chegar só com a coragem [...]
(TEMME, Frei Adolfo, 1986).

O Frei Adolfo Temme, assume um papel de narrador dos conflitos pela terra ocorridos na região do Médio Mearim, uma vez que aquela população dificilmente conseguia espaço para falar sobre suas dificuldades, exigir seus direitos e lutar pela tão repudiada Reforma Agrária. Em sua escrita, é possível observar a intenção do Frei, em descrever o contexto no qual os fatos aconteciam, trazendo relatos de terceiros, até mesmo das vítimas, alguns envolvidos de fato com a luta, outros apenas como moradores do povoado conseqüentemente associados aos casos de luta pela terra⁴.

São Manoel 25 de setembro de 86

Paz e bem para todos os cristãos. Queremos falar do sofrimento de São Manoel, pois já faz uns dois meses que estamos desabri-

4 Ao longo de algumas crônicas, o Frei Adolfo Temme relata a existência de um pequeno número de moradores das regiões de conflito, que embora sejam afetados pela violência, pela grilagem, não se sentem parte da luta “abraçada” por outros moradores e por membros do clero, como o próprio Adolfo Temme.

gados, 18 pais de famílias; mas também os que têm suas casas não seconde (sic) sofrer, todos vão dormir no mato, temendo a situação e compartilhando no sofrimento. Irmão, não só o São Manoel sofre, mas todos aqueles que sentem a situação, todas as comunidades vizinhas, todo cristão que observa os ensinamentos de Cristo, pois é no sofrimento que encontramos Jesus. Irmãos, sabemos que muitos não podem nos visitar, mas desejam saber como vivemos.

Foi no dia 5 de agosto, com o sequestro do companheiro Ribamar Santos, que começou a mudança da nossa comunidade. Consideramos o Ribamar um dos mais quentes da nossa luta. Neste dia São Manoel ficou pasmado, triste, ao mesmo tempo alegre pela salvação do companheiro [...] (TEMME, Frei Adolfo.1986).

É neste cenário de tensões políticas e sociais que Adolfo Temme passa a incorporar a luta dos posseiros do Médio Mearim à realidade de muitos membros da Igreja Católica que aderiram à Teologia da Libertação como a Igreja dos pobres e dos marginalizados, enxergando neles o sofrimento de Jesus Cristo e os motivando a seguir na luta pela justiça. Em suas crônicas, Adolfo Temme busca, através de textos bíblicos ou utilizando de metáforas que remetem ao religioso, “traduzir” os conflitos pela terra, existentes em muitos povoados, onde grande parte dos embates relatados acabaram por ser presenciados por ele ou por outros membros da Igreja Católica, também inspirados pela Teologia da Libertação.

Os crimes e as ameaças que passam a se tornar cada vez mais frequentes na realidade dos povoados do Médio Mearim, também passam a ser rotineiros nas crônicas escritas pelo Frei. A violência é praticada por fazendeiros, pistoleiros, até mesmo pelas forças policiais, tratando alguns acontecimentos com descaso ou atuando a favor daqueles que praticam a violência contra os camponeses.

EXPLOSÃO DE CONFLITOS

São José dos Moura, na paróquia de Lima Campos.

O povoado começou no século passado e era bem organizado com escola e igreja e cemitério. Até uns 10 anos atrás o povoado contava com umas 200 famílias e vivia em paz. Quando chegou o grileiro Chico Messias expulsou os mais fracos só pelo grito e outros pelo empurrão até que ficaram umas 30 famílias que resistiram ao fogo das casas e à destruição das roças. Depois de muita luta chegou o decreto de desapropriação, mas que foi anulado logo em seguida por decisão do Supremo Tribunal em Brasília só para mostrar o que o governo faz: entrega e tira na mesma hora. O fazendeiro continuou fazendo cerca, mas o povo reconstruiu as casas e a Igreja. Ultimamente o gerente chegou, viu as casas e avisou: Amanhã vamos derrubar tudo. – Aí o povo se preparou, e quando o invasor chegou a conversa foi pouca: morreu o gerente, 2 capangas e um soldado. O governador não colocou a mão encima: soldado não é guarda-costas de fazendeiro. A polícia não tinha ordem para se meter. (TEMME, Sem Data).

Como podemos perceber, Adolfo Temme relata as mais diversas formas de violência, sempre com o intuito de denunciar os crimes ocorridos na região. Os casos de grilagem, de despejo são frequentes e os camponeses, junto da Igreja, lutam por justiça, em prol dos que sofrem com os abusos da ilegalidade e principalmente pelo desejo de se ver livre das diversas formas de violência, assim como lutam pelo direito à terra e pelo direito a uma morada livre dos conflitos.

Mesmo com um setor progressista da Igreja Católica assumindo certo papel de “canal de fala” dos anseios camponeses, é válido ressaltar que a mesma não busca legitimar a luta dos trabalhadores rurais, assim como não deve ser considerada como a organizadora e propagadora dos ideais revolucionários que tomam conta do campo, deixando claro assim, o reconhecimento, a consciência e a politização que aqueles posseiros detinham de sua atual situação, sendo a CEB, um grande exemplo da organização conjunta entre igreja e comunidade e a identificação entre ambos com as mazelas sociais, mesmo que com motivações diferentes.

Ainda no que diz respeito à luta pela terra e aos conflitos no Médio Mearim, Adolfo Temme, passa a tratar de forma mais explícita e detalhada os conflitos, tornando evidentes os atos ocorridos na região de estudo, como forma de dar visibilidade e conseguir apoio de outras localidades em sua luta, como podemos observar a seguir.

A chacina do povoado Aldeia: 14 de fevereiro (domingo de carnaval), por volta de 13:30 horas, o povoado Aldeia, foi invadido por pistoleiros que vinham em dois carros blindados, [...]

Não se pode ter uma ideia do número de homens que se encontravam nos carros. [...]

Os pistoleiros não se conformando somente em atirar, provocando pânico, queimaram trinta casas dos lavradores e assassinaram o lavrador Trazibe Teixeira da Conceição, de 64 anos de idade. (TEMME, 1988).

As crônicas escritas pelo Frei acabam por se tornar um dos principais instrumentos de denúncia utilizados em muitos destes povoados, onde cada vez mais, o descaso e o esquecimento iam se tornando corriqueiros. O povo se encontrava desamparado por órgãos legais e por barreiras sociais que acabavam impedindo uma maior reivindicação, atuação e assim, a conquista de direitos garantidos por lei, por parte dos moradores destes povoados, restando na maioria dos casos, as crônicas como uma das poucas formas de manifestação dos anseios locais.

Diante disto, Adolfo Temme, assim como muitos membros da igreja, passam a se aproximar das realidades vivenciadas nestes locais, como foi o caso do povoado Aldeia, os levando a atuar também com causas sociais, frutos do novo olhar desta frente progressista, denominada Teologia da Libertação.

O conteúdo das crônicas aborda os mais diferentes tipos de acontecimentos, muito embora, o número de casos de violência seja mais recorrente que os demais assuntos. Entretanto, Adolfo Temme, sempre com um cunho religioso, trabalhava diferentes questões em sua escrita,

como podemos notar ao abordar a crônica: Via Sacra, do Pau Santo.

Via Sacra do Pau Santo I

[...] No caminho da cruz encontraram muita pedra, pois a zombaria não pode faltar na Via Sacra. Mas também encontraram a Mãe que fez janta para todo este povo. E encontraram Veronica que cuidou da hospedagem. No outro dia, quando foram para casa de Pilatos, a rua estava cheia de soldados, sem ter o que fazer, só porque os guardas não podem faltar na Via Sacra.

[...] Queriam encurtar a cruz, mas Jesus falou: Eu quero o Pau Santo inteiro em todo seu tamanho, pois cruz aleijada não salva ninguém (TEMME, 11 de junho de 1985).

Como bem mostramos, as crônicas apesar de vinculadas à Igreja e aos assuntos religiosos, assim como o fato de ser produzida por membros da Igreja, acaba por trazer com uma maior frequência, assuntos voltados para questões sociais encontradas na região do Médio Mearim. Adolfo Temme demonstra em boa parte de suas crônicas, o seu posicionamento favorável à organização campesina em prol da reconquista de suas terras, assim como utiliza as mesmas, como um “veículo de informações”, abordando notícias de outras paróquias, fornecendo informações sobre acontecimentos de outros estados e cidades, além de divulgar notícias que envolvam questão agrária ou até mesmo a própria Reforma Agrária.

Muito embora boa parte da documentação elaborada pelo Frei franciscano Adolfo Temme possua esse tom de denúncia, ao narrar os crimes ocorridos no campo na região do Médio Mearim, elas não se resumem apenas a tal problemática, sendo produzidos também relatos com um tom mais informativo no tocante à organização dos trabalhadores rurais diante do novo cenário campesino, mencionando também atividades realizadas em conjunto com os demais povoados, como a 2ª Romaria da Terra, que reuniu inúmeros moradores da região em prol da Reforma Agrária, assim como acontecimentos estritamente religiosos (Via Sacra, batizados, casamentos e missas).

Diante disto, podemos observar a grande relevância encontrada na documentação produzida pelo Frei Adolfo Temme durante a década de 80, como forma de melhor compreender o cenário rural maranhense, mais especificamente, a região do Médio Mearim, em um período marcado pela violência no campo.

As crônicas escritas pelo Frei também podiam ser interpretadas como um importante mecanismo de inspiração na luta pela terra, motivando posseiros a se manterem firmes diante de tantas dificuldades. A inspiração presente em muitas crônicas foi essencial para o fortalecimento dos movimentos sociais do campo no Médio Mearim, principalmente na década de 1980, quando o país passava pela reabertura política e pelos debates acerca da Constituinte, encorajando diversos movimentos sociais, com diferentes bandeiras a lutar pela retomada e conquista de direitos, como no caso da região de estudo, a implementação da Reforma Agrária.

O cenário fundiário encontrado no Médio Mearim na década de 1980, já era marcado por inúmeros conflitos, decorrentes do avanço paulatino de grandes propriedades, que no decorrer dos anos iam se instalando nas áreas antes ocupadas por posseiros, que diante de tal fato, se sentem acuados de diversas formas, como a ameaça constante à vida, ao seu trabalho e à sua morada.

Com a chegada de fazendeiros à região e o incentivo governamental à monocultura, o surgimento do agronegócio – ainda em pequena escala – e o crescimento da pecuária, tornam-se grandes problemas para os pequenos posseiros no interior do estado, afetando inúmeros povoados como Lago da Pedra, Lago do Junco, São Manoel, dentre muitos outros, todos atingidos pela violência no campo, como aponta Temme.

Notícias sobre São Manoel.

[...] Será que Deus tem prazer de ver São Manoel deserto? Será que Deus ainda tem gosto de olhar para o Maranhão se tiver só boi? Qual Pai que não chora vendo seus filhos vagando pelo mundo sem destino? Os moradores resolveram ficar. Pediram roça

mesmo sabendo que a terra ia dar muito trabalho, sendo toda empesteadada de capim.

A roça foi negada, mas o plano não mudou, pois o pão vem da terra. Foi o jeito entrar e entraram mesmo, para fazer leira e plantar feijão e mandioca. Quem é mais importante: o boi ou o homem? (TEMME, Adolfo. 29 de abril de 1986).

Na crônica observamos a constante comparação/reflexão entre o homem (posseiros) e o boi (que representa o capitalismo devastador que chegava através dos fazendeiros, principalmente por meio da atividade agropecuária), sobre quem merecia espaço e estava sendo injustiçado, sempre refletindo por meio da fé, reforçando a ideia de que Deus está olhando por eles e que mesmo diante das dificuldades (o capim e a negação da terra), deveriam resistir a tais práticas. Adolfo Temme relata ao longo da crônica, estratégias de resistência utilizadas pelo povo em São Manoel, que sofria com a violência de fazendeiros na região, ocupando grandes áreas destinadas aos rebanhos bovinos. A história descrita servia de inspiração e combustível para os posseiros que não enxergavam mais a possibilidade em reaver suas lavouras e em alguns casos, sua morada.

A Teologia da Libertação inspira inúmeros membros do clero por toda América Latina, como o Frei Adolfo Temme, que por meio de suas ações e da escrita, deixava explícita sua opção pelos pobres. As crônicas redigidas por meio de metáforas e passagens bíblicas, que buscam aproximar o evangelho de Jesus Cristo da realidade encontrada nos povoados do Médio Mearim.

Via Sacra do Pau Santo I

[...] Queriam separar os irmãos,

Queriam Jesus sem a defesa dos amigos.

Ofereceram cafezinho e boas palavras,

Mas ninguém quis as trinta moedas,

Ofereceram paz, para Jesus não sofrer tanto,

Queriam encurtar a cruz, mas Jesus falou:

Eu quero o Pau Santo inteiro

Em todo seu tamanho,
Pois cruz aleijada não salva ninguém.
[...] (TEMME, Adolfo. 11 de junho de 1985).

Na crônica, Temme se utiliza das metáforas como uma forma de mantê-los firmes na jornada. A cruz descrita por ele remete as dificuldades encontradas no caminho que os leva aos seus objetivos, que haveria momentos em que tentariam tirá-los de sua caminhada até a conquista de seus direitos. Ao longo da crônica podemos observar que a Via Sacra foi escrita com base nos desafios encontrados por todos do Pau Santo, que resistiam e lutavam pela recuperação da posse da terra, que se mantinham firmes mesmo diante de acordos, que no fim, todos sabiam que em nada beneficiariam os posseiros.

A ideia de encurtar a cruz seria o acordo de ceder um pedaço de terra menor do que de fato era o povoado de Pau Santo aos posseiros, afim de que aceitassem a oferta e o conflito chegasse ao fim, entretanto, o povo não aceitou a oferta, reivindicando a área anterior, mesmo que precisassem continuar sofrendo com os abusos por parte dos fazendeiros.

Neste momento, podemos observar o papel também de incentivador da união e da coragem, como forma de se chegar ao caminho de Deus e alcançar seus direitos ameaçados. Temme (1985), ao escrever “Na beira da estrada tem irmãos que convidam Jesus para jogar fora a cruz. Mas quem despreza o Pau Santo, quem não abraça o lenho sagrado, como é que espera salvar-se?”, questiona aqueles que abandonam a luta quando chegam às dificuldades, abrindo os olhos daqueles que largam a caminhada, mas que ainda assim desejam reaver sua propriedade, o que acaba por fragilizar a ação dos posseiros e membros do clero, envolvidos.

As metáforas são recorrentes em sua escrita, como forma de tornar mais lúdico o processo de conscientização que cresce no Médio Meirim. A Igreja Católica acaba se tornando a única instituição que se alinha aos anseios presenciados nos povoados da região, resultando em

uma grande participação, organização e influência sobre a vida de muitos posseiros, junto de CEB's, da CPT e da ACR.

Com a Igreja se tornando presente em muitos momentos da vida dos posseiros e também sendo alvo da violência existente, as crônicas passam a ser escritas de forma direta, com convocações que deixam claras as intenções e ações da Igreja no campo. Nos anos em que Adolfo Temme morou no Maranhão e atuou ao lado dos posseiros na luta pela terra no Médio Mearim, ele presenciou a violência em todas as suas formas, ora diretamente ligada aos membros da Igreja, ora contra a vida dos aqui residiam, como foi o caso de seu Manoel, morto no confronto com a polícia.

Pela Cruz se chega a Luz.

[...] Manoel não viu o fim desta luta, mas foi ele quem trouxe o fim. Ele foi a barreira viva que se jogou contra a fúria e a fez parar. Três dias depois, o Presidente da República encaminhou o processo de desapropriação e hoje em dia o Pau Santo é liberto.

[...] 2. Qual foi a ação do governo na questão da terra?

A terra era de todos e o governo passou para a mão de alguns.

Como podemos fazer para a terra ser novamente de todos?

3. Porque Manoel tombou? Que lição nos dá o seu martírio?

4. Que compromisso devemos assumir para sermos fieis ao seu sangue? (TEMME, Adolfo. 23 de novembro de 1985).

Temme, ainda se utilizando de metáforas para retratar as dificuldades encontradas no campo, escreve sobre a morte de Manoel, colocado no título como a Cruz, pois foi através da sua morte, que o povo do Pau Santo alcançou a liberdade de suas terras, alcançando a Luz. Entretanto, a morte de Manoel é lembrada por ele como símbolo de luta do povo, de resistência ao descaso do governo e aos abusos por parte de grandes proprietários, uma morte que gerou questionamentos e que agora deveria ser lembrada como a morte daquele que trouxe sossego, portanto não deveria ser em vão.

A grande maioria das crônicas são escritas pelo próprio Adolfo Temme, que busca inspirar o máximo de posseiros e membros do clero, a permanecer ou adentrar em lutas sociais ao lado dos mais pobres e marginalizados, como manda a doutrina da Teologia da Libertação. Além das palavras escritas por Temme, algumas crônicas apresentam relatos, notícias e palavras de incentivo vindas de outras localidades, dando apoio a aqueles que precisam.

Carta Vai Carta Vem.

Carta ao Centro da Pedreira

É e um caso triste ver os nossos irmãos mortos pelos pistoleiros e fazendeiros. Mas vamos adiante conquistar a terra prometida e vamos ver que Deus está com nós assim como ele falou: Eu estarei com vocês até o fim. Coragem para enfrentar a luta até o fim.

Maria Amélia Rodrigues. (TEMME, Adolfo. 06/1986).

As crônicas que recebem este nome *Carta Vai Carta Vem*, trazem em seu conteúdo na maioria das vezes, notícias de outras paróquias, de outros povoados, sempre abordando a luta por direitos em diferentes locais do estado ou do Brasil, com um forte viés religioso, ficando notória a presença desta doutrina nas crônicas aqui analisadas.

Como vimos ao longo deste trabalho, as crônicas aqui analisadas foram utilizadas como um grande e poderoso mecanismo de denúncia e de inspiração na luta pela terra no Médio Mearim, local onde a Igreja Católica, ou melhor, os membros do clero inspirados pela vertente da Teologia da Libertação, se tornaram agentes extremamente importantes no tocante ao apoio dado aos posseiros na luta pelo direito de permanecer em seu local de morada. Os casos de injustiça e a falta de amparo legal por parte do estado a população local, também eram noticiados, com o intuito de chamar atenção para a realidade vivenciada e por vezes conseguir algum apoio de outras regiões, além de promover por meio de suas entidades - CPT, CEB's e ACR-, um debate mais aprofundado sobre os planos de Reforma Agrária, luta de classes e demandas locais de

outra natureza, como a necessidade de escolas, atendimento médico e água de qualidade, deixando claro a preferência e o olhar social da Igreja diante das desigualdades encontradas no Médio Mearim.

Considerações finais

Ao longo deste artigo propusemos uma discussão acerca da situação fundiária encontrada no Médio Mearim - MA no decorrer da década de 1980, observando principalmente o papel desempenhado pela Igreja Católica diante dos casos de violência e a atuação da figura do Frei franciscano Adolfo Temme, inspirado pela Teologia da Libertação, como ponto central para esse debate. Para compreender o cenário encontrado no Médio Mearim, se fez necessário destacar determinados acontecimentos ocorridos anteriormente, como alguns dos fatores que contribuíram para a conformação dos conflitos no local de estudo.

Com o decreto do Estatuto da Terra em 1964, diversas regiões do país foram impactadas após a inserção da lógica mercadológica no campo, sob o discurso de desenvolvimento e modernização, elaborado também como uma saída apontada pelo governo Militar. O Estatuto da Terra foi criado e apontado pelos militares como uma possibilidade de sanar as necessidades e diminuir os conflitos do campo, entretanto, os efeitos observados foram contrários, visto que tal decreto acabou por contribuir com a manutenção das grandes propriedades improdutivas (latifúndios), além de não implementar a Reforma Agrária, sendo esta, uma das reivindicações oriundas do campo.

Ainda no que diz respeito à criação de leis que afetam as dinâmicas presentes no campo, não apenas no Médio Mearim, destacamos também os impactos ocasionados pela criação da Lei de Terras 2.979/69, popularmente conhecida como Lei Sarney de Terras, que passa a exigir da população campesina, a comprovação de títulos de terras. A criação e

implementação destas leis acabaram contribuindo para o aumento considerável da prática de grilagem e da violência por grandes fazendeiros e latifundiários, que observaram no Médio Mearim, um cenário propício para tais ações.

Como forma de melhor compreender o papel desempenhado pela figura central deste artigo, que é o Frei Adolfo Temme, tornou-se interessante também destacar o aparecimento e a ampla difusão da doutrina da Teologia da Libertação, que acabou orientando em muitos casos as ações praticadas por membros do clero católico na região de estudo. Como visto anteriormente, a Teologia da Libertação surge com mais clareza na segunda metade do século XX, após uma profunda autorreflexão desta instituição sobre sua atuação, seus interesses, seus valores enquanto cristãos, o que acaba despertando em muitos de seus seguidores/membros, um olhar mais crítico, atuante na sociedade e mais humano, optando preferencialmente pelos pobres, oprimidos e marginalizados.

O olhar da Igreja Católica no momento que observamos o surgimento desta doutrina se volta principalmente para os países de terceiro mundo, que sofriam com os impactos das grandes Guerras, com a desigualdade fruto do sistema capitalista, sendo o Brasil, um país extremamente desigual, marcado pela violência e pelas tensões políticas e sociais, despertando em muitos membros da Igreja Católica que aderiram a essa vertente mais progressista, um interesse em conscientizar essa parcela da população marginalizada através da fé, lutando por seus direitos.

Visto isso, é em meio a este cenário que destacamos a figura do Frei Adolfo Temme, que inspirado pela Teologia da Libertação e observando/vivenciando a realidade dos conflitos por terra no Médio Mearim, que ele passa a lutar ao lado de posseiros, nos conflitos pela terra. A região de estudo, ao longo da década de 1980 enfrentou um dos períodos mais violentos, marcados pelas ameaças de morte, destruição de casas, lavouras, sequestros dentre inúmeras formas de violência física e

psicológica por parte de grandes grileiros, fazendeiros, pistoleiros e por vezes, por parte do Estado.

É em meio a esta realidade que buscamos abordar a figura de Adolfo Temme e os impactos de suas crônicas, como narrador de conflitos. Adolfo Temme buscava relatar em tom de denúncia, utilizando da fé e narrativas ligadas ao religioso, as inúmeras arbitrariedades sofridas pela população local, como vimos ao longo do artigo, as crônicas traziam casos de conflitos de diferentes povoados, como Lago do Junco, Lago da Pedra, Aldeia, Pau Santo, dentre muitos outros, que eram alvos de pistoleiros e grileiros. Embora o enfoque maior do artigo tenha sido a figura do Frei franciscano Adolfo Temme, é interessante destacar que havia muitos membros do clero que lutavam ao lado dos posseiros, auxiliando na organização política, por meio das CEB's, da CPT, ACR e da AJULAV, como grupos ligados à igreja que tinham como foco, combater a violência do campo.

As crônicas abordadas ao longo do artigo, embora narrem os conflitos pela terra da região como forma de denúncia, ainda possuíam um pequeno alcance, comparados aos jornais que circulavam no estado, entretanto, elas eram vistas como uma forma de documentar, tornar público e encorajar a população a permanecer na luta. A presença da Igreja nos momentos de conflito, em muitos casos foi crucial para que os conflitos chegassem no seu pior estágio. Algumas crônicas relatam que pistoleiros, assim como a polícia, se viram intimidados de continuarem as agressões quando os membros da igreja estavam presentes. Desta maneira, tornou-se possível observar o papel de suma importância realizado por membros do clero inspirados pela Teologia da Libertação nos casos de conflito pela terra no Médio Mearim, contribuindo desta forma, para organização e permanência da população na luta pelo acesso à terra e garantia dos seus direitos. Por fim, destacamos que a igreja não deve ser vista como fundadora e única organizadora da luta pela terra na região, sendo esta, uma vontade manifestada por todos que dela faziam parte.

Referências

Crônicas

TEMME, Adolfo. **Convite para participar do aniversário de morte do companheiro Ferreirinha, morto no dia 11 de agosto de 85.**

_____. **Carta vai vem.** São Manoel, 25 de setembro de 86.

_____. **Notícias de São Manoel.** São Manoel, 29 de abril de 1986.

_____. **Fraternidade sim – violência não.** Programa da AVE MARIA na rádio JAINARA. Bacabal, 25 de fevereiro de 1983.

_____. **Via sacra de Pau Santo.** Pau Santo, 11 de maio de 1985.

_____. **2ª Romaria da Terra.** Bacabal, 12 de setembro de 1987.

_____. **A chacina do povoado Aldeia.** Bacabal, 15 de fevereiro de 1988.

_____. **Um grito do fundo do poço.** Lago da Pedra, 10 de outubro de 1989.

_____. **Carta vai carta vem.** Lago da Pedra, 04 de outubro de 1987.

_____. **Abra a porta, povo, que já vem Jesus.** Lago da Pedra, 25 de outubro de 1985.

_____. **Pela cruz se chega à Luz.** 23 de novembro de 1986.

_____. **Carta vai carta vem.** Maio de 1986.

_____. **São Manoel - Rogai por nós.** São Manoel, 18 de agosto de 1986.

_____. **Desprovidos de qualquer amparo legal: Deus nos acuda.** São Manoel, 1986.

_____. **Notícias da Paróquia.** Julho de 1987.

_____. **Onde Pedro abre, ninguém pode fechar.** Lago Verde, 01 de

julho de 84.

_____. **Como é que vou anunciar a BOA NOVA?** 1987.

_____. **Notícias da Paróquia** – setembro e outubro de 87. outubro de 1987.

_____. **O dia do grande horror.** Pau Santo, 23 de novembro de 1985.

_____. **Pela cruz se chega à luz.** Pau Santo, 23 de novembro de 1985.

Bibliografia

BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p. 09 -87.

MENEZES NETO, Antonio Júlio. **A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo:** Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Caderno CRH, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-334, maio/ago, 2007.

NOVA, Luiz Vila. **Luiz Vila Nova:** memórias da vida e da luta de um militante. NPC, Rio de Janeiro, 1ª Ed., 2019.

SILVA, José Graziano da. **A Modernização dolorosa.** Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p.114-141.

TEMME, Adolfo. **Mala de couro** – diário de desobriga. OFM – Teresina, 2011.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NO SEMIÁRIDO EM PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO

Lucineide Barros Medeiros

Introdução

A partir de elementos de interface entre a Educação do Campo e a Educação Contextualizada no Semiárido, propomos uma reflexão sobre o desafio de construção de uma configuração alternativa ao processo de territorialização opressor, realizado historicamente no meio rural e na região semiárida, na qual a Educação está diretamente implicada.

Consideramos como ponto de partida que as duas propostas educacionais estão filiadas ao processo de educação libertadora, compreendida na acepção de Paulo Freire (2005, p. 45) como processo de luta dos oprimidos pela própria libertação, em que, segundo ele, a situação de opressão não existe e nem se transforma por acaso, exige, ao invés disso, a inserção crítica e a ação da pessoa oprimida na realidade opressora. É nesse processo que a pessoa oprimida ao libertar-se liberta também quem lhe oprime, promovendo, assim, a educação libertadora na sociedade.

Identificamos tal filiação tanto no processo de construção da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB, como nos princípios fundacionais da Educação do Campo, defendidos pela Articulação Por uma Educação do Campo. Reis (2010) destaca que a educação defendida pela RESAB,

se opõe a todo e qualquer processo pedagógico de descontextualização, que não respeita a condição de vida concreta das pessoas, que não respeita as condições materiais em que elas vivem, pois não é mais possível pensar a educação como algo distante, algo que está marcado pela descontextualização dos conhecimentos e dos saberes. (REIS, 2010, p. 120)

Faz, segundo o autor, a opção político-pedagógica por atuar em uma “perspectiva de educação insurgente”, compreendendo o contexto implicado em uma teia mais ampla de referências, fluxos, conexões e sentidos, que extrapolam o recorte espacial de um território local tendo em vista que os conhecimentos não são isoláveis e nem isolados na/da realidade.

Na mesma direção, Roseli Caldart (2004, p. 17) ao apresentar os “traços de identidade da Educação do Campo” afirma que,

Nossa proposta é pensar a proposta da Educação do Campo como um processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações [...] pensar a educação (política e pedagogicamente) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou trata-se de pensar a educação (que é um processo Universal) desde uma particularidade, ou seja, desde sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um dado tempo histórico. (CALDART, 2004, p. 17)

Afirma ainda que a Educação do Campo se constitui a partir da contradição de classe existentes no território, marcada pela incompatibili-

dade entre agricultura capitalista e a Educação do Campo. Neste contexto é necessário considerar que falar em Educação implica evidenciar um processo surgido na luta pela Reforma Agrária, contraposto às construções históricas que foram inscritas na política educacional brasileira com a designação de Educação Rural, cuja natureza é residual e assistencialista, marcada pela baixa qualidade e pela aceitação da hierarquia imposta pela lógica urbanocêntrica, donde vem a ideia que o meio rural não produz conhecimento. (CALDART, 2004)

Assim, a Educação do Campo busca a superação da Educação Rural e o faz por meio de uma construção que considera o real concreto existente, daí lida com a ideia de Educação no meio rural reconhecendo esse território como ponto de partida para a construção de outra educação em que os territórios camponeses e seus habitantes sejam protagonistas. Esse posicionamento exige enfrentamento ao modo de produção hegemônico de educação existente no Brasil, marcado por interesses e valores de mercado a definir conteúdos, tempos de ensino-aprendizagem, processos de formação de educadores, financiamento e principais objetivos a serem cumpridos com a formação.

Essa lógica condiciona tanto os desafios da Educação do Campo e da Educação Contextualizada no Semiárido, duas construções com suas marcas de singularidades mas que compartilham interfaces, dentre as quais destacamos as seguintes. A primeira: ambas representam alternativas contrapostas a determinados processos impostos; a segunda: as vítimas da opressão que as integram são também protagonistas na mudança pretendida; terceira: a realidade local é reivindicada em uma perspectiva de totalidade e quarta, se realizam na base material e territorial em que identificam os problemas que justificam as suas existências.

Dada a complexidade suscitada nos componentes apontados, pretendo, neste texto, enfatizar a última interface, procurando refletir a partir das categorias território e territorialização, sobre como se produzem e reproduzem historicamente o Campo e o Semiárido, na

perspectiva de identificar desafios educacionais comuns e atuais na construção pretendida.

Sobre a ideia de territorialização e suas dinâmicas

Milton Santos (2006) apresenta no contexto de sua concepção geral sobre território, o que classifica como território usado pelo humano, que admite múltiplas temporalidades (com)vivendo simultaneamente. É em um contexto desse tipo que a Educação do Campo e a Educação Contextualizada no Semiárido podem existir como realidades em construção, como processos instituintes de determinada novidade, frente à realidade que opõem.

Na definição de Santos (2006, p. 19) o território consiste em uma extensão apropriada e usada. Já o “sentido da palavra territorialidade como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence*”, traduz um sentimento de exclusividade e limite que ultrapassa a raça humana, regulado por determinados acordos de coexistência que se estendem ao conjunto dos seres vivos, implicando vivência e produção; desse modo, a territorialidade pressupõe compromisso com a organização da existência e a construção do futuro.

O processo de territorialização se realiza como ocupação dos espaços em diferentes escalas de tempos e de espaços, em face de interesses diversos e contraditórios, de lutas e incidências. Assim, tanto pode realizar-se em espaços historicamente instituídos, apropriados e controlados pelo poder hegemônico como através de processos instituintes do novo, requerendo para tanto a ação de sujeitos insurgentes em práticas, valores e sentidos.

A participação do Estado vem sendo marcante nesses processos, atuando principalmente na territorialização e reterritorialização de espaços instituídos e controlados, reorganizando os modos de funcionamento

desses territórios, assegurando a expansão de fronteiras, a inclusão de novos agentes, geralmente sob o manto de reformas e alterações nos marcos legais e normativos da educação, como a Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular, a Educação a Distância e outras.

O território como espaço construído, composto pelo sistema “natural” e pela ação de homens e mulheres ou, ainda, por elementos materiais e imateriais, conforme Milton Santos (1996, p. 51), tem sua construção intensificada, no processo histórico, com o progresso da técnica que se espacializa no território nacional segundo os interesses predominantes, fazendo com que determinados territórios sejam representados como modernos e prósperos e outros atrasados e desafortunados.

Por essa compreensão, o Campo e o Semiárido são muito mais do que lugares de habitação de pessoas ou receptáculos de atividades econômicas, pois como espaços vivos e vividos resultam de um processo de (re) territorialização definido, historicamente, de fora para dentro, com base em interesses que configuram a existência de determinada realidade.

Isto porque, conforme Fernandes e Molina (2004), o território se constitui como espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais, produzindo um processo de territorialização não somente geográfico, mas também teórico.

Assim, aprofundar a compreensão sobre o território teórico-prático da Educação Contextualizada no Semiárido e a Educação do Campo requer examinar o processo histórico onde se pode identificar a formação da política educacional brasileira atravessada por conflitos e contradições.

Setores Populares produzindo processos educacionais

Francisco Weffort (1981) ao apresentar, em linhas gerais o quadro em que se formou o movimento de alfabetização liderado por Paulo Freire a partir da década de 1950 destaca que tanto no Brasil como na América

Latina a ignorância e o atraso formaram tradicionalmente duas faces de uma mesma moeda. No contexto de analfabetismo exacerbado, segundo o autor, havia uma correlação, particularmente no campo, entre estagnação econômico-social e analfabetismo,

Mas os homens das elites, responsáveis diretos pela estagnação e pela falta de escolas, traduzem essa correlação numa linguagem equívoca e falsa. Criam uma imagem preconceituosa sobre os trabalhadores do campo e sobre os demais setores marginalizados do processo político (WEFFORT, 1981, p. 13).

Assim, a ignorância, associada à ausência de cultura formal, privilégio da classe oligárquica, asseguraram a inércia e a indolência necessárias ao estabelecimento de relações paternalistas e assistencialistas no meio popular, que se mantiveram mesmo após a desestruturação do regime oligárquico a partir de 1930, em razão, principalmente, de a economia continuar baseada na grande propriedade da terra e na exportação, assegurando, assim, o poder local e regional de grandes latifundiários.

Weffort destaca ainda que mesmo com a emergência política das classes populares urbanas, as rurais permaneceram “fora da história” e que apesar da aceleração no processo de urbanização e industrialização, até 1950 perto da metade da população se mantinha no campo em condições bastante precárias.

No ano de 1959 Paulo Freire escreveu sua Tese de concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco, posteriormente reproduzida na Obra Educação e Atualidade Brasileira, e já denunciava a falta de um sistema nacional de educação e o que chamou de centralismo envolvente do agir educativo, funcionando como posição política enraizada na matriz cultural brasileira (FREIRE, 2001).

Em suas palavras, “é do centro que se ditam as normas”, distanciadas das realidades locais e regionais em que devem se aplicar. Defende, diante disso, que a escola passe a ser uma instituição local feita sob me-

dida para a cultura regional, diversificada em relação a meios e recursos e una nos objetivos e aspirações comuns:

O enraizamento nas condições locais e regionais, sem esquecer os aspectos nacionais, é que possibilitará o seu trabalho de identificar seu educando com o seu tempo e o seu espaço. E isto porque a sua programação será a própria vida comunitária local, tanto quanto possível trazida para dentro da escola, como pesquisada e conhecida fora dela. (FREIRE, 2001, p. 84)

Esse processo histórico sofreu algumas alterações importantes entre o final da década de 1950 e meados de 1960, com o que Paulo Freire chamou de um tempo de trânsito, motivado pelo que mais tarde veio a ser conhecido como movimento de Educação Popular. Este, na compreensão de Freire ocorreu em um momento marcado pela “rachadura” nas forças que mantinham a “sociedade fechada” e em equilíbrio. Segundo ele, fortemente motivada pelas alterações econômicas advindas do processo de industrialização.

Contudo, deve-se destacar que esse processo não ocorreu homogeneamente. Freire assim o descreve: “parecia-nos sermos, uma sociedade abrindo-se”. No entanto, ressalta que tal abertura ocorreu de modo desigual, “com preponderância de abertura nos centros urbanos e de fechamento nos rurais” (FREIRE, 1981, p. 49).

Com o golpe militar de Estado, houve uma interrupção nesse processo que somente foi retomado por volta dos anos 1980, quando as forças populares comprometidas com a educação libertadora se rearticularam e logo nos anos 1990 em meio às reformas educacionais neoliberais, os movimentos sociais populares intensificaram as iniciativas voltadas para as suas especificidades. Nesse contexto ocorreu também o processo de articulação da Educação do Campo e da Educação Contextualizada no Semiárido.

Territorialização e desenvolvimento capitalista

A Educação do Campo e a Educação Contextualizada no Semiárido explicitam em suas existências um conflito social pertinente ao modo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro no qual se identifica por contraste que os grandes centros urbanos, a exemplo dos situados no eixo sul e sudeste, foram industrializados e dotados de estrutura básica, em escala totalmente diferenciada dos estados do Norte e Nordeste, configurando um quadro de territorialização dos recursos econômicos e culturais, extremamente desigual.

Segundo Milton Santos (2006, p. 21) um dos fatores que favorecem de realização da territorialização é a implantação de infraestrutura. Nesse sentido, no modo de desenvolvimento brasileiro a desigualdade na territorialização dos recursos promove outras escalas de desigualdades em Estados e municípios menos aquinhoados economicamente, basta comparar as zonas rural e urbana, as quais dependendo da localização geográfica, se mais ou menos favorável aos deslocamentos, acesso à água, energia, transporte, moradia e à produção, ocuparão diferentes lugares na escala de desenvolvimento.

As desigualdades socioeconômicas são verificáveis, de modo geral, no âmbito dos territórios do campo e da cidade, porém, de acordo com o 10º Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2006, enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 hectares ocupam 2,7% da soma de propriedades rurais, as grandes fazendas com mais de 1 mil hectares concentram 43% da área total, numa relação em que a concentração da propriedade gera conflitos gigantescos resultando em assassinatos, a grande maioria sem punição dos autores¹. No Censo seguinte, publicado em 2017, identificou-se a ampliação do número de estabelecimentos de até dez hectares, que passaram a

¹ Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/11/reparo-em-dado-do-ibge-nao-esconde-concentracao-de-terras/>. Acesso em 20 dez. 2021.

representar 50,2%, contudo, ocupando diminuiu o território ocupado, que passou a ser de apenas 2,3% da área total. Os estabelecimentos de mais de 1 mil hectares passaram a representar 47,5%².

Além disso, identificou-se a redução no número de estabelecimentos da agricultura familiar e crescimento do agronegócio (9,5% e 35%, respectivamente). Apesar de o maior número de estabelecimentos pertencer à agricultura familiar, a maior parte das terras é controlada pelo agronegócio. Os dados do Censo também evidenciaram aumento na concentração da renda; aumento do uso de agrotóxico; o avanço das fronteiras agrícolas em relação a áreas de preservação ambiental, terras indígenas e quilombolas.

Se focarmos a região semiárida, do estado do Piauí, por exemplo, que representa 50,1% da área do Estado³, segundo as informações de Mendes (2003, p. 157), essa região se manteve, ao longo do tempo, praticamente inalterada do ponto de vista de investimentos públicos, considerando que o Estado não desenvolveu uma política efetiva de aproveitamento dos recursos hídricos: “o governo do Estado não soube, ou não procurou habilitar-se tecnicamente para participar de vários programas especiais criados pelo governo federal nessa área”. Destaca ainda que,

O Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste (PROHIDRO), criado em 1979, teve atuação quase nula no Piauí, a julgar pelo fato de que o Estado dispunha de apenas 1,1% da capacidade de armazenamento em açudes e barragens construídos pelo DNOCS até 1990 (MENDES, 2003, p. 157).

No tocante à educação, a situação fica ainda mais grave: a taxa de analfabetismo no meio rural brasileiro no ano 2000 era 3 vezes superior à da população urbana: 28,7% e 9,5%, respectivamente. No Nordeste, o índice era de 40,7%,

2 Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/maior-concentracao-de-terras-revelada-pelo-censo-agropecuario-incentiva-desmatamento-e-conflitos/>. Acesso em 20 dez. 2022

3 MENDES, 2003, p. 43.

alcançando 49,2% no estado do Piauí⁴. Em 2000, dos 2.515.519 jovens de 15 a 17 anos residentes em zonas rurais, somente 66% frequentavam a escola e apenas 12% estavam no Ensino Médio (nível adequado à idade)⁵. Dados do mesmo ano indicaram que 21% das escolas de Ensino Fundamental, no meio rural, não possuíam energia elétrica; apenas 5,2% dispunham de biblioteca, e menos de 1% oferecia laboratório de ciência, informática e acesso à *Internet*.

Quando observamos as populações afro-descendentes o quadro é igualmente preocupante: Em 2001, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais, representava 18%; um percentual mais de duas vezes maior que o de pessoas não alfabetizadas consideradas brancos (8%). Na região Nordeste a taxa de pessoas não alfabetizadas e afrodescendentes era ainda maior: 26% em relação aos 19% considerados brancos. Entre a população de 25 a 44 anos de idade, no auge da expectativa de inserção produtiva, a média de anos de estudo entre afrodescendentes representou 5,8 anos, enquanto que entre a população considerada branca, nesta mesma faixa etária, chegou a 8,1.

No ano de 1950, 84% da população piauiense residia na zona rural; de cada 4 pessoas de 10 anos e mais de idade, três eram não alfabetizadas. Essa situação muito pouco foi alterada ao longo dos anos, de modo que em 1992 o Piauí chegou a ter o segundo maior índice de analfabetismo funcional e em 1999 passou para o último lugar (MENDES, 2003, p. 175; 302).

Dados de 2019⁶ informam que o estado do Piauí tem a segunda maior taxa de analfabetismo no país entre pessoas com 15 anos ou mais, re-

4 Fonte INEP - Mapa do Analfabetismo no Brasil, que traça um panorama da situação educacional de todos os municípios brasileiros. A publicação reúne indicadores produzidos em 2000, pelo IBGE, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo INEP. Disponível em <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news03_19.htm>. Acesso em 15 dez 2009.

5 Fonte IBGE/PNAD 200; disponível em <http://www.inep.gov.br/download/imprensa/Miolo_Seminario_Ed_Campo.pdf>.

6 Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/06/19/pi-tem-a-segunda-maior-taxa-de-analfabetismo-do-pais-de-pessoas-com-mais-de-15-anos-aponta-ibge.html>. Acesso em 20 dez. 2021.

presentando 16%, enquanto no Brasil a taxa era de 6%. Considerando o quadro geral em que se apresenta o meio rural brasileiro e piauiense, é possível afirmar a situação do meio rural é a mais grave.

Os dados apresentados evidenciam somente uma parte da dinâmica do processo de territorialização do meio rural, porque, vale salientar, esse processo se realiza em meio a um conjunto de pressões que levam à incidência governamental e não governamental no território. Porém, de acordo com Boaventura Santos, para que estas sejam efetivas devem, em seus modos de produção, permitir a emergências de sujeitos, experiências e valores ausentados hierarquicamente. De outro modo, tais ações servirão para reproduzir as desigualdades (SANTOS, 2007).

O território brasileiro inclui os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, a maior parte da Paraíba e Pernambuco, Sudeste do Piauí, Oeste de Alagoas e Sergipe, região central da Bahia e uma faixa que se estende em Minas Gerais, seguindo o Rio São Francisco, juntamente com um enclave no vale seco da região média do rio Jequitinhonha (BRASIL, 2005).

Na caracterização da região semiárida é comum ser destacada a escassez de recursos hídricos, pela irregularidade de chuvas, rios intermitentes e não caudalosos e as elevadas temperaturas, que favorecem a evaporação das águas. Essa situação contrasta com riquezas naturais, a exemplo de reservas de minerais não-metálicos, pedras preciosas. Essas riquezas minerais associadas às extensões de terra têm sido atrativo para a exploração mercantil degradadora do meio ambiente (ARAÚJO, 2011).

Assim como o meio rural vem sendo representado, de modo geral, como lugar do atraso, também a região semiárida, com sua aparência seca e cinzenta é considerada como pouco contribuinte ao processo de desenvolvimento territorial; contudo, observa-se, ao mesmo tempo, que esse tipo de representação é situada, pois, na lógica de desenvolvimento predominante no Brasil e no Piauí, a região semiárida e o meio rural são cada vez mais tomados como possibilidades de expansão de negócios e maximização de lucros. Neste sentido, a população residente também

se torna insumo para esses interesses, principalmente quando pode ser tomada como mão de obra de baixo valor agregado, situação fortemente vinculada aos baixos índices educacionais nestes territórios.

Educação do Campo e a Educação Contextualizada no Semiárido produzindo nova territorialização

A territorialização desigual do meio rural brasileiro e da região semiárida representa um conflito social que tende a se reproduzir. Este processo se modifica na medida em que ocorre uma inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora pois “quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se inserem nela criticamente” (FREIRE,2005, p. 44).

É a partir dessa compreensão que afirmamos a Educação do Campo e a Educação Contextualizada no Semiárido e os sujeitos coletivos que as promovem, como potências no processo de transformação dos territórios camponeses.

Segundo Martins (2004, p. 113), em 1997 teve início na Bahia, no município de Curaçá, uma experiência que contribuiu no processo de organização da RESAB. Esta foi protagonizada pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA, que com base em seu trabalho de Educação não escolar com pequenos agricultores e lavradores, conseguiu apoio do UNICEF, para realizar a experiência em espaços educacionais formais, envolvendo a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, através do Departamento de Ciências Humanas do Campus III de Juazeiro e a Prefeitura Municipal de Curaçá.

Em 1998 foi realizado, em Juazeiro (BA) um Simpósio intitulado “Escola e Convivência com a Seca” e em 2000 o I Seminário Regional de Educação no Contexto do Semiárido Brasileiro que, segundo Oliveira

(2010, p. 230), impulsionou a construção da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro – RESAB que consiste em um espaço de reunião e integração de educadores e educadoras de organizações governamentais e não governamentais que atuam na região semiárida brasileira, para fins de articulação política regional da sociedade civil organizada em torno de questões de natureza educacional (OLIVEIRA, 2010, p. 229).

A Rede é composta pelos estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe e Piauí e comporta um Grupo Executivo e grupos executivos nos estados, além de grupos gestores e grupos formadores.

Nesse processo de atuação a RESAB tem influenciado na elaboração e implementação da educação na região semiárida em que atua, na perspectiva de construir conhecimento fundamentado em eixos presentes no cotidiano dos envolvidos no processo de aprendizagem e ensino, tanto no campo quanto na cidade, ou seja, uma educação voltada para o contexto em que está inserida (OLIVEIRA, 2010, p. 230).

Além da participação em fóruns nacionais de planejamento da política educacional, produção de materiais didáticos e informativos a RESAB vem incentivando a produção acadêmica sobre a Educação no Semiárido, bem como a realização de cursos de pós-graduação, em nível de especialização, dentre outras iniciativas junto às experiências de diversos projetos realizados na região.

Quanto à Educação do Campo, tem como um dos seus marcos formais de início, a realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - ENERA, realizado em julho de 1997, no *campus* da UnB, promovido pelo MST, numa parceria entre UnB, UNICEF e CNBB.

Em julho de 1998 realizou-se a 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, antecedida do processo de organização e dis-

cussão nos estados e regiões. No ano de 2004 ocorreu a 2ª Conferência e em 2001, quando foram aprovadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução 01/2002 do Conselho Nacional de Educação). No mesmo ano foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com o objetivo de promover ações de Educação do Campo, desde a alfabetização até a pós-graduação.

Nesse processo organizativo, a Educação do Campo contou com o protagonismo importante da “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”, que inicialmente foi formada pelo MST, CONTAG, União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil – UNEFAB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Universidade de Brasília – UnB, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, e um pouco depois também pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME. Já o PRONERA tem a sua Comissão Pedagógica Nacional composta pela Comissão Nacional do Programa, universidades, movimentos sociais, MEC e Ministério do Trabalho e Emprego. (Ver Manual do PRONERA, 2004).

Segundo consta na publicação nº 7 da Coleção “Por uma Educação do Campo”, ao completar pouco mais de dez anos o PRONERA alfabetizou, escolarizou, capacitou e graduou cerca de 500 mil jovens e adultos, sempre em parceria, envolvendo mais de 60 universidades públicas federais e estaduais, escolas técnicas, escolas-família agrícola e secretarias estaduais e municipais de educação (SANTOS, 2008, p. 12)⁷.

Nesse quadro explicativo sucinto sobre as duas organizações destacamos que o protagonismo da RESAB e da Articulação Por uma Educação do Campo informam um momento diferenciado no processo de terri-

⁷ Dados constantes na apresentação da publicação n.º 7 da Coleção “Por uma Educação do Campo”, feita pelo presidente do INCRA, Rolf Hackbart.

torialização do Campo e da região semiárida brasileira alterando um cenário que historicamente vem sendo condicionado ao atraso, apesar de importantes lutas populares de enfrentamento a essa realidade.

Sobre Desafios

Com base no processo histórico podemos confirmar a afirmação de Milton Santos sobre a natureza mutável dos territórios pelos processos de territorialização e, além disso, o momento atual comunica também a possibilidade de “convivência” simultânea de múltiplos processos de territorialização, tendo em vista que conquistas como as da Educação do Campo e da Educação Contextualizada no Semiárido são permanentemente tensionadas por forças antimudanças.

A “participação” dos processos educacionais, sob a responsabilidade dos movimentos sociais e articulações da sociedade civil no meio rural implica a participação efetiva do Estado tanto na promoção da Educação como na realização de outras políticas públicas: de recursos hídricos, de crédito, alimentação, que estejam sintonizadas com as demandas suscitadas no processo de elevação da escolaridade e a necessidade de inserção das pessoas em formação nas dinâmicas criadas pela própria lógica de reprodução dominante.

Nesse contexto é a constância do movimento em torno da construção de uma territorialidade marcada pelo direito que se torna capaz de assegurar avanços sucessivos de mudança, impedindo que os domínios do capital reterritorializem para si essas conquistas.

Outro desafio consiste em avançar assegurando nos processos educacionais a análise crítica e autoral como orientadora sobre o que ensinar e aprender, assegurando que o movimento do território também componha o movimento do ensino-aprendizagem, tornando-os significativos para os fazeres necessários e permitindo, ao mesmo tempo, a superação das ausências históricas.

Assim, a realização da Educação do Campo e da Educação Contextualizada a partir da superação da lógica do atraso é desafio central que implica em identificar como e onde esse atraso é cronometrado, tendo como ponto de partida a materialidade do território no contexto histórico. A partir dela pode-se enxergar outras temporalidades, algumas dessas comunicadas como adiantadas porque baseada em uma racionalidade que calcula o ritmo dos territórios segundo os padrões de produtividade e progresso econômico para, a partir daí, estabelecer as importâncias em escala hierárquica que localiza o meio rural em permanente desvantagem. Essa mesma racionalidade é utilizada para opor centro e periferia, rural e urbano, região árida e úmida, cidade e campo, reproduzindo uma territorialização opressora.

Esses desafios devem ser enfrentados na relação entre territorialidade opressora e territorialidade libertadora; esse embate exige não perder de vista que são duas dimensões, em coexistência, de um mesmo processo, daí a necessidade de assegurar o conflito que desestabiliza estruturas sedimentadas.

Referências

ARAÚJO, Murilo Santos de. A região semiárida do Nordeste do Brasil: questões ambientais e possibilidades de uso sustentável dos recursos. **Rios Eletrônica-Revista Científica da FASETE**. Ano 5 n. 5 dezembro de 2011, p. 89-98.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do Semiárido brasileiro**. Brasília, DF, 2005. 32 p.

CALDART, Roseli. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, Monica Castagna e JESUS, Sonia Meire Santos de Azevedo (orgs). **Por uma Educação do**

Campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo n. 5, 2 ed. Brasília: UNICEF, UnB, UNESCO, MST, CNBB, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. 2 ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

_____. **Educação e mudança**. 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Educação como prática de liberdade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 44 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONÇALVES, Porto; WALTER, Carlos. **A geograficidade do social:** uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2003.

KRUSTER, Angela; MATTOS, Beatriz. **Educação no contexto do semiárido brasileiro**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

LIMA, Iracilda Maria de Moura Fé. Definição atual do ambiente semiárido piauiense. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308697355_DEFINICAO_ATUAL_DO_AMBIENTE_SEMIARIDO_PIAUIENSE. Acesso em 20 dez. 2021.

MARTINS, Josemar da Silva (Pinzoh). Educação no Brasil e a proposta de Educação Contextualizada. In: Küster, Angela; MATTOS, Beatriz Helena Oliveira de Mello. (orgs). Educação no contexto do semi-árido brasileiro. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004, 214p.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

OLIVEIRA, Adelson Dias de. Rede de educação do semiárido brasi-

leiro: contexto e organização. In SILVA, Conceição de Maria de Sousa e; LIMA, Elmo de Souza; CANTALICE, Maria Luíza de; ALENCAR, Maria Tereza de; SILVA, Waldirene Alves Lopes da. (Orgs). **Semiárido Piauiense: Educação e Contexto**. Campina Grande: INSA. 2010.

REIS, Edmerson dos Santos. Educação para a convivência com o semiárido: desafios e possibilidades. In SILVA, Conceição de Maria de Sousa e; LIMA, Elmo de Souza; CANTALICE, Maria Luíza de; ALENCAR, Maria Tereza de; SILVA, Waldirene Alves Lopes da. (Orgs). **Semiárido Piauiense: Educação e Contexto**. Campina Grande: INSA. 2010.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Campo – Políticas Públicas – Educação**. Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Por uma educação básica do campo. Coleção “Por uma Educação Básica do Campo”, n. 7. Brasília: INCRA, MDA, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS. Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**, território e sociedade no século XXI. 9 ed. Rio de Janeiro, Record, 2006.

SILVA, Conceição de Maria de Sousa e; LIMA, Elmo de Souza; CANTALICE, Maria Luíza de; ALENCAR, Maria Tereza de; SILVA, Waldirene Alves Lopes da. (Orgs). **Semiárido Piauiense: Educação e Contexto** Campina Grande: INSA. 2010.

WEFFORT, Francisco C. **Educação e política**, reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. In FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

A EXPERIÊNCIA DA IDENTIDADE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO PIAUÍ: a Serra do Inácio e o projeto Vozes do Quilombo (2019-2022)

Gustavo de Andrade Durão

Karla Araújo de Andrade Leite

Introdução

Entre os dias 5 e 12 de novembro de 2018, estive no Brasil a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)¹, após 23 anos da sua primeira visita ao país. Naquele ano, o Brasil submergia na incapacidade de abordar as suas dívidas históricas com a cidadania, aflorando o despudor em adotar decisões pautadas pela discriminação racial e social. Era o ano dos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, da morte dos defensores de Direitos Humanos, e da destacada resistência à inclusão da população marginalizada nas decisões políticas.

A delegação da CIDH esteve em reuniões com várias instituições que tem por missão a promoção e defesa dos direitos humanos, e ainda com representantes e organizações da sociedade civil e dos movimentos so-

ciais. O relatório fruto da visita da Comissão foi publicado em 2021, evidenciando a exclusão social, a falta de acesso à justiça, o preconceito étnico-racial e a fragilidade de políticas públicas como principais obstáculos para o acesso aos direitos de alguns grupos. A população quilombola chamada no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) de povos afrodescendentes tradicionais ou tribais recebeu uma atenção especial, sobretudo quanto à proteção da propriedade coletiva da terra e da autodeterminação. A negação da identidade quilombola que tem raízes profundas na discriminação racial estruturante foi apontada como fator de vulnerabilidade para as comunidades, acarretando violações sistêmicas aos direitos sociais, econômicos e culturais, contrariando assim o estabelecido no artigo 26 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.²

Por outro lado, a Comissão reconheceu alguns avanços do Estado no seu papel de mitigador dos nefastos efeitos do racismo e da discriminação social, destacando a ampliação e autonomia das defensorias públicas, o surgimento das procuradorias e de delegacias e varas judiciais especializadas em diferentes temáticas de direitos humanos, além da adoção de políticas de ação afirmativa, consubstanciadas em cotas étnico-raciais.

É neste contexto que se estudou as ações de promoção de direitos humanos realizadas junto a comunidades da zona rural do Piauí, especificamente na Serra do Inácio, localizada em espaço territorial fronteiriço dos estados do Piauí e Pernambuco. Na área piauiense a serra atravessa os municípios de Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí e Paulistana, enquanto no estado de Pernambuco desdobra-se pelos municípios de

2 Artigo 26. Desenvolvimento progressivo. Os Estados partes comprometem-se a adotar providências, tanto no âmbito interno como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados.

Araripina, Ouricuri e Santa Filomena. Por meio de apontamentos no que diz respeito à ausência de identidade e de consciência racial da população daquela serra é possível analisar a “subalternidade desses sujeitos”, condição favorecida pela dificuldade dos moradores de identificar se residem neste ou naquele estado, neste ou naquele município, contribuindo para o desenho de uma crise de identidade política (MIGNOLO, 2008), e para um cenário de ausência do poder público.

O Piauí é o terceiro estado em extensão territorial da região Nordeste, tem cerca de três milhões de habitantes e é também o terceiro estado com pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas (IBGE, 2019), tendo sido um dos últimos a ser colonizado (GOMES, 2019). Embora sofra com os paradigmas coloniais (replicados nacionalmente) possui riquezas naturais extraordinárias, assim como um destacado potencial de geração de energia solar e eólica, o que vem sendo explorado por empresas à revelia do entendimento da população diretamente afetada. Apesar dos propagados benefícios da obtenção de energias renováveis, a instalação da usina eólica gerou impactos negativos e poucos divulgados, entre eles está a perda da qualidade de vida da população afetada. Diante da distância entre as proteções de direitos humanos normatizadas e a realidade vivida pela comunidade da Serra do Inácio, é importante questionar se a ausência de uma identidade política contribuiu para a manutenção de uma realidade colonizadora, e como as instituições que têm por obrigação a promoção dos direitos humanos podem contribuir para a construção desta identidade.

O objetivo deste artigo é apresentar respostas para estes questionamentos, dividindo a escrita em quatro tópicos. A primeira seção traz considerações relevantes acerca da consciência racial como fortalecimento de um grupo. Na seção seguinte, o texto faz uso de conceitos da sociologia e da história acerca do colonialismo e do racismo para levar à compreensão de que os moradores da Serra do Inácio não construíram uma identidade política. No terceiro tópico descreve-se a população da Serra do Inácio

que vem sendo excluída das decisões políticas e afetada pelas concessões que privilegiam as empresas que exploram o potencial eólico do estado, bem como descreve o projeto Vozes dos Quilombos da Defensoria Pública do Piauí, o qual realiza ações locais de promoção de direitos e de educação em direitos quilombolas. Na última seção, o artigo apresenta suas conclusões relacionando a via da educação em direitos para construção de uma identidade política capaz de vencer opressões sociais.

Em termos metodológicos, trata-se de um texto com referências teóricas interdisciplinares entre o Direito, a História e as Ciências Sociais: com ênfase no “giro histórico” para pensar o caminho para que uma comunidade subalternizada passe da condição de oprimida pelas decisões coloniais para a de coletivo de sujeitos que lutam por direitos. Parte-se ainda de estudo realizado pela Comissão Pastoral da Terra-CPT, traçando o perfil social e econômico das comunidades da Serra do Inácio e das visitas realizadas pela Defensoria Pública do Piauí as quais alimentaram os dados objetivos do presente capítulo.

Acerca da consciência racial

A História carrega uma forte responsabilidade em representar a herança das elites e do nacional em detrimento dos valores populares e mais abrangentes da nossa sociedade. A nossa identidade étnica e os debates raciais foram durante muito tempo negligenciados. Passamos pelo estigma da escravidão carregando a triste marca de sermos um dos últimos países a abolir tal sistema. Ele foi um dos mais difíceis de suplantar-se visto que o trabalho forçado mantinha as “condições análogas à escravidão” nas fazendas remanescentes dos séculos XIX e XX (JR GATES, 2014, p. 39).

Aliado a isso, somente nas décadas de 1980 e 1990 a historiografia tirava a figura do escravo daquele papel de subalternidade e de vítima

constante diante das violências do sistema escravista. O surgimento do conceito de resistência (THORNTON, 2004, p. 355-6) ressignificou a *marronage* na América Hispânica e valorizou as organizações quilombolas como um dos métodos mais eficazes para dismantelar a exploração da mão de obra escrava dos séculos XVII e XVIII.³

Como nós sabemos, a nossa História não rompeu com o sistema colonial que só se reinventou para continuar com as mesmas estruturas de exploração do tempo das colônias. Isso foi amplamente debatido e apontado por nomes como Gilberto Freyre e Oliveira Viana demonstrando até mesmo uma transição “açucarada” do sistema escravista para o capitalismo mundial. De acordo com Abdias do Nascimento (2017, p.79): “Em 1888, se repetiria o mesmo ato ‘liberador’ que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos ‘africanos livres.’”

A proibição do tráfico e a abolição da escravidão foram medidas criadas para um projeto de modernização que não iria gerar grandes mudanças nas estruturas tirando somente o nome da monarquia e substituindo pelo ideal republicano. As elites agrárias só passaram a dividir o seu poder com a indústria que crescia e o controle do trabalho desses “africanos livres” se perpetuava em função do acúmulo do capital (SANTOS, 2012, p. 107).

A dinâmica de exploração dos corpos negros foi expressa em três momentos: O primeiro se deu pelo controle do trabalho exposto no tráfico e na implementação do sistema escravista nas Américas, quando esses indivíduos eram tidos como coisa ou moeda de troca do século XV ao XIX. O segundo momento foi quando no final do século XVIII lhes negaram a pena da escrita esses negros foram tidos como “seres-captura-

3 O africanista John Thornton define a *marronage* como um dos primeiros movimentos de resistência à escravização dos povos e define esses movimentos como basilares para o que veio a ser o Quilombo dos Palmares.

dos-pelos-outros” começaram a reivindicar a sua linguagem e identificação enquanto sujeitos. Após o intervalo de algumas décadas o negro se revoltava da sua condição de escravo, luta pela sua independência tal como ocorrido no Haiti em 1804, demanda a abolição do tráfico negreiro, reivindica os movimentos de descolonização e de igualdade de direitos nos Estados Unidos, até culminar com a denúncia dos horrores do *Apartheid*. A “questão negra” começava a ficar mais em evidência com o passar dos séculos. O terceiro momento se iniciou no final do século XX com a globalização dos mercados, privatização do mundo sob a “égide do neoliberalismo e do intrincado crescimento da economia financeira.” E, como a exploração nunca cessa, agora o povo negro passa pela flexibilização das regras de trabalho e do avanço do complexo pós-imperial aparelhado por tecnologias digitais responsáveis por apagar ainda mais os sujeitos (MBEMBE, 2017, p.12-3).

Tal como aponta o pensador negro Abdias do Nascimento, o nosso desejo sempre foi tal como Rui Barbosa, incinerar todos os documentos referentes à escravidão, pois, tanto o tráfico quanto a escravidão precisam ser apagados, por representarem uma “mancha negra” da história do Brasil (NASCIMENTO, 2017, p. 93). O debate em torno da discriminação racial em breve será proibido novamente, pois ele desfaz a nossa tradição de sermos uma democracia racial, tal qual preconizou Gilberto Freyre. Grande parte do senso comum se orgulha de nossa “harmonia racial” e de mantermos nosso multiculturalismo, para além das políticas do embranquecimento promovidas durante a Primeira República no Brasil. Assim, nos tempos atuais temos uma definição importante de Achille Mbembe (2017, p.19): “Humilhado e profundamente desonrado, o negro é, na ordem da modernidade o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa e o espírito, em mercadoria – a cripta viva do capital.”

Esse “genocídio do negro brasileiro” acontece quando silenciemos ao debate, quando não questionamos as deficiências nos sistemas institucio-

nais e, sobretudo, quando não vemos o racismo extremamente presente ainda em vários ramos de nossa sociedade. Parte dessa estratégia está constituída na inexistência de políticas públicas junto a essas populações mais vulneráveis e a permissividade em relação às empresas de exploração dos territórios também contribui para aumentar esses problemas.

O termo racismo surgiu com força quando no início do século XX, houve a perseguição em relação aos judeus. Claro que ele é mais antigo do que se imagina, mas enquanto conceito e exclusão de uma “raça” em detrimento de outra foi nesse período que ele se consolidou. Para compreender um pouco das nossas dificuldades em entender o racismo, geralmente se faz a comparação com o racismo norte-americano. Ou seja, até meados da década de 1960, os negros (*colored*) nos Estados Unidos eram obrigados a sentar em bancos especiais e havia uma separação muito nítida dos locais legais destinados aos brancos e aos negros.⁴

No Brasil isso não aconteceu de forma tão explícita, e não houve uma identificação coletiva de luta em oposição à segregação. Quando houve, ela foi bem mais difícil de ser atingida, como veremos adiante. Desse modo, a maior dificuldade foi combater a separação e o racismo quando ele era renegado a todo o momento por nossa sociedade. Pode-se dizer que a questão identitária demorou a entrar na pauta dos movimentos sociais no nosso país.

Importante abordarmos brevemente como o racismo atua nesse vetor que une exclusão da cidadania e interesses de capitais estrangeiros nes-

4 O discurso científico buscou elucidar o porquê de algumas “raças” terem mais ou menos aptidão para se enquadrar nos moldes da civilização moderna. O famoso ensaio do Conde Arthur de Gobineau (1855) colocou em evidência uma certa tendência de alguns povos a se degenerarem, com isso, as teorias eugenistas de final do século XIX e início do XX foram situando a inteligência, beleza e desenvolvimento dos seus caracteres culturais mais próximos ao branco, sendo os negros (descendentes de africanos) os menos capacitados para a evolução social. A isso chamou-se darwinismo social, segundo o qual a miscigenação era a saída para o advento do progresso e da evolução das sociedades dentre as quais o elemento racial negro seria o mais pernicioso (MUNANGA, 2006, p.47-49). Essas noções “pseudocientíficas” foram usadas para legitimar o racismo, chegando a fomentar a ideologia da raça ariana de Adolf Hitler.

sas regiões de população quilombola. Mas afinal qual seria a definição de Racismo? Segundo Pierre-André Taguieff (1997, p.55):

A refutação científica do racismo teria, portanto, lugar. Mas definir de maneira tão restrita o racismo, é deixar de entender que a luta contra o racismo deve permanecer confinada à denúncia de sobrevivências ou ressurgências. Ao apagamento de simples vestígios do passado.

De certo modo, precisamos ter a coragem de nomear o quanto a inexistência de políticas públicas e a estratégia de abandono desses grupos sociais demonstram o racismo da nossa sociedade que trabalha para o “apagamento” de “vestígios do passado”.

Acerca da discussão sobre o racismo no Brasil, utilizando como referência os entendimentos do professor Silvio de Almeida em seu livro “Racismo Estrutural”. O autor classifica três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. O primeiro se relaciona com a subjetividade, o segundo entre o racismo e Estado e o terceiro entre racismo e economia (ALMEIDA, 2019, p.35). Suas explicações nos levam à compressão de que o racismo institucional é aquele que faz parte das instituições, e não apenas de grupos ou indivíduos racistas. Ademais, o racismo institucional está pautado na discriminação baseado na raça, que serve para manter a hegemonia de um determinado grupo no poder, citando como exemplo disso: “o domínio de homens brancos em instituições públicas- o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitores de universidades etc...” e nas instituições privadas- diretores de empresas.

Quanto ao racismo estrutural, o autor defende que “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2019, p.47). E, na sequência, resume: “as instituições são racistas porque a sociedade é racista”. Por fim: “do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as con-

dições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2019, p.34).

O racismo também nutre as sociedades nos seus preceitos políticos-ideológicos, ou seja, hoje, nos Estados Unidos, falar de racismo é se alinhar às ideias de esquerda, e essa foi uma dificuldade encontrada por militantes na época da luta dos direitos no país. Certamente, essa noção está ligada ao etnocentrismo, à xenofobia e às relações de poder que constroem as identidades.

“Se reduzirmos demasiado a definição de racismo, corremos o risco de não prestar atenção nem às suas metamorfoses ideológicas, nem à diversidade dos seus novos contextos sociopolíticos” (TAGUIEFF, 1997, p.10). Dada à complexidade da compreensão do racismo podemos ver na compreensão do quanto a “consciência racial” é um caminho complexo tanto quanto importante para se percorrer tendo em vista os valores metafísicos da raça (APPIAH, 1997).

Em linhas gerais o debate sobre o racismo ganha perspectiva ideológica, o que torna a discussão mais complexa. Assim, a relação entre a consciência racial e a identidade negra também é algo bastante importante de ser relacionado e por isso, vamos interpretar um pouco do primeiro impulso de identificação dessa identidade racial ou étnica para usarmos o termo mais próximo da Antropologia. A partir da década de 1950, a América Latina ganha o desenvolvimento do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) fortalecendo a representação mais centrada ao sul e contendo uma proposta de crescimento e esperança para as “nações em desenvolvimento.”

A movimentação da consciência negra desestabilizou as estruturas do racismo e, além de incentivar no debate acerca do “ser negro”, pôde questionar diversas estruturas da sociedade brasileira. Se por um lado a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) e a militância de intelectuais como Lélia Gonzales e Abdias do Nascimento quebraram o

silêncio e começaram a denunciar o racismo nos anos de chumbo, por outro lado, parte do movimento negro ressurgente também trabalhou para desfazer o “mito da harmonia racial” no campo acadêmico. A compreensão de alguns dos problemas ocasionados pelo racismo em nosso país foi escamoteada em detrimento de uma manutenção da ordem pautada na justificativa da união das três raças (SANTOS, 2012, p. 120).

Para não nos estendermos demais é importante lembrar o quanto a mídia e grande parte do senso comum ainda coaduna da ideia de uma sociedade em que todos se aceitam e se respeitam para além da questão da cor da sua pele. A fala do rapper MV Bill sintetiza muito bem essa questão. Sobre a democracia racial:

[...] qualquer pessoa nota que isso é uma mentira quando vê a cor das pessoas que moram nas favelas, a cor das pessoas que estão nas cadeias, a cor das pessoas que cometem crimes para sobreviver. As pessoas vão lhe dizer que nosso problema aqui no Brasil é econômico ou social, que é tudo menos racial... nunca é racial. Mas é.” (GATES JR, 2014, p.81).

Assim, a consciência racial e o racismo se relacionam quando compreendemos o quanto ainda é necessário retomar essa temática, aceitando nossos limites de atuação e as necessidades de superação. Para as comunidades remanescentes quilombolas, na maioria das vezes, isso vem com um peso muito maior porque não chegam os serviços básicos como luz, água e hospitais, muito menos a educação. Sem a estrutura educacional adequada torna-se cada vez mais distante se alcançar o sentido de cidadania e ainda mais de se garantir os direitos de manutenção de suas tradições sociais e familiares.

Ações afirmativas na construção da identidade Quilombola

O estudioso do movimento negro brasileiro Michael Hanchard faz um minucioso estudo da formação da consciência nacional do negro brasileiro e, com isso, defende que há vários níveis de identificação dessa consciência. O negro no Brasil é o escuro, o moreninho, e diversas outras denominações capazes de escamotear as definições dessa identidade (HANCHARD, 2001 p. 98). Já vimos que essa identidade é geralmente constituída pelo outro, pois eu só aceito a identidade que o meu “próximo” me impõe. E geralmente essa definição ocorre no sentido de pagar seus atributos positivos para que ele possa se sobrepujar.

Uma das maiores dificuldades dentro do movimento negro, segundo Hanchard (2001) foi encontrar identificação, consciência e solidariedade racial em comum. “Sua existência também demonstra, de um outro modo, as complexidades da filiação racial no Brasil, a aliança de pessoas, dentro desse movimento, que seriam consideradas membros de categorias distintas de cor – mulatos e negros” (HANCHARD, 2001, p.99).⁵

Atualmente, as ações afirmativas também trabalhariam esse sentido de pertencimento racial coletivo, ressignificando o papel do negro na sociedade. Ficaria para o campo da educação o trabalho não só de trazer o debate acerca do racismo (e da consciência racial), mas de devolver no afrodescendente a relevância do seu papel de protagonismo no processo de construção nacional (GATES JR, 2014, p.89).

Acreditou-se durante muito tempo que o Estado teria a função de auxiliar na promoção da justiça e igualdade social dos países. Na França, tal como no Brasil, se preocupou com a recepção dos cidadãos (mesmo os imigrantes) buscando promover igualdade de condições a todos. En-

⁵ De modo mais simples a identidade negra brasileira esbarrou em dificuldades de caracterização política, em que esquerda e direita poderiam ter maior peso do que o tom da cor da pele.

tretanto, apesar do poder público hoje já ter um formato voltado para a assistência das políticas públicas voltadas ao bem-estar social, os contextos econômicos não nos permitem a expansão de muitos desses programas (tal como veremos adiante na Serra do Inácio).

A discriminação é escandalosa porque se constitui numa *negação do direito, os direitos inscritos na constituição e em princípio substâncias ao exercício da cidadania*. [...] A igualdade dos cidadãos diante da lei não é uma palavra vazia, já que ela é a condição de entrada na modernidade democrática e fixa dos contornos de uma sociedade na qual os indivíduos podem ser eles mesmos responsáveis pelo próprio destino (CASTEL, 2008, p.12, grifos nossos).

A citação exalta a preocupação francesa com o ideal de democracia e com as políticas públicas, buscando implementar melhores condições a todos. Hoje o mundo todo se volta para assistência das populações “sensíveis”, procurando tomar medidas que incluam imigrantes, menos favorecidos na sua renda, deficientes e outros grupos minoritários. Contudo, o governo brasileiro parece caminhar na contramão dessas medidas.

No Brasil até o início dos anos 2000 apenas 1% dos professores universitários eram negros e 35% dos trabalhadores negros ganhavam menos do que os brancos, e esses dados demonstraram uma dura realidade. As ações afirmativas nos Estados Unidos colocaram o primeiro presidente negro no poder e no Brasil ainda há um longo caminho pela frente, porque essas medidas trazem um descontentamento de grande parte da população. “Assim, o papel da universidade pública consiste em educar todos os setores da sociedade. [...] A universidade pública não existe para servir à elite (GATES JR, 2014, p. 88).”

Os debates sobre as cotas são bastante extensos e ainda precisam circular, mas a consciência racial aliada ao mito da democracia racial ainda são os maiores entraves para avanços nesse sentido. Um balanço mais aprofundado poderia mostrar a inclusão do negro no espaço acadêmi-

co, mas ainda há avanços a se fazer na luta contra o esquecimento dessa identidade negra em amplos aspectos.⁶ Destarte, ainda há muito que se fazer e as reflexões sobre o pertencimento racial ainda são urgentes nos espaços acadêmicos e fora dele. “Talvez Abdias do Nascimento tivesse razão ao dizer que faz décadas que os afro-brasileiros de todas as tonalidades têm vivido, e talvez sofrido à sombra de um mito. [...] o Brasil de hoje está muito distante de um paraíso racial, e todos os negros brasileiros – e os brancos também – sabem disso (GATES JR, 2014, p.93).”

Contudo, nossa História precisa recuperar não somente o papel das comunidades quilombolas, mas essa narrativa de resistência por trás da população negra que compõe grande parte da nossa nação. Os quilombos ou mocambos constituem locais de resistência desde o início da estruturação histórica do Brasil. Eram nos quilombos que os escravizados, fugidos individualmente ou coletivamente, buscavam construir uma organização própria, compreendendo experiências econômicas, sociais, religiosas e de organização do trabalho. Durante o período escravocrata o quilombo era este espaço contracolonialista que buscava a sobrevivência dos grupos em sentido amplo.

Como categoria jurídica, o termo quilombo somente foi inserido nos textos normativos brasileiros a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe nos artigos 215 e 216 a proteção à diversidade cultural dos povos quilombolas, bem como garantiu o direito à propriedade da terra quilombola no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Nas décadas compreendidas entre a abolição e a Constituição de 1988, o termo quilombo esteve marcado pelo racismo que relacionava o povo negro a condições pejorativas e ilícitas, de forma que a trajetória do homem e da mulher negra esteve sempre marcada pela luta diária por espaços.

⁶ Vale lembrar que a inclusão do negro e das comunidades quilombolas não é mais parte da agenda política do governo do presidente Jair Bolsonaro e está excluída dos sistemas educacionais do seu programa de governo.

Após 1988, com o quilombo expresso na Lei Maior do Estado, os quilombolas se apropriaram do termo que os qualifica como escudo e arma de autodeterminação. Neste cenário foi criada a Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), responsável por muitos avanços refletidos nas decisões judiciais e textos normativos infraconstitucionais. O trabalho de João José Reis e Eduardo Silva “Negociação e conflito – A resistência negra no Brasil escravista” (1989) foi um dos exemplos mais memoráveis do “giro historiográfico” que deixou de abordar o negro como vítima de um passado de escravidão e como alguém que lutou e resistiu às imposições dos senhores de escravos no Brasil do período colonial.

Mas era flagrante a ausência dos quilombolas nos debates legislativos, gerando pontos de aproximação entre o pacto colonial e as disposições previstas no texto constitucional, o que levou à seguinte reflexão de Negro Bispo dos Santos (2015, p. 92):

Nesse artigo podemos perceber a influência do pensamento monista verticalizado e desterritorializado dos povos colonizadores, quando o direito a esse território é tratado nos termos da sua condição de propriedade e não nos termos da relação comunitária e biointerativa dos quilombolas com os seus territórios.

Regulamentando o art. 68 do ADCT, foi publicado o Decreto nº 4.887/03 que estabeleceu critérios de identificação e reconhecimento de uma determinada comunidade como remanescente quilombola, destacando a autoatribuição como ferramenta de pertencimento a uma determinada comunidade. Normativos internacionais, como a Convenção nº 169 da OIT, também reconhece o direito que as comunidades quilombolas possuem de definir seus próprios métodos de pertencimento e reconhecimento, a partir de sua trajetória histórica própria, da territorialidade particularizada e da ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão.

Os quilombolas se identificam com a vida comunitária, onde a coletividade transcende as individualidades. O projeto político quilombola

encontra raízes no Quilombo dos Palmares, um dos maiores movimentos de resistência (*marronage*) visto na América. Tanto que John Thornton (2004) chega a apontar que, por sua força e extensão, Palmares teria colocado em xeque o próprio sistema de escravidão no Brasil.

Os estudos históricos e sociológicos tiveram que se aprofundar nas perspectivas daquele quilombo, não só por conta de sua organização militar, mas também por ter abrigado no seu interior outros grupos étnicos que não eram somente compostos por ex-escravizados. O eminente pesquisador, psiquiatra e antropólogo Arthur Ramos também adentrou nas questões que enviam os quilombos, sobretudo interessando-se em achar os padrões para as origens culturais dos negro-africanos trazidos para as Américas (RAMOS, 1946). Na sua perspectiva a importância dos quilombos era justamente ser uma rede de apoio mútuo capaz de reforçar sociabilidades entre aqueles que estavam “resistindo” à exploração proveniente da escravização. De maneira mais ampla, as resistências quilombolas seriam sinal de adaptação às suas sociabilidades anteriores, e ainda uma reação à imposição cultural branca.

Esse pensador brasileiro abrangia em suas caracterizações o papel do escravizado como elemento autônomo, levando consigo caracteres identitários bem específicos. A partir da década de 1940, Arthur Ramos publicou diversas obras as quais destacamos *O negro brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise* (1934) e *As culturas negras no novo mundo* (1946), este último abordando de forma similar a etnografia norte-americana os traços culturais tradicionais dos negros transplantados para o continente americano.⁷

Outro cientista social brasileiro bastante proeminente foi Clóvis Moura que a partir da segunda metade do século XX, estabeleceu uma interpretação cuja principal intenção era demonstrar de que forma a vida nas

⁷ Aqui fazemos referência especificamente à obra de Richard Price e Sidney Mintz “O nascimento da cultura afro-americana – uma perspectiva antropológica”. São Paulo: Ed. Pallas, 2006.

regiões de quilombagem poderia confrontar o mito da suposta democracia racial no nosso país. A sua tese era de que os quilombos só existiram porque havia um processo de exclusão disseminado pela instituição da escravidão, característica basilar do sistema mercantil de exploração colonial. Isso pode ser encontrado em sua obra: *Rebeliões da senzala – quilombos, insurreições, guerrilhas* (1972). Nela, Moura aproxima as regiões quilombolas às revoltas ocorridas no século passado com a luta pela democracia e identidade entre os seres, a saber às classes sociais.

Por último, mas não menos importante, temos a figura de Abdias do Nascimento, já brevemente trabalhada anteriormente. Seus estudos sobre os negros da diáspora no Brasil foram de extrema importância. Abdias foi um defensor e divulgador do direito do ideal de união entre os negros, convocando a todos eles a se irmanarem. Além disso, ele demonstrou os erros da historiografia brasileira de 1930, que levantava o mito da democracia racial no país.

O autor lançou no debate brasileiro o termo quilombismo, se apropriando da palavra quilombo/ quilombola para valorizar a luta em comum de todos os povos pretos. Nesse sentido, o conjunto dos escritos de Abdias e as suas participações que dizem respeito ao movimento negro brasileiro demonstrou que para além das Áfricas, Américas e Europa era necessário que os afrodescendentes valorizassem suas Histórias e lutassem para ter os mesmos direitos que os brancos; estabelecendo relações de cumplicidade e de identificação capazes de gerar afinidade, constituindo uma espécie de origem do movimento negro universal (NASCIMENTO, 1980).

Um estudo realizado pela Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os Indígenas e Quilombolas do IBGE, em 2019, identificou a existência de 5.972 localidades quilombolas no Brasil, das quais apenas 2.847 estão certificadas, sendo que 174 estão no Piauí⁸. Apenas nove

8 Disponível em: <http://conaq.org.br/quem-somos/> acesso em 17 mar 2022. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil>.

(9) quilombos piauienses possuem os títulos de suas terras com registro em cartório, segundo dados da Coordenação Estadual Quilombola – CECOQ e do Instituto de Terras do Piauí – INTERPI. A lacuna entre o número de comunidades existentes e o número de quilombos certificados e titulados⁹, reflete a morosidade e omissão sistêmica que protela e impede o reconhecimento dos direitos.

Este desamparo institucional só pode ser explicado pelo racismo que estruturou a história do nosso país. Por isso, quando pretensões expansionistas de grandes empreendimentos empresariais são priorizadas, em total detrimento dos direitos quilombolas, o Estado brasileiro nitidamente revela sua política colonialista, que faz uso da velha estratégia de negar a cultura das comunidades, seus costumes e tradições, para tornar invisíveis os fatores identitários. É a forma de facilitar e garantir a violação dos direitos das minorias étnicas.

A Serra do Inácio: um estudo em desenvolvimento

A Serra do Inácio localiza-se na divisa dos estados do Piauí e Pernambuco, percorrendo, principalmente, áreas dos municípios piauienses de Curral Novo do Piauí e Betânia do Piauí, e dos pernambucanos Araripina, Ouricuri e Santa Filomena. Na região residem aproximadamente 500 famílias, vivendo da agricultura familiar de subsistência. Segundo os dados da pesquisa diagnóstica realizada em 2019 pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, com apoio da Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí, disponível no site da SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí, 2019)¹⁰, das 434 famílias entrevistadas, 161 não soube-

html acessado em 17.mar.2022

9 A maioria dos títulos das terras quilombolas foi expedida por governos estaduais, e apenas 39 pelo governo federal.

10 CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Pesquisa diagnóstica realizada na Serra do Inácio 2019*. Teresina: Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí – SEPLAN,

ram afirmar em que cidade/estado moravam. Dados alarmantes como a escassez de água potável, ausência de transporte público ou privado, ausência de saneamento básico, de serviços de comunicação, revelam uma comunidade que vive bastante distante de um amparo institucional.

De acordo com o Compêndio sobre Melhores Práticas em Medição de Pobreza, elaborado por especialistas para a Comissão Estatística das Nações Unidas¹¹, um domicílio pobre é aquele que enfrenta privação severa de necessidades humanas básicas. No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) também utiliza o critério renda para identificar a pobreza. A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), ainda utiliza como parâmetro o valor equivalente ou inferior a um quarto (1/4) do salário-mínimo *per capita* ao mês. O recente programa de distribuição de renda mínima Auxílio Brasil, criado pela Lei nº 14.284/2021, mede a extrema pobreza pela renda familiar *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 105,00, e pobreza entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00. Até 2019, a maioria das famílias residentes na Serra do Inácio (45% delas) possuía renda de até meio salário-mínimo, em famílias compostas em média por 05 pessoas, tornando inequívoca a conclusão de que os moradores sobrevivem na pobreza e extrema pobreza em uma realidade incompatível com a dignidade humana.

Neste cenário, a população assistiu em 2016 a instalação de torres de geração de energia eólica da empresa Votorantim S.A, afetando profundamente a qualidade de vida da população. Inicialmente foram implantados noventa e oito (98) aerogeradores, modificando substancialmente a dinâmica social, havendo relatos de torres instaladas a poucos metros de casas. Neste cenário, os dados colhidos pela pesquisa da CPT revelam

2019. Disponível no <http://www.seplan.pi.gov.br/noticia.php?id=480&pes=inacio>. Acesso em 25.jul.2021

11 Compêndio sobre Melhores Práticas em Medição de Pobreza. Expert Group on Poverty Statistics (2006), disponível em https://www.ibge.gov.br/poverty/pdf/rio_group_compendium.pdf

que 49% dos entrevistados se sentem prejudicados pela chegada da empresa, sendo que 18,89% citaram o demasiado aumento do custo de vida como principal aspecto negativo, e 16,13% destacaram a poluição sonora e visual. Aproximadamente 45% da população da serra tomou conhecimento da instalação dos gigantescos cataventos através dos funcionários da própria Votorantim. Os demais entrevistados ficaram sabendo por meio de terceiros. Apenas 24 entrevistados, o que corresponde a 5,53% dos moradores, receberam indenização por desapropriação de terras.

Estes dados podem demonstrar uma incompatibilidade entre o que os entrevistados percebem e o prejuízo real que estão sofrendo, tendo em vista que ainda há considerável parcela dos moradores que julgam positiva a instalação da obra, mesmo que não tenha ocorrido qualquer diálogo prévio com a comunidade.

Em 2019, a Defensoria Pública do Piauí esteve presente na Serra do Inácio através do projeto Vozes dos Quilombos. O projeto nasceu formalmente com a Portaria do Defensor Público Geral do Piauí nº 608/2019, de 15/07/2019, que constituiu uma Comissão de Defensores Públicos para o acompanhamento de demandas quilombolas no estado. O objetivo principal era ser presença real, promovendo direitos através da escuta dos moradores das comunidades, prestando orientação jurídica especializada, com respeito à autoidentificação dos povos, às suas vivências e tradições, observando as normas nacionais e internacionais de Direitos Humanos.

O formato inicial do Vozes dos Quilombos não conseguiu ser aplicado na Serra do Inácio, haja vista o considerável número de pessoas sem qualquer documento pessoal, e aparentemente desarticuladas quanto a uma identidade política. Assim, a promoção dos direitos e a defesa dos moradores da Serra, composta por pessoas pretas e pardas, foi pensado a partir de outros instrumentos igualmente importantes, tendo sido realizado mutirão para auxiliar na regularização de registro civil, e a organização de um minicurso de direitos voltado para quilombolas e também disponibilizados para os moradores da Inácio.

Boaventura de Sousa Santos, com base em algumas proposições dos estudos pós-coloniais, busca compreender o mundo contemporâneo a partir das relações desiguais entre o Norte e o Sul globais, constituídas historicamente pelo colonialismo, e que perduram não mais como relação política, mas como relação de subordinação, sendo expressa “enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória” (SANTOS, 2006, p.28). Estas relações de desequilíbrio social são reproduzidas no espaço nacional, sendo que o Norte e o Nordeste do Brasil são o “nosso hemisfério sul”.

Segundo Quijano, a colonialidade concebeu a manutenção de uma hierarquia, regulando o *ser* e um *não-ser*. Boaventura reforça a importância de que os povos subalternizados possam também “experimentar o mundo como seu” (SANTOS, 2014) e, logo, que produzam as condições contracoloniais de apossar-se dele e dos seus rumos, de sentir que fazem parte dele de forma ativa e que não mais ocupam um papel invisibilizado a cargo das historicidades subalternas que lhes foram impostas.

Walter Mignolo (2008) entende que a identidade política é de extrema relevância por possibilitar o desvelamento e empoderamento do sujeito construído através dos discursos coloniais e a partir disso possibilitar uma maneira de pensar descolonialmente.

A identidade em política, em suma, é a única maneira de pensar descolonialmente (o que significa pensar politicamente em termos e projetos de descolonização). Todas as outras formas de pensar (ou seja, que interferem com a organização do conhecimento e da compreensão) e de agir politicamente, ou seja, formas que não são descoloniais, significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial de identidades (MIGNOLO, 2008, p. 290).

A modernidade capitalista e o discurso do desenvolvimento criaram um processo que gera e aumenta o fosso das desigualdades e da exclusão no Brasil, o que foi percebido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos

durante sua visita ao Brasil em 2018, e que se observa nitidamente na Serra do Inácio até hoje. Assim, a construção de uma educação emancipatória em direitos, surge como a alternativa para a proteção dos direitos fundamentais dos moradores daquela região, aqui defendida como uma etapa necessária na construção de uma identidade política capaz de tirar a comunidade do “silêncio resignado”, lamentável situação em que se encontra.

Considerações finais

Em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, o líder indígena Ailton Krenak (2019, p. 8) diz que “A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida”. Esta ainda é a lógica colonialista e neoliberal que permite que comunidades tradicionais das regiões Norte e do Nordeste sejam colônias de empresas do Sudeste brasileiro e de fora do país.

Por serem consideradas raças inferiores é que as minorias étnicas são tratadas, na visão colonizadora, como destituídas de saber, portanto, são naturalizadas as suas ausências nos espaços postos para discussão de decisões políticas que lhes afetam.

A Declaração e Programa de Ação de Durban, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001, na ocasião da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas, levantou o debate sobre o racismo como o grande causador das mazelas sociais. É um importante marco regulatório que delinea ações afirmativas para assegurar direitos humanos básicos à população negra, como é a da Serra do Inácio. Por esta declaração foi estabelecida a necessidade do Estado em criar as condições necessárias para a participação equitativa de todos os indivíduos e povos nas decisões administrativas que possam atingi-los.

Entretanto, vinte anos após a Declaração de Durban, e dez anos depois do Estatuto da Igualdade Racial, percebe-se que a mera existência dos textos normativos parece insuficiente para a superação da desigualdade e para a inclusão dialógica (FREIRE, 1998). Há um espaço abissal entre as previsões normativas e a realidade de comunidades subalternizadas diante dos interesses econômicos estruturados no racismo. É preciso retirar o grupo violado da situação de expectador, alçá-lo às praças de debates sobre os seus direitos e sobre as decisões políticas.

A consciência racial e o quilombolismo surgiram como os ponteiros que marcaram o giro étnico-político dos grupos remanescentes de quilombolas e de pessoas excluídas de seus direitos pelo critério da raça. Um novo constitucionalismo vem sendo pensado e escrito pela ótica do hemisfério sul global, compreendendo a luta das minorias étnicas contra a lógica colonialista e a assimetria de poderes.

Para os grupos extremamente vulnerabilizados como os moradores da Serra do Inácio, onde ainda não houve um momento de epifania, conclui-se que o caminho da educação em direitos é capaz de gerar inconformismos diante das opressões sofridas, permitindo o rompimento de silêncios e o renascimento do grupo com sua identidade política própria. Este processo deve ser fortalecido pela atuação das instituições que têm por missão a promoção dos Direitos Humanos, tendo a História um papel relevante para a conscientização do indivíduo, pois a partir dela é possível fazer um “giro histórico” capaz de trazer novas reflexões e atitudes efetivas na reabilitação desses espaços. Fazendo assim, estamos trabalhando não somente para esses grupos menos favorecidos, mas para fortalecer as noções de cidadania e democracia tão ameaçadas na sociedade brasileira atual.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

APPIAH, K. A. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa**. Cidadãos ou autóctones. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

CPT - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Pesquisa diagnóstica realizada na Serra do Inácio 2019**. Teresina: Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí – SEPLAN, 2019. Disponível no <http://www.seplan.pi.gov.br/noticia.php?id=480&pes=inacio>. Acesso em 25.jul.2021

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GATES JR. Henry Louis. **Os Negros na América Latina**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

GOMES, Rodrigo Portela. **Quilombos, constitucionalismo e racismo: famílias negras na luta pela propriedade em Barro Vermelho e Contente no Piauí**. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) - Universidade de Brasília. 219 f. Brasília, 2019.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder – o movimento negro no Rio de Janeiro e em São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 jun 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por raça ou por cor no Brasil. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica**, n. 41, Brasília, 2019.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 18. mar. 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

MENESES, Maria Paula. Diálogos de saberes, debates de poderes: possibilidades metodológicas para ampliar diálogos no Sul global. **Em Aberto**. Vol. 27, n. 91; p. 90-110, 2014.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**. n. 34, p. 287-324. 2008.

MOURA, Clóvis. **Racismo e luta de classes no Brasil**. Editora Terra sem amos, 2015.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo – documentos de uma militância pan-africanista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª. ed. São Paulo: Perspectivas, 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 169. Disponível em: <http://oitbrasil.org.br/node/513>. Acesso em: 20.jul.2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.) **Epis-**

temologias do Sul. Coimbra: Almedina; p. 73-129, 2010.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no novo mundo.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1946.

REIS, João José, Eduardo Silva. **Negociação e conflito** – a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos:** modos e significados. Brasília: Ed. UNB, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Palest.) Sessão Inaugural do Colóquio ALICE (jul.). Coimbra; 2014, p. 01-24.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: Para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Patrícia Teixeira. Ensino de História e das Relações Raciais. In: SILVERIO, Valer Roberto; MATTIOLI, Érica Aparecida Kawakami; MADEIRA, Thais Fernanda Leite (Orgs). **Relações étnico-raciais:** um percurso para educadores. Volume I. São Carlos: EdUFSCar, 2012.

TAGUIEFF, Pierre-André. **O Racismo.** Lisboa: Instituto Piaget/ BBCC, 1997.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800).** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 2004.

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO PIAUÍ

(criação e consumo de porcos na primeira metade do século XX)

Alcebiades Costa Filho

Conceição de Maria Sousa Batista Costa

Introdução

Em publicação de 1923, Mario José Baptista escrevendo sobre as fazendas de criar no município de Santa Filomena, realizou um diagnóstico que se aplica à pecuária dos demais municípios do Piauí.

O gado vacuum de S. Filomena é pequeno, pouco refaz, e as vacas pouco leite dão; entretanto tal gado é resistente e sadio, o que facilmente se prova, atendendo-se a que ele, o mais das vezes é levado, por terra, através de estradas ínvias e longas, até o centro da Bahia, e lá chegando, alcança melhor cotação que os de outras paragens! A criação cavalari é reduzida; assim a do gado caprino e suíno. Quanto ao cavalari queremos crer que para vê-lo prosperar, no município, seria preciso esforço tal, que não há alguém em condições atuais, que o faça; quanto ao ovino e caprino parecem-nos que há apenas descuido, ou melhor há falta de necessidade de cria-los. Existem alguns rebanhos de suínos que crescem e en-

gordam, admiravelmente, entregues a si mesmos. O gado asinino também é relativamente abundante (PIAUI, 1923, p. 199-200).

Não obstante esse quadro de precariedade da criação de rebanhos de gado, em meados do século XX, são consideráveis os números de reses por rebanho, como se observa no quadro abaixo, em relação aos estados da região Nordeste.

Quadro 01: Rebanhos de gado nos estados do Nordeste

Unidade da federação	Bovinos	Suínos	Ovinos	Caprinos
Maranhão	1 036 100	909 530	135 870	245 960
Piauí	1 157 310	1 389 390	1 103 990	1 408 400
Ceará	1 455 880	802 780	942 180	1 183 150
Rio Grande do Norte	496 390	183 830	404 710	308 550
Paraíba	574 370	259 600	315 020	353 450
Pernambuco	908 160	472 890	455 270	1 308 770
Alagoas	347 030	213 590	117 400	160 940

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1951.

Para estado tradicionalmente articulado à pecuária bovina, eram expressivos os números relativos ao gado menor, denominação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 1942, p. 35), para os rebanhos suíno, caprino e ovino. O Piauí possuía posição privilegiada como criador dos últimos rebanhos citados, milhões de reses. Pela grandiosidade dos números, causa estranheza o pouco interesse em estudar a criação desses animais. Supomos que suínos, caprinos e ovinos foram introduzidos no Piauí no século XVII, juntamente com o gado vacum. Em vista disso, nesse texto, propomos um olhar sobre a criação de porcos no Piauí, na primeira metade do século passado.

Através do “Dicionário da educação do campo” (CALDART, 2012) e “Dicionário da terra” (MOTTA, 2005), acessamos de forma sumariada, categorias analíticas e conceituais como: agricultura camponesa, agri-

cultura familiar, agropecuária, campesinato, cultura camponesa, lavrador, modernização da agricultura, roça, sistema agrário, entre outras, que concorreram para a compreensão do contexto histórico piauiense e para seleção e leitura da documentação.

A análise da atividade de criação de gado, se aproxima da modalidade de história agrária (LINHARES, 2011) que examina processos econômicos e sociais do mundo rural, segundo condições concretas, destacando a agricultura e criação de animais, como base de sustentação da população rural.

Para elaboração desse texto, diferentes conjuntos documentais foram consultados. A bibliografia, constituída por uma variedade de gêneros literários, destacamos a contribuição de obras inclusas nas coleções “Brasília” e “Documentos Brasileiros”, que evidenciam particularidades do desenvolvimento da pecuária no Brasil. A literatura de ficção iluminou aspectos socioeconômicos do mundo rural, especialmente romances e contos como “Ataliba, o vaqueiro” (CASTELO BRANCO, 2016), “Carral de serras” (GAMEIRO, 2019) e “Contos dos sertões do Piauí” (GAMEIRO, 1988).

Salientamos ainda as “memórias literárias”, obras elaboradas a partir de lembranças pessoais, narrando a respeito de acontecimentos e personagens que se sobressaíram em determinada comunidade e município. Tipo de crônica municipal, abordando fatos e personagens históricos, sociabilidades, atividades de produção, até mesmo comidas típicas (RODRIGUES, 2010; PASSOS, 2009; CARDOSO, 2016; LIMA, 2008; MENDES, 2020).

Foram examinados conjuntos documentais do IBGE, censos demográficos, censos agropecuários, anuários estatísticos, sinopses, disponíveis no formato digital, no site do referido instituto. No Arquivo Público do Estado do Piauí, no acervo do Poder Judiciário, Registro Geral de Terras, foram consultados os códices relativos aos municípios de Oeiras, Paulistana, Parnaíba, Pedro II e Teresina, com informações sobre as benfeito-

rias que, de modo geral, compreendem as obras construídas nas propriedades, com o intuito de atender as necessidades dos moradores, destacando-se as áreas de cultivo, edificações, currais, açudes, poços, entre outros.

De modo informal, participamos da oitiva de algumas pessoas, o que contribuiu para aclarar muito do contexto histórico e redigir as receitas culinárias que constam no item “A comida”. Estamos convencidos da autenticidade do que foi relatado, expressão de sentimentos e pensamentos alinhados com a realidade vivida.

O conteúdo do artigo está disposto nos seguintes itens: uma breve introdução, indicando a criação de porcos como centro da análise e como se efetivou o levantamento de dados; o desenvolvimento do texto está dividido em dois itens, “um outro olhar sobre a sociedade piauiense: mais lavradores familiares que vaqueiros”, abordando a importância socioeconômica do cultivo de alimentos, em decorrência da crise da pecuária e a incapacidade dessa em ofertar emprego e alimento para a população piauiense e “o rebanho suíno, a criação de terreiro”, tratando da criação e abate de porcos, também a forma de comer a carne do porco; encerrando o texto com as considerações finais.

Um outro olhar sobre a sociedade piauiense: mais lavradores familiares que vaqueiros

Em “Geografia da fome”, Josué de Castro afirma que nas áreas de pecuária do Nordeste, o sertanejo fez-se vaqueiro e agricultor ao mesmo tempo (ABREU, 1998). No caso do Piauí, a assertiva de Castro contradiz um viés historiográfico que nomeia o Piauí como espaço de pecuária bovina. Alguns autores falam de civilização do couro (ABREU, 1998), outros, de sociedade constituída de vaqueiros (CASTELO BRANCO, 1970, p. 43), para os defensores dessa tese, a pecuária bovina definiu formas e contornos da sociedade piauiense (KNOX, 1986, p. 24).

Contudo, a pecuária jamais abarcou todo o contingente de trabalhadores do Piauí. Um literato do final do Oitocentos escreveu que o cuidado com o rebanho bovino não exigia atenção especial (NEVES, 2019, p. 35-36), pois a criação era extensiva ou semi-intensiva, nesse caso implicava apenas na construção de currais para manejo de vacas e bezerros. Em geral, o gado era criado solto, em propriedades familiares, mercado de trabalho muito limitado, demandava pouco investimento.

Ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, a pecuária bovina enfrentou períodos de redução brusca de eficiência no seu desenvolvimento (MARTINS, 2002, p. 49-55), o que relativiza o peso de sua influência na sociedade piauiense.

A estrutura econômica implantada na colonização armou-se de condições que lhe permitiram uma continuidade mesmo em situação de quase completo isolamento: capacidade de autoabastecimento de grande parte das próprias necessidades, pouca inversão de capital e baixa remuneração do fator trabalho [...]

Findo o período colonial, e sempre diante do pouco dinamismo na comercialização do gado, ocorreu a substituição do antigo consórcio pelo incremento da agricultura de subsistência, situação que perdurou até os dias atuais (MARTINS, 2002, p. 51-52).

Fatores externos e internos contribuíram para os períodos de recessão, a exemplo da continuada degeneração da estrutura produtiva, organizada em bases primitivas e a pouca competitividade dos rebanhos. Até meados do século passado, a pecuária não havia recuperado a dinâmica capaz de superar as crises, também não era a atividade que abarcava o maior contingente de pessoas em condições de trabalho. A população se dedicava sobretudo às atividades de subsistência, lavoura de alimentos, criação de suínos, ovinos, caprinos e aves domésticas, coleta, caça e pesca¹.

¹ Em relação à piscosidade dos corpos d'água do Piauí cf. Alencastre, 1986; Porto, 1974. Nas obras "O Piauí no centenário de sua independência" e "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", aparece informações acerca da caça e pesca.

Entre os séculos XVIII e XIX foi propalado que os piauienses não tinham inclinação para lavrar a terra (DURÃO, 1977, p. 553; COSTA, 1974, em vários trechos), o que está em desacordo com a documentação do Senado da Câmara de Campo Maior, um dos principais núcleos urbanos do Piauí que, na segunda metade do Setecentos, já comercializava gêneros alimentícios, feijão, arroz, farinha, milho e ovos, também, animais vivos, porco, carneiro, bode e aves domésticas, pato, peru, galinha (COSTA, 1974, p. 162). Nesse sentido, pressupomos que nos demais municípios também havia lavoura de alimentos e criação de animais e aves. A população livre e escravizada, esteve ocupada com as atividades de subsistência.

O censo demográfico de 1872, indica uma população composta de lavradores, tanto no Piauí como nas demais províncias do Império (CHALHOUB, 2012, p. 37-81). Examinando os dados sobre o Piauí, para uma população total de 202.222 pessoas, 43.851 foram arroladas como lavradores, o que representa 21,6% da população; os criadores de gado somavam 4.249 pessoas, o que representa apenas 2,1% da população total. O maior número de trabalhadores estava concentrado na lavoura e não na criação de gado.

No mesmo censo de 1872, 80.125 pessoas se declararam “sem profissão”, que corresponde aproximadamente a 39% da população. Presume-se que esse contingente de pessoas também cultivava alimento para seu sustento, o que aumenta consideravelmente o número de pessoas empregadas na lavoura. Estima-se que, na segunda metade do século XIX, mais de 60% da população piauiense estava ocupada no plantio de alimentos, era uma província de lavradores e não de vaqueiros.

Sete décadas depois, o censo demográfico de 1950 evidencia que, no Piauí, para uma população total de 1.045.696 pessoas, 875.112 habitava na zona rural, o que corresponde aproximadamente 83% da população. Presume-se que esse contingente populacional morando na zona rural desenvolvia o plantio de alimentos, caçava e pescava para sobreviver.

Verificamos através da “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” que, na maioria dos municípios do Piauí, a lavoura era a atividade principal do sistema de produção.

Não se constituiu o sertanejo num agricultor de produtos de exportação, para fins comerciais, como se praticava nas terras do litoral, mas um plantador de produtos de sustentação para seu próprio consumo. Um semeador, em pequena escala, de milho, feijão, fava, mandioca, batata-doce, abóbora e maxixe, plantados nos vales mais sumosos, nos baixios, nos terrenos de vazante (CASTRO, 1984, p 191).

O trecho citado está alinhado com a realidade vivida pelos lavradores do Piauí na primeira metade do século XX. Conforme as fontes, infere-se que a roça era a unidade de cultivo, e o sistema de plantio ocorria a partir das roças de coivara e de vazante. Na roça de coivara, o cultivo implicava em cortar, derrubar, queimar e realizar o plantio de várias culturas alimentares. Na roça de vazante, o plantio se faz em terrenos inundáveis, sobretudo quando as águas baixavam, em seguida, ocorria a sementeação no terreno úmido. Não há informação do uso de adubo orgânico ou fertilizante nas roças.

O cultivo se destinava sobretudo para abastecer as famílias lavradoras. Presume-se que embora os pequenos roçados de subsistência fossem cultivados principalmente por grupos familiares, a estrutura da produção favorecia a existência de outros vínculos de trabalho, desde a ajuda mútua até o contrato mediante o pagamento de salário.

Na década de 1920, Simplicio Mendes escreveu sobre a lavoura no município de Miguel Alves,

A agricultura pode dizer-se a principal indústria do município [...] há em regra o pequeno lavrador, o nosso roceiro, sem preparo técnico, atrasado, rotineiro, analfabeto. É ainda a lavoura extensiva, da foice, do machado e da enxada, - serviço muito primitivo, mas ao que parece, destinado a perdurar ainda por dilatados tempos [...] o agricultor, sem descortino e atado [...] as suas tradições e

rotinas, não compreende lavoura que não seja pela tremenda devastação das derribadas anuais. E, assim, a foice, o machado e em seguida o fogo, na sucessão dos anos, vão exercendo o terrível destino destruidor das matas, que se extingue pelo empobrecimento das terras repetidamente encapoeiradas (PIAUÍ, 1923, p. 39-40).

Indícios recolhidos em “O Piauí no centenário de sua independência”, “Almanaque do Cariri” e “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, permitem afirmar que essa mesma tecnologia e orientação técnica predominava nos demais municípios. Contudo, vale registrar que, na primeira metade do Novecentos, técnicos agrícolas, tratores e diversas máquinas faziam estreia no mundo rural piauiense.

Admite-se que a partir das últimas décadas do oitocentos, em decorrência da expansão das vilas e cidades e do aumento da população, ocorreu o incremento do cultivo de alimentos visando mesmo o mercado (Caldeira, 1956, p. 84), contudo, é indispensável reafirmar que o objetivo primeiro dessa lavoura era abastecer as famílias lavradoras.

Em Capítulos de História Colonial, Capistrano de Abreu escreveu sobre a atividade de cultivo no sertão: “No começo nada se plantava, julgando o terreno estéril; mais tarde introduziu-se o feijão, o milho, a mandioca e até a cana. São ainda hoje três épocas alegres do ano sertanejo: a do milho verde, a da farinha e a da moagem” (ABREU, 1998, p. 203).

Na primeira metade do século passado estava disseminado por quase todos os municípios do Piauí, a cultura do feijão, milho, mandioca, arroz e, também, cana (COSTA, 1974, p. 162 e 211; COSTA, 2010, p.223-224). O cultivo de cana não tem a mesma estrutura das tradicionais áreas canavieiras do Nordeste da colônia. No caso do Piauí, deduzimos pequenas áreas cultivadas, “a cana de açúcar, uma vez plantada, após cada corte rebenta, dispensando o trabalho de nova plantação. Já existem pequenos engenhos para fabricação de rapaduras e em montagem, alambiques para fabrico de aguardente” (PIAUÍ, 1923, p. 249), essa é a estrutura do cultivo e beneficiamento da cana. Produção semelhante se

estruturou no vizinho estado do Ceará na passagem do século XVIII para o XIX (OLIVEIRA, 2003; ANDRADE, 1986, p. 155-162), contudo, na primeira metade do século XX, muitos engenhos desse tipo ainda estavam em funcionamento.

A produção de subsistência não invalidou o surgimento de pequeno comércio de gêneros de primeira necessidade, desenvolvido em feiras temporárias, reunindo os lavradores do município que colocavam à venda, legumes de suas roças, ovos, leite, queijos, manteiga e, também, animais vivos, como galinhas, bodes, carneiros e porcos. Vendiam verduras dos seus canteiros com cheiro verde, cebolinha, pimentão, tomate e pimentas, malagueta e de cheiro. Em geral a feira acontecia em determinado dia, na sede do município, onde havia um comércio regular de gêneros alimentícios, medicamentos, instrumentos agrícolas, tecidos, vestuário, calçados, querosene, fósforo, dentre outros produtos.

O rebanho suíno, a criação de terreiro

Segundo consta na cronologia de Pereira da Costa, já no século XVII, havia criação de animais em terras do Piauí, as fazendas de gado bovino de Domingos Jorge Velho (COSTA, 1974). Embora não tenham registrado a criação de gado miúdo, presume-se que criavam porcos para abastecer as fazendas de banha para uso culinário como acontecia em quase todo o Brasil, desde a colonização portuguesa até a segunda metade da centúria passada.

Uma tabela de preço do município de Campo Maior, datada da segunda metade do Setecentos, evidenciou a criação e comercialização de carneiros, bodes e porcos nesse município, além de perus, galinhas e patos. A lista de preços indica a comercialização de aves e animais vivos (COSTA, 1974, p. 162), não se refere a venda de carne direto ao consumidor. Presumimos a dificuldade de abastecer de carne o mercado, pois o con-

sumo era irregular. Mais difícil ainda o consumo de carne bovina, pois o destino do rebanho era o mercado externo (Calmon, 1937, p. 202).

Na cronologia de Pereira da Costa, em vários trechos ficou registrada a falta de carne para comercializar diretamente ao consumidor. Capistrano de Abreu registrou a dificuldade no consumo de carne nos sertões do atual Nordeste.

Na alimentação entrava naturalmente a carne, mas em quantidade menor do que se poderia supor. Uma rês tinha grande valor relativo, porque ficavam próximos consideráveis centros de consumo, como Bahia e Pernambuco. Além disso dos sertões do Parnaíba e São Francisco [...] partiu o gado que abasteceu e inçou Minas Gerais, Goiás e indiretamente Mato Grosso; tal abastecimento encareceu ainda mais a mercadoria, desfalcando-a. Cumpre não esquecer a calamidade das secas. Assim consumia-se principalmente carne seca ao sol, ou a do gado miúdo, de preferência a de ovelha (ABREU, 1998, p. 203).

Há notícia da criação de gado menor em regiões circunvizinhas à capitania do Piauí, é o caso da criação de porcos no sertão da Bahia.

Constituiu a mandioca a base da alimentação dos porcos. Destes aproveitava-se a carne para a alimentação, salgada ou não, conforme se pretendesse conservá-la; com a banha e o toucinho cozinhava-se. Segundo o naturalista austríaco João E. Pohl, que percorreu o interior do Brasil em 1818-19, o toucinho era “uma das coisas mais necessárias no país”.

Pohl descreveu o porco brasileiro como de cor preta e de porte pequeno. Deu-o como originário de Angola. Como esse seriam os animais existentes no sertão baiano (SANTOS FILHO, 1956, p. 264-265).

Para além das regiões vizinhas, também no sul do Brasil havia criação de gado miúdo,

A criação de ovinos no Brasil ainda está num grau muito baixo e todos os esforços do governo para incentivar este ramo da eco-

nomia rural têm sido até agora vãos. Os carneiros importados da Europa degeneraram muito depressa e sua carne adquiriu mesmo um sabor desagradável. E o fato é mais estranho por ter tido a criação de carneiros, nos vizinhos estados do Prata, rápido desenvolvimento. Cabras encontram-se mais frequentemente; porcos são criados por toda parte, mas, embora o que outros viajantes possam dizer em contrário, são muito inferiores aos europeus. A introdução de galináceos de todas as espécies da Índia tem sido muito bem sucedida (CONSTATT, 2002, p. 136).

Em outra tabela de preços, datada da primeira metade do Oitocentos, ficou registrado o valor da carne, arroz, toucinho, bolacha, açúcar, manteiga, chá, café, aletria, farinha, sal, milho, feijão, vinagre, azeite, vinho, leite e galinha (COSTA, 2010, p. 223-224). Nessa tabela, a carne aparece como produto, não há oferta de porcos, bodes e carneiros vivos. É possível afirmar certa regularidade na venda e consumo de carne a retalho, como o toucinho, corte específico de carne de porco, listado entre os produtos. A venda de galinha, toucinho, leite e manteiga, demonstra a especialização no manejo com o gado, demonstra como os produtos de origem animal ocupavam espaço na dieta alimentar da sociedade piauiense.

No Piauí do século XVIII e XIX, por falta de mercado consumidor e pela dificuldade em acondicionar a carne, o abate diário de um boi representava dilapidação de riqueza. Consideramos que era maior o consumo de carne de porco, bode, carneiro, peixe e a carne de animais silvestres. Maior ainda era o consumo de carne de porco, tanto pela quantidade do rebanho, quanto pela necessidade da banha para uso culinário. A população não tinha muitas opções de óleo de cozinha, os mais comuns eram o azeite de coco, de fabricação caseira, e a banha de porco, de mais largo consumo.

Presume-se que o primeiro impulso na comercialização de carne a retalho, em pequenos cortes, ocorreu na passagem do século XIX para o XX, com a criação e desenvolvimento de vilas e cidades. Supomos

que a partir dos anos de 1960, a carne bovina ganha a preferência do consumidor piauiense. Mas já é outro formato de produção e consumo, diferente do que predominou na primeira metade da centúria passada.

A criação

A criação de gado vacum, cavalariço, muar, caprino, lanígero, suíno, etc., é feita sem seleção, nem cruzamentos com as melhores raças. Há, todavia, alguns exemplares, cruzados com gado zebu.

A febre aftosa, a diarreia dos bezerros, o berne, o mal do chifre, o mal das cadeiras, a sarna, o toque, etc. dizimam horripelantemente os rebanhos, sem que alguma utilidade sirva até agora o Posto Veterinário, mantido, burocraticamente, na capital do Estado, pelo governo federal [...]

Todo lavrador ou roceiro, porém, possui, em pequena escala, gado vacum, caprino, lanígero e suíno (PIAUÍ, 1923, p. 59).

A indústria pastoril é principal do município. Feita ainda hoje por processos rotineiros tem resistido, entretanto, a proverbial indiferença do criador piauiense pelo melhoramento dos rebanhos. A seca dizima-os muitas vezes pois o município de Oeiras está situado na zona semiárida sujeita a esse terrível flagelo (PIAUÍ, 1923, p. 59).

As duas epígrafes indicam aspectos da pecuária piauiense na década de 1920. Não obstante os problemas declarados, a criação de animais parece exitosa, pelo menos a criação de porcos, pois na década de 1950, em quase todos os municípios do Piauí criavam porcos, milhares de reses, como se observa no quadro nº 02.

QUADRO 02: Municípios por unidade de mil porcos

Municípios	Quantidade de porcos (mil cabeças)
Valença	90 mil
Regeneração	80 mil
Piripiri; Picos	70 mil
Altos; Campo Maior; União.	60 mil
Gilbués; Palmeirais.	50 mil
Batalha; Itainópolis; Oeiras.	40 mil
Água Branca; Buriti dos Lopes; Castelo do Piauí; Elesbão Veloso; Jaicós; Pedro II.	30 mil
Alto Longá; Barras; Canto do Buriti; Guadalupe; Inhuma; Luís Correia; Miguel Alves, São João do Piauí, São Pedro, Teresina, Uruçuí.	20 mil
Benedictinos; Bom Jesus; Fronteiras; Itaueira; Jerumenha; José de Freitas; Luzilândia; Monte Alegre do Piauí; Pimenteiras; Porto; Ribeiro Gonçalves; São Felix; São Raimundo Nonato; Simões; Simplicio Mendes.	10 mil
Amarante; Angical; Bertolínia; Caracol; Cocal; Conceição do Canindé; Corrente; Cristino Castro; Curimatá; Floriano; Matias Olímpio; Nazaré do Piauí; Parnaaguá; Paulistana; Pio IX; Santa Filomena; São Miguel do Tapuio.	Inferior a 10 mil

Fonte: Enciclopédia dos municípios brasileiros – IBGE, 1959.

Em meados da centúria passada, os porcos encontrados no Brasil, eram mestiços de raças portuguesas naturalizadas, a exemplo do porco piau, canastra, moura, caruncho, baé (CAVALCANTI, 1984; MUUYS, 2004; MARIANTE, Cavalcante, 2006). Há indicações de que o tipo piau surgiu na fronteira entre a região Sudeste e Centro Oeste do Brasil, tinha pelagem de coloração amarelada, com manchas pretas, caracterizava-se pela boa produção de carne e gordura. O tipo piau constituía uma das raças mais populosas em todo Brasil, até meados do século passado, quando houve intensa substituição das raças naturalizadas por importadas (MARIANTE; CAVALCANTE, 2006, p. 181-191).

O porco tipo canastra, resultou do cruzamento com raças de Portugal, apresentava pelagem preta ou avermelhada, possuía corpo grande,

cabeça grossa, papada e membros compridos e fortes, excelente para engorda e produção de banha e toucinho. Há quem afirme que esse tipo de porco era o mais frequente no sistema de criação doméstica do Brasil (SAMPAIO, 1944, p. 306). Através das oitivas, supomos que nas regiões centro/norte do Piauí, entre os municípios de Floriano e Campo Maior, predominaram porcos tipo piau e canastra.

O sistema de criação era extensivo, os porcos eram criados livremente, não exigia dos criadores investimento em currais e nem em ração. O animal estava livre para encontrar comida, e se alimentava do que encontrava ao redor das habitações, refugos agrícolas e da “lavagem”, resto da comida servida. É a criação de terreiro, em geral, os porcos estavam em volta da casa, porquanto estavam protegidos de ataque de predadores.

Não conseguimos identificar grande criação de porcos com objetivo de comercialização, mas vale salientar a fertilidade das fêmeas, “porcas parindo quase dez bacurim² por barriga”. O destino dessa criação era atender as necessidades alimentares dos criadores, todavia, abastecia o pequeno mercado local de banha e carne. É por essa época, meados do século passado, que o óleo vegetal industrializado foi colocado no mercado e, pouco a pouco, foi ganhando a preferência dos consumidores, substituindo a banha de porco na cozinha.

A prática extensiva de criação, apesar do baixo custo, colocava em risco a saúde do animal, afetava o desenvolvimento saudável do porco e contaminava a carne para consumo. Os criadores mais escrupulosos, antes do abate, enriqueiravam os porcos, que recebiam remédios e ração controlada. É o processo de limpeza e engorda, preparando o animal para a matança.

A criação extensiva de porcos entrou em declínio a partir de meados do século passado, com a modernização das atividades agropecuárias. As raças naturalizadas e seus mestiços foram substituídas por raças im-

2 Bacurim, denominação para o filhote do porco.

portadas, os porcos foram confinados e a alimentação controlada, visando impulsionar a produtividade, procedimentos característicos do regime de criação intensivo.

A produção suína nesse sistema elevou o Brasil a níveis comparáveis aos países do primeiro mundo. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, teme o desaparecimento das raças mestiças, pois estima que 90% do atual rebanho brasileiro é constituído de raças importadas. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, não acredita nessa possibilidade, pois em algumas regiões do Brasil ainda predominam as raças mestiças, assim como o sistema de criação extensivo ou semiextensivo (MARIANE; CAVALCANTE, 2006, p. 250-252).

O abate

No século XIX, por meio dos matadouros públicos, as autoridades municipais passaram a controlar com maior rigor o abate e a comercialização da carne de gado. No final dessa centúria, os matadouros se alastavam por todo o Brasil, a exemplo do matadouro municipal de Ponta Grossa no Paraná (ROCHA; CARVALHO, 2017, p. 397-424). No Piauí, no início do século XX, localizamos matadouro público nos municípios de Beneditinos, Campo Maior, Esperantina, Miguel Alves, Porto, União, Teresina, Floriano, Picos e Paranaíba (PIAUI, 1952).

Em geral, o matadouro ficava afastado da área urbana. A parte mais visível das instalações, mostra os currais, para abrigar os animais; telheiro com piso de cimento para abate das reses; poço tubular e tanques de cimento para armazenamento de água; fogões com grandes tachos para ferver água utilizada na limpeza dos animais.

O equipamento disponível no espaço era muito simples, mesas de cimento para retirar o couro e escarnar o animal; travas com ganchos de

ferro onde penduravam a carne. O sistema de drenagem era precário. O sangue e a água utilizada na limpeza dos animais corriam a “céu aberto”; vísceras, dejetos, ossos, cascos, gorduras eram jogados no matagal mais próximo, poluindo o ar, o que atraía urubus e cães. Nos arredores do matadouro predominava o mau cheiro forte, o que explica a instalação em áreas afastadas³.

No caso dos porcos, o abate iniciava com forte pancada na cabeça do animal, precisamente na testa, entre os olhos. Um estudioso confirma esse processo.

O leitão, posto no meio do terreiro, recebia, no meio da testa, uma paulada [...] tonto, não se segurava de pé, e caía, quando então o caboclo, com uma faca de ponta fina, atingia o animal na garganta, bem na jugular. Com uma tigela, o sangue era aparado para ser usado, mais tarde, no chouriço (MATOS, 2007, p. 53).

Prossegue a descrição:

O animal, morto, era então levado para um jirau, próximo a um caldeirão com água fervendo. O tratador, com uma faca raspava o couro do leitão com o auxílio da água fervendo, até ficar bem branquinho. Só então era aberto, as vísceras eram retiradas e o animal esquartejado (MATOS, 2007, p. 53).

A referência ao terreiro e ao jirau indica outro espaço de abate que não o matadouro público, o abate no espaço doméstico, muito frequente na primeira metade do Novecentos. Longe do olhar tributador e inspecionador do governo municipal, ocorria o abate sem as normas sanitárias e infraestrutura desejada pelas autoridades sanitárias, a famosa “carne da moita”. Mas a técnica de abate é a mesma do matadouro público, realizava o abate do animal, seguido da sangria. Depois o porco era lavado com água quente, para facilitar a retirada dos pelos e unhas. Após a limpeza externa, era aberto para retirada e limpeza das vísceras.

³ Recolhido da tradição oral.

A comida

Na primeira metade do século passado, os cortes da carne de porco tinham denominação diferente dos atuais, sendo os mais comuns, o pernil traseiro e patas traseiras; pernil dianteiro, patas dianteiras e cabeça; parte central, com três cortes menores, lombo, costela, barriga.

O pernil era o mais nobre e bonito dos pedaços. A fama do lombo é coisa dos tempos mais recentes. As costelas eram as mais apreciadas...

Do leitão, fazem uma infinidade de pratos bem comuns: o porco guisado, o porco assado em pedaços, a tripa frita, o frito de porco, o chouriço, a linguiça e o conhecido torresmo (MATOS, 2007, p. 53-54).

Como se observa, todas as partes do porco são aproveitadas para comer. O pernil traseiro, parte magra do porco, era preparado inteiro ou em pedaços. Assado inteiro é comida associada a festa familiar ou ao festejo anual do santo padroeiro do município, “uma das joias mais apreciadas do leilão”. No dia a dia, dividido em pedaços menores, era servido cozido ou ao molho.

QUADRO 03: Pernil traseiro

Corte	Pernil traseiro
Prato	Pernil assado
Modo de preparo	Perfurar a carne para que o tempero possa penetrar e “pegar gosto”. Temperar com sal, corante, pimenta do reino, alho, cebola e cravinho da índia (colocado em algumas perfurações), vinagre e limão, reservar até a hora de ir ao fogo.
Observações	Como comida de festa, era assada a peça inteira, em forno de barro a lenha.

Fonte: Recolhido da tradição oral.

Com o pernil dianteiro, patas e a cabeça, preparavam refeições apreciadas pela população, a exemplo do munguzá, cozido de feijão, milho, “pé de porco, rabo e pedaços de toucinho”. Diferente da feijoada que

conhecemos hoje, esse prato era feito com feijão vermelho ou branco, “não tinha feijão preto”, supomos que esse tipo de feijão tenha se difundido no Piauí na segunda metade do século passado, com a introdução de novos ingredientes na cozinha.

A cabeça do porco também era apreciada. A confecção do prato iniciava pela limpeza e corte da cabeça em pedaços com carne, gordura, ossos. A carne era temperada com vinagre, “limão azedo”, sal, pimenta do reino, alho, cebolas. Cozinhava em pouca água, em fogo brando, depois os pedaços eram fritos na panela. Nesse caso, a carne era misturada com farinha branca de mandioca até dourar, “o frito de cabeça de porco”. Também era servida inteira, com recheio, assada no forno.

O pernil dianteiro é um traçado de carne gorduroso, próprio para fazer linguíça, enchido produzido com tripa bovina e recheio de carne com gordura. Após o enchimento, a linguíça era desidratada, exposta ao sol, técnica comum no Piauí. Raramente utilizavam o fumeiro, que consistia em expor a carne a fumaça, garantindo que durasse mais tempo entre uma feira e outra.

Quadro 04: Linguíça

Corte	
Parto	Frito de linguíça
Modo de preparo	Cozer levemente em água, sal e pouca gordura. Após o cozimento, fritar na gordura. Fazer o frito com a linguíça e farinha de mandioca, acrescentar “tempero verde” (cheiro verde) e servir.
Observações	A linguíça é um enchido produzido com tripa bovina recheada de “carne de porco maciça” e toucinho picado, temperado com sal, pimenta do reino e corante, só então o recheio estava pronto. Usavam como suporte a tripa de boi, limpa e seca. Após o enchimento, a linguíça desidratava ao sol, concluído o processo de cura.

Fonte: Recolhido da tradição oral.

Da parte central do porco, o toucinho era o corte mais comercializado, do qual extraíam a banha utilizada na cozinha. O toucinho derretido era acondicionado em recipiente e esperava coalhar, diariamente retiravam pequenas quantidades de banha, necessárias para a “comida do dia”. Com o toucinho faziam o torresmo.

Quadro 05: Toucinho

Corte	Toucinho
Prato	Torresmo
Modo de preparo	Picar a pele do porco e fritar a seco, em panela funda.
Observações	O toucinho é retirado da barriga do porco, envolve um traçado com couro, carne e gordura.

Fonte: Recolhido da tradição oral.

Em geral, o toucinho era frito pela manhã para usar a banha no cozimento das refeições do dia, assim, o torresmo era comida matutina, primeira refeição do dia, acompanhado da farinha branca de mandioca ou beiju ou cuscuz de milho. Esse relato encontra confirmação em Matos (2007, p. 73-74), para o autor, o café da manhã do piauiense era composto principalmente de pratos salgados. A costela ou costeleta, corte da parte central do porco, assada inteira no forno, era comida de festa, mas também era preparada cozida, no “molho apurado”.

O lombo ou espinhaço de porco, era um corte muito antigo, em 1812 já era comercializado no sertão da Bahia, ao preço de uma pataca (SANTOS FILHO, 1956, p. 264). É uma peça com carne, osso e leve camada de gordura, era cozido na panela, inteiro ou em pedaços.

Quadro 06: Espinhaço ou lombo de porco

Corte	Lombo ou espinhaço do porco
Parto	Guisado de espinhaço
Modo de preparo	Cortar em pedaços o lombo, temperar com vinagre/limão, sal, pimenta do reino, corante. Passar alho e cebola no óleo, em seguida refogar o espinhaço, acrescentar água, e deixar cozer. Temperar com tomate, pimentão e “cheiro verde”, especiarias comuns no Piauí. Era comum o uso de “pimenta de cheiro, deixando a comida mais saborosa”.
Observações	O que ouvimos sobre guisado, nada lembra o molho sofisticado da culinária contemporânea, usualmente finalizavam o cozimento com muito caldo. Guisado ou em caldo, serviam com arroz branco ou “arroz misturado com feijão”. Sempre acompanhado de farinha de mandioca e “limão azedo”, em alguns casos também pimentas.

Fonte: Recolhido da tradição oral.

A fuçura ou vísceras era consumida na forma de cozido de miúdos, o sarapatel.

Quadro 07: Fuçura

Corte	Fuçura ou vísceras
Parto	Sarapatel
Modo de preparo	Cortar em pedaços garganta, pulmão, coração, fígado. Temperar com cebola, alho, pimenta do reino, pimentão, pimenta de cheiro e "cheiro verde", ao misturar o sangue o cozido fica mais viscoso e de coloração escura.
Observações	A fuçura ou fressura, denominação popular "das partes do porco" que compreende garganta, pulmão, coração, fígado.

Fonte: Recolhido da tradição oral.

Para além da prática e conhecimentos relacionados a arte culinária, no "dia a dia", a carne de porco era servida guisada. Assada ou guisada a carne de porco era acompanhado de arroz branco ou "arroz misturado com feijão", muita farinha de mandioca ou a farinha na forma de farofa ou frito, nesse último caso, a farinha era misturada à carne ainda na panela, até dourar. A pimenta e o limão, apreciados por parte da população, acompanhavam os pratos.

O sangue do porco também era ingrediente para a feitura do chouriço, doce resultado do cozimento do sangue coagulado com banha de porco, rapadura, castanha de caju, leite de coco, farinha de mandioca e especiarias como canela, cravo, gengibre e sal.

Câmara Cascudo (2008, p. 299) descreve a receita de outro doce, de tutano de chambão (tíbia de boi), "com um pedaço de pau, bate-se na parte superior do chambão e deixa-se que o tutano caia na tigela de louça. Em seguida, adiciona-se rapadura ralada, bate-se bem com uma colher de pau, e está pronto o doce que é também fortificante poderoso."

A doçaria do Nordeste da pecuária é muito diferente do Nordeste açucareiro. No Nordeste da pecuária, ingredientes de origem animal, sangue e tutano, na feitura de doces; no Nordeste do açúcar, produtos de origem vegetal, uma profusão de frutas em calda, como se observa na

obra “Açúcar” de Gilberto Freire (2008). Essa doçaria própria do sertão do gado, quase desapareceu ou resiste em espaços limitados.

Considerações finais

No Piauí, a pesquisa historiográfica priorizou o estudo do rebanho de gado bovino em detrimento dos demais rebanhos, carecendo olhar mais cuidadoso para com o gado suíno, ovino e caprino. O estudo dos rebanhos se articula com processos econômicos e sociais do mundo rural, não pode ignorar a centralidade da lavoura de alimentos e da criação de terreiro, assim como da caça, pesca e coleta vegetal como “meio de vida” da população. Estudos dessa natureza são necessários para avaliar as implicações na vida dos animais, a dimensão das mudanças produzidas nos sistemas de criação e abate, no controle e distribuição da carne.

Na primeira metade do século passado, a maioria da população piauiense encontrava ocupação nas atividades de subsistência, a pecuária bovina não tinha relevância social, ocupa pouca mão de obra e ofertava poucos produtos para alimentação, se comparada ao cultivo de alimentos e criação de animais de pequeno porte.

O cultivo de alimentos se destacava no conjunto das atividades, produziam basicamente arroz, feijão, milho, mandioca e cana de açúcar, para abastecer as famílias lavradoras e também o mercado local. A criação de animais para abate, com destaque para a criação de porcos, era rentável e vantajosa, pois oferecia ocupação para os grupos familiares, alimentava os criadores e permitia a formação de pecúlio que cobria parte de suas necessidades de consumo.

A modernização das atividades agropecuárias, a partir de meados do século passado, atingiu duramente o sistema de produção voltado para o sustento das pessoas. Vale ressaltar que no Brasil, vivemos uma época de produção de comida nunca vivenciada antes, produz-se o necessário

para saciar a fome de todos, entretanto, poucos têm acesso à alimentação, é o que aponta dados do IBGE (IBGE, 2020).

A sociedade piauiense é atravessada por esse processo de mudança na produção de alimentos, atingindo também os hábitos alimentares. Procedimentos culinários, rica troca de conhecimentos e técnicas passadas de geração para geração, também foram esquecidos. Nessa segunda década do século XXI, discute-se muito sobre segurança alimentar, a busca por “comidas de verdade”, para isso é necessário conhecer antigos sistemas de produção, examinar antigos hábitos alimentares.

Referências

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

CALDART, Roseli S. [et. al]. **Dicionário da Educação do Campo**. Expressão Popular, 2012.

CALDEIRA, Clóvis. **Mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CALMON, Pedro. **História social do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

CARDOSO, Francisco da Silva. **Solar dos Furtados** (Fragmentos históricos, fotos, fatos e causos) Teresina, 2016.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia da alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2008

CASTELO BRANCO, Francisco Gil. **Ataliba, o vaqueiro**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

CASTELO BRANCO, Renato. **O Piauí: a terra, o homem, o meio**. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1970.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CAVALCANTI, S. S. **Produção de suínos**. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1984.

CHALHOUB, Sidney. “População e sociedade”. CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional**. v. 2. Rio de Janeiro: objetiva, 2012, p. 37-81.

CONSTATT, Oscar. **Brasil: terra e gente**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

COSTA, F.A. Pereira. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

COSTA, F.A. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

DURÃO, Antonio José de Moraes. *Descrição da Capitania de São José do Piauí —1772*.

MOTT, Luiz. R. B. *Descrição da Capitania de São José do Piauí —1772*. **Revista de História**, [S. l.], n. 112, 1977, p. 543-566.

FREYRE, Gilberto. **Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Global, 2008.

GAMEIRO, Alvina. **Contos dos sertões do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, Projeto Petrônio Portella, 1988.

GAMEIRO, Alvina. **Curral de Serras**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

IBGE. **Sinopse estatística do estado do Piauí**, n.4. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil**. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em 16 de março de 2022.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

KNOX, Miridan Brito. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Teresina: Projeto Petronio Portela, 1986.

LIMA, Francisco de Assis de. **Campo Maior em recortes**. Campo Maior: edição do autor, 2007.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronald. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

MARIANTE, Arthur da Silva; CAVALCANTE, Neusa. **Animais do descobrimento: Raças Domésticas da história do Brasil**. EMBRAPA, 2006.

MARTINS, Agenor de Sousa [et. al]. **Piauí – evolução, realidade, desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

MATOS, Matias Augusto de Oliveira. **Pelas quebradas, várzeas e chapadas: uma viagem gastronômica pelo Piauí**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2007.

MENDES, Herllys Torres. **De Marvão a São João: a história de São João da Serra – Piauí**. Teresina: Gráfica Rima, 2020.

MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MUYS, Dick; WESTENBRINK, Geert. **Criação de suínos nas regiões tropicais**. Wageningen: Fundação Agromisa, 2004.

NEVES, Abdias. **O Piauí na Confederação do Equador**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

OLIVEIRA, Antonio José de. **Engenhos de Rapadura do Cariri**: Trabalho e Cotidiano (1790-1850). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2003.

PASSOS, Artur. **Nas ribas do Gurgueia**. Teresina: APL, FUNDAC, DETRAN, 2009.

PIAUI. **O Piauí no centenário de sua independência, 1823/1923**. Teresina, 1923.

PIAUI. **Almanaque do cariri**. Edição especial dedicada ao estado do Piauí, em homenagem a sua capital, pela passagem do seu primeiro centenário, 1952.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

ROCHA, Lucas Vinicius Erichsen da; CARVALHO, Alessandra Izabel de. “Mapeando cerceamentos e o lugar da matança animal: o caso do Matadouro Municipal de Ponta Grossa em fins do século XIX”. **Antíteses**, vol. 10, nº 19, Universidade Estadual de Londrina, jan./jun.2017, p. 397- 424.

RODRIGUES, Cleiton Amaral. **Estação Longá**. Catequese, família, prestígio e poder na formação político-social batalhense. Teresina: Gráfica Pinheiro, 2010.

SAMPAIO. A. J. **A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia**.

São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo.**

São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

“[...] INTRODUÇÃO DO ARADO NO PIAUHY”: notas sobre a lavoura e os homens livres e pobres nos Oitocentos

Francisco Gleison da Costa Monteiro

Introdução

A História Agrária do Piauí ainda há muito por estudar e compreender o seu processo histórico, sobretudo, nos primeiros momentos da colonização e a fase do império. Claro, essa carência de estudos não finda com estes recortes temporais, pois nos séculos subsequentes a escassez prevalece e o que procuramos alertar com esse estudo é a necessidade de ampliarmos às áreas de estudos e problematizarmos os diversos sujeitos que viveram nas extensas terras do Piauí.

Às fontes custodiadas nos acervos do Arquivo Público do Estado Piauí e no Núcleo de Pesquisa em História (respectivamente, doravante, APE-PI e NUPEM), encontramos nas correspondências, relatos de memórias, regulamentos, relatórios, leis, códices, jornais, uma infinidade de informações que nos permitiram a historicizar e a cruzar dados sobre a vida cotidiana dessa população.

Para tanto, é sabido que se uniram a pecuária a agricultura, que nestas terras foram abundantes. Ainda no século XVIII encontramos relatos importantes sobre as práticas da agricultura descritas por José Martins Pereira D'Alencastre sobre o Piauí. A riqueza de detalhes nos impulsiona para interpretar o “boom” do desenvolvimento da produção do algodão e do fumo, que foram cultivados no Piauí, por este ter “bons terrenos, e o amor ao trabalho”, mas avaliamos a descrição como uma visão pessimista e insistente, por associar a desvalorização do lavrador ao manejo dos equipamentos agrários e ao trabalho regular.

A pecuária, a lavoura e os braços livres

Esses discursos foram constantes nas narrativas sobre o trabalho no campo e a escoação de mercadorias. Assim, com a decadência da lavoura registrou-se que seu definho foi, “porque os lavradores se tornaram criadores, porque este trabalho era mais commodo e leve” (D'ALENCASTRE, 1854, p. 64). Logo, o autor nos induz a pensar a ausência de técnicas e ciência para o “amanho das terras” e que toda tarefa que se desenvolvia “sempre é incompleto, e ainda imperfeito”, exatamente pela falta de esmero com os utensílios do trabalho – o arado, a enxada e a foice. Por isso,

Geralmente há no Piauí uma grande repugnância para a lavoura, e se fazem a lavoura de primeira necessidade, é porque sem ella morreriam de fome; o instinto pois da propria conservação é quem aconselha os filhos do Piauí a plantarem milho, feijão, arroz e mandioca (D'ALENCASTRE, 1854, p. 64).

Notamos que D'Alencastre assinala, com intensidade, que a população local tinha “grande repugnância para a lavoura” e que não existia preparo algum por parte dos lavradores nos moldes de lavrar a terra e não apresentava destreza alguma com os manuseios dos instrumentos agrícolas,

mas era necessário zelar pela lavoura mesmo repugnando-a, já que “sem ella morreriam de fome”. Portanto, a “propria conservação” em plantar “milho, feijão, arroz e mandioca” era uma incidência básica para garantir a produção da alimentação do grupo familiar. Segundo Fonseca,

Existe a possibilidade de que a falta de cuidado com a terra, se devesse ao tipo de povoamento que prescindiu da família nuclear formada por homem, mulher e filhos. Não haveria razão para armazenar alimentos numa fazenda habitada majoritariamente por homens, na maioria escravos, quando a atividade principal era a pecuária e eram reduzidos os braços para o trabalho. Os laços de sociabilidade não seriam tão estreitos ou afetivos a ponto de suscitar este cuidado, que certamente seria maior quanto mais houvesse pessoas vulneráveis às intempéries, como as crianças. O homem adulto poderia se virar de qualquer modo pelos matos, caçar seu alimento, abastecer-se de frutas achadas durante a própria lida com o gado, e, finalmente, tirar mel pelos paus ou matar uma vaca, como informa o padre Carvalho (FONSECA, 2010, p. 33).

E continua Fonseca,

Por último, resta a hipótese de que os donos das terras proibissem a agricultura para aqueles que as arrendassem, já que esta era a principal atividade relatada. Assim, manteriam a exploração do trabalho na pecuária, com um sistema de partilha (a quarta) que além de lucrativo não oferecia riscos. Esta medida poderia ser uma cautela pra evitar que os rendeiros tivessem outras distrações ou prioridades e não reivindicassem para si aquelas terras. O risco seria que a agricultura pudesse lhes inspirar sentimentos de posse em relação à terra, ao contrário da vida desgarrada que tinham na lida com o gado, mais ao contento dos donos de muitas léguas de sesmaria (FONSECA, 2010, p. 33).

Como se vê, a análise de Fonseca conforta a conduta dos homens livres e pobres e abre um leque de possibilidades interpretativas para com-

preendermos os diversos ofícios ocupados e que, para além da obviedade da lavoura, esta população desenvolveu habilidades para explorar a natureza e dela sobreviver.

Desta feita, a população que vinha se ampliando e com o trajeto construído pelas pastagens e comercialização do gado começou a se fixar e a utilizar as terras locais para praticar a agricultura como outras formas de ocupação e sobrevivência; logo, desde os idos coloniais já era preocupação orientar essa população a modernizar a lavoura. Sobre essa questão, retomamos o relato de José Martins Pereira D'Alencastre.

Em 1798 o governo portuguez recomendou a introdução do arado no Piauí; os lavradores o receberam, porém pouco tempo depois o abandonaram, por impraticável o seu uso, segundo disseram, e impraticável pela natureza do solo, quase todo composto de mattos, chapadas e caatingas, e muito mais ainda, por variarem os agricultores a cada instante de terreno. Aquelles porém, que possuíam excellentes terras de brejo, onde não se encontram muitos tocos, e abundancia de raízes, e por onde o arado pode passar livremente, continuaram a usar do arado até que voltaram a velha rotina, e inteiramente o abandonaram, e por tal modo, que não há no Piauí hoje quem possua um d'este instrumentos, e raro será aquelle que o conheça (D'ALENCASTRE, 1854, p. 67).

Como vemos, as dificuldades de uso do arado não advêm da rejeição do lavrador ao instrumento, muito menos pela rejeição ao labor. As condições e a “natureza do solo”, que era “composto de mattos, chapadas e caatingas” fizeram o lavrador em algumas vilas a não optar por essa ferramenta, mas substituiu por outros utensílios apropriados às terras piauienses, sem anular o tão reivindicado pelos proprietários o “progresso” da lavoura pelo “o amanhã do solo” que “simbolizava a civilização” (THOMAS, 2010, p. 360).

Portanto, avaliamos, que a troca ocorreu pela necessidade de adaptação da relação profícua entre homem e natureza e por ser a criação do

gado mais propício para aquele momento à exportação, mas é possível aventar que a pecuária e a agricultura foram exercitadas contínua e simultaneamente. Entretanto, o movimento se deu a partir de uma relação conflituosa não apenas para garantir a concentração de terras, mas também na busca de ampliá-las para preservar e estender tanto os pastos para o gado, quanto para os plantios.

Por essa interpretação, não houve abandono ao “arado” por considerar que a lida com as “criações” fosse “commodo e leve”. Ao contrário, as agruras existiram com a prática da pecuária, sobretudo, esta atividade fora considerada pelos proprietários como principal produto para alavancar a exportação e acumular bens. Enquanto os pequenos lavradores não tinham percebido “o efeito do progresso material sobre o mundo da natureza” (THOMAS, 2010, p. 426) aos moldes da prática capitalista.

De forma diferente, proprietários e lavradores, internalizaram que a agricultura podia ser conciliada com a pecuária. Afinal, “a exploração dos animais”, além de ter assegurado o latifúndio, deu “sustento à maior parte das pessoas” (THOMAS, 2010, p. 425).

Para tanto, destacamos que a pequena lavoura serviu para dinamizar o comércio interno das províncias, mas ficou fora da relação dos produtos exportáveis. Notemos que, em 1860, Sebastião Ferreira Soares publicou o impresso, “Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brazil”, cujo intuito era informar aos demais leitores sobre a “produção e commercio” existente no Brasil imperial. Na verdade, sua obra nos induz a analisar a lavoura como uma cultura que ajudou a consolidar a economia imperial, mas não logrou êxito posteriormente, pois, os “braços que até certa época empregavão promiscuamente na cultura dos gêneros exportáveis, e nos demais commum alimentação” foi cedendo espaço para a “grande lavoura – café, açúcar etc. – e desprezando-se a pequena agricultura por ser menos lucrativa, como seja a do feijão, milho, mandioca, etc.” (SOARES, 1860. p. 19).

Certamente, esse efeito foi sentido também na província do Piauí, mas antes é preciso interpretar como a lavoura e a pecuária ajudaram a coletoria “piauiense” a manter suas receitas e orçamentos a partir da taxaçoão dos impostos efetivados pelo fisco provincial. Por exemplo, as taxaçoões para o gado vacum, cavalari e muar (Código das Leis Piauienses. Regulamento de nº 85, 9/09/1876), que os proprietários deveriam pagar dois terços da produção total de cada espécie. Além destes, somam-se a aguardente, com imposto de 40% (Código das Leis Piauienses. Resolução nº 713, 08/09/1870), 5% sobre o algodão exportado e 5% sobre a produção do fumo, tatajuba, carne seca e sebo; também quatrocentos reis sobre cada couro seco ou salgado; cem reis sobre cada pele miúda exportada, e duzentos reis sobre cada meio de sola ou vaqueta exportada (Código das Leis Piauienses. Regulamento de nº 86, 12/10/1876).

No entanto, o que fica implícito são os braços livres que não foram contabilizados nos trabalhos da pecuária, lavoura, extraçoão e de outros produtos que, consolidados com o mercado nacional (SOARES, 1860. 1865, p. 104), também ajudaram na produção e escoamento desses bens.

Em relação à cotonicultura, por exemplo, a produção local ficou distante do nível nacional, inclusive, a receita provincial registrou baixa na cultura desse produto que obteve uma variação em arrobas de 27,018 a 31,122, respectivamente, entre os anos de 1854-1864 (Relatório do Presidente da Província do Piauí, 09/09/1867. Anexo 8). Portanto, a produção algodoeira no Piauí era desproporcional quando comparada ao Brasil, ou mesmo quando comparada à produção do Ceará ou Maranhão (SOUSA BRASIL, 1863-64).

Em levantamento realizado em vários compêndios, ensaios de autores/memorialistas oitocentistas, é difícil encontrar subsídios relacionados à produção macro da Província do Piauí. Assim sendo, esses números são questionáveis, pois somente deram notabilidade para os produtos que tiveram baixa cotaçoão na pauta de exportação, mas, para o mercado in-

terno inexistem informações, avaliamos que foi produtivo e fez circular moedas, produtos e gerou empregos.

Dessa forma, averiguamos que, no terceiro quartel do século XIX, alguns registros importantes nos apresentam uma guinada na produção algodoeira, mas logo declinou. Os registros apontam o contrabando (FALCI, 1995) da produção, de escravos, e a falta de incentivos provinciais na abertura de estradas e no abono fiscal.

Portanto, seguiremos esse fio condutor para contextualizarmos as ocupações e os modos de viver dos homens livres e pobres, que diretamente trabalharam na produção dessas culturas, pois há informações, que precisamos apontar, relacionadas à lavoura que podem nos auxiliar na interpretação dessa dinâmica no interior do Piauí.

Inicialmente, podemos problematizar, por exemplo, a questão da monocultura, que não foi a única produção do Brasil no período Colonial e nos idos do século XIX. Neste sentido, é importante citarmos Maria Yedda Leite Linhares, ao enfatizar que é “errôneo pensar que o Brasil viveu de açúcar” (LINHARES, 1996, p. 135). Para tanto, qual a importância da agricultura dos alimentos? Questiona a historiadora. E podemos acrescentar: e a caça? E a pesca? Muitos viviam do extrativismo (QUEIROZ, 1993), que era praticado por diversos homens que se embrenharam sertão adentro do Piauí. Estes foram sujeitos que, de fato, conheciam a diversidade da fauna e flora local.

O contato com a natureza nesses sertões foi produtivo, mas pouco se registrou acerca dessas atividades, pois diversos foram os sujeitos que, para garantirem a sobrevivência, exploraram várias formas de plantações em matas fechadas ou extraindo delas óleos, pedras, plantas medicinais etc. Por esses trajetos, muito se extraiu, desde plantas medicinais até couro de animais, que fizeram muitos homens experimentarem a liberdade e, dessa relação homem/natureza, destacaram-se muitos silvicultores que trabalhavam como carvoeiros, colmeeiro, cortador de lenha, maniçobeiros, além da cera de carnaúba e do óleo de babaçu.

Somam-se a estes, as técnicas utilizadas no trato com madeiras, couros e barro para fabrico de casas, currais, utensílios, dentre outros.

Além destas profissões/ocupações, que não tinham o reconhecimento por parte das elites, inclui-se também aquela população livre na Província do Piauí, que se desdobrou em diversas funções formais, a exemplo do vaqueiro (FALCI, 1995, p. 161), e informais (camaradas, lavradores, roceiros, etc.). O que nos permite expor que os homens livres e pobres viviam de suas pequenas roças, criações de animais e da prestação de serviços informais que simetricamente acompanharam as passagens das tropas e boiadas que se deslocavam do Maranhão à Bahia, ou em sentido contrário as cidades limítrofes do Ceará.

Assim, podemos inculir que não somente da pecuária vivia a população, e entre fazendas e pequenos sítios faziam plantações, criavam animais, vendiam e trocavam seus excedentes entre os vizinhos da própria localidade. Como vemos eram, os homens livres, habituados à labuta diária, embora não fossem agregados, estavam desenvolvendo atividades que, acordadas de forma verbal, realizavam serviços sazonais nas roças de diversas fazendas. Apesar de as críticas focarem naqueles homens livres que não se dispuseram a agregarem-se, para os que se fixaram nas propriedades estes foram vistos como pessoas de índole “boa, e fáceis de levar aonde necessário fôr” (MACHADO, 1854, p. 63).

De fato, logo ao amanhecer o dia, parte dessa população (KOSTER, 1942) seguia para as atividades nos vastos campos, levando na capanga de couro alguns de seus apetrechos: cartucheira, pólvora e alimentos. “O bacamarte também lhe vinha a tiracolo e via-se-lhe à cintura uma larga faca de cabo de prata metida na bainha”, assim expressa Francisco Gil Castello Branco, em seu romance “Ataliba, o vaqueiro” (CASTELLO BRANCO, 2012, p. 36).

Nos roçados ou nos momentos em que seguiam com o rebanho acompanhando as trilhas dos rios que cortavam as fazendas, também aproveitavam estes espaços para “caça[r]” e os “cães, espingardas, cavalos...”

(MACHADO, 1854, p. 63), eram basicamente seus companheiros nos movimentos que faziam pelas veredas.

Além da caça, praticavam também a pesca, para qual utilizavam “Aparelhos e instrumentos empregados para a pescaria. Como arrastão, tarrafa, munzuá, landuá, grozeira, jequis, espinhel” (BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889, p. 99). Une-se a essas atividades o comércio de minerais, como “crystal, breu, sal, caparrosa e outros” (LAGOS, 1866, p. 05), que podiam ser obtidos em Marvão por intermédio do Major Antonio Romeiro da Silva.

Segundo Manuel Aires de Casal, soma-se a esse comércio o manejo com a terra e a produção de produtos de primeira necessidade, pois as áreas extensas eram fecundas. Assim,

O terreno em partes he substancioso e apropriado para a cultura da mandioca, milho, legumes, arroz, canna d’assucar, e tabaco: de tudo se recolhe o necessário para o consumo do paiz. O tabaco nas margens do Parnahyba passa na opinião de muitos pelo melhor do Brazil; ao menos he o mais caro, e preferido ao aprovado da Bahia. Já grandes plantações de algodoeiros, cuja produção fornece um grosso ramo de commercio (CASAL, 1817, p. 245).

Até aqui constatamos que o Piauí teve internamente uma intensa produção agrícola e que, paralelamente, à pecuária, ajudou a ampliar a circulação de trabalhadores entre os espaços rurais. Essa oferta de trabalho reforça a hipótese de que esse movimento assentou uma população flutuante que atravessava esses sertões. Em meados do século XIX, os produtos apontados por Aires de Casal, além de outros, também podiam ser encontrados em diversos estabelecimentos comerciais ou espalhados pelas feiras semanais localizadas nas diversas vilas da província. No setor formal, as informações estão contidas na publicação de Antonio Francisco de Paula Soares, que trata da Estatística Comercial do Brasil, que enfatiza:

Segundo a estatística official de 1854-55, continha Piauhy 298 casas commerciaes e industriaes, sendo 235 nacionaes e 63 estran-

geiras; mas, segundo a estatística de 1863-64, tem actualmente 419 casas commerciaes, fabris e industriaes, sendo nacionais 378, e estrangeiras 41; de sorte que tambem se póde dizer que o commercio desta provincia está completamente nacionalizado, porquanto neste decennio foi augmentado de 184 casas todas de nacionais, tendo diminuido das estrangeiras 22 (SOARES, 1865. p. 257).

Podemos observar que pela intensificação desses comércios e indústrias, uma pequena elite começava a se consolidar, e em torno dessa dinamicidade da produção notamos a ampliação e a circulação de produtos e mercadorias que se estendiam por todo o território piauiense, possibilitando a intensificação da compra e troca de artigos de necessidades básicas. Indagamos que nessas “casas comerciais” eram vendidos os excedentes da produção do algodão, fumo, vestuários, cereais, carnes de charque, cera de carnaúba, couros e outros artigos.

Era um comércio intenso, por exemplo, para o homem sertanejo do Piauí o couro representou diversas possibilidades de transação, mas antes de repassar o produto na forma de manufatura estes serviam de uso para si e sua família. Segundo Odilon Nunes, “Não só vestiam couro, como dele faziam calçados, chapéus, tambores, portas, camas, alforjes, surrões, bruacas, peias, mochilas, cangalhas, selas, caronas, borrachas para carregar água, relhos que serviam de cordas, e muita cousa mais” (NUNES, 2014, p. 109).

A venda desses produtos e a ampliação das casas comerciais serviram para dinamizar o comércio, mas não superou as atividades pecuárias. Ainda em meados das décadas de 1850/60, vemos a ampliação de outras culturas, concordamos com Teixeira da Silva, quando este afirma que a “associação gado-tabaco-mandioca” (SILVA, 1997, p. 118) se estendeu por tempos nessas terras.

Voltemos às narrativas de Francisco Xavier Machado. Ao tempo que o viajante Machado procurava esmiuçar as práticas cotidianas dos habitantes dessas terras indica também, acidamente, como via os pobres.

Anteriormente, os pobres foram citados como sendo de “índole boa” e suspeitamos de que o autor se referia apenas àqueles trabalhadores agregados aos fazendeiros, mas, posteriormente eles aparecem como sendo sujeitos dissolutos, o que abre possibilidade para que estes sejam relacionados juntamente com os homens que não se adaptaram ao trabalho sistemático. Logo,

Os pobres são sujeitos á bebida da cachaça, a pitar, e às danças e toques próprios do paiz, fáceis em commetter crimes, logo que a isso os induzam, desmazelados e preguiçosos; talvez a abundancia do paiz concorra para estes males, porque, activamente sem precisão, raras vezes se encontram (MACHADO, 1854, p. 63).

Vejamos que os homens dos sertões desta província deixaram de ser “bons” e passaram a ser vistos como indivíduos “sujeitos à bebida da cachaça, a pitar, e às danças” e ainda “desmazelados e preguiçosos”. Provavelmente, o viajante esteja se referido à rejeição e à indisciplina desses homens em relação ao trabalho regular, mas, anteriormente, falamos dessa dicotomia entre os trabalhos regulares quando nos referimos aos agregados e dos trabalhos sazonais, para aquele grupo de trabalhadores que prestavam serviços temporários e não estavam submissos aos fazendeiros. Por outro lado, essas práticas podem ser consideradas como momentos de descanso dos afazeres (regulares ou não) e articulados com as ocasiões dos lazeres.

Esses discursos aparecem com constância nas exposições do poeta Gonçalves de Magalhães, quando acompanhava o Cel. Luís Alves de Lima e Silva, no contexto da Balaiada, também reforçou a visão pejorativa que tinha dos sujeitos destes sertões do Norte. Ao se referir aos homens livres do Maranhão de forma afrontosa, tendo-os como:

[...] homens ociosos, sem domicilio certo, pela mór parte de uma raça crusada de índios, brancos e negros, a que chamam cafusos, os quaes são mui amantes d'esta vida meia errante, pouco dados a outros misteres e muito à rapina e à caça, distinguindo-se apenas

dos selvagens pelo uso da nossa linguagem. São estes homens de índole cruel pelo habito de pastorar e matar o gado, consumindo o resto da vida em ocio ou em rixas (MAGALHÃES, 1858, p. 17).

Notamos que o referido poeta desclassifica a população livre maranhense por terem estilos de “vida meia errante”, e desta “gente bruta há grandes manadas n’esta província”. De forma comparativa, estende-se para as pessoas que existiam nas partes do “Piauhy e Ceará, analogas a estas pelos usos e costumes” (MAGALHÃES, 1858, p. 17).

Em estudos sobre o movimento da Balaiada no Piauí, a historiadora Claudete Dias indica que o uso de certos termos como “vadios”, “facínoras” e “ralés” fôra usual e serviram para definir, a partir do discurso das autoridades, as “pessoas simples e pobre” na província do Piauí ainda nas primeiras décadas do século XIX (DIAS, 1996, p. 121-194).

Analisemos que essa foi a forma que intelectuais, autoridades e viajantes encontraram para descrever os sujeitos pobres do Norte que para aquela época tinha-os como uma população hostil. Ainda, complementa Odilon Nunes, que estes discursos reforçam uma vida dedicada “à preguiça e vadiagem em que vivia a população do Piauí, que tinha profundas inclinações para o crime em todas as escalas”, cuja “[...] a vida era fulcral e fácil” (NUNES, 2014, p. 101).

Com isso não queremos desconsiderar que estes discursos não contribuíram para a história e a geografia no sentido de nos fornecer informações antes nunca registradas. Concordamos que, na verdade, são importantes relatos antropológicos, mas por vezes, são ásperas e generalizantes, principalmente, ao descreverem os homens livres e pobres e suas experiências de vida, pois sempre pontuam as práticas ociosas como vadiagem. Essa visão deu estabilidade a uma hierarquia social marcada tanto pela condição social, quanto pela cor.

Os discursos dos viajantes tornaram-se ferrenhos e de longo alcance. Com isso podemos avaliar que o século XIX sentiu sérios reflexos destas análises, que se espalharam por meio dos relatos destes que consideravam os pobres

como sujeitos arredios ao trabalho. Essa visão se ampliará, conforme veremos, pois, em plena decadência da ordem escravocrata, os homens livres passaram a ser hostilizados pelos olhares dos poderes executivo, judiciário e policial. O discurso também ajudou a estratificar ainda mais a sociedade. De um lado, a elite, com fome de progresso às custas dos menos abastados; do outro, os livres pobres, que, expropriados de terras e de recursos materiais, tendiam a ser agenciados para trabalharem nas fazendas.

Os relatórios provinciais apontam certa produção que nos alerta para a presença efetiva do trabalho escravo e dos homens livres, estes estavam arando a terra, tagendo o gado, aprendendo ofícios, realizando tratos, negociando nas feiras (ANDRADE, 1974, p. 58-87). A exemplo prático, era o “algodão” que florescia “perfeitamente em certa zona à margem do Parnahiba” (Relatório do Presidente da Província do Piauí, 02/07/1857, p. 11), além da lida na produção das extrações, conforme citamos anteriormente. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela: Produção agrícola da Província Exportados nos decênios de 1854/1855 a 1863/1864

Exercícios	Algodão em rama arrobas	Animais vivos nº	Chifres nº	Couros diversos nº	Sola nº	Tatajuba arroba	Fumo em rolo arrobas
1854 – 1855	27,018	410	6,704	25,933	8,131	5,600	322
1855 – 1856	23,702	1,763	17,062	38,039	6,741	6,546	666
1856 – 1857	23,847	329	12,365	26,574	8,941	6,690	-
1857 – 1858	16,406	464	12,610	17,952	7,940	9,590	1,117
1858 – 1859	27,655	38	-	152,501	4,940	4,916	261
1859 – 1860	15,174	1,361	-	430,320	89,443	24,125	389
1860 – 1861	19,626	2,017	154,301	520,054	91,199	21,893	792
1861 – 1862	23,369	3,677	4,724	514,869	61,545	14,700	-
1862 – 1863	29,174	4,803	2,400	530,906	40,177	28,805	2,051
1863 – 1864	31,122	4,749	4,628	583,584	75,787	20,300	867
Total	237,093	19,611	214,731	2,840,732	395,214	143,165	6,465

Fonte: NUPEM. Relatório do presidente da Província do Piauí, Dr. Franklin Americo de Meneses de Dória, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Impresso na Typ. B. de Mello, San Luiz. 12/07/1865. p. 39

Como podemos perceber, além da pecuária e seus derivados destacaram-se, a partir de 1854-1864, outros gêneros que foram movimentando a alfândega e se destacaram na produção interna e externa da Província. Destacam-se o algodão, tatajuba e fumo, que deixaram de ser simples matérias-primas para marcar a pauta das exportações.

Dentre estas culturas, o algodão era, de fato, o que mais prosperava na província. Em matéria de destaque na Exposição Nacional de 1866, o senhor Dr. Antonio José de Souza Rego remeteu à comissão provincial uma lista de “produtos naturaes e industriaes que são nella abundantes” e se destacam pela “variedade e excellencia de seus productos” (LAGOS, 1866, p. 01). Em meio à exposição merece ênfase pela abundância o “Algodão branco de différentes qualidades, de cores amarella gemma d’ovo e azulado, em capulho, em rama e descarçado”. Ainda na Vila de Campo Maior, através do contato com o Tenente-Coronel Florêncio Alves da Fonseca, podia-se encontrar o “algodão cor de gemma d’ovo”, e, por intermédio do Capitão Francisco Ignacio da Fonseca, que residia em Marvão, o “algodão azulado” (LAGOS, 1866, p. 04).

Noutra narrativa, o francês Louis-François Tollenare registrou que nas margens do rio Parnaíba eram produzidos os melhores algodões das províncias do Brasil, inclusive, melhor que a do Maranhão e Ceará. Na região podemos citar um dos maiores produtores de algodão, o Cel. Simplicio Dias da Silva que possuía vastas extensões territoriais e por isso tornou-se conhecido como “um dos mais opulentos particulares do Brasil” (TOLLENARE, 1905. p. 162).

Falta de estradas, epidemias e a seca

Mediante as considerações em relação às produções internas da província, notamos que as ações da pecuária e da agricultura foram primordiais para promover a economia local e fixar a população. No entanto, outro

assunto aparece no debate e se relaciona diretamente com essas produções, que seja a problemática do escoamento terrestre dessas mercadorias no interior da província e que na segunda metade do século XIX se intensificou.

Destarte, essa produção, na década 1850/60, foi fortalecida por meio do transporte fluvial, e o “commercio exterior se faz [ia] pela Parnahyba onde tem [tinha] uma alfandega; mas a provincia recebe grande quantidade de mercadorias estrangeiras por Caxias e das [regiões] vizinhas” (SOUZA BRASIL, 1864. p. 400).

É certo que a exploração dos rios para a escoação de mercadorias começava a tornar essa opção viável, mas também consentiu brechas para o contrabando de mercadorias. Alguns indícios para essa interpretação é possível a partir de vendas de barcas e do comércio ilegal feito às margens dos rios. O jornal “O Propagador”, na data de 1858, noticiava a venda de uma “barquinha” para o transporte de sal. Os interessados deviam procurar, em Teresina, Antonio Moreira do Carmo. Essa podia se considerar de maior porte que as canoas, pois

(...) carrega 120 alqueires de sal, ou pouco mais; está reconstruída de novo, bem paramentada, com ferro, corrente, cabo e canoa de espia, e todos os mais utensílios. É rasa tem bom commodo para carregar, saccas, e vende-se muito em conta, a praso ou a dinheiro a vista (O Propagador, 22/12/1858, p. 04).

A “barquinha” do senhor Antonio Moreira do Carmo tinha a capacidade de transportar vários gêneros e deslocar-se sem interrupções do fisco, pois, pela capacidade e expressividade do anúncio de venda, supomos que tivesse legalizada. A circulação de mercadorias em pequenas embarcações foi recorrente e o trânsito foi intenso, as dificuldades estavam atreladas para as embarcações de grande porte que faltava infraestrutura. Nessa matéria, queixavam-se os presidentes provinciais sempre que possível em seus relatórios. Para citarmos um exemplo, vejamos que, no primeiro dia do mês de julho de 1854, o presidente Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho enfatizava:

Não obstante ainda não temos a navegação à vapor, e ser insignificante a de canoas e gabarras antes da trasladação da Capital para esta localidade, com tudo ja esta ultima se vae desenvolvendo consideravelmente, pois muitas tem aqui chegado vindas da cidade de Parnahyba, conduzindo gêneros estrangeiros e outros de diversos pontos da Província, trazendo farinha, milho e mais artigos de alimentação, podendo-se dizer, que dos objetos de que fallo, é a Capital abastecida pelo rio (Relatório do Presidente da Província do Piauí, 01/07/1854. p. 18)

As canoas eram um dos transportes que se somavam aos animais para transportar mercadorias e, pela falta de outras opções, muitos indivíduos se lançavam nos rios com seus barcos transportando vários gêneros alimentícios, às vezes, efetivando as entregas formalizadas pela compra ou fazendo circular as cargas roubadas.

Analisando a falta de transporte para deslocar essas mercadorias, podemos dizer que essa estrutura causou sérios transtornos ao fisco e aos comerciantes, logo, a “Capital [era] abastecida pelo rio”, pois o projeto de navegação a vapor caminhava lentamente e as reivindicações para sanar essa problemática era ao menos aprovar um regulamento para controlar as tripulações de canoas que circulavam pelas margens do Rio Parnaíba. A instalação da navegação a vapor (GANDARA, 2010) poderia sanar vários problemas: circulação de mercadorias com mais rapidez e segurança, controle na arrecadação de impostos e a prevenção dos roubos das cargas nas pequenas embarcações.

Por conta dessas investidas era comum tanto o contrabando de mercadorias, quanto a fuga de criminosos em rios limítrofes. Muitos passavam pelo Rio São Francisco e refugiavam-se em Pilão Arcado, Termo da Província da Bahia. Assim era enfatizado no relatório provincial:

É recurso muito usado entre os maiores criminosos, passarem rios caudaes, que dividem esta com outras Provincias, logo que commettem crimes, afim de se porem fora do alcance das diligencias que vão capturar, pois embora as autoridades policiaes

estejão convencidas de que é lícito faze-los perseguir, ainda fora dos respectivos districtos, todavia o receio de exporem as forças encarregadas dessas diligencias á serem rechaçadas por bandos de malfeitores que vivem protegidos nas margens dos mencionados rios, os faz recuar na empresa de os prender (Relatório do Presidente da Província do Piauí, 01/07/1850, p. 04).

O que incomodava as autoridades era a falta de estrutura que não era disponibilizada para proteger as fronteiras contra esses “criminosos”, tornando difíceis as ações das “diligencias” que fossem capazes de prendê-los, pois estes encontravam nos rios a proteção por outros compassas. Daí o recuo das ações policiais a estes ditos sujeitos. No entanto, apesar do pouco contingente policial, as ações não cessavam. Encontramos diversas correspondências que a Secretaria de Polícia enviava aos Delegados, informando que o movimento de pessoas clandestinas circulando nas margens dos rios foi intenso, inclusive, para o transporte de mercadorias contrabandeadas. De fato, em 31 de Janeiro de 1863, Antonio de Barros estava praticando esses delitos:

Il^{mo}. S^{nr}. Constando nessa Repartição que Antonio de Barros, condenado quatro annos de prisão com trabalho pelo Juiz de Campo-Maior, por crime de furto, está residindo nessa Cidade, e que ainda negocia em canoa pelo rio; na ausencia do D^f. Chefe de Policia, muito e muito recomendo V.m^{ce}. a captura do dito criminozo, e certo que nesse sentido fará a mais activas diligencias. – Deos Guarde a V.S^a. – Il^{mo}. S^{nr}. Delegado de Policia do Termo de Parnahiba – Delegado de Policia – Marcelino Ferreira de Carvalho (Livro de Registro de Correspondências com Autoridades, 1867)

Os apontamentos policiais registraram Antonio de Barros como sujeito delituoso na prática de furtar, por isso necessitava de diligências para prendê-lo, porque o criminoso estava livre e “negocia[ava] em canoa pelo rio”. Esse não foi um caso isolado, pois foram muitos os flagras

realizados pela polícia, durante as operações que objetivavam conter as canoas ilegais que transportavam os mais diversos produtos.

As investidas que ocorriam nas estradas de terra tinham as mesmas proporções, pois, segundo relato de George Gardner, nas paragens para descanso era notório o trânsito comercial e de pessoas nas estradas que ligavam o Ceará com o Piauí: “Carros cheios de algodão e couros desciam, enquanto outros, bem como tropas de cavalos, subiam carregados de mercadorias europeias e de sal, que é raro e caro no interior” (GARDNER, 1942. p. 131).

Logo se vê, pelas descrições do viajante, que os produtos eram de grande valor e de necessidades básicas para conservar alimentos e manter as reses alimentadas, como era o caso do sal e da farinha. Prontamente, os assaltantes, percebendo que os comboios transportavam cargas valiosas, sempre projetavam ofensivas aos comboieiros que cruzavam essas bandas para realizar negócios. Estes eram constantemente acometidos por roubos e, às vezes, eram assassinados. Em 10 de dezembro de 1853, em Oeiras, foi preso José Luiz Ferreira Nunes, por ter assassinado “dous moçôs, que tinham vindo da Bahia com negocio de Fazenda” (Correspondência da Secretaria de Polícia, 1850).

De certa forma, as pessoas que se deslocavam de outras praças para negociar no Piauí, bem como as que se deslocava do Piauí transportando gêneros para as feiras, se depararam com vias ruins para o trajeto, e essa dificuldade de tráfego facilitava a ação dos ladrões, que saqueavam as cargas e raptavam bois ou cavalos.

A Província do Piauí, na segunda metade do século XIX, pela posição topográfica, se consolidou como lugar de passagem das tropas e boiadas, tinha uma das piores vias de comunicação do Império. Na verdade, não existiam vias de comunicação que fossem consideradas dignas, nem mesmo para unir os municípios ou mesmo que pudessem propiciar o escoamento de suas produções, porque as únicas vias de interligação eram as veredas deixadas pelas tropas das boiadas. Essa situação tor-

nou-se séria para os produtores, que, por não terem outra opção para transportar as mercadorias, avaliavam que essa forma de transporte em lombos de animais onerava as despesas e encarecia os produtos.

Como se vê, a falta de estradas gerou sérios empecilhos ao tema preferido dos presidentes provinciais, que era o “progresso material”. Isso significava atraso para a economia local, mas em meio às dificuldades, os negócios não foram impedidos, embora tenham prejudicado sua expansão. No entanto, seguiram os proprietários das fazendas e arrendatários locais produzindo e fazendo circular sua produção interna e externamente.

Pelos reclames, na década de 1850 vê-se uma tímida mobilização para a projeção de algumas obras com o objetivo de encurtar as distâncias entre as localidades e baratear os carregamentos e o transporte das lavouras. Para tanto, em 1857 era noticiado no periódico “O Auxiliador da Indústria Nacional” a construção da estrada que interligava Teresina e Caxias, no Maranhão. Assim dizia a notícia:

Ha estradas de grande desenvolvimento, que comunicam entre si os grandes centros de população, favorecem o movimento geral do commercio, condusem aos limites da provincia, e facilitam a acção da administração publica; e ao governo provincial incumbe sem duvida cuidar seriamente da sua abertura e melhoramento. Acham-se em andamento algumas d'estas, e entre ellas a de Caxias á Teresina, que por sua importancia exige consideraveis despesas, pois não deve considerar-se terminada em quanto não se poder prestar um serviço regular de diligencias, que transportem com rapidez, commodidade e segurança as mercadorias e viajantes, que as necessidades do nosso extenso commercio com o Piauhy põe em movimento entre as duas cidades. Falta-nos ainda uma estrada até a margem direita do Tocantins, que facilite o transito do gado, e o transporte dos couros para esta provincia, e alarque o consumo do nosso sal, assucar, aguardente, e generos de importação (O Auxiliador da Indústria Nacional, 1857, pp. 316-317).

No entanto, o ritmo de proposição de construção de estradas diminuiu pela falta de recursos e Oeiras, embora com o peso de antiga capital provincial, não tinha estradas para interligação interna e nem com as províncias limítrofes. Dessa forma, em 1866, o Dirigente Provincial Franklin Dória contratou o engenheiro Newton Cesar Burlamaque para avaliar essa situação.

Na sua análise, o engenheiro percorreu as estradas de Oeiras à Fazenda Conceição; de Conceição à Fazenda Nacional de Tranqueira; de Tranqueira à Fazenda Nacional de Nazareth; de Nazareth a Boqueirão; do Boqueirão ao Guaribas; do Guaribas ao Porto do Bom Jardim. Nessa última localidade encerraram-se as viagens que objetivaram avaliar as estradas do Piauí. O engenheiro aventou que a situação era caótica, mas alertou que desde o gerenciamento do Dr. José Antonio Saraiva já havia um projeto para ampliar as vias de comunicação de Oeiras com outras regiões, mas a proposta não avançou e o plano foi postergado por desconhecimento das “vantagens e utilidade [...] no melhoramento d’essa via de comunicação”. Agora, anos depois, o engenheiro alertava que (...)

o governo podia contar com auxílio tão eficaz dos lavradores e negociantes de Oeiras, hoje, que o espírito de civilização se acha em gráo mais elevado do que há 14 annos atrás, penso que V. Exc. Não invocará em balde o concurso dos que estiverem em melhores condições para favorecer uma empreza de tanta magnitude, visto que o interesse que d’ahi redundará é immediatamente em prol das classes mais abastadas (Relatório do Presidente da Província do Piauí, Anexo n. 8, 09/07/1866, p. 03).

As apreciações finais do engenheiro Newton Cesar Burlamaque merecem análises acuradas e a exigência de arrolamos alguns aspectos relacionados à “velha arte de governar” (MARTINS, 2007, p. 21), que, noutras interpretações, poderíamos nos referir às estratégias relacionadas aos espólios do regime colonial, conforme enfatizava Joaquim Nabuco (1889). Por isso questionamos: quais eram os “auxílios” de que necessi-

tava o governo? Porque o “espírito de civilização se acha em gráo mais elevado do que há 14 annos atrás”, para contribuir com as benfeitorias da província? Ora, analisamos que a província do Piauí estava necessitando de infraestrutura, e isso já vinha sendo relatado pelos dirigentes, segundo os quais o problema que mais afetava os produtores e negociantes era a falta de estradas.

Com base nestes dados, centra-se aí a proposta do engenheiro, pois, como não existiam recursos no Tesouro Provincial, a construção de estradas estava dependendo da “magnitude” dos “lavradores” e “negociantes”, que poderiam garantir o transporte de suas mercadorias com a construção de estradas usando os próprios recursos e utilizando seus agregados na obra.

A proposta do engenheiro era persuadir os proprietários de que essa empreitada era em “prol das classes mais abastadas”. No entanto, para não onerar os cofres públicos e dos proprietários, o engenheiro finalizou o relatório sugerindo que o presidente provincial deveria “sollicitar do governo imperial auctorisação para empregar no serviço das estradas alguns escravos e bois das fazendas nacionaes” – (Relatório do Presidente da Província do Piauí, Anexo n. 8, 09/07/1866, p. 03).

A carência de recursos na província acabava por gerar internamente a transferência de responsabilidade pública para o setor privado, se bem que neste período, segundo Maria Sylvia Carvalho Franco, essa tática foi “rotineira” (FRANCO, 1997, p. 129). De fato, no Piauí, essa estratégia foi recorrente e muitos proprietários ampliaram essa relação no empréstimo de casas para acomodar as instituições pública provincial em que a malha burocrática começou a improvisar cadeias, hospitais, escolas, dentre outras repartições.

A própria abertura e manutenção das estradas foram transferidas para o setor privado. Vejamos artigo 36, da Resolução de n. 886, de 29 de julho de 1874 da Vila de Picos:

Todos os possuidores de terras, vaqueiros e aggregados são obrigados a roçar os caminhos nos logares onde residem, todos os an-

nos, do mez de Junho a Setembro, a saber: as estradas d'èsta villa para Valença, para Jaicós, para Oeiras e para o Ricahão com a largura de seis metros, e todos os mais caminhos com a largura de tres metros; cortando os matos rente com o chão, quebrando barrocas de rios, riachos, grotas e ladeiras: mas deixando em curtas distancias arvores frondosas, comtanto que os seus ramos sejam aparados em altura que não incommode os transeuntes (Código das Leis Piauienses 1874, p. 101).

Registra-se que o não cumprimento induzia os sujeitos citados a pagarem multas. O que se percebe, pois, é que os apologistas da ordem e do progresso, ou seja, os homens letrados e das leis, “responsáveis” por organizar a formação da Nação e estruturá-la a seu modo ratifica a “velha arte de governar”; enquanto isso cabia às classes menos abastadas, caso dos homens livres e escravos, a submissão a estes, mas há controvérsias relacionadas a essa ação e uso desses homens e dos cativos na formação dos melhoramentos internos da província. O que nos resta aventar sobre a posição do executivo provincial e das sugestões do engenheiro Cezar Burlamaque é corroborar a ideia de Maria Fernanda Vieira Martins, segundo a qual, “antes de serem homens públicos, fossem representantes dos interesses e negócios dos grupos e famílias que os aproximaram do poder” (MARTINS, 2007, p. 21).

Como se não bastasse, soma-se a escassez de recursos provincial o flagelo da seca, que, na década de 1870, assolava a região (ARAÚJO, 2010; SILVA, 2005; DOMINGOS NETO, 1987), de forma a maltratar as populações internas e chegada na capital de diversos migrantes das províncias limítrofes. Uma população faminta e que clamava ajuda às autoridades competentes. Em 1870, noticiava o jornal “O Piauí”:

Em alguns pontos desta provincia consta-nos que a secca tem causado estragos consideraveis – em Oeiras, por exemplo, o caso vai tocando a um ponto assustador: os generos alimentícios desaparecerão de tal sorte que, ainda por alto preço, não se obtem um punhado de farinha. Por isto, pode-se bem avaliar o resto (Jornal O Piauí. Ano II, nº. 121, 19/02/1870, p. 04).

Em diversas vilas da província as características eram similares, os “es-tragos” causados pela seca foi desconfortador. As roças e as criações de animais foram devastadas e os “generos alimentícios desaparecerão”, logo, a busca por gêneros alimentícios para suprimir a fome do núcleo familiar tornou-se impreterível e migrar foi a única alternativa.

Em carta enviada ao jornal “O Piauí”, cujo título era “Secca e fome”, foi demonstrado que a calamidade continuava a açoiar. Sobre esse tema informava o noticiário que a

Freguesia de S. João do Piauí, dizendo que a secca por alli e pelos lugares vizinhos continua terrivel e assustadora, e que os generos de primeira necessidade estão por um preço que parece incrível; por exemplo: a farinha está a 23,3 reis a quarta; o feijão a 41,3600; a rapadura a 1000 (uma) e tudo mais desta maneira (Jornal O Piauí. Ano II, nº. 121, 19/02/1870, p. 04).

Como seria essa seca “terrível e assustadora” narrada pelos sujeitos que a vivenciaram? Quais foram os pedidos de socorros? Como sobreviveram? Como não se tornar pessoas arredias? Os indícios ou a ausência deles permite-nos ressignificar a resistência desses sujeitos, analisando-os a partir dos seus contextos, das suas experiências de vida e das tensões. Essa artimanha talvez nos sirva de elementos para rompermos com a ideologia veiculada nos discursos oficializados nos relatórios provinciais e nos jornais, segundo os quais, a de uma gente ignóbil, sem formação e de uma massa pobre que, segundo Abdias Neves, perambulavam “famintos, andrajosos e doentes”. Foi assim que “chegaram aqui Pedro Gomes, a mulher e uma filhinha - a Júlia” (NEVES, 2000, p. 41).

Nesse contexto, a lamúria fora estarrecedora, pois, não havia pastos, nem farinha e feijão. Segundo Francisco Gil Castello Branco,

As campinas estavam tostadas como se acaso uma torrente de fogo as houvesse sapecado; as folhas enroscavam-se, engelham-se como se fossem frizadas por um ferro encandescente; as avezinhas abandonavam seus ninhos e em bandos partiam pipi-

lando; as águas decresciam e o gado, mugindo lugubrevemente nos campos, tombavam exangue. A miséria invadia tudo de um modo sinistro (CASTELLO BRANCO, 2012, p. 67).

Em meio a uma seca que ocorria em períodos sazonais as dificuldades de arar o solo era dificultada, seja porque os pastos bons e as terras férteis foram afetados por conta das estiagens e a migração da população que foi inevitável. Nessa região a seca era imanente por isso a “miséria invadia tudo”.

Independente do contexto, as migrações e a rejeição da camada pobre em não se associar como agregado era considerado uma afronta para os proprietários. Para a elite local, essa gente ojerizava o trabalho, a religião e a educação. Une-se a essas particularidades a “excessiva indolência habitual da classe pobre deste lugar, que dominada pela preguiça, e sem menor providencia, trabalha somente para satisfazer as necessidades da vida” (Relatório do Presidente da Província do Piauí, 22/09/1856. p. 17).

Essa “indolência” merecia ações enérgicas, pois, somente assim a “preguiça” podia cessar e ceder lugar para a labuta. É exatamente assim que as autoridades idealizavam os pobres que estavam circulando nas vilas da província e prestando serviços avulsos. De fato, em 09 de janeiro de 1854, o discurso do Presidente da Província, Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho, enfatizando que,

Achando se esta Provincia ameaçada de secca attento a escassez e irregularidades do inverno e convindo prevenir em tempo quanto seja possivel os terríveis efeitos de semelhante flagello do qual comecção a ser vitimas certas Provincias e mesmo alguns Municipio d'esta, recomendo muito a V.m^{ce}. emprego de toda a sua influencia afim de persuadir aos lavradores e habitantes do Districto de sua jurisdicção, aque aproveitando as primeiras chuvas, empreguem todos seus recursos nas plantação em grande escala, da mandioca, milho, feijão, e arroz, para que se evite por este modo as tristes e calamitosos resultados de um mal tão desastroso. Certo de que V.m^{ce}. comprehenderá o imenso serviço que prestará aos

seus conterrâneos e em geral a humanidade, coadjuvando pelos meios (digo) de coadjuvar o mal que ameaça esta Província evitando pelos meios à seu alcance que a fome leva a consternação e o desespero ao seio das famílias, desde antecipo-me esse favor, e agradecer os serviços que espero de seu patriotismo e filantropia. Deus Guarde V.m^{ce}. – Antonio Francisco Pereira de Carvalho – Sr. Delegado do Termo de Oeiras (Livro de Registro de Offícios da Presidência, 1854).

Viu-se que em circular aos delegados dos Termos da província, o Dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho procurava expressar sua preocupação com a “escassez e irregularidades do inverno”, que vez por outra acometia a região, e isso parecia uma praga sem fim e com perdas colossais. Esse contexto de estiagem era mais exaustivo para os escravos e os agregados, que eram acometidos pelas autoridades a efetivar os trabalhos mais árduos que se tinha na fazenda.

Toda a campanha voltava-se para ocupar a força de trabalho, para evitar as perambulações, pois, avaliavam que nos períodos de estiagens majorava o número de homens livres que circulavam pelas vilas e fazendas em busca de lugares férteis para acomodar a família, mas, ao contrário do que pensavam as autoridades locais, eles intensificaram ainda mais as negligências aos ofícios e aos bons costumes; daí a ação de “persuadir aos lavradores e habitantes do Districto de sua jurisdição” a fazê-los, de certa forma, responsáveis pela escassez de alimentos e de chuvas, por isso, os delegados deveriam usar toda a força, para que os homens livres “empreguem todos seus recursos nas plantações em grande escala, da mandioca, milho, feijão, e arroz”.

Existia situação mais trágica que não haver alimentos básicos para sua família? A “consternação e o desespero” já tinham se acomodado no “seio das famílias” dos sertanejos, por isso cabia-lhes serem resistentes e enfrentarem os poucos recursos e bens para partirem, migrarem e não serem reescravizados (COSTA, 2014) pelos fazendeiros, tornarem-se

mendigos ou serem recrutados pelas escoltas do Exército com o propósito de servir a essa instituição, ou na Guerra do Paraguai (ARAÚJO, 2011). Nessas extensões, os sertões piauienses ficaram apinhados de gente que faziam ziguezagues de um lado para o outro; todos à procura de um riacho abundante para amainar a penúria do gado e dos entes. Por isso as ações dos delegados deveriam seguir ao “patriotismo e filantropia”, impedindo que esses homens e mulheres migrassem, para que a alimentação da elite fosse garantida, pois estes não iam a campo laborar na lavoura.

Nessa circunstância, o Presidente da Província do Piauí, Dr. Frederico D’Almeida de Albuquerque, segue sem atenuar e enfático em relação às aceções de homens livres, impondo-lhes responsabilidades aos caos. Vejamos:

A falta de conhecimentos profissionaes nos agricultores, a sua ignorância por tanto, que os inhabilita para dirigir convenientemente a industria a que applicão o seo trabalho, e emprego os seus capitães, em ordem a obter deles o maior lucro, os maiores benefícios. O pessimo estado das vias de comunicação e de transporte. [...] A falta de braços, principalmente de braços livres (Relatório do Presidente da Província do Piauí, 22/09/1856, p. 22).

As críticas sobre a falta de habilidade dos agricultores é persistente nos relatórios e nos jornais, inclusive, induzindo-os para modernizar a agricultura. Analisamos que estes não tinham como mudar essa conjuntura e fazer progredir a lavoura, pois, eram pequenos proprietários, não tinham terras próximas às ribeiras, as ferramentas disponíveis eram o machado, a foice e a enxada. O uso de outros instrumentos de trabalho dependeria de recursos e do tipo de solo. Como fazer avançar a “industria”?

No caso dos braços livres foi comum aproveitá-los como mão de obra para abrandar o ócio e empregá-los na construção de estradas para amenizar o “pessimo estado das vias de comunicação e de transporte” e aqueles fora do alcance das autoridades e dos proprietários foram nomeados com a pecha de preguiçosos por rejeitar o trabalho regular.

Desta maneira, avaliamos que os fatores das vias de comunicação e dos comércios ilegais nas margens dos rios, e, segundo o discurso oficial, a falta de braços livres causaram sérios problemas à província. Com a estiagem as dificuldades não arrefeceram, pelo contrário, era noticiado pelos jornais que a fome e a paisagem inóspita do sertão presenciou uma marcha de gente e se tornou lugar de passagem porque migra o piauiense para as fronteiras provinciais, mas chegam aqui também migrantes do Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Bahia e de outras divisões para esquivarem das lamúrias que lá se encontravam e talvez em pior estado de desastre.

Podemos estimar que eram inúmeros os problemas da província piauiense. A falta de investimentos permanecia e, com isso, agrava-se o problema das vias de comunicação, pois, inexistiam, também, planejamentos para linhas férreas que possibilitasse o escoamento dos produtos. Esse quadro aquilo que era visto como sinal de “atraso” na óptica político-administrativa. Sobre este aspecto, em 1874 o engenheiro André Rebouças relata que

A província do Piauí não tem ainda projecto algum de caminho de ferro geral; mesmo na categoria de caminhos de ferro provinciales só se projectou um pequeno caminho de ferro de oito kilometros de extensão, da cidade de Parnahyba à barra do rio Igua-rassú, que é em rigor um caminho de ferro de suburbio e nem um caminho de ferro provincial (REBOUÇAS, 1874, p. 140).

Desse modo, o engenheiro André Rebouças dá destaque à linha férrea para o escoamento dos produtos e também corrobora com os discursos dos dirigentes provinciais, antes citados, reclamando sobre a falta de investimentos e as precárias condições de infraestrutura deste espaço. Aliás, essa falta de suporte para o escoamento estava caótico pela província não possuir “projecto algum de caminho de ferro geral”. Essa visão pessimista e a associação desprezível da Corte relativa ao repasse de orçamentos para esta província estava visível nos relatórios. A falta

de projetos e orçamentos acarretou sérios problemas para a região e os aspectos da pobreza e de gente maltrapilho registrados nos documentos oficiais passaram a ser divulgadas em jornais e almanaques, que mostravam a péssima imagem desta província pelo país, além da pecha de lugar seco, pessoas famintas, propício a epidemias, mortes e crimes.

Os políticos provinciais sejam liberais ou conservadores, perante as dificuldades que enfrentaram durante os seus gerenciamentos, pressionaram com timidez o Governo Central e receberam modestos orçamentos, mas mantiveram com esta esfera um diálogo amistoso, que não surtia efeito algum para amenizar os desconfortos da população do Piauí, sobretudo, dos mais desfavorecidos. Na prática, dentro dos limites territoriais e político-administrativos da província, poucas iniciativas foram adotadas no sentido de procurar solucionar as mazelas que afetavam a maioria da população.

A propósito das penúrias e epidemias que acometiam as populações pobres da província, podemos enfatizar que diante o cenário, vez por outra, por ocasião das epidemias de febre amarela e varíola, disponibilizavam despesas extras para atender as pessoas desvalidas. Dessa vez foi por causa da situação calamitosa que em 1866, abriram-se créditos de “500\$000 reis para ser applicado a despesas que foi preciso fazer com as providencias necessárias para prevenir a introdução de cholera morbus” (Registro da Correspondência Oficial da Província com o Inspetor da Tesouraria da Fazenda, 1867). As autoridades agiam com medidas higiênicas que pudessem evitar a dizimação da população por tais moléstias. Como sempre, recorriam à rubrica de “Socorros Públicos”, que já tinham suas despesas sobrecarregadas com os “indigentes da seca”.

Considerações finais

Em meio a essas adversidades em que vivia a classe pobre, é elucidativo, para fecharmos esse artigo, citarmos a interpretação de Monica Dantas ao enfatizar que no “império brasileiro a vida da população pobre era marcada pela instabilidade” e isso compeliu essa classe de resistir e também “não significava completa dependência, incapacidade de formação de laços horizontais”. A autora continua que “as elites brasileiras não sofriam de instabilidade semelhante, a necessidade de continuidade e afirmar seu poder perante seus iguais, também os impelia a, eventualmente, negociar com a população e oferecer-lhes apoio e proteção” (DANTAS, 2009, p. 354).

Destarte, são essas relações entre a classe senhorial e a população pobre que precisamos analisar e ampliar as pesquisas, sobretudo, nas Províncias do Norte em que necessitamos mapear, identificar e problematizar seus modos de vida e ocupação. Entretanto, nestes termos é salutar avaliarmos os acordos e negócios que faziam nessas províncias distantes da Corte.

Até aqui fica evidente que não podemos negar que a “expansão da [s] fazenda [s] de gado” (LINHARES, 1996, p. 08) foi o que beneficiou a ampliação dos pastos que, atraindo mais pessoas para a lida com os rebanhos, foram ampliando as terras e as fronteiras se constituíram ocupações desgovernadas. Aos olhos da classe abastada, os homens livres se aproveitaram dessas fronteiras e se fixaram desregradamente, mas precisamos ponderar essas ocupações, os convívios, as funções que desenvolveram e as práticas que realizaram e para isso carecemos ampliar as pesquisas e comunicá-las em revistas e eventos científicos. Somente assim, podemos apresentar diversas histórias de pessoas anônimas que espalhados por esses sertões ajudaram a dinamizá-los com o povoamento e trabalho.

Referências

Fontes

Correspondência da Secretaria de Polícia. Ano: 1850. SPE. Caixa, D-I.

Jornal O Piauí. Anos: 1869-1870.

Jornal O Propagador. Anos: 1858-1872

Livro de Registro de Correspondências com Autoridades. Anos: 1861-1867. SPE. Cód.: 724. Estante: 06. Prateleira: 03.

Livro de Registro de Ofícios da Presidência. Anos: 1851-1854. SPE. Código: 757. Estante: 07. Prateleira: 01.

O Auxiliador da Indústria Nacional. Rio de Janeiro: Tip. de N. Lobo Vianna & Filhos, 1857.

Código das Leis Piauienses, 1874-1876.

Registro da Correspondência Oficial da Província com o Inspetor da Tesouraria da Fazenda. Ano: 1866-67. SPE. CÓD. 1016. ESTN. 09. PRATELEIRA 02.

Relatório dos Presidentes da Província do Piauí. Anos: 1850-1867.

Bibliografia

ANDRADE, Francisco Alves de. Geografia Ativa do Pastoreio: a problemática zootécnica frente à estrutura agrária. In. **RIC**. Tomo. 88, 1974, p. 58-87.

ARAÚJO, Johny Santana. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...** A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai. (1865-1866). Teresina: EDUFPI, 2011.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e pobreza: a magia**

da sobrevivência em Teresina. Teresina-: EDUFPI, 2010.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique Pedro C. de. **Dicionário de vocabulos brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/221706>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasilica**. v. 1, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947 [fac-simile da edição de 1817].

CASTELLO BRANCO, Francisco Gil. **Ataliba, o vaqueiro**. 11 ed. Teresina: Quixote, 2012.

COSTA, Francisca R. da. Além da liberdade: práticas de reescravização de libertos e pessoas livres no Piauí. 1850-1888. In. **CONTRAPONTO**: Revista PPGHB/UFPI. Teresina, v. 3, n. 1, agosto de 2014. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/4336>. Acesso em: 22 Mar. 2015.

D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. Memória chronológica, historica e corographica da Província do Piauhy. In. **RIHGB**, vol. 20, pp. 5-164, 1857. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

DANTAS. Monica Duarte. Para além do mandonismo: estado, poder pessoal e homens livres pobres no Império do Brasil. In.: SOUZA, Laura de Melo e; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaio e Bem-te-vis**: a guerrilha sertaneja. Teresina. Fundação Mons. Chaves, 1996.

DOMINGOS NETO, Manoel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum**: flagelo e mito na economia rural piauiense. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

FALCI, Miridan B. K. **Escravos do sertão**: demografia, trabalho e rela-

ções sociais. Teresina: FCMC, 1995.

FONSECA, Rodrigo Gerolineto. **A pedra e o Pálio**: relações sociais e cultura na Capitania do Piauí no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – CCHL/UFPI, Teresina, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4 ed. São Paulo: UNESP, 1997.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba...Cidades-Beira**. Teresina: EDUFPI, 2010.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante nos anos de 1836-1841**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Brasileira, 1942.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

LAGOS, Manoel Ferreira. Notas dos objetos que podem ser remetidos da província do Piauí para a exposição nacional. In.: **Apontamentos especiaes remetidos as províncias do império em aditamento as instruções de 14 de outubro de 1865 e 16 de fevereiro de 1866 para a Exposição Nacional de 1866**, Rio de Janeiro: Tip. do Imperial Instituto Artístico, 1866. Disponível em: <<http://187.16.250.90:10358/handle/acervo/384>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, dez. 1996. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg2-6.pdf. Acesso em: 11 mar. 2018.

MACHADO, Francisco Xavier. Memória Relativa ás capitánias do Piauí e Maranhão. In.: **RIHGB**, vol. 17, pp. 56-69, 1854.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **Memória histórica e do-**

cumentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. São Luiz: Typographia do Progresso, 1858, Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01088700#page/1/mode/1up>. Acesso em: 26 jul. 2015.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império:** Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época. 3 v., Rio de Janeiro: H. Garnier, 1889.

NEVES, Abdias. **Um manicaca.** 3 ed. Teresina: Corisco, 2000 [1909].

NUNES, Odilon. **Estudos de história do Piauí.** 2 ed. Teresina: APL, 2014.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo.** Teresina: EDUFPI, 1993.

REBOUÇAS, André. **Garantia de juros.** Estudos para sua aplicação. Empresas de Utilidade Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1874. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=0LkEAYAAJ&pg=PA158&d>>. Acesso em Out. 2014.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Roteiro da viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro as fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815. In.: **RIHGB.** Tomo X. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, pp. 5-81, 1870. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107704-revista-ihgb-tomo-x.html>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

SILVA, Francisco C. T. Da Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. In: **Estudos Sociedade e Agricultura/UFRJ,** Rio de Janeiro, n. 8, p. 119-156, abril/1997.

SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. **A representação da seca na**

narrativa piauiense: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Caetés, 2005.

SOARES, Antonio Francisco de Paula. **Elementos de estatística compreendendo a theoria da sciencia e a sua applicação à estatística commercial do Brasil.** Tomo I. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1865. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/00047/00047001r.pdf>>. Acesso em: 11 Nov. 2014.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Notas estatísticas sobre a produção agricola e carestia dos generos alimenticios no Imperio do Brazil.** Rio de Janeiro : Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1860. (Coleção Livros Raros). Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/221678>>. Acesso em: 18 agosto de 2014.

SOUSA BRASIL. Thomaz Pompeo de. **Ensaio estatístico da província do Ceará.** Fortaleza: Typ. de B. de Mattos, 1863-64. Tomo I. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books/EnsaioestatisticodaProvincia>> Acesso em: 18 de Out. 2014.

SOUZA BRASIL, T. P. de. **Compendio elementar de geographia geral e especial do Brasil, adoptado no Collegio de Pedro II, nos Lycêos e Seminarios do Imperio.** 4 ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1864. Disponível em: <http://books.google.com.br/books/about/>. Acesso em: 27 abr. 2014.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOLLENARE, Louis-François de. **Notas dominicais.** Tradução de Alfredo de Carvalho. Apresentação de Oliveira Lima. Recife: Empresa do Jornal do Recife, 1905.

parte dois

TRABALHO

**DESLOCAMENTOS, EXPLORAÇÃO
E ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA**

**MORADORES, CATIVOS
DA TERRA E MIGRANTES:
escravização de trabalhadores
rurais do Meio Norte na Amazônia
Oriental (1970 a 2000)**

Cristiana Costa da Rocha

Decidiu fazer o que havia aprendido com seus pais, o que o havia sustentado até o momento da partida e durante o caminho em que seguiu para chegar à Chapada. José Alcino pediu uma enxada e mostrou que sabia trabalhar a terra. Pediu morada na mesma fazenda onde minha avó vivia cativa, sem nunca ter tentado deixar seus tutores, trabalhando pelo que comia.

(Itamar Vieira Junior)

As décadas que seguiram os anos de 1960 marcam o período de declínio do extrativismo do babaçu, notadamente nas regiões norte do estado do Piauí, e da carnaúba, que combinado com a rede de atração de mão de obra para regiões da Amazônia e a crise no sistema de moradia em contexto regional, caracterizou um período de saída de levas de migrantes para trabalhar em áreas de expansão da fronteira agrícola.

No Brasil, o fenômeno da migração se impôs de forma expressiva a partir de 1950, e de forma mais acentuada entre as populações rurais, expresso particularmente pelo deslocamento de mão de obra agrícola para áreas onde ocorria o processo de expansão da lavoura e da pecuária, como do trabalho temporário nas lavouras. O fenômeno da migração, entre os anos de 1950 e 1991, desvela um novo patamar do êxodo rural no Brasil. Como apontado por Milton Santos,

Havia 3,4 milhões de brasileiros ausentes do seu local de nascimento em 1940, passando para 12,5 milhões vinte anos mais tarde, para 46,3 milhões em 1980 e para 53,3 milhões em 1991. Nesses quatro cortes temporais, o percentual dos brasileiros ausentes do seu local de nascimento em relação à população total passou de 8,5% para 18,2%, 38,9% e 36,3%, respectivamente (SANTOS, 2021, p. 223).

Os dados se alinham ao processo de expulsão de famílias do campo, na região estudada, na qual o deslocamento para a Amazônia se tornou a principal alternativa das populações rurais. O processo então configurado foi reforçado pela consolidação das áreas de fronteira agrícola, que ao tempo em que possui efeito expulsor de pequenos e médios proprietários obrigados a vender suas glebas e procurar outras atividades para sobrevivência, atua como papel detonador em vários movimentos migratórios do país.

Tal como pode ser evidenciado na literatura, a região Nordeste é caracterizada como fornecedor histórico de migrantes em busca de trabalho em outras regiões do Brasil e em especial para a região da Amazônia: no final do século XIX para a exploração de seringais; na década de 1940 incentivados pelo programa do Governo Vargas para o projeto de colonização da área e durante a Ditadura Militar em proposta de povoamento da mesma região, na circunstância reconhecida como a última fronteira agrícola. Desconsiderando se tratar de uma região historicamente povoada por populações tradicionais e indígenas, o gover-

no atuou no financiamento de projetos com pretensões de colonização e povoação da área deslocando interesses de empresários de várias regiões do país para a Amazônia, com invasão de extensas áreas e instalação de grandes fazendas.

Em vista disso, consideramos salutar compreender as dinâmicas de vida e trabalho de famílias de agregados do Piauí, que juntamente com o estado do Maranhão, se tornou um dos principais polos de origem de lavradores aliciados para compor mão de obra em fazendas e agroindústrias em áreas de fronteira agrícola na Amazônia Legal, em particular para a Amazônia Oriental, que se tornou uma das mais violentas do país no período.

Migrantes do Meio Norte

No Piauí, a crise do sistema de moradia na década de 1970 expõe fraturas do sistema de opressão secularmente imposto a homens e mulheres pobres da região. As relações estabelecidas entre esses sujeitos e os proprietários das terras, onde viviam como “moradores”, pautadas em vínculos de trabalho contratuais arcaicos, que mesclam atividades agrícolas com o extrativismo do babaçu e da palha de carnaúba, através do pagamento da renda ao dono da terra, favoreceram o processo de naturalização da exploração no mundo rural.

Dona Teresa, entrevistada em 2012, em sua casa, no assentamento Currais Novos, zona rural do município de Barras, norte do estado do Piauí, na defesa do direito à posse da terra nos narrou o histórico de permanência na fazenda onde seus avós viveram cativos, e que teve uma parcela de sua área desapropriada com interesses pela reforma agrária na década de 1990.

[...] quando não tinha inverno, no ano de perda, eles tinham de trabalhar tirando madeira, capinando, cuidando de quinta, ro-

çando quinta, mas tinha de pagar. Se ele não pagasse aquela renda, aquela roça que não deu, eles não tinham direito de fazer outra, né. Ele [o proprietário das terras] tinha essa barbaridade com ele, mas duas diárias de serviço que ele exigia de cada morador de ano em ano, era o pátio da fazenda, era a vassoura, um tipo de vassoura [vegetação rasteira] que era a mais perigosa pra gente capinar, arrancada a mão [...]. A gente era atacado por um tipo de formiga amarela quando chegava de tarde em casa era preciso lavar os pés com água de sal bem forte, nesse tempo o sal era na pedra, a gente botava a água aí quebrava aquele sal todinho e no outro dia amanhecia com os pés dessa grossura de inchados [disse demonstrando a proporção do inchaço com as mãos], tinha deles que amanheciam com febre, as mãos doentes, cheias de calos daquela vassoura que tinham que arrancar. (TERESA, 2012).

Teresa sobrepõe temporalidades de um sistema historicamente “aceito”: “Porque naquele tempo o povo entrava e media, mandava demarcar o tanto de terra que queria né?! Aí dizia: “Essa aqui é minha. E aí enchia de morador”.

Entre 1950 e 1970 parcelas de latifúndios foram entregues a famílias não proprietárias, que formavam roças para o cultivo de culturas temporárias e, como contrapartida, pagavam renda ou prestavam serviço ao proprietário. É comum entre as famílias de lavradores da região a referência aos tempos de cativo da terra. Por sua vez, a ideia de cativo remete às forças locais para o controle da administração familiar da força de trabalho (ROCHA, 2015).

Em 1970, o número de unidades em que as relações de produção se baseavam no pequeno arrendamento e na parceria somava 93.206. A esse respeito, 60% da produção das lavouras com áreas de até 10 ha eram consumidos no próprio estabelecimento, enquanto a parte restante era levada ao mercado. Ali eram responsáveis por 67,6% da produção de arroz, 52,7% do feijão, 62,4% de milho e 50,5% de mandioca (ROCHA, 2015, p.30-31).

O processo de fragmentação das grandes propriedades no Piauí, e expansão das pequenas propriedades, tem-se por encerrado nos anos seguintes. As mudanças no sistema agropecuário do estado transformou o pequeno produtor em fornecedor de mão de obra barata para estabelecimentos que passavam por processo de modernização.

O contexto é também marcado pelo aumento da pobreza rural no estado, do lavrador sem-terra ao pequeno produtor. Em 1977 foi estimado que em 49 municípios, cuja população rural correspondia a cerca de 43% em relação ao total do estado, cerca de 69.882 dos produtores rurais eram classificados como proprietários, parceiros e arrendatários, entre os quais 54.542 como não proprietários (ROCHA, 2015).

Tabela 01: Distribuição da propriedade da terra, segundo o tamanho, o número de estabelecimentos e a área que representa

Tamanho da propriedade	Nº de estabelecimentos	Área que representa %
Menos de 10 ha	193.000	3,3
100 a 1.000 ha	18.032	37,5
1.000 a 10.000 ha	1.359	25,8
Mais de 100.000	4	4,3

Fonte: IBGE (1985).

O crescimento da pequena produção regulado pelo latifúndio tradicional do estado condicionou lavradores sem-terra às suas próprias condições de trabalho, seja parceria, arrendamento ou trabalho assalariado. Segundo Manoel Domingos,

Até meados do século o Piauí não se revelou o emérito expulsador de trabalhadores rurais que viria a ser. Conforme os dados dos censos demográficos, é apenas nas três últimas décadas que a população rural piauiense passa a registrar quedas significativas em sua taxa média geométrica de crescimento. Isso, sublinhe-se, apesar da ocorrência de uma importante ampliação da área explorada bem como da intensificação do uso das áreas de exploração mais antigas (DOMINGOS NETO, 1987, p. 55).

O tradicionalismo de viés autoritário no setor agrário se manteve intacto como estratégia de controle dos grandes senhores de terra sobre as famílias de trabalhadores rurais. Oportunamente esse tradicionalismo tendia a se mesclar com o discurso de modernidade aliado à perspectiva de avanço econômico, como também na criação de estratégias para introdução de controle e disciplina nas atividades laborais, em particular no extrativismo. Em vistas disso, os lavradores sem-terra continuavam presos às condições de trabalho arcaicas, seja o arrendamento, a parceria ou, em casos específicos, o assalariamento.

Em meio ao fenômeno do avanço do capitalismo no campo, o relatório de um grupo de pesquisadores do PPGAS (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) sobre a *plantation* na Zona da Mata de Pernambuco, apontado por Otávio Velho (2009), apresenta, de forma acentuada no Nordeste, o predomínio combinado de “latifúndios” e “minifúndios” (grifo do autor), que representavam entraves para as políticas do estado com interesses no avanço do capitalismo no campo. Nesse sentido, foram endossados esforços para a transferência do modelo industrial para o campo com a criação das empresas rurais, interesses claramente manifestos no Proterra (1973) e Polonordeste (1974); combinada com a transferência da população para a Amazônia, para redução da população excedente.

A estratégia de transformação agrária e colonização de terras novas incluía as regiões da Amazônia como centros dos interesses do Estado. A partir dos anos de 1960 a Amazônia brasileira se tornou alvo de um conjunto de ações estatais que visavam à ocupação e homogeneização da região, a partir da implantação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia (BASA), que atuaram nas políticas de atração de investimentos privados para a região. As políticas traçadas pelo estado incluíram propagandas de atração de migrantes, “terras sem homens para homens sem-terra”, que,

através do INCRA, mobilizaram o deslocamento de trabalhadores das regiões Nordeste e Centro-Oeste para ocuparem a região.

Através do Programa de Integração Nacional (PIN) foi iniciado o processo de abertura de estradas na região, como a Transamazônica (BR 230) e a Cuiabá-Santarém (BR-163), que possibilitou o acesso de levas de migrantes à região das estradas líquidas, ou a Amazônia dos rios. O reordenamento da Amazônia imposto pelo estado, trouxe mudanças profundas para as populações locais como também para os que ali chegavam para reconstruir projetos de vida.

O capitalismo certamente não é apenas constituído do quadro de opressão e violência contidas nas informações sobre a peonagem no Brasil atual. Mas o capitalismo, certamente, é também o conjunto dos processos sociais, procedimentos e situações que esse quadro nos revela. Para explicá-lo é necessário compreender que o tempo do capital não é concretamente apenas o tempo unilinear do progresso, da modernização, da conduta racional com relação a fins e do desenvolvimento (MARTINS, 2009, p. 80)

A passagem do sistema de morador e dos minifúndios acelerou o processo já existente de expulsão do homem do campo e intensificou o movimento migratório rumo à Amazônia. Na busca pelo sonho da terra no Eldorado, muitos não tiveram acesso à terra no lugar de destino e passaram a levar a vida nas estradas como peões de trecho ou como “migrantes retornados” (ROCHA, 2012). A expansão da frente pioneira rumo à Amazônia se faz em meio a um contexto de falta de liberdade política e uma onda anticomunista que motivou perseguições no campo e favoreceu o acirramento de conflitos e a escravização de trabalhadores rurais.

As denúncias de trabalho escravo se tornaram recorrentes a partir da década de 1970, em particular na região da Amazônia Oriental, o que nos coloca a necessidade de investigar as múltiplas estratégias, por vezes apropriadas de uma sociedade autoritária de valores tradicionais, lan-

çadas pelo capitalismo como forma de exação extraeconômica da mais valia. Para José de S. Martins,

Alguns pesquisadores relutam em dar a essa relação de trabalho o nome que lhe é mais apropriado: *escravidão* [grifo do autor]. Ainda que se trate, claramente, de uma relação de sujeição, que vai ao ponto de fazer o patrão supor que tem um direito absoluto ao corpo do trabalhador, além do presumível direito ao próprio trabalho, como se vê quando este é submetido à humilhação, à tortura, ao castigo e até a morte (MARTINS, 2009, p.73).

Compreender a submissão de populações pobres rurais ao trabalho escravo em lugares de destino migratório, implica igualmente compreender suas condições de vida e trabalho nos lugares de origem. Em entrevistas realizadas com famílias de trabalhadores rurais de Barras é comum a referência ao processo de libertação do sistema de moradia, quando eram cativos da terra, associado ao contexto de luta pela terra e criação de assentamentos para fins de reforma agrária na região, a partir da década de 1980.

Francisco Moreira, então com 53 anos e presidente da Associação dos Moradores de uma das localidades rurais do município, nos disse em entrevista que fez migração bate-e-volta para a região da Amazônia durante as décadas de 1970 e 1980, juntamente com um grupo que envolvia familiares e outros trabalhadores rurais vizinhos. Francisco como tantos outros foi contratado por um Gato, como é reconhecido o aliciador, que lhes prometeu trabalho e salário justo.

As questões que mobilizam o projeto de migração são múltiplas, envolvem desde a falta de condições de sobrevivência na terra natal, à necessidade de comprar bens de consumo como uma motocicleta. Francisco teve sua infância e juventude vividas como “morador” em terra alheia e nesse sentido sua família devia obrigações ao proprietário da terra.

Naquele tempo a gente tava deitado aqui, com o meu pai, aí chegava o patrão e chamava a gente para ir trabalhar. Se o pai da

gente, porque naquele tempo eu era criança, dissesse que não ia, aí ele [o patrão] mandava desatar o nó da rede e cair no mundo. Hoje as coisas mudaram graças aos Movimentos Populares, às Associações, à Igreja, ao Sindicato, CUT, FETAG. Agradeço muito a Deus e as pessoas que deram seu sangue pela terra (FRANCISCO MOREIRA, 2007).

Assim como no regime de colonato estudado por José de Sousa Martins (MARTINS, 1981), o morador de propriedade alheia é parte de um coletivo ao combinar as forças de trabalho com os demais membros da família. O Piauí é marcado secularmente por contendas entre patrões-proprietários e trabalhadores rurais, em tempos mais recentes levadas à decisão do poder judiciário, mantêm resquícios do mandonismo local, o que dificulta o acesso à terra pelas famílias rurais e maiores perspectivas econômicas para a pequena agricultura.

O ressentimento popular, perceptível nas entrevistas realizadas, gerou conflitos na região em prol da terra livre. Identificamos uma consciência sensível dos moradores manifesta em ações paralelas e por vezes aleatórias, contra as obrigações impostas pelo sistema de moradia. Um exemplo emblemático ocorreu na Fazenda Currais Novos, narrado por Teresa. Os primeiros conflitos registrados pela Comissão Pastoral da Terra na área em questão datam de 1988 e permaneceram até a criação do assentamento em 1997, que possui área de 900 hectares desmembrada de uma área maior em nome do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (ROCHA, 2015a, p. 21 -22).

Os vários momentos de tensão como os proprietários da terra, na defesa do direito de permanência na terra, podem ser também evidenciados no Relatório Técnico do Imóvel Rural (STR, 1994).

Através do levantamento de informação e contatos juntos ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barras e Sindicato dos Proprietários Rurais do mesmo município, bem como, principalmente junto aos moradores do imóvel considerado, constatou-se a ocorrência de

tensão social. Comprova esse fato, a existência, no Fórum de Direito da Comarca de Barras, do Processo nº 35/94 que trata de ação de despejo solicitada pelo proprietário contra moradores do imóvel.

Já ocorreram diversas tentativas de acordo entre posseiros e proprietários, em todas não obtiveram êxito, haja vista a tensão social reinante vir a se agravando cada vez mais, dificultando com isso, o convívio pacífico entre as partes (STR, 1994, p. 05).

O imóvel foi desapropriado com interesses pela reforma agrária, à que altura o sistema de moradia já não possuía os meios de sustentação de antes. A manutenção de um sistema de trabalho opressor com características escravistas no meio rural garantiu a concentração da propriedade rural no país. Lavradores submetidos a precárias condições de vida e trabalho passaram a constituir mão de obra migrante, impulsionado a partir da década de 1970 pelas políticas de atração de pobres sem-terra para ocupar, segundo os militares, espaços vazios na Amazônia. Nesse sentido, suas experiências como cativos da terra são fundamentais para compreender o contexto de autoengano de trabalhadores submetidos ao processo de escravização em áreas de fronteira agrícola.

A migração para a Amazônia, e não para o Centro-Sul, então projetada como eixo de interesse nos planos governamentais de desenvolvimentismo capitalista em relação ao Nordeste, impôs um sentido para a migração como única possibilidade de sobrevivência a milhares de lavradores. No entanto, é preciso interpretar os variados sentidos assumidos nesses deslocamentos, inclusive os seus elementos simbólicos, que nos possibilitam a história oral.

Nesse sentido, as imagens criadas em relação à Amazônia pelos migrantes da década de 1940, descritos por Kênia Rios, apresentam com frequência elementos fantasiosos, que são narrados em rodas de conversa com os filhos, netos, parentes e vizinhos.

O nordestino, o sertanejo, o flagelado, o peregrino, o herói, o monstro, o Judas... são todas faces de indivíduos com histórias

em eterna marcha. Corpos inquietos e perpetuamente seduzidos pela estrada. Habitantes de lugares onde a seca, a miséria constante, a exploração, mas também a altivez, os desejos e os delírios são partes de uma vida sofrida e fabulosa. Elementos que se entrelaçam na ordem do viver encantado de homens, mulheres e crianças que falam da luta pela sobrevivência nas formas do mundo e do além-mundo (RIOS, 2008 p. 52).

Desde tenra idade Bruno escutava de seu avô Raimundo, que saiu de Barras para tentar a vida no Pará, no final da década de 1970, as lições do que deve e não deve ser feito por parte de um migrante para obter ganhos e trazer algum na volta para casa. A fartura do lugar de destino é representada pelo verde da região, frequentemente descrito em períodos de pouca chuva e crise na colheita. Quando entrevistamos Bruno em 2007, então com 18 anos, ele mostrava traquejo nas atividades laborais em fazendas no Pará e relatou intensas jornadas de trabalho e reforça: “Se o cara for interessado pode trabalhar domingo, aí termina logo e já pega outra empreitada” (BRUNO, 2007).

O esforço para superação da pobreza aparece como justificativa também na fala de seu avô Raimundo: “Aqui, o ganho é só de diárias, a gente passa o dia trabalhando e gasta no final do dia tudo que ganhou, lá a gente só vive pra trabalhar. (RAIMUNDO, 2007)”. Os “causos” contados em roda, também conduziram os sonhos de Sonia, casada com um dos primos de Bruno.

Sonia, 37 anos, é quebradeira de coco e uma das tantas mulheres que costumam permanecer no local de origem enquanto seus maridos saem em busca de trabalho na região da Amazônia. No ano de 1996 ela o acompanhou em uma empreitada para o Pará, suas memórias do verde e da fartura da região reforçam o mito da abundância simbolizado nas lendas do Eldorado da Amazônia.

Lá era bom, bom mesmo, nunca me esqueci de lá. Lá tudo era farto, aqui um litro de leite é três reais, e lá não, você vai só pegar

no curral. Lá a gente comprava de saco de açúcar, o povo tem confiança na gente, na gente pagar o que deve. Eu ia pegar o que faltava e o dono do comércio me dava. Às vezes o dono da fazenda ia pra rua perguntava: Sonia você não vai querer nada, não? Ele já trazia, e não queria pagamento, era por conta dele. Aí às vezes eu cozinhava para o seu Nonato, seu Nonato era “gato” dos peões. Aí ele dizia pra trazer cinco fardos de açúcar, lá era de fardo, não era de quilo não, era de fardo, bolacha era em fardo, tudo era farto lá (SONIA, 2009).

O marido de Sonia é parte do grupo de trabalhadores que desde a década de 1970 migra repetidas vezes para regiões de fronteira agrícola com o objetivo de encontrar meios de sobrevivência. Nesses casos, os migrantes retornados mantêm suas famílias na região de origem para dar continuidade às atividades na roça e conservar a posse da área onde vivem e garantir o mínimo vital das famílias dos migrantes (ROCHA, 2012).

Sonia conserva suas vivências na região de destino migratório como uma conquista e mesmo como uma fonte de inspiração para dar continuidade à dureza do seu dia a dia. Uma frase se repete no seu relato: “Lá tudo é fartura. Entrando no Pará é farto”, e completa sua descrição conforme os seus desejos e necessidades. A narrativa apresenta a migração como um projeto familiar para fuga da fome (ROCHA, 2010).

A vida como cativo da terra na Amazônia, quando os trabalhadores têm a liberdade cerceada e são submetidos ao trabalho escravo, ou análogo à escravidão, é com frequência evidenciada em suas narrativas. A tabela abaixo, elaborada por pesquisadores do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo - GPTEC, apresenta as promessas dos aliciadores aos trabalhadores entre 1972 e 1984.

Tabela 02: Promessas do aliciador, segundo os trabalhadores que informaram Estado do Pará: 1972-1984

PROMESSA	DEPOENTES	%
Cativo	8	57,1
Livre	6	42,9

Fonte: reprodução Figueira (2021, p. 63)

A situação de encontrar-se em cativo desvela relações de trabalho arcaicas naturalizadas no mundo rural e comumente apropriadas pelo capitalismo de viés autoritário, com promessas de modernização rural. O processo de reconhecimento do trabalho escravo pelas organizações internacionais, em particular a OIT, gerou muitos debates a partir das experiências diversas em contexto amplo. No âmbito de aprovação da Convenção contra a Escravidão da OIT, em 1926, ainda era difícil reconhecer relações de trabalho comuns, por exemplo, na região da Amazônia, que levassem ao cerceamento da liberdade. Segundo Norberto Ferreras,

As investigações sociais e as informações recebidas pela OIT mostravam que a coerção física ou econômica não implicava no cerceamento definitivo da liberdade, eram considerados como controles transitórios. A preocupação estava centrada no trabalho colonial, principalmente na África e Ásia. Fora das colônias se mencionava o uso da dívida como forma de controle. As formas eram variadas e assumiam diversos nomes como *acasillamiento*, *peonagem*, *aviamento*, *habilitação* ou *enganche*. Estas formas de trabalho por dívida e de pago em espécies foram reunidas numa categoria o *Truck system*. Nas Américas restava a forma em que era mobilizada a população indígena, baseada na utilização da prestação de serviços comunitários. A situação passaria ainda a uma outra categoria: o trabalho indígena (FERRERAS, 2018, p. 64).

Reginaldo comentou em entrevista que em 1995 fugiu de uma fazenda no estado do Pará em um grupo de cinco migrantes de Barras. Foram 15 horas de caminhada pelas matas desconhecidas até chegar a uma estrada, onde pegaram carona até outra fazenda.

[...] aí eu disse: rapaz nós vamos escapulir bem aqui. Nós era um grupo de cinco. Aí eu combinei com uns caras lá que nós ia fugir, aí nós saímos foi doze horas do dia, era um dia de sábado. Aí nós inventamos que a gente ia para o barraco, lá para a sede. E fugimos, de doze horas do dia até quatro horas da manhã, a pé andando no mato com medo deles encontrarem a gente. Aí nós pegamos uma carona com um boiadeiro, num carro que carrega gado, e paramos num lugar lá, aí trabalhamos um mês aí vimos embora (REGINALDO, 2007).

A experiência de Reginaldo é similar a de outros migrantes entrevistados, que assim como ele tiveram as Carteiras de Trabalho presas nas fazendas com a promessa de assinatura pelos proprietários ou funcionários responsáveis, impedindo-os de sair. Após a fuga, Reginaldo pediu emprego em outra fazenda da região por algum tempo, a fim de obter um ganho que viabilizasse o retorno à terra natal.

O trabalhador escravizado se circunscreve em relações de trabalho caracterizada por trabalho degradante; ou jornada exaustiva; ou servidão por dívida; ou trabalho forçado. Nesse sentido, não é necessária a identificação de todas essas situações para configurar trabalho escravo, basta uma delas (CDVDH/CB; CPT, 2017). Esse quadro associa maus tratos, condições precárias de alimentação e moradia, ameaças e assassinatos. Em muitos casos os trabalhadores ficam presos nas fazendas sob condição de pagamento da dívida contraída durante o traslado, do lugar de origem ao lugar de destino.

Em 1995 o Brasil foi denunciado à OEA como sendo um país escravocrata e forçado a reconhecer a existência de trabalho escravo perante as autoridades internacionais. A partir de então foram criadas políticas de combate ao trabalho escravo especialmente expressas na criação do Grupo Móvel de Fiscalização do MTE. Não obstante o esforço de entidades que atuam no combate ao trabalho escravo, especialmente a CPT (Comissão Pastoral da Terra), com atuação reconhecida no processo de

mobilização dos trabalhadores escravizados, ou vulneráveis a tais condições, para denúncia, luta por direitos e reparação, a extinção do trabalho escravo no Brasil enfrenta entraves históricos que dão respaldo às ações dos escravizadores. Além de um judiciário conservador, que tende a dar suporte aos denunciados, outro obstáculo é a existência da bancada ruralista no Governo, que impõe manobras de proteção aos grandes latifúndios, além de embargar processos de punição.

Embora muitos trabalhadores não consigam denunciar, identificamos um movimento de mobilização através de entidades de combate ao trabalho escravo, como o caso da Fazenda Brasil Verde no sul do estado do Pará. Por anos sucessivos desde meados da década de 1980, trabalhadores de Barras migraram para a fazenda, que foi alvo de denúncias e investigações. Com a autuação da fazenda após a fuga e denúncia de trabalhadores no ano 2000, uma ação foi movida pela CPT juntamente com o Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL/Brasil – à Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, contra o Estado brasileiro sob acusação de omissão e negligência na ação de Fiscalização da Fazenda Brasil Verde. O caso resultou em uma sentença inédita de condenação do país pelo uso de trabalho escravo (ROCHA, 2019).

Em linhas gerais, é possível identificar nas trajetórias dos trabalhadores migrantes um rico processo de aprendizagem a partir das interlocuções desses sujeitos estabelecidas com a Lei e a Justiça, em grande parte mobilizada por entidades como a CPT que viabiliza a concretização de uma logística na ação das vítimas de trabalho escravo.

Considerações finais

As dificuldades vivenciadas naqueles “rincões solitários”, a Amazônica como definida por Euclides da Cunha, são recorrentes nas falas dos entrevistados. Homens, jovens, de meia idade e idosos, relatam caminhos

difíceis até a chegada ao lugar dos sonhos, humilhações, cerceamento da liberdade e maus tratos no interior das fazendas. A fronteira se estabelece como um lugar de conflito, sobrevivência e permanência longe dos seus, no sentido de cumprir o retorno marcado. Por sua vez, a formação da fronteira só se faz possível em razão do uso de formas arcaicas de dominação e de reprodução do capital, como a escravidão.

A migração de retorno e a escravização de migrantes nordestinos mobilizados pela necessidade de sobrevivência de suas famílias, que permanecem na terra natal, enquanto filhos e companheiros partem em busca de trabalho justo, podem ser percebidas ao longo do século XX e são mantidas por múltiplas questões que envolvem suas relações de vida e trabalho no lugar de origem, cujas condições históricas fundamentam a reprodução da pobreza nas áreas rurais do país.

Esses sujeitos que antes viviam como moradores, ou agregados das fazendas locais, após ruptura do sistema passaram a se organizar em torno do projeto de migração de retorno para regiões de fronteira agrícola do país. Além das condições históricas que favoreceram a reprodução da pobreza nos confins do país, aliada à concentração fundiária e propriedade privada dos meios de produção, a prática e permanência de formas arcaicas de trabalho qualificadas por José de Sousa Martins como sendo “formas coercitivas de trabalho com base em engajamentos voluntários” (MARTINS, 2002), também possuem bases no autoengajamento, que é posteriormente substituído pela violência, cerceamento da liberdade e negação do estabelecido nas relações contratuais comumente exercidas no meio rural, a partir de valores morais.

Em linhas gerais, os migrantes retornados da Amazônia se ancoram na memória e nos desejos compartilhados por gerações de migrantes das comunidades rurais, que mantêm esperança de fazer a roça e a colheita todos os anos na terra natal. O que lhes mobiliza é o desejo de terra livre, em negação ao seu passado cativo da terra se arriscam ao cativo em outras terras.

Referências:

Fontes:

IBGE. Censo Agropecuário do Piauí, 1985.

STR Barras. *Relatório técnico do imóvel rural Currais Novos*. INCRA, 19 de ago. 1994.

Entrevistas

BRUNO de Oliveira. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 11.02.2007, no município de Barras.

FRANCISCO MOREIRA da Silva. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 02.10.2007, na cidade de Barras.

RAIMUNDO Batista. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 11.02.2007, no município de Barras.

REGINALDO Pereira Rodrigues. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 24.09.2007, na cidade de Teresina.

SÔNIA Maria de Sousa Santos. Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha em 07.07.2009, na cidade de Barras.

TERESA de Jesus Sousa Santos. Entrevista concedida à Cristiana Costa da Rocha, em 04.11.2012, no município de Barras.

Bibliografia

BARROS, Márcio Júnior Benassuly; CANTO, Otávio do; LAURENT, François; COELHO, Andréa. **Fronteiras Agrícolas e Conflitos Territoriais nas Amazôniaas Brasileiras: A expansão do agronegócio da soja e seus efeitos no planalto de Santarém, Pará-Amazônia- Brasil**. *Ciência Geográfica* r- Bauru - XXIV - Vol. XXIV - (2): Janeiro/Dezembro – 2020

CDVDH/CB; CPT. **Entre Idas e Vindas:** novas dinâmicas de migração para o trabalho escravo. 1ª ed. São Paulo: Urutu – Branco, 2017.

DOMINGOS NETO, Manuel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca Seculorum**, flagelo e mito na economia rural piauiense. 2. ed. Teresina: CEPRO, 1987.

FERRERAS, Norberto O. Escravidão e trabalho forçado. As políticas da OIT e a Argentina e o Brasil nas primeiras décadas do Século XX. In: Norberto O. Ferreras; Laura Caruso; Andrés Stagnaro. (Org.). **A conexão OIT ? América Latina:** problemas regionais do trabalho em perspectiva transnacional. 1ed.Rio de Janeiro: Mauad X, 2018, v. 1, p. 60-80.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; PALMEIRA, Rafael Franca. **A escravidão na Amazônia:** quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **O Cativo da Terra.** São Paulo: LECH: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **A Sociedade vista do Abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2002.

RIOS, Kênia Sousa. A Batalha de João nas Terras do Sem Fim. IN: GONÇALVES, Adelaide e COSTA, Pedro Eymar Barbosa (org.). **Mais Borracha para a Vitória.** Fortaleza: MAUC/ NUDOC; Brasília: Ideal Gráfica, 2008

ROCHA, Cristiana Costa. **A vida da Lei, A Lei da Vida:** conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

_____. Exorcizando o Passado: experiência de migrantes escravizados na Fazenda Brasil Verde, PA. **Revista Territórios e Fronteiras.** Vol. 12, n.1,

jan. - jul., 2019.

____. **Memória Migrante:** A experiência do Trabalho Escravo no Tempo Presente. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

____. Narrativas dos Sentidos, Desejos e Imaginação sobre Direito à Posse de Terras. In: FERREIRA, M. M. G; FERRERAS, N. O.; ROCHA, C. C. **Histórias Sociais do Trabalho:** usos da terra, controle e resistência. São Luís: Café & Lápis; Editora da UEMA, 2015a.

____. Os Retornados: reflexões sobre condições sociais e sobrevivência de trabalhadores rurais migrantes escravizados no tempo presente. **Revista Brasileira de História**, vol. 32, n. 64, São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no século XXI. 22ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato** [on line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NA BAIXADA MARANHENSE: **breve relato de experiências de pesquisa e extensão em tempos pandêmicos**

Flávia de Almeida Moura

Introdução

Este artigo tem o objetivo de apresentar algumas experiências de pesquisa em colaboração (MARQUES; GENRO, 2016) no contexto do projeto de pesquisa intitulado “Comunicação, Migração e Trabalho Escravo Contemporâneo: trajetórias de trabalhadores e trabalhadoras da Baixada Maranhense”¹. A ideia é refletir a partir da participação dos sujeitos (pesquisadores e pesquisados) em todas as etapas da pesquisa: desde a problematização, durante todo o processo do trabalho de campo, chegando até a produção de materiais capazes de promover intervenções sociais na luta pelo combate ao trabalho escravo contemporâneo no Maranhão.

1 O projeto é coordenado pela professora Flávia de Almeida Moura e tem financiamento da FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico no Maranhão), com vigência de 2020 a 2022. A pesquisa contou com a colaboração das bolsistas de iniciação científica Maria Eduarda Neves e Joyce Érica Amaral Sousa e demais pesquisadores voluntários de graduação e pós-graduação da UFMA (Universidade Federal do Maranhão).

Centramos a análise nos processos de construção coletiva de uma campanha radiofônica e de uma cartilha paradidática voltada às escolas quilombolas da região investigada (Baixada Maranhense); ambos os produtos com o objetivo de sensibilização sobre a questão da escravidão contemporânea bem como sobre os fluxos migratórios desta região do Maranhão para outros estados brasileiros em busca de trabalho e que, muitas vezes, acabam submetendo trabalhadores a condições degradantes.

O objetivo principal do projeto de pesquisa supracitado é de traçar trajetórias de vida de trabalhadores e trabalhadoras rurais maranhenses, com ênfase na região da Baixada Maranhense, local de grande incidência de saída de pessoas para trabalhar em outras regiões do país e que acabam sendo submetidas a condições análogas à de trabalho escravo.²

Este objeto de pesquisa foi construído de forma coletiva durante trabalhos de campo anteriores junto a migrantes maranhenses resgatados do trabalho escravo contemporâneo que não se auto representavam como escravos ou mesmo naturalizavam essa condição de sujeição (CARNEIRO; MOURA, 2008; MOURA, 2016). Com essa constatação, entendemos que para compreendermos a complexidade deste fenômeno, seria interessante investir em trajetórias de vidas de trabalhadores e trabalhadoras para adentrar em suas vidas e percebermos de que formas esses sujeitos acabam passando por condições degradantes de trabalho, bem como investigarmos as principais causas que os levam a essas situações.

Com a pandemia da Covid-19, alastrada desde março de 2020, ficamos impossibilitados de fazer o trabalho de campo presencial proposto no projeto de pesquisa, a ser realizado em quatro municípios maranhenses: Penalva, Viana, Pinheiro e Santa Helena, e partimos para o contato com os mediadores do movimento social para adentrarmos no campo da pesquisa, de forma remota. Recorremos aos representantes da CPT (Comissão Pastoral da Terra), MIQCB (Movimento Interstadual das

2 Trabalho escravo é crime e está previsto no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro. Nesta comunicação, utilizaremos as terminologias condições análogas à de escravos, escravidão contemporânea ou mesmo trabalho escravo contemporâneo para tratar do mesmo fenômeno. (MOURA, 2009; ESTERCI, 1994).

Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí), do MOQUIBOM (Movimento dos Quilombolas do Maranhão) e da ABRAÇO (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias) – Regional Maranhão e começamos a realizar conversas sobre a problemática na região da Baixada Maranhense.

As reuniões online, via Plataforma do Google Meet, ocorridas durante 2020 e 2021 com os representantes das entidades que atuam na região investigada resultou em várias atividades junto a esses sujeitos, que serão relatadas neste artigo; sendo que algumas delas estão em andamento.

A Baixada Maranhense e o trabalho escravo contemporâneo

Por se caracterizar como um estado rural e tendo parte do seu território envolto à área que abrange a Amazônia legal, o Maranhão acaba se encontrando na rota no qual percorre o trabalho escravo quer em referência a sua proximidade com as fronteiras agrícolas da região amazônica quer pelos seus altos índices de pobreza. A região apresenta números expressivos de pessoas resgatadas que têm por local de origem cidades que fazem parte dessa região, que assim como em todo o interior do estado, o cenário é agravado em razão das suas baixas taxas de desenvolvimento humano e sua extensa área rural, que têm como principal fonte de renda as atividades relacionadas ao trabalho agrícola e à agropecuária, e em sua maioria, não contam com serviços básicos de cidadania voltados à garantia de emprego, à geração de renda e à criação de políticas públicas de incentivo à economia local e à agricultura familiar.

O primeiro caso de trabalho escravo contemporâneo no Maranhão foi denunciado apenas em 1998. Em 2006, o estado liderou o *ranking* nacional de trabalho escravo. Com base no Observatório Digital do Trabalho Escravo (SMARTLAB MPT/OIT)³, 8.119 trabalhadores maranhenses

3 O Observatório Digital do Trabalho Escravo (SMARTLAB MPT/OIT) organiza informações sobre o trabalho escravo em uma perspectiva nacional, estadual e municipal,

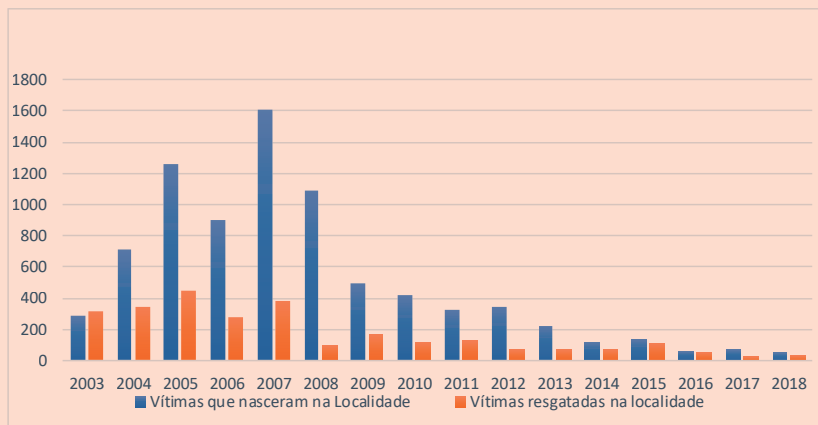
foram resgatados em situação análoga à escravidão nos demais estados da federação. O Maranhão se coloca também enquanto recebedor de mão de obra escrava, obtendo 2.699 trabalhadores que foram encontrados em condições análogas à escravidão dentro do território maranhense. Esse dado coloca o Maranhão como um dos maiores fornecedores de mão de obra escrava para o resto do país e também como reintegrador dessa prática degradante de trabalho.

O Gráfico 1 apresenta uma evolução histórica do trabalho escravo no Maranhão, desde a criação do primeiro Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo em 2003 até o ano de 2018. Observa-se que o número de trabalhadores encontrados em condições análogas à escravidão vem caindo expressivamente a partir do ano de 2009, tanto em relação aos resgatados naturais da região, como àqueles que foram vítimas dentro do território. Esse percentual se assemelha à dinâmica nacional⁴, pois enquanto em 2008 o Brasil contava com o resgate de 5.016 trabalhadores, no ano de 2009 esse número caiu para 3.707, totalizando um número de 1.309, menor se comparado ao ano anterior. Em 2018, no Maranhão, foram resgatados 52 trabalhadores que tinham por referência de naturalidade o território maranhense e um total de 29 trabalhadores que foram vítimas do trabalho escravo contemporâneo dentro do estado. Apesar dessa queda no quantitativo de pessoas encontradas em condições análogas à escravidão, isso não quer dizer, paliativamente, a extinção do problema. É importante destacar que esses números reduzidos podem ser explicados pelo fato de o número de fiscalização do trabalho escravo ter caído progressivamente durante os anos, isso se dá tanto pelos cortes orçamentários que as atividades de fiscalização vêm sofrendo, quanto pela diminuição no número de denúncias feitas aos órgãos de defesa.

tendo como principais fontes os dados do Seguro-desemprego do Trabalhador Resgatado, do Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo (SISACTE) e do Sistema COETE (Controle de Erradicação do Trabalho Escravo), e os dados Brutos que foram tratados e analisados pela SmartLab do Ministério da Economia do Brasil.

4 Dados nacionais do Ministério do Trabalho, sistematizados pelo site G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/n-de-operacoes-contra-trabalho-escravo-cai-235-em-1-ano-total-de-resgatados-e-o-menor-desde-1998.ghtml>

Gráfico 1. Evolução histórica do Trabalho Escravo no Maranhão (2003-2018)



FONTE: Bancos de dados do Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado, do Sistema de Acompanhamento do Trabalho Escravo (SISACTE) e do Sistema COETE, referentes ao período de 2003. Dados brutos fornecidos pelo Ministério da Economia do Brasil tratados e analisados pela SMARTLAB. Adaptação feita pela autora.

Com efeito, os municípios do Maranhão apontam significativas concentração, retenção e distribuição de mão de obra escrava. O município de Codó (MA) é o terceiro maior fornecedor de mão de obra escrava do país, com 437 resgatados nascidos nessa cidade. O recordista é Amambai (MS), com 479 trabalhadores, seguido de São Paulo (SP), com 437 resgatados, de acordo com o local de nascimento declarado e considerando os registros de naturalidade oferecidos pelo Observatório Digital do Trabalho Escravo entre o período de 2003 a 2018. Outros municípios do Maranhão se destacam no ranking dos 10 maiores fornecedores de mão de obra escrava do país, tais como Imperatriz/MA (284); Pastos Bons/MA (270); Santa Luzia/MA (261) e Caxias/MA (203), ocupando respectivamente sexto, sétimo, oitavo e décimo lugar. (SMARTLAB MPT / OIT, 2018). O balanço também constatou que o Maranhão está entre as maiores estatísticas nacionais de resgatados residentes. Codó também figura entre os cinco municípios do país com maior número de residentes resgatados, com 357 trabalhadores resgatados de condições semelhantes à escravidão.

Apesar de os municípios supracitados serem os que mais aparecem nos noticiários, e que também são fontes das operações de fiscalização, é importante frisar que existem outros municípios do Maranhão que também aparecem com grande prevalência da distribuição de mão de obra escrava, tanto para outras regiões do estado como para outras localidades do país. Neste caso podemos citar alguns municípios da Baixada Maranhense, como Anajatuba, com 165 trabalhadores que são naturais do município; Monção, com 159 trabalhadores que informaram ser residentes do município, entre outros. Neste último, que também foi palco de operação de combate ao trabalho escravo, foram encontradas 31 vítimas de trabalho escravo em 2007. Outro município que também obteve uma inspeção com resgate de trabalhadores no território, no ano de 2007, foi Bela Vista do Maranhão com 17 vítimas, assim como também manifesta a exportação da mão de obra para o trabalho escravo, no qual entre os anos de 2004 a 2013, 57 trabalhadores vítimas que apontaram esse município como local de residência (SMARTLAB MPT/OIT, 2018).

A microrregião da Baixada Maranhense se estende por mais de vinte mil quilômetros quadrados e abrange 21 municípios, são eles Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri-Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente Férrer, Viana e Vitória do Mearim.

As principais atividades desenvolvidas nessas regiões são a agricultura, subsistência, principalmente do arroz e milho. Essa atividade se constitui uma importante fonte de renda para os pequenos agricultores, pois geralmente atendem ao abastecimento de municípios vizinhos. A produção pecuária, em especial a pecuária bovina de corte, é outra atividade muito importante dessa região, assim como os produtos de origem animal, tais como o leite, ovos de galinha e o mel de abelha. Outra atividade que caracteriza o desenvolvimento econômico nessa região é o extrativismo vegetal, sendo mais pontuado em alguns municípios da região. A renda proveniente dessa extração é mais assentada, pois além

de abastecerem outros municípios do Maranhão ainda exportam para a região centro sul do país. Os principais produtos do extrativismo vegetal dessa região são o carvão vegetal, lenha, madeira em tora e babaçu; cita-se também como outras atividades que se constituem primordiais para a sobrevivência de muitos residentes dessa região que é a pesca; agricultura familiar e a criação de animais de grande (exemplo búfalo) e/ou médio porte (galinhas, porcos, bodes etc.).

O trabalho escravo na região estudada mostra suas particularidades envoltas numa estrutura sociocultural, econômica e política não diferente do restante do estado, no qual caracteriza suas cadeias produtivas principalmente com atividades ligadas à pecuária e à agricultura, em sua maioria para a promoção da subsistência. O baixo nível econômico dessa região, junto ao acentuado nível de pobreza que existe no interior dos bolsões maranhenses, se molda como uma estrutura para que essa região seja propícia ao aliciamento de pessoas para a superexploração da sua força de trabalho (Ver Tabela 1).

Tabela 1. Trabalho escravo em municípios da Baixada Maranhense (2003- 2018)⁵

U. Federação/Município	População (Estimativa, IBGE 2018)	Proporção de pobreza/extrema pobreza	Trabalhadores Naturais da região	Trabalhadores Domiciliados na região
Brasil	208,5 mil	-	45.028	-
Maranhão	7,0 mil	-	8.119	6.486
Municípios da Baixada Maranhense				
Anajatuba	26,614	69,9%	165	164
Bela Vista do Maranhão	11,138	72,1%	12	57
Cajari	19,307	77,3%	39	16
Palmeirândia	19,661	71,0%	34	22
Monção	33,201	62,3%	159	97
Penalva	38,203	49,2%	54	30
Pinheiro	82,990	47,9%	107	56
Santa Helena	41,770	49,0%	105	70
São Bento	44,811	46,9%	45	44

⁵ Todos os dados incluídos na tabela foram retirados e tratados do Observatório Digital do Trabalho Escravo. Disponível em: << <https://smartlabbr.org/trabalhoescravo> >>

São Vicente de Férrer	22,142	66,4%	33	25
Viana	52,229	58,6%	30	10
Vitória do Mearim	32,664	56,8%	72	21

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir da sistematização dos dados disponíveis na plataforma digital do Observatório Digital do Trabalho Escravo (SMARTLAB MPT/OIT, 2018)

Na Tabela 1, priorizamos aqueles municípios que apresentavam um número igual ou superior a 30 trabalhadores naturalizados ou domiciliados que foram vítimas de escravidão na região em questão. Contudo, é importante salientar que os demais municípios da Baixada apresentam também proporções referentes à exportação de mão de obra escrava para outras regiões do país. Como supracitado anteriormente, apenas os municípios de Monção e Bela Vista do Maranhão que apresentaram operações de combate ao trabalho escravo comprovado. Iremos nos ater apenas à análise das regiões que envolvem o universo da pesquisa que são os municípios de Pinheiro, Penalva, Santa Helena e Viana, sem, no entanto, nos refutarmos aos demais, sempre nos reportando a eles, quando necessário.

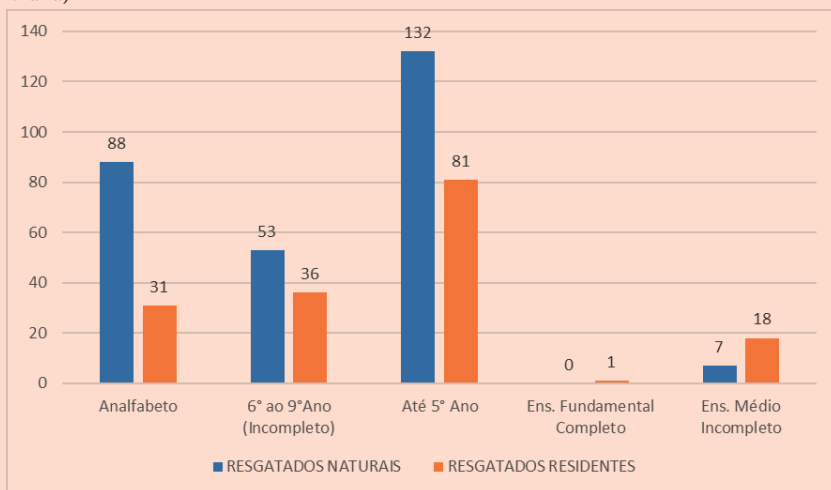
Nota-se, em meio ao exposto na Tabela, que todas as regiões que possuem trabalhadores que foram vítimas do trabalho escravo se colocam em uma posição muito acentuada de pobreza e extrema pobreza. Se fizermos uma relação das atividades econômicas desempenhadas pela população dessa região é possível constar claramente que esses índices estão interligados à falta de recursos regionais tais como trabalho, educação e o não acesso à terra para a reprodução produtiva, ou seja, é a falta de perspectiva no seu local de origem que acentua a recorrência de aliciamento da mão de obra para ser utilizada em regime de trabalho escravo nesses municípios. Pois a opressão que subordina o trabalhador (a) rural à migração pela busca da sobrevivência ultrapassa o uso das correntes; basta ter consigo uma grande aliada, a pobreza, esta que “(...) é mote dessa forma de subordinação” que a partir da opressão (RODRIGUES, 2016, p. 52). Nesse mesmo contexto:

(...) a pobreza é um fio condutor e que liga o proprietário de terras a um sujeito que necessita de tudo para sobreviver, vindo no

proprietário de terras seu redentor. Esta mesma pobreza cria um sujeito vulnerável, pois na procura de quem o salve, acha assim, os algozes de sua liberdade. O trabalho escravo não é barbárie no contexto de fora da civilização. Mas sim, a barbárie é condição da civilização nesse sentido. (RODRIGUES, 2016, p. 82)

A expressão territorial do trabalho escravo contemporâneo no município de Pinheiro (107 trabalhadores), entre os quatro municípios analisados, é a mais latente em números de trabalhadores de naturalidade dessa região que foram vítimas do trabalho escravo, seguidos do município de Santa Helena (105 trabalhadores), Penalva (54) e Viana (30). Desse montante há uma predominância do sexo masculino, que no quesito faixa etária pairam entre os 18 e 29 anos, com um percentual bem acentuado em relação as demais. Aparecem também, só que em menores proporções, idades equivalentes a 55 a 60 anos. Em uma perspectiva de gênero, segundo os dados coletados nesses quatro municípios, pelo menos 9 mulheres no decorrer de 2003 a 2018 foram encontradas em regime de escravidão, sendo 5 naturais de Santa Helena e 4 de Pinheiro, que intercalavam suas idades na faixa etária entre 18 e 39 anos. Quanto ao grau de escolaridade desses (as) trabalhadores (as), o Gráfico 2 nos mostra que a maioria deles estudou até o 5º ano do ensino fundamental tanto para aqueles que são naturais do município, 132 trabalhadores, como para aqueles que se declararam como domiciliados neles, com 81 trabalhadores.

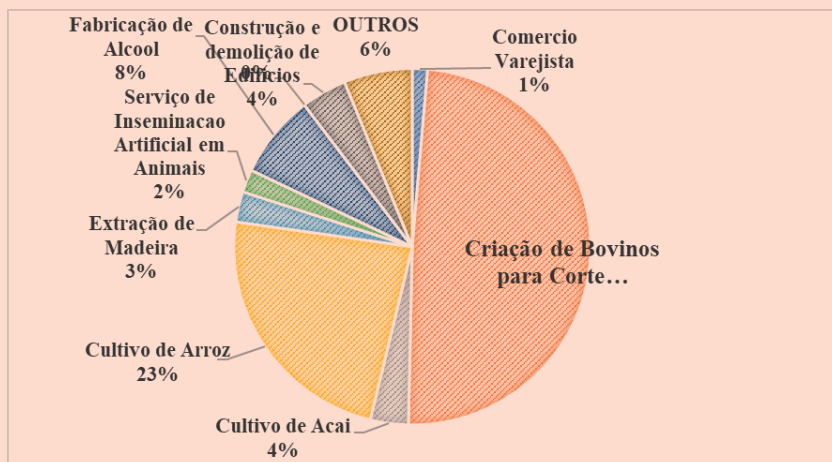
Gráfico 2. Grau de escolaridade dos (as) trabalhadores (as) resgatados que são naturais ou residentes dos municípios da Baixada Maranhense (Pinheiro, Penalva, Santa Helena, Viana)



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir da sistematização dos dados disponíveis na plataforma digital do Observatório Digital do Trabalho Escravo (SMARTLAB MPT/OIT, 2018)

Os números apresentados pelo analfabetismo desses (as) trabalhadores (as) nos fazem pensar também no grau de vulnerabilidade a que eles estão impelidos (as). Essa realidade está atrelada ao contexto nacional que ainda não conseguiu elevar as taxas de instrução de sua população. Essa questão se apresenta também a novas exigências de formação, uma vez que grande parcela da população ainda se encontra em déficit com o acesso e permanência na educação básica do país. No Brasil, existe 11,3 milhões de analfabetos. O Nordeste situa-se, em relação as outras regiões, com a menor taxa de alfabetização (85,5%) da população de 15 anos ou mais.

Gráfico 3. Setores econômicos e cadeias produtivas envolvidos durante o resgate de trabalhadores que são naturais dos municípios de Pinheiro, Penalva Santa Helena e Viana.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir da sistematização dos dados disponíveis na plataforma digital do Observatório Digital do Trabalho Escravo (SMARTLAB MPT / OIT, 2018)

Para a elaboração do Gráfico 3, foram priorizadas as atividades econômicas registradas por aqueles trabalhadores que são naturalizados do município em questão. Outrossim, destacamos as atividades que mais prevaleceram nos registros disponibilizados pelo Observatório do Trabalho e enquadramos em “outros” aquelas atividades que aparecem menos de duas vezes na contabilização dos dados. Vemos que a atividade que se sobressai às demais é a relacionada à criação de bovino para corte (49%), seguida do cultivo de arroz (23%) e a fabricação de álcool (8%). Geralmente, essas atividades que mais aparecem são as que requerem maior esforço manual e que exigem pouca ou nenhuma qualificação, ofertando inclusive os menores salários por determinadas ocupações.

É imprescindível denotar que os dados de faixa etária, escolaridade e atividade de ocupação em que os trabalhadores estavam ao serem resgatados, consideram apenas os registros que continham as especificações acima referidas. Por essa razão, a não compatibilidade do número de resgatados com o grau de escolaridade e ocupação.

Como ainda existe uma escassez de pesquisas qualitativas referentes à temática na Baixada Maranhense, e em particular nos municípios estudados, não conseguimos ter uma real aproximação com os fluxos migratórios que ocorrem dentro dessas regiões em específico, assim como também não apontam o local onde esses trabalhadores foram resgatados, que também serviriam de base para entender quais seriam os locais de atração quando se trata da busca por trabalho.

Produção coletiva e intervenção social: experiências de pesquisa e extensão

A pesquisa dialógica proposta neste artigo tem inspiração especialmente no trabalho do pedagogo brasileiro Paulo Freire. No livro *Comunicação ou Extensão* (1977), ele parte da análise crítica da semântica do termo extensão, passando pelo equívoco gnosiológico, detendo-se em considerações a propósito da invasão cultural, discutindo a reforma agrária e a mudança, opondo-se à extensão e, por fim, ampliando a educação como uma situação gnosiológica, em cuja prática a ‘assistências técnicas’ teria outras dimensões (FREIRE, 1977).

Assim também pensamos ao construir uma metodologia dialógica que atenda à demanda do pesquisador e do sujeito pesquisado durante a experiência de campo. Neste caso, Freire (1977, p.33) adianta que, “é tentar superar o conhecimento preponderantemente sensível por um conhecimento, que, partindo do sensível, alcança a razão da realidade”, que, muitas vezes, perpassa por um único olhar dogmático e treinado durante a experiência do sujeito pesquisador.

Adonia Prado (2016) no artigo *Educação contra a escravidão contemporânea em perspectiva decolonial*, diz que o diálogo funciona como metodologia quando são ingredientes fundamentais na teoria e na prática da pedagogia decolonial isto é, transformando o vertical em horizontal de modo que a produção do conhecimento não seja resultado de uma experiência unilateral.

O constante diálogo entre pesquisadores e pesquisados e a possibilidade de reinvenção dos processos no decorrer do trabalho de campo tem nos proporcionado vivenciar experiências que dificilmente teríamos acesso caso estivéssemos engessados no formato tradicional de pesquisa social na concepção de sujeitos (pesquisadores) e objetos (pesquisados).

Apresentamos, a seguir, duas experiências recentes que tivemos com pesquisa e extensão no contexto do projeto de pesquisa em andamento, intitulado *Comunicação, Migração e Trabalho Escravo Contemporâneo: trajetórias de trabalhadores (as) rurais da Baixada Maranhense*. A primeira, de uma campanha radiofônica de combate ao trabalho escravo e a segunda, da construção de uma cartilha paradidática para as escolas quilombolas do Maranhão.

A campanha “Trabalho Certo: mesmo na precisão, não caia na escravidão”⁶ abrange quatro municípios da região: Santa Helena, Pimenteiro, Penalva e Viana. A Baixada Maranhense lidera os locais de origem de trabalhadores que são resgatados de condições análogas à de escravo⁷ no Brasil atualmente. O objetivo do projeto é utilizar a mídia, principalmente a radiofônica, para conscientizar a população acerca das formas de aliciamento dos trabalhadores, além de ser uma forma de denunciar o trabalho escravo contemporâneo.

O primeiro momento de elaboração da campanha ocorreu de agosto de 2019 a agosto de 2020, e estava focado principalmente em entender o que torna propício o aliciamento de pessoas da Baixada Maranhense para o trabalho escravo e qual o perfil desses indivíduos, assim como buscar inspiração em outras campanhas já atuantes no combate à escravidão contemporânea. Foi constatado que o alto índice de pobreza dessa

6 Os principais produtos da campanha podem ser acessados pelo canal do Youtube no endereço <https://www.youtube.com/channel/UC66NJJWpRJhoymztBVaOLMQ>

7 A expressão ‘condição análoga à de trabalho escravo’ está descrita no Artigo 149 do Código Penal Brasileiro. O termo denota um conjunto de fatores que a legislação brasileira considera para caracterizar esse crime: jornadas exaustivas, condições degradantes, servidão por dívida, entre outros. Já a terminologia ‘trabalho escravo contemporâneo’ é utilizada pela Sociologia Brasileira (ESTERCI, 1994). Neste trabalho, utilizamos as duas categorias para nos referir às condições degradantes em que os trabalhadores oriundos da Baixada Maranhense são submetidos.

microrregião, acentuado pelo baixo desenvolvimento econômico – as principais atividades são a agricultura de subsistência, o extrativismo vegetal e a pecuária bovina de corte – possibilitam o aliciamento dos trabalhadores. Eles são, sua maioria, indivíduos do sexo masculino, pobres, com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional, buscando formas de sustentar as suas famílias (SOUSA, 2020).

Uma das entidades de maior atuação no combate ao trabalho escravo na Baixada Maranhense é a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que criou a campanha “De Olho Aberto Para Não Virar Escravo”, em 1997, em âmbito nacional. A principal forma de circulação dessa campanha é a “sanfoninha”, um panfleto com uma história em quadrinhos, que retrata como acontece o aliciamento para o trabalho escravo e as condições degradantes às quais os trabalhadores são submetidos. Esse material é produzido anualmente e distribuído pelos agentes da CPT.

O segundo momento de elaboração da campanha “Trabalho Certo: Mesmo na Precisão, Não Caia na Escravidão” iniciou em setembro de 2020 e foi dividido em quatro etapas. A primeira e segunda etapas se basearam principalmente nos estudos e pesquisas desenvolvidos no primeiro ciclo da campanha (agosto de 2019 a agosto de 2020). Na primeira etapa, mapeamos as entidades que atuam contra a escravidão contemporânea no estado do Maranhão, como a CPT, o CDVDH/CB (Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán) e a Repórter Brasil, e estudamos os seus objetivos e principais ações de combate ao trabalho escravo contemporâneo.

Durante a segunda etapa, nos aprofundamos no perfil dos trabalhadores da Baixada Maranhense – público de maior interesse da campanha – e iniciamos a produção de sete roteiros radiofônicos: cinco *spots* de 30 segundos e dois *podcasts* com duração de 2 a 4 minutos. Em seguida, submetemos os nossos roteiros a análise de dois especialistas da área de comunicação radiofônica da Universidade Federal do Maranhão, o Prof. Dr. Ed Wilson Araújo e o Prof. Dr. Márcio Monteiro. Na reunião, foram sugeridas algumas mudanças no texto, visando uma aproximação maior com a linguagem do público. Para melhor embasar a reformulação dos nossos roteiros

e buscar uma conexão com o nosso público, entramos em contato com os agentes da CPT e as lideranças do MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão) que atuam da Baixada Maranhense, que explicaram um pouco sobre o sistema de aliciamento de trabalhadores na região.

Após os ajustes nos roteiros, iniciamos a terceira etapa da campanha, a qual consistia em definir o nome, a assinatura e a identidade visual do projeto, e produzir os *spots* e *podcasts*. O nome “Trabalho Certo” faz referência à expressão “serviço certo”, muito utilizada pelas pessoas da região, alvo da campanha para designar um trabalho dentro das normas jurídicas. Na assinatura da campanha, “Mesmo na precisão, não caia na escravidão”, o uso do termo precisão, identificado pela professora Flávia de Almeida Moura em seu livro *Escravos da Precisão* (2009) como uma expressão regional para designar a necessidade financeira que muitas vezes leva os trabalhadores a caírem em situações análogas à escravidão, também é uma maneira de aproximar a campanha do público principal.

A quarta etapa da campanha, em execução durante a elaboração dessa publicação, em junho de 2021, consiste em distribuir o material radiofônico para rádios comerciais e comunitárias da Baixada Maranhense, buscando atingir principalmente os municípios de Viana, Santa Helena, Pinheiro e Penalva. Também disponibilizamos os *spots* e *podcasts* via *WhatsApp* para as redes de comunicação das lideranças locais.

No que se refere aos meios de expressão midiática da campanha (e de seus respectivos órgãos), esta terá o intermédio da ABRAÇO (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - Regional Maranhão) e CPT. A primeira tem uma programação pluralista e é aberta à expressão de todos os habitantes da região de abrangência das ondas. A escolha pela vinculação a uma rádio comunitária é de grande importância por conta de ter uma grande associação ao público alvo, visto que na região investigada, a população é consumidora deste tipo de veículo de comunicação e, este, é um dos meios mais expressivos para a disseminação de notícias juntamente com a televisão.

Em referência à CPT, as equipes estão presentes nas rotas da escravidão contemporânea, nos estados de origem dos migrantes por precisão,

como também nos locais de destino, na floresta devastada e nos pastos, nas carvoarias, nas plantações e no agronegócio. A entidade governa ações coordenadas e planejadas, que têm como direcionamento tanto o emergencial (acolher e amparar as vítimas, proporcionar seu resgate), quanto o estrutural (provocar nas suas vidas mudanças reais, sustentadas em políticas públicas: educação, saúde, interiorização das políticas de geração de emprego e renda, reforma agrária; promover real punição dos responsáveis; inibir empresas e mercadorias que se utilizam do trabalho escravo; anular o lucro-extra oriundo do crime; confiscar a propriedade onde se pratica o trabalho escravo).

Desenvolvimento dos produtos da campanha radiofônica

Como já citamos, por meio do contato com agentes da Comissão Pastoral da Terra na Baixada Maranhense, conseguimos produzir sete peças radiofônicas (cinco *spots* e dois *podcasts*). O primeiro passo para a elaboração desses materiais foi a definição dos temas que seriam abordados em cada produto. Em seguida, determinamos que os *spots*, por terem menor duração e maior facilidade de distribuição, seriam destinados principalmente para o público de maior interesse da campanha, os trabalhadores rurais da Baixada Maranhense. Enquanto isso, os *podcasts* estariam voltados principalmente para as lideranças comunitárias e para os movimentos e entidades que atuam no combate à escravidão moderna na região.

Uma vez que o intuito da campanha é difundir a informação para prevenir e combater o aliciamento de trabalhadores rurais da Baixada Maranhense para o trabalho escravo, os temas foram escolhidos de forma a passar uma mensagem clara e objetiva para o público em questão. Entre os *spots* ficaram divididos os temas: o que é trabalho escravo, quem é o gato/o que é aliciamento, formas de denúncia, o que é trabalho digno e o que é violação dos direitos. Já os *podcasts*, por apresentarem uma duração maior, focaram em temáticas mais específicas como a atuação da

CPT na Baixada Maranhense e o relato do caso de um trabalhador que foi resgatado de condições análogas a de trabalho escravo.

Com o objetivo de caracterizar a campanha, facilitar a compreensão e chamar a atenção do público, definimos um modelo de abertura e uma vinheta para os produtos. Na maioria dos roteiros, com exceção do *spot* referente às formas de denúncia e ao *podcast* do relato de caso, foi adotado o texto “Ei, você sabe o que é (...) Não? Então, bora entender” como padrão para iniciar as peças. Utilizamos esse formato com o objetivo de trazer coloquialidade para o texto, intensificar o caráter informativo/educativo da campanha e proporcionar uma interação com os ouvintes. Ao final de cada produto foi inserido uma vinheta com a assinatura da campanha, “Trabalho Certo: mesmo na precisão, não caia na escravidão”, para que essa possa ser identificada tanto pelos trabalhadores e pelas lideranças comunitárias, quanto pelas rádios e redes de comunicação online onde circulará a campanha.

A nossa principal preocupação ao desenvolver os roteiros era que o texto dialogasse com aqueles que estão mais expostos ao aliciamento para o trabalho escravo, por isso, utilizamos duas vozes: uma masculina e uma feminina. Mesmo que a predominância de vítimas de trabalho escravo seja do sexo masculino, também são comuns os casos de mulheres que são resgatadas de condições análogas a de escravidão, logo, para que a campanha possa atingir um público mais diverso, optamos por utilizar as duas vozes. Além disso, decidimos por esse formato, visto que, de acordo com Balsebre (2004), a superposição de diferentes fontes sonoras passa mais credibilidade e verossimilhança aos ouvintes.

Visto que os principais ouvintes são indivíduos de baixa escolaridade – geralmente não apresentam nem o ensino fundamental completo – também nos preocupamos em utilizar uma linguagem acessível. Termos como “aliciamento” e “violação” são essenciais para entender o que é o trabalho escravo contemporâneo e as suas características, por isso, para que o entendimento do público alvo não fosse comprometido, buscamos explicar de forma sucinta o significado desses termos, como por exemplo: “Aliciamento é convencer a pessoa que está passando ne-

cessidade a aceitar um serviço que parece certo, mas no final é roubada” (trecho retirado do *spot* “Você sabe quem é o gato?”); e “Violação significa que os seus direitos como ser humano, trabalhador e trabalhadora, não estão sendo respeitados” (trecho retirado do *spot* “Você sabe o que é violação dos direitos?”).

Além disso, durante a produção dos roteiros foi acordado que algumas informações, por causa da sua utilidade e significância na prevenção e no combate ao trabalho escravo, seriam comuns aos *spots* e aos *podcasts*. Por exemplo, uma breve explicação sobre o que caracteriza o trabalho escravo – receber ameaças dos patrões, ser mau tratado, não ter acesso a água potável nem alimentos adequados, servidão por dívidas, entre outras violações do direito humano e trabalhista – e a adição do “disque 100” – número utilizado para denunciar qualquer tipo de violação aos direitos humanos – ao final para indicar um meio de denúncia rápido e de fácil acesso.

Para a elaboração dos *podcasts* contamos com a parceria da CPT. Por causa da atual pandemia da COVID-19 – doença causada pelo coronavírus – não pudemos realizar o trabalho de campo na Baixada Maranhense, logo, não conseguimos entrevistar pessoalmente os agentes da CPT, nem tivemos um contato direto com os representantes das lideranças locais, como o Movimento Quilombola no Maranhão (MO-QUIBOM). No entanto, através do Ronilson Costa, da Brígida Rocha e da Carla Pereira – representantes da CPT – conseguimos entender um pouco mais acerca das estratégias deles de combate ao trabalho escravo contemporâneo da Baixada Maranhense.

Nossa atuação no combate ao trabalho escravo se dá principalmente na base, no acompanhamento a comunidades quilombolas fazendo o resgate da memória, da história, mas sobretudo despertar o sentimento de pertença àquele espaço de vida, àquele território. Também a importância de permanecer no lugar onde estão as suas raízes, suas ancestralidades. (PEREIRA, 2021, informação verbal)⁸

8 Entrevista pessoal concedida por Carla Pereira, agente da CPT-MA, no dia 17 de abril

Também por causa dessa parceria, foi possível a comunicação com líderes das comunidades da região, como o Raimundo Ribeiro, do Quilombo Mundico, no município de Santa Helena. O contato com as lideranças permitiu que compreendêssemos melhor como funciona o aliciamento de pessoas para o trabalho escravo nessa região, o que motiva esses indivíduos a migrar e quem são eles.

Muitos ficam sabendo através de amigos que já tão pra lá, outros... é... através de encarregados né, hoje em dia levam o nome de encarregado, mas que, que antes eles levavam o nome de ‘gato’, e aí acabam influenciando os jovens a, a deixarem suas cidades e (...) ir pra lá trabalhar (...) pra tentar um sustento. (RIBEIRO, 2021, informação verbal) ⁹

Mesmo com o obstáculo da pandemia, logramos coletar um material válido e rico em informações para guiar a produção dos *spots* e *podcasts* da campanha. O próximo passo é o lançamento da campanha “Trabalho Certo: mesmo na precisão, não caia na escravidão” em um evento organizado em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra. Logo depois, iniciaremos as estratégias de divulgação e distribuição das peças nos veículos radiofônicos e digitais, com o auxílio da ABRAÇO-MA.

Desenvolvimento da cartilha

“Do quilombo pra rua: o João que vive em nós”

Durante o lançamento da campanha radiofônica, no dia 23 de junho de 2021, algumas lideranças quilombolas presentes na Plataforma Google Meet falaram da importância de ações como esta e solicitaram a possibilidade de construção coletiva de um material que pudesse circular entre as escolas da região para informar crianças e adolescentes sobre a

de 2021, por meio de WhatsApp.

⁹ Trecho de entrevista com Raimundo Ribeiro, do Quilombo Mundico, município de Santa Helena – MA, realizada em 18 de abril de 2021 por intermédio do WhatsApp.

questão da migração de muitos trabalhadores da Baixada Maranhense para trabalhar fora do estado do Maranhão.

Com a permanência da pandemia da Covid-19 e a impossibilidade de realizar um trabalho de campo na região, recorreremos novamente à forma remota para conversar com agentes do movimento social, neste caso o MOQUIBOM e a CPT, sobre como poderíamos realizar este trabalho, mesmo à distância. De julho a dezembro de 2021, realizamos reuniões semanais com lideranças e educadores de municípios da Baixada Maranhense para construirmos a cartilha paradidática intitulada *Do quilombo pra rua: o João que vive em nós*.

Nos primeiros encontros online, discutimos as principais temáticas que seriam abordadas no material e também a característica paradidática do mesmo, uma vez que não somos pedagogos e não teríamos condições de construir um material didático-pedagógico.

Pamela Marques e Maria Genro (2016) no artigo *Por uma ética do cuidado: em busca de caminhos decoloniais para a pesquisa social com grupos subalternizados* nos proporcionou uma visão profunda sobre as formas de como se observa, se trata, reflete, evidencia, descreve o mundo social a partir de uma perspectiva cuidadosa e não violenta a realidade do sujeito subalterno, mas trazendo-o como parte deste empreendimento. Para elas, a pesquisa cuidadosa é,

[...] mais do que apontar molduras prontas às quais ajustar a matéria a ser apreendida durante a pesquisa social, refletir sobre as preocupações com que se empreende o caminho da pesquisa, sondando algumas formulações epistêmicas interessantes que se refletem em posturas éticas-metodológicas mais sensíveis (MARQUES; GENRO, 2016, p. 324).

Ou seja, o desafio que lançamos nesta experiência aqui narrada é romper com a questão antiética da pesquisa com o subalterno¹⁰ no exercício de tornar a fala deste ‘outro visível’ sem que o pesquisador seja a única

10 Para o conceito de subalterno, ver Gayatri Chakravorty Spivak, *Pode o subalterno falar?*, Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

fonte de reconhecimento discursivo no que tange à emancipação de falar e ser ouvido.

Entendemos que respeitar o momento daqueles sujeitos diante do que estavam passando em decorrência da pandemia da Covid-19 foi fundamental para que pudéssemos construir, juntos, uma estratégia de enfrentamento da realidade investigada a partir da sensibilização de trabalhadores sobre as condições degradantes de trabalho bem como os riscos de migrar em tempos de pandemia.

Sobre a pesquisa em colaboração, as autoras apontam algumas características principais como (1) a autoria do reconhecimento, (2) o compartilhamento do conhecimento dialógico e (3) a autorização do conhecimento produzido a partir de convergência constante no processo de elaboração.

[...], um sujeito consciente da complexidade dos mecanismos que agem sobre si (ou consigo) quando interpela o social é capaz de produzir pesquisa cuidadosa, ou seja, aquele que não descuida do que pesa sobre as decisões que, como, cientistas sociais, tomamos antes, durante e depois de ir a campo, escapando tanto do racionalismo dogmático quanto do relativismo ingênuo (MARQUES; GENRO, 2016, p. 327).

Desta feita, o pesquisador observa a realidade objetiva não só como algo disciplinado ou dado a partir de sua experiência acadêmica, mas também através da objetivação das coisas em uma perspectiva conjunta com o sujeito pesquisado, que perpassa de um olhar singular.

Segundo Marques e Genro (2016), a escuta é algo que depende da forma interacional com o sujeito pesquisado. Durante a construção coletiva da cartilha, tivemos a oportunidade, por exemplo, de ouvir, em vídeo chamadas, anciãos das comunidades quilombolas que nos relataram os processos de certificação junto à Fundação Palmares bem como as lutas pela terra e os processos de ancestralidade desses sujeitos. Pajés e pais de santo, que praticam no seu dia a dia experiências de religiosidade ligadas a matrizes africanas e indígenas, nos relataram formas de convívio social e de luta pela terra nas quais os lados espiritual e material estão

mais próximos do que para a maioria dos grupos sociais ocidentais. Isto é, a ancestralidade desses sujeitos define caminhos de luta em prol da manutenção de seus territórios.

Adentrar a esse cotidiano das comunidades quilombolas fez com que o material fosse construído de forma a valorizar o pertencimento desses sujeitos em seus territórios. Neste sentido, a narrativa da cartilha, em vez de enfatizar o combate ao trabalho escravo diretamente, focou na importância de permanência nos territórios bem como a valorização da cultura e dos modos de fazer locais.

O material paradidático foi construído durante seis meses por muitas mãos. Mais de trinta pessoas foram entrevistadas de forma individual ou coletiva de acordo com a necessidade do grupo de pesquisa de entender determinadas atividades que fazem parte do cotidiano e da economia familiar das comunidades.

Ao final, foi apresentada uma proposta do grupo de pesquisadores às lideranças comunitárias, que ainda puderam dar opiniões e sugerir modificações até o fechamento da edição final da cartilha. O material, disponibilizado em formato digital de uso livre e irrestrito¹¹, foi lançado no dia 15 de fevereiro de 2022, também pela Plataforma do Google Meet, e já está sendo utilizado por escolas quilombolas do Maranhão para trabalhar temas transversais, como migração e trabalho escravo contemporâneo.

A narrativa traz um personagem fictício, o João, que nasceu no quilombo e mostra o cotidiano de vida, trabalho e religiosidade do lugar. À medida que João cresce, começa a perceber a movimentação de jovens que saem dos seus locais de origem para trabalhar fora, em outros estados brasileiros, em busca de recursos para “melhorar de vida”. O drama de João entre o sentimento de pertencimento ao território e a vontade de sair para conhecer outros lugares traduz a vivência de muitos adolescentes e jovens da região. Ele acaba migrando e caindo em situação de

11 A cartilha digital pode ser acessada pelo perfil do grupo de pesquisa no Instagram (<https://linktr.ee/Getecom.Ufma>) ou diretamente pelo link <https://drive.google.com/file/d/1TMY7PB1S4ggV0XBT2Zca1rJA-eLSqqeB/view?usp=sharing>.

trabalho degradante. A narrativa continua com a saga dos maus tratos e da fuga. João volta ao quilombo e busca, a partir de então, ser um agente social capaz de transformar a vida das pessoas de sua comunidade.

Além da história fictícia baseada em fatos (principalmente em entrevistas realizadas durante a construção da cartilha), o material paradidático traz atividades interativas para atrair a leitura de crianças e adolescentes e, de forma lúdica, tratar de um problema tão sério e urgente.

Considerações finais

O trabalho escravo contemporâneo atinge a vida de milhares de brasileiros, sobretudo aqueles que vivem no campo. Este deve ser encarado como uma problemática de violação social que tem como protagonistas sujeitos de segmentos sociais excluídos e menos favorecidos socialmente e que, em sua maioria, estão imersos em uma dimensão territorial de pobreza, de risco e violência social. O Brasil já avançou muito no que diz respeito ao combate ao trabalho escravo, no entanto, algumas estratégias de prevenção ainda não são identificadas com precisão em algumas localidades que apresentam grande incidência de trabalhadores que são aliciados para o trabalho escravo, tal como vimos em municípios da Baixada Maranhense.

É de fundamental importância que as estratégias de combate ao trabalho análogo ao escravo no Brasil, e em particular no Maranhão, como as ações de repressão que visam à eficácia da lei e combate à impunidade, sejam deferidas para as populações que mais necessitam, que são aquelas que estão sem acesso a bens e serviços essenciais para a sua sobrevivência, o que as tornam mais vulneráveis a entrar no ciclo da escravidão contemporânea. Deve-se ter mais ações de prevenção voltadas para o conhecimento da realidade, sensibilização, capacitação e medidas estruturantes, que visem à erradicação dessa superexploração da força de trabalho.

A realização da campanha de sensibilização e combate ao trabalho escravo na Baixada Maranhense bem como a construção coletiva da cartilha pa-

radidática aqui descrita tem o objetivo de levar as informações sobre aliciamento e formas de trabalho degradante bem como de alertar trabalhadores e trabalhadoras para denunciar condições análogas à de trabalho escravo. O uso da mídia radiofônica se deu pela facilidade de disseminação junto aos públicos, bem como o baixo custo para a produção e distribuição. Já o material paradidático está sendo usado pelas escolas da região em formato digital, mas há uma articulação junto ao MPT-MA (Ministério Público do Trabalho no Maranhão) de destinar recursos de TAC (Termos de Ajustamento de Conduta) firmados em fiscalizações de trabalho escravo contemporâneo para viabilizar a impressão do material que será largamente distribuído junto à rede pública de educação do Maranhão, ainda em 2022.

Buscamos, como essa proposta, utilizar uma linguagem apropriada a esses públicos trazendo elementos que gerem a sensação de familiaridade e identificação. Pretendemos expandir o projeto com a criação de conteúdos audiovisuais para as plataformas digitais e redes sociais, como *YouTube*, *Instagram* e *Facebook*, na busca de atingir outros públicos que possam auxiliar na prevenção e combate ao trabalho escravo contemporâneo. Acreditamos, assim, dar uma contribuição da universidade pública a essas demandas sociais tão urgentes e necessárias.

Referências:

BALSEBRE, Armand. **El lenguaje radiofónico**. 2ª Ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2004.

ESTERCI, Neide. **Escravos da Desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI, Koinonia, 1994.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio; MOURA, Flávia de Almeida (org.) **Migrações no Maranhão Contemporâneo** – Uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. São Luís: CPT/UFMA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra 1977.

MARQUES, Pâmela; GENRO, Maria. **Por uma ética do cuidado:** em busca de caminhos descoloniais para a pesquisa social com grupos subalternizados. Araraquara. v.21, n-41, julho-dezembro, 2016, p. 323-339.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da Precisão:** economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA). São Luís: EDUFMA, 2009.

_____. **Trabalho escravo e mídia:** olhares de trabalhadores rurais maranhenses. EDUFMA: São Luís, 2016.

PRADO, Adonia. **Educação contra a escravidão contemporânea em perspectiva decolonial.** In.: Discussões Contemporâneas sobre trabalho escravo: Teoria e pesquisa. Manual x: Rio de Janeiro, 2016.

RODRIGUES, Sávio José Dias. **Quem não tem é escravo de quem tem:** Migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo. Tese (Doutorado) - Fortaleza-CE, 2016. 213 f. Disponível em << http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/18793/1/2016_tese_sjdrodrigues.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

SILVA, Julia Lucia de Oliveira Albano. **Rádio:** oralidade mediatizada – o spot e os elementos da linguagem radiofônica. São Paulo: Annablume, 1999.

SOUSA, Joyce. **Plano de trabalho:** Mapeamento e análise dos principais canais de comunicação utilizados para aliciamento e denúncia no contexto do trabalho escravo contemporâneo na Baixada Maranhense. Relatório final PIBIC – Fapema: São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2020.

SMARTLAB do MPT/OIT. **Observatório Digital de Trabalho Escravo.** 2018. Disponível em: << <https://smartlabbr.org/>>>. Acesso em: 5 de jan. 2020.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

TRABALHO ESCRAVO E VIOLÊNCIA EM FAZENDAS DO GRUPO JOÃO SANTOS, NO PIAUÍ E MARANHÃO (1980 - 2000)

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira

Introdução

O Grupo João¹ Santos instalou suas bases produtivas por vários estados do país, dentre eles o Piauí e o Maranhão. Uma de suas preocupações foi a de construir a imagem de um conglomerado empresarial preocupado não apenas com lucros, mas igualmente em garantir respeito aos direitos dos trabalhadores, de buscar integração entre modernização e trabalho, e incentivo à preservação da qualidade de vida². Entretanto, o que

1 O Grupo João Santos figurou por muitas décadas entre os maiores conglomerados empresariais do Brasil, atuando em setores de cimento, comunicação, agroindústria e celulose. Nos dias atuais atravessa um verdadeiro colapso, gerado tanto pela crise produzida em razão da competição no mercado do cimento, sua principal fonte de receitas, quanto pela instabilidade administrativa oriunda de disputas entre herdeiros de João Pereira dos Santos, o fundador do grupo, falecido em 2009, considerado no mundo dos negócios como um “empreendedor destemido”. Um elemento que salta aos olhos diz respeito aos lucros exorbitantes auferidos em seus tempos áureos, por exemplo, no mesmo ano da morte do patriarca, o conjunto de empresas conseguiu obter impressionante “receita de 2,8 bilhões de reais” (ISTO É, 2010, p. 01).

2 Tais aspectos podem ser identificados no seguinte vídeo institucional: ROMEO, Gra-

de fato descobrimos, quando analisamos variadas fontes, é exatamente o oposto. Saltam aos olhos denúncias de trabalho escravo contemporâneo³ e das terríveis condições a que muitas pessoas foram sujeitadas. Constrangimentos, adoecimentos, situações de exposição a extremo perigo, violência física e simbólica, acidentes e mortes, compõem um verdadeiro quadro de descaso com a vida.

Uma destas denúncias de abusos e superexploração ocorreu em maio de 2006. O caso foi punido com a inserção de uma das empresas do Grupo João Santos na Lista Suja⁴ do trabalho escravo, em 2007. Sobre esse fato Leonardo Sakamoto esclarece:

A cimenteira Itapicuru Agroindustrial S.A. entrou na lista por ser proprietária da fazenda Terra Nova, localizada em Codó, no Maranhão, onde foram encontrados 49 trabalhadores em regime análogo ao de escravo, em maio de 2006. A empresa faz parte do Grupo Indústria João Santos, que atua na área de papel, cimento e açúcar nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Entre os produtos do grupo está o cimento Nassau (SAKAMOTO, 2007, p. 01).

Os fatos noticiados inserem-se em um contexto de ampliação de ações do combate ao trabalho escravo contemporâneo. No entanto, estas práticas criminosas eram utilizadas sistematicamente há mais de três dé-

ça. **Itapagé**. Youtube, 9 de setembro de 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T44dCX1x9Cw>. Acesso: 22 de maio de 2021.

3 Em linhas gerais, podemos entender o fenômeno do trabalho escravo contemporâneo como: “um conjunto de práticas que podem ser, dependendo da autoridade coautora, tipificadas juridicamente como crime – manter pessoas em cárcere privado, violência física, como a tortura e lesões corporais, assassinato e danos ambientais – violações às leis trabalhistas, não assinatura de Carteira de Trabalho e Previdência Social, não recolhimento dos direitos previdenciários, não pagamento de salários e das férias, condições inadequadas de habitação, transporte, alimentação e segurança” (FIGUEIRA, 2004, p. 35).

4 A Lista Suja trata-se de um cadastro público, de responsabilidade do Ministério do Trabalho, que contém os infratores flagrados no crime de trabalho escravo. Este mecanismo apresenta papel relevante por afetar tanto a imagem e credibilidade de empregadores, quanto por suspender “o direito a créditos em instituições financeiras e internacionais”(SAKAMOTO, 2007, p. 59).

cadadas pelo Grupo Industrial João Santos. É o que revela outro caso, o qual damos destaque neste artigo, envolvendo uma grave denúncia sobre empresas fornecedoras de matéria prima para produção de papel e açúcar, localizadas nos municípios de Miguel Alves⁵, no Piauí e Coelho Neto⁶, no Maranhão, que sujeitavam trabalhadores a práticas aviltantes. A esse respeito, o jornal piauiense O Estado, informa sobre a exploração e humilhação de pobres que atuavam em atividades relacionadas ao corte de bambu, em uma das fazendas localizada no Piauí. Um dos pontos destacados na matéria refere-se à repercussão internacional que os atos denunciados alcançaram. De acordo com o periódico:

A denúncia de escravidão no Piauí feita pela Anti Slavery International, organização de Direitos Humanos com sede na Inglaterra, à ONU, está tendo repercussão no mundo. Os boias-frias são tratados como animais e chegam até a sofrer torturas físicas e psicológicas no local de trabalho. O grupo João Santos é apontado como sendo um dos principais exploradores (O ESTADO, 1994, p. 01).

A referida denúncia circunscreve-se em um panorama que antecedeu o reconhecimento oficial da Escravidão Contemporânea no Brasil, em

5 O município de Miguel Alves faz parte da região Meio Norte do estado e se localiza a 110 km da capital Teresina. Situa-se no território Entre Rios que integra a macrorregião do Meio Norte da Bacia do Parnaíba, espaço caracterizado pela abundância em áreas de matas de cocais com predominância de babaçuais, e insere-se na transição entre caatinga e a floresta Equatorial. Emancipado desde 1912, teve sua fundação e crescimento populacional dada sob o signo das migrações de cearenses entre o final do século XIX e os anos 70 do século seguinte. Sua população atual é de 32.209 habitantes e possui uma área de aproximadamente 1.419,1 km² (IBGE, 2010).

6 O município de Coelho Neto, localiza-se a 480 km da capital maranhense, São Luís. Sua formação se explica no contexto de migrações de sertanejos cearenses e piauienses que se instalaram naquela região, situada às margens do rio Parnaíba, nas últimas décadas do século XIX, compondo inicialmente um povoado denominado Currallinho. Elevado à categoria de município em 1914, é extinto em 1930, sendo seu território anexado à cidade de Buriti. Porém, em 1931, promove-se sua emancipação administrativa de modo definitivo, três anos depois deixa de ser conhecido por Currallinho e adota-se a nomenclatura conhecida atualmente. Sua população atual é de 49.435 habitantes e seu perímetro territorial abrange uma área de 975.523km² (IBGE, 2010).

1995. Ou seja, o cenário profundamente marcado pelas pressões exercidas por entidades nacionais e internacionais em vista de denunciar a ampliação da exploração de trabalho escravo, e a negligência do Estado para com estas práticas. Soma-se a isso, exigências por políticas públicas eficazes à prevenção e combate ao trabalho escravo, e garantia de reparação aos vitimados. Nesse contexto de mobilização e denúncia, o trecho a seguir, extraído do Caderno de Conflitos no Campo Brasil de 1993, é bastante preciso:

Nos anos de 1992 e 1993 foram proferidas denúncias em instância internacional na ONU, OIT, Parlamento Europeu e OEA. Nessas denúncias a CPT foi representada por padre Ricardo Rezende e pelo Dr. Marcelo Machado, então presidente federal da OAB. Ambos denunciaram o aumento de casos de trabalho escravo e a omissão do Estado Brasileiro na sua apuração e punição dos responsáveis.

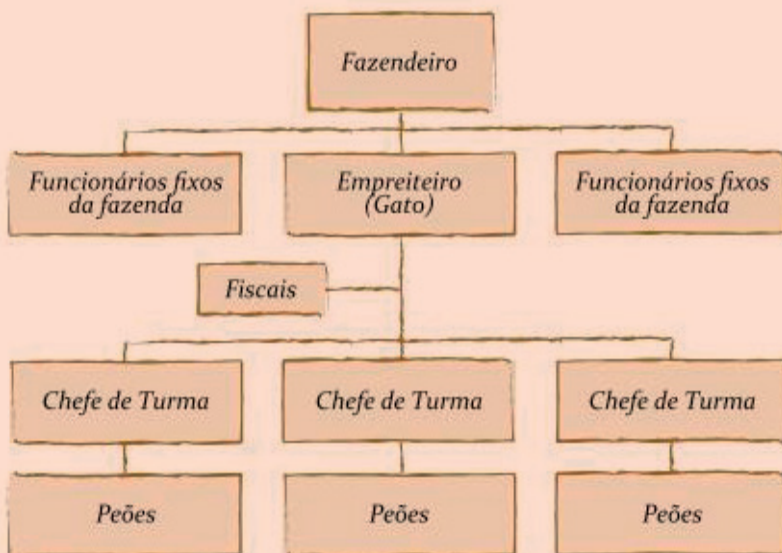
Entidades Internacionais como a América's Watch, entidade de defesa dos direitos humanos com sede nos Estados Unidos e a Anti Slavery International de Londres Inglaterra, têm constantemente denunciado o Trabalho Escravo e solicitado providências para sua erradicação (CONFLITOS NO CAMPO BRASIL, 1993, p. 28).

Direcionamos aqui a análise ao processo de escravização nas fazendas piauienses e maranhenses, propriedades do Grupo João Santos, onde identificamos a predominância de uma hierarquia de trabalho responsável pela sujeição de pessoas a condições desumanas. Ali a figura do aliciador, ou “gato”, e o uso de violência armada impõem um acelerado ritmo de labuta e garantem a dominação dos trabalhadores, em sua face de exploração e controle social, cerne dos empreendimentos do agronegócio brasileiro.

Hierarquia de dominação

Partindo do topo à base desta hierarquia de relações então estabelecidas, e fundamentadoras da exploração de trabalho escravo, nossas fontes revelam a predominância da figura do gerente das fazendas, seguido por outros indivíduos do quadro de funcionários permanentes (motorista, cozinheiras, vigias pela fiscalização). Em seguida, sem vínculos formais apareciam o gato (aliciador), chefes de turmas e os trabalhadores pobres submetidos a condições degradantes. A esse respeito, a pesquisa *Combatendo o Trabalho Escravo Contemporâneo: o exemplo do Brasil* (OIT, 2010) pontua que tal forma de organização social representava uma estrutura geral presente no latifúndio. Essa hierarquia pode ser vista na figura seguinte, conforme o citado estudo.

Figura 1 – Hierarquia de trabalho nas fazendas



Fonte: (OIT, 2010, p. 100)

O “gato” representa um dos personagens centrais desta hierarquia de dominação. Trata-se do sujeito que teatraliza uma personalidade afável para seduzir suas vítimas com falsas promessas de trabalho digno e bem remunerado. De acordo com Rocha (2015) os aliciadores de mão de obra escrava no Brasil, geralmente, tratam-se de migrantes retornados, ou seja, trabalhadores pobres que atingiram algum nível de ascensão social, e que se valem de relações de parentela para arregimentar pessoas em situação de vulnerabilidade social em suas comunidades de origem.

Além disso, o “gato” é igualmente responsável por realizar uma espécie de triagem, selecionando trabalhadores. São suas funções o acompanhamento das turmas de serviço para garantir a execução das tarefas nos prazos exigidos, a utilização de dispositivos de endividamento dos aliciados, seja através do adiantamento de pagamentos, fornecimento de alimentação, ferramentas de trabalho, dentre outros (OIT, 2010).

A ação dos aliciadores alimentava o sistema de recrutamento para trabalho nas fazendas do Grupo João Santos. Em documento oficial produzido após fiscalizações realizadas em 1993, é possível perceber a atuação de “gatos” através do recrutamento, supervisão da produção e uso de mecanismos de constituição de dívidas, conforme se pode ler no seguinte Relatório de Fiscalização Rural:

O gato, explorador de mão de obra em parceria com a empresa, sem nenhum contrato legal com a indústria e com os trabalhadores, recruta mão de obra, vigia a produção e os submete a tarefas superiores à sua resistência física, descontando, também, de cada um, C\$ 150,000 (150 mil cruzeiros) por semana correspondente a uma refeição diária, à base de arroz feijão e sal, sem nenhuma complementação proteica (RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO RURAL, 1993, p. 05).

Diante das questões levantadas sobre o aliciamento de trabalhadores, Ricardo Rezende Figueira (2020) contribui para a discussão. O pesquisador militante esclarece sobre a existência de maneiras de camuflagem

desta prática criminosa, através da legalização de empresas de contratação de mão de obra e ressalta a ampla e complexa rede social configurada entre “gatos” e auxiliares no processo de arregimentação. Para o autor:

As empresas agropecuárias contratavam “empresas empreiteiras” os “gatos”, pessoas físicas transformadas em jurídicas, com frequência pistoleiros, que desenvolviam habilidades de gestão eficiente, sabiam dosar o mando alternando sedução e violência e obtinham sucesso nas atividades temporárias. Para isso um mesmo gato poderia ter 60 “subgatos” ou “retagatos”, e estes, seus “gatinhos”. Os subgatos se deslocavam atrás de desempregados ou trabalhadores rurais que precisavam de complemento financeiro em entressafras agrícolas (FIGUEIRA, 2020, p. 63).

A respeito das estratégias de aliciamento pelos “gatos” e do aprisionamento de trabalhadores em regime de escravidão, Xavier Plassat, frei dominicano e coordenador da área de combate à escravidão da CPT, em depoimento ao documentário *Nas terras do Bem-Virá* (2007), aponta como aliciadores e patrões, de maneira planejada, exploram dimensões da economia moral dos pobres, no sentido de lhes atribuir dívidas; um dos suportes ao círculo de ferro do trabalho escravo contemporâneo. Segundo as palavras de Xavier Plassat:

A força do gato, do patrão, é de conseguir convencer, ou melhor, de se utilizar do convencimento que o peão tem de que se eu devo eu pago. Isso é o “Bê a Bá” da sabedoria popular, da consciência do trabalhador simples, se eu devo eu pago, eu sou homem, eu sou homem de palavra! Então se você consegue, colocar, criar, construir nas costas dele uma dívida, e cobrar o pagamento dessa dívida em trabalho você inventou uma máquina perfeita que submete e subjuga esse trabalhador a suas vontades (NAS TERRAS DO BEM VIRÁ, 2007).

A honra do trabalhador pobre é utilizada em seu prejuízo como ferramenta de submissão. Nessa direção, Ricardo Rezende Figueira (2020)

examina nuances e complexidades sobre a imposição de dívidas como estratégia de escravização. Ao tratar de eventos ocorridos na região sudeste do Pará, o autor esclarece que o desumano sistema de endividamento quando percebido pelos subordinados provocava tanto, articulações em vista de fugas das fazendas, quanto severos impactos nas condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, desta forma comprometendo as capacidades de exercício das atividades laborais, assim afetando a quantidade e qualidade da produção. O padre e antropólogo, destaca que em situações como estas, alguns empregadores, ao invés de lançarem mão do uso da força, valem-se de sórdidas estratégias que abusam da moralidade dos trabalhadores para reiterar a autoridade, o domínio e a imposição do ritmo de labuta desejado. Podemos tomar conhecimento de ações como estas no exemplo a seguir:

Um grupo de peões, ao constatar que não conseguiria pagar a dívida contraída, perdeu aos poucos o entusiasmo pelo trabalho, ocasionando quedas de produtividade e de qualidade. O gato, em vez de acionar o mecanismo de controle pela violência ofereceu aos trabalhadores a possibilidade de ir à Conceição do Araguaia, tomar cervejas e encontrar prostitutas. De avião, os trabalhadores foram levados à cidade, receberam um adiantamento em dinheiro e foram deixados no “bola”, o prostíbulo local. Mas como havia previamente combinado com o gato, o delegado de polícia do município foi ao “bola” com seus homens e deteve os peões, acusando-os de indisciplina. O gato então apareceu e corajosamente enfrentou o delegado, disse que os homens eram honestos, de confiança, trabalhadores, pagou a fiança e os libertou. Estes agradecidos, retornaram à fazenda com um sentimento maior de dívida, não só econômica, mas moral, voltaram a executar as atividades no ritmo esperado pelo empreiteiro (FIGUEIRA, 2020, p. 64).

A passagem é precisa por desnudar a multiplicidade dos dispositivos utilizados por patrões e aliciadores para sustentar redes de exploração

de mão de obra escrava. Igualmente, este aspecto revelador das razões de intensos debates em torno do conceito de trabalho escravo contemporâneo. Uma vez que além das formas de sujeição dos trabalhadores serem diversas, à medida que o combate se intensificou nas últimas três décadas, novos mecanismos de exploração de mão de obra foram criados enquanto práticas tradicionais passaram por metamorfoses.

Diante dessa reflexão, Ricardo Rezende Figueira (2020), Angela de Castro Gomes e Guimarães Neto (2018), adotam perspectivas similares quanto à atualização de formas seculares, amplamente conhecidas e difundidas, de submissão de sujeitos a um regime de escravidão, quanto à elaboração de elementos novos voltados para fins de exploração. Entre estas formas, os autores abordam a historicidade do uso da vigilância armada, que no decorrer do contexto marcado pela imposição de projetos de colonização, durante o regime, passa a ser profusamente utilizado, em fazendas do agronegócio beneficiadas, por incentivos fiscais, para imobilização, intimidação e garantia de domínio de trabalhadores aliciados.

Em nossa pesquisa encontramos evidências sobre a presença de funcionários armados responsáveis por impor ordens, dadas pelos administradores, nas hierarquias de trabalho de fazendas do Grupo João Santos. Conforme Figueira (2020, p. 62), estes sujeitos faziam parte do quadro formal de contratados das fazendas, geralmente conhecidos como fiscais “da picada, uma espécie de milícia armada dos proprietários ou empreiteiros, chamados pelos trabalhadores de pistoleiros”. Essa milícia armada supervisionava as frentes de serviço e o ritmo da execução das atividades laborais, impedindo fugas e garantindo o cumprimento de jornadas exaustivas, além de outros mecanismos de manutenção do sistema de escravização.

A esse respeito, a matéria *Exploração e desrespeito*, publicada pelo jornal piauiense O Estado, denuncia as condições indignas a que estavam submetidos os cortadores de bambu da Fazenda Santa Júlia, em Miguel Alves, no Piauí. A reportagem registra a presença de um fiscal armado, um jagunço.

Na imagem identificamos um homem montado. Na cintura leva uma arma branca. Provavelmente, um facão; e, na frente, segura uma espingarda. Trata-se de Antônio Francisco Braga, em verdade, um jagunço. Sua função é impor o medo e sua eficácia garante a dominação. Quanto a isso, o periódico O Estado ressalta: “a maioria dos trabalhadores da Agrimex se recusa a falar de regime de escravidão. Eles temem os jagunços armados que passam o dia vigiando os boias frias” (O ESTADO, 1994, p. 01).

Figura 2 - Jagunço na Fazenda Santa Júlia, em Miguel Alves, Piauí



Fonte: (Jornal O ESTADO, Teresina/PI, 1994)

O medo da morte e cemitérios clandestinos.

O medo da morte salta como sentimento que perpassava constantemente o cotidiano dos subalternos e apresenta-se como sustentáculo daquela rede de exploração de trabalho escravo contemporâneo. Em denúncia anônima à imprensa, o jovem J.A, de 16 anos, que trabalhava

na extração de bambu ao lamentar a própria situação de pobreza, que o forçou a abandonar os estudos, revela como o tempo e ritmo de produção eram mantidos sob estrita vigilância acompanhada de intimidação e ameaça de morte. De acordo com o denunciante “se alguém parar um minuto para beber corre o risco até de morrer. Os jagunços lembram que o cemitério dentro do bambuzal é para enterrar homem” (O ESTADO,1994, p. 01).

Figura 3 – Cemitério Clandestino, Fazenda Santa Júlia.



Fonte:(Jornal O ESTADO, Teresina/PI, 1994)

Acima, a imagem de um cemitério localizado no interior da propriedade Santa Júlia, presente no discurso atemorizante dos jagunços. Naquele local havia ao menos 52 sepulturas de trabalhadores enterrados nos últimos 10 anos. É imprescindível destacar que numerosos casos de violência contra trabalhadores ocorriam em outras regiões do país denotando assim o uso generalizado do terror por empreendimentos do agronegócio. No estado de Alagoas, por exemplo, em 19 maio de 1993, o canavieiro José Amaral Cirino Alves foi brutalmente espancado,

baleado com quatro tiros e quase queimado vivo, simplesmente “porque reclamou do gerente da usina de Samauma, município de Marechal Deodoro, o péssimo salário que recebia. Ele só escapou porque fingiu que estava morto” (CPT, 1994, p. 20).

De acordo com o Fórum Permanente Contra a Violência no Campo, (FPCV-AL) no primeiro semestre de 1994 foram assassinados 28 trabalhadores rurais, dos quais somente em 3 casos foram registradas ocorrências apontando as circunstâncias e causas das mortes: todas por questões trabalhistas. Dos outros 25 não foi possível, ao menos, descobrir o motivo dos crimes “e as dezenas de corpos encontrados com um tiro no rosto, e queimados, em cemitérios clandestinos, sequer foram identificados” (CPT, 1994, p. 21).

André Espósito Roston (2020), auditor fiscal do trabalho, dedicado há mais de uma década às frentes de combate ao trabalho escravo contemporâneo, elenca entre suas múltiplas vivências, situações marcantes. Entre os casos apresentados, possivelmente o mais repulsivo esteja relacionado à localização de um cemitério de trabalhadores no interior de uma fazenda vistoriada. A esse respeito relata:

Impossível esquecer a inspeção na fazenda na qual fomos informados da existência de alguns homens enterrados em seu interior. Descobrimos um cemitério de trabalhadores rurais, cujas covas eram marcadas por estacas simples de madeira. As mortes, o relato unânime, nada tinham a ver com assassinatos e jagunços: todos os falecidos eram empregados informais e o patrão não queria fazer o registro dos acidentes de trabalho. Visivelmente revoltados, alguns trabalhadores observavam que não aceitavam o fato de as famílias não terem sequer o direito de saber o que havia acontecido e poder enterrar eles mesmo seus mortos (ROSTON, 2020, p. 18-19).

Outro relato trágico é encontrado no depoimento de Ricardo Rezende Figueira ao documentário *Nas terras do Bem Virá*, quando relata as

evidências de barbárie contra trabalhadores pobres no estado do Pará. Crimes hediondos que, cometidos ou acobertados por autoridades policiais subservientes ao poder dos latifundiários, trazem à tona a terrível face do sistema de exploração. Este talvez seja o depoimento de maior força, de quantos li para esse estudo:

Um caso que eu acompanhei, recebemos a informação que um trabalhador tinha sido assassinado em um conflito pela terra. No local do registro de óbito a polícia colocou a palavra desconhecido. A polícia sabia quem era. Toda a cidade sabia quem era que tinha morrido, mas foi enterrado, houve a ocultação do cadáver. Aí no cartório o rapaz do cartório, o funcionário, falou: “olha não foi só esse, mostrou outro, esse aqui era peão fugido de uma fazenda, abriram a cabeça dele com facão, na fuga, e esse aqui a polícia mandou colocar aqui, apesar de nós termos o documento dele, tinha o documento, registrar como cachorro”. Entendeu? Então havia, houve, em alguns casos em que a polícia teve informação da ocultação de identidade do morto. Foi encontrado, foram encontrados corpos, (perdão!) ossos humanos dentro de um poço numa fazenda. Fazenda Santa Helena próximo de Xinguara. Foram encontrados ossos humanos dentro de chiqueiro, eles deram peões para serem devorados pelos porcos, eles engordaram porcos com gente (NAS TERRAS DO BEM VIRÁ; 2007).

Também no Pará, em 1995, ganhou repercussão o caso da fazenda Techagau, propriedade de Josélio Barros Carneiro, situada em Rondon do Pará. Dois ex-empregados do fazendeiro denunciaram a existência de um cemitério clandestino e assassinatos cometidos por pistoleiros a mando do patrão. Após investigações o cemitério foi localizado e encontradas “ossadas humanas, restos de pneus, pedaços de corda, plástico, solas de sapato e arame” (CPT, 1995, p. 16). Materiais possivelmente utilizados para carbonizar os corpos.

O sofrimento desencadeado pelas mortes por escravidão acomete na mesma intensidade as famílias, que perdem de seu seio os entes queri-

dos. A dor da perda é tão desoladora quanto à da angústia e incerteza sobre o paradeiro, o estado físico e mental, daqueles que na busca por melhoria de vida e trabalho saem país a fora, rompem contatos com a comunidade de origem e não retornam ao lar.

Pureza Lopes de Loiola é um caso exemplar, tendo perdido dois parentes que haviam desaparecido, não aceitou o mesmo destino para seu filho. Em 1993, munida de coragem e esperança, saiu “de Bacabal (MA), onde morava, em busca de seu filho Abel, que fora aliciado para trabalhar em uma fazenda na região. Percorreu diversos municípios do Maranhão e Pará, buscando o paradeiro do filho” (ESCRAVO NEM PENSAR, 2019, p. 01). Em sua jornada registrou denúncias a autoridades sobre as condições de exploração dos trabalhadores escravizados que encontrava. Assim, gerando repercussão nacional e internacional em um contexto anterior ao do reconhecimento oficial da existência de escravidão pelo Estado Brasileiro. Entre os casos que ajudou a revelar salta o da fazenda Agronunes S/A, em Santa Luzia, MA, em março de 1994, onde foram flagrados “86 trabalhadores escravizados sob o sistema de barracão” (CPT, 1995, p. 27).

A corajosa mãe reencontrou o filho no ano de 1996. No entanto, o mesmo desfecho desta trajetória dramática não se apresenta para inúmeras outras histórias, como a de Antônio Marcos Carvalho Magalhães, 39 anos. No ano de 1993 enquanto trabalhava no corte de bambu na fazenda Santa Júlia, sofreu um acidente de trabalho no qual teve um dedo da mão decepado e, por conta da hemorragia desencadeada pelo ferimento “foi levado para a indústria e nunca mais voltou” (DIÁRIO DO POVO, 1993, p. 05).

Considerações Finais

A análise das relações de trabalho estabelecidas em fazendas do Grupo João Santos no Piauí e Maranhão, durante as décadas finais do século XX, revela um intenso processo de escravização de homens, mulheres e crianças pobres. Tal cenário se fez possível devido o estabelecimento de uma hierarquia de trabalho que permite a total sujeição dos peões, comum em empreendimentos do agronegócio no país. Aqui, nossas fontes nos permitiram olhar com mais afinco as múltiplas e complexas ações desempenhadas pelo “gato” nesta arquitetura da escravidão, sempre teatralizando uma personalidade confiável para aproveitar da moralidade dos trabalhadores, de modo a garantir o recrutamento, exploração e dominação. Além disso, vislumbramos o jaguço e seu papel de impor o controle social através da violência e do medo. Todos esses relatos que retratam degradação, cemitérios clandestinos, tortura, sangue e dor são espantosos, e se tornam ainda mais pavorosos em dias como os de hoje, nos quais as consequências da pandemia de covid-19 seguem arrastando milhões para a pobreza, isso em pleno contexto de demolição da proteção dos direitos dos trabalhadores.

Referências

Fontes:

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil**. Goiânia: CPT. (1985-2007).

DIÁRIO DO POVO. Escravidão de boias-frias no Piauí. **Diário do Povo**, Teresina, PI. 08 de jul. de 1993, p. 06.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo**

Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

ISTO É. A disputa por um império. **Isto é**, 12 de ago. de 2010. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/a-disputa-por-um-imperio/>. Acesso em 10 de maio de 2021.

ESCRAVO NEM PENSAR. Pureza: Uma mulher contra o trabalho escravo. Repórter Brasil, São Paulo, (SP), 07 de mar. de 2019. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/pureza-uma-mulher-contra-trabalho-escravo/>. Acesso em: 12 de maio de 2021.

NAS TERRAS DO BEM VIRÁ. Direção: Alexandre Rampazo. Produção: Tatiana Polastri. Brasil, 2007. 1 DVD (120 min.), son., color.

O ESTADO. Boias-frias enterrados no trabalho. **O Estado**, Teresina, Piauí. 11 de nov. de 1994. p. 01.

O ESTADO. Justiça do Trabalho investiga regime de semi-escravidão no Piauí. **O Estado**, Teresina, Piauí, 1994.

O ESTADO. Exploração e desrespeito. **O Estado**, Teresina, Piauí, 1994.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Combatendo o Trabalho Escravo Contemporâneo: o exemplo do Brasil**. Brasília: OIT, 2010.

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO RURAL. Delegacia Regional do Trabalho do Piauí, Teresina, DRT/PI, 1993. (Documentação acessada no arquivo da CPT-Regional Piauí em Teresina/PI)

ROMEO, Graça. **Itapagé**. Youtube, 9 de setembro de 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T44dCX1x9Cw>. Acesso: 22 de maio de 2021.

SAKAMOTO, Leonardo. Nova “lista suja” inclui pela primeira vez, AM e CE e SC. **Repórter Brasil**, 10 de jul. 2007. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2007/07/nova-lista-suja-inclui-pela-primeira-vez->

[-am-ce-e-sc/](#). Acesso em 10 de maio de 2021.

Bibliografia:

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2004

_____. O trabalho escravo após a Lei Áurea. *In*: SAKAMOTO, Leonardo (org.). **Escravidão contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020. p. 53-66.

GOMES, Ângela Maria de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

ROCHA, Cristiana Costa. **A vida da lei a lei da vida: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente**, 2015. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

_____. **Memória migrante: a experiência do trabalho escravo no tempo presente** (Barras PI). 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

ROSTON, André Esposito. Histórias de Liberdade. *In*: SAKAMOTO, Leonardo (org.). **Escravidão contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020. p. 17-30.

SAKAMOTO, Leonardo. Dinheiro e poder: a quem interessa o trabalho escravo no Brasil? *In*: BASCARÁN, Carmen; TEIXEIRA, Milton; MOURA, Flávia (org.). **II Conferência Interparticipativa sobre Trabalho Escravo e Super-exploração em Fazendas e Carvoarias**. Açailândia: Gráfica Açailândia, 2007. p. 53-62.

O MEIO RURAL NO MÉDIO MEARIM E A CORRIDA EM BUSCA DO OURO: Migração de homens do Médio Mearim para garimpos

José Ribamar Lemos de Oliveira

Introdução

Partindo das transformações que se deram no Maranhão, principalmente nas áreas rurais do Médio Mearim, o presente artigo busca analisar a migração de homens residentes no Maranhão, no período de 1980 a 1990 para garimpos. Estas migrações ocorriam simultaneamente com a promulgação e aplicação da chamada Lei de Terras Sarney, de 1969, que intensificou a expulsão de “posseiros” de suas terras, em prol de projetos agropecuários, da agroindústria, e da pecuária extensiva. Ocorridas em meados dos anos de 1960 e nas décadas seguintes, essas transformações no campo levaram ao fim do tempo das terras sem dono e ao início da grilagem e da expropriação. Desta forma, centenas de homens passaram a aventurar-se na busca por ouro e pedras preciosas na região Norte, e em outras regiões do Brasil e países da América do Sul onde havia garimpos, na expectativa de melhorar de vida ou do enriquecimento a partir da sorte de bamburrar.

O Médio Mearim está localizado em uma região rica em recursos naturais, os rios que inundam essas terras, viabilizam a constituição de bons pastos e favorecem o plantio de soja (em grão), milho (em grão), mandioca, arroz, feijão (em grão), banana (cacho), cana-de-açúcar, além de possibilitar a criação de gado de corte. Por meio das variadas práticas relacionadas à lavoura e à criação de animais, percebemos na configuração desse espaço uma significativa participação dos trabalhadores do campo, na confecção de possibilidades de sobrevivência, trabalho na roça, e garantia da alimentação de suas famílias, além do manejo da terra, que impulsionava a expectativa de sobrevivência e favorecia o comércio local. De acordo com Ferreira, referindo-se ao período de 1930-1990:

Terras sem donos, dotadas de bons invernos, de abundantes palmeiras de babaçu atraem e possibilitam a passagem e a fixação de um grande contingente de migrantes nordestinos e maranhenses. O acréscimo significativo de trabalhadores impulsiona a rizicultura e a coleta e quebra do coco babaçu nesse espaço/tempo (FERREIRA, 2015, p. 23).

Segundo Ferreira (2015), a região do Médio Mearim é caracterizada como um lugar mesclado por múltiplas temporalidades, abundante vegetação e favorecida por rica hidrografia, por meio de suas teias migratórias, assiste-se ao crescimento dessa região, pela chegada de várias levas de migrantes que, por este espaço fronteiriço, propalado como Eldorado do Mearim, passaram ou se fixaram. A região central do Maranhão apresentava-se entre as décadas de 1930 a 1960 com inúmeros atrativos, e é representada como região rica em recursos naturais e largas extensões de terras livres e propícias para o plantio.

Percebemos que nos últimos anos da década de 1960, a “Lei de Terras do Governo Sarney” (Nº 2.979/ 17-07-1969) reconfigura as relações sociais no campo e favorece a grilagem das terras devolutas. Esta lei transformou significativamente diversas extensões rurais do Maranhão, pres-

sionando homens e mulheres, ocupantes antigos da região do Médio Mearim a sair dessas terras e a modificar suas relações com o trabalho. A institucionalização da Lei de Terras do Governo Sarney, tramada em conjunto com o governo do estado, modificou consideravelmente a relação dos trabalhadores e trabalhadoras com o meio rural.

Com o início das práticas de cercamento dos extensos lotes de terras, muitos fazendeiros e grileiros passaram a se apropriar dessas áreas rurais, utilizando-as em prol do desenvolvimento de projetos agropecuários, extrativistas e balizados na pecuária extensiva. As plantações de arroz, feijão, mandioca, milho, dentre várias outras fontes de alimento dos camponeses, são drasticamente queimadas, perdendo espaço para o latifúndio. A plantação de capim, utilizado na alimentação dos animais bovinos, passa a compor a estética visual dessas terras e a ocupar uma posição econômica para os fazendeiros/grileiros.

A violência no campo, durante o recorte temporal de 1960 a 1980 e espacial concernente a região do Médio Mearim, marcou de modo ordinário e extraordinário o cotidiano de uma parcela significativa de camponeses fixados neste espaço. A configuração da estrutura fundiária e a privatização das largas escalas de terras, se concretizou com a participação de fazendeiros/grileiros armados que incansavelmente deixavam marcas físicas e psicológicas nos camponeses que necessitavam destas terras para sua sobrevivência e de sua família. As famílias camponesas encontravam-se imersas sobre o contexto da luta pela terra e articulavam formas de resistência. Constantes pressões, invasões e acusações confeccionavam o dia a dia dessas famílias, que apavoradas pelo medo de terem suas moradias e plantações queimadas e pelas incessantes situações de violência e até morte, enveredavam pelo caminho da fuga e deixavam para trás, todo o trabalho árduo de muitos anos no campo.

Migração de homens residentes na região do Médio Mearim-MA para os garimpos

O percurso definido pelos deslocamentos de homens para as regiões auríferas no Brasil tornou-se uma discussão bastante pertinente no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, assim como as representações construídas pelos garimpeiros sobre o trabalho e o lazer no garimpo, temporalmente situada, especificamente, entre os anos de 1970 e 1990 pela historiografia, Geografia, Ciências Sociais¹. Essas trajetórias são construídas por meio das análises em torno das temáticas que envolvem: mobilidades sociais, desenraizamento, reconfiguração identitária, e várias outras proposições que norteiam o processo de ida desses homens para o provimento da atividade da garimpagem em outras regiões do Brasil. A temática concernente aos deslocamentos desses nordestinos, constroem variadas interpretações e efeitos sobre a configuração social e econômica das demarcações geográficas e povoamento das remotas regiões brasileiras, evocando a complexidade dos processos de configuração social e cultural de um povo.

As aventuras e desventuras oportunizadas pelo horizonte de expectativa do enriquecimento nas terras auríferas, embalam os sujeitos que viveram e conheceram a vida nos barrancos dos garimpos, experienciando todo tipo de solidão, abandono, penúria, desvalimento e desqualificação. A decisão do retorno ao seu local de origem é desencadeada a partir da saudade da esposa e filhos deixados no seu local de residência, no período de sua ida para o garimpo, além da recuperação do acolhimento que sua terra natal lhes oferecia, posto que esta terra natal, é representada pelo garimpeiro a partir de um sentimento de lugar mais seguro para esses sujeitos.

1 Em outros momentos da história do Brasil, discute-se também os deslocamentos de homens para garimpos, como no Período Colonial para a região das Minas Gerais (vide Laura de Melo e Sousa, 1982) e na primeira metade do século para Mato Grosso (vide Regina Beatriz Guimaraes Neto, 2006).

Sobre os aspectos ligados à perspectiva de desamparo, desprestígio e desqualificação, pontuamos a partir da obra da autora Laura de Melo e Souza (1982), intitulada *Desclassificados do ouro: pobreza mineira no século XVIII*, a necessidade de discutir sobre a configuração dos estratos sociais, concernentes à produção gigantesca de uma leva de pobres no período colonial, ditos desclassificados sociais pertencentes a uma sociedade mineradora do século XVII, tida como “privilegiada”, pomposa e luxuosa a partir da exploração aurífera por meio dos “desclassificados do ouro”. Os “desclassificados sociais”, é o termo utilizado pela autora para delinear o desenrolar do processo da pobreza mineira do século XVII, este termo se personifica nos personagens assolados pela marca da fome proveniente da escassez alimentar, além da desnutrição e miséria que assolava desde escravos até homens e mulheres livre e pobres (desclassificados sociais) da capitania mineira nos anos de 1697 e 1698.

A obra narra sobre a festa barroca e simultaneamente descreve a pomposidade e o fausto que construía sob a égide dos elementos de manipulação, uma riqueza colonial gigantesca e coletiva. Por meio dessa perspectiva, a obra nos auxilia a problematizar a atividade de exploração do ouro no período colonial, desenvolvida em uma sociedade majoritariamente composta por pessoas pobres, tidas como desclassificadas. O questionamento que surge a partir dessa configuração excludente é: como uma atividade de exploração aurífera, que sequencialmente deixaria todos os sujeitos em boas condições de vida acabou gerando uma camada consideravelmente significativa de miseráveis e pobres desclassificados? Sobre a festa barroca a autora considera que:

O que está sendo festejado é antes o êxito da empresa aurífera do que o Santíssimo Sacramento, e nessa excitação visual caracteristicamente barroca, é a comunidade mineira que se celebra a si própria, esfumando, na celebração do metal precioso, as diferenças sociais que separaram os homens que buscam o ouro daqueles que usufruem do seu produto. A festa tem, assim, uma enorme virtude consagradora, orientando a sociedade para o evento e a

fazendo esquecer da sua faina cotidiana; é o momento do primado do extraordinário – o sobrenatural, o mitológico, o ouro – sobre a rotina. No momento de sua maior abundância, é como se o ouro estivesse ao alcance de todos, a todos iluminando com o seu brilho na festa barroca (MELLO E SOUZA, 1982, p. 37).

Analisando o trecho acima, conseguimos delinear que as festas religiosas estavam entre os grandes, majestosos e luxuosos acontecimentos da sociedade mineira do século XVII. O apreço pelo culto à religião católica, conectados à fase do apogeu de Minas, manifestavam a maior grandeza que “Vila Rica” e “Ouro Preto” detinham sobre os povos portugueses. As realizações festivas admiráveis e as janelas adornadas com seda e damasco, caracterizavam o testemunho da grandeza e veneração do ouro, tido como uma divindade para essa sociedade. A opulência da riqueza configurava-se na religião a harmonia perfeita para a construção da representação de uma sociedade rica e igualitária. Por outro lado, existe uma discrepância consideravelmente nababesca entre os sujeitos que trabalhavam nas zonas auríferas e os personagens que se serviam deste ouro.

O *falso fausto* representa a ludibriante sensação de riqueza caracterizada pela posse do nobre metal, usurpado outrora pelos portugueses. Esta percepção é construída a partir do simbolismo e valor econômico do ciclo do ouro, que sempre exerceu forte influência sobre as sociedades. Esse metal, tido por muitos como precioso e enriquecedor, alimentou por muito tempo o imaginário de muitos homens e mulheres que se deslocavam em busca do enriquecimento nas minas auríferas. A ilusão presente nas festas católicas do século XVII acabou construindo um imaginário de riquezas e igualdade diante de uma sociedade na qual a ostentação e a pomposidade não passavam apenas de uma falsa impressão. Desde cedo se afirmou a imagem de que “o ouro, metal nobre por excelência, correspondia a uma riqueza enganadora, fátua e, no limite, falsa” (MELLO e SOUZA, 1982, p. 55).

Nas entrevistas temáticas realizadas na cidade de Bacabal - MA, evidenciamos a experiência de trabalho no garimpo do Sr. Queiroz, por meio da narração de sua história de vida e de trabalho no garimpo conseguimos mapear um pouco sobre a falsa sensação de riqueza que alimentava o imaginário social de diversos homens, que por meio das “fofocas” sobre o garimpo, rumavam para esses espaços, na expectativa de melhorar de vida e enriquecer. O Sr. Queiroz, ainda jovem, decide ir tentar a vida no garimpo da Serra Pelada. A priori o garimpeiro Queiroz relata uma pequena ascensão, vindo a se tornar dono de um barranco e contratante de trabalhadores auríferos. Ele relata que conseguia mandar algumas quantias para auxiliar no sustento da esposa e na criação dos filhos no interior de Boa Vista da Tábua, povoado pertencente ao município de Bacabal – MA.

Contudo, durante o período de oito anos, Sr. Queiroz administrou o barranco na companhia de outro garimpeiro, o qual ele não citou o nome. Porém, com a morte desse garimpeiro, seu Queiroz experencia as mais variadas e turbulentas formas de desventuras e inglorias, a começar pelo desemprego, saudade da família, embriaguez, dentre vários outros empecilhos no caminho da seara do sucesso. Desse modo, em vez da escalada para o sucesso, esperado por meio do trabalho na garimpagem do ouro, retorna para o povoado de Boa Vista da Tábua, trazendo na bagagem o desencanto e o vazio de si e a falta da esperança de melhorar de vida.

Quando surge o garimpo, a fofoca se espalha, com a notícia de que lá nesse lugar, estava dando muito ouro, então eu fui para lá [...] lá no garimpo, tinha um aparelhinho que a gente comprava para pegar o fagulho de ouro e aí eu fazia aquele, chamado reque, fazia aquele requinho, vendia aí vinha em casa e voltava. É vida triste a vida de garimpeiro, é sofrimento. O trabalho no garimpo é pesado, porque a pessoa está lutando com terra pesada... lá, tinha movimento, ia “Pra nós, água não tinha. Só os índios que tinham. Aí a gente interou uma peixada com os índios e eles iam

arrumar numa carcaça. (pensativo). Comia muito milho! Fazia aquele anguzim de milho, tinha arroz também, ia tudo dentro, tudo, tudo. Cozinha no fogareiro e no fogão, isso quando tinha. Botei uma mulher para cozinhar e aí o negócio foi rodando “mió”, quando não tinha mulher era nós mesmo. Pegando o baguim de ouro, vendia e aí comprava os de comer, comprava o arroz, farinha e vinha tudinho de rebolado. Lucro? Nada...nada... era só a malária mesmo, e quando pegava, o cabra vinha logo morrer em casa (QUEIROZ, 2017).

A narrativa do garimpeiro Queiroz concebe perspectivas que foram construídas a partir de suas experiências no garimpo. A fofoca, o horizonte de expectativa e o imaginário social auxiliam na decisão de partida deste garimpeiro rumo aos propalados Eldorados auríferos. A partir da narrativa do Sr. Queiroz, percebemos também a presença de indígenas nas terras direcionadas para a garimpagem. Os mesmos por serem moradores antigos dessas terras, que posteriormente se tornariam foco de garimpo, eram exímios conhecedores de todo o espaço e detinham conhecimento e influência sobre todos os recursos que essas terras ofereciam.

Uma das incidências de doenças mais recorrentes nos garimpos, era a *P. Malariae*, conhecida popularmente como malária, principal doença que levava os garimpeiros a pausar por um período, o sonho de *bamburrar*². Com o retorno para suas residências e ao se curar da malária, passavam a conceber uma propaganda sobre o garimpo como “fofocas”. Um espaço que, para uma parcela desses trabalhadores, era caracterizado como um espaço de enriquecimento e a posteriori, para os que não conseguiram encontrar ouro, um espaço de tristeza, falsa esperança e representado como um pandemônio. Conforme aponta Ferreira (2015),

As pontes de notícias, as metas de chegada, o acolhimento, a exploração na agregação de conterrâneos e as possibilidades de

2 Termo utilizado quando o garimpeiro encontra uma excelente quantidade de ouro no barranco de trabalho.

trabalho, podem ser, a posteriori, representadas como boatos, fábulas e mentiras descaradas, na rememoração da trajetória de sujeitos que não lograram a ascensão social almejada. (FERREIRA, 2015, p.168).

Segundo Moura (1999), o conceito de deslocamento configura-se sobre o processo diferenciado e seletivo, conectado às transformações estruturais e sociais entre o local de origem e a sociedade receptora. Ao deslocar-se para as terras auríferas, Sr. Queiroz reage de forma diferenciada às perspectivas positivas relacionadas a sua cidade natal e negativas em relação aos espaços de destino. Segundo ele, o trabalho no garimpo é pesado e o sofrimento é constante, mas a alegria de poder proporcionar um pouco de conforto para sua esposa e filhos se torna o combustível necessário para que este garimpeiro ultrapasse todas as dificuldades e continue na sofrida luta no trabalho com a garimpagem.

Para Wanderley (2015), a contextualização conceitual e histórica sobre a corrida ou rush em busca do ouro desencadeou um intenso processo de deslocamentos e migrações para a exploração de regiões auríferas na Amazônia brasileira, especificamente no final do século XX e abertura do século XXI. Este processo relacionado ao trabalho de garimpagem do ouro na região amazônica, pincelava os primeiros passos da expansão da fronteira econômica e aumento demográfico de diversas regiões que presenciavam os avanços da mineração do ouro, promovida por pequenos surtos que proporcionavam o rumar de diversos trabalhadores para a Amazônia brasileira. Sobre a configuração do conceito de corrida como sinônimo de movimentar-se em busca de recurso gerador de emprego e renda.

A corrida em busca de recursos auríferos se caracterizou na região amazônica como um fenômeno fronteiriço Pan-Amazônico aurífero, essas atividades de garimpagem auxiliaram na expansão da fronteira econômica, com a valorização exponencial dos recursos auríferos e

expansão demográfica nas terras concentradas pelas atividades de garimpagem. Tais perspectivas, segundo o autor, se concretizaram a partir da corrida/surtos gerados pelos deslocamentos e migrações de uma intensa corrente humana para as regiões representadas largamente como espaços propícios para a atividade de garimpagem.

Influenciado pelas contribuições teóricas de Wanderley (2015), no que diz respeito ao conceito de fronteiras econômicas, demográficas e políticas, sinalizamos para a corrida do ouro a partir do fenômeno subitamente expansionista que provoca o povoamento de diversos espaços geográficos no Brasil. Ao buscar compreender sobre a geografia do ouro na Amazônia brasileira, pontuamos a necessidade de problematizar a conexão entre a atividade de garimpagem e sua influência ou interferência sobre as transformações no espaço geográfico. O autor desencadeia uma discussão que baliza a frente garimpeira a partir de conceitos construídos sobre a divisão de duas frentes: uma relacionada à frente de expansão e outra relacionada à frente pioneira. De acordo com Wanderley.

No contexto da mineração, as frentes garimpeiras da década de 1980 estariam relacionadas à frente de expansão. Tratava-se de uma corrida, ou seja, um intenso fluxo migratório direcionado aos garimpos manuais, informais e ilegais. Por outro lado, as frentes pioneiras seriam a chegada das empresas mineradoras, dos grandes mineradores informais/ilegais mecanizados ou, em último caso, da formalização dos garimpos na forma de pequenas empresas ou cooperativas regularizadas. Quando as duas frentes se encontram, o confronto entre as duas lógicas de ocupação e apropriação de recursos gera conflitos. As disputas podem ocorrer entre garimpeiros e empresas mineradoras; garimpeiros manuais e mecanizados; garimpeiros informais e donos de concessões minerais; ou entre garimpeiros e outros agentes públicos ou privados que se apropriam do espaço das minas regulando as práticas espaciais ou impondo outros usos (WANDERLEY, 2015, p. 60).

O trecho acima sinaliza para o período de supervalorização do ouro, desencadeando constantes lutas, nos espaços onde concentravam-se o trabalho da garimpagem. A entrada das empresas mineradoras nas terras de garimpagem se caracterizou como transição e substituição do trabalho manual para o trabalho mecanizado. Este processo reconfigurou drasticamente o trabalho desenvolvido pelos garimpeiros e rearticulou a organização espacial das regiões com foco de atividade da garimpagem. Os conflitos e a configuração da frente mineral em consonância com a frente garimpeira, nos possibilita entender sobre o processo de ocupação, apropriação, amplificação e estruturação das fronteiras demográfica e econômica na Amazônia brasileira. Tal perspectiva constrói um contexto de formalização dos garimpos e nos possibilita compreender sobre as relações sociais desenvolvidas internamente nos espaços auríferos.

Por meio da migração/deslocamentos de um número expressivo de pessoas para as zonas com foco de garimpo, buscamos entender a configuração dos espaços sociais construídos no decorrer da atividade de garimpagem. Assim, debruçamo-nos sobre a (re)estruturação funcional regional, proporcionada pelos significativos fluxos de pessoas que ruamavam para os espaços tidos como terra de oportunidades.

Conforme Tedesco (2015), as fronteiras econômicas e o aumento demográfico estão sempre em movimento e a cultura interna de garimpo se divide em duas estruturas, uma relacionada as zonas de mineração e trabalho, a outra correlacionada aos espaços festivos e interação social de diversos trabalhadores, além de ser um local de captação de mão de obra e circulação de informações e lembranças da terra natal dos garimpeiros. O garimpo possui em sua estrutura interna, a divisão entre as pequenas cidades conhecidas como *currutelas* e os espaços de captação do ouro chamado de *baixões*.

As *currutelas* compreendem os espaços que servem de ponto de apoio para os garimpeiros e donos de barrancos, os quais são conhecidos

como um local de fixação, referenciados bibliograficamente, como espaços de moradias de curto prazo, para aqueles que acabaram de chegar nas zonas auríferas. Os pequenos comércios também se fazem presentes nesses espaços, bebidas, prostíbulos e tiro ao alvo fazem parte das atividades divertidas que os garimpeiros utilizam para desestressar e festejar em dias de “descanso” do trabalho exaustivo nos barrancos. De acordo com as contribuições de Guimarães Neto (2006), as *currutelas* se caracterizam como:

Pequenas cidades da mineração, vistas como uma terra de oportunidades; lugares que recebiam gente de todos os lados, intersecção de movimentos migratórios, nem começo, nem fim, mas, de fato, lavras de ouro que alimentavam os sonhos de diversas pessoas. Garimpeiros, grandes compradores de ouro e diamante e pequenos negociantes, estavam sempre a transitar e a dirigir o movimento das ruas e dos negócios. Aqui e ali uma multiplicidade de cores e ruídos: gente que chegava, gente que saía, uns mais pobres e outros mais ricos. Várias propagandas nos pequenos jornais informam sobre as casas de comércios existentes na cidade, aparecendo também ofertas de serviços de profissionais que recentemente haviam chegado. As lojas procuravam ter de tudo, a fim de atender aos habitantes das pequenas cidades, em geral, e os garimpeiros (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 159).

Para a autora, essas cidades se organizavam no centro da vida cultural do garimpo, balizada na estrutura orgânica e configurada como lugares multáveis e transitórios, exercendo uma dupla função correlacionada aos aspectos sociais e econômicos pertencentes aos múltiplos espaços do garimpo. Estes locais acabam se configurando como pontos de encontros entre diversos homens e mulheres, que ao chegar no garimpo, necessitam de informações e condições necessárias para fixação temporária, antes de rumar para os *baixões* em busca de trabalho. As *currutelas* são representadas como espaço de comunicação e aglutinam todas as perspectivas econômicas e culturais das zonas mineradoras.

As *currutelas* são representadas como espaço de comunicação entre garimpeiros versus captação de mão de obra/lazer, e aglutinam todas as perspectivas econômicas e culturais das zonas mineradoras. Eram cidades que serviam como local de referência para os garimpeiros antes de serem encaminhados para os *baixões*. Elas serviam como local de substituição, ponto de apoio e fonte de mão de obra para trabalhar nas minas auríferas. Esses espaços se configuravam em locais onde se podia beber, frequentar prostíbulos e passar o tempo. Problematizar acerca desses centros, nos possibilita compreender sobre a organização social, vida cultural e nos aspectos econômicos das zonas de garimpagem.

O intenso fluxo migratório, perpassados pelas *currutelas* e *baixões*, ressignificou diversos garimpos nas décadas de 1980 a 1990. Discutir sobre esses espaços correlacionados ao lazer e trabalho dentro dos garimpos nos leva a (re)construir perspectivas subjetivas, sobre a configuração desses centros de negócios, trabalho e diversão, além de situar sua função nos espaços com foco de garimpo. Busca-se levantar questionamentos sobre a complexa (re)estruturação desses espaços erguidos no contexto de corrida ou febre do ouro, presentes nas diversas regiões do Brasil. A construção desses espaços de cruzamentos culturais heterogêneos se caracteriza por meio das práticas econômicas e sociais entre os habitantes das *currutelas*, que os gêneros de primeira necessidade e os garimpeiros que por sua vez sustentam economicamente os ciclos e vícios dessas pequenas cidades da mineração.

Deslocando-se na busca pelo bamburrar

Os garimpos se configuram a partir das propaladas “corrida pelo ouro” ou “febre do ouro”, o deslocamento desses homens estava impetrado nas diversas aventuras, na configuração da coragem e nas cotidianas dificuldades na busca pelo bamburrar. Ao identificar os elementos que atraíam

esses migrantes para o garimpo, nos deparamos com um universo de justificativas e sonhos. Os fatores correlacionados à sobrevivência, fuga para regiões com menores índices de conflitos agrários e a busca por trabalho, alimentavam o horizonte de expectativa³ de muitos homens que rumavam em busca do ouro e a partir do achado desse ouro, conquistavam uma vida melhor. Conforme aponta Tedesco (2015) sobre a perspectiva ligada à corrida pelo ouro:

A maneira como se organizaria a garimpagem a partir desse episódio limite simbolizando o auge da corrida do ouro na Amazônia brasileira, tornou-se, na memória coletiva, uma espécie de arquétipo do ciclo do ouro no país. Ao nível individual, garimpeiros entrevistados que buscaram fortuna em Serra Pelada parecem somar *status* pessoal frente a outros que não mesclaram sua trajetória pessoal com a história particular desse garimpo. Ter garimpado em Serra Pelada no início dos anos 80 provoca admiração e respeito, constituindo-se em uma insígnia a mais para a constituição de um sujeito múltiplo e atravessado por muitos pertencimentos que extravasam a (da) palavra “garimpeiro” (TEDESCO, 2015, p. 82).

A partir das concepções da autora, elencamos também a realidade de muitos migrantes que rumaram para as regiões auríferas e não conquistaram nada, além das tristes ocasiões marcadas pela saudade dos filhos e da esposa, o medo de morrer longe de casa e a malária, que assolava

3 Escolho, como Reinhart Koselleck, por utilizar a categoria horizonte de expectativa, por interpretá-la a partir dos espaços das experiências humanas no tempo histórico. Sinalizo para a reflexão em torno do horizonte de expectativas dos homens que se deslocaram para os garimpos e os diversos acontecimentos que foram incorporados e podem ser acionados, por meio do ato do recordar-se. Essas memórias sociais, são confeccionadas a partir desses espaços de experiências, caracterizados a partir das narrativas de história oral em torno do passado, que passa a ser ressignificado por esses sujeitos no presente (passado atual). Conforme sinaliza *Koselleck*, o Horizonte de expectativa é apresentado como elemento meta-histórico e constitui-se a partir de uma projeção ou previsão que é construída no presente, e ainda não foi experimentado, ou por vezes apresenta-se como algo correlacionado ao desejo inconsciente por meio de uma experiência alheia, que já aconteceu ou está para tornar-se realidade.

a saúde física e mental desses garimpeiros. A febre do ouro configurou o aumento populacional, de muitos homens e mulheres nas áreas de garimpo, em busca deste metal precioso.

O deslocamento para as minas auríferas alimentava os sonhos de muitos migrantes aventureiros. Garimpeiros audaciosos e mulheres corajosas, em que, ambos se arriscavam em direção aos garimpos, na perspectiva de alcançar melhores condições de vida. Aumentando as chances de conquistar maiores e melhores oportunidades de trabalho em terras desconhecidas e zelar pela sobrevivência nos espaços de trabalho concernentes aos garimpos.

Por meio da realização de algumas entrevistas temáticas de História Oral, identificamos que, em suma, os processos de deslocamentos desses homens eram direcionados para as regiões auríferas propagandeadas por vezes, por aparelhos midiáticos, jornais⁴ e especialmente, nas teias migratórias. A expectativa do enriquecimento desencadeou múltiplos processos de deslocamentos de homens e mulheres para as regiões auríferas, especificamente no Norte do país. As “*fofocas*” construídas sobre as benesses do ouro nos garimpos, passaram a circular em diversas áreas do Médio Mearim e do Maranhão, acionando a movimentação desses migrantes em busca das zonas de garimpagem e dinamizando o fluxo de trabalho constituído por meio das práticas e experiências apreendidas por múltiplos garimpeiros a partir de suas passagens por variados espaços auríferos no país.

4 As referências de garimpos, encontradas nos jornais O Estado do Maranhão, O Imparcial, Jornal Pequeno, Jornal O Povo Maranhense e o Jornal de Caxias do Maranhão, presentificam-se somente no ano de 1983. As notícias veiculadas nesses jornais, dão conta do cotidiano interno do garimpo, além de construir um cruzamento entre os diversos caminhos que compõem a representação deste lócus. As notícias relatam sobre a violência, o medo, as difíceis condições de moradia, o jogo intrincado de interesses em torno das terras auríferas e evidências que norteiam sobre a propalada e prazerosa sorte de realização do *bamburro*. Evidenciamos que os processos de deslocamento desses homens se davam principalmente por meio das teias migratórias, essa justificativa é notória, a partir da não identificação nos jornais do Maranhão, de notícias que acionam especificamente sobre o processo de saída dos diversos homens para os fluxos no garimpo.

O movimento em direção às fronteiras auríferas também contribuiu na desenfreada e acelerada corrida para as regiões ricas em metais preciosos e outros recursos. Constatamos uma dinâmica de deslocamentos em direção ao garimpo de Serra Pelada, entre os homens e mulheres que residiam no município e imediações da cidade de Bacabal - MA, entre as décadas de 1980 a 1990. Múltiplos espaços auríferos também são evidenciados como referência da migração para esses homens. Os espaços de trabalho auríferos de Cumaru; Maria Bonita; Guará-Pará, Mamual, Grotas de Areias, dentre vários outros localizados no estado do Pará, compõem o universo de alguns dos destinos de deslocamentos dos garimpeiros. Especificamente a maioria desses garimpos está situada em terras onde a presença de água é significativa, terras ou espaços entre rios, que facilita o trabalho e propicia o mínimo de sobrevivência para os trabalhadores de garimpo.

Intentamos compreender sobre a vida nos garimpos e assimilar como cada sujeito constituiu suas circunstâncias em torno do deslocamento e busca por trabalho nos garimpos brasileiros. Entender como eram desenvolvidas as atividades internas desde o lazer até o trabalho no garimpo e pincelar como aconteciam as viagens até as zonas auríferas são necessários para a compreensão desses espaços de trabalho. Além de possibilitar identificar a faixa etária com que os garimpeiros comumente se deslocavam, dentre várias outras perspectivas que acionavam as relações sociais características do cotidiano e a estrutura organizacional interna dos múltiplos espaços do garimpo.

A metodologia de História Oral se torna indispensável para traçar o perfil socioeconômico dos garimpeiros que se deslocaram para as regiões com foco de garimpo. Cada garimpeiro tem um prazo específico de permanência no garimpo, de acordo com as condições de vivência, de trabalho e disponibilidade do recurso aurífero. As experiências que constroem ou reconstroem as atividades de trabalho nas zonas auríferas, nos auxiliaram a construir algumas perspectivas de análises exibidas

por meio de gráficos e representadas também a partir das interpretações de narrativas orais de 12 garimpeiros, residentes na região do Médio Mearim. Os dados partem da interpretação sistemática da construção do passado a partir do presente, construído pelos sujeitos que tiveram acesso a experiências de trabalho nos garimpos e de lazer nas *currutelas*.

Com base no exposto, este trabalho constrói a seguir o perfil de experiências dos garimpeiros que se deslocaram para as diversas regiões do Brasil em busca do propalado metal precioso e das possibilidades concedidas a partir da sorte do *bamburrar*. Ressalta-se ainda que os elementos apontados sinalizam para as experiências compartilhadas por esses homens no decorrer da vida no garimpo. Dentre os elementos analisados, pontuamos perspectivas em torno da faixa etária que esses homens migraram para os garimpos e que possuem atualmente, a profissão exercida depois da vivência no garimpo, o local de nascimento, o estado civil e a média do ano de ida para as zonas de trabalho auríferos e a profissão desempenhada pelos seus pais naquela época. O primeiro elemento do perfil analisado diz respeito à faixa etária dos garimpeiros, que é representada no gráfico abaixo:

Faixa Etária

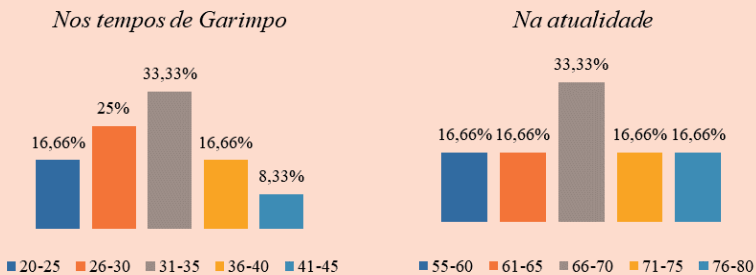


Gráfico 01 – Faixa etária – Elaborado pelo autor.

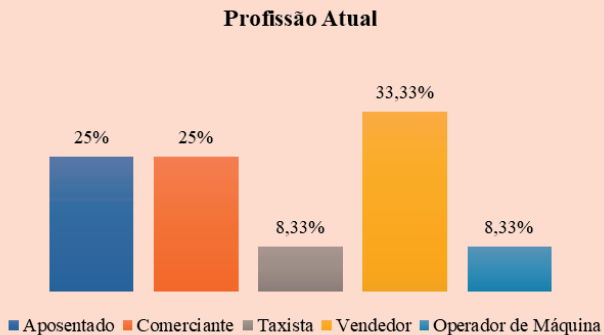
A faixa etária dos homens entrevistados no período em que se deslocaram para os garimpos se apresenta da seguinte forma: 33,33% dos garimpeiros estão inseridos na faixa etária de adultos, com idade média

entre 31 e 35 anos, logo seguida com 25% compreendidos na faixa de 26 a 30 anos. Com 16,66% cada, ficaram as faixas etárias de 20 a 25 e de 36 a 40 anos respectivamente. Fica evidente que o menor percentual de 8,33% dos entrevistados estão entre 41 e 45 anos. Esse índice baixo se justifica pelo fato que no auge da corrida pelo ouro, a maioria dos homens que se deslocavam para os garimpos eram jovens e adultos de média idade. Pois, os com uma idade acima de 40 anos, encontravam dificuldade em conseguir uma vaga ou se adaptar ao ritmo e condições de trabalho nos baixões.

Contudo, ao fazer um paralelo entre a idade em que foram para o garimpo e a idade atual destes homens, constatamos que 33,33% representam a faixa etária de 66 a 70 anos, e com 16,66% cada uma, ficaram as demais faixas de idade compreendidas de 55 a 60, 61 a 65, 71 a 75 e de 76 a 80 anos, tais informações mostram que mesmo com a vida sofrida nos garimpos, estes homens conseguiram chegar à melhor idade.

Após este quesito buscamos analisar qual a profissão que estes homens possuem na atualidade, e constatamos que:

Gráfico 02 – Profissão Atual – Elaborado pelo autor.

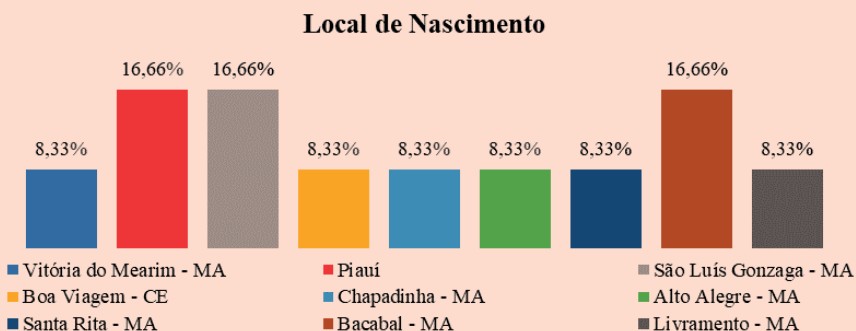


No que tange às profissões dos homens entrevistados na atualidade, a categoria de vendedor ficou com 33,33%, englobando os vendedores

de verduras que trabalham no mercado central da Cidade de Bacabal - MA. Enquanto a profissão Comerciante (roupas e calçados) evidenciou 25% dos entrevistados, mesmo percentual alcançado pela Categoria Aposentados. Com o percentual de 8,33% cada, ficaram os homens que trabalham como taxistas e operadores de máquinas.

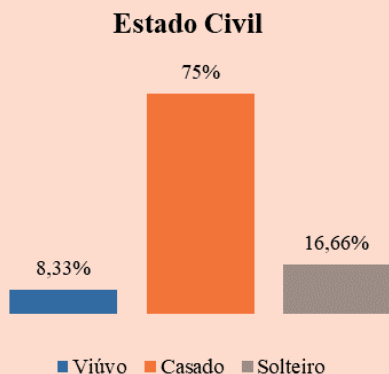
Outro item de grande relevância é o local de nascimento dos homens entrevistados e que foram para o garimpo.

Gráfico 03 – Local de Nascimento – Elaborado pelo autor.



A próxima categoria analisada diz respeito ao estado civil destes homens na atualidade. Percebemos que no decorrer da vida desses garimpeiros nas zonas auríferas, a saudade de suas esposas, filhos, parentes próximos e a pobreza de muitos garimpeiros que não alcançaram encontrar uma boa quantidade de ouro para enriquecer, pontuavam os fatores que determinavam o retorno desses homens. Pode-se observar que:

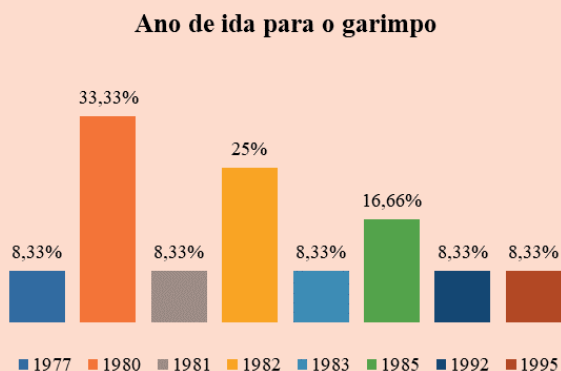
Gráfico 04 – Estado Civil – Elaborado pelo autor.



Em relação ao estado civil dos entrevistados que migraram para o garimpo, constatamos que a maioria era e posteriormente continuava casada compreendendo um total de 75% dos homens, enquanto os solteiros somam 16,66% dos entrevistados. Já os viúvos equivalem a 8,33%.

O próximo quesito analisado diz respeito ao ano em que os homens começaram a migrar para os garimpos, conforme descrito no gráfico a seguir:

Gráfico 05 – Ano de ida para o garimpo – Elaborado pelo autor.



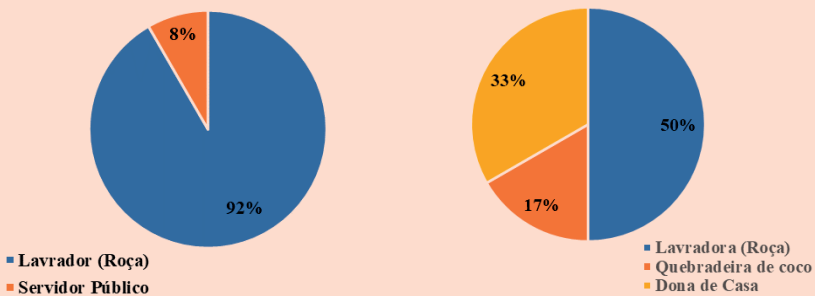
Em se tratando do período de ida dos homens do Médio-Mearim para os garimpos constatou-se que 33,33% dos entrevistados migraram para os garimpos na emergência da corrida pelo ouro nos anos de 1980. Logo, seguido por 25% que migraram no ano de 1982 e 16,66% no ano de 1985. Nos anos de 1977, 1981, 1983, 1992 e 1995 há um equilíbrio entre o fluxo migratório, quando fica evidenciado o percentual de 8,33% para cada período elencado. Nota-se que nesse processo dos anos finais da corrida do ouro, compreendido a partir da década de 1990, há uma diminuição do fluxo migratório, que ao ser comparado com o início dele, em 1977, percebe-se um percentual maior de homens se direcionando para as zonas de garimpagem.

Como último item de análise, buscou-se averiguar quais as profissões que os pais dos trabalhadores que se deslocaram para os garimpos desempenhavam naquela época:

Profissão dos pais



Gráfico 06 – Profissão dos pais – Elaborado pelo autor.



Neste quesito observa-se que a profissão dos pais, quando se trata do homem da família, 92% eram lavradores ou pequenos trabalhadores

da roça, somente 8% tinham trabalho formal, como servidor público. Já quando se analisa a profissão das mães destes homens, evidencia-se que 50% eram lavradoras, especificamente ligadas às atividades da lavoura do milho, da mandioca para o preparo de farinha e do arroz, enquanto 33% foram identificadas como donas de casa, logo seguidos pelo percentual de 17% das mulheres que estavam ligadas ao trabalho como quebradeiras de coco. Nota-se que em sua maioria os pais estavam ligados diretamente ao trabalho no campo, modo de subsistência concernente à agricultura familiar, que também foi repassada aos filhos.

O garimpo se torna um lugar de importantes representações na vida dos homens que objetivam nele se aventurar, um lugar nitidamente movimentado pelos anseios de melhorias econômicas, de poder social, apesar de marcado pela exploração dos garimpeiros. O objetivo do garimpeiro evidencia-se quando dentro da mobilidade espacial o “vagar sem rumo” traz consigo a expectativa de dias melhores, em contrapartida, estes trabalhadores ao chegar nos *baixões* (zona de trabalho) se encontram submetidos a duras condições de trabalho e exaustivas rotinas nos caminhos dentro das minas. Mas ainda assim, continuam buscando oportunidades de melhorias de vida.

Considerações Finais

O garimpo é representado como um lugar de oportunidades, lugar de se fazer fortuna. A garimpagem por muito tempo foi tida como uma atividade que atraía muitos homens que estavam em busca de melhores condições de vida. Um trabalho que se tornava perigoso a cada momento, e de realização manual, mas que informalmente oferecia à população desempregada e desterrada, uma solução para seus problemas. O garimpo despertou por meio da atividade de mineração, um intenso fluxo migratório, muitos homens buscaram na produção mineral,

principalmente no ouro, a mudança necessária de sua realidade social e econômica.

Em constante esforço, ao mapear sobre as condições da vida dos garimpeiros e suas funções dentro dos garimpos, visamos aprofundar por meio das discussões teóricas e metodológicas a interpretação dos vários elementos presentes no trajeto de vida de homens do Médio Mearim, filhos de trabalhadores rurais, que migraram para garimpos. Compreendendo e aprofundando aspectos das experiências de homens que apostaram no garimpo, trabalharam para “*bamburrar*” e em contrapartida, desistiram do garimpo.

Referências

Entrevistas

AGUIAR, João Batista. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em agosto de 2017.

AGUIAR, Maria Dalva Lemos de. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em agosto de 2017.

ALMEIDA, Raimundo Chagas de. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em agosto de 2017.

CANTANHEDE, Antônio Vale. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em agosto de 2017.

FERREIRA, Manoel Alves. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em agosto de 2017.

MEDEIROS, José Felipe. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em agosto de 2017.

NUNES, Eugênio. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em

maio de 2018.

Moura, José dos Santos. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em agosto de 2017.

QUEIROZ, Codado Jair de. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em agosto de 2017.

QUEIROZ, Raimundo Sousa. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em agosto de 2017.

ROSA, Maria de Nazaré Carvalho. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em agosto de 2017.

SANTOS, Edmilson Candido dos. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em agosto de 2017.

SILVA, José Ribamar. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em maio de 2018.

SILVA Raimundo Nonato Sousa da. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em agosto de 2017.

SOUSA, Elias Vieira de. Entrevista realizada na cidade de Bacabal - MA em agosto de 2017.

Bibliografia

DRUMMOND, Carlos Eduardo. **Garimpo de Serra Pelada**. Disponível em: <https://www.cedrummond.blogspot.com.br>. Acesso realizado em: 04 de jan. de 2018, às 21:20h.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **Configurando o espaço social no Vale do Mearim**: terra, trabalho e migração. In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto O e ROCHA, Cristina Costa da (org.). *Histórias Sociais do Trabalho: usos da terra, controle e resistência*. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

_____. **Construção do eldorado maranhense:** experiências e narrativas de migrantes nordestinos no Médio Mearim-MA (1930-1970). Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História Social, 2015. (Tese de Doutorado)

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração:** memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

MELLO e SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

TEDESCO, Letícia. **No trecho dos garimpos:** Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRGS, Porto Alegre, 2015.

WANDERLEY, Luiz Jardim. **Geografia do Ouro na Amazônia brasileira:** uma análise a partir da porção meridional. 2015. 302f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O SEMINÁRIO CONSULTA CARAJÁS E A LUTA CONTRA O AVANÇO DA INDÚSTRIA DE CELULOSE SOBRE A REGIÃO DO TOCANTINS MARANHENSE (1987-1996)

Francisco Rairan dos Santos Vilanova

Introdução

O presente trabalho procura vislumbrar os efeitos da aproximação da silvicultura na região tocantina maranhense na década de 1990 a partir das discussões realizadas por meio do Seminário Consulta Carajás. Em função dos impactos social e ambiental, a instalação do Projeto CELMAR, pertencente à então Companhia Vale do Rio Doce mobilizou uma série de debates que culminaram em uma junta formada por entidades sindicais e outros setores da sociedade civil a se manifestarem em reação do projeto. Esse processo insere-se em contexto de consolidação de um outro projeto que tinha o caráter modernizador e contava com amplo apoio do Estado e de setores ligado às políticas neoliberais vigentes da época.

O Projeto Grande Carajás – PGC tinha como principal objetivo estudar as condições e potencialidades da região que envolvia partes dos

territórios do Pará e Tocantins, que seria capaz de oferecer alternativas para ampliação de segmentos do agronegócio, madeireira, mineração e silvicultura. A concretização do projeto alinha-se à política de desenvolvimentismo e expansionismo que marcou os governos autoritários da Ditadura Civil-militar no Brasil (1964-1985). Durante esse período a Amazônia brasileira passou a ser principal alvo dessa política, muito em função da sua riqueza em recursos hídrico, agrário e florestal. A pretexto de um pretenso progresso e desenvolvimento, apenas sob o ponto de vista técnico, essa política provocou grandes transformações de caráter social e ambiental no cenário amazônico.

A partir desse contexto, as preocupações voltam-se, especialmente a partir dos anos 2000, para a região do Cerrado brasileiro, onde as novas fronteiras agrícolas substituem a vegetação nativa de pequeno porte para dar lugar a extensas monoculturas de soja e, particularmente, de eucalipto. Entre as consequências que se apresentam em razão desse processo estão o aumento cada vez maior das desapropriações e dos conflitos por terra, o incentivo às migrações, o comprometimento de manifestações culturais e sociabilidades que se criam à base de uma íntima relação com a natureza e a degradação ambiental do Cerrado, que segundo os especialistas pode levar a um processo de desertificação ou à ampliação da área da Caatinga.

O desafio, portanto, é compreender como se dão as relações entre o “moderno” e o “atrasado”, o progresso e a tradição e os confrontos gerados a partir desse encontro de antagonismos, o que nos leva ao conceito de fronteira apresentado por Martins (1996) cuja definição reflete o espaço da fronteira enquanto ambiente da confluência de temporalidades históricas e onde a condição de sujeito dá lugar à alteridade. Ao mesmo tempo, o avanço do capitalismo no campo levanta questões sobre as transformações na lógica do trabalho, a exemplo do incentivo à adesão ao trabalho disciplinado e substituição do tempo da natureza pelo tempo do relógio.

A era das obras faraônicas no Brasil

A rodovia BR 230, a Transamazônica, é um dos maiores símbolos empreendidos pelos governos autoritários da Ditadura Civil-militar brasileira que tinha como principal objetivo concretizar uma integração do país, que já vinha sendo debatida pelo menos desde o final do século XIX. Interligando o país de leste a oeste, a rodovia possui mais de 4 000 quilômetros de extensão conectando o estado da Paraíba no Nordeste ao Amazonas no Norte, deixando um rastro que incentiva discussões sobre em que medida essa construção trouxe de fato progresso e desenvolvimento ao país. Ela demarca também um dos grandes traços desse autoritarismo militar que impôs um desenvolvimentismo compulsório que posteriormente refletiu em desequilíbrio social e ambiental, especialmente em regiões da Amazônia e na situação financeira do país.

Sobre esse contexto a historiografia aponta que:

A partir de finais da década de 1960, os governos ditatoriais reestruturaram os órgãos federais de planejamento regional, determinam políticas estaduais, criam novas políticas territoriais, os programas de desenvolvimento agropecuário e agromineral da Amazônia e de “colonização”. As políticas oficiais voltam-se para classificação das diversas áreas através de grandes eixos de investimentos econômicos, denominadas “pólos de desenvolvimento”, apoiando-se no capital nacional e estrangeiro (GUIMARÃES NETO, 2003, p. 52)

Com a redemocratização, o país passa a lidar com a escaldada da ideologia neoliberal, que foi um dos principais legados deixado pelas ditaduras na América Latina entre o final da década de 1980 e início de 1990 com forte apoio dos Estados Unidos. No Brasil, a política do desenvolvimentismo enquanto uma das principais marcas dos governos militares é incorporada pela agenda neoliberal que mobiliza apoio financeiro do mercado internacional, possibilitado em razão da consolidação do mundo globalizado. A elite empresarial logrou garantir espaço

na tomada de decisões do Estado, tanto de forma eleitoral, por meio do Legislativo, como através da nomeação de empresários em cargos da Administração Pública (DINIZ, 2016).

É em meio a essa guinada neoliberal do Brasil, que emerge o Programa Grande Carajás - PGC, um projeto também marcado pelo caráter modernizador e que contava com forte apoio do Estado e do empresariado e com um poderoso aparato técnico que procurava mensurar as potencialidades de uma região específica do país para investimentos na indústria madeireira, na mineração e em segmentos do agronegócio. Além disso, o projeto também visava transformar a região em espaço de atração para outros grandes negócios, promovendo a imagem da sua riqueza natural e incentivando o seu desenvolvimento por meio do discurso do progresso e da geração de empregos.

De acordo com o Programa ficavam destinados aproximadamente 900 000 km² que envolviam partes dos territórios do Pará e Tocantins para a execução do projeto, conforme ilustrado na figura 1.

A implantação do projeto foi encabeçada pela então Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, empresa estatal cuja natureza das atividades era voltada essencialmente para a exploração mineral. Entre as conclusões dos estudos realizados por equipes de especialistas contratados para apontar as potencialidades do perímetro, ficou registrado o seguinte:

Do ponto de vista econômico, a área se revelou promissora para jazimentos de ouro, principalmente associados aos clorita xistos [...]. Destacam-se ainda, ametista, diamante e calcários

Os resultados obtidos na etapa de campo, permitem fazer as seguintes recomendações:

[...] Estudo detalhado da ocorrência de ametista aluvionar, visando ao seu melhor aproveitamento econômico (PROGRAMA GRANDE CARAJÁS, 1987, p. 19).

De acordo com Zonta e Trocate (2015), a questão do acesso à terra é fundamental para pensar a situação de conflitos que caracteriza o sudes-

ampliação e reforma dos portos de Itaqui e Ponta da Madeira que passaram a auxiliar o escoamento do minério de ferro extraído do sudeste do Pará. Outras atividades também começam a ganhar espaço no cenário maranhense, a exemplo do negócio de plantação de eucalipto, onde, inicialmente, nas proximidades do município de Açailândia, o cultivo era voltado para a produção de carvão. O setor siderúrgico permaneceu em alta na cidade, de modo que chegou a atrair um grande contingente migratório. Em contrapartida, a expectativa do emprego formal e de garantia de uma boa qualidade de vida minaram em razão do processo de precarização das condições de trabalho e da estrutura social, traduzidas em um crescente fenômeno de favelização da cidade, que levou as pessoas a terem que conviver próximas da degradação ambiental e dos resíduos gerados em função da atividade exploratória.

O negócio da silvicultura chega ao município de Imperatriz, também no Maranhão, acompanhado de um projeto que posteriormente levaria à construção de uma indústria de transformação do eucalipto em celulose. A proposta gera desconfiância na população local, especialmente por já ter conhecimento da experiência vivida pelo vizinho município de Açailândia. Em reação, há a criação de um Seminário Consulta com o objetivo de discutir os efeitos da aproximação das monoculturas de eucalipto sobre o município. Essa organização contava com a colaboração de entidades sindicais e outros setores da sociedade civil dos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Bahia. Na cartilha número 4 do Seminário é possível observar as principais questões e preocupações levantadas pela organização:

Elevação do preço da terra; compra de lotes pequenos; compra de posses. Esses forma os pontos enfatizados nessa cartilha. Esperamos que se constitua em um instrumento de organização e de esclarecimento para as entidades de Imperatriz e Açailândia que lutam contra a implantação de mais este projeto destruidor dos

fridas pelas famílias de trabalhadores que viviam em áreas próximas à ferrovia (ARAÚJO; SOUZA; FONSECA, 2021).

recursos naturais e concentrador de renda na região (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, s.d., p. 03).

O caráter conflituoso que emerge a partir desse campo de embates, possibilita a configuração de um debate sociológico para a compreensão do fenômeno. Segundo Martins (1996) a fronteira é lugar de encontro da alteridade, o que significa dizer que é onde se descobre e se projeta o outro. É também onde perpassam as diferentes temporalidades históricas, resultado da pluralidade de sujeitos que se encontram em situação de conflito.

Há pelo menos dois pontos de vistas sob os quais se pode observar e pensar a situação de fronteira, ainda segundo o autor. Sob a ótica dos geógrafos, os povos originários são meros sujeitos à espera da chamada frente pioneira, que, de certo modo, chega para trazer mudanças na realidade dessas pessoas. Nesse caso, o avanço da frente pioneira ocorre independentemente da reação dos indígenas, pois estes estariam à espera da civilização. Já a frente de expansão, cuja linha de pensamento é encabeçada pelos antropólogos e mais recentemente, aderida por sociólogos e historiadores, enxerga a fronteira a partir da visão dos grupos indígenas e classifica o problema enquanto impacto da ação do homem branco sobre áreas ocupadas por indígenas, não importa se a ação parte de um agricultor, um vaqueiro ou de uma grande indústria.

Apesar das diferenças, reconhece o autor de *Fronteiras* que a noção de frente pioneira vem sendo diluída na de frente de expansão à medida que esta última assume cada vez mais interpretações. Para uns, ela é a frente de expansão da sociedade nacional. Para outros, a frente de expansão do capitalismo. E outros a entendem como sendo a frente de expansão modelo capitalista de produção. As relações mantidas na fronteira sob o ponto de vista da frente de expansão operam por meio de uma manipulação do capital que não as caracteriza necessariamente como capitalistas. Elas acontecem quase que exclusivamente à base de

trocas e de comércio em que o detentor dos recursos financeiros controla a mão de obra e garante que sua vontade seja imposta através de ações violentas de dominação. É nesse contexto que se inserem os casos de peonagem e escravidão por dívida.

Outro aspecto da fronteira a ser considerado é o fato de que nela se apresentam diferentes níveis de inserção dos sujeitos no tempo histórico, que também refletem o nível de apropriação e desenvolvimento técnico de cada um. Por mais que se diga que convencionalmente todos façam parte da mesma contemporaneidade, há certos atributos que imprimem a cada um dos grupos envolvidos na situação de fronteira um local diferente na História. É o caso das etnias indígenas isoladas, por exemplo, quando em contato direto com o homem branco que procura levar o “progresso” e o desenvolvimento à região, e que, por sua vez, precisa recorrer a práticas violentas de dominação. O cenário, portanto, remete ao momento de encontro entre portugueses e indígenas que marcou o início da invasão e ocupação europeia da América. Uma outra maneira de compreender esse desajuste entre os tempos históricos é por meio das ações de pistolagem, que são instrumentos de controle dos grandes fazendeiros para garantir, por exemplo, a quitação de dívidas e gerar intimidação no sentido de obter terras e outros recursos a preços bem abaixo do mercado. Esse traço da frente de expansão lembra permanências do modelo de sociedade baseada na tradição coronelista que influenciou os primeiros anos da República no Brasil.

O mito do reflorestamento por meio do negócio de florestas plantadas

De acordo com as deliberações do Seminário Consulta Carajás, o processo de implantação do negócio de florestas de eucalipto na atual região do Tocantins Maranhense² (ver mapa 1), foi pautado por meio de um minucioso exercício de legitimação que o associava a um gesto político e a um compromisso privado com a questão do reflorestamento e com a preservação ambiental. Essa articulação fica evidenciada à medida em que, por ocasião da Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO-92 realizada no Rio de Janeiro, o governo brasileiro apresentava aos países membros, enquanto resposta às pressões da comunidade internacional acerca da preservação da Amazônia, o negócio das florestas plantadas como atitudes no combate ao desmatamento e reversão de áreas degradadas. O projeto intitulado *Programa Pólos Florestais para a Amazônia Oriental: a Reversão do Processo de Degradação Ambiental* também liderado pela CVRD, tinha apoio do governo federal por meio do Ministério da Infraestrutura:

O PROGRAMA se destina basicamente à produção de madeira, que poderá abastecer as indústrias situadas na região de encontro da Estrada de Ferro Carajás e promover também plantações de espécimes nativas como o cacaueiro, a seringueira e frutíferas, desde que haja interesse do setor empresarial nessas atividades. A geração de empregos e ainda o surgimento de uma nova mentalidade de valorização ambiental reduzirá a pressão antrópica sobre a mata nativa. O PROGRAMA possibilitará a proteção dos solos em degradação, dos mananciais hídricos, da flora e da fau-

2 Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC (2018) o Tocantins Maranhense é uma região de planejamento do estado do Maranhão que se distribui desde o vale do Rio Tocantins até as últimas ramificações da Serra da Menina, ocupa uma área de 25.916,60 km² composta por 17 municípios e cujas potencialidades são em extrativismo vegetal, madeira, agricultura, silvicultura, entre outras.

na, ampliando os conhecimentos sobre os recursos renováveis da Amazônia e promovendo uma maior oportunidade de fixação do produtor rural na terra (MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA *et al*, 1990, p. 2).

É possível reparar que o termo “eucalipto” não aparece nesse trecho, assim como não aparece em nenhuma parte do documento. Em vez disso, é possível ler “espécimes nativas”, o que dá uma aparência mais aceitável ao projeto, tendo em vista o potencial devastador da planta em gerar um esvaziamento de biodiversidade. Outro ponto polêmico do programa é a afirmação da capacidade de fixação do homem no campo, o que entra em confronto direto com as conclusões do Seminário Consulta Carajás que revelava, em meados da década de 1990, a iminência do fenômeno de êxodo rural e desapropriação de terras na região de Imperatriz, alavancados pela grande necessidade de terras para a criação das extensivas monoculturas de eucalipto³.

Uma problemática também associada a esse contexto envolve a perda de autonomia e controle da ação social das quebradeiras de coco babaçu, cuja atividade, mais que uma simples fonte de renda, é também um traço da cultura de um estado em que a cobertura desse tipo de vegetação alcança quase todo o território. Com o crescente aumento da concentração de terras na região, organizações das trabalhadoras foram criadas para discutir ações de combate às limitações impostas pelos responsáveis pelo negócio das florestas plantadas que impediam o acesso das quebradeiras aos babaçuais. Cenário que remete a uma discussão acerca da noção de territorialidade, cuja definição, de acordo com Oliveira (1998), se apresenta como um processo de reorganização social que, entre outras coisas, cria uma nova unidade sociocultural a partir

3 Ainda segundo o Seminário Consulta Carajás (1994), a acumulação de terras em ritmo acelerado ocorria por meio de uma estratégia empresarial que envolvia negociações, onde muitas vezes, os pagamentos eram feitos em dinheiro “vivo”, o que atraía pequenos proprietários, em busca de uma efêmera acumulação de dinheiro.

va a concretização de políticas públicas há muito tempo negligenciadas pelo poder público.

Uma das mais antigas organizações de trabalhadoras desse ramo do extrativismo reflete uma tradição de luta contra a limitação do acesso a terras que passaram a ser cercadas, demarcando restrições contra invasores, articuladas por fazendeiros que alegavam incompatibilidade da atividade com a criação de gado. Terezinha da Cruz, enquanto presidente da Associação das Quebradeiras de Coco do Povoado Petrolina, nas adjacências de Imperatriz, destacou-se no final da década de 1990 pela atuação em favor dos direitos das trabalhadoras. Em entrevista, ela conta que:

Em 98 foi criada a associação devido a gente ficar preocupada de não ter aonde pegar o coco. Em 98 a gente quebrava coco em qualquer lugar que você quisesse, alguns fazendeiros não deixava quebrar dentro por causa da casca no pé do gado, mas aí nós dava um jeito de tirar, outros não se importava se a gente tirava. Na verdade, eu já digo, 90 por cento das famílias daqui, porque as que não quebra, compram na mão de quem quebra, compra amêndoa, compra o azeite, compra o carvão, outros tiram a palha pra cobrir a casa, outros tiram o talo pra poder tampar de barro né, tudo da palmeira. Então a criação da associação foi por causa da preocupação de ficar sem ter essa matéria prima, de onde a gente tira o sustento [...]. (CRUZ *apud* GOMES, 2019, p. 129)

Ao terem conhecimento de que as terras poderiam ser arrendadas às lideranças do projeto CELMAR, as trabalhadoras se mobilizaram em dialogar com elas, no sentido de evitar que os babaçuais fossem destruídos. Elas sabiam que se isso acontecesse, as palmeiras seriam devastadas para dar lugar às monoculturas de eucalipto, que até o momento serviriam para alimentar as carvoarias da região. A angústia da entrevistada se acentua na continuação de sua fala a seguir:

[...] Então nós se preocupamos em da CELMAR arrendar o babaçu das áreas deles pras carvoeiras, só que eles nem sabiam disso,

nós ouvimos falar, mas a empresa nem sabia disso, que alguém ia arrendar, foi uma conversa que surgiu e nós chegamos até o representante da empresa e falamos pra ele que nós estava muito preocupadas porque nós estava tirando o sustento daquela área que nós nem sabia que eles sabiam que nós quebrava coco lá dentro, aí nós chegamos pra eles e dissemos que nós estamos sendo prejudicadas, nós estamos numa atividade que sempre trabalhamos quebrando coco nas terras de vocês, então, não sei se vocês sabem, mas se não sabem, vão ficar sabendo agora que nós quebra esse coco nas terras de vocês, nós ouvimos falar que vocês vão arrendar pras carvoeiras, então, nós estamos aqui pedindo pra vocês não deixar que a gente fique sem esse coco porque esse coco é nossa renda, a maioria das famílias aqui da Petrolina vive da renda desse coco, então nós estamos preocupada com isso (CRUZ *apud* GOMES, 2019, p. 130).

Esse relato revela o nível de insatisfação da população e o quão ameaçadora a promessa de progresso e melhoria de vida se mostrou. A questão do acesso à terra e aos recursos florestais que a natureza oferece é o principal ponto de análise da questão. A situação mostra trabalhadoras que precisaram recorrer à clandestinidade para continuar exercendo uma atividade, que, por se tratar de uma prática cultural, está associada a uma mentalidade de terra enquanto um direito consuetudinário, segundo o qual, “[...] o costume vigorava num contexto de normas e tolerância sociológicas. Vigorava igualmente na rotina cotidiana de ganhar o sustento” (THOMPSON, 1998, p. 89). Essa situação ilustra como as vivências se constroem em regiões onde a noção de fronteira se manifesta através da concepção de frente pioneira, que nos termos de Martins (1996), compreende a ideia de que nela se cria o novo, uma nova sociabilidade, baseada no mercado e na contratualidade das relações sociais.

Retornando à cartilha número 4, a cúpula do Seminário Consulta Carajás já advertia para a possibilidade de o Maranhão passar pela mesma experiência do estado do Espírito Santo, onde a ausência de um plano

de reforma agrária desestimulava a produção agrícola, uma vez que os pequenos agricultores eram facilmente atraídos pelas vantagens aparentes e passageiras do investimento no negócio de florestas plantadas. A preocupação era que, caso o pequeno proprietário rural não cedesse às pressões da especulação fundiária, fossem incentivados a colaborar indiretamente com projeto CELMAR por meio de pequenas plantações de eucalipto, o que acarretaria em graves ataques ao meio ambiente e numa séria crise de abastecimento. Essa última constatação leva a uma reflexão sobre até que ponto seria prudente substituir a produção de um item nutricional de consumo local para atender a uma necessidade do mercado exterior cuja demanda por um elemento não comestível se sobrepõe à lógica da soberania alimentar⁴.

Além disso, o documento responsabiliza a introdução do negócio da eucaliptocultura na região, pelo aprofundamento da crise social, revertida em um número cada vez maior de pessoas vivendo com fome e na miséria. Calculava-se através de dados do IBGE que até o surgimento do produtor florestal, mais de 26 000 famílias viviam abaixo da linha da pobreza. A expectativa era que, após os efeitos da concentração fundiária e das mudanças na lógica de ocupação e uso da terra, esse número tendesse a aumentar. Entre as alternativas que se apresentam para essas pessoas, está a periferia dos centros urbanos e, conforme dito por Davis (2010), o aumento populacional que ocorre nas cidades, embora os números do crescimento econômico urbano façam o percurso contrário, ilustra o que muitos especialistas chamam de “sobreurbanização”. “Trata-se apenas de uma das várias ladeiras inesperadas para onde uma ordem mundial neoliberal canalizou a urbanização do milênio” (p. 201).

A respeito da causa ambiental, o Seminário manifestava uma apreensão recorrente com o potencial de degradação do eucalipto. Acusavam

4 “A Soberania Alimentar tem em seu conceito um potencial revolucionário, ligado, sobretudo, à posse dos meios de produção e às transformações das características destes meios de produção” (ALEM *et al*, 2015, p. 23).

as monoculturas de desestimular a biodiversidade da flora e da fauna e criticavam o fato de que o cultivo das plantas exigia o uso de poderosos defensivos agrícolas, o que poderia levar ao comprometimento da saúde dos rios e das pessoas. Sobre esse aspecto, Dean (1996) observa que, assim como qualquer outra monocultura, os eucaliptos de fato extraem muitos nutrientes do ambiente, bem como emitem substâncias que inibem o crescimento de outras culturas ao redor.

A Lei Sarney de Terras e a concentração fundiária silenciosa do projeto CELMAR

Ao recuarmos um pouco na História do Maranhão nos deparamos com a emergência da lei número 2.979 de 17 de junho de 1969, que passou a ser conhecida posteriormente como Lei Sarney de Terras. Criada como mais uma finalidade para incentivar a modernização e racionalização do uso da terra, esse instrumento político fazia parte de um discurso que afirma o surgimento de uma nova era para a sociedade maranhense. O chamado “Maranhão Novo” constituía um novo projeto político articulado pelo então eleito governador do estado, José Sarney, na década de 1960. A promessa de um novo horizonte de expectativas para o estado se apoiava na ideia de rompimento com o atraso provocado pela oligarquia Vitorinista, liderada pelo ex-governador Vitorino Freire que antecederia a gestão Sarney. Na avaliação de muitos historiadores, a eleição de Sarney, em nada representou mudanças para o cenário político e social maranhense, pois seu governo se assemelhava muito com as práticas adotadas pelo projeto político anterior, inclusive na questão do apego ao poder.

De acordo com Moura (2013), a estratégia utilizada por José Sarney para manter a perpetuação de seu nome na política, consistia em um alinhamento fiel à agenda política do governo federal que se estabelecia,

independentemente da orientação ideológica. Houve, portanto, apoio aos projetos modernizadores de caráter autoritário coordenados pelos governos militares. Da mesma forma, observou-se ajuste à ascensão neoliberal do Brasil nos anos 1990, bem como a guinada progressista e de inclusão social que marcaram os governos de Lula e Dilma. A sucessão no poder durante todos esses anos se fez por meio da criação de herdeiros políticos que acabou fazendo do tão esperado Maranhão Novo apenas a expressão de uma resignificação de práticas oligárquicas, sem nenhuma conquista considerável para o povo maranhense.

Os conflitos por terra de latifundiários contra camponeses marcaram a vida social nas áreas rurais do território maranhense dos anos 1970. A região que envolve as cidades de Imperatriz e Açailândia tornou-se epicentro de uma série de embates, em razão das levadas migratórias, que se concentraram na região da Amazônia maranhense, fugindo das secas e de outros distúrbios sociais, sendo provenientes tanto de dentro como de fora do estado, especialmente do semiárido nordestino, historicamente castigado pelas épocas de estiagem (AMARAL NETO, 2019).

Sobre esse aspecto da migração, Ferreira (2015) afirma que o Médio Mearim, região que também faz parte da faixa amazônica do Maranhão, passa a competir até mesmo com grandes centros industriais, em termos de potencial atrativo para as ondas migratórias. Até mesmo Brasília, que por ocasião da transferência da capital federal para o Planalto Central, estava ainda em momento de construção, e por isso, era um grande concentrador de mão de obra. Nem a tradicional migração para o Sudeste, nem os investimentos em obras contra as secas fizeram com que mais de 260 mil migrantes, dentre os quais a maioria nordestinos, deixassem de marchar para o território maranhense. O que mobilizava esses retirantes era, na verdade, a perspectiva do acesso à terra e da abundância em recursos hídricos e florestais, o chamado eldorado maranhense.

Nesse sentido, Amaral Neto (2019) assegura que a Lei Sarney de Terras previa a elaboração de vários projetos de colonização e assentamento no

campo, o que beneficiaria centenas de famílias da região amazônica, especialmente as de migrantes, contudo, a maioria deles jamais existiu na prática. Por outro lado, grandes empresas se mobilizaram em adquirir terras por meio dessa lei, que não previa leilão nem concorrência pública, e, com a possibilidade de financiamento estatal, foram compradas a preços muito baixos. Além disso, a completa ausência de fiscalização e transparência, fez com que o mercado de terras passasse a ser aquecido inclusive por empresas de fachadas que chegaram a obter até 100 mil hectares.

Apesar disso, o 14º parágrafo da lei expressava claramente que “não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial” (MARANHÃO *apud* AMARAL NETO, 2019, p. 4). Nenhuma menção é feita pela comissão organizadora do Seminário Consulta Carajás a respeito do uso direto dessa lei para a prospecção de terra por parte do projeto CELMAR. No entanto, tendo em vista que na década de 1990 o governo estadual se mantinha bastante comprometido com a agenda neoliberal dos governos Collor e FHC e com o objetivo de construir um dinamismo industrial no estado, essa lei pode ter mostrado um importante instrumento de atração de grandes negócios, ampliando o poder de alcance do Projeto Grande Carajás.

Resultado de um trabalho de investigação do Seminário Consulta Carajás, que procurava saber o ritmo com que o projeto CELMAR adquiria terras à época dos debates da organização, foi possível reunir um grande acervo de informações que apontava o tamanho, a data de registro em cartório e o valor negociado na compra de cada lote para plantio de eucalipto. Essa busca se deu em reação ao fato de que circulavam informações desencontradas, inclusive emitidas pelos próprios dirigentes, acerca do número de hectares em nome do projeto. É possível observar essas informações no quadro a seguir:

Quadro 1: Detalhes sobre propriedades de terras do Projeto CELMAR

FAZENDA CHAPADA GRANDE - ROD. 010, KM 1404, ENTRANDO 15KM			
PROPRIEDADE	TAMANHO (ha)	DATA REG.	VALOR(CR\$)
F. São Francisco (lote 356/gleba 13)	80.6970	19.02.93	112.975.800
F. São Francisco (lote 296/gleba 13)	48.9065	17.02.93	68.469.100
F. Dois Irmãos (lote 02/gleba 13)	46.7515	19.02.93	65.452.100
F. Reunidas B.E. (lote 356/gleba 13)	117.9751	19.02.93	165.165.140
F. São Raimundo (lote 356/gleba 14)	171.5075	19.02.93	140.110.500
F. Gomes (lote 352/gleba 14)	88.1159	19.02.93	123.362.260
F. São Raimundo (lote 349/gleba14)	93.1384	19.02.93	130.393.760
F. Santo Antonio (lote 355/gleba 14)	172.1620	19.02.93	241.026.800
F. Boa Esperança (lote 356/gleba 14)	126.5226	19.02.93	177.131.500
F. Dallas (lote 356/1 /gleba 14)	86.5292	19.02.93	121.140.880
F. Bom Jesus (lote 3/gleba 14)	96.3009	19.02.93	134.821.260
F. Santa Fé (lote 339/gleba 14)	37.1731	19.02.93	53.042.340
F. Santo Antonio (lote 317/gleba 14)	96.3246	19.02.93	134.854.580
F. São João (lote 350/gleba 14)	69.2712	19.02.93	96.979.680
F. Santa Rita (lote 473)	200.8679	19.02.93	281.215.060
F. Reunidas B. E (posse) (lote 1/gleba 14)	504.5766	19.02.93	523.087.409
F. São Pedro (posse) (lote 356/gleba 14)	10.9290	19.02.93	11.330.002
FAZENDA TRÊS PODERES - BR 010, KM 1406, 13 KM ESTRADA DO SOL			
F. Três Poderes (lote 297/gleba14)	580.8000	17.02.93	956.263.837
FAZENDA CHAPADA GRANDE - UMA GLEBA DE TERRA EM JOÃO LISBOA			
F. Chapada Grande	1.320.000		965.063.484

Fonte: Seminário Consulta Carajás (1994)

A coordenação do Seminário explica que a razão desse processo sutil de compra de terras se deve a uma estratégia para evitar constrangimentos que pudessem prejudicar a imagem do projeto construída por meio de discursos, segundo os quais a empresa responsável afirmava não adquirir lotes de pequenos proprietários. Como é possível ver, houve compra de fazendas de até pouco mais de 10 000 hectares. Outra explicação é que com o aumento no preço de hectares na região, que em junho de 1993 girava em torno de 75 a 100 dólares, a empresa decidiu agir em

silêncio para conseguir vantagens sobre pequenos donos de terras que desconheciam o valor de mercado e se rendiam facilmente às pressões dos especuladores.

Considerações finais

A partir do que foi discutido é possível concluir que o Seminário Consulta Carajás cumpriu um papel relevante de luta em defesa de direitos sociais e ambientais. Apesar de todos os esforços, a organização não conseguiu conter o avanço da silvicultura na região do Tocantins Maranhense. No entanto, foi construída à base de articulação e engajamento sociais demonstrando que o projeto de desenvolvimento proposto de cima para baixo, pautado em uma noção radicalmente tecnicista de progresso, e voltado essencialmente para a atenção às necessidades do mercado, precisou enfrentar duras resistências.

Pessoas precisaram perder suas terras em troca de uma relativa quantia em dinheiro e da expectativa de um futuro promissor para a sua região. Outras tiveram a fonte de renda comprometida, já que esta precisou ser substituída por uma atividade tida como mais vantajosa e lucrativa. Conforme nos diz Krenak (2019, p. 23), “a conclusão ou compreensão de que estamos vivendo uma era que pode ser identificada como Antropoceno deveria soar como um alarme nas nossas cabeças”. Tal situação reflete a filosofia de Koselleck *apud* Fontes (2019), quando afirma que o mundo passa por um momento de rejeição ao papel da experiência ao passo de uma supervalorização de um horizonte de expectativas, o que evidencia o estado de crise da modernidade, cujo principal sintoma é o desprezo do pensamento burguês pelos saberes e práticas tradicionais que o levaram a uma sacralização da racionalidade do progresso técnico.

Referências

Fontes

DSPACE/mankin Repository. **Programa Grande Carajás: Folha Araguaina- SB.22-Z-D**. Disponível em: <https://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/6457/rel_carajas_1987.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 ago. 2021.

INSTITUTO Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão: proposta avançada**, 2018. Disponível em: <https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/Proposta-IMESC_22-Regi%C3%B5es-de-Desenvolvimento-do-Estado-do-Maranh%C3%A3o-2018.pdf>. Acesso em 30 dez. 2019.

INSTITUTO socioambiental. **A implantação da indústria de celulose no Maranhão: Celmar na região tocantina**, [s.d.]. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/index.php/acervo/documentos/implantacao-da-industria-de-celulose-no-maranhao-celmar-na-regiao-tocantina>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

_____. **Programa Polos Florestais na Amazônia Oriental**, 1990. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/M7D00009.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2021.

Bibliografia

ALEM, Daniel *et al.* Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. **XX Encontro Nacional de Economia Política**. Anais... Foz do Iguaçu, 2015.

AMARAL NETO, Roberval. “Lei Sarney de Terras”: conflitos fundiários e resistência camponesa no Maranhão contemporâneo. *In*: PACHECO, Agenor Sarraf (org.). **Estudos Culturais em cidades e florestas**. Rio

Branco: Neplan Editora, 2019. p. 54-70.

ARAÚJO, Anaís Sofia Gusmão de; SOUZA, César Martins de; FONSECA, Vivia Nascimento. Notas sobre os acidentes ocasionados pela inauguração da Estrada de Ferro Carajás: uma análise documental, literária e histórica. **Revista EDUCAmazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, Humaitá – AM, v. 13, n. 2, 2021. p. 292-310.

DAVIS, Mike. Planeta de bairros de lata: a involução urbana e o proletariado informal. *In*: DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José (orgs.). **A política dos muitos: povo, classes e multidão**. Lisboa: Tinta da China, 2010, p. 197-231.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a História e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DINIZ, Eli. Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80. *In*: SZWAKO, José.; MOURA, Rafael; D'ÁVILA FILHO, Paulo (orgs.). **Espaço e Sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz**. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016, 133-156.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **A construção do eldorado maranhense: experiência e narrativa de migrantes nordestinos em municípios do Médio Mearim - MA (1930-1970)**. 2015 Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

FONTES, Yuri Martins. Crise da modernidade em perspectiva histórica: da experiência empobrecida à expectativa decrescente do novo tempo. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 12, n. 31, p. 244-267, 2019.

GOMES, Felipe da Cunha. **Eu nem queria, mas eu estou vendo que é obrigada a gente querer: uma análise das estratégias empresariais empreendidas pela Suzano Papel e Celulose em Imperatriz (MA)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: Trajetórias nômade. As cidades na Amazônia. **Projeto História**, São Paulo, v. 27, p. 49-69, 2003.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

MOURA, Marivânia de Melo. **Cultura política, voto e eleição em São Luís do Maranhão**: uma análise do pleito de 2010. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

SOARES, Fagno da Silva. Futuro do passado no tempo presente no Maranhão o Projeto Grande Carajás no distrito industrial de Açailândia/MA, Brasil. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Málaga, Espanha, julho/setembro, 2017.

SOUSA, César Augusto Martins de; FONSECA, Vívica Nascimento. Memórias da ferrovia do aço e da Estrada de Ferro Carajás da década de 1970. **REH-Revista Educação e Humanidade**, Humaitá – AM, v. 1, n. 1, p. 195-213, 2020.

THOMPSON, Edward. Palmer. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (orgs.). **A questão mineral no Brasil – vol. 1**: Projeto Grande Carajás – Trintas anos de desenvolvimento frustrado – Tádzio Peters Coelho. Marabá – PA: Editorial iGuauna, 2015.

DE CAMPONESES A OPERÁRIOS: trabalho e cotidiano nas frentes de emergência de combate à seca no Piauí (1979-1983)

Lucas Ramyro Gomes de Brito

Considerações iniciais

O efeito da seca não é apenas climático, mas também social, cultural e econômico. Por isso, adota-se nessa pesquisa o recorte temporal da maior duração ininterrupta de estiagem que aconteceu no século XX, que vai de 1979 a 1983, perfazendo cinco anos de muito sofrimento para as populações rurais. Adota-se esse recorte temporal, evidentemente, pois os Programas de Emergência de Combate aos Efeitos da Seca eram ativados pelo governo federal apenas durante os períodos de estiagem que afetassem a região Nordeste, que provocavam a avalanche de flagelados nos centros urbanos e uma migração elevada. Os anos entre 1979 e 1983, desse modo, foi um período com baixa precipitação pluviométrica, causando agitação social e o que ficou conhecido como o genocídio do Nordeste (CPT; CEPAC; IBASE, 1988).

Para tanto, serão consideradas como *frentes de serviços* ou *frentes de emergência*, aqueles espaços de obras implantadas pelos *Programas de*

*Emergência*¹ em situações especiais de defesa civil para disponibilizar à população ações de renda (frentes), alimento (cestas) e água (carro-pipa). A origem dessas *frentes de serviço* remonta ao período monárquico, quando obras de construção de linhas férreas, açudes, poços, destacamento, entre outras, eram executadas para dar salário à população rural afetada pela estiagem que tentava se retirar para regiões mais favorecidas.

O que se busca é observar a mudança da rotina e do dia a dia de trabalho daquelas famílias (e da comunidade), desde os homens, as mulheres e as crianças, considerando a nova organização do trabalho estabelecida frente às transformações que não seguiam mais o tempo da natureza. Entender se as *frentes de serviço* proporcionavam uma expectativa da população em torno das possibilidades de trabalho, uma organização a partir do acesso a esse trabalho e uma organização do seio da família em torno deste. E perceber se existiu uma clara divisão das atividades e uma solidariedade entre os trabalhadores, na formação de estratégias para se manterem no trabalho.

A vida desses trabalhadores seria modificada no aspecto que tange ao tempo e à disciplina de trabalho (THOMPSON, 1998), vivenciando uma experiência histórica que lhes foi única, passando à situação de operários. A condição limite foi o diferencial para que múltiplas relações de trabalho fossem estabelecidas. O local distinto do labor, o cotidiano e o aprendizado compõem o rico arsenal das vivências desses indivíduos.

Nessa perspectiva, alguns questionamentos se materializam: Quais as formas de reprodução e as estratégias de resistência dos camponeses diante das situações de seca no território piauiense? Como ocorre a subordinação da renda camponesa ao capital e como se dá a economia moral no seio das comunidades analisadas? Como se deu a mudança de cotidiano da roça² para as *frentes de emergência* de combate aos efeitos

1 Envolvidos na gestão, supervisão e execução dos Programas de Emergência de Combate aos Efeitos da Seca: Sudene, Dnocs, Exército, Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, Governos Estaduais e Secretarias Estaduais de Defesa Civil, entre outros.

2 Área de cultivo agrícola; roçado; campo de plantações.

da seca? Como as famílias camponesas percebem tais transformações e norteiam suas próprias estratégias de adaptação? Quais os costumes alterados nesse momento histórico, em particular aqueles ligados ao uso do tempo e da disciplina de trabalho, dentro das comunidades estudadas? Quais as formas de luta, os conflitos, as ações e articulações com outros sujeitos políticos? Houve sentimento de pertencimento, coesão e unidade entre os trabalhadores dos campos de obras de combate aos efeitos da seca, transformando-se em identidade? Essa história difere daquela de outras formas camponesas, inclusive no próprio Nordeste?

Há de se destacar que essa liminaridade de camponês-operário se apresenta nas décadas de 1970-80 com o movimento de modernização³ do campo piauiense, devido às diversas políticas e programas governamentais para o setor rural, a citar Programa de Irrigação⁴, o Polonordeste⁵ e o Projeto Sertanejo⁶, além de outros. Enquanto que nas décadas de 1950-60 as unidades produtivas básicas eram o latifúndio e a peque-

3 Bandeira (1994) utiliza o termo modernização para se referir ao conjunto de mudanças nos métodos, na composição da produção agropecuária, nas relações de trabalho, no sentido de assalariamento, na estrutura fundiária, etc.

4 Na década de 1970, as ações de irrigação estavam ligadas ao Programa de Integração Nacional (PIN) específico ao Nordeste com o Programa Plurianual de Irrigação (PPI), através do Dnocs. O decreto nº 92.344, de 29 de janeiro de 1986, instituiu o Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), a ser implementado na área de atuação da Sudene, para promover mudanças institucionais nos Estados implantando infraestrutura, formando equipes técnicas e produtores rurais familiarizados com práticas de irrigação.

5 Criado pelo Decreto nº 74.794, de 30 de outubro de 1974, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste (Polonordeste) tinha a finalidade de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, com o sentido de polos agrícolas e agropecuários. Pretendia transformar a agropecuária tradicional em economia de mercado com a melhoria da infraestrutura local, desde estradas, insumos a crédito.

6 Criado pelo Decreto nº 78.299, de 23 de outubro de 1976, o Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo) tinha “a finalidade de fortalecer a economia das unidades de produção agropecuária, sobretudo pequenas e médias, do semiárido nordestino tornando-as mais resistentes aos efeitos das secas, a partir de núcleos de prestação de serviços e de assistência técnica, previamente selecionados”. A implementação deveria se articular com o Polonordeste, buscando também a criação de empregos.

na produção de subsistência, tais ações governamentais na agricultura piauiense aumentaram a instabilidade do pequeno produtor em relação à terra, refletindo o agravamento da distribuição da terra, alargaram a importância do trabalho assalariado e ampliaram as tensões sociais no campo (BANDEIRA, 1994). Verifica-se o melhoramento do latifúndio e a proletarização dos trabalhadores rurais, reféns da mão de obra remunerada, com a perda da importância da pequena produção.

Os trabalhadores das frentes, a campesinidade e as identidades coletivas

O contraste vivenciado por esses sujeitos no limiar da fronteira entre campesinato e proletariado, diante do avanço da moderna economia de mercado, da industrialização e urbanização, corre o risco de ser apagado e até mesmo esquecido. É importante evidenciar que essas pessoas existem e geralmente são colocadas à margem para simplesmente atender às demandas do capital. Compreender quem era esse operário da seca, mas também entender quem ele era antes das obras chegarem, suas práticas, costumes e tradições.

Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações (SHANIN, 2008, p. 28).

Essa célebre passagem de Theodor Shanin mostra o quão importante é estudar os camponeses e suas formas de organização. Compreender a

presença nas sociedades atuais implica entender como suas estruturas se modelam, ajustando-se numa mudança que garante também a permanência ao longo do tempo. Compreender o camponês-operário da segunda metade do século XX na gangorra social, equilibrando-se em meio às transformações que lhes são impostas. Estudar essas experiências históricas, como visto, é uma via de mão dupla, o conhecimento flui nos dois sentidos e não se choca, mas se complementa.

É também por uma questão ecológica que os pesquisadores das ciências sociais e humanas têm voltado à utilização do termo “campesinato” para se referir às populações rurais do cultivo agrícola. Esse retorno se dá pelo método tradicional de uso e manejo do solo ser sustentável, menos agressivo à natureza, colocando esses trabalhadores em contraposição com o avanço do agronegócio. Além disso, de acordo com Rocha (2021), as pesquisas sobre campesinato dentro da perspectiva histórica ainda são tímidas, apesar de já existirem importantes contribuições na História e amadurecidas na área dos estudos da Sociologia e da Antropologia. Isso possibilita que o diálogo seja mais acurado de forma interdisciplinar, a partir da intersecção desses diferentes campos do conhecimento.

Utilizar os movimentos sociais como objeto de estudo da história, para Mattos (2012), implica problematizar dois temas-chave para a história social: a construção da identidade coletiva e a problemática da agência social na história. Interessa saber como e quando se constituem esses agentes sociais coletivos nos processos históricos; e quanto às ações e às escolhas dos atores sociais e coletivos importam para o devir histórico de determinada sociedade. A tendência, então, seria enfatizar as identidades coletivas como processos dinâmicos, sobretudo socioculturais. Considera-se, por consequência, que o alvo dessa pesquisa naquele contexto é permeado de circunstâncias singulares que precisam ser apuradas.

Essas experiências de vida únicas podem se tornar paradigmas de experiências coletivas e de valores e hábitos de conjunturas e épocas.

Necessita-se dar voz e vez a esses atores sociais de uma dinâmica complexa, experiências que traduzem a intersecção com o fio social condutor da história. Uma história vista de baixo, de homens e mulheres que frequentemente têm a existência ignorada e silenciada. Entende-se esse camponês como um ator social capaz de modificar e participar da construção de sua relação com a sociedade englobante e que registra formas de resiliência e conquistas políticas, partindo de uma perspectiva do estudo da cultura, da identidade, do modo de vida, bem como críticas às práticas dominantes de mercado. Urge a necessidade da ampliação do debate que defende o campesinato como uma classe social contraditória dentro do capitalismo, de maneira especial para que se possa instrumentalizar a criação de políticas públicas específicas a esses sujeitos.

Atualmente, há uma ampla discussão sobre a conceituação de campesinato, que não é uma categoria homogênea, mas formada historicamente através de processos de diferenciação social. Nesse sentido, a coleção História Social do Campesinato no Brasil parte da ideia de que é necessário compreendê-lo através das formas de organização econômica, social e cultural, considerando diferentes espaços sociais e contextos históricos específicos (GODOI; MENEZES; MARIN, 2009, p. 23).

Dentro desse dilema, também se encontra a dificuldade do ponto de vista teórico em conceituar a categoria agricultura familiar, que se difundiu no Brasil principalmente a partir da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁷. Segundo Wanderley (2003), o agricultor familiar é ator social e visto como a reprodução pura e simples do “campesinato tradicional” capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado moderno.

7 De acordo com Wanderley (2003, p. 43), o conceito de agricultura familiar, para uns, confunde-se “com a definição operacional do Pronaf, implantado em 1995, que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento” e, para outros, “corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais ‘pequenos produtores’ incapazes de assimilar tais modificações”.

Por outro lado, ao analisar a indissociabilidade entre a unidade de produção e a unidade consumo de grupos camponeses domésticos, Garcia Jr e Heredia (2009) afirmam que o campesinato é um polo intermediário entre as sociedades primitivas e as sociedades de mercado. Destacam que é preciso considerar o fato dos grupos camponeses brasileiros vivem e precisam de suprimentos alheios à autoprodução, afirmando que a autossuficiência não está na economia camponesa.

Como se percebe, a discussão é longa. Assim, segue-se na linha de Shanin, que parte da constatação de características comuns ao redor do mundo na definição de camponês, sintetizou:

Delimitamos o campesinato como uma entidade social com quatro facetas essenciais e inter-relacionadas: a exploração agrícola familiar como unidade básica de organização social, a lavoura da terra e a pecuária como principal meio de subsistência, uma cultura tradicional específica intimamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais e à subordinação à direção de poderosos agentes externos (SHANIN, 1976, p. 01, tradução nossa).

Este sujeito piauiense, segundo a perspectiva de Shanin, atuou nas *frentes de emergência* de combate à seca procurando principalmente sobrevivência e resistência na perseverança que continuar no seu lugar de vida, com a particularidade central do autoconsumo. Conforme assinala Moraes (2009), há um desequilíbrio entre produção e consumo, havendo a necessidade de uma complementação com trabalho assalariado, sendo esta uma estratégia de reprodução familiar. A diferenciação camponesa, segundo ela, poderia ser analisada através das múltiplas estratégias de reprodução social, como emprego local, pequeno comércio, artesanato, assim como migrações⁸ em busca de trabalho assalariado.

8 Para Theodor Shanin (1976), a migração tanto é uma forma de desintegração quanto de reprodução social dos camponeses.

Os costumes em comum, a economia moral e a condição de fronteira do camponês-operário

Deste modo, parte-se do princípio de análise do campesinato enquanto classe social, uma forma de organização social, num contexto que alguns teóricos consideram contraditório e combinado com o capitalismo (MARQUES, 2008). Para efeito, sobre o fazer-se classe, Thompson já dizia:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p. 10).

Edward Palmer Thompson seria pioneiro, com a crise dos paradigmas estruturalistas e a adoção das estruturas sociais como principais problemas de pesquisa, no ‘culturalismo marxista’ e na chamada ‘história vista de baixo’. A crítica de Thompson parte do princípio que as identidades de classe são construídas a partir das experiências culturalmente compartilhadas, sendo precursor também da ideia que as identidades coletivas não são dadas pelas estruturas sociais, mas construídas historicamente, sinalizando para uma aproximação entre História e Antropologia (MATOS, 2012). Nessa linha, analisa-se a vida destes sujeitos, os trabalhadores das *frentes* de obras de combate à seca, no entendimento que o processo de construção da identidade coletiva dá origem à mobilização desses novos grupos, identidade essa construída histórica e culturalmente.

A interconexão entre História Social e História Cultural trabalhada por E. P. Thompson critica as abstrações de “classe social”, trata as sociedades como realidades dinâmicas e vivas, como *processos*, fugindo da noção de estruturas perfeitas. Isso implica metodologicamente o *modus operandi* do pesquisador, pois convém analisar a importância da história em cada tradição, não observando apenas a mera sucessão de fatos. Cabe então observar os processos de interação social e os costumes em comum, buscando compreender como as partes do sistema social se combinam. Tecer uma história do cotidiano através dos homens comuns, camponeses, dando significado aos seus comportamentos.

De acordo com Almeida (2012), sabendo que a tradição se modifica sempre ao ser transmitida de acordo com a assimilação do receptor, seria mais lógico valorizar a apropriação do que a transmissão e reconhecer a historicidade. Seria então com o olhar histórico-antropológico que esses significados passam a ser vistos como múltiplos, variáveis e sujeitos a contínuas alterações conforme os agentes, suas culturas, seus lugares sociais, seus tempos e seus espaços. Assim, há a necessidade de pensar a história culturalmente e a cultura historicamente, bem como os contextos sociais inseridos, utilizando-se da Antropologia como modelo, seus conceitos e métodos.

Conforme Thompson (1987), no conflito de interesses os trabalhadores descobrem e tomam a consciência que são uma classe, a partir da experiência de oposição e confronto, configurando identidades e diferenças. Contudo, ressalta-se que a ocasião do agrupamento de trabalhadores das *frentes de emergência* sob uma rotina aos moldes do operariado industrial era algo momentâneo, dado à circunstância extrema da falta de água, seria de forma paliativa. Constituiria então uma situação de classe, que caberá a análise de como aqueles sujeitos assimilaram a experiência vivida naquele dado momento, observando-se as estratégias de resistência e sobrevivência.

As situações camponesas no Brasil, para Velho (2009), podem ser entendidas como um *continuum camponês-proletário*, entre esses dois po-

los, numa condição de “fronteira”. Essa concepção de fronteira se amplia com José de Souza Martins, ao tratá-la como o encontro de sociedades e culturas diferentes entre si, o lugar da liminaridade, da indefinição, do conflito, da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos (MARTINS, 1996; 2009). Considerando que as *frentes* de obras eram algo imediato e momentâneo enquanto durasse a seca, nota-se a condição dipolo daqueles trabalhadores, na tentativa de adaptação às rotinas de trabalho totalmente diferentes.

É relevante então a perspectiva do olhar antropológico de James Scott em relação às práticas cotidianas de resistência camponesa:

[...] a resistência cotidiana se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência é em sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e *de jure*, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos *de facto* imediatos (SCOTT, 2011, p. 223).

Para Scott, tais resistências podem acontecer de formas cotidianas, fragmentadas e difusas. O autor até enumera alguns itens do que ele chama de “armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos do poder (SCOTT, 2011, p. 219)”: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante. Ao fazer um trabalho utilizando a metodologia etnográfica, Scott detalha muito bem tais características. Pode-se dizer que nas *frentes de emergências* haveria evidências semelhantes e que se observa nesse estudo, compreendendo a atuação desses trabalhadores na especificidade do campo e do canteiro de obras.

O esforço para entender o mundo camponês, de acordo com Woortmann (2009), deve ser no sentido de compreendê-lo em seus próprios termos, sendo preciso enxergar o mundo pela própria ótica desses sujeitos. Essa inquietação precisa se mover para se pensar e se colocar no

lugar daqueles trabalhadores das *frentes* de obras, quando se viam camponeses e operários ao mesmo tempo, havendo a necessidade de entender a lógica camponesa de ver o mundo e lidar com o trabalho.

Nesse sentido, observações caras a Thompson devem ser visitadas, como: costumes em comum, economia moral, além de tempo e disciplina de trabalho. Thompson chama a atenção para a “*decodificação* das formas de expressão simbólica” do comportamento das classes trabalhadoras, revelando as regras invisíveis.

[...] o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo (“necessidades”), às inovações técnicas ou à racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e, algumas vezes, também a organização familiar dos papéis produtivos (THOMPSON, 1998, p. 21).

Essa interpretação de Thompson aponta um confronto entre a economia de mercado inovadora e a economia moral da ‘plebe’, fundamentada no costume. Esse embate delinea a formação da classe e a consciência de classe na integração e no reviver de fragmentos residuais das antigas estruturas, consolidando os costumes que servem de interesse ao povo. Considera a necessidade de se fazer algumas distinções em relação ao termo cultura:

[...] Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão dos costumes de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho (THOMPSON, 1998, p. 22).

O conceito de economia moral, cunhado originalmente por Thompson, explica que o comportamento econômico nas sociedades camponesas está ligado aos valores morais ou às normas culturais, voltadas

à subsistência e não necessariamente à obtenção de vantagens. Klass Woortmann amplia o conceito para ordem moral do campesinato, que segundo ele, gira em torno da terra, da família e do trabalho. Nessa ordem moral, a terra é o elemento central que une a família e o trabalho:

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia (WOORTMANN, 1990, p. 23).

Ademais, com o objetivo de entender a racionalidade econômica, social e cultural dos camponeses, bem como o comportamento político, James Scott desenvolveu um conceito de economia moral fundamentado em três noções: segurança primeiro, risco mínimo, de justiça (numa rede de reciprocidade entre amigos, parentes, patrões e Estado) e de subsistência como uma demanda moral.

Assim, considera-se como essencial para a utilização de categorias e conceitos como campesinato, de Shanin (1976, 2008); ordem moral do campesinato, de Woortmann (1990); experiência de classe, economia moral, costumes, tempo e disciplina de trabalho, de Thompson (1998, 2012a, 2012b, 2018); economia moral e formas cotidianas de resistência, de Scott (2002, 2011, 2012); e fronteira, de Martins (1996, 2009). Não se ousa nesse momento, então, dar uma delimitação radical de qual abordagem se seguir, mas evidenciar o diálogo teórico-metodológico interdisciplinar entre História, Sociologia e Antropologia, Ciências Humanas e Sociais que, em suas particularidades, debruçam-se ao estudo da sociedade e da cultura.

Os fatos e as representações

A busca para compreender o cotidiano dos trabalhadores nas *frentes de serviços* de combate aos efeitos da seca no Piauí nos anos de 1979 a 1983 teve como ponto de partida a observação de notícias em periódicos⁹. Esse levantamento ocorreu no sentido de identificar e mapear os tipos e os locais das obras de combate aos efeitos da seca para então buscar os possíveis entrevistados, principalmente os trabalhadores que participaram das *frentes de emergência*, dialogicamente no que se chama de história antropológica¹⁰, através de uma imersão nas comunidades rurais estudadas.

Historicamente, a mobilização da imprensa pelo Estado em tempos de seca funcionava como potencializador da problemática, além do forte apelo social. Era com esse clima de tensão que a imprensa local iniciava o último ano da década de 1970. A todo momento novas correspondências de cidades do interior do Estado solicitando ajuda, suporte e todo tipo de apoio financeiro. O que se noticiava era a situação de pessoas desesperadas, que não sabiam mais o que fazer, sem nenhuma opção, vendo a lavoura declinar e os animais sofrendo de fome e sede.

Para o prefeito de Fronteiras Sr. Pedro Sobreira que se encontra em Teresina solicitando das autoridades a adoção de medidas de combate à seca em seu município, caso a situação se agrave pode-

9 Além disso, outras fontes foram buscadas, mas não haverá o debruçamento nesse momento, como publicações, relatórios e dossiês produzidos pelo Departamento Nacional de Obras Contra às Secas (Dnocs), pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Centro Piauiense de Ação Cultural (Cepac) e as *Cartas Cepró*. Tais documentos se encontram acessíveis para consulta nas respectivas bibliotecas de cada órgão e/ou no Arquivo Público do Piauí, exceto o acervo do Cepac, disponível e sob salvaguarda do Núcleo de Estudos e Documentação em História, Sociedade e Trabalho (Nehst-Uespi). Além disso, é importante informar que as *Cartas Cepró* são publicações de periodicidade variada, produzidas pela Fundação Cepró, atualmente denominada Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Piauí.

10 Para Mattos (2012), a principal contribuição da Antropologia para a História acontece no uso de conceitos e métodos, não necessariamente dos objetos.

rá ocorrer saqueamentos às residências e até mesmo as feiras livres que se realizam todos os sábados em sua cidade, onde não só agricultores, mas também camelôs, comercializam os seus produtos em praça pública. No entanto disse, ‘os segundos estão sendo ameaçados pelos primeiros’ (O DIA, 1979, ano 27, nº 7006, p. 03).

As fontes hemerográficas da época, em especial o jornal *O Dia*¹¹, logo em 1979, apontam as denúncias de governantes do interior que revelam a necessidade de se ofertar as obras emergenciais em seus municípios, alegando a ameaça de saques ao comércio e feiras pela multidão de flagelados. Tais revelações normalmente eram rebatidas pelos políticos opositores, alegando que ali se tinha uma tentativa da “indústria da seca”, prática em que os governantes implantavam no sentido de desviar recursos e/ou manter o seu curral eleitoral, perspectiva corroborada com a fala de Dona Espedita Araújo¹², ex-agente pastoral, que atuou na linha de frente em áreas do semiárido piauiense nos anos de 1980.

Essa questão dos ataques [saques ao comércio] era mais questão das cidades maiores, porque nas cidades pequenas podia deixar a bodega aberta [...] o pessoal dizia que era descendência de Lampião [...] lembro que o pessoal comentava [...]. A seca poderia até contribuir, pela necessidade, até porque quem fazia mais essa prática eram as pessoas da cidade, principalmente cidades que estavam se inchando, porque no campo as pessoas não tinham condição de plantar mais, a cada dia a concentração ia ficando mais forte [...]. A concentração de terra estava mais forte [...] todo esse quadro [...] obrigava as pessoas, muitas vezes, muitos das periferias nas cidades grandes, no caso que praticavam saques nas cidades maiores [...]. Pegavam armazéns [...], não eram saques de lojas de móveis [...] era fome mesmo [...] os saques mais comuns eram nos armazéns [...] (ARAÚJO, 2015).

11 Fundado em 01 de fevereiro de 1952, com circulação no Piauí, explora assuntos relacionados à política e questões locais de grande repercussão, seja da capital, seja do interior do estado.

12 60 anos de idade em 2015, quando se realizou a entrevista.

Também nos jornais de circulação local são poucas as evidências fáticas de saques no Piauí, que ganha amplitude apenas ao campo das ameaças sob a voz dos políticos. Apesar dos jornais não apresentarem fatos sólidos de saques, a grande quantidade de notícias sobre a temática demonstra o elemento importante que as *frentes de emergência* representavam para aquele período. Também é possível perceber o imaginário coletivo construído historicamente sobre a pobreza e seus perigos, dentre eles incluem a iminência de saques¹³. A população se utilizava de estratégias para pressionar o poder público ao tempo que existia uma exposição pública de suas misérias, aguçada pela seca, gerando visibilidade. Partindo dessa premissa, entende-se que:

[...] as ações empreendidas pelas multidões de retirantes constituem-se em atos de vontade que precisam ser examinados em sua própria especificidade e naqueles pontos em que se cruzam com as teias mais amplas das relações sociais. [...] Estas ações devem ser compreendidas tanto com relação ao curso dos eventos quanto ao entendimento subjetivo dos agentes envolvidos sobre suas próprias condutas, já que as intenções humanas, entre outros fatores, determinam seu comportamento (NEVES, 2000, p. 14).

Para Neves (2000), as ameaças de saques revelam a forma de negociar característica da multidão, sendo esta uma pressão direta sobre os representantes do Estado. O objetivo, segundo o autor, seria, na maioria das vezes, o alistamento e a distribuição de alimentos. Por esta análise,

13 Além de Frederico de Castro Neves, outro importante pesquisador sobre a questão dos saques no Ceará em tempos de seca é Tyrone Apollo Pontes Cândido. Para Neves (2000), que estudou os acontecimentos de 1877 até meados do século XX, há uma tradição de contestação e protestos durante as secas, transformando as obras públicas e outras formas de assistência como respostas do poder público aos saques e apaziguamento das ações de massa dos flagelados durante as estiagens. Por sua vez, Cândido (2014) analisa o período entre 1877 e 1919, os arranjos e desarrajos dos proletários das secas apontando suas resistências, não só através dos saques, mas também de greves, passeatas e assembleias públicas, denúncias em jornais e reivindicações a representantes políticos.

considera-se que a população sabia que quanto maior a pressão exercida sobre o comércio local e sobre os prefeitos, mais rapidamente as autoridades teriam que agir. Nesta perspectiva, a multidão não configuraria apenas uma reação biológica e ‘espmódica’¹⁴, mas atuando como um sujeito político em formação. A fome realmente é um elemento importante a ser considerado nas ações dos lavradores em tempos de seca, porém não prescreve nem determina as formas de ações da multidão, “não é uma resposta ‘natural’ ou ‘óbvia’ à fome, mas um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa coletiva a estratégias individualistas e familiares de sobrevivência (THOMPSON, 1998. p. 208)”.

Nessa linha, nas entrevistas¹⁵ realizadas com os ex-trabalhadores das *frentes de serviços*, questionou-se sobre os eventos de saques, invasão em fazendas, residências e comércios locais. Embora a maioria desses sujeitos tenha negado a ocorrência em regiões específicas, a referência aos saques pode ser percebida em jornais de circulação da época. Ao negar, os entrevistados utilizaram como argumento a possibilidade de alistamento, que seria inviável caso o sujeito tenha se organizado em grupos para cometer saques (BRITO, 2017, p. 47). É importante considerar que a negativa da prática das ações das multidões em saques compõe um quadro de estratégias de defesa dos trabalhadores, por se tratar de ações que configuram crime, além do zelo pela memória enquanto trabalhadores das *frentes de serviço*. Nesse sentido, a perspectiva teórico-metodológico de James Scott se torna bastante significativa a esta pesquisa:

14 De acordo com Neves, essas intenções deliberadas e estas estratégias nem sempre foram consideradas pelos estudiosos dos movimentos sociais populares rurais. Tais estudos estariam dentro de um campo chamado de “visão espmódica”, pela perspectiva de Thompson (1998).

15 Tais entrevistas foram realizadas durante o processo de produção de monografia de conclusão de curso em Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual do Piauí. Foram entrevistados 07 trabalhadores das frentes de serviço, que prestaram mão de obra nas cidades de Angical do Piauí-PI (localidades Baixão do Boi, Tabuleiro do Coco, Cachoeira, etc.) e Beneditinos-PI (localidades Canto do Correio, Ladeira e Tamboril).

As formas cotidianas de resistência camponesa não produzem matérias de jornais. [...] Há raramente alguma confrontação dramática, eventualmente digna de ser noticiada. E, sempre que o barco do estado esbarra numa dessas barreiras, a atenção é centrada no acidente e não na vasta agregação de microatos que resultaram na barreira (SCOTT, 2002, p. 13).

Logo, a análise dos periódicos merece uma observação acurada dos acontecimentos da época, bem como a necessidade de se ouvir os sujeitos trabalhadores¹⁶ das *frentes* de obras. Através da história oral, com entrevistas temáticas, buscar-se entender o dia a dia e a organização daquelas pessoas em torno do trabalho na lavoura e nas *frentes de emergência*, possibilitando a compreensão das experiências de classe, dos costumes em comum e das formas cotidianas de resistência.

Dona Maria Pereira do Nascimento Silva e o esposo João Alves da Silva, ambos lavradores aposentados¹⁷, trabalharam na construção de açudes, dentre outras atividades, financiadas à Fundo Perdido¹⁸, no município de Angical do Piauí-PI, dentro das *frentes de serviços* ativadas pelo Programa de Emergência de Combate aos efeitos da Seca. Dona Maria Pereira através da descrição da sua rotina de suas atividades no barracão, nos apresenta a dimensão das mudanças trazidas pelas *frentes de serviço* para o cotidiano daqueles sujeitos. Segundo ela:

Olha! O negócio era assim: eu trabalhava aqui e o meu esposo trabalhava em outra parte, de outro Fundo Perdido, então eu saía de manhã pra fazer o cafezinho, o leite, às vezes eu fazia até o chá, fazia da *rapinha de açúcar* pra levar, e fazia o que... pudim, bolo-frito e cuscuz. Eu chegava lá na barraca, que tinha uma barraca,

16 As fontes orais já consultadas também não confirmam a participação dos trabalhadores em movimentos de saques no Piauí. Julga-se, então, inoportuno analisar os saques enquanto movimentos de resistência e organização de classe nessa pesquisa.

17 Na data da entrevista, 2016, ela possuía 68 anos de idade, enquanto o esposo, 69 anos de idade.

18 Recurso disponibilizado pelo governo sem perspectiva de reembolso.

eles fizeram uma *barracona* pra *mode* eu ficar dentro, pra fazer o lanche, pra meio-dia despachar o povo, meio-dia não, era 10h. Dar o lanche o povo. Quando eu terminava de dar o lanche, eu juntava os *trem* tudo e ia ajudar a pegar o balde de lama e botar fora, eles cavando o cacimbão e nós ia ajudando esgotar e pegando os baldinhos e botando lá fora (NASCIMENTO SILVA, 2016).

As entrevistas permitem perceber para além daquilo que não se encontra nos documentos oficiais e/ou hemerográficos, “acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc. [...] informações inéditas podem ser resgatadas (ALBERTI, 2013, p. 30)”. A principal característica da história oral consiste na recuperação do vivido segundo a concepção de quem vivenciou.

[...] reconstituir o cotidiano não é muito fácil [...]. Mas é possível a um bom entrevistador obter descrições precisas de rotinas. De um lado, porque elas estão consolidadas na memória do entrevistado, que precisava dominá-las para poder viver e trabalhar. De outro, porque elas geralmente são informações *inofensivas* que nunca precisaram ser interpretadas ou reavaliadas ao longo da vida, ao contrário dos valores ou das experiências problemáticas (ALBERTI, 2004, p. 24).

Com a história oral, torna-se possível questionar e entender como essas pessoas experimentaram determinados acontecimentos, com um trabalho de organização, seleção daquilo que foi importante para o sentimento de unidade e identidade dos trabalhadores das obras contra a seca. Para Alessandro Portelli, os “fatos” do historiador e as “representações” dos antropólogos devem andar juntos nas análises:

Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem (PORTELLI, 1996, p. 111).

Trata-se de perceber como os fatos sociais se tornam coisas, mais especificamente como as “representações” se tornam “fatos”. As fontes orais dizem sobre os custos psicológicos, o que as pessoas fizeram, o que queriam fazer, o que acreditavam ter feito (PORTELLI, 2013). Essa subjetividade é rica de informações e o pesquisador precisa ficar atento às narrativas, às brechas, aos significados e aos sentimentos daqueles sujeitos da lavoura e do campo de obras, o que permite delinear os costumes e tradições a partir das experiências vividas.

Para Delgado (2010), a memória é o arquivamento do passado atualizado pelo tempo presente. Tempo e memória, nesse sentido, constituem-se num único processo. A autora ainda considera que a memória traduz registro de espaços, tempos, experiências, imagens, representações. As identidades são representações coletivas e não há identidade sem alteridade, sem comparação. No entanto, considera que a tendência é enfatizar a consistência da identidade e não a diferença. A história oral, nessa ótica, produz evidências sobre os processos históricos de reconhecimento de identidades e se observa que a coesão promove o autorreconhecimento de grupos sociais:

A identidade traduz um sentimento e uma convicção de pertencimento e vinculação a uma experiência de vida comum. A dinâmica constitutiva das identidades é a da experiência vivida, que pode vincular-se simultaneamente à alteridade e à igualdade. Ou seja, as identidades são constituídas por um mecanismo contrastante de afirmação das diferenças e de reconhecimento das similitudes (DELGADO, 2010, p. 71).

Desse modo, percebe-se a inter-relação entre identidade-representação-memória e a história oral como essencial para o conhecimento interdisciplinar dessas dinâmicas e processos específicos. O diálogo entre diferentes áreas do conhecimento gera e possibilita uma perspectiva múltipla e abrangente, dado as experiências humanas heterogêneas. A história oral, assim, permite um aspecto plural de análise e leva a com-

preensão das formas de pensar e as ações dos sujeitos no contexto abordado. Em particular, a subjetividade captada nesse tipo de fonte desvela a condição humana dos sujeitos, além disso, o diálogo e confronto com outros tipos de fontes permite ao pesquisador uma visão mais ampla dos acontecimentos.

O relato de Dona Maria Pereira, como visto, indica uma clara divisão do trabalho, mesmo sendo uma fala focado no período dela estar alistada nos trabalhos das *frentes de serviço*. Ela, procurando meios de manter a família, pois a lavoura nada produzia, por conta própria passou a vender lanches no campo de obras. O pagamento ela recebia dos próprios trabalhadores, no final do mês, quando eles também recebiam o salário das *frentes*. Isso demonstra as estratégias de sobrevivência da família rural, que se organizava em torno das *frentes* para obter o sustento familiar.

O senhor Raimundo Pereira do Nascimento¹⁹, irmão de dona Maria Pereira, também ex-lavrador angicalense, descreve que o alistamento se dava, naquela região, através do Exército Brasileiro, mais especificamente pelo Batalhão de Engenharia de Caçadores (BEC). “O BEC chegava lá na turma, lá no órgão de trabalho, aí fazia a ficha de cada um *cliente*, naquele momento que fazia a ficha já estava cadastrado, aí no próximo dia já ia trabalhar”, afirma Raimundo Pereira. Ele ainda destacou que a informação foi da cidade para a zona rural, local onde residiam, e quem fosse trabalhador rural deveria ir se alistar.

Já na cidade de Beneditinos, Raimundo Fernandes de Lima Neto²⁰, conhecido na região como Raimundo Macambira, trabalhou nas *frentes de serviço* e relata que por aquele município o alistamento ficava por responsabilidade do Departamento Nacional de Obras contra as Secas:

E aí, quando chegou 1982, meados já de 1982, chegou o alistamento, pelo Dnocs, convocando os trabalhadores rurais que estavam

19 Possuía 60 anos de idade em 2016, data em que a entrevista fora realizada.

20 Possuía 57 anos de idade em 2016, data em que a entrevista fora realizada.

com dificuldades, para se cadastrarem nesse programa do governo,, que tinha na época. Chamavam de Dnocs, outros até brincavam, chamavam de *Maguinu*, que o *cabra* entrava magro e saía nu (risos). Então, foi pelo ano de 1982, 1983, até o começo 1984 que foi quando o inverno voltou de novo (LIMA NETO, 2016).

Ainda de acordo com Raimundo Fernandes, as principais obras realizadas se davam na reconstrução e melhoria de estradas, perfuração de poço cacimbão, além disso, os maiores projetos se destacaram na construção de barragens e açudes. Obras poderiam ser realizadas em propriedades particulares desde que o fruto daquele investimento pudesse servir à população vizinha:

E o serviço era consertar estrada, melhoria de estrada, perfurar poço-cacimbão, que as águas eram difíceis, não tinha. O maior projeto, o plano do projeto era fazer açudes, pequenos açudes, escavação de pequenos açudes, para quando viesse chuva garantisse maior segurança para aquelas pessoas que tinham dificuldades de viver naquela situação. Faziam barragens em setores mais próprios de ajuntar água, e a vida era desse jeito, a época foi uma dificuldade para quem não tinha condições de sobreviver de outra maneira. O jeito era se alistar nesse programa de governo, e feliz era aquele ainda que se alistasse. Porque não tinha mais outro apelo (LIMA NETO, 2016).

O senhor Raimundo Fernandes disse não ter certeza quanto ao valor exato do pagamento, mas arrisca estipular uma faixa de 15 mil cruzeiros (moeda corrente na época) por mês. Na região que ele trabalhou, a partir da metade do programa, passaram a receber também alimentos, no caso, apenas feijão: “agora em algumas regiões até saía cesta completa, o café, o açúcar também, mas aqui não saiu. Aqui só saiu o feijão!”. O pagamento era realizado pelo Dnocs em datas já preestabelecidas. A dinâmica do serviço era organizada metodicamente, como ele detalha:

E a frente de serviço se trabalhava, se juntava depois do alistamento, fazia uma reunião, eram as turmas de 20 homens até 25 homens, outras com 15. Aí se escolhia um cabo de turma, entre aqueles ali, os trabalhadores mesmo escolhiam um que achavam melhor, aquela pessoa era o *apontador*. Apontava, marcava as diárias dos trabalhadores e era quem comandava mais o serviço, era aquele cabo de turma. Era quem apontava as diárias dos trabalhadores, a gente não ia se importar em dizer ‘eu trabalhei tantos dias’ não, o apontador estava lá, todo dia que você estava lá ele marcava lá na cadernetazinha, na agenda ele marcava os dias. E isso foi até meados de 1984 quando terminou (LIMA NETO, 2016).

Observa-se uma clara divisão das atividades e uma solidariedade entre os trabalhadores, que formam estratégias para permanecerem no trabalho. Há uma organização em quantificar a totalidade de trabalhadores em um grupo, este sendo regido pela figura de um líder eleito entre eles mesmos. E para participar do processo de seleção, teria que apresentar testemunhas que não era comerciante, proprietário ou dono de grandes criações de animais, de acordo com o senhor Raimundo Fernandes. Existe, assim, um vínculo entre os sujeitos e fortalecem uns aos outros, numa rede de apoio.

O início do serviço era mais conturbado em razão de consistir o momento de maior concentração de mão de obra, com o intuito de evitar a avalanche de flagelados nos centros urbanos e a grande migração. Os trabalhadores também sentiam o impacto a respeito do tempo e da disciplina de trabalho, como se percebe na fala do senhor Raimundo Pereira:

Porque na roça era o seguinte, digamos que eu vou trabalhar pra mim mesmo, eu posso chegar lá 9h. O horário de eu sair da roça no meio dia, quem vai dizer sou eu. Eu posso sair 12h, 13h. Muitas vezes eu só quero ir uma vez durante o dia, porque à tarde o sol é muito quente, eu só faço um horário. Aí saio da roça 12h, 12h30min, 13h e venho pra casa fazer o almoço. Porque num período desse que está quente não é todo ser humano que aguente

trabalhar o dia todo. [...] Chegar cedo, antes do sol esquentar, por que se passar mal quem é que vai socorrer? (PEREIRA DO NASCIMENTO, 2016).

A organização do tempo e trabalho nas *frentes de serviço*, segundo os entrevistados, o horário de cada espaço de trabalho variava conforme ajustes feitos com os chefes encarregados, quase sempre obedecendo ao padrão médio de 8 horas diárias, em dois turnos, manhã e tarde, com exceção das mulheres que trabalhavam apenas no turno matutino. Há uma coordenação entre os trabalhadores para fazer força no sentido de diminuir a carga de trabalho, como se observa, inclusive com diferenciação para as mulheres.

O controle do tempo se relaciona com a disciplina de trabalho. O senhor Joaquim Antônio do Nascimento²¹, também lavrador aposentado angicalense, conta que ao trabalhar nas *frentes de serviço* da localidade Cachoeira, inicialmente em dois turnos, das 07h às 11h e 13h às 17h, observou um princípio de motim. A razão seria porque o Cabo²², responsável da obra, aumentou o tempo de serviço para as 17h30min, passando assim a trabalhar mais trinta minutos sem aumento salarial ou pagamento de hora extra.

Teve um dia que o Cabo chegou e disse: “Olha, a partir do final da semana nós vamos trabalhar até cinco e meia [17h30min]”. Quando começamos na segunda-feira, no começo da semana que ele falou pra aumentar as horas, um dos que estava mais nós falou: “Eu mesmo que não vou trabalhar até cinco e meia, eu não sou nem filho de uma égua”. Quando foi na segunda-feira mesmo, quatro horas da tarde, chegou só um soldado e disse: “Olha, Chico Pinto (que era o apontador), você é até cinco e meia”. E ele disse “tá bom!”. [...] Aí eu disse para o cara que ia falar com o Cabo: “Rapaz, tu disse que ia falar pro Cabo, o Cabo não veio, veio foi o

21 Com 72 anos de idade na ocasião da entrevista, em 2016.

22 Faz-se necessário lembrar que naquele município as frentes de serviço eram organizadas pelo Exército.

soldado, o soldado é homem como nós e tu não falou por quê?” [...] Nesse dia teve confusão! Um companheiro meu disse: “se ele baixar o facão, eu derrubo ele com a chibata!” (ANTÔNIO DO NASCIMENTO, 2016).

A rotina dos operários da seca, como se observa, era sob pesada disciplina, esfomeados e enfraquecidos, debaixo do sol causticante, e ainda tendo que cumprir rígidas regras, sob pena de resultar em desconto salarial através da supressão do registro do ponto de presença ou até mesmo perder o serviço de uma vez por todas. Há de se perceber o quanto podia ser rigoroso o sistema de trabalho vivenciado pelos trabalhadores nas obras de combate aos efeitos da seca. O dia a dia pautado pela hierarquia, divisão do trabalho, horário rigoroso, nova lógica temporal (quando comparada com o tempo de trabalho no roçado), numa sociedade que se prende aos valores da moral, bons costumes, ordem e disciplina.

Entretanto, é possível perceber aquilo que James Scott chama de *estratégias silenciosas de resistência* cotidianas do campesinato. O próprio Joaquim Nascimento admite em sua fala: “Se aumentasse a meia hora, tinha que aumentar o ordenado da pessoa! Quem trabalha em firma, a hora extra é outra, é o dobro. E lá não teve! Se teve, o cabo foi quem comeu! [...] Mas essa meia hora podia levar de qualquer maneira, 30 minutos você leva até conversando, né?”. Para Scott (2002), essas estratégias de resistência são testadas no cotidiano das relações de poder em que estão envolvidos, ligadas por um senso de justiça. Os trabalhadores se considerando demasiadamente explorados no serviço passam a fazer *corpo-mole* no campo de obra, através da *enrolação*.

Considerações finais

O Programa de Emergência de Combate aos efeitos da Seca estava intrinsecamente ligado à criação de *frentes de serviços*. Estas tiveram como justificativa a oferta imediata de emprego, na situação de calamidade. Surgiram para deter a tendência aos deslocamentos, alternativa clássica dos trabalhadores em busca de sobrevivência. A retenção dessa mão de obra interessou, sobretudo, aos proprietários de terra que, durante a crise, tinham assegurada a força de trabalho para as benfeitorias e aos governantes locais, que se beneficiavam politicamente.

Consequentemente, os mais afetados em todo esse quadro foram os camponeses, visto que as medidas tomadas foram apenas paliativas, de maneira a amenizar o problema momentaneamente, garantindo a subsistência da população que sofria com os efeitos da estiagem. População esta que se via obrigada a migrar, em busca de melhores condições de vida, ou perecer esperando dias melhores.

A seca está para além de um fenômeno climático, devendo se considerar que a esteira de consequências alenta interesses econômicos múltiplos que não estão circunscritos apenas à região flagelada. A fome e a seca, assim, compõem um quadro estrutural. A seca provoca a fome generalizada que leva os sertanejos a movimentarem-se em busca de alimentos e que, famintos, passam a tomar atitudes desesperadas. E as *frentes de serviço* proporcionavam uma expectativa da população em torno das possibilidades de trabalho, uma organização a partir do acesso a esse trabalho e uma organização do seio da família em torno deste. Observa-se ainda que existia uma clara divisão das atividades e uma solidariedade entre os trabalhadores, que formam estratégias para se manterem no trabalho. A vida desses trabalhadores também seria modificada em outro aspecto, aquele que tange ao tempo e à disciplina de trabalho.

Os operários, portanto, vivenciaram uma experiência histórica que lhes foi singular. A condição limite foi o diferencial para que múltiplas

relações de trabalho fossem estabelecidas. O local distinto de trabalho, o cotidiano e o aprendizado compõem o rico arsenal das vivências desses indivíduos. A teia tramada logo envolveu as mais variadas esferas, tanto aquelas no meio religioso e cultural, quanto às esferas sociais, econômicas e políticas.

Referências

Fontes Orais

ANTONIO DO NASCIMENTO, Joaquim & NASCIMENTO, Marcelina Pereira do. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Angical do Piauí, 20 ago. 2016.

ARAÚJO, Espedita da Silva. **Entrevista concedida a Cristiana Costa da Rocha**. Teresina, 19 set. 2015.

LIMA NETO, Raimundo Fernandes de. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Beneditinos, 01 out. 2016.

NASCIMENTO SILVA, Maria Pereira do. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Angical do Piauí, 19 ago. 2016.

PEREIRA DO NASCIMENTO, Raimundo. **Entrevista concedida a Lucas Ramyro Gomes de Brito**. Angical do Piauí, 20 ago. 2016.

Fontes hemerográficas

Jornal *O Dia* (Jan. 1979 a Nov. 1979).

Bibliografia

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. História e Antropologia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronado (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BANDEIRA, Wiliam Jorge. A nova dinâmica do setor rural piauiense. *Carta Cepra*, Teresina, v. 15, n. 1, p. 46-55, 1994.

BRITO, Lucas Ramyro Gomes de Brito. **Os trabalhadores e as frentes de emergência: o Piauí na seca de 1979-1983**. Monografia (Licenciatura Plena em História) - Centro de Ciências Humanas e Letras. Teresina: UESPI, 2017.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. **Proletários das secas**: arranjos e desarranjos na fronteira do trabalho (1877-1919). Tese de Doutorado em história, Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2014.

CPT; CPAC; IBASE. **O genocídio do Nordeste (1979-1983)**. São Paulo: Hucitec, 1988.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GARCIA JR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões

e categorias, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do conceito de camponês. **Revista NERA (UNESP)**, ano 11, n. 12, pp. 57-67, jan.-jun. 2008.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

_____. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronado (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Economia moral em James Scott e as perspectivas de seus críticos. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 39, n. 2, pp. 225-240, jul./dez. 2019.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v. 2: estratégias de reprodução social**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. **A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios.** ética, memória e acontecimento na história oral. Lisboa: Edições Unipop, 2013.

ROCHA, Cristiana Costa da. Diálogos Contemporâneos: Movimentos Sociais, Movimentos Populares: possibilidades de pesquisa na contemporaneidade, com os professores, **Simpósio Nacional de História**, 31, 2021, Rio de Janeiro: UERJ, UVA, 23 jul. 2021. 1 vídeo (1h:52min). Disponível em: < <https://youtu.be/FNEAJ1tTeZI>>. Acesso em 02 ago. 2021

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

_____. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5, Brasília, p. 217-243, jan.-jul 2011.

_____. **A dominação e a arte da resistência:** discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2012.

SHANIN, Theodor. **Naturaleza y logica de la economia campesina.** Barcelona: Anagrama, 1976.

_____. Lições camponesas. In: PIAUILINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa, vol. 2:** a maldição de adão. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012a.

_____. **A formação da classe operária inglesa, vol. 3:** a força dos trabalhadores. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012b.

_____. **A formação da classe operária inglesa, vol. 1:** a árvore da liberdade. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

VELHO, Otávio Guilherme A. C. O conceito de camponês e sua aplica-

ção à análise do meio rural brasileiro (1969). In: WELCH, Clifford Andrewe *et. al.* **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v. 1. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e cam-
pesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.
11, n. 2, 30 set. 2003.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra**: a
lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, UnB, 1997.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se *neguceia*: o campesinato
como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 87, p.
11-73, 1990.

“ELE ERA UM VENDEDOR AUTÔNOMO, APENAS”

Lei nº 4886/65 e reflexões sobre relações de trabalho e costumes no meio rural

Lia Monnielli Feitosa Costa

Introdução

A história agrária brasileira tem vivido um importante momento de revigoração face às mudanças provocadas pelo debate cada vez mais fecundo – e interdisciplinar – entre as diversas áreas das ciências sociais, e destas com outras áreas de conhecimento, que outrora permaneciam estáticas, e com as quais se julgava trabalho forçoso qualquer diálogo por parte do historiador. A própria História da Agricultura brasileira durante muito tempo foi pensada e problematizada enfatizando-se seu caráter exclusivamente econômico, enfatizando ainda em caráter positivista apenas personagens centrais e renegando ao esquecimento um sem-número de sujeitos que não fazem a história do campesinato, mas a “sofrem”, no sentido de que se tornam elementos ausentes, assim como suas experiências e estratégias de vida. Para que este passado possa ser pensado de forma que todos os atores sociais sejam contemplados nes-

ses vários brasis que se entrelaçam nas fronteiras do rural, o historiador se atenta não apenas às mudanças com relação à metodologia, mas também quanto à problemática das fontes, e as diversas pesquisas com possibilidade de brotar.

Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva em *História da Agricultura Brasileira - combates e controvérsias* já denunciavam a parca produção historiográfica destinada a refletir sobre a condição própria do país, que atualmente usa como mote maior veiculado às pompas nas propagandas de tv, *o agro é pop*:

É incrível como um país cuja base foi até ontem quase só a agricultura não tenha aprofundado conhecimento desse aspecto, infraestrutura de tudo mais. Sem o seu domínio todo o processo peço pela falta do fundamental. O que é a historiografia referente à agricultura, no entanto? Relativamente pequena, é reduzida a poucos títulos, cuidando do conjunto ou de algum produto, certa técnica, mão-de-obra e outros temas. Tudo de maneira incompleta, às vezes nada além de sugestões. E assuntos básicos são ignorados, como o caso da terra, à espera de pesquisas (LINHARES; TEIXEIRA, 1981 p.8)

Tal preocupação dos autores se torna mais assertiva ainda no contexto atual, onde o agronegócio se alastra pelo país fortalecido por medidas do governo que com frequência tenta afrouxar a fiscalização de combate ao trabalho escravo, preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, ocasionando uma verdadeira “ciranda” maldita, onde trabalhadores, ativistas, e demais atores sociais que lutam pelo reconhecimento de seus direitos seja no espaço rural ou urbano, se tornam os anti-heróis do “progresso” do *agro*. O cenário é ainda mais agravante em virtude de esta visão sobre o passado estar se tornando a verdadeira premissa das gerações mais jovens, ou seja, o apoio da mídia somado à era em que as *fake news* alcançam com rapidez o status de verdade, faz com que cada vez mais pessoas continuem desconhecendo o passado agrário

em toda a sua complexidade e problematizações, dificultando também, acessar e entender um processo mais amplo de lutas.

Todavia, no campo historiográfico — por primazia onde devem se operar estas questões — alcançamos importantes mudanças que diversificaram a história social da agricultura e a fizeram extrapolar o campo exclusivo da economia pois “(...) ‘qualquer história’ que se isola num determinado campo ou setor (no caso vertente) — o econômico —, sem levar em conta o contexto geral, ou o sistema global, perde todo o seu valor explicativo” (TEIXEIRA; LINHARES, 1981, p. 89). Uma dessas mudanças diz respeito às fontes, novas abordagens bem como metodologias de pesquisa, reforçadas aqui por uma verdadeira “cruzada de recuperação e organização de acervos documentais”, nas palavras de Márcia Motta e Elione Guimarães (2007) ao analisarem em que medida as sugestões pertinentes de Linhares e Teixeira foram acatadas por historiadores, comungando seus esforços com arquivistas, bibliotecários e demais pesquisadores que se debruçaram em preservar, catalogar e disponibilizar os vários registros escritos perdidos no “mar de sargaço” das repartições públicas, nas fazendas antigas, e em muitos outros lugares onde o descaso dos governantes considera tais documentações como “arquivos mortos”.

A abordagem Thompsiana, que destaca o valor da experiência para entender as múltiplas dimensões do social, e o papel da luta de classes como um prisma conceitual, donde os modos de pensar e agir de homens e mulheres podem ser analisados, torna-se bastante pertinente para refrescar os estudos de história social. Além disso, no rescaldo de fontes outrora analisadas, pudemos nos deparar com outras narrativas possíveis, à luz do conceito de economia moral dos pobres, bem como suas interpretações acerca da lei e da justiça. Uma questão importante levantada por Motta e Guimarães diz respeito ao fôlego de pesquisa adquirido com a análise das fontes judiciárias e as várias perspectivas plausíveis no que diz respeito à propriedade da terra, ou seja, é preciso

levar em conta as possíveis leituras da lei e a maneira como agentes sociais distintos buscaram acioná-la na defesa de seus direitos. Desconsiderar este aspecto como uma questão que não altera o resultado da apropriação territorial é perder a oportunidade de se perceber a historicidade da luta pela terra no país. (MOTTA, GUIMARÃES. 2007, p. 6)

Tratando especificamente das fontes judiciárias — com base nas quais se construiu este texto — o acesso à justiça permitido a todos os cidadãos fez com que cada vez mais atores sociais outrora marginalizados protagonizassem dissídios trabalhistas no campo, buscando cada vez mais a lei e a justiça como dispositivos para enfrentamento de empregadores, fazendeiros e proprietários, ainda que o andamento dos processos fosse lento e problemático. Para os historiadores, as estratégias utilizadas pelos envolvidos, as interpretações da lei dentre outros aspectos são importantes para traçar um fio condutor que reconstrói a história da propriedade da terra em determinada região. Dessa forma,

No campo da história social, as fontes judiciais constituem um vasto repertório para os estudos, principalmente, da história do cotidiano e da luta por direitos, encetada por homens e mulheres anônimos, escravos, indígenas, e os assim chamados “trabalhadores livres”, além das diversas concessões em jogo acerca das leis, dos direitos e da justiça. (GOMES; TEIXEIRA, 2013, p. 26)

No entanto, o trabalho com estas fontes pode estar seriamente comprometido em virtude do descaso ser constantemente reforçado pelos dispositivos legais (tais como a lei n.7.627, de 10 de novembro de 1987, que autoriza a eliminação de autos findos e arquivados há mais de cinco anos) sob argumentos vazios como falta de espaços para conter os acervos documentais ou ainda recomendando construir “amostras representativas do universo documental”. Ao discorrer sobre estes precários argumentos, Gomes e Teixeira apontam os problemas da “solução da eliminação” já largamente praticada na Justiça do Trabalho:

Em breves palavras, tais critérios ou são subjetivos (como definir o que é ou não histórico?), ou amputam irreversivelmente os documentos (no caso de preservação apenas de determinadas peças processuais, como sentenças e acórdãos), ou, em conformidade com o método da amostragem “cientificamente orientada”, colocam em risco o “documento excepcional”, aquele que não é representativo de algo e constitui uma via rara de acesso a fenômenos e significados de extrema relevância para esse ou aquele aspecto da experiência histórica” (GOMES, TEIXEIRA. 2013, p. 28)

O texto em questão tem como objetivo promover a reflexão acerca das diversas relações de trabalho que se desenvolvem no meio rural e como elas são contempladas no campo do Direito, ou seja, como o aparato jurídico delinea as funções e até certo ponto pende a balança em benefício de proprietários.

O caso que estamos à espreita diz respeito à ação trabalhista movida por Antônio Mário¹ contra a fábrica GECOSA-INDÚSTRIAS INTREGRADAS GERVÁSIO COSTA S/A, empresa na qual trabalhou de janeiro de 1983 a dezembro de 2006, como representante comercial autônomo. A ação consiste em um pedido de indenização mediante o que é externado pela Lei nº4886/65, tratando algumas peculiaridades ainda do relatório da primeira sentença.

Entendendo o caso

Em 2006, a fábrica GECOSA S/A, localizada no município de União-PI, no povoado Novo Nilo, já não vivia os tempos áureos da indústria extrativista no Estado. O acentuado declínio comercial do que passou a ser a mola motora da fábrica – o babaçu – acarretou esgotamento da empresa, movido por uma junção de fatores. Um projeto encaminhado

1 Para preservar o nome real da vítima, utilizamos aqui um pseudônimo.

ao BNDES PAR-BNDES PARTICIPAÇÕES S/A em 1982, solicitando participação acionária para modernização e ampliação do aproveitamento da amêndoa do babaçu, já apontava obstáculos significativos para a continuidade da extração, uma vez que a fronteira do agronegócio já penetrava na região, definida com região do EntreRios, através de um número crescente de projetos agrícolas e agropecuários avança a cada dia na derrubada de nossos melhores babaçuais para introdução de culturas de outras regiões, como o eucalipto e o pinho, além de outras já da própria região, como o caju, o coco da praia, a cana-de-açúcar (para o PRO-ÁLCOOL). (BNDES, 1982)

Percebemos neste ponto que o Estado estava voltando sua atenção para a produção de outras culturas e escanteando a cadeia produtiva do babaçu. Em contrapartida, a década de 1980 é marcada pelo acirramento de conflitos no campo, ocasionados pelo descontentamento e vontade de justiça em prol da terra livre, protagonizados por homens e mulheres que em seu comungar de experiências como elementos importantes de uma cadeia exploratória que enleva quebradeiras de coco, migrantes, escravizados, lavradores, fomentam desejo de classe e de viver dias melhores.

É ambientado neste bojo que seguimos a história de Antônio Mário, contratado em 25 de janeiro de 1983 como vendedor autônomo da referida empresa, ou, conforme nomeação jurídica, representante comercial autônomo. Durante mais de 20 anos o trabalhador exerceu sua função perante a empresa, demonstrando pelo tempo de serviço, que os proprietários também confiavam em seu trabalho. Assim descreve o advogado Jose de Anchieta Gomes Cortez ao desenvolver o parecer sobre o porquê de a reclamada (GECOSA) ter rompido o contrato com o empregado:

O rompimento do contrato teve como causador a Reclamada, que de forma unilateral passou a restringir a atuação do reclamante, e

finalmente a desconfiar do seu trabalho, colocando um supervisor para lhe acompanhar nas entregas da mercadoria.

Ao procurar a empresa para saber o motivo da fiscalização de forma coercitiva e incriminadora sobre seus trabalhos de entregas, teve a afirmativa de que seria daquela maneira a situação.

O Reclamante com mais de 20 anos de trabalhos na empresa, sempre prestando seu serviço de forma honesta e transparente, se sentiu humilhado e ferido em sua índole, sentindo-se rompido o contrato, por culpa exclusiva da Reclamada, pois não cometeu nenhuma falta prevista na Lei 4.886/65. (BRASIL, 2008)

As colocações feitas pelo advogado chamam atenção para alguns aspectos importantes. Primeiramente, conforme ressaltado anteriormente havia uma relação de confiança entre empregado e empregador, a tal ponto que o fato de colocar uma pessoa para vigiá-lo só veio a acontecer perto do mesmo ser demitido. Deixemos para falar sobre o motivo da vigília do ofício mais à frente e vamos nos ater a relação de trabalho em si. A força que endossa indignação de Antônio Mário é o caráter paternalista que permeia as formas de trabalho no campo e potencializa a dependência do trabalhador em relação ao empregador, neste caso, num contexto de uma fábrica rural. As trocas de favores e o caráter de aconchego familiar criam um elo de dependência que se fortifica à medida que o trabalhador permanece na condição sem um horizonte alternativo para sobrevivência. Tal aspecto é percebido por Cristiana Rocha² ao debruçar-se sobre os escritos de Simplício Mendes, intelectual atuante em vários campos como o Direito e proprietário de terras³. Em suas análises, a autora pontua que:

2 Ver “Em defesa do Direito de Propriedade: considerações sobre a vida e obra de Simplício Mendes”. In: MOTTA & PARGA. Márcia, Pedro (org.). **Intelectuais e a questão agrária no Brasil** [recurso eletrônico]. – Seropédica: Ed. da UFRRJ; Lisboa: Proprietas, 2020.

3 Simplício Mendes foi “magistrado, jurista, jornalista, escritor, membro e presidente da Academia Piauiense de Letras. Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife (1908), juiz de direito nos municípios de Piracuruca e Miguel Alves, desembargador e presidente do Tribunal de Justiça e um dos fundadores da Faculdade de Direito do Piauí e seu professor catedrático de Teoria Geral do Estado, também ensinou Direito Constitucional na mesma faculdade” (ROCHA, 2020, p. 179).

Simplício, um típico proprietário de terras da região, evidencia em seus escritos um paternalismo rígido, que nos faz ouvir vozes da nossa velha herança rural. O “aconchego familiar” que o termo paternalista nos sugere é demasiadamente distante das reais condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais em condições de agregados, ou como muitos se definem, “cativos” à terra. (ROCHA, 2020, p. 195)

Uma das maneiras que o paternalismo se fragmenta é quando há a quebra dessa relação de confiança, conforme explicitado pelo defensor ao afirmar que a fiscalização foi feita de forma “coercitiva e incriminadora” algo que no empregado provocou um sentimento de indignação, “se sentiu humilhado e ferido em sua índole”. Percebemos aqui que o advogado tem consciência de que o argumento que ora se constrói baseado no sentimento de ingratidão do empregado em relação à empresa não seria o suficiente. Ele destaca então a Lei 4.886/65 que regula as atividades de representantes comerciais autônomos, profissão que diz respeito à

pessoa jurídica ou a pessoa física, sem relação de emprego, que desempenha, em caráter não eventual por conta de uma ou mais pessoas, a mediação para a realização de negócios mercantis, agenciando propostas ou pedidos, para, transmiti-los aos representados, praticando ou não atos relacionados com a execução dos negócios. (BRASIL, 09 de dezembro de 1965).

A definição exposta no Artigo 1º é fundamental para entendermos em primeiro lugar, sobre a necessidade de regulamentação de uma profissão que durante muito tempo estabeleceu-se com base em acordos verbais, — “vendedor” — que negocia os produtos pelos armazéns, e também revela a peculiaridade deste vínculo empregatício, a capacidade de autonomia. Outro aspecto que despertou interesse tanto no meio jurídico quanto no meio acadêmico é justamente em razão do “expressivo número de empregadores que optaram por essa modalidade de contratação” (COELHO,

apud CATALDO, 2020). A Lei nº 8420 de maio de 1992 introduziu alterações que traz benefícios a empresários e produtores. Um destes benefícios reside no fato de que, empresários tentando driblar os encargos trabalhistas que advém com a contratação de vendedores, acabam por contratar representantes comerciais, cujas características de vínculo empregatício e autonomia são seus diferenciais em relação à outra categoria profissional. A palavra-chave que impera para fins de decisão jurídica aqui é *subordinação*. Antônio Mário reclama em virtude da quebra de contrato a indenização de 1/12 avos do total da retribuição auferida até a data de rescisão, ainda nos termos do que prevê a Lei nº 4.886/65. Entretanto, após analisar as partes o juiz julga improcedente a reclamação e constrói seu argumento com base nas delicadas linhas que regem esta relação de trabalho, e tenta analisar de maneira plausível a questão da subordinação frente ao direito costumeiro, visto como obstáculo para a efetiva aplicação da lei.

Subordinação versus evocação de direito costumeiro

O argumento do juiz se inicia retomando a definição do que se constitui um representante comercial autônomo de acordo com a Lei nº 4.886/65 em seu Artigo 1º, engatando em seguida que

Pela conceituação legal é fácil perceber que a pessoalidade, a onerosidade e a não eventualidade na prestação do serviço não podem e não devem ser tomadas como elementos distintivos entre a representação comercial autônoma e a relação típica de emprego, isto porque presentes em ambas, via de regra. (BRASIL, 2008)

O elemento pessoal é posto de lado aqui para se concentrar na esfera de subordinação, como se fosse possível separar um elemento do outro, em se tratando de relações de trabalho construídas em uma fábrica rural. O movimento do juiz é no sentido de entender a impessoalidade da lei, já o advogado, conforme mencionado anteriormente, é de apelar

pelo histórico de bom trabalhador da vítima Antônio Mário e toda a sua trajetória construída perante a fábrica. O grau de subordinação é o que diferencia o autônomo do empregado, ou seja, quanto mais atividades o trabalhador realiza em nome da fábrica e para a fábrica (vendas, cumprimento de horários de trabalhos exigidos, cobranças excessivas, capacitação do profissional por parte da empresa, estabelecimento de metas), maior o grau de subordinação e o trabalhador dessa forma se aproxima mais do que se considera um empregado. Quanto mais liberdade o trabalhador atua, é considerado autônomo.

Entretanto, como o próprio juiz ressalta,

Não há, porém, nas relações da espécie, nenhum parâmetro fixo a nos mostrar quando está presente o elemento subordinação, característico da relação de trabalho, razão por que cada caso deve ser analisado individualmente, de acordo com suas peculiaridades. (BRASIL, 2008)

A questão levantada pelo juiz é bastante pertinente em se tratando de uma fábrica que tem como matrizes relações que se se inter cruzam e tem como elemento em comum a terra. A situação em que tais relações são forjadas – o meio rural – só desnudam cada vez mais a linha tênue que diferencia trabalhador autônomo do empregado. De acordo com Cataldo (2020 p.7) “A relação de emprego é regida conforme as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, a relação de trabalho regida pelo código civil, comercial ou por lei própria.” A lei reconhece que das duas partes, o representante comercial se constitui como a parte mais vulnerável, em função da própria maleabilidade proporcionada pela escusa das empresas em estabelecerem o vínculo empregatício em virtude do peso dos encargos trabalhistas. Como então entender que a reclamação da vítima Antônio Mário foi julgada improcedente?

Para que possamos refletir mais sobre a aplicação da Lei neste caso específico e o meio fabril rural, é preciso considerarmos que o direito não é estático e incólume às questões sociais do seu tempo, ou seja,

Não é possível esquecer que o direito é um produto histórico e, por isso, a compreensão das categorias e dos institutos jurídicos, bem como das suas implicações na realidade, não pode estar distanciada do estudo e da reflexão a respeito das diferentes temporalidades e localidades em que foram pensados e idealizados os diferentes direitos. (STUART JR, 2005, p. 159)

A fim de açambarcar o expressivo aumento de pessoas que se qualificavam como representantes comerciais autônomos e aliar aos interesses de empregadores, percebemos que a lei cria um dispositivo que tenta delinear os contornos dessa relação de trabalho e suas possíveis brechas. Entretanto, há um elemento que se encontra camuflado, ou tal qual pontua Thompson (2016, p. 86) “na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume”.

O direito costumeiro⁴ é o que fundamenta a economia moral entre os trabalhadores fabris herdada das mesmas relações que se constituem entre os camponeses. Muitos desses trabalhadores são operários e camponeses. Os trabalhadores campesinos que se tornam paulatinamente trabalhadores fabris perpetram seu caráter de “cativos da terra”, uma vez que as relações de trabalho, redefinidas pelo capitalismo, subordinam a ele, devido ao valor agregado à terra. A produção basicamente familiar é uma combinação de forças entre plantio de subsistência e cotidiano na fábrica, havendo ainda pagamento de renda em virtude do uso da terra, que também pertence ao proprietário da fábrica. Em estudo sobre trabalhadores migrantes cearenses na região do EntreRios e a constituição de suas redes de solidariedade, Costa (2020, p.80) percebe que:

4 Em estudo sobre os escritos do intelectual piauiense acerca da propriedade no Piauí, Costa (2020, p. 181) pontua que “Simplicio se move pela urgência sentida em relação à demarcação de terras na província, no sentido de fazer valer a propriedade privada da terra em um contexto de (re)definições em relação ao direito, no qual se estabelecia o conflito entre a propriedade privada e o direito costumeiro. De outro modo, o que lhe escapa é a percepção de que o direito costumeiro se assentou na mentalidade da população de pequenos e médios posseiros e agregados.”

Este grau de proximidade entre proprietários e agregados, tão caro para a sobrevivência desses camponeses pobres, fundamenta-se na relação público-privado; se no público o patrão é o bom moço, que bebe “pinga” com os empregados e dá conselhos, assim como o agregado revela-se submisso e conformado com a sujeição, no privado o lugar social é bem delimitado, tanto com relação às tarefas incumbidas, como também expectativas restringidas. O discurso público esconde jogos de intenções de dominantes e sujeitos subordinados. A “benevolência” do patrão se destrincha para revelar perdas e ganhos para os camponeses.

Podemos dizer que o grau de proximidade fez a vítima crer que construiu uma relação sólida e inabalável com os patrões, pelo menos até o momento em que seu trabalho passou a ser alvo de desconfiança. Como podemos perceber estas relações de proximidade se configuram para o espaço da fábrica, e são justamente os acordos verbais que cerceiam e, por vezes, tornam nebuloso para o trabalhador em que ponto está o caráter da subordinação, tão caro ao campo jurídico.

O ressentimento do trabalhador para com a empresa na qual trabalhou por mais de 20 anos condiz com o embate que se entrava entre o direito costumeiro forjado nas relações da fábrica rural e o que se pretende seguir através da Lei que tende a beneficiar mais os proprietários e empregadores. Conforme assinala Thompson (2016, p. 88):

Se as lembranças dos mais velhos, a inspeção e a exortação tendem a estar no centro da interface do costume entre a lei e a práxis, o costume passa no outro extremo para áreas totalmente indistintas – crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamentamento. Essa área é a mais difícil de recuperar, precisamente porque só pertence à prática e à tradição oral.

Essa tradição oral se faz presente até os dias atuais, construindo na mentalidade dos trabalhadores o sentimento de pertença, de justiça e de

direito. A confluência de experiências deu gás a estes sentimentos.

Marcos Oliveira dos Santos em sua monografia sobre experiência de trabalhadores no Novo Nilo percebeu que os moradores e trabalhadores da fábrica GECOSA não apenas estavam presos pela sobrevivência na terra — a condição de moradia — mas também pelo emprego na fábrica, que fomentava naquelas pessoas anseios de uma vida melhor ao passo que acentuava o grau de vulnerabilidade:

Com a criação da fábrica os sujeitos que até então lidavam com trabalho na terra foram incorporados ao sistema fabril, nessas novas condições foi criada uma nova sistemática de arrecadação, pois o morador era obrigado a vender amêndoa do coco babaçu exclusivamente para a GECOSA S/A, sob ameaça de despejo caso não obedecessem a essa ordem. (SANTOS, 2021, p.37)

O descontentamento não só em função da espoliação do trabalho na fábrica, mas também na terra em que viviam, junto a greves dos trabalhadores fabris ocorridas anos mais tarde em função do atraso de salários (2014 a 2016) nos dão pistas de que, aos poucos, foi se formando entre aquelas pessoas um sentimento de classe, ou o que estivesse no raio de expectativa delas que os uniam enquanto grupo para lutar pelos seus direitos. Relembrando que esta região específica do EntreRios é palco de conflitos possessórios em favor de uma terra livre, protagonizados por agricultores, migrantes, quebradeiras de coco, trabalhadores livres escravizados em outros destinos, homens e mulheres outrora sujeitos comuns, mas que passaram a ter nomes destacados em processos cíveis registrados no TRT⁵. Em seus estudos sobre o assentamento Currais Novos, localizado em Barras, pertencente à mesma região, Rocha (2015) capta em entrevistas o sentimento de reforma agrária alimentando um direito a terra pautado pelo fato de o morador ter trabalhado ali a vida toda, portanto um *direito natural*. Dessa forma:

5 Tribunal Regional do Trabalho.

As relações estabelecidas entre os proprietários de terras com os trabalhadores rurais de Barras, que sem terras viviam sob condição de moradia em fazendas da região, apresentam-se tão opressoras quanto aquelas vivenciadas entre eles e seus patrões, na condição de trabalhadores migrantes pelos confins do país. Diante disso, em várias circunstâncias narradas há evidências de que os trabalhadores rurais passaram de cativos da terra a trabalhadores escravizados noutros destinos. Suas vivências na luta pela posse da terra enquanto “moradores” que deviam renda ao proprietário, como os conflitos cotidianos no seio de suas fazendas, deram a esses sujeitos a experiência de classe tão necessária para os enfrentamentos posteriores enquanto migrantes (ROCHA, 2015, p. 23-24).

Podemos inferir que tal cenário impulsionou também Antônio Mário a ir atrás de seus direitos trabalhistas, ainda que a condição de sua autonomia tenha sido um dos motivos da improcedência da ação, conforme veremos a seguir.

A autonomia “condicionada”

A Lei aponta um norte para o que por exceção constitui aquilo que o representante comercial não pode cometer, sob pena de rescisão de contrato:

Art 35. Constituem motivos justos para rescisão do contrato de representação comercial, pelo representado:

- a) a desídia do representante no cumprimento das obrigações decorrentes do contrato;
- b) a prática de atos que importem em descrédito comercial do representado;
- c) a falta de cumprimento de quaisquer obrigações inerentes ao contrato de representação comercial;
- d) a condenação definitiva por crime considerado infamante;
- e) força maior. (BRASIL, 1965)

Ainda assim, alegando não ter cometido nenhum destes motivos, o contrato de Antônio Mário é rompido, sem nenhuma indenização. O juiz ao construir seu argumento, ainda tomando por base o elemento da subordinação, aponta que:

Na realidade, no mundo dos fatos, o autor não agia e nem era tratado como empregado. Ele era um vendedor autônomo, apenas. Exercia um típico contrato de representação comercial, como o conceitua o art. 1º da Lei 4886/65. Tinha ele a livre direção de sua atividade. Tanto que constituiu duas outras empresas, uma em nome próprio e outra em nome de um filho menor, para comercializar mercadorias adquiridas na reclamada, tendo ele mesmo servido de intermediário, conforme relato contido em seu depoimento. Não demonstrou o autor, aliás, que estas empresas foram constituídas em seu nome, ou de um filho menor, a presunção era de que o próprio demandante era quem comandava os destinos destes empreendimentos. Aliás, era ele, e não seus filhos, quem tinha experiência no comércio. (BRASIL, 2008)

Aqui ressaltamos um primeiro elemento importante, uma possível causa da desconfiança dos proprietários da fábrica nas atividades do representante Antônio Mário. O vendeiro autônomo construiu ao longo dos anos uma base sólida de relações comerciais, a tal ponto de poder estabelecer seu próprio negócio, e por conseguinte, envolver outro membro familiar a fim de repassar o ofício. Antônio Mário não era apenas um elemento figurativo na cadeia produtiva da fábrica, mas também se coloca como peça importante ao intermediar trocas comerciais relevantes na região. Tal ascensão social possível, dentro do raio de ação que o vendeiro foi se enredando ao longo dos anos, motivou a ação de “colocar um supervisor para lhe acompanhar nas entregas de mercadoria”. Mais à frente o juiz continua com seu argumento:

Mas se isto não bastasse o próprio demandante afirma, em depoimento, que se ele não alcançasse as metas de vendas não havia qualquer admoestação por parte da reclamada, ou seja, não have-

ria qualquer repreenda, o que reforça, ainda mais, a constatação de que o autor não trabalhava sob um regime de subordinação. (BRASIL, 2008).

Acreditamos que, ciente da Lei e suas implicações, o advogado tenha orientado a vítima em seu depoimento para apelar o mais próximo possível para a realidade, a fim de reforçar que o comportamento da sua profissão, ainda que não fosse descrito no papel como um vínculo empregatício e, portanto, regido pela CLT, houvesse características de um empregado. E assim ele o fez. Não temos acesso aos depoimentos no processo, mas lendo a contrapelo o argumento do juiz que reitera a ausência do fator subordinação, percebemos que Antônio Mário teria mencionado em seu depoimento o fato de não haver reprimendas como um fator positivo, em função da boa execução de seu trabalho.

Mais uma vez o elemento subordinação é evocado em contrapartida ao direito costumeiro, e desta vez, a autonomia conquistada pelo trabalhador acaba virando um ponto negativo para ele. Ainda que sejam ressaltados pelo advogado de Antônio Mário elementos bem pontuais e subordinativos: “Sempre eram descontados das comissões do Reclamante os valores que os clientes da Reclamada não pagavam, procedimento que não era legal, portanto, tem direito do (sic) ressarcimento dos valores descontados” (BRASIL, 2008). Vemos dessa forma que esta relação de trabalho oscila ora para o elemento subordinativo, ora para o elemento da autonomia, mas de ambas as partes o benefício maior continua sendo para o proprietário, em detrimento do trabalhador que sujeito a esta condição, constrói seu modo de vida com bases que parecem sólidas, porém são bastante vulneráveis.

Considerações finais

O caso de Antônio Mário poderia ser como mais um dos muitos casos de ações trabalhistas movidos por trabalhadores contra seus ex-patrões, reivindicando indenizações por rescisões de contrato. Mas alguns elementos chamam atenção neste caso específico. O lugar onde se ambienta a ação, a fábrica Rural GECOSA, instalada no Povoado Novo Nilo, União-PI, bem como toda a região do EntreRios como palco de conflitos possessórios em prol da terra livre; os motivos que levaram Antônio Mário a mover a ação; e a maneira como os argumentos jurídicos são construídos com base na interpretação da lei 4886/65.

Analizamos aqui apenas a primeira sentença do processo, que corre ainda muitas páginas com recorrências de ambas as partes. O que se percebe é que a defesa de Antônio Mário sempre se pontua com base no princípio da realidade como elemento de convencimento do juiz para o ganho da causa. Por outro lado, a defesa da fábrica continua fortalecendo seus argumentos com base no elemento subordinativo.

É importante que o exercício de refletir sobre a propriedade moderna se torne uma constante no movimento de dessacralizar verdades constituídas ou como propõe Stuart Jr à luz das interpretações de Paolo Grossi uma perspectiva que “retira o caráter absoluto das certezas de hoje, relativiza-as pondo-as em fricção com certezas diferentes ou opostas experimentadas no passado, desmitifica o presente, garante que sejam analisadas de modo crítico, liberando os fermentos atuais da estática daquilo que é vigente e estipulando o caminho para a construção do futuro.” (STUART JR, 2005, p.160)

Certezas como as que se colocam à prova nesta ação trabalhista são os objetos pertinentes para esta desmistificação em relação ao presente, uma vez que nos permite vislumbrar as interfaces do aparato jurídico e de que forma a Lei é acionada para defender os interesses dos proprietários em diferentes graus.

Ao longo dos anos, os conflitos no campo também fortaleceram o sentimento de classe entre os trabalhadores, e o que outrora deveria ser ocultado sob pena de perda de moradia e condições mínimas de vida, agora ganha força e voz com a quantidade cada vez mais expressiva de trabalhadores que, guiados pelo seu sentimento de dignidade e justiça, lutam por seus direitos.

Referências

Fontes Consultadas

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (22ª Região). Ação Trabalhista nº 01982200800222.05. Reclamante: Antônio Mário. Reclamada: GECOSA INDÚSTRIA GERVASIO COSTA S.A. Relator : Juiz Ferdinand Gomes dos Santos. Teresina-PI, 04 de dezembro de 2008. Caixa 284/2010.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. **Projeto Apresentado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**. Piauí, 1982.

BRASIL. Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965: regula as atividades dos representantes comerciais autônomos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14886.htm

Bibliografia

CATALDO, Alessandro Ribeiro. **Lei da representação comercial norteadada pelo princípio da primazia da realidade**. 2020. DireitoNet. Disponível em: [https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11478/Lei-da-representacao-comer-](https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/11478/Lei-da-representacao-comer)

cial-norteada-pelo-principio-da-primazia-da-realidade#:~:text=A%20Lei%20n.%20BA%204.886%2F65%20regula%20as%20atividade-s%20dos,contratos%20(GOULART%2C%202010).

GOMES, SILVA, Ângela de Castro, Fernando Teixeira da (orgs). **A Justiça do Trabalho e sua história**: os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas,SP: Editora Unicamp, 2013.

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. **Travessias e veredas para o EntreRios**: migrações de cearenses para o Piauí (1940-1970). Teresina: Cancioneiro, 2020.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Teixeira da. **História social da agricultura**: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARTINS, José de Sousa. **O cativoiro da terra**. São Paulo: Hucitec,1996.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia Piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina. EDUFPI, 2006.

MOTTA, GUIMARÃES. Márcia, Elio-
ne. História social da agricultura revisitada:
fontes e metodologia de pesquisa. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 11, n. 3, p. 95-117, 2007.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,1998.

ROCHA, Cristiana Costa. Em defesa do Direito de Propriedade: considerações sobre a vida e obra de Simplício Mendes”. In: MOTTA & PARÇA. Márcia, Pedro (org.). **Intelectuais e a questão agrária no Brasil** [recurso eletrônico]. – Seropédica: Ed. da UFRRJ; Lisboa: Proprietas, 2020.

_____. **A vida da Lei, A Lei da Vida**: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015. Tese (Doutorado em História).

SANTOS, Marcos Oliveira dos. **Uma fábrica no campo:** experiências de trabalhadores na fábrica GECOSA em Novo Nilo - Piauí (1980 -1990). Monografia de conclusão de curso, Teresina-PI, 2021.

STUART JR., Sérgio Said. “Cuidados metodológicos no estudo da história do direito de propriedade”. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, vol. 42, n. 0, 2005.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____, Edward Palmer. **Senhores e caçadores**. A origem da Lei Negra. Trad. Denise Bottmann. 2 ed. Col. Oficinas da História. Rio: Paz e Terra, 1997.

A VIOLÊNCIA NO MEIO RURAL PIAUIENSE

Uma revisão de conceitos teóricos de violência para compreensão do fenômeno a partir dos conflitos pela posse da terra no Piauí contemporâneo

João Marcel Evaristo Guerra

Introdução

O ano de 2020 foi um ano atípico, marcado pela pandemia de covid-19, que obrigou grande parte da população a buscar o isolamento social como forma de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus. Em que pese a ocorrência desse cenário, o ano de 2020 foi um ano também marcado pela violência no campo. Conforme dados retirados da publicação “Conflitos no Campo Brasil 2020”, da Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Brasil registrou durante aquele ano 1.608 conflitos pela posse da terra, envolvendo 687.872 pessoas (CPT, 2020, p. 98). Ocorreram 18 assassinatos (CPT, 2020, p. 200), 35 tentativas de assassinatos (CPT, 2020, p. 211) e 159 ameaças de morte (CPT, 2020, p. 220) envolvendo pessoas ligadas à luta pela terra.

No mesmo intervalo, considerando somente o estado do Piauí, verificou-se o registro de um total de 18 conflitos pela posse da terra, envol-

vendo 439 famílias, localizadas nos municípios de Santa Filomena, Bom Jesus, Gilbués, Miguel Alves, União e Parnaíba (CPT, 2020, p. 84) e 01 ameaça de morte (CPT, 2020, p. 219), registrada no município de Gilbués.

Compilando dados decorrentes do Censo Agropecuário 2017 e de outras pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), importante análise é feita por Oliveira (2020, p. 10), quando este dispõe que – com relação à estrutura fundiária – os dados do Censo de 2017 mostraram que o Brasil ocupa posição destacada, enquanto país com uma das maiores concentrações fundiárias do mundo, carente de um projeto de democratização do campo e garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira, notadamente a campesina.

Não por coincidência, junto da forte concentração fundiária, Oliveira (2020, p. 15) aponta que no ano de 2019, o Brasil alcançou a marca de 1.834 conflitos no campo. Trata-se do segundo maior número já ocorrido no país, sendo superado apenas pelo dado de 2005, que foi de 1.881.

É do senso comum a percepção de que o meio rural brasileiro e, especialmente, o meio rural piauiense são *locus* de conturbados conflitos pela posse da terra, marcados pela violência. Entretanto, antes de qualquer consideração a respeito desses conflitos rurais, deve-se questionar o que seria essa violência e quais suas formas de manifestação dentro do contexto da resistência de grupos que lutam pela posse da terra no meio rural piauiense?

Ao tempo em que é fácil se relatar episódios de violência bem explícitos ou listar suas diversas manifestações, conceituar genericamente tal fenômeno é um procedimento relativamente difícil. Se se pensar em escravidão do negro durante a experiência colonial brasileira, violência pode assumir a forma de tortura e maus tratos. Se se imagina, o tratamento que europeus garantiram às populações da América a ser colonizada, pode assumir a forma de dizimação. Se se pensar na educação jesuíta destinada aos indígenas da América Hispânica, violência assume

as vestes de apagamento cultural e doutrinação. Se se pensar na inquisição espanhola, violência se pauta na imagem de mulheres queimadas em fogueiras acusadas pela prática de bruxaria. Se se supõe, a realidade dos judeus na segunda guerra mundial, violência assume as vestes de genocídio. Se se pensar numa luta de MMA, violência – contudo – assume o contorno de esporte. Se se pensa nos filmes de *western* ou na literatura *pulp fiction*, violência coaduna-se com manifestação de cultura. Se se imagina os jornalísticos policiaescos da televisão aberta, a violência passa a assumir o caráter de entretenimento e, até mesmo, lazer. Se se fala em corrupção, violência reverbera na negativa de prestação de direitos básicos, como a ausência de um hospital (e a consequente negativa do direito à saúde) ou ausência de segurança pública. Se se pensa num sequestro, a violência equivale ao cárcere. Se se pensa num furto, a violência se materializa no prejuízo financeiro e se se vislumbra um homicídio, a violência se configura na morte. Muito se afirma, mas resta um questionamento: o que é violência dentro do contexto rural do Piauí contemporâneo? Como se analisa esse fenômeno que todos já experienciaram e, ao mesmo tempo, parece tão conturbado de se conceituar?

Estimulada pelo questionamento supra, objetiva a presente produção listar conceitos teóricos de violência propostos por autores de diferentes épocas, nacionalidades, vivências e formações e, com base nestes, entender o fenômeno em sua *práxis* a partir dos conflitos rurais pela posse da terra, verificados no Piauí contemporâneo, notadamente, com vistas a se destacar a existência ou não de algum fator que torne esta violência no cenário rural piauiense tão discrepante das violências verificados em outros cenários brasileiros também fortemente marcados por conflitos no campo. Em outras palavras, busca-se, com supedâneo nos conceitos de violência listados adiante, compreender a existência de alguma peculiaridade quanto à violência experienciada pelas populações vulneráveis componentes do campesinato piauiense que a torne *sui generis*.

Breve retomada histórica para compreensão da violência na luta pelo acesso à terra no meio rural piauiense

Para se questionar especificidades da violência na luta pela posse da terra no meio rural piauiense que a torne diferenciada de violências verificadas no campo de outros estados brasileiros parece imprescindível entender o processo histórico de formação do Piauí, um estado que se caracteriza por uma forte dependência do setor primário da economia, notadamente embasada na agricultura tradicional, pautada em relações sociais de produção não-capitalistas, como por exemplo a parceria e o arrendamento. Só muito recentemente, com o incremento da produção de soja no cerrado piauiense a agricultura local reconheceu a mecanização e a capitalização do sistema produtivo.

Na colonização das terras piauienses, a formação e a transformação da economia agrícola do estado do Piauí garantiram uma estrutura fundiária concentracionista, grande catalisadora de conflitos rurais. Explane-se: este estado foi colonizado através da luta armada pela posse da terra, o que acarretou no genocídio de agrupamentos indígenas no espaço que futuramente se denominaria Piauí para a viabilização de pastos naturais destinados à pecuária. É essa agressão que constituiu a força motriz para as conquistas das terras do Estado (ADAD et al, 1987, pp. 45-53).

Rocha (1988, p. 29-68), tratando da estrutura fundiária do Piauí, encampou a tese de que a pecuária extensiva e o extrativismo foram atividades produtivas que estimularam a concentração de terras. Ao tempo em que se verificava a formação da grande propriedade rural piauiense, observava-se a ausência de desenvolvimento social, isto é, o sistema de propriedade da terra se definiu exclusivamente em função dessas duas atividades econômicas, com destaque para a criação extensiva de gado de corte. Não se vislumbrou uma preocupação com a população vulnerável diretamente afetada, mas tão somente um foco na geração de lucros privados para os grupos privilegiados atuantes na pecuária ex-

tensiva e no extrativismo. Informa ainda o autor que outros processos e mecanismos contribuíram para a concentração da posse da terra no Piauí, merecendo destaque a grilagem e a alienação de grandes extensões de terras pertencentes ao Estado.

Conforme bem salienta Rocha (2015, p. 35), entre os anos 1950 e 1970, a pequena produção regulada pelo latifúndio tradicional no Piauí dificultou o acesso à terra a milhares de trabalhadores. Embora se tenha percebido um crescimento do uso da terra para a lavoura, particularmente em terras que já estavam apropriadas, o incremento da produção agrícola coube às grandes e médias propriedades, através do arrendamento e da parceria, e não ao avanço da grande fronteira agrícola livre. Nesse sentido, os lavradores sem terra continuavam arraigados às próprias condições de trabalho (parceria, arrendamento ou trabalho assalariado), mas independente das condições, o foco do proprietário era obter o máximo do resultado do trabalho agrícola.

Desde a colonização das terras piauienses até os anos 1960 predominou um intenso movimento de concentração da terra sem relevantes oposições. Como destaca Sousa (2016, p. 47), a emergência da reforma agrária, a atuação de organizações de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a exacerbação dos conflitos pelo acesso à terra acarretaram na criação, em outubro de 1961, das Ligas Camponesas no Piauí, enquanto estratégia de resistência à concentração de terras vigente e de aspirações de transformação da vida no campo. Contudo, junto dessa proposta, a instalação das Ligas Camponesas foi acompanhada por uma forte hostilidade desencadeada pelos grandes proprietários de terra do estado durante os anos seguintes.

Ademais, a estrutura agrária piauiense decorre de fatores naturais, socioculturais, ambientais e físicos definidores de um regime de exploração da terra de maneira muito específica. A partir dos anos 1970, o estado passou a conviver com uma interessante dicotomia: em algumas regiões notadamente da sua porção norte, passou a predominar a exis-

tência de pequenos estabelecimentos, segmentados pelo uso intensivo de mão de obra e alta densidade demográfica, enquanto em outras localidades, especialmente na porção sul, passaram a predominar grandes áreas com baixíssimos índices de densidade populacional.

A concentração fundiária do Piauí e os respectivos conflitos violentos experienciados pelo campesinato não são fruto de um processo aleatório ou de uma infeliz coincidência. As diversas formas de exploração econômica do território piauiense autorizaram historicamente o quadro geral do regime fundiário do presente, agravado pelo ingresso da cultura mecanizada da agroindústria da soja na região do cerrado piauiense, intensificada a partir dos anos 1990. Tais fatores acarretaram notadamente a consolidação permanente da grande propriedade e o ultrafracionamento das pequenas unidades agrícolas de produção. Nesse diapasão, concebe-se que a estrutura deformada da propriedade rural piauiense é uma das causas principais de diversos fenômenos, dentre eles a violência dentro do contexto da luta pelo acesso à terra. Mas repise-se: o que seria essa violência temperada com as matizes piauienses? Quais seriam suas manifestações? Estaria ela restrita aos assassinatos consumados ou tentados contra militantes pela reforma agrária? Aventa-se, conforme se analisa adiante, que não.

Dos diversos conceitos de violência e suas aplicações na práxis campesina do Piauí

No tocante à análise de um conceito de violência, recorre-se à lição doutrinária de Weber (2015, p. 63-64), notadamente, quando este enfrenta a violência – ora por ele denominada legítima – como o uso da força enquanto meio específico e pertinente à atuação do Estado.

No contexto weberiano, o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física den-

tro de determinado território. Esse ente passa a deter o monopólio da violência e os grupos que influenciam na política e dominam o ente Estado passam a conduzi-lo, praticando a violência legítima (WEBER, 1982, p. 98). Enxerga-se aqui uma relação muito íntima de violência e poder estatal.

A violência legítima é uma consequência do poder exercido pelo Estado, que goza de seu monopólio e, ao mesmo tempo, a violência é uma das causas de existência do Estado, uma vez que a convivência dos diversos segmentos humanos em sociedade só ocorre de modo exitoso em razão do temor dos grupos sociais envolvidos de experimentarem quaisquer das reprimendas decorrentes da atuação da violência legítima estatal. Nestes termos, aduz Weber (2015, p. 63-64) o seguinte:

Precisamente hoje, a ligação do Estado com a violência é particularmente íntima. No passado, as mais diversas associações — começando pelo clã — conheceram a violência física como um meio completamente normal. Hoje, em contrapartida, precisaremos dizer: o Estado aponta para aquela comunidade humana, que requisita para si (com sucesso), no interior de uma determinada região — esse elemento, a “região”, pertence ao seu traço característico —, o monopólio da violência física legítima. Pois o específico do presente é o fato de só se atribuir a todas as outras associações ou pessoas particulares o direito à violência, na medida em que o Estado as admite como estando do seu lado: ele é considerado como a fonte única do “direito” à violência. “Política”, portanto, significaria para nós aspiração à participação no poder ou a exercer influência sobre a distribuição do poder, seja entre Estados, seja no interior de um Estado, entre os diversos grupos humanos que o Estado abarca. (...) Quem faz política aspira ao poder, a gozar do poder ou bem como meio a serviço de outras metas — ideais ou egoístas — ou bem a gozar do poder “em virtude dele mesmo”, em virtude do sentimento de prestígio que ele fornece. Exatamente como as associações políticas historicamente precedentes, o Estado implica uma relação de dominação de homens sobre homens apoiada sobre o recurso da

violência legítima (ou seja, considerada como legítima). Para que ele exista, os homens dominados precisam se submeter, portanto, à autoridade requisitada por aqueles homens respectivamente dominantes. (WEBER, 2015, p. 63-64)

No excerto, Weber cita o início revolucionário de todo Estado. Nesse tópico, a violência repousa na ruptura da ordem posta, que faz nascer um novo país, um novo regime e desafia o reconhecimento alheio no plano internacional. Ademais, após o nascimento do Estado, a violência legítima surge como ferramenta de manutenção de sua existência. O Estado monopoliza a violência, coibindo revoluções, isto é, afastando quaisquer possíveis rupturas que ordem que impõe. Trata-se de um sentido bastante dialético: o Estado que nasce da revolução é antirrevolucionário e a violência que faz a revolução é também a violência que a reprime. É essa a justificativa de ser do monopólio estatal do uso da violência.

Ainda sobre o trecho, pressupõe Weber, que toda a atividade do Estado implica numa relação de dominação de homens sobre homens apoiada sobre o recurso da violência legítima. A violência seria legítima, pois estruturante do Estado e, como tal, recorrendo aos teóricos contratualistas, necessária à manutenção da convivência pacífica em sociedade e dos direitos de cada um dos seus integrantes. O Estado, entretanto, é comandado por grupos dominantes – aqueles que promoveram a ruptura da ordem vigente, mas que hoje coíbem rupturas da ordem posta. Nesse contexto, o Estado é o aparato desses grupos para a dominação, ou seja, como condição de existência do Estado, os segmentos dominados precisam se submeter à autoridade requisitada por aqueles grupos respectivamente dominantes. Em breve resumo: grupos dominantes controlam o Estado; o Estado controla a violência legítima e a violência legítima controla os grupos dominados. A violência legítima é, então, a ferramenta estatal para a dominação pessoal dos grupos vulneráveis.

Em que pese o fato de concordar com a análise weberiana de violência,

cumpre destacar que – no caso piauiense – nem toda violência existente na práxis experienciada pelos agrupamentos humanos nessa sociedade se trata de violência legítima. Há – inegavelmente – violências ilegítimas (e aqui se apropria da terminologia de Weber), constituídas sob os olhos do Estado, como a criminalidade comum e pelo próprio Estado, quando se vislumbra, por exemplo, a corrupção, nos casos de grilagem de terra perpetrados em conluio com agentes públicos. Se nem toda violência é legítima ou, por vezes, se encontra numa zona cinzenta de legitimidade e ilegitimidade, a teoria weberiana deixou pontos em aberto, que o presente trabalho visa preencher.

Oferecendo um ponto de vista diferente de Max Weber, que entende a violência legítima como exclusividade estatal e, mais aproximada do presente trabalho, que entende pela coexistência pragmática de violência legítima e violência ilegítima, Elias (1997, p. 162) dispõe que o monopólio da força física no interior das organizações estatais é verdadeira invenção social, fundamentalmente bifronte. Segundo ele, “tal como a invenção da metalurgia acarretou grande progresso na agricultura e na guerra; tal como a energia atômica pôde ter um uso pacífico como fonte energética e ser uma arma terrível, também as invenções sociais são bifrontes”. A concentração da violência legítima nas mãos do Estado, constituindo teoricamente verdadeiro monopólio – eventualmente, desnatura-se – sendo passível de ser capturada por grupos privilegiados e utilizada para manutenção de seus privilégios. Nesse contexto, aduz Elias (1997, p. 162) que “Dos faraós às ditaduras do presente, o controle sobre o monopólio da força tem sido usado por pequenos grupos estabelecidos como decisiva fonte de poder para garantir seus próprios interesses”.

É a interpretação de Elias (1997, p. 162) que explica, por exemplo, fenômenos tipicamente piauienses como a criminalidade de pistolagem verificada nos dias de hoje em áreas que – não por coincidência – abrigam historicamente imenso quantitativo de grupos rurais vulneráveis, que experimentam ciclos de miséria desde os primórdios da colonização.

No que tange à pistolagem, cumpre destacar o artigo “A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e sudeste do Pará (1980-1995)”, de autoria de Airton dos Reis Pereira (2015, p. 229-255), que analisa a prática da pistolagem na Amazônia Oriental, especialmente nos assassinatos de trabalhadores rurais, através de grupos de pistoleiros que trabalham para grandes proprietários de terra. Cabe nesse ponto destacar que o Pará e o Piauí são regiões relativamente próximas e que entre estes estados houve uma conexão migratória historicamente marcada. Por esse motivo, a criminalidade de ambos guarda similitudes impressionantes, também verificadas no estado do Maranhão, que os separa.

Destaca o referenciado autor que a atuação de pistoleiros nas disputas por terra nessa parte do território amazônico provavelmente teria sido pouco eficiente se não tivesse encontrado suporte nas ações de muitos agentes do Estado. Corroborando Elias (1997, p. 162), Pereira (2015, p. 232) aponta o seguinte:

Os proprietários e empresários rurais desta parte do território amazônico para manter sob os seus domínios grandes extensões de terras, em vários momentos com o apoio de instituições do Estado, passaram a recorrer às suas milícias armadas e eliminar os seus inimigos potenciais, os posseiros. Se autoproclamavam como aqueles que, sob a grande propriedade privada da terra, eram capazes de promover o desenvolvimento do País. É nesse contexto que diversos trabalhadores rurais e lideranças sindicais e religiosas foram assassinados.

Nesse caso, seja no Pará, no Maranhão ou no Piauí, todos os estados em que se vislumbra a forte atuação dos pistoleiros em crimes de mando conexos à luta pela posse da terra rural, tem-se a instalação da violência num plano cinzento: praticada por particulares com conivência estatal. Seria legítima ou ilegítima tal forma de violência? Ou, aprimorando o questionamento, no tocante à violência, para sua conceituação, demonstra-se prudente a segregação entre violência legítima e ilegítima?

Afastando-se do *locus* piauiense e buscando refutar conceitos de violência estabelecidos por teóricos alemães, isto é, partindo-se de Max Weber e atingindo-se Karl Marx, para o autor de *O Capital*, originalmente publicado em 1867, a gênese do capital se deve a uma história de violência marcada pelo domínio dos povos, pela exploração e pelo genocídio (MARX, 2013, p. 836). Para conceituar a história da humanidade enquanto luta de classes pelo capital, Marx (2013, p. 836) revisita o paralelo entre violência e dominação, nos seguintes termos:

É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência. Na suave economia política o idílio reina desde os primórdios. Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se naturalmente o ano corrente. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílicos (MARX, 2013, p. 836).

Segundo Marx (2013, p. 859), “a coação surda das relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional”. Nesse contexto, relações sociais pautadas em violência econômica possibilitaram a manutenção do ciclo de reprodução da dominação, tendo agora grupos claramente nominados: de um lado, haverá o capitalista dominante e de outro, o trabalhador dominado. A relação entre ambos se pauta em violência direta. Nesse contexto, bem como perfazendo uma retomada histórica, Marx (2013, p. 872) destaca em sua obra eventos passados – como a expansão ultramarina europeia – nos quais o uso e o excesso de violência ficaram extremamente cristalinos, ao tempo em que promove um alinhamento da manifestação dessa violência com a acumulação primitiva do capital, afirmando que:

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no

interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista (MARX, 2013, p. 872).

Consoante Marx (2013, p. 872) os métodos pautados em violência viabilizaram o comércio e a navegação na Europa, possibilitando a concentração de capital necessária para a Revolução Industrial. Assim, a violência manejada pelos grupos dominantes visa manter o domínio. Seu texto alinha bem a violência como ferramenta de dominação e manutenção dos privilégios decorrentes dessa dominação, podendo-se abstrair que – desde seus primórdios – o capitalismo (e não apenas o Estado) pratica a violência como ferramenta de perpetuação de benesses decorrentes do capital e de seus respectivos beneficiários. Violência seria então algo pertinente à história humana, entendido enquanto instrumento do capitalista para reprodução de seu ciclo de privilégios em detrimento da situação a que estará sempre submetido o agrupamento social vulnerável. A violência é o meio através do qual o capitalismo se reinventa e se aprimora a fim de manter a dominação pessoal e a estabilidade do embate entre os grupos dominantes e dominados que litigam no cenário sociológico.

Trazendo Marx aos rincões piauienses, este espaço conseguiu reunir os três fatores responsáveis pela violência enquanto ferramenta da gênese do capital: 1) domínio dos povos: os grupos rurais privilegiados desde a colonização concentram terras a fim de garantir o domínio de grupos historicamente vulneráveis; 2) exploração: o domínio é ferramenta para uso daquela população subjugada segundo os exclusivos interesses exploratórios dos grupos privilegiados e 3) genocídio: no caso piauiense, do povo indígena, tradicional habitante deste espaço e na contemporaneidade, de qualquer liderança que se oponha à concentração fundiária.

O conceito de violência em Freud (1929, p. 167) não se limita ao Estado, como para Weber ou ao capitalista, como para Marx. Conforme

Freud, a violência é intrínseca à condição humana e decorre de dotes instintivos pertinentes à agressividade, o que degradingola na concretização de eventos hoje entendidos como relativos à criminalidade. Por seu turno, a violência é instituto necessário, tendo em vista que os instintos de agressividade, de sexo e de morte possibilitam o equilíbrio com o instinto de vida (eros), apto a garantir a preservação do indivíduo e da espécie.

Os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo. (FREUD, 1929, p. 167)

Ao conectar violência com preservação do indivíduo (e, possivelmente, esta preservação inclui em seu bojo a manutenção de privilégios do indivíduo), a análise de Freud parece alcançar a *práxis* da luta campesina piauiense, na qual a violência na repressão de conflitos pela redistribuição da terra surge como instrumento para manutenção do já extenso rol de privilégios dos grupos detentores da terra.

Paviani (2016, p. 9), ao analisar um conceito de violência ressalta a dificuldade de sua catalogação em razão da aleatoriedade de manifestações em que o conceito alcança quando se concretiza na *práxis* social. Adiante, estabelece o autor uma divisão entre violência natural e violência artificial. A primeira se constata da condição humana e, como tal, é violência sob a condição de inescusabilidade, ou seja, ninguém pode se livrar de sua incidência. Por seu turno, a segunda se constata no excesso do uso da força. Dispõe o seguinte:

O conceito de violência é ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. As formas de violência são tão numerosas, que é difícil elencá-las de modo satisfatório. Diversos profissionais, especialmente na mídia, manifestam-se sobre ela, oferecem alternativas de solução; todavia, a violência surge na sociedade sempre de modo novo e ninguém consegue evitá-la por completo. Nesse panorama, cabe à filosofia, de modo especial à ética, refletir sobre suas origens, a natureza e as consequências morais e materiais. (...) A violência pode ser natural ou artificial. No primeiro caso, ninguém está livre da violência, ela é própria de todos os seres humanos. No segundo caso, a violência é geralmente um excesso de força de uns sobre outros. A origem do termo violência, do latim, *violentia*, expressa o ato de violar outrem ou de se violar. Além disso, o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas. Dito de modo mais filosófico, a prática da violência expressa atos contrários à liberdade e à vontade de alguém e reside nisso sua dimensão moral e ética. Essas características gerais do conceito de violência variam no tempo e no espaço, segundo os padrões culturais de cada grupo ou época, e são ilustradas pelas dificuldades semânticas do conceito (PAVIANI, 2016, p. 9).

Paviani (2016, p. 11) destaca um quesito interessante quando se trata de violência, qual seja a parca produção científica filosófica sobre um instituto tão ordinário na vida cotidiana. Destaca o referenciado autor que a análise da violência é sempre acessória, ocorre como meio de explanação de outra temática principal, mas raramente a pesquisa incide sobre a violência enquanto tema protagonista. Tal situação acarreta em verdadeiras teorias implícitas da violência. Nesse tópico, pontua:

No início dessas reflexões também é preciso observar que a violência, tão lastrada em nossa situação cotidiana, é pouco tema-

tizada pelos filósofos ou é apenas analisada de modo indireto, nos textos filosóficos mais notáveis. Tirando Foucault, Hannah Arendt, Eric Weil, Žižek, Agamben e, no Brasil, além de Marcelo Perine e Marilena Chauí, poucos dedicaram-se a analisar o fenômeno da violência. A história da filosofia pode ser lida como um lugar de teorias implícitas da violência. Desde Platão até Marx, passando por Aristóteles, Hobbes, Locke, Rousseau, Kant, Nietzsche, Russel e outros podem ser pensados, às vezes, como defensores de uma violência subjetiva invisível (PAVIANI, 2016, p. 11).

Analisando a violência e seus conceitos conexos, Hannah Arendt (1985, p. 25) redigiu, nos anos 1970, sua obra “Da violência”, na qual constata que a violência não pode ser confundida com os conceitos de poder, força ou vigor, uma vez que violência possui caráter *a priori* instrumental, ou seja, os verdadeiros instrumentos da violência são concebidos e utilizados para o propósito da multiplicação do vigor natural até que, no estágio fatal de desenvolvimento, passam a substituí-lo. Em síntese, ao passo que os resultados das ações humanas escapam ao controle dos seus atores, a violência abriga em seu seio um elemento adicional de arbitrariedade.

O conceito de arbitrariedade previsto por Arendt parece encontrar solo fértil na realidade piauiense, um estado marcado por elites oligárquicas que se sucedem historicamente nas funções gestoras do poder público. Conforme De Deus (2007, p. 97), desde o Império, o Piauí foi marcado por uma formação política oligárquica, que vislumbrou a restringir o acesso por novos grupos políticos ao poder político. A implantação do regime republicano criou as condições propícias para a consolidação do poder dos proprietários rurais, numa estrutura muito organizada na qual grandes proprietários de terra forneciam a principal base da economia e, com isso, construía um sistema de dominação política catalisador de efeitos duradouros na organização das relações dentro do es-

tado. Repise-se: aqui, o arbítrio instrumentalizador da violência ganhou pertinência política manobrada por elites que se revezavam no poder.

Na mesma obra, embora destaque a diversidade dos institutos, Arendt (1985, p. 19) propõe uma aproximação entre os conceitos de violência e poder ao que afirmar que “a violência nada mais é do que a mais fragrante manifestação de poder”. Violência e poder apresentam-se juntos, combinados. “A violência não depende de números ou de opiniões, mas sim de formas de implementação, e as formas de implementação da violência, como todos os demais instrumentos, aumentam e multiplicam a força humana” (1985, p. 29). A violência seria nesse ponto a instrumentalização do poder, sua manifestação mais cristalina, manifestação esta capaz inclusive de destruir o poder, mas incapaz de criá-lo. (ARENDR, 1985, p. 31). Nesse sentido, prossegue:

Os problemas da violência permanecem ainda muito obscuros, é tão verdadeira hoje como naquela época. Mencionei a relutância generalizada em se tomar a violência por si mesma como um fenômeno, e devo agora qualificar essa afirmação. Se nos voltarmos para os debates sobre o fenômeno do poder, descobriremos logo que existe um consenso entre os teóricos políticos da esquerda e da direita de que a violência nada mais é do que a mais fragrante manifestação de poder. “Toda política é uma luta pelo poder; o tipo de poder mais definitivo é a violência”, disse C. Wright Mills, ecoando, pode-se dizer, a definição de Max Weber do Estado como “o domínio de homens sobre homens com base nos meios da violência legítima, isto é, supostamente legítima” (ARENDR, 1985, p. 19).

O filósofo francês Eric Weil (1969, p. 77-85.) quando trata do tema violência em sua obra “Filosofia Política”, aponta que o ser humano é o único a revelar a violência, uma vez que é o único a criar um sentido para a vida e para o mundo. Nesse tópico, define-se o ser humano como um ser que, com a ajuda da linguagem, busca libertar-se do descontentamento, a fim de criar um sentido para a vida e para o mundo. A capacidade de

se expor por meio de um discurso, pautado em razão e no duo desejo-insatisfação são as condições propícias para que se verifique a violência tão somente dentro da espécie humana.

Analisando Weil, Perine (1987, p. 22) aduz que a condição para a existência de violência é a existência da razão. Assim, violência é verdadeira sombra da condição humana, ou seja, independe de tempo, espaço ou demais fatores externos, assim como a sombra acompanha uma estrutura exposta à luz, a violência sempre acompanhará o homem exposto à razão.

Ao relacionar violência e condição humana, constata-se finalmente que aquela é uma possibilidade irreduzível e inescusável desta. A violência seria uma imagem estampada sobre a tela da razão, uma vez que, conforme Weil (1969, p. 77-87) o ser humano é na sua origem tão somente violência e, por escolha de sua razão, pode retomá-la.

Ao entender a violência como uma construção da razão humana, pode-se dizer que a teoria de Weil alcança as vivências camponesas locais, pois quase sempre a luta pela posse da terra se faz como estratégia racional de resistência e busca por melhores condições de vida para grupos historicamente vulneráveis. A contrarresposta, isto é, o movimento de reprimenda a essa luta camponesa é também racionalmente fundamentado em violência repressiva e exemplar, a fim de garantir os privilégios de grupos rurais historicamente privilegiados.

Em sua obra denominada “Violência: seis reflexões laterais”, Slavoj Žižek (2014, pp. 42-77) se vale de episódios de violência para contextualizá-la e exemplificá-la. São mencionadas as rebeliões da juventude árabe nos bairros pobres de Paris, França; a onda de saques após a passagem do furacão Katrina, em Nova Orleans, Estados Unidos; a querela entre Israel e os palestinos, no médio oriente e o racismo. As causas mais objetivas da violência são bastante fáceis de se identificar. Tome-se o exemplo do furacão Katrina: sua passagem durante o ano de 2005 deixou evidente a terrível estrutura capitalista de classes da sociedade

estadunidense e, para ele, as causas mais profundas da violência na nossa sociedade capitalista se embasam no capital. Embora a violência decorrente do capital seja forte, Žižek (2014, p. 84) entende que existe na sociedade também manifestações de violência que incidem no campo simbólico. Trata-se de hipótese de violência sofisticada, indireta e invisível, mas tão insidiosa, tão perversa, quanto a violência do capital, esta explicitamente visível, compreendida e tolerada.

Os conceitos de Poder Simbólico e de Violência Simbólica foram originalmente propostos por Pierre Bourdieu, segundo o qual “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7). Em sua obra, aponta que grupos dominantes estruturam um Sistema Simbólico de conceitos, predicados e paradigmas que passam a estruturar a visão de mundo dos grupos dominados, a fim de que estes passem a pensar como aqueles e defender os interesses daqueles (BOURDIEU, 1989, p 11).

Analisando a questão rural piauiense, sob enfoque da obra de Bourdieu, dir-se-ia que a violência verificada nos conflitos pela redistribuição da terra não decorre apenas do potencial bélico, político ou econômico dos grandes proprietários de terra, mas muito mais do Poder Simbólico, ou seja, o agronegócio manipula a visão de mundo dos grupos vulneráveis, a fim de não ser contestado por todas as mazelas verificadas no meio rural.

Vislumbra-se na *práxis* que o silêncio da população rural, a sua inércia e não reação diante das violências a que está submetida e até mesmo a existência de grupos rurais vulneráveis, que sejam contrários à luta pela reforma agrária, e apoiem o grande latifúndio e o agronegócio, são claras aplicações práticas do Poder Simbólico, com raízes na percepção manipulada da realidade, estruturada pelo grupo dominante, de modo que – com base nessa percepção manipulada – os grupos vulneráveis se omitam e passem inclusive a reproduzir a aversão aos movimentos sociais que os defendem, como se dominantes fossem.

Conforme Miranda (2005, p. 86), a violência simbólica se funda na fabricação contínua de crenças no processo de socialização, aptas a induzir o indivíduo a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. No âmbito da violência simbólica, o reconhecimento do discurso dominante e da legitimidade deste são expressões de exercício do poder simbólico, estruturante, pois estabelece os padrões do fenômeno epistemológico a ser impregnado nos grupos sociais dominados e, estruturado, pois criado pelos grupos dominantes com vistas a manter seus privilégios.

Afastando-se de teóricos europeus e dedicando-se a uma teórica brasileira contemporânea, chega-se a Marilena Chauí (1998, p. 39), notadamente que, em “Ensaio: ética e violência”, artigo em que se desenvolve a partir de uma conceituação etimológica de violência. Consoante a filósofa:

Etimologicamente, violência vem do latim *vis*, força, e significa: 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror. A violência se opõe à ética porque trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos. Na medida em que a ética é inseparável da figura do sujeito racional, voluntário, livre e responsável, tratá-lo como se fosse desprovido de razão, vontade, liberdade e responsabilidade é tratá-lo não como humano e sim como coisa, fazendo-lhe violência nos cinco sentidos em que demos a esta palavra (CHAUÍ, 1998, p. 39).

No decorrer de sua análise, Chauí (1998, p. 42) enquadra violência sob a moldura da ética, momento em que afirma que para uma ação ser considerada ética, esta deve ser consciente, livre e responsável e, simultaneamente, só será virtuosa se conforme com o bom e o justo. Ética é, nesse sentido, entendida,

como defesa humanitária dos direitos humanos contra a violência, isto é, tanto como comentário indignado contra a política, a ciência, a técnica, a mídia, a polícia e o exército, quanto como atendimento médico-alimentar e militar dos deserdados da terra. É o momento no qual as ONGs deixam de ser vistas e pensadas como partes de movimentos sociais mais amplos ligados à cidadania, para serem reduzidas à condição assistencial que a imagem das vítimas impõe à consciência culpada dos privilegiados (CHAUÍ, 1998, p. 42).

A existência da ética deve ser compreendida dentro de um cenário que pressupõe a necessária construção de estratégia de defesa contra a prática da violência, o que se concretiza por meio da ação dos sujeitos individuais e sociais e das formas de sociabilidade criadas pelas ações humanas em condições históricas determinadas (PAVIANI, 2016, p. 19). Ato contínuo, Chauí (1998, p. 43) aduz que a violência se opõe à ética, considerando que seres humanos são racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade.

O artigo de Chauí (1998, p. 43) também traz uma significativa contribuição para o presente trabalho quando cita o mito da não violência brasileira. Conforme a autora, vigete, no Brasil, um mito poderoso substanciado na imagem de um povo generoso, alegre, sensual, solidário que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas, não discrimina as pessoas por suas escolhas sexuais. O objetivo deste mito perpassa uma eficácia apaziguadora, nos seguintes termos:

Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente

dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isto, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico de superfície. Em outras palavras, a mitologia e os procedimentos ideológicos fazem com que a violência que estrutura e organiza as relações sociais brasileiras não possa ser percebida, e, por não ser percebida, é naturalizada e essa naturalização conserva a mitologia da não-violência com a qual se brada pelo “retorno à ética”. A matriz mítica da não-violência se conserva porque é periodicamente refeita com noções que correspondem ao presente histórico. Em outras palavras, a mitologia é conservada através das ideologias. Estas, por seu turno, encontram uma base material real para se constituírem como expressões imaginárias da sociedade brasileira: o autoritarismo social. Em outras palavras, a estrutura e organização da sociedade brasileira reiteram, alimentam e repetem a mitologia porque esta é um dos fundamentos da própria forma assumida por nossa sociedade. Ao dizer que a sociedade brasileira é autoritária estou pensando em certos traços gerais das relações sociais que se repetem em todas as esferas da vida social (da família ao Estado, passando pelas relações de trabalho, pela escola, pela cultura) (CHAUÍ, 1998, p. 44-45).

Nesse tópico, a percepção do mito de não violência brasileira pouco difere de um possível mito da não violência piauiense. Trata-se de verdadeira imagem mitológica: um estado constituído por homens bons

e rústicos, porém dotados de fortes caracteres de fé cristã, caridade e cordialidade. Contudo, esta imagem mitológica do Piauí não se coaduna com a realidade de um estado que só no ano de 2020 registrou um total de 18 conflitos pela posse da terra, envolvendo 439 famílias (CPT, 2020, p. 84).

Outro autor que deve ser destacado nesse cotejo com vistas a investigar um conceito sobre violência é Michel Foucault, pensador francês, cuja obra marca fortemente o século XX. Foucault (1998, p. 103) propõe que a violência seja compreendida dentro do espaço relacional dos indivíduos em sociedade. É nesse ambiente que se verifica perfeitamente o funcionamento do poder.

Em síntese, para Foucault (2010, p. 88), violência significa o uso da força bruta direcionada à eliminação ou subjugação total do outro. Esmiuçando o termo, Passos (2010, p. 32) entende que a violência em Foucault não é um conceito apto a explicar o funcionamento da vida, mas trata-se em verdade da cristalização de um resultado visível da ação de destruição do outro dentro da vida em sociedade.

Partindo do pressuposto de relações de poder, tais relações fluem dentro do grupo, passando de um indivíduo para outro. Assim, o poder não é algo que se possui enquanto algo estático como uma fotografia, mas – do contrário – é algo que se exerce enquanto dotado de energia dinâmica como um vídeo: uma animação sobre a dominação e subjugação alheia. Os efeitos de dominação exercidos pelo poder decorrem de estratégias de um indivíduo sobre o outro, para as quais se empenham múltiplos recursos. No íterim desse feixe de relações interpessoais do agrupamento social, o poder circula e propicia tanto a concepção quanto a visibilidade e a compreensão da violência inerente.

Passos (2010, p. 32) destaca na compreensão do conceito de violência para Foucault, que as relações de poder exigem o requisito da liberdade, uma vez que a total subjugação do outro configura uma relação de dominação pela violência, não mais se vislumbrando típicas relações de

poder. A noção de violência estaria, portanto, reservada à situação de exceção, ou seja, momentos de ruptura da regulação da vida social.

Dentro do conceito foucaultiano de violência, esta seria categorizada enquanto fenômeno cultural e histórico, uma vez que para a correta conformação de sua estrutura exige-se a percepção de coerção. É por meio deste instituto que se produz o dano em outro indivíduo ou grupo social, dentro de um período histórico determinado, período este que possui suas próprias normas e padrões de legitimidade (SANTOS, 2002, pp. 16-32).

A violência em Foucault engendraria um procedimento de caráter racional, isto é, fundamentado na racionalidade e no arbítrio. Por seu turno, o procedimento já engendrado, ou seja, a violência já concebida – e agora desencadeada – acarreta efeitos incontrolláveis e imprevisíveis. Em composições macrossociais, a violência desencadeada acarreta na formação de uma sociedade dividida e desigual, embasada em relações de dominação e de submissão, nas quais a prática da violência se insere na complexa rede de relações de dominação pessoal, passíveis de catalogação nas mais diversas searas (tendo por critérios raça, cor, etnia, gênero, classe, procedência, por categoria social etc).

Debruçando-se ainda sobre os estudos do pensador francês, Santos (2002, p. 16-32) conclui que a violência pode ser compreendida como um dispositivo de poder – materializado em relações interpessoais pautadas no uso da força e da coerção – e apto a produzir dano social, isto é, a relação de dominação que atinge o outro causa neste com algum tipo de dano.

Reverberando o filósofo francês nas terras piauienses, constata-se que a violência foucaultiana muito se coaduna com a violência verificada nos conflitos pela redistribuição de terras e melhorias das condições de vida no campo piauiense, uma vez que aqui também grupos historicamente privilegiados manejaram a força para a eliminação ou subjugação total dos grupos vulneráveis. Os colonizadores fizeram isso inicialmente

com a ampla população indígena aqui habitante – hoje dizimada – e perpetuaram o rito aos seus descendentes, que passaram a subjugar posseiros e pequenos grupos rurais, bem como quilombolas e populações tradicionais aqui localizadas, para manutenção da concentração fundiária e, a partir desta, manter o poder.

Um conceito muito pragmático de violência é aquele apresentado pelo filósofo contemporâneo francês Yves Michaud (1989, p. 10):

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a várias pessoas em graus variáveis, seja na sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais.

O conceito de violência estatuído num espectro superamplo de Michaud (1989, p. 10) muito se alinha à percepção de violência verificado pelo campesinato piauiense. Entende-se violência todo e qualquer evento que acarreta dano à pessoa ou ao agrupamento de pessoas. O dano deve ser apto a macular o patrimônio de direitos do indivíduo violentado, ofendendo-lhe a integridade em qualquer de suas esferas. Assim, a violência física atinge a integridade física ao tempo que a violência psicológica atinge a integridade psicológica, a violência patrimonial atinge a integridade patrimonial e a violência simbólica atinge a integridade simbólica.

A violência em Michaud se confunde com seu resultado. Decolonizando seu conceito e trazendo aos rincões piauienses, a violência no campo piauiense só no ano de 2020 se confundiu com o registro de um total de 18 conflitos pela posse da terra, envolvendo 439 famílias (CPT, 2020, p. 84).

Nesse contexto, para o filósofo francês, violência independe: do uso da força física; da natureza do autor ou da autoria do dano, isto é, se o causador for o Estado, um particular, um capitalista ou um trabalhador; da legitimidade (independe de ser legítima ou ilegítima); do constran-

gimento perpetrado pelo autor da violência; do consentimento eventualmente concedido pela vítima; da subsunção da conduta a um tipo penal, da verificação da existência de um crime ou de existência de dolo ou culpa. Violência é um fenômeno mais amplo: é o dano natural, consequência da instrumentalização de uma ou várias modalidades de dominação pessoal sobre um indivíduo ou grupo.

Considerações finais

Compulsando a listagem contendo os diferentes conceitos e elucubrações a respeito de violência advindos dos mais diversos teóricos, com as mais diversas épocas, nacionalidades, formações e vivências, fica bem claro que todos os pensamentos contribuem para a compreensão da violência enfrentada pelo campesinato piauiense durante suas lutas pela posse da terra. Explica-se: bebendo de todas as fontes conceituais já citadas, passa-se a conceber aqui a violência como ferramenta sem a qual não se instrumentaliza nem se mantém a dominação pessoal que conecta grupos dominantes a grupos dominados. No contexto da luta pela terra nos rincões do Piauí, a violência nada mais é senão a ferramenta de que se vale o grupo dominante (grandes proprietários que hoje, precipuamente, atuam nas fronteiras do agronegócio da soja) para instrumentalizar sua esfera de privilégios em detrimento de grupos dominados (população vulnerável que luta pela terra, posseiros, comunidades tradicionais, quilombolas).

Em tempo, percebe-se que a violência local guarda matizes próprias e temperadas pela estrutura fundiária do estado, historicamente fundado na colonização pautada na exploração da pecuária extensiva e do extrativismo, opções intrinsecamente estimuladas pela grande propriedade, atualmente fortalecida por outros processos e mecanismos de modernização, que contribuíram para a concentração da posse da terra no Piauí,

merecendo destaque a grilagem, a pistolagem e a alienação de grandes extensões de terras pertencentes ao Estado.

Constata-se ainda que a ultra concentração fundiária do Piauí e os respectivos conflitos violentos fartamente anunciados na mídia local e experienciados pelo campesinato não são fruto de um evento isolado, mas de um processo evolutivo. As diversas formas de exploração econômica do território piauiense autorizaram historicamente o regime fundiário do presente, agravado pelo ingresso da cultura mecanizada da soja no cerrado e acarretaram notadamente a consolidação definitiva da grande propriedade e o superfracionamento das pequenas unidades agrícolas de produção. Nesse contexto, concebe-se que a estrutura defectível da propriedade rural piauiense é uma das causas principais de diversos fenômenos, dentre eles a violência impregnada no contexto de luta pela posse da terra, cujo combate desafia a urgente revisão da concentração fundiária.

Referências

ADAD, L.M.S. & LIMA, M. de G.F. **Tensões no campo piauiense**. Carta CEPRO, Teresina, v. 12, n. 1, p. 45-53, jan./jun.1987.

ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Ensaio: Ética e Violência**. In: FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Teoria & Debate. Ano 11, n. 39, out-dez/1998. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/1998/10/01/etica-e-violencia/>. Acesso em 29 mar. 2022.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia: CPT Nacional, 2020. Disponível em <<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0>>. Acesso em 29 mar. 2022.

DE DEUS, Cleber. **O novo arranjo federativo brasileiro, o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**; esboço de psicanálise / Sigmund Freud; [Os pensadores]; Seleção e textos de Jayme Salomão; Tradução de Durval Marcondes. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Poder – corpo: microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MARX, KARL. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MICHAUD, Y. **A Violência**. São Paulo: Ed. ática, 1989.

MIRANDA, Luciano. **Pierre Bourdieu e o campo da comunicação: por uma teoria da comunicação praxiológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Camponeses, quilombolas, indígenas e grileiros em conflito no campo brasileiro. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: Editora FFLCH/USP, 2020 p. 9-54

PASSOS, Izabel Friche. Violência e relações de poder. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, abr/jun. 2010.

PAVIANI, Jayme. Conceitos e formas de violência. In: MODENA, Maura Regina (Org.). **Conceitos e forma de violência**. Caxias do Sul: EDUCS, 2016. pp. 8-20.

PEREIRA, Airton dos Reis. A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará (1980-1995). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 8, n. 1, p. 229-255, jan.-jun., 2015.

PERINE, Marcelo. **Filosofia e violência: sentido e intenção da filosofia de Eric Weil**. São Paulo: Loyola, 1987.

ROCHA, Cristiana Costa. **A vida da Lei, A Lei da Vida: conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

ROCHA, J. A pequena produção rural no estado do Piauí. **Carta Cepro**, Teresina, v. 13, n. 1, p. 29-68, jan./jun.1988.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 16-32, jul/2002.

SOUSA, Ramsés. As ligas camponesas e a violência no campo no Piauí (1963-1964). **Revista Piauiense de História Social e do Trabalho**, Parnaíba. Ano II, n. 03, p. (35-48) Julho-Dezembro de 2016.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2015.

WEIL, E. Violência e linguagem. In: CENTRO CATÓLICO DE INTELECTUAIS FRANCESES. **A violência**. Trad. A.M.Gonçalves. Rio de Janeiro: LAudes, 1969. p. 77-85

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014

EXPERIÊNCIA DE TRABALHADORES RURAIS NA FÁBRICA GECOSA EM NOVO NILO – PIAUÍ (1980 – 1990)

Marcos Oliveira dos Santos

Introdução

O presente artigo analisa as experiências de trabalhadores rurais na fábrica GECOSA em Novo Nilo – Piauí, entre as décadas de 1980 a 1990, considerando que se trata de uma região em grande parte habitada por migrantes vindos de municípios vizinhos e mesmo de outros estados, como evidenciado na pesquisa de mestrado realizada por Lia Monnieli Costa (2018). Analisaremos através da metodologia da História Oral e das fontes escritas, até que ponto a fábrica mobilizou os interesses de trabalhadores rurais em torno da migração para essa região do Entre Rios piauiense, impulsionados pelos ideais de progresso comumente propagados pelas indústrias. E por meio das experiências vivenciadas pelos trabalhadores rurais, filhos de pais agregados às terras da indústria, como isso resultou na exploração do trabalho forçado e na utilização da mão de obra infantil.

A partir da implantação da GECOSA no povoado Novo Nilo ocorreu o intenso processo de migração de trabalhadores oriundos de vá-

rias outras cidades do estado do Piauí, como também dos estados do Maranhão e do Ceará para essa região do Entre Rios piauiense, conforme dados obtidos no primeiro livro e no segundo livro de registros de empregados da fábrica, datado de 13 de outubro de 1969. É possível que o deslocamento desses trabalhadores para o povoado Novo Nilo tenha sido mobilizado pela rede de influência exercida pelo proprietário da fábrica, cuja família detinha propriedades rurais nos municípios próximos. Esse processo de migração foi confirmado após a análise dos cinquenta (50) primeiros registros de trabalhadores¹ que compunham o quadro de funcionários da fábrica entre os anos de 1948 a 1966. Identificamos que doze (12) trabalhadores nasceram no município de União (PI), dez (10) em Miguel Alves (PI) e sete (07) nasceram no município de Barras (PI), sendo que em todas essas cidades os proprietários da GECOSA possuíam um grande volume de terras.

A partir do levantamento de dados por meio desses dois livros de registros de trabalho, identificamos que entre os trabalhadores da fábrica havia apenas uma mulher com Carteira de Trabalho até o ano de 1968. A trabalhadora era natural da cidade de Esperantina (PI), casada, exercia a profissão de balconista, tinha somente a instrução primária e além disso, era mãe de sete filhos. Foi admitida na fábrica em 31 de dezembro de 1952 e trabalhou até o dia 15 de junho de 1978, totalizando 26 anos de trabalho. Cabe considerar que a mão de obra feminina dentro de Novo Nilo estava mais voltada para as questões domésticas e para trato com as crianças, enquanto boa parte dos homens trabalhavam na indústria.

Os cinquenta (50) primeiros trabalhadores que migraram para a fábrica GECOSA, são oriundos basicamente de três estados. Quarenta (40)

1 01 Amarante (PI); 01 Araiões (MA); 07 Barras (PI); 01 Buriti (MA); 01 Brejo (MA); 02 Campo Maior (PI); 03 Caxias (MA); 01 Crateús (CE); 01 Esperantina (PI); 02 Independência (CE); 02 Luzilândia (PI); 10 Miguel Alves (PI); 01 Piripiri (PI); 01 Parnaíba (PI); 02 Porto (PI); 02 Teresina (PI); 11 União (PI) e 01 Não foi identificado o local de nascimento.

trabalhadores vieram do estado do Piauí, seis (06) trabalhadores vieram do estado do Maranhão, três (03) trabalhadores vieram do estado do Ceará e teve um (01) trabalhador que não informou o seu local de origem no momento da realização do registro de trabalho. Dentro do estado do Piauí essa migração ocorreu de onze (11) cidades diferentes. Já no Maranhão essa migração ocorreu através de quatro (04) cidades e no estado do Ceará através de duas (02) cidades distintas.

Esses trabalhadores em sua maioria tinham apenas a instrução primária ou não foram alfabetizados, essa característica diz muito sobre o perfil desses trabalhadores. Por serem casados, eles tinham que conciliar as suas jornadas de trabalho com os afazeres domésticos, além de cultivarem suas roças, que eram realizadas numa área próxima de onde residiam, e por muitos terem uma família numerosa, utilizam-se dessa mão de obra disponível para que fosse possível cultivar a lavoura no momento de folga.

Ao analisar o processo de migração realizado por esses trabalhadores, devemos problematizar os diversos fatores que levaram essas pessoas a saírem de seus locais de origem, como a falta de chuva, a escassez de alimentos ou o conflito de terras. Essa análise foi possibilitada através da História Oral. Conforme afirma Costa (2018) em um estudo sobre migrantes do Ceará para a região do Entre Rios:

Todos os relatos orais se costuram em prol de uma perspectiva: a melhoria das condições de vida, tecidas não apenas na promessa de parentes, mas também no “ouvir contar”, histórias sobre melhores padrões, água disponível, mais chuvas, menos estiagens e um “mar verde” de babaçuais e carnaubais, possíveis fontes de rendas para famílias. Estes dizeres vão delineando no imaginário dos migrantes a ideia de que ir para o Piauí, apesar de ser um estado pobre sem grandes economias de ciclo, como a Bahia e a zona canavieira, ou o Maranhão e suas terras ainda devolutas, oferecia oportunidades plausíveis para estas famílias. (COSTA, 2018, p. 20).

A autora procura através de seus escritos analisar a questão de migração pelo qual passaram várias famílias de lugares distintos, deixando os seus locais de origens e indo em busca de melhores condições de vida e de trabalho e esse processo de migração resultou na vinda dessas famílias para o estado do Piauí, que apesar de ser considerado um “estado pobre, sem grandes economias de ciclo” trazia no imaginário dessas famílias uma forte esperança de encontrarem um local para morar com tranquilidade e com condições de trabalho que possibilitasse a manutenção de seus familiares. A migração desses trabalhadores foi ocasionada principalmente pela grande dificuldade que estavam enfrentando, deixando para trás uma série de lembranças de um lugar que um dia pertenceu aos seus antepassados e que, juntamente com seus familiares, seguiram para uma terra que não conheciam, mas que objetivavam conseguir algo melhor que possibilitasse a sobrevivência de toda a família.

Experiências e memórias do cotidiano de trabalho

Foram realizadas entrevistas com ex-funcionários da GECOSA em dois períodos distintos, a primeira parte foi realizada em 2017 e a segunda em 2019, e foram preservadas as identidades dos entrevistados para evitar possíveis retaliações devido ao fato desses ex-funcionários permanecerem na condição de agregados às terras dos herdeiros do proprietário da fábrica, fato que influenciava diretamente na condição e ações desses sujeitos dentro do cotidiano de trabalho. Nesse sentido, a História Oral segundo Zangelmi (2016, p. 139) tem “as relações de confiança entre entrevistador e entrevistado como elemento metodológico central e essa confiança depende do comprometimento do pesquisador, o que pode significar um risco para a validade acadêmica de seu trabalho”. Desse modo buscamos preservar a identidade desses entrevistados devido aos riscos da presente pesquisa historiográfica, priorizando a ética e o sigilo da fonte.

Durante as entrevistas realizadas com o nosso primeiro entrevistado, o senhor Benedito Ramos, 52 anos, casado, questionamos sobre o período em que o seu pai havia deixado de trabalhar na roça para trabalhar na GECOSA como pedreiro. E obtivemos duas respostas. Na primeira entrevista ele nos afirmou que lembrava “mesmo sendo um menino de 7, 8 anos de idade” (BENEDITO, 2017, p. 01). Já na segunda entrevista ele nos informou que “já na fase dos 12 anos ele [seu pai] passou a ser pedreiro e até os tempos de hoje” (BENEDITO, 2019, p. 01). Esse fato tem relevância, tendo em vista que na infância esses tempos de idas e vindas se confundem, conforme mostra Moura; Rocha (2017, p. 172) “esse tipo de contradição não apenas é reveladora, como representa a dinâmica permanente da vida social, representações estas que dificilmente aparecem tão claramente em evidências não orais”.

O Senhor Benedito como estava envolto nesse ambiente fabril, através das idas e vindas para GECOSA levando a alimentação para o seu pai, começou a aflorar a sua percepção sobre o tempo fabril e assim começou a trabalhar ainda em sua tenra idade, iniciando “[...] aqui [na GECOSA] aos 13 anos de idade, como um aprendiz ainda na parte de produção. Nesse tempo os nossos professores eram os engenheiros da empresa e como eles percebiam que a gente se destacava nas disciplinas, nos chamavam para trabalhar em alguns setores”. (BENEDITO, 2017, p. 01).

Essa concepção de tempo fabril deve ser analisada de uma forma diferenciada quando se trata de trabalhadores rurais, tendo em vista que, utilizam o tempo de seu trabalho como forma de subsistência. Segundo Thompson (1998, p. 271-272) como esses trabalhadores camponeses não fazem tanta diferenciação entre o “trabalho” e a “vida”, a labuta diária de trabalho estava diretamente relacionada ao tipo de tarefa que era exercida dentro da fábrica, podendo ser prolongada ou retraída dentro do seu cotidiano de trabalho. Diferentemente do que ocorre com os trabalhadores citadinos assalariados, que utilizam o tempo de trabalho

como moeda de troca em relação aos seus salários, ou seja, “ninguém passa o tempo, e sim o gasta”.

Além da mudança na ideia de tempo assimilada por esse trabalhador através da rotina de trabalho que seu pai exerceu dentro da fábrica, ele também foi influenciado por seus professores que eram engenheiros da GECOSA, e terminou ingressando nesse ambiente fabril como aprendiz, assimilando assim, a disciplina para o trabalho. Sobre a relação da escola com o trabalho, Thompson (1998, p. 292) nos diz que a escola era considerada uma instituição não industrial utilizada para colocar na mente das pessoas a ideia do uso econômico do tempo, problematizando que a educação servia como um treinamento para a criança adquirir o “hábito do trabalho”, no intuito de ir se familiarizando com o “trabalho e a fadiga”.

Para Martins (1982, p. 24), “a escolarização representa um conjunto de sacrifícios por parte do aluno e ele o suporta sob coerção de normas derivadas da valorização do esforço pelo esforço. O tempo que se permanece na escola constitui um tempo de adestramento para o trabalho pelo trabalho”. Portanto a concomitância entre a escola e o trabalho assume um caráter geral na vida dos trabalhadores rurais que permanece até aos dias atuais, constituindo-se como um valor importante entre as populações agrárias.

Um aspecto que precisa ser analisado é a questão do trabalho infantil dentro dessa fábrica, uma vez que à medida que a entrevista se delineava essa questão ganhava forma. Por meio dessas entrevistas nos deparamos com a condição de trabalho que era praticada por esses trabalhadores dentro da GECOSA. Pois conforme nos relata Martins (2010, p. 145) “Toda a relação no interior da fábrica se desenvolvia entre o trabalhador adulto e o aprendiz criança”. Nesse cerne a criança surge como uma ferramenta útil para a implantação desse sistema de exploração. Esse sistema de exploração do trabalho infantil pode ser evidenciado na fala de outro entrevistado, o senhor Amâncio Moraes, 44 anos, casado, o

qual nos relatou sobre a estratégia que era orientado a fazer juntamente com seus irmãos para que não fossem pegos pela fiscalização dos fiscais do extinto Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, que ocorria esporadicamente dentro da indústria:

Eu comecei a partir dos doze anos, por incentivo dos meus irmãos. Porque na época o processamento do óleo era mais artesanal, não era muito maquinado. Então nós começamos aos doze anos, nós começamos a enlatar o óleo. Na época o vasilhame era de alumínio não era de PVC. Eles traziam e chamavam nós. Como nós era de menor, quando chegava a fiscalização, nós tinha que sair, porque nós era de menor aí não podia. Mas nós trabalhava de segunda a sexta. Aos domingos quando precisava mandava chamar nós. Então naquela época foi um aprendizado pra mim. Eu comecei a trabalhar cedo, fui aprendendo né. Eu não sabia ainda, a lê direito, mas fui aprendendo e fui estudando também[...] (AMÂNCIO, 2019, p. 02).

Esse trabalhador rural começou a trabalhar na fábrica por influência de seus irmãos e esse fato mostra porque Thompson (1987, p. 203) afirma que “a forma predominante de trabalho infantil era a doméstica ou praticada no seio da economia familiar” permitindo assim a complementação da renda da sua família através dos proventos que recebia com o trabalho que realiza dentro da fábrica. E por ser uma criança de apenas doze anos era orientado sobre as consequências que poderia ocorrer caso fossem pegos por algum tipo de fiscalização do MTE, e apesar do trabalho infantil ter sido proibido a partir da década de 1990, esse sujeito não nos informou se de fato essa proibição teve um efeito efetivo dentro da fábrica GECOSA.

No ano de 1990 foi criado o Estatuto de Criança e do Adolescente através da lei de Nº 8.069/1990 que informa no seu artigo 60 que “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. E partir de 1998 a Organização Internacional do Trabalho - OIT elabora a declaração sobre os Princípios e Direitos

Fundamentais no Trabalho que trata as questões inseridas dentro da dimensão do mundo do trabalho conforme nos informou Rocha (2014, p. 54) e entre essas determinações surge a “eliminação de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório” e a “abolição do trabalho infantil”. Mas é preciso também considerar na análise da fonte oral, a temporalidade histórica desses grupos sociais. Pois os trabalhadores rurais têm a percepção de trabalho como aprendizado, relacionado à moral e não como uma forma de exploração.

Segundo Gomes (2018, p.75) “as ‘novas’ formas de trabalho forçado, [...] só começaram a ser identificadas e combatidas nas últimas décadas do XX. Nesse caso, eram empresas (multinacionais) e atores privados [...] os responsáveis pela situação, e não mais o poder público”. Assim a dimensão do trabalho escravo livre, expresso pelos entrevistados como trabalho forçado, foi considerada para o estudo das experiências dos trabalhadores na GECOSA tendo em vista que, a fábrica foi implantada dentro de um contexto rural, tendo como mão de obra composta em sua maioria por trabalhadores rurais com um baixo grau de instrução escolar.

O uso do trabalho infantil é abordado como uma prática comum nos relatos dos trabalhadores da fábrica, e que apesar desses trabalhadores, quando questionados, não considerarem essa prática como um tipo de exploração, o fato se torna evidente nas circunstâncias de análise dos relatos sobre as condições de trabalho a que eram submetidos na fábrica. Entendemos nesse sentido, que essa pesquisa é importante para se entender o contexto da exploração da mão de obra do trabalho infantil dentro do processo de industrialização nessa região do Entre Rios piauiense, uma vez que aborda uma temática necessária e urgente dentro da sociedade brasileira

Com base no exposto acima, identificamos que as populações rurais que viviam no entorno da fábrica passavam por uma situação de pauperização. Como foi o caso do senhor Amâncio e de seus irmãos que foram inseridos precocemente dentro da indústria com o obje-

tivo de ajudar seu pai, que também trabalhava na fábrica, passando por uma condição de trabalho forçado, além da exploração da mão-de-obra infantil.

Em outra entrevista que realizamos com o Senhor Amâncio, ele retomou a questão do trabalho infantil a partir de uma pergunta que foi feita sobre a existência de algum órgão que fiscalizava essa prática delituosa afim de protegê-los dos riscos eminentes, devido a exaustiva atividade laboral exercida e por conta dos perigos que poderiam se apresentar dentro de um ambiente fabril para aquelas crianças que ainda não tinham a estrutura física completamente formada e estavam sujeitas ao tempo fabril:

Quando via a fiscalização eles avisavam para nós e nós saía do setor, para não chegar e pegar de menor trabalhando porque na época não podia né. Mas era bom porque sempre ele dava emprego para os jovens e na época os jovens não tá do jeito que tá hoje. Porque tinha oportunidade de trabalhar hoje aqui não tem mais. Porque naquela época ele dava oportunidade. Eles davam oportunidade para os jovens trabalhar. Então não tinha negócio de carteira assinada, nem fiscalização. (AMÂNCIO, 2017, p. 01).

Nesse relato mais uma vez percebemos que sua fala está relacionada às condições em que ele vive hoje. Pois apesar do trabalho forçado e do trabalho infantil que exercia da fábrica, além da sobrecarga de trabalho, pois “aos domingos quando precisava mandava chamar nós”. Essa expressão diz muito sobre a condição de cativo da terra e da condição de agregado que estava sujeito às ordens de seus patrões. Mas apesar desse fato informou que “era bom porque sempre ele dava emprego para os jovens e na época os jovens não tá do jeito que tá hoje”. O entrevistado reitera a questão do trabalho como algo que dignifica o homem, protegendo “os jovens” de diversos males, como por exemplo, a criminalidade, caracterizando assim a disciplina moral pelo trabalho. Nesse ponto compreendemos a tentativa desse trabalhador através de sua fala de amenizar as agruras sofridas, evitando impressões negativas sobre o seu

trabalho e colocando a questão do trabalho acima da exploração sofrida, relacionando-o a um simples menor aprendiz, conforme nos afirmou:

Era menor aprendiz, justamente a palavra era essa mesmo, menor aprendiz. E aí não era assim 12 horas direto, era só 6 horas de trabalho que não forçava. Era 3 turnos, entrava eu acho que era 8. Se fosse 12 horas trabalhada, nós trabalhava só 6 horas. Entrava outro turno e assim até os outros dias. E todo final de semana no dia de pagamento nós recebíamos. Mas foi passando, aí evoluiu a fábrica, botou outros produtos e nós trabalhamos nesse período de 91 a 95. Aí já ia crescendo mais, já ficava mais grandinho, aí tinha ali o ralão né. O ensacamento de ralão agora era mais pesado. Não tinha fiscalização também, e os EPI's né, que era chamado de segurança, que nós trabalhava, só era as mascarazinha né e não tinha fardamento porque era de menor mesmo. Mas nesse período também era um serviço muito forçado. O ensacamento de ralão, por causa do produto que era muito forte. Ele comprava o ralão gordo e era lavado com solvente, aí quando o ralão caía, aquela poeira era muito forte. Mas tinha proteção, mas era mais forçado, era mais duro esse serviço. (AMÂNCIO, 2017, p. 01).

Nesse ponto da entrevista, identificamos uma tentativa por parte do entrevistado de tentar encontrar uma palavra que pudesse justificar a continuidade do trabalho forçado que era exercido dentro da fábrica, pois conforme ele nos informou que, à medida que “ficava mais grandinho”, era inserido dentro de um processo de trabalho mais severo nesse ambiente fabril, pois, à medida que ia crescendo surgiam atividades laborais que dependiam de um melhor preparo físico por parte desses trabalhadores se sujeitando a cargas mais exaustivas de trabalho além de relatar também que “era um serviço muito forçado” por conta do solvente que era utilizado para transformar a torta do babaçu em ralão magro² gerando uma poeira fina que afetava a saúde do trabalhador e que apesar da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's

2 Produto derivado da torta do babaçu por um processo de lavagem através de solventes.

que “só era as mascarazinha”, não era suficiente para conter a poeira do ralão a qual tinha um cheiro muito forte.

Os trabalhadores da fábrica trazem consigo experiências de trabalho que são perpetuadas dentro de um contexto muitas vezes familiar. Dessa maneira, o senhor Amâncio, diferentemente do senhor Benedito, não teve como referência os seus professores, mas traz consigo a memória do cotidiano de trabalho de seu pai e de seus irmãos mais velhos. Por ter uma família numerosa composta pelo seu pai, por sua mãe e mais onze irmãos, relatou que seus irmãos mais velhos iniciaram também na fábrica ainda criança ajudando seu pai no período em que ainda era realizado o beneficiamento de arroz:

Meu pai trabalhou lá, antes da GECOSA, lá era uma fábrica de pilar arroz. Na época do meu pai, meu pai trabalhou lá na época, nós éramos pequeno e tinha meus irmãos que trabalharam lá com uns 14 anos também, na época ele disse que lá era um moinho de arroz, fábrica de pilar arroz, foi vários anos isso daí, aí depois que foi fundada a GECOSA. (AMÂNCIO, 2019, p. 02)

Através dele também realizamos uma entrevista com o seu pai, o senhor Eliziário Moraes, 78 anos, casado, aposentado. Durante a entrevista em vários momentos foi auxiliado por seus familiares para que pudesse responder às perguntas feitas, pois o entrevistado se apresentava debilitado e com falhas na memória. Mas apesar disso ele nos informou sobre o seu cotidiano de trabalho e como fazia para sustentar a família:

MARCOS: O senhor trabalhou em qual parte lá da fábrica?

ELIZIÁRIO: Na fábrica? Do começo? Foi no moinho de arroz.

MARCOS: Quando a fábrica começou o senhor trabalhou de que lá? Fazendo sabão? O que o senhor fazia lá?

ELIZIÁRIO: Não, só trabalhando mesmo, só na prensa, na prensa.

ELIZIÁRIO: Prensa de óleo.

MARCOS: O senhor gostava do seu serviço?

ELIZIÁRIO: Eu gostava.

ELIZIÁRIO: Era o jeito né, porque eu não tinha outro, eles tira-

vam, botava para um lado, botava para o outro, eles que pediam, trabalhei treze anos.

MARCOS: Mas o senhor trabalhava na roça também?

ELIZIÁRIO: Eu, trabalhava de roça também, não esperava só pela fábrica não. Porque eu tirava aquelas horas né, fazia meu pedaço de roça né, era para me ajudar né, criei meus filhos tudinho, tudinho (ELIZIÁRIO, 2019, p. 02-04)

Por meio desse depoimento ele narrou de maneira bem detalhada sua trajetória na fábrica, informando que trabalhou desde o período em que a indústria ainda tinha suas atividades limitadas ao processo de beneficiamento de arroz, trabalhando “no moinho de arroz”. Após esse relato nos informou também que no período em que já havia iniciado o beneficiamento da amêndoa do coco babaçu para a extração do óleo, tinha a função de manipular as prensas de óleos, afirmando sempre que gostava de seu serviço.

Esse gostar pode ser entendido como uma estratégia que ele utilizava para evitar algum tipo de embate direto com os donos da fábrica, pois conforme relata Rocha (2014, p.68) “é preciso reconhecer que o estudo das relações de trabalho atravessa vivências de sujeitos ativos, que criam e recriam estratégias, e, portanto, não podem ser considerados como simples vítimas de uma circunstância histórica”. Assim ele se colocava numa situação de sujeição perante o patrão com o intuito de não perder essa fonte de renda.

Essas estratégias se apresentam também no momento em que o entrevistado nos informou que “trabalhava de roça também, não esperava só pela fábrica não, porque eu tirava aquelas horas né, fazia meu pedaço de roça né, era para me ajudar né, criei meus filhos tudinho, tudinho” (ELIZIÁRIO, 2019, p.04) demonstrando que além de ter trabalhado na fábrica o mesmo ainda encontrava tempo e disposição para fazer suas roças de vazantes, no intuito de complementar sua renda e conseqüentemente promover o sustento de sua família.

Além dessa questão devemos problematizar também o fato da falta de alternativa de sobrevivência na região, segundo ele “era o jeito né, porque eu não tinha outro, eles tiravam, botava para um lado, botava para o outro, eles que pediam, trabalhei treze anos”. Entendemos que ele fez essas colocações por se tratar também de um trabalhador agregado às terras da fábrica e, portanto, “cativo da terra” como nos diz José de Souza Martins (2010). Como um sujeito recrutado para trabalhar na fábrica do dono da propriedade iria negar? O sujeito não tinha liberdade porque não tinha terra e assim ficava sujeito aos mandos e desmandos do patrão proprietário da terra.

Para efetivar ainda mais o pensamento da subjetividade histórica dentro de uma determinada sociedade, Le Goff (2003, p.52) conjectura que a mentalidade histórica “não depende apenas das relações memória-história, presente-passado. [...] Está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem em uma sociedade e é o elemento essencial para a aparelhagem mental dos historiadores”. Com base no pensamento de Le Goff entende-se que a sociedade pode se constituir como um agente regulador do seu tempo, no intuito de aceitar ou não as limitações impostas pelo contínuo desenvolvimento que se instalou na maioria das civilizações. Soma-se a esse processo de construção da temporalidade dos indivíduos dentro de determinada sociedade, a perspectiva do historiador que, por meio de seu ofício e da sua sensibilidade histórica, procura deixar suas impressões sobre o objeto a ser pesquisado.

Considerações finais

Assim, através dessa pesquisa procuramos adentrar no lado humano desses trabalhadores, na tentativa de compreendermos qual a representação do cotidiano fabril que ficou marcada na vida desses sujeitos, no que tange ao período em que estiveram como operários da referida

indústria. Pois a mesma possibilitou uma mudança radical no modo de vida, uma vez que essa população rural foi introduzida numa rotina de trabalho que até então desconheciam, trabalhadores antes adaptados com o tempo da roça, passaram a vivenciar os ritmos do trabalho de uma fábrica, bem como a mudança na noção do tempo e a introdução a uma disciplina rígida de trabalho.

Por meio desse estudo compreendemos o predomínio das relações patriarcais dentro desse ambiente fabril localizado em uma área rural do município de União (PI), através das práticas de exploração da mão de obra infantil e do trabalho forçado realizado por esses trabalhadores rurais. Evidenciamos, portanto, a condição desses trabalhadores rurais que eram “cativos da terra”, submetidos a essa relação de força entre agregados e proprietários por meio da memória da luta cotidiana contra as agruras da vida, narradas por esses trabalhadores rurais, que detinham do extrativismo do coco babaçu, da agricultura familiar de subsistência e do trabalho na fábrica GECOSA os principais meios de sobrevivência.

Concluimos, portanto, que a análise das experiências vivenciadas por esses trabalhadores rurais inseridos dentro da fábrica GECOSA, são importantes para a compreensão da exploração da força de trabalho dentro do campesinato piauiense, ampliando assim o diálogo sobre a precarização do trabalho tanto no meio urbano, como no meio rural. Fato este, que a cada dia que passa, se torna mais urgente dentro da sociedade brasileira. Nesse sentido os estudos sobre trabalhadores rurais têm um papel importante para a história social, no sentido de compreender as ações de resistências e as especificidades desses sujeitos históricos.

Referências

Fontes

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

GECOSA, Indústrias Integradas Gervásio Costa S.A. **Projeto Apresentado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)**. Piauí, 1982.

_____. Livro de Registro de Trabalhadores 01, Teresina, 13 de out. de 1969.

_____. Livro de Registro de Trabalhadores 02, Teresina, 13 de out. de 1969.

MORAES, Amâncio. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. Novo Nilo, União (PI), 23 jul. 2017.

MORAES, Amâncio. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. Novo Nilo, União (PI), 23 nov. 2019.

MORAES, Eliziário. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. Novo Nilo, União (PI), 19 nov. 2019.

RAMOS, Benedito. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. Novo Nilo, União (PI), 23 jul. 2017.

RAMOS, Benedito. Entrevista concedida a Marcos Oliveira dos Santos. Novo Nilo, União (PI), 19 nov. 2019.

Bibliografia

COSTA, Lia Monnielli Feitosa. **Cultura e Cartografias de Memórias: Trabalho e Migração de cearenses para EntreRios (PI) - 1940-1970.** 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018, CE.

ENGELS, Friedrich. Os diferentes ramos da indústria: Os operários fabris em seu sentido restrito. *In: A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.* Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 173-222.

HOBSBAWN, Eric J. A revolução industrial. *In: A era das revoluções: 1789 – 1848.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 43-69.

_____. **Mundos do Trabalho.** Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

GOMES, Ângela de Maria de Castro. Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: FVG editora, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **A valorização da escola e do trabalho no meio rural.** Revista Em Aberto. Brasília, ano 1, n. 9, setembro, 1982.

MOURA, Flávia Almeida; ROCHA, Larissa Leda Fonseca. **Memória e história.** Revista Comunicação Midiática, v. 12, n. 2, p. 161-175, 2017.

PORTELI, Alessandro. **A História Oral como a arte da escuta.** Tradução de Ricardo Santiago. São Paulo: Letras e Voz, 2016.

ROCHA, Cristiana Costa da. **A vida da Lei, A Lei da Vida: conflitos**

pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

_____. **Cultura e Memória migrantes:** A experiência do trabalho no tempo presente Barras (Piauí). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

_____. **Os limites entre a exploração e a escravidão no ciclo da cera de carnaúba.** Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 77, p. 87-103, jul/dez 2020.

SANTOS, Marcos Oliveira dos. **Uma fábrica no campo:** Experiências de trabalhadores rurais na fábrica GECOSA em Novo Nilo – Piauí (1980 – 1990). Monografia em História – Universidade Estadual do Piauí.

THOMPSON, Edward. P. (1987). **A Formação da Classe Operária Inglesa:** A árvore da liberdade. Vol. I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1987). **A Formação da Classe Operária Inglesa:** A maldição de Adão. Vol. II. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. *In: Costumes em Comum.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

VIEIRA, Marcelo Aleff de Oliveira. **Trabalho Escravo Contemporâneo e Conflitos Agrários – Miguel Alves – Piauí, 1980-2019.** 2021. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, CE.

ZANGELMI, Arnaldo José. **Pesquisadores e entrevistados:** problemas éticos ligados a contextos de desigualdade. Revista História Oral, v. 19, n. 1, p. 129-148, jan./jun. 2016.

SOBRE OS AUTORES

Alcebiades Costa Filho

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2010). É Professor Adjunto II do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí - UESPI e da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e vinculado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura - PPGSC/UESPI. É membro do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Cultura - NEHST/UESPI e do Núcleo de Estudos em Memória e Acervo - NEMA/UESPI. Atua principalmente nos seguintes temas: Escravidão, História do Piauí, História e Literatura, Historiografia, História da Educação, História da Alimentação.

Conceição de Maria Sousa Batista Costa:

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Exerce atualmente a profissão de Assistente Social junto à Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos (SASC) do Estado do Piauí. Tem experiência com as temáticas: campesinato, organização do campo e questão agrária.

Cristiana Costa da Rocha

Doutora em História Social pelo PPGH-UFF. É Professora Adjunta IV do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí e vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura - PPGSC/UESPI - Campus Poeta Torquato Neto. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: História Oral, Conflitos de terra, História Rural, Trabalho e Migrações.

Dayane de Sousa Lima

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, Mestra em História Social pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA e graduada em História pela Faculdade Santa Fé/IDESP. Atualmente realiza pesquisas sobre História Agrária e atua, dentre outros, no campo da História Oral. É Integrante do Projeto Universal *Luta pela Terra no Médio Mearim (1960 - 1990): experiências, narrativas e deslocamentos*, financiado pela FAPEMA.

Flavia de Almeida Moura

Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, possui Pós-Doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Professora Adjunta do Departamento de Comunicação e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação/Mestrado Profissional da Universidade Federal do Maranhão. É membro do GPTEC (Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo), do GEPTS (Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Sociedade), do Obeec (Observatório de Experiências Expandidas em Comunicação) e do NEEC (Núcleo de Estudos em Estratégias de Comunicação).

Francisco Gleison da Costa Monteiro

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí– UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil/CMPP. Líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista, Membro do NUPEDOCH (Núcleo de Pesquisa e Documentação em História) e Membro da Comissão de Classificação de Livros da área de História/CAPES. Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Metodologia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: Historiografia Brasileira, Métodos e Técnicas da Pesquisa, Ensino de História, Piauí Imperial e História Agrária, Trabalho e trabalhadores no Império do Brasil.

Francisco Rairan dos Santos Vilanova

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará - UFC (2021). É membro do Núcleo de Estudos em História, Sociedade e Trabalho - NEHST da UESPI desde 2019 e do Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Natureza e Cultura da UFC desde 2021. Realiza estudos nas áreas de História Social do Trabalho, História Ambiental e História Rural.

Gustavo de Andrade Durão

Doutor em História Comparada (UFRJ), com bolsa CAPES PDSE - Programa Doutorado Sanduíche no Exterior no Institut d'Études Politiques - Sciences Po (Paris). Possui Pós-Doutorado em História Social da Cultura da PUC-Rio (2017) em que desenvolveu a pesquisa sobre intelectuais africanos e pan-africanismo e obteve bolsa de pós-doutorado (CAPES) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (2017-2018). É professor Adjunto da UESPI, Campus São Raimundo Nonato, e vinculado ao Mestrado Profissional (PROFHistória - Parnaíba) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura (PPGSC) desta IES.

Igor Thiago Silva de Sousa

Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É pesquisador vinculado ao grupo de estudos, pesquisa e extensão Lutas sociais, Igualdade e Diversidades (GPEXLIDA/UEMA) e ao Laboratório Urgente de Teorias Armadas (LUTA/UFRGS). Atua nas seguintes áreas: Antropologia e Sociologia Rural; Antropologia das Populações Afro-brasileiras, Antropologia e Sociologia Política, com ênfase nos temas: povos e comunidades tradicionais, raça e território.

Isaac Giribet Bernat

Doutorado Internacional em História (2012) pela Universitat de Lleida (Estado Espanhol). Tem experiência nas áreas de História Agrária, História dos movimentos sociais contemporâneos e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; atuando principalmente nos seguintes temas: História Contemporânea, Questão Agrária, Políticas públicas para o desenvolvimento rural em assentamento de Reforma Agrária, Educação do Campo e ação dos movimentos sociais (lutas e conflitos pelo uso e propriedade da terra; processos de auto-organização; resistência camponesa ao avanço das relações capitalistas). Atualmente é pesquisador associado ao Departamento de História da Universitat de Lleida e Professor Adjunto III do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão.

João Marcel Evaristo Guerra

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura (PPGSC/UESPPI). Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal do Piauí (2013) e Especialização em Direito Processual Civil (2013) e em Direito Processual Penal (2019). Atualmente, é servidor efetivo do Ministério Público do Estado do Piauí, no qual atua como Assessor da 49ª Promotoria de Justiça de Teresina-PI, com atribuição na tutela da Cidadania e dos Direitos Humanos. Tem experiência na área do Direito, com

ênfase em Direito Constitucional, Direitos Humanos e Direito Processual Civil e Penal e em Ciência Política, com ênfase em Estado e Governo.

José Ribamar Gusmão Araújo

Doutor em Agronomia (Horticultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998). Atua como Professor Adjunto do Departamento de Fitotecnia e Fitossanidade (DFF/CCA) da Universidade Estadual do Maranhão. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Fruticultura, atuando principalmente nos seguintes temas: manejo cultural de plantas frutíferas, prospecção e domesticação de fruteiras nativas, propagação, porta-enxertos e produção de mudas frutíferas, e sistemas agroecológicos de produção vegetal com ênfase para os componentes perenes (sistemas agroflorestais e home gardens).

José Ribamar Lemos de Oliveira

Mestrando pelo Programa de Mestrado Profissional em História - PPGHIST/UEMA, Graduado em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão -UEMA (2019). É Membro do Núcleo de Pesquisa em Historiografia e Linguagem (NEHISLIN) e da equipe do Projeto Universal *Luta pela terra no Médio Mearim (MA) 1960-1990: experiências, narrativas e deslocamentos*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA).

Julio César Bravo Medina

Mestre em Agroecologia pela Universidade Estadual do Maranhão e graduado em Engenharia Agrônômica na Universidade de Nariño. Realizou estudos de Artes Cénicas no Centro de Artes Cénicas do Estado do Maranhão. Atualmente realiza estudos no programa de doutorado em Agroecología na Universidad Nacional de Colombia – sede Palmira, desenvolvendo pesquisa na alta montanha do sudoeste do país, região dos Andes Tropicais, com comunidades indígenas e camponesas.

Karla Araújo de Andrade Leite

Mestranda em Sociedade e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Especialista em Direitos Humanos e Democracia pela Faculdade Ademar Rosado - FAR (2018). Defensora Pública do Estado do Piauí - Titular da Defensoria Pública de Castelo do Piauí-PI - DPE PI. Diretora das Defensorias Públicas Regionais do Estado do Piauí (2021-2023). Coordenadora do Projeto Vozes dos Quilombos (2021). É especialista em Direito Penal e Processual Penal pela ESAPI - Escola Superior da OAB-PI (2005) e graduada em Direito pela Universidade Federal do Piauí (2002). Principais áreas de atuação - Direitos Humanos e promoção de políticas públicas para grupos vulnerabilizados do sertão piauiense.

Laryssa Gomes Pimenta

Mestranda pelo Programa de Mestrado Profissional em História - PP-GHIST/UEMA, atuando como bolsista CAPES/FAPEMA. É graduada em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2019) e membro do Núcleo de Pesquisa em Historiografia e Linguagem (NEHISLIN) e da equipe do Projeto Universal *Luta pela terra no Médio Mearim (MA) 1960-1990: experiências, narrativas e deslocamentos*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA).

Lia Monielli Feitosa Costa

Doutoranda e Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará, graduada em História pela UESPI e Professora da SEDUC-PI. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil e desenvolve pesquisas nos campos da História da Alimentação, História Agrária e História Social do Campesinato.

Lucas Ramyro de Gomes Brito

Mestrando em Sociedade e Cultura (PPGSC/UESPI). Especialista em História Sociocultural pela Faculdade do Médio Parnaíba (Famep) e graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), atuando principalmente nos seguintes temas: seca, história social, frentes de emergência, história oral e história do trabalho. Atuou como voluntário pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) na Rede Ação Integrada de Combate à Escravidão (Raice). É membro do projeto «*Fronteiras em movimento: terra, trabalho e deslocamentos no Meio Norte e Amazônia Oriental (1970-2000)*», financiado pelo Universal/CNPQ.

Lucineide Barros Medeiros

Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2010); durante um semestre letivo (2009/1) esteve integrada às atividades acadêmicas do Doutorado em Educação da Universidad Pedagógica Nacional da Colômbia. É Professora Adjunta, Dedicção Exclusiva, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Integra o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade Cultura da UESPI. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Movimentos Sociais e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Popular, Educação do Campo, Educação e Participação Popular.

Marcelo Aleff de Oliveira Vieira

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2018-2021). Realiza pesquisas na área de História Social, abordando temas como: Trabalho, Migrações, Trabalho Escravo Contemporâneo, Educação, Campesinato e Juventudes Rurais. Participou como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Atualmente é bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do grupo de estudos GT Seca: Seca, cultura e movimentos sociais.

Márcia Milena Galdez Ferreira

Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2015) e Pós-Doutoranda pela UFPA. É Professora Adjunta III da Universidade Estadual do Maranhão, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História, ao Curso de graduação em História e ao Departamento de História desta IES. É vice-coordenadora do NEHISLIN e coordenadora do Projeto Universal *Luta pela Terra no Médio Mearim (1960 - 1990): experiências, narrativas e deslocamentos*, financiado pela FAPEMA. Atua principalmente nas seguintes áreas: História e Memória, História Agrária, História das migrações e do trabalho, Ensino de História.

Marcos Oliveira dos Santos

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura – PPGSC/ UESPI, graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí (2021). É pesquisador do NEHST (Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: História Rural, História Oral, Trabalho, Conflitos de terra e Migrações.

Viviane de Oliveira Barbosa

Doutora em História (UFF) e em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro/UFBA). É docente da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (UFMA) e do Curso de História (UEMA) e integra os Programas de Pós-Graduação em História (PPGHIST/UEMA) e o PROFHISTÓRIA (UFMA). Atua em projetos no campo dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. Coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global (NEÁFRICA) e integra a Rede Proprietas (INCT), por meio do projeto internacional História Social das Propriedades e Direitos de Acesso.